

CLÁUDIO VICENTINO

GIANPAOLO DORIGO



HISTÓRIA

do

BRASIL

editora scipione

400

HISTÓRIA

do

BRASIL

Roberto

Paula

29/12/08



CLÁUDIO VICENTINO

- Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela USP.
- Pós-graduado em História pela Universidade de Brasília.
- Professor de História com experiência em cursos pré-vestibulares e de 2º grau.
- Autor de livros didáticos e paradidáticos de História e Geopolítica.

GIANPAOLO DORIGO

- Bacharel e licenciado em História pela USP.
- Professor de História em cursos pré-vestibulares e de 2º grau.



editora scipione



editora scipione

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Luiz Esteves Sallum
Maria Teresa Buco Porto

GERÊNCIA EDITORIAL
Aurelio Gonçalves Filho

ASSISTÊNCIA EDITORIAL
Maria de Fátima das Neves

REVISÃO

chefia - Sâmia Rios
coordenação - Miriam de Carvalho Abões
preparação - Maysa Monção Gabrielli
revisão - Ana Paula Nunes de Oliveira,
Cristina Yamagami e Sílvia Cunha

GERÊNCIA DE MARKETING
Maria José Rosolino

ARTE

coordenação geral - Sérgio Yutaka Suwaki
edição de arte - Didier D. C. Dias de Moraes
coordenação de arte - Edson Haruo Toyota
assistência - Maria Vicineide Ribeiro
e Hernani Rocha Alves
capa e miolo - Lummi Produção Visual
ilustrações - Cassiano Rôda
cartografia - Getúlio de Oliveira Ponciano
e Mario Yoshida
pesquisa iconográfica - Edson P. Rosa, Lourdes Guimarães,
Luciano Carvalho e Linha de Pesquisa S/C Ltda.
fotos de capa - Pintura rupestre do Parque Nacional
de Sete Cidades (PI), foto de Haroldo Palo Jr./Kino - Índio
caiapó, foto de Claus Meyer/Tyba - *Vendedor de arruda*,
de Jean Baptiste Debret - *Café*, de Cândido Portinari
(técnica: óleo sobre tela; dimensões: 1,30 m x 1,95 m;
data: 1935) - Rio de Janeiro, foto de Rogério Reis/Tyba

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
José Antonio Ferraz

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E FOTOLITO
Gama

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Prol - Editora Gráfica Ltda

Editora Scipione Ltda.
MATRIZ
Praça Carlos Gomes, 46
01501-040 São Paulo SP
e-mail: scipione@scipione.com.br
DIVULGAÇÃO
Rua Fagundes, 121
01508-030 São Paulo SP
Tel. (0XX11) 3272 8411
Caixa Postal 65131
VENDAS
Tel. (0XX11) 3277 1788



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vicentino, Cláudio
História do Brasil / Cláudio Vicentino,
Gianpaolo Dorigo. — São Paulo : Scipione, 1997.

1. Brasil — História (Ensino médio) I. Dorigo,
Gianpaolo. II. Título.

97-1758

CDD-981.007

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: História: Ensino médio 981.007

2000

ISBN 85-262-3202-9

1ª EDIÇÃO
(3ª impressão)

PREFÁCIO

Há uma constante que atravessa toda a história do Brasil, as múltiplas transformações que conheceu em seu meio milênio de existência. Parafraseando Giuseppe Tomasi di Lampedusa, poder-se-ia apresentar assim esta constante: é preciso que tudo mude para que tudo fique como está. *Plus ça change, plus c'est la même chose*. De fato, estes quinhentos anos assistiram a transformações mirabolantes, mas o que não tem mudado nestes cinco séculos é que a colônia, depois o país, funcionaram sempre em favor de uma pequena minoria que está no topo da sociedade – e de uns anexos de extensão variável à volta dessa elite, aliás nunca muito consideráveis – e **contra** a imensa maioria da população.

Isto foi verdade na época da escravidão e de uma sociedade pensada para efetuar exportações primárias; é ainda mais verdadeiro hoje em dia, quando a tão propalada “globalização” traduz-se, na prática, em concentração de renda e desemprego, que continuarão crescendo aqui como alhures, e no aumento do abismo econômico e tecnológico entre os países ao norte e ao sul do Equador. (Mesmo porque o Brasil atual carece de qualquer política consistente relativamente à educação e à tecnologia, embora tenha agora uma lei de patentes exatamente como os países de capitalismo avançado queriam que tivéssemos.) Enquanto os recursos e capitais continuam tendendo a concentrar-se muito majoritariamente “acima” daquela linha, podem-se dizer as generalidades ocas que se quiser acerca das oportunidades pretensamente abertas “a todos” no processo de mundialização da economia. Para combater um tal otimismo hipócrita, basta ler o que diz o casal de profetas da “terceira onda”, os Toffler, acerca do que deverá ocorrer neste planeta no futuro próximo. As razões pelas quais o dizem são as piores possíveis, mas o que afirmam é muito plausível – e nada animador.

Nas circunstâncias deste fim de século, as vozes que se levantam contra tal estado de coisas são poucas. Predominam aquelas que afirmam que tudo o que está acontecendo é inevitável. O que não é novidade: os cientistas sociais conservadores sempre tentaram demonstrar que o que existe, existe porque é necessário. É bem-vindo, portanto, um manual destinado ao ensino básico que deseje contribuir para “um Brasil oposto a este que aí está”, que não exclua da cidadania efetiva a imensa maioria das pessoas, não exerça uma violência diuturna contra essa maioria – o oposto, portanto, de um Brasil oligárquico, cada vez mais excludente e integrado no anti-humanismo tecnocrático de um capitalismo insensível. Mais insensível ainda agora que terminou a necessidade que se lhe impunha de competir ideologicamente – somente por algum tempo, claro, posto que os problemas da modernidade não foram, em absoluto, resolvidos.

APRESENTAÇÃO

Caro aluno,

Se você levar em consideração a história do Brasil ao longo de todo o século XX, irá perceber que tem sido uma história de expansão econômica, em que pesem os últimos e atribulados anos em que vivemos. Entretanto, essa expansão foi feita sem distribuição de riquezas, gerando a pobreza com a qual estamos tão tristemente acostumados. Sempre foram uns poucos que se beneficiaram do progresso material: banalizamos a miséria.

Além disso, há uma verdadeira obsessão pelo “moderno” e tudo aquilo que é *passado* é visto como *ultrapassado* – basta ver o tratamento que se dá aos idosos, o pouco caso com edifícios antigos que, não sendo restaurados, caem aos pedaços, o desinteresse pela memória nacional e, conseqüentemente, o descaso com a história.

Por isso, não é raro esquecermos que a brutal desigualdade tem suas origens já no período colonial, quando o Brasil foi integrado à história ocidental, no contexto da consolidação da ordem capitalista. Durante séculos, o Brasil foi uma colônia de exploração, sendo todas as atividades econômicas e a correspondente organização social criadas com o objetivo único de transferir riquezas para o exterior. Mais tarde, com a independência e posterior criação e consolidação do Estado nacional, seja sob a forma de Império ou República, a integração com a economia mundial continuou dando a tônica à nossa história.

Foi-se estruturando desde o período colonial uma ordem oligárquica, formada por aqueles que têm o controle da atividade econômica e, mais tarde, o domínio político do país. No governo, eternizaram a estrutura excludente, que sempre beneficiou as minorias e marginalizou a maioria da população. Passamos da casa-grande e senzala para a mansão e favela.

Desejar um Brasil oposto a este que foi edificado ao longo dos últimos séculos, só será possível reavaliando e reinterpretando o que fomos e o que pretendemos ser. A reinvenção do futuro, de um Brasil que viabilize a convivência construtiva entre os grupos diferenciados da população, que incentive a solidariedade social, que eleja o homem como a meta central do desenvolvimento tornou-se um imperativo contra a generalização da barbárie. Será a nossa crescente atuação – respaldada no conhecimento histórico – que poderá servir como fator acelerador desse processo.

Para os autores, este livro já terá valido a pena se conseguir estimular, entre vocês que estão estudando e que darão forma ao Brasil do futuro, algum debate sobre os problemas do Brasil atual, no sentido de trazer maior participação política e de diminuir as escandalosas desigualdades do país.

Os autores

SUMÁRIO

UNIDADE I

Introdução à História do Brasil

- 12 **CAPÍTULO 1 – A Pré-história brasileira**
- 12 As primeiras comunidades humanas na América
- 15 Os sítios arqueológicos mais antigos da América
- 18 Organizações sociais pré-colombianas
 - 21 O ameríndio brasileiro
- 30 A conquista do Brasil e o domínio sobre seus habitantes
- 34 *Questões*

- 35 **CAPÍTULO 2 – Portugal no contexto da expansão marítimo-comercial europeia**
- 35 A Idade Média europeia
- 40 A Europa na Época Moderna
- 44 O reino português e a expansão ultramarina
 - 44 As origens de Portugal • 48 O reinado da dinastia de Borgonha • 53 A dinastia de Avis e a expansão marítima portuguesa • 56 A expansão marítima europeia e os tratados ultramarinos • 62 Portugal e o Império do Oriente
- 65 *Questões*

- 66 **CAPÍTULO 3 – O Brasil como colônia portuguesa**
- 67 O Brasil pré-colonial (1500-30)
- 70 O início da colonização brasileira
 - 70 A expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza
- 71 O sistema de capitanias hereditárias
- 76 O sistema de governos-gerais
 - 77 O governo-geral de Tomé de Souza (1549-53) • 79 O governo-geral de Duarte da Costa (1553-58) • 80 O governo-geral de Mem de Sá (1558-72)
- 81 O domínio espanhol no Brasil (1580-1640)
- 84 A administração portuguesa no Brasil e os poderes locais
- 88 *Questões*

- 89 Atividades em história
- 90 Exercícios de vestibulares

UNIDADE II

Estruturação do Domínio Oligárquico no Brasil

- 98 **CAPÍTULO 4 – A consolidação colonial brasileira**
- 102 O projeto agrícola da exploração colonial brasileira
 - 104 A instalação da *plantation* açucareira • 107 O escravo na economia açucareira • 112 Apogeu e crise do açúcar
- 114 As disputas luso-europeias pelo Brasil
 - 115 As invasões francesas • 116 As invasões holandesas
 - 117 O governo holandês em Pernambuco (1630-54)

- 120 **A Insurreição Pernambucana (1645-54)**
- 122 **Atividades complementares e expansão territorial**
 124 A ocupação do Nordeste e da região amazônica • 127 A expansão paulista • 129 A conquista do Sul • 129 A oficialização das fronteiras lusas: os tratados de limites
- 131 **Questões**
- 132 **CAPÍTULO 5 – Apogeu e crise do sistema colonial no Brasil**
- 132 **A economia mineradora**
 137 A crise portuguesa e o reforço do pacto colonial
- 143 **As revoltas coloniais**
 144 **As rebeliões nativistas**
 145 A Revolta de Beckman (Maranhão, 1684) • 146 A Guerra dos Emboabas (Minas Gerais, 1708-09) • 146 A Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710-11) • 147 A Revolta de Filipe dos Santos (Vila Rica, Minas Gerais, 1720)
- 148 **As rebeliões separatistas**
 148 A Inconfidência Mineira (1789) • 151 A Inconfidência Baiana (1798) • 153 A Revolução Pernambucana (1817)
- 155 **O fim do pacto colonial**
 155 As guerras napoleônicas e a vinda da família real portuguesa para o Brasil
 157 Brasil, sede da monarquia portuguesa (1808-21)
 160 A regência de D. Pedro e a proclamação da Independência
- 163 **Questões**
- 164 **CAPÍTULO 6 – A organização do Brasil independente**
- 165 **O Primeiro Reinado (1822-31)**
 166 As guerras de independência • 167 O reconhecimento da independência • 169 A organização política do Estado brasileiro
 170 A Constituição de 1824 • 173 A Confederação do Equador
 175 A abdicação de D. Pedro I
- 178 **O período regencial**
 179 A Regência Trina Provisória (abril a junho de 1831) • 179 A Regência Trina Permanente (1831-35)
 179 As correntes políticas durante a Regência
 182 O Ato Adicional de 1834 • 183 A Regência Una de Feijó (1835-37) • 184 A Regência Una de Araújo Lima (1837-40) • 186 As rebeliões regenciais
 186 A Cabanagem (Pará, 1835-40) • 187 A Sabinada (Bahia, 1837-38) • 188 A Balaiada (Maranhão, 1838-41) • 189 A revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-45)
- 190 **A transição para o Segundo Reinado**
- 192 **Questões**
- 193 **CAPÍTULO 7 – O Império oligárquico**
- 194 **Economia e sociedade do Segundo Reinado**
 196 A ascensão do café • 198 A liderança do café • 200 O início da industrialização brasileira: a “era Mauá” • 208 A questão da mão-de-obra no Segundo Reinado
 210 Os imigrantes e o trabalho “livre”
- 213 **A evolução política do Segundo Reinado**
 213 Consolidação e conciliação oligárquica na política interna • 217 A Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-50)
- 218 **Questões**
- 219 **Atividades em história**
- 221 **Exercícios de vestibulares**

UNIDADE III
O Apogeu do Domínio Oligárquico no Brasil

- 240 **CAPÍTULO 8 – A política externa do Império oligárquico e o declínio do Segundo Reinado**
- 241 **Relações externas no Segundo Reinado**
 - 241 A Questão Christie (1863) • 244 As intervenções brasileiras na região do rio da Prata
 - 247 A Guerra do Paraguai (1864-70)
- 253 **O fim do Império**
 - 253 O fim da escravidão • 256 A questão religiosa • 258 A questão militar • 260 A expansão do republicanismo • 262 A proclamação da República
- 263 **Questões**

- 264 **CAPÍTULO 9 – A República da Espada**
- 264 **Os diferentes projetos republicanos**
 - 265 Ideal de uma república liberal • 266 Ideal de uma república jacobina • 267 Ideal de uma república positivista
- 269 **O governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-91)**
- 272 **O governo constitucional de Deodoro da Fonseca (1891)**
- 274 **O governo de Floriano Peixoto (1891-94)**
- 282 **Questões**

- 283 **CAPÍTULO 10 – A República oligárquica**
- 283 **O governo de Prudente de Moraes (1894-98)**
- 289 **O apogeu da ordem oligárquica**
 - 291 Economia: o combate à crise do café
 - 292 Combate aos efeitos da crise: *funding-loan* e saneamento financeiro • 294 Combate às causas da crise: a política de valorização do café • 296 A borracha: alternativa ao café?
- 298 **Sociedade: lutas e frustrações**
 - 298 A revolta popular de 1904 • 300 Outras revoltas: a da Chibata (1910) e a do Contestado (1914)
- 302 **Mecanismos políticos do poder oligárquico**
 - 303 O nível federal: a política do café-com-leite • 304 O nível estadual: a política dos governadores • 305 O nível municipal: o coronelismo
- 306 **Abalos na ordem oligárquica: governo de Hermes da Fonseca (1910-14)**
- 309 **Questões**

- 310 **CAPÍTULO 11 – O declínio das oligarquias (1914-30)**
- 311 **As transformações sociais e econômicas**
 - 314 A burguesia industrial • 315 O operariado • 316 A classe média
- 317 **O tenentismo**
- 319 **O governo de Artur Bernardes (1922-26)**
- 323 **A Semana de Arte Moderna**
- 325 **A Revolução de 1930**
 - 325 O governo de Washington Luís (1926-30) • 327 As eleições de 1930 • 328 A posição de Luis Carlos Prestes • 330 A decisão
- 332 **Questões**

- 333 **Atividades em história**
- 335 **Exercícios de vestibulares**

UNIDADE IV
A Década

- 348 C
- 348 O

- 357 O
- 364 O

- 375 Q
- 376 C
- 376 A
- 377 O

- 383 O
- 387 O
- 390 O
- 396 O
- 399 O
- 404 Q

- 405 CA
- 405 Lib
- 415 A

- 424 A
- 432 Qu

- 433 CA
- 433 O g

- 447 O g
- 451 O g

- 457 O g
- 465 Que

- 466 Ativi
- 468 Exer

- 491 Ind
- 495 Bibl

UNIDADE IV

A Decadência Oligárquica — Ditadura e Democracia

- 348 **CAPÍTULO 12 – A Era Vargas (1930-45)**
- 348 **O governo provisório (1930-34)**
351 A defesa do setor cafeeiro e o estímulo à indústria • 353 A Revolução Constitucionalista de 1932 • 356 A Constituição de 1934
- 357 **O governo constitucional (1934-37)**
357 A radicalização ideológica • 358 Integralistas e aliancistas • 362 O golpe do Estado Novo
- 364 **O Estado Novo (1937-45)**
364 Implantação da ditadura • 366 O fortalecimento do poder do Estado • 369 A intervenção do Estado na economia • 371 O Brasil na Segunda Guerra Mundial • 373 A crise do Estado Novo e a redemocratização
- 375 **Questões**
- 376 **CAPÍTULO 13 – O Regime Liberal Populista (1945-64)**
- 376 **A instalação do Novo Regime**
- 377 **O governo de Dutra (1946-51)**
380 Liberalismo X nacionalismo: projetos para o desenvolvimento do país
- 383 **O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54)**
- 387 **O governo de Café Filho (1954-55)**
- 390 **O desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (1956-61)**
- 396 **O governo de Jânio Quadros (1961)**
- 399 **O governo de João Goulart (1961-64)**
- 404 **Questões**
- 405 **CAPÍTULO 14 – Os anos de chumbo (1964-85)**
- 405 **Liberdade sem democracia (1964-68)**
- 415 **A ditadura total (1968-77)**
417 Os bastidores do “milagre” brasileiro • 421 A luta pela abertura do regime
- 424 **A abertura (1977-85)**
- 432 **Questões**
- 433 **CAPÍTULO 15 – O Brasil atual**
- 433 **O governo de José Sarney (1985-90)**
434 A instalação do novo governo • 435 O Brasil e a globalização capitalista • 439 Evolução econômica • 443 Evolução política • 445 A sucessão presidencial
- 447 **O governo de Fernando Collor de Mello (1990-92)**
448 O impeachment de Collor • 450 A integração neoliberal
- 451 **O governo de Itamar Franco (1992-95)**
452 A normalização econômica • 455 A sucessão política
- 457 **O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-)**
457 A composição governamental • 459 O Brasil e a aceleração do processo de globalização
- 465 **Questões**
- 466 Atividades em história
- 468 Exercícios de vestibulares
- 491 **Índice Remissivo**
- 495 **Bibliografia**

• NOTA •

É prática difundida nos manuais de história recorrer-se à divisão em períodos para facilitar o trabalho de localização cronológica, análise e comparação do processo de desenvolvimento humano. Por ser um recurso didático, a periodização não visa à exatidão científica absoluta e, pelas controvérsias que gera, não tem aceitação unânime. Sendo assim, e por sua imprescindibilidade, utilizaremos uma divisão muito simples da história para referências temporais.

De início, tomaremos a invenção da escrita, por volta de 4000 a.C., como o marco que encerra o grande período da chamada **Pré-história**. Considerada como uma das mais importantes fontes de estudo do passado, a escrita é tomada como indicador do início dos tempos históricos, somente como recurso didático, já que, mesmo antes de sua invenção, os povos, naturalmente, tinham história, só que não a registravam em caracteres escritos.

Também a **Pré-história** foi subdividida pelos estudiosos. Neste livro, falaremos em **Paleolítico Inferior** e **Superior**, períodos que se estenderam desde a descoberta dos mais antigos espécimes humanos até perto de 10000 a.C. e que se caracterizaram pelo nomadismo e pelas atividades de caça, pesca e coleta, e em **Neolítico**, período da vida em que o ser humano se sedentariza, graças ao desenvolvimento das práticas agrícolas e da domesticação de animais, isto até a criação da escrita.

Quanto aos tempos históricos, foram divididos em quatro períodos: a **Antigüidade** (4000 a.C. a 476), caracterizada pelo predomínio do escravismo como estrutura socioeconômica, política e cultural; a **Idade Média** (476 a 1453), marcada pelo feudalismo; a **Idade Moderna** (1453 a 1789), na qual assistimos ao desenvolvimento e decadência do Antigo Regime; e a **Idade Contemporânea** (de 1789 à atualidade), quando o capitalismo atingiu sua plenitude, passando pela fase industrial e atingindo a fase de capitalismo financeiro.

No que se refere à história do Brasil, adotamos a seguinte periodização: os primórdios de nossa história, aqui denominados **Pré-história brasileira** (antes de 1500), **Brasil colônia** (de 1500 a 1808), **Brasil monárquico** (de 1808 a 1889) e **Brasil republicano** (1889 aos dias atuais). As subdivisões desses períodos serão indicadas ao longo da apresentação de suas características mais importantes.

Introdução

à História

do Brasil



Arte rupestre, Toca do Carmo (BA), Fernando Vivas, Abril Imagens.

U N I D A D E

I

CAPÍTULO 1

A PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA

neste primeiro capítulo, vamos estudar o quadro humano americano e brasileiro mais remoto, antes da Idade Moderna e da chegada dos europeus à América no final do século XV.

Este período, conhecido também como pré-colombiano – anterior à chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano, em 1492 –, inclui os primórdios de nossa história, já que, na época, nosso continente não apresentava as subdivisões regionais em Estados, como conhecemos atualmente. Vivia-se naquele tempo, na maior parte do atual território brasileiro, sob as estruturas que precederam as grandes organizações políticas e sociais características das chamadas grandes civilizações.

As primeiras comunidades humanas na América

Estudos mostram que a espécie humana surgiu em regiões de clima quente, nas zonas tropicais ou subtropicais do planeta, muito provavelmente no continente africano. São conhecidos inúmeros fósseis dos primeiros homínídeos, destacadamente dos *Australopithecus*, que remontam a mais de três milhões de anos.

Desenvolvendo-se desde o *Australopithecus*, o *Homo erectus*, último estágio de desenvolvimento humano antes do *Homo sapiens*, surgiu somente por volta de 1,8 milhão de anos atrás. O *Homo sapiens*, por sua vez, representando a espécie animal a que pertencemos, só apareceu no planeta há cerca de 500 mil anos. Entre os especialistas não é raro encontrar os que defendem que o *Homo erectus*, ancestral de todas as etnias humanas atuais, fosse africano e de pele negra.

Por centenas de milhares de anos e com a progressiva multiplicação populacional, estes primeiros espécimes humanos espalharam-se pela Europa e Ásia e, no final do período Paleolítico, alcançaram a América.

É provável que os primeiros humanos que chegaram à América, considerando os fósseis conhecidos, viessem em pequenos grupos nômades perto de 100 mil anos atrás. Para muitos especialistas, a América só foi alcançada por grupos humanos no atual estágio de desenvolvimento da espécie; outros estudiosos, porém, falam na possibilidade de que ancestrais do *Homo sapiens*, da espécie *erectus*, tenham sido os primeiros a conquistar o novo continente.

John Reader/Science Photo Library



Musée de l'Homme, Paris.

Originários de um mesmo tronco comum, o *Australopithecus* (em cima) possuía um cérebro de volume entre 350 e 600 cm³, o *Homo erectus*, entre 700 e 1 250 cm³ e o *Homo sapiens sapiens* (embaixo), entre 1 200 e 1 600 cm³.

A maioria dos paleontólogos, antropólogos e outros especialistas da origem humana reafirmam em seus estudos que o homem americano é certamente alóctone, ou seja, proveniente de outras regiões, já que os vestígios conhecidos até agora em nosso continente são bastante recentes.

Veja alguns comentários afirmativos sobre o assunto:

"O homem americano não é autóctone. Vindo do Antigo Continente não surge no Novo Mundo antes do fim do Quaternário, depois do retrocesso das grandes glaciações, e só pode chegar a ele utilizando vias de acesso iguais às existentes hoje, posto que a América possuía, desde essa época remota, os seus contornos atuais."

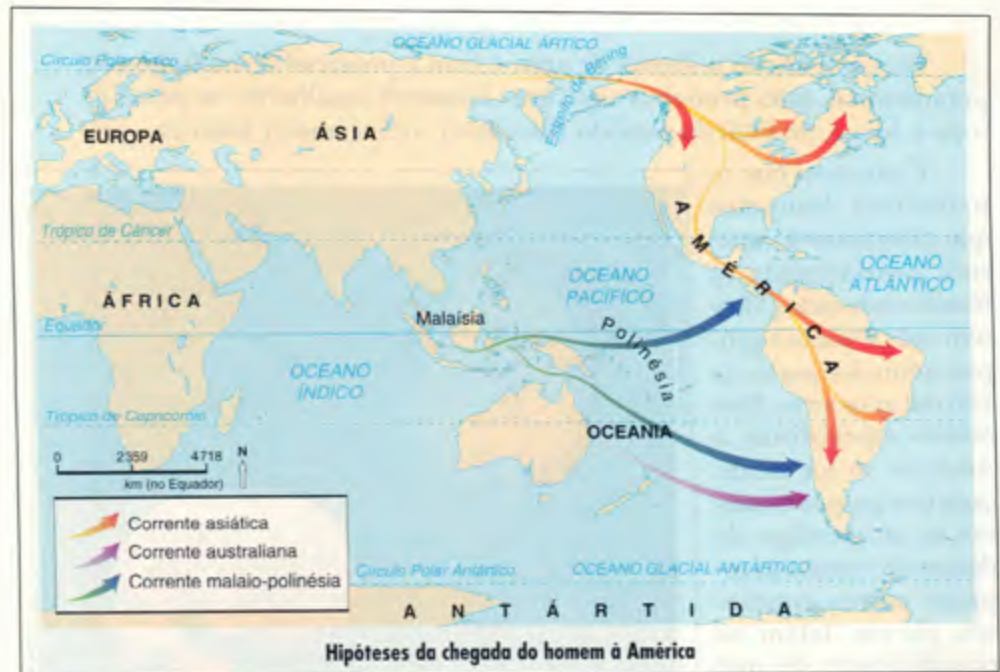
Paul Rivet

"Uma vez que a América do Sul foi sempre desprovida de Primatas aperfeiçoados, de macacos superiores, não é nesse continente que se pode esperar descobrir representantes dos primeiros homens ou de seus antepassados."

Marcelin Boule e Henri V. Vallois

"Até agora, em toda a América do Norte e do Sul, só conhecemos o Homo sapiens, nenhum Homo primigenius ou de Neandertal. Quando, entre índios vivos, ainda hoje encontramos, no aspecto do crânio, uma ou outra característica neandertalóide, também continuam essas formas sendo de Homo sapiens recente."

(WEINERT, Hans. In *Estudos de Pré-história geral e brasileira*. São Paulo, Instituto de Pré-história, Universidade de São Paulo, 1970. p. 13.)



Dentre os vários caminhos possíveis que esses primeiros grupos humanos percorreram para chegar ao nosso continente, vale destacar o da Ásia para a América através do estreito de Bering. Buscando provavelmente a sobrevivência e sendo dependentes da natureza, bandos de homens paleolíticos foram expulsos de suas regiões de origem pela glaciação, fenômeno climático de vários séculos de duração, caracterizado pela diminuição intensa da temperatura. Tal situação aumentava as massas de gelo do planeta enquanto rebaixava o nível do mar, permitindo que em alguns lugares, como no estreito de Bering, o solo emergisse, ocasionando a passagem por terra firme entre o continente asiático e o americano.

Outro caminho normalmente lembrado para a chegada do homem primitivo à América é pelo oceano Pacífico. Possivelmente, usando as inúmeras ilhas da região como escala, os bandos humanos teriam atravessado o extenso oceano, passando da Ásia para a costa da América do Sul. É também possível que esses caminhos e ainda vários outros tenham sido todos eles realizados na Pré-história, permanecendo a incógnita, no entanto, sobre qual teria sido o primeiro trilhado pelos homens primitivos.

A diversidade das características biológicas, lingüísticas e outras evidências dos ameríndios (populações originais da América) já estudadas favorecem a hipótese de que o povoamento da América tenha sido feito por asiáticos, através do estreito de Bering, e também por australianos e habitantes das ilhas do oceano Pacífico (como melanésios e polinésios) através da Antártida e Terra do Fogo.

"O pressuposto de que o Homem teria vindo unicamente a pé, atravessando a Beringia através dos rebanhos de animais que migravam, não faz justiça à capacidade intelectual humana, reduzindo o Homem americano a um descendente de um animal não mais capaz que os camelos, mastodontes e bisões que migraram para a América.

Para migrar através da Beringia os grupos humanos teriam tido que se adaptar ao frio intenso que reinava nessa planície gelada. (...)

Refletimos sobre diversas possibilidades, e hoje é válido propor como hipótese de trabalho que diversos grupos humanos chegaram à América, por diferentes vias de acesso, tanto marítimas como terrestres. Pode-se também propor que os primeiros grupos chegaram até o continente há pelo menos 70 mil anos.

Os sítios nos quais foram encontrados vestígios datados do Pleistoceno final são raros na América, mas no Brasil temos alguns para os quais a quantidade e a qualidade dos vestígios encontrados e número de datações ^{14}C [carbono-14] obtidas são excepcionais e nos permitem afirmar que o Homem colonizou as terras do continente bem antes da data admitida pela teoria clássica."

(GUIDON, Niede. "As ocupações pré-históricas do Brasil". In: CUNHA, Manuela Cardoso da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992. pp. 38-9.)

Há hoje, enfim, uma aceitação quase generalizada entre os especialistas de que o homem não surgiu na América, veio de fora, e de que a imigração mais provável até o momento para o povoamento da América, porém não única, foi a de asiáticos. Outra hipótese aventada é a de que esses primeiros grupos humanos tenham chegado ao novo continente antes de 40 mil anos atrás; mas aceita-se a possibilidade de que o período tenha sido 70 ou até mais de 100 mil anos atrás. Admite-se também que os primeiros povoadores apresentavam características culturais típicas do Paleolítico Superior, sendo basicamente caçadores, coletores, pescadores e nômades.

Os sítios arqueológicos mais antigos da América

Admite-se que a ocupação da América do Norte tenha durado cerca de 25 mil anos e que, a seguir ou mesmo simultaneamente a outras migrações, por uma via ainda hoje desconhecida, tenha se dirigido para a América do Sul, alcançando a Patagônia, no extremo sul do continente americano, antes de 10000 a.C.

As migrações e a dispersão populacional pelo continente, ao longo dos anos, ajudam a explicar a diversidade lingüística que se observava na América pré-colombiana, chegando, no final do século XV, a mais de 2 500 línguas nativas.

No Brasil, as evidências mais antigas da presença humana estão na região do município de Central, estado da Bahia, e nas proximidades do mu-

nicípio de São Raimundo Nonato, no Piauí. Na Bahia, o sítio arqueológico da Toca da Esperança apresenta indícios da presença do *Homo erectus* seguramente bem anteriores a 50 mil anos, mas esses dados ainda não foram oficializados pela comunidade científica internacional. Alguns especialistas arriscam estimativas até anteriores a 150 mil anos para as evidências da ocupação humana na região, sendo que as indústrias lítica (fabricação de pedras lascadas) e óssea e outras marcas humanas encontradas na Toca da Esperança foram datadas de cerca de 300 mil anos.

Os trabalhos liderados pela professora Maria Beltrão, do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na região do médio São Francisco, especialmente no município de Central, ganharam impulso no final da década de 1980 e, atualmente, começam a atrair o interesse internacional. Esses poderão ser os primeiros passos para a confirmação, aprofundamento e reconhecimento oficial de estimativas de tão remota existência humana no Brasil, sendo até possível que fique registrada como uma das mais antigas do continente. Porém, por enquanto, as datações já realizadas serviram-se de técnicas que levaram alguns estudiosos a opor reservas às estimativas levantadas.



"A Toca da Esperança foi ocupada entre mil anos atrás até 22 mil anos pelo Homo sapiens sapiens, isto é, pelo ... homem da hoje. Estava desocupada por um longo período anterior a 22 mil anos quando a Toca se tornou impossível de ser habitada em razão da umidade. Entre 204 mil e 295 mil anos antes do presente ela foi possivelmente habitada pelo Homo erectus.

As datações mais recentes foram obtidas pelo método do carbono-14, que data até uns 50 mil anos com bastante segurança. As datações mais antigas da Toca foram realizadas na França através do Método do Desequilíbrio da Série de Urânio (método do Urânio-Tório), ideal para datar ossos com idades entre 3 mil e 300 mil anos."

(BELTRÃO, Maria. *Revista Geográfica Universal*, Rio de Janeiro, Bloch Editores, janeiro/fevereiro de 1992, p. 90.)

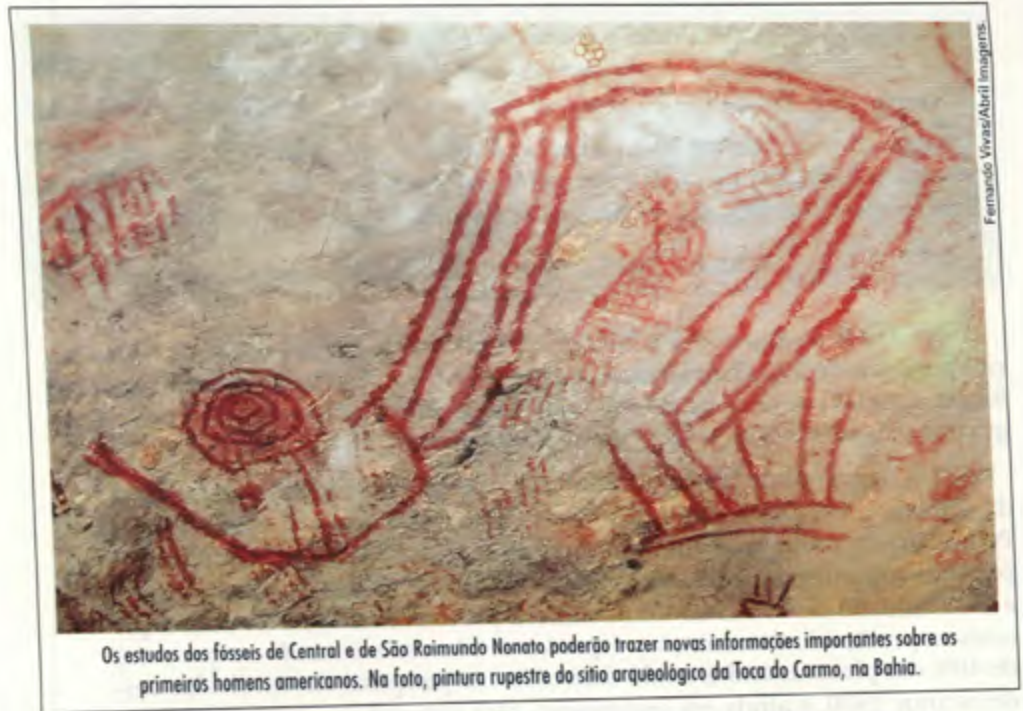
No Piauí, os arqueólogos Niéde Guidon e Fábio Parenti estudaram vários dos mais de 300 sítios arqueológicos encontrados. As pinturas rupestres foram datadas em mais de 20 mil anos e as pedras lascadas e restos de fogueiras deixados por grupos primitivos, em mais de 56 mil anos.

Nas figuras pintadas em paredes rochosas do Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí, destacam-se as do sítio da Pedra Furada, onde predominam cenas de caça, trabalho e vida familiar. As pinturas rupestres da região estão bem conservadas graças à aridez do clima e à dificuldade de acesso ao local, embora processos naturais de destruição tenham produzido descamações e quedas de blocos, estimando-se que cerca de 40% das pinturas tenham sido destruídas. As pesquisas desenvolvidas desde os anos 1970, e ainda em andamento, têm avançado progressivamente.

Graças a esses e outros trabalhos arqueológicos em curso no Brasil, pode-se afirmar com relativa segurança que a presença humana na América do Sul remonta a mais de 70 mil anos.

Isso representa um enorme avanço, pois, na década de 1970, os achados arqueológicos humanos não possuíam mais de 10 mil anos e, há pouco mais de 50 anos, o limite máximo da idade dos fósseis era de 6 mil anos. Estudiosos que ousassem defender que a presença humana na América era mais antiga não eram bem vistos na comunidade científica. Atualmente, ao contrário, não é raro entre os especialistas admitir-se a existência de ameríndios bem mais antigos. Na década de 1950, só se admitia a hipótese do povoamento da América por asiáticos que aqui chegaram por terra. Aceitava-se a idéia de que os primeiros habitantes do continente apresentavam reduzida capacidade intelectual e tecnológica, sem condições de avançar além de um determinado estágio de desenvolvimento. Os recentes progressos arqueológicos, contudo, apontam até mesmo a possibilidade de um povoamento da América do Sul anterior ao da América do Norte.

É provável que vestígios humanos ainda mais antigos tenham sobrevivido à destruição do tempo e que sua descoberta e estudo possam trazer à luz novos e importantes conhecimentos sobre essa época tão distante do passado americano. É admissível até que tais estudos confirmem a hipótese de que o povoamento da América iniciou-se antes de 100 mil anos atrás, como já defendem alguns especialistas respeitáveis envolvidos nesse trabalho.



Fernando Vivas/Abri Imaginis

Os estudos dos fósseis de Central e de São Raimundo Nonato poderão trazer novas informações importantes sobre os primeiros homens americanos. Na foto, pintura rupestre do sítio arqueológico da Toca do Carmo, na Bahia.

Outros importantes sítios arqueológicos do continente americano, com vestígios humanos anteriores a 30 mil anos, localizam-se nos Estados Unidos – nos estados da Califórnia, Nova Iorque e Texas –, no Canadá – em Old Crow, próximo ao Alasca – e no México – em El Cedral e Tlapacoya. Na América do Sul, podemos mencionar os da Bahia e do Piauí, no Brasil, e o de Monte Verde, no Chile.

Organizações sociais pré-colombianas

O avanço das investigações arqueológicas poderá, inclusive, indicar qual a primeira rota de migração dos povoadores da América.

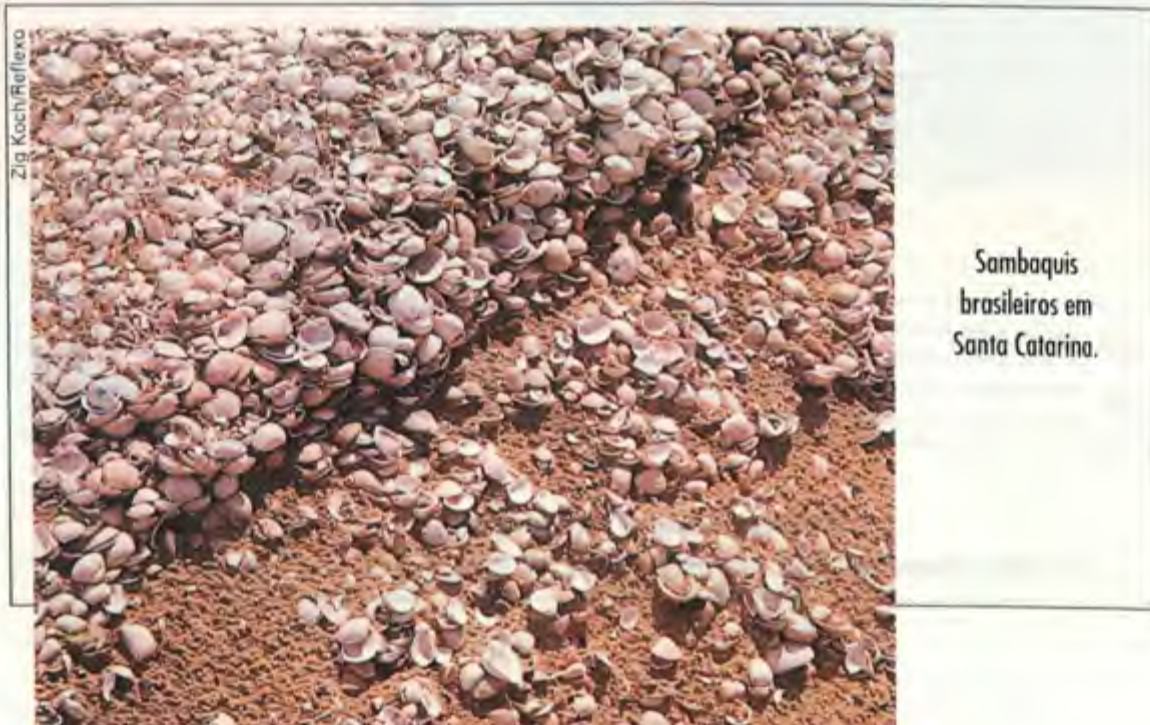
As pesquisas realizadas nesses sítios arqueológicos têm revelado que, até a chegada dos conquistadores europeus à América, a partir do século XV, a maioria dos agrupamentos humanos que habitava a América do Norte, o Caribe, o Brasil e a parte sul do continente apresentava um tipo de vida bastante simples, sobrevivendo graças à caça, pesca, coleta e agricultura rudimentar. Já outras regiões contavam com comunidades altamente organizadas e hierarquizadas do ponto de vista social e político, desenvolvendo uma agricultura de alta produtividade quando comparada às demais regiões americanas.

"Acreditava-se no passado ter existido um só foco de desenvolvimento da agricultura e da criação, situada no Oriente Próximo, do qual tais atividades progressivamente se estenderam, ganhando outros ambientes aos quais se adaptaram através da domesticação de novas espécies vegetais e animais. Agora acredita-se no pluralidade de focos da 'revolução neolítica'. Em particular, é hoje bastante difundida a opinião de ter ocorrido uma invenção da agricultura na América, independentemente do Velho Mundo, embora haja alguns problemas ligados à origem botânica de certas plantas e à prioridade geográfica de sua domesticação."

(CARDOSO, Ciro Flamarion S. *América pré-colombiana*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 36.)

No Brasil, entre os numerosos testemunhos de um quadro paleolítico e de transição neolítica estão sambaquis espalhados por todo o nosso litoral, destacadamente no Sul, confirmando que nossos antepassados partilhavam de uma vida grupal rudimentar (a palavra "sambaqui" deriva do tupi *tamba*, que significa 'marisco', e *ki*, 'amontoamento'). Alguns desses volumosos montes de conchas e esqueletos de peixes, que atestam que a base da alimentação dessas populações era composta de animais marinhos, chegam a ter mais de dez metros de altura. Outros vestígios da presença humana tão antiga e rudimentar em todo o território brasileiro são as pontas de flechas, machados, potes de barro e outros utensílios, sem se esquecer das pinturas rupestres.

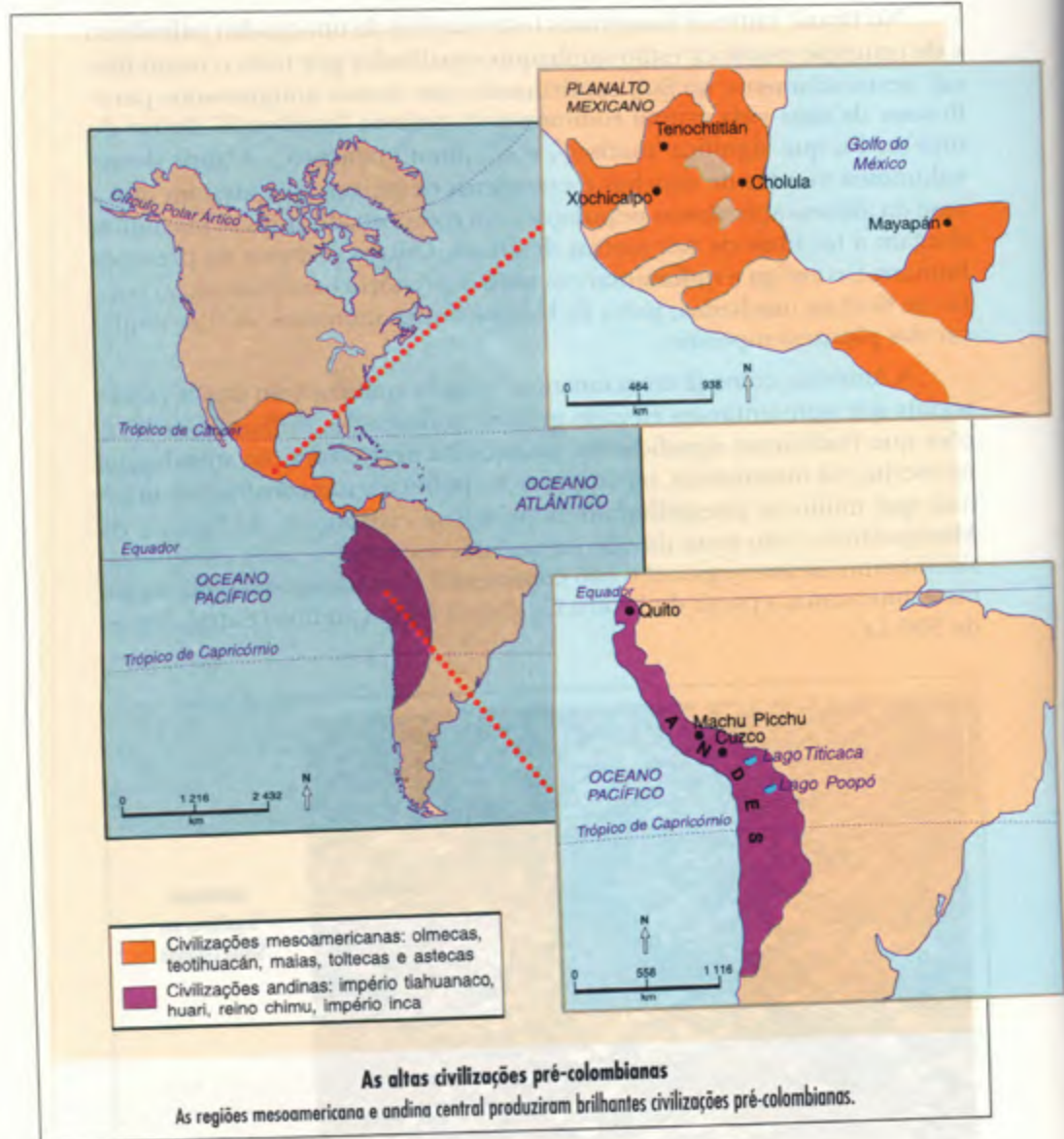
A América, como já mencionamos, contou também com organizações sociais que apresentavam elevado grau de sofisticação, brilhantes civilizações que realizaram significativos avanços na agricultura, na metalurgia, na escrita, na matemática, na organização política e nas construções urbanas, que muito se assemelharam às primeiras civilizações do Egito e da Mesopotâmia. Não resta dúvida de que tais sociedades, mais complexas, tiveram um caráter regional e não continental, destacando-se as da região mesoamericana, a partir de 1200 a.C., e as da região andina central depois de 300 a.C.



Sambaquis
brasileiros em
Santa Catarina.

Na Mesoamérica, região que envolve o atual México e toda a América Central, ergueram-se, e depois desabaram, diversas civilizações como a dos olmecas, a da cidade de Teotihuacán, a dos maias, a dos toltecas e especialmente a asteca.

Na região andina central, correspondente à área que engloba principalmente os atuais territórios do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Chile e Argentina, destacaram-se as civilizações do Império Tiahuanaco e Huari, o reino Chimú e sobretudo o Império Inca.



O ameríndio brasileiro

É provável que os primeiros grupos humanos tenham chegado ao Brasil através do estreito do Panamá por três possíveis caminhos. O primeiro pode ter sido o das zonas baixas orientais da América do Sul, pelo qual, depois de passarem pelo litoral da Colômbia e Venezuela, entraram na bacia Amazônica. Outro caminho possível teria sido o dos Andes, em latitudes baixas, e uma terceira rota seria a litorânea. Sobre essa última, os primeiros povoadores podem ter chegado ao Brasil por dois caminhos opostos: beirando o Pacífico até a Patagônia e depois rumando no sentido sul-norte do litoral Atlântico brasileiro ou, ao contrário, pelo norte, no sentido norte-sul, descendo do Caribe para o Nordeste rumo ao Atlântico Sul. Seja como for, usando uma ou mesmo todas as rotas indicadas, o certo é que por volta do ano 10000 a.C. já havia inúmeras comunidades humanas espalhadas pelo território brasileiro.

"O Brasil foi, portanto, colonizado desde épocas bastante remotas. Todo o país lá estava ocupado desde há 12 mil anos. A população era densa, pelo menos na região Nordeste, a partir de 8 mil anos.

A agricultura apareceu entre -4 mil e -3 mil, sendo praticada em todo o território nacional desde -2 mil anos, mesmo que de uma maneira restrita.

A técnica de fabricação de vasilhas em cerâmica, fora da Amazônia, parece ter sido corrente a partir de -3 mil anos, pelo menos na área arqueológica de São Raimundo Nonato, no Piauí. Durante todo o holoceno, grandes famílias lingüísticas deviam dominar vastas áreas, mas as guerras intertribais que antecederam a chegada do colonizador branco embaralharam a situação, tornando difícil o correlacionamento entre as culturas pré-históricas e as tribos indígenas da época do contato.

Um projeto de âmbito nacional deveria ser criado para pesquisar, de modo intenso e estruturado, as origens pré-históricas dos grupos indígenas brasileiros."

(GUIDON, Niède. "As ocupações pré-históricas do Brasil". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. 1992. p. 52.)

Os dados disponíveis sobre os primeiros povoadores do Brasil costumam ser divididos segundo duas grandes áreas geográficas distintas: a região amazônica e o Brasil centro-meridional.

Os habitantes da região amazônica vieram em ondas sucessivas pelo oeste e/ou noroeste, cujos vestígios mais antigos são ligados a esta seqüência tecnológica: os primeiros habitantes confeccionavam artefatos líticos rudimentares (feitos de pedra), lascados pela **percussão** de um material mais resistente contra um mais fraco; passando para os artefatos líticos, lascados por **pressão**, dos grupos de caçadores-coletores; e, mais tarde, alcançando a fabricação de **cerâmicas**, estas datadas de antes de 500 a.C. Estudos revelam que os caraíbas ocuparam o norte da América do Sul, depois de passarem pela Amazônia, emprestando o nome de sua língua ao atual Caribe.



Pouco se sabe sobre a vida humana nessa região antes do aparecimento da cerâmica. É provável que a baixa resistência de ossos e artefatos de madeira ao clima da região, bem como a escassez de instrumentos de pedra, representem uma barreira na descoberta de vestígios humanos anteriores à fase da cerâmica. Contudo, os raros achados apontam para a existência humana na região em períodos bem anteriores.

Ao sul da bacia Amazônica, na região de Lapa do Sul, Mato Grosso, foram descobertos instrumentos pré-cerâmicos, com datação estimada em cerca de 12 500 anos, e no sul de Goiás, com datas superiores a 8 000. Já ao norte da Amazônia existem vestígios arqueológicos de mais de 10 000 anos na Venezuela e de cerca de 8 000 nas Guianas.

Os povos amazônicos espalharam-se pela região sobressaindo, por volta do ano 1000, a cultura marajoara. Acredita-se que nessa época tenha-se desenvolvido a sociedade mais complexa da Amazônia, cujo desaparecimento remonta à chegada dos conquistadores europeus.

Indicando possíveis vínculos dos povos amazônicos com as culturas mais sofisticadas de outras regiões americanas, um professor do setor de arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais destacou:

"(...) as culturas amazônicas do início de nossa era compartilham uma série de traços tanto com a Mesoamérica quanto com as civilizações dos Andes dos períodos 'Formativo' e 'Clássico'. A breve lista que se segue é ilustrativa, embora, por certo, incompleta:

- *Importância das estatuetas femininas ocas (onipresentes no Formativo da América Central).*
- *Papel das 'pedras verdes' (desde os olmecas).*
- *Edificação de aterros, cerimoniais, ou base de habitações (idem).*
- *Vasos do tipo 'Tlaloc' (típicos da cultura Teotihuacán, que aparece também na fase Marajoara).*
- *Decoração em champlévê (idem).*
- *Vasos tripodes (particularmente comuns na área maia).*

Os elementos comuns às áreas amazônica e andina são menos numerosas, embora também impressionantes:

- *Ídolos do tipo Santarém apresentam semelhanças nitidas com estátuas peruanas, e o olho de tipo 'llorón' é tipicamente Tiahuanaco.*
- *Várias formas de cerâmica muito típicas, como 'tangas', bancos ou urnas cinerárias em forma de pessoa sentada num banco (culturas Marajoara e cemitérios Maraca).*
- *Os vasos 'de gargalo' Santarém apresentam um parentesco, até nos mínimos detalhes, com potes de cultura Jama-Coaque (litoral equatorial).*"

(PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 470.)

Ampliando a polêmica sobre as hipóteses anteriores, Anna Curtenius Roosevelt assinala:

"A partir dos antigos pressupostos sobre as deficiências ambientais da floresta tropical sobre o hábitat para o desenvolvimento cultural e demográfico, o que se esperava originalmente era que estas culturas fossem inferiores em escala e complexidade às 'altas culturas' dos Andes e da Mesoamérica, sendo seu desenvolvimento inspirado no estímulo, senão nas invasões, provenientes de fora. Mas se o meio ambiente tropical não se constitui como limitação ao desenvolvimento cultural indígena, então estas considerações não são válidas. De fato existe uma abundância de evidências indicando que estas sociedades eram de origem local e que atingiram uma escala significativa e um alto nível de complexidade. Seu surgimento, no decorrer do último milênio antes do advento do era cristã, é posterior ao nascimento de sociedades similares nos Andes, em cerca de 2000 a.C."

(ROOSEVELT, Anna Curtenius. "Arqueologia amazônica". In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. 1992. p. 81.)

Na parte central e meridional do território brasileiro destacam-se os achados da região mineira de Lagoa Santa, datados de 8000 a.C., os sambaquis litorâneos de 10000 a.C. em diante, os "cerritos" ou "cômoros", sítios encontrados sobre amontoados de origem mineral, típicos do Rio Grande do Sul, datados do século I a.C., e os sítios arqueológicos com presença de cerâmica tupi-guarani após 1000 a.C.



A população ameríndia que se fixou e desenvolveu em território brasileiro caracterizou-se pela diversificação, tanto no aspecto físico quanto no lingüístico e dos costumes. A diferenciação físico-cultural ainda hoje é evidente entre os ameríndios remanescentes como já o era na época da chegada dos europeus, no século XV.

Os conquistadores, decididos a submeter os habitantes do Novo Mundo, chamaram-nos de índios, primeiro pelo engano de julgarem ter chegado às terras da Índia e, depois de constatado o erro, pela intenção de dar um nome generalizante que enfatizasse a subordinação. Tal postura trazia a concepção de que, sendo "índios", eram diferentes, "inferiores" e, principalmente, passíveis de se transformarem no instrumento de submissão à exploração colonialista dos cristãos europeus. Algumas vezes com violência ilimitada, os europeus infligiram um verdadeiro genocídio à população nativa americana, saqueando suas riquezas e forçando-a ao trabalho em função dos interesses da metrópole.

Pouco sabemos sobre a quantidade de grupos indígenas existentes no Brasil antes da conquista européia, mas é certo que, graças a ela, “a população aborígine decresceu desde então rapidamente e não deixou de diminuir até hoje. Basta dizer que no ano de 1900 o número de grupos tribais no Brasil era de duzentos e trinta; entretanto, em 1957 era somente de cento e quarenta e três. Em apenas 57 anos, desapareceram 87 grupos tribais. Entretanto há grupos cuja população tem realmente aumentado.” (Julio Cezar Melatti, *Índios do Brasil*. p. 29.)

Classificar os atuais grupos remanescentes, cuja maioria se encontra na região amazônica, seguida da Centro-Oeste, é tarefa difícil. A opção lingüística, adotada pelos primeiros colonizadores, indicava a existência de dois grupos: os tupis, primeiro grupo encontrado pelos conquistadores portugueses no litoral brasileiro, e os tapuias. Como os portugueses, especialmente missionários jesuítas, aprenderam a língua tupi, chegando até a conceber uma gramática nos moldes da sua própria língua, acabaram supervalorizando os tupis, e, pejorativamente, passaram a chamar os povos de línguas diferentes de “povos de língua travada”, ou tapuias. A intensidade dos contatos com o tupi permitiu, sobretudo, preservar dados mais seguros sobre seus costumes, o que não se deu com relação a outros povos.

Os estudos de Von Martius e Von den Steinen no século passado demonstraram que, entre os tapuias, existia uma variedade de línguas que não pertenciam a um mesmo tronco lingüístico comum, e nova classificação foi adotada: além dos tupis, podiam-se identificar os jês, os caraíbas e os aruaques.

Recentemente, partindo dos atuais idiomas indígenas, usou-se uma classificação que reúne, numa só classe, as línguas que tiveram origem comum, a partir da análise de vocábulos e derivações segundo leis fonéticas. Dessa forma, buscou-se mostrar que as atuais línguas derivam de uma anterior, desaparecida, que até poderia ser recriada, compondo o tronco ou bloco lingüístico.

Levantar gramáticas, fonologias e vocabulários organizados e detalhados das atuais línguas indígenas poderia servir para a aplicação do chamado “método de reconstrução” desenvolvido na lingüística comparativa. Existem hoje conhecimentos parciais das línguas já documentadas, com significativos avanços quanto às línguas tupi e aruaque e reduzidas conquistas quanto à jê e à caraíba.

Vale observar também que o tupi é visto como um tronco composto por variadas línguas aparentadas pertencentes a um conjunto de tribos que se espalham pelo Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru.

Formando o tronco, as línguas aproximadas compõem as famílias que se subdividem em línguas, e estas, em dialetos. Assim, a família tupi-guarani reúne os grupos tribais guaranis dos vales dos rios Uruguai e Paraná e os tupis do Rio de Janeiro, Maranhão e Amazônia, segundo uma classificação bastante usual.



MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*.
São Paulo, Hucitec, 1993.

Troncos e famílias lingüísticas indígenas brasileiras

O professor Aryon Dall'Igna Rodrigues, estudioso das atuais línguas indígenas brasileiras, elaborou o seguinte quadro classificatório:

FAMÍLIAS, LÍNGUAS E DIALETOS DO TRONCO TUPI

Famílias	Línguas	Dialetos
1) tupi-guarani	guarani tenetehára _____ apiaká tapirapé kamayurá kawahib _____ _____ aweli mawé	kayová, nandéva, mbüá guajajara, tembe asuriní, suruí (do Pará) parintintin, diahói, tenharim, júma, kayabi kaapór (urubu) oyampi, emerion, karipuna (do Amapá)
2) munduruku	munduruku	
3) juruna	juruna	
4) arikêm	karitiana	
5) tupari	tupari makurap kepkirawat	
6) ramarâma	itogapuk arara (de Rondônia)	
7) mondé	salamâi gavião (de Rondônia) surui (de Rondônia) cinta-larga masaká	
8) línguas não classificadas em família	avá guajá	

FAMÍLIAS, LÍNGUAS E DIALETOS DO TRONCO MACRO-JÊ

Famílias	Línguas	Dialetos
1) jê	timbira kayapó suyá akuên kaingang, xokleng	ramkokamekrá (canela), krinkati, apinayé, krahó, gavião (do Pará), pükobyê, apaniekrá (canela) xikrin, gorotire, kubén, kran-kegn e kokraimôro, mekranoti, mentuktire e txukahamâi xavante, xerente, xakriabá (não mais falada)

FAMÍLIAS, LÍNGUAS E DIALETOS DO TRONCO MACRO-JÊ

Famílias	Línguas	Dialetos
2) maxakali	maxakali, pataxó (não mais falada)	
3) kariri	kariri (não mais falada)	
4) borôro	borôro, umutina	
5) línguas não classificadas em famílias	krenak (não mais falada) iatê karajá guatô, eripaktsá	karajá, javoé, xambioá

FAMÍLIAS, LÍNGUAS E DIALETOS DO TRONCO ARUAQUE

Famílias	Línguas	Dialetos
1) aruaque	guaná, paresi manitenéri, banuwa, tariana mandawaka, wapitxana, palikur	terena waurá, mehinaku, yawalapiti apurinan, kaxarari
2) arawá	kulina, yamamadi, dani	

LÍNGUAS AINDA NÃO CLASSIFICADAS EM TRONCOS

Famílias	Línguas	Dialetos
1) karib	bakairi galibi, apalai mayongong, tiriyo taulipang	nahukuá, kuikúru, kalapalo arara (do Pará), txikão urukuyâna, wayâna hixkariâna, katxuyana, waiwai, arikiêna malkuxi, waimiri
2) maku		
3) yanoâma	sanüamá, yanâm, yanomâm, yanomámü	
4) tukâno	tukâno, kobewa	
5) katukina	katukina (do Amazonas), kanamari	

LÍNGUAS AINDA NÃO CLASSIFICADAS EM TRONCOS

Famílias	Línguas	Dialetos
6) mura	mura-pirahá	
7) pãno	kaxinawa, nukini, poyanawa, amawaka, yaminawa, katukina (do Acre), marubo, mayoruna, kulina, karipuna (de Rondônia)	
8) txapakura	pakaanova	
9) nambikuara	nambikuara do Norte, nambikuara do Sul, sabanê	
10) guaikuru	kadiwêu	

LÍNGUAS NÃO CLASSIFICADAS EM FAMÍLIAS

tükuna irântxe e menkü	kanoê trumái	xukuru (não mais falada)
---------------------------	-----------------	--------------------------

TRIBOS QUE NÃO FALAM MAIS LÍNGUAS INDÍGENAS

karipuna	galibi-maworno
potiguara	kambiwá
atikum	pankararé
pankararu	xukuru-kariri
tuxá	kaimbé
kiriri	truká
pataxó	pataxó-hāhāhāi
xabriabá	krenak
"tupinikin"	

* Os traços horizontais (——) indicam línguas que não receberam nomes.



Outra forma usual de classificação dos índios brasileiros é a proposta pela etnologia, definindo áreas culturais a partir não apenas da língua, mas também de costumes e artefatos das tribos, típicos de uma determinada região. Veja no mapa acima as áreas culturais indígenas brasileiras do século XX, segundo a classificação elaborada pelo etnólogo Eduardo Galvão.

A conquista do Brasil e o domínio sobre seus habitantes

A chegada dos europeus à América, no século XV, significou o início da destruição da maioria das organizações sociais, culturais e políticas existentes. Os chamados conquistadores confiscaram as terras indígenas, sua liberdade e, muito frequentemente, suas vidas. Mais da metade dos cerca de 80 milhões de ameríndios que então se distribuíam por todo o continente acabaram mortos em pouco menos de um século de colonização. No Brasil, dos aproximadamente 3,5 milhões de índios em 1500, restam atualmente pouco mais de 200 mil indivíduos.

Além da submissão à exploração colonial dos sucessivos confrontos armados e da expulsão de suas terras, os indígenas também foram destruídos pelas doenças trazidas pelos conquistadores. Como não possuíam qualquer resistência às enfermidades desconhecidas na América, as contaminações por gripe, sarampo, catapora, pneumonia, varíola, entre outras, foram amplas e dizimadoras entre os nativos. Neste aspecto, antigas e novas doenças introduzidas ao longo da história brasileira fizeram e continuam fazendo vítimas entre os indígenas.

“Sem entrar em detalhes, e para dar somente uma idéia global (apesar de não nos sentirmos totalmente no direito de arredondar os números em se tratando de vidas humanas), lembraremos que em 1500 a população do globo deve ser da ordem de 400 milhões, dos quais 80 habitam as Américas. Em meados do século XVI, desses 80 milhões, restam 10. Ou, se nos restringirmos ao México: às vésperas da conquista, sua população é de aproximadamente 25 milhões; em 1600, é de 1 milhão.

Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse. É um recorde, parece-me, não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% e mais), mas também absolutos, já que estamos falando de uma diminuição da população estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a esta hecatombe.”

(TOBOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo, Martins Fontes, 1991. p. 129.)

Os conquistadores europeus, portadores de uma tecnologia superior e dotados da ambição comercial, impuseram um verdadeiro morticínio às populações nativas, tomando suas terras, seus domínios comuns e seus corpos, transformando-os em integrantes do projeto explorador, seja como escravos, o que foi mais comum, ou como associados, submissos ou não.

Corporificando um verdadeiro genocídio dos ameríndios, a ação européia não sofreu variação substancial em todo o continente, realizando-se tanto nos domínios espanhóis como nos lusos, ingleses, franceses e holandeses. No máximo deu-se uma diferenciação de números absolutos no extermínio e quanto ao processo de efetivação da conquista, mantendo a qualidade violenta e dominadora do sistema explorador europeu.

No Brasil, passo a passo, as populações indígenas foram sendo empurradas para o interior, assimiladas ou exterminadas pelos conquistadores. O processo teve início no período colonial, manteve-se pela fase imperial e continuou pelo período republicano, não sendo raro na atualidade.

Apenas os primeiros contatos entre brancos e índios revestiram-se de alguma amabilidade, pois, pouco depois, os interesses dos colonizadores passaram a se opor radicalmente aos dos indígenas. De certa forma, a cordialidade dos primeiros contatos era apenas um preparativo para a dominação.

"Ao chegarem às costas brasileiras, os navegadores pensaram que haviam atingido o paraíso terrenal: uma região de eterna primavera, onde se vivia comumente por mais de cem anos em perpétua inocência. Desta paraíso assim descoberto, os portugueses eram o novo Adão. A cada lugar conferiam um nome – atividade propriamente adâmica – e a sucessão de nomes era também a crônica de uma gênese que se confundia com a mesma viagem. A cada lugar, o nome do santo do dia: Todos os Santos, São Sebastião, Monte Pascoal. Antes de se batizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada. De certa maneira, desta forma, o Brasil foi simbolicamente criado. Assim, apenas nomeando-o, se tomou posse dele, como se fora virgem."

(CUNHA, Manuela Carneiro da. "Introdução a uma história indígena". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992, p. 9.)

No início, os índios do Brasil foram atraídos para o escambo, isto é, troca de produtos nativos por outras mercadorias. Nesta época, que corresponde aos primeiros trinta anos da presença portuguesa em território brasileiro, os europeus estavam interessados na exploração do pau-brasil, e os índios cortavam toras de madeira, depois as carregavam, empilhavam ou levavam-nas até os navios europeus, em troca de objetos sem valor para os portugueses, como espelhos, colares, tecidos, roupas e ferramentas.

Quando a empresa colonizadora-exploradora européia se estabeleceu definitivamente, tendo como principal atividade a produção de açúcar, as relações com os índios tornaram-se cada vez mais violentas, pois os portugueses buscavam nos nativos a mão-de-obra escrava para o empreendimento.

No século XVI, as primeiras vítimas da ambição lusa foram os habitantes do litoral leste e sudeste, que perderam suas terras e muitas vezes foram submetidos à escravidão nas lavouras da cana-de-açúcar. Nesse período, foram eliminados os índios da faixa litorânea pertencentes ao tronco tupi, dos quais restam apenas os potiguarás, do litoral da Paraíba.

No século seguinte, os conflitos com os indígenas e seu extermínio intensificaram-se, graças às expedições caçadoras de nativos no Sul do Brasil, ao avanço da pecuária pelo Nordeste e vale do rio São Francisco e às expedições conquistadoras metropolitanas no Maranhão, Pará e Amazônia.

Também os habitantes de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, regiões que, no século XVIII, tornaram-se zonas auríferas, foram vítimas da exploração portuguesa, sobretudo o grupo kayapó do Sul. Na mesma época, a expansão colonizadora no Maranhão conquistava o território dos índios timbiras.

No século XIX foi a vez dos índios xavantes e kayapós, no avanço colonizador sobre as regiões centrais do Brasil, enquanto, no início do século XX, entre tantas vítimas indígenas em todo o país, sobressaíram os kaingang em São Paulo e os índios da região amazônica. Foi a época da construção da Estrada de Ferro Noroeste e do avanço colonizador dos seringueiros e coletores de castanha-do-pará.

Nos últimos anos deste século, multiplicaram-se os conflitos nas fronteiras agrícolas, frentes mais avançadas do Norte e Oeste do país, bem como as disputas por terras, notadamente as áreas de garimpo e de exploração madeireira, entre índios e “civilizados”.

Dos cerca de 200 mil índios que vivem no Brasil, encontramos desde grupos totalmente integrados à sociedade branca, como os pataxós, terenas e guaranis das regiões Sul e Sudeste, até outros que não tiveram qualquer contato com a civilização, como acontece na região amazônica.

A maior parte dos indígenas sobreviventes vive nas reservas – áreas delimitadas pelo governo – onde, nem aí, escapam dos ataques de posseiros ou garimpeiros desejosos das suas madeiras e do ouro, ou tão-somente de apossar-se das suas terras. A proteção e assistência às populações indígenas brasileiras, efetivadas inicialmente pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, e depois pela Fundação Nacional dos Índios (Funai), não têm sido suficientes para preservar seus territórios e sua cultura face à violência dos chamados “civilizados”.

Desde os primeiros contatos com os homens brancos, os índios foram vítimas de violência física, imposição cultural e opressão. Na foto, cerimônia dos índios caiapós.



João Ramid/Abril Imagens.

A partir dos anos 1970, surgiram organizações indígenas de significativa atuação que ganharam enorme importância. Em 1980, fruto desse processo, nasceu a União das Nações Indígenas (UNI), que conta com o apoio de diversas instituições nacionais e internacionais, desde o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à Igreja católica, passando pelas ONGs (organizações não-governamentais) até a própria ONU. Dessa forma, as diversas nações indígenas têm buscado responder às continuadas agressões aos seus territórios e população. Em 1982 tivemos um primeiro representante dos índios no Congresso brasileiro, o deputado federal cacique Juruna, fato inédito na história do país.

Em 1988, no seu capítulo 8, a Constituição brasileira reconheceu aos índios “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, evidenciando a vitória da resistência indígena, pelo menos no aspecto legal. A partir daí, tornou-se urgente a sua viabilização prática, que, no final dos anos 90, continuava exigindo maior empenho e atuação de todos para se estancar a regra histórica de sujeição e extermínio daqueles que são os representantes das nossas raízes brasileiras mais profundas.

Portadoras de uma resistência que sobreviveu a cinco séculos de duras e incessantes investidas, de uma estrutura étnico-cultural gerada por milhares de anos de construção, as nações indígenas brasileiras exigem o cumprimento de direitos que envolvem a garantia de condições de sobrevivência, autonomia e autodeterminação cultural, nada muito acima do que se espera de uma nação do século XXI.

Questões

1. O homem americano é autóctone ou alóctone? Por quê?
2. É comum afirmar-se que os primeiros povoadores do continente americano utilizaram a rota do estreito de Bering para atingir o continente. Esse, no entanto, não foi o único caminho possível. Quais as outras rotas que poderiam ter sido utilizadas por esses povoadores que se dirigiam à América?
3. Quais os possíveis caminhos da ocupação humana no território brasileiro?
4. Quais foram as grandes civilizações pré-colombianas da América Andina e da Mesoamérica?
5. Analise as diversas classificações dos indígenas brasileiros.
6. Descreva como têm sido as relações entre índios e os conquistadores do século XV ao XX e o que explica estas relações.
7. Quais são os atuais problemas da população indígena brasileira? O que tem sido feito para melhorar sua existência em nosso país?

PORTUGAL NO CONTEXTO DA EXPANSÃO MARÍTIMO-COMERCIAL EUROPEIA

no processo de expansão marítima dos séculos XV e XVI, Portugal desempenhou um papel pioneiro, seguido de perto pela Espanha. O pioneirismo ibérico não foi casual: suas origens remontam à Idade Média e à precoce centralização do poder político nessa região, o que, por sua vez, está intimamente ligado à dominação árabe entre os séculos VIII e XV. Antes de tratarmos do nascimento do Estado português, sua expansão e ocupação do território brasileiro, transformando-o em sua colônia, vamos estudar o contexto histórico europeu, o período medieval e, em seguida, o início dos tempos modernos.

A Idade Média europeia

A Idade Média europeia (séculos V-XV) foi marcada pelo predomínio de uma estrutura socioeconômica, política e cultural denominada **feudalismo**. A ruralização e isolamento do continente europeu, determinados pelas ondas invasoras iniciadas no século V e que contribuíram para o desmoronamento do Império Romano do Ocidente, estabeleceram as características principais dessa estrutura.

A economia, dada a precariedade das vias comerciais, tornou-se auto-suficiente – voltada, sobretudo, para o consumo –; a produção agrícola realizava-se em grandes propriedades rurais, chamadas feudos.

Os proprietários dos feudos, senhores feudais, impunham autoridade absoluta em suas terras. Os camponeses, que para eles trabalhavam e deles

recebiam proteção, chamados de servos, além de pagar-lhes tributos com parte da produção, deviam ainda prestar-lhes diversos serviços. Ao contrário do escravo, o servo não era “propriedade” do senhor: devia obediência e lealdade, além do trabalho, mas estava preso à terra em que trabalhava, não podendo ser vendido. Por isso era chamado de servo de gleba.

Na Idade Média, portanto, riqueza e poder advinham da terra, sobre a qual o senhor exercia suprema autoridade econômica, política e jurídica. Os reis não possuíam, nesse contexto, um poder efetivo, tendo-o por direito, mas não o exercendo de fato. Assim, a Europa converteu-se, durante a Idade Média, em um enorme mosaico de territórios quase autônomos.

A Igreja cristã também era uma poderosa instituição medieval. Detentora de muitos feudos por toda a Europa e exercendo incomparável influência sobre os indivíduos, transformou o cristianismo na religião predominante em toda a Europa feudal. O mundo medieval foi marcado pelo teocentrismo, na medida em que a cultura, os valores individuais e sociais voltavam-se para Deus e a religião. Assim, no quadro dos poderes medievais, sobressaíram os poderes locais dos senhores e o poder universal da Igreja.

Por volta do ano 1000, o feudalismo atingiu seu apogeu na Europa ocidental. A diminuição das invasões com suas grandes batalhas e o isolamento que imperava nos feudos, dificultando o contágio das epidemias que, de vez em quando, assolavam a Europa, permitiram uma melhoria nas condições de vida, favorecendo, assim, o aumento populacional.



Catedral de Amiens, construída no século XIII. As igrejas, cujos edifícios só se comparavam em dimensão e importância aos castelos medievais, eram parte do eixo de atração do pensamento teocêntrico medieval.

"Nos primórdios do Feudalismo, a Igreja foi um elemento dinâmico e progressista. Preservou muito da cultura do Império Romano. Incentivou o ensino e fundou escolas. Ajudou os pobres, cuidou das crianças desamparadas em seus orfanatos e construiu hospitais para doentes. Em geral, os senhores eclesiásticos (da Igreja) administravam melhor suas propriedades e aproveitavam melhor suas terras que a nobreza leiga.

Mas há outro aspecto da questão. Enquanto os nobres dividiam suas propriedades, a fim de atrair simpatizantes, a Igreja adquiria mais e mais terras. Uma das razões por que se proibia o casamento aos padres era simplesmente porque os chefes da Igreja não desejavam perder quaisquer terras da Igreja mediante herança aos filhos de seus funcionários. A Igreja também aumentou seus domínios através do 'dízimo', taxa de 10% sobre a renda de todos os fiéis. Assim se refere a respeito um famoso historiador: 'O dízimo constituía um imposto territorial, um imposto de renda e um imposto de transmissão muito mais oneroso do que qualquer taxa conhecida nos tempos modernos. Agricultores e camponeses eram obrigados a entregar não apenas um décimo exato de toda a produção... Cobravam-se dízimos de lã até mesmo do penugem dos gansos; a própria rolva aparada ao longo da estrada pagava-se o direito de portagem; o colono que deduzia as despesas de trabalho antes de lançar o dízimo a suas colheitas era condenado ao inferno'.

À medida que a Igreja crescia enormemente em riqueza, sua economia apresentava tendências a superar sua importância espiritual. Muitos historiadores argumentam que, como senhor feudal, não era melhor e, em muitos casos, muito pior do que os feudatários leigos. Tão grande era a opressão de seus servos, pelo Cabido de Notre-Dame de Paris, no reinado de São Luís, que a Rainha Blanche protestou com toda a humildade, ao que os monges replicaram que 'eles podiam matar seus servos de fome se lhes aprouvesse'.

Alguns historiadores pensam até que se exagerava o valor de sua caridade. Admitem o fato de que a Igreja realmente ajudava os pobres e doentes. Mas ressaltam que ela era a mais rica e poderoso proprietário de terras da Idade Média, e argumentam que, comparado ao que poderia ser feito, com sua tremenda riqueza, não chegou a realizar nem mesmo tanto quanto a nobreza. Ao mesmo tempo que suplicava e exigia ajuda dos ricos, para fazer sua caridade, tomava o maior cuidado em não sacar muito profundamente de seus próprios recursos. Esses críticos da Igreja observam ainda que, se ela não houvesse tratado tão mal a seus servos, não teria extorquido tanto do campesinato, e haveria menos necessidade de caridade."

(HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 23-4.)

Os europeus retomaram também a política expansionista característica da Antigüidade, o que lhes possibilitou a conquista de novos territórios. Tal política manifestou-se no fenômeno das cruzadas, expedições militares-religiosas que se dirigiram ao Oriente com o objetivo declarado de recuperar para os cristãos a cidade sagrada de Jerusalém, na Palestina, tomada pelos turcos islâmicos. Além disso, a ambição por novas terras e riqueza também impulsionou milhares de cristãos para o Oriente, conquistando produtos valiosos que expandiram o comércio europeu.



As cruzadas deram impulso ao comércio, contribuindo para o restabelecimento dos contatos entre Oriente e Ocidente.

Embora não tenham conseguido libertar a Palestina do domínio muçulmano, as cruzadas permitiram a conquista de diversas regiões, além de desalojar a supremacia árabe sobre o Mediterrâneo, reabrindo-o para o comércio da Europa. Restabeleceram-se as rotas comerciais entre Ocidente e Oriente, tendo como principais entrepostos as cidades italianas de Veneza e Gênova, e no Oriente, Constantinopla e Antioquia. Mercadorias orientais, como sedas, perfumes, porcelanas, açúcar e especiarias (pimenta, cravo, canela), dirigiam-se com exclusividade para as cidades italianas, responsáveis por seu transporte e pela comercialização com o restante da Europa.

A intensa atividade comercial no sul do continente europeu irradiou-se lentamente para o interior, estimulando o comércio local, que se organizava em centros fortificados, os burgos. Esses pequenos povoados, cercados por muralhas e que deram origem às cidades, pouco a pouco foram ganhando importância, e seus habitantes, normalmente dedicados ao comércio, ficaram conhecidos como burgueses.

Vale lembrar que, nos feudos, o lento crescimento populacional determinou um aumento da produtividade agrícola, que contou com alguns aprimoramentos nas técnicas de cultivo, viabilizando o abastecimento desses núcleos comerciais.



Os burgos transformaram-se em pólos dinâmicos de uma economia cada vez mais antifeudal.

As mudanças econômicas causadas pelo ressurgimento do comércio deram aos burgueses maior importância. Nas cidades, desenvolveu-se a produção interna de diversos utensílios, como espadas, ferraduras, sapatos, móveis, etc. Lentamente, o sistema de produção feudal, voltado para a subsistência, ia sendo substituído pela produção para mercado, com base no lucro, estabelecendo as bases de um pré-capitalismo.

Os camponeses, explorados nos feudos pelos senhores feudais, foram também atraídos pelo trabalho livre das cidades, o que provocou um intenso êxodo rural. Abalados em seu poder local, pois as relações senhor-servo tiveram de ser flexibilizadas, os senhores, pertencentes à nobreza e ao clero, viam na burguesia uma ameaça ao poder que possuíam, enquanto a esta interessava pôr fim às barreiras senhoriais e aos diversos impostos que dificultavam o comércio.

Por outro lado, os reis, que até então eram muito fracos, desejando ampliar seus poderes políticos, militares e econômicos, passaram a favorecer as transformações que afetavam os poderes feudais.

Na Baixa Idade Média, burguesia e reis uniram-se para centralizar o poder: a burguesia financiava a centralização do poder real, munindo o monarca de um exército e meios para instalar instituições que assegurassem sua autoridade, e os reis, em contrapartida, eliminavam as barreiras ao comércio, além de conquistar novos mercados. Pouco a pouco, os reis se fortaleceram, criando leis, impostos, moedas e exércitos nacionais, pondo fim às normas adotadas nos feudos. Dessa forma, o poder local, exercido pelos nobres, e o universal, pela Igreja, foram sendo substituídos pelo poder do rei, de amplitude nacional.

Em pouco tempo, o fortalecimento dos poderes reais e o dinamismo comercial produziram as condições para grandes empreendimentos, que resultaram na expansão marítima e nas grandes descobertas, dentre elas a conquista do Brasil pelos portugueses.

Os dois últimos séculos da Idade Média – XIV e XV – foram marcados por crises de importantes repercussões para a Europa: França e Inglaterra lutaram durante mais de um século (1337-1453) na Guerra dos Cem Anos, disputando territórios e buscando a definição de suas fronteiras. O conflito dificultou o transporte terrestre de mercadorias, comprometendo seriamente o desenvolvimento comercial. Além disso, produziu muita miséria e levantes de camponeses insatisfeitos com as más condições de vida.

A miséria gerada pela guerra causou fome entre a população mais pobre e permitiu o alastramento de epidemias, sendo que a mais conhecida, responsável pela morte de milhões de pessoas em toda a Europa, foi a Peste Negra. Estima-se que somente a peste tenha causado a morte de um terço da população da região que vai da Índia à Islândia, um desastre cujo ápice se situou entre 1348 e 1350. Essa terrível epidemia vinha agravar a conjuntura de guerra, impostos, banditismo e rebeliões populares do período.

"Em outubro de 1347, dois meses após a queda de Calais, navios mercantes genoveses chegam ao porto de Messina, na Sicília, com homens mortos e agonizantes nos rems. Vinham do porto de Caffa (hoje Feodosia) no mar Negro, na Crimeia, onde os genoveses tinham um posto de comércio, ou feitoria. Os marinheiros doentes tinham estranhas inchações escuras, do tamanho de um ovo ou uma maçã, nas axilas e virilhas, que purgavam pus e sangue e eram acompanhadas de bolhas e manchas negras por todo o corpo, provocadas por hemorragias internas. Sentiam muitas dores e morriam rapidamente cinco dias depois dos primeiros sintomas. Com a disseminação da doença, outros sintomas, como febre constante e escarro sangrento, surgiram em lugar das inchações ou bubões. As vítimas tossiam, suavam muito e morriam ainda mais depressa, dentro de três dias ou menos, por vezes em 24 horas. Nos dois casos, tudo que saía do corpo – hálito, suor, sangue dos bubões e pulmões, urina sanguinolenta e excrementos enegrecidos pelo sangue – cheirava mal. A depressão e o desespero acompanhavam as sintomas físicos e a morte se estampava no rosto".

(TUCHMAN, Barbara W. *Um espelho distante: O terrível século XIV*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991, p. 87.)



Atingindo sobretudo as massas urbanas e camponesas, que viviam em precárias condições socioeconômicas, a Peste Negra assumiu o caráter de uma catástrofe na Europa. Como era próprio da mentalidade mística predominante na época, a peste foi, quase sempre, explicada como um castigo dos céus.

Para superar a crise do século XIV e revitalizar o comércio, era preciso obter produtos mais baratos e dinamizar a produção de riquezas: a solução encontrada foi a expansão pelo Atlântico, iniciada no século seguinte. A expansão marítima consolidou a atividade comercial e impulsionou o crescimento do capital burguês, bem como o fortalecimento ainda maior do rei, inaugurando a Idade Moderna.

A Europa na Época Moderna

Durante o final da Idade Média e o início da Idade Moderna estabeleceu-se um novo sistema econômico, que aos poucos substituiu o feudalismo. A busca do lucro, com base na atividade comercial, envolvia, cada vez mais, não apenas a burguesia em formação, como também os novos Estados nacionais.

A expansão marítimo-comercial, no século XV, integrou-se a esse processo, contando também com a crescente estruturação do absolutismo monárquico – a total centralização de poderes nas mãos dos monarcas, apoiados pela burguesia mercantil – e também do mercantilismo – política econômica dos Estados nacionais europeus em busca do enriquecimento e fortalecimento.

O mercantilismo tinha por princípios o metalismo (identificação da riqueza com entesouramento de metal precioso), a balança comercial favorável (patrocínio da entrada de metal através do aumento das exportações e redução das importações), o protecionismo, para desestimular a saída do metal e promover a sua entrada, e o exclusivismo comercial, com seus monopólios e colonialismo.

É inegável que a visão de mundo, nessa época, começou a mudar, abandonando-se pouco a pouco o teocentrismo, característico da Idade Média, em detrimento do antropocentrismo, inaugurado com o movimento cultural renascentista. O Renascimento contribuiu ademais para o desenvolvimento de técnicas de navegação, fundamentais para o expansionismo europeu da Época Moderna. Assim, nos grandes centros econômicos europeus, da dinamização cultural emerge o Humanismo, quebrando os tradicionais valores difundidos pela Igreja cristã. Deixavam-se as coisas de Deus como centrais da preocupação humana, substituindo-as por coisas terrenas, humanas, como exigiam as transformações e os novos tempos.

As manifestações culturais, como a pintura e a literatura, por exemplo, passaram a refletir a preocupação com o homem, com os aspectos concretos da vida humana, do mundo que o cercava, levando artistas e intelectuais a aprofundar seus conhecimentos. Retomavam-se e aprimoravam-se os valores culturais da Antiguidade clássica, grega e romana.

Escultura *A noite*, de Michelangelo, pertencente à capela Médici, em Florença. O Renascimento cultural retirou da Igreja o monopólio da explicação das coisas do mundo, impulsionando o estudo do homem e da natureza, quebrando a visão sobrenatural estabelecida pelos preceitos cristãos, desdobrando-se no espírito crítico e no desenvolvimento do conhecimento e das ciências.



Michelangelo, Monumento a Giuliano de Medici.

A chegada dos europeus à América deu-se nesse contexto de transformação cultural e de busca de novos territórios onde se pudesse estabelecer um comércio lucrativo e encontrar metais preciosos. Além disso, dado o declínio do poderio da Igreja católica na Europa, buscava-se também expandir a fé católica de modo a enfrentar o avanço do protestantismo.

Promovendo a ruptura da unidade da Igreja, o movimento protestante foi inicialmente liderado por Martinho Lutero, na Alemanha, que questionou antigas práticas da Igreja como a venda de cargos eclesiásticos e de indulgências, vistas como indicadoras de uma completa desmoralização do clero.

A Reforma protestante, por outro lado, contou também com o desenvolvimento comercial capitalista que se chocava com a concepção religiosa do “justo preço”, da condenação da usura, fatores inibidores à acumulação burguesa. Seguindo o exemplo de Lutero, mas adaptando sua doutrina aos anseios religiosos das elites comerciais, João Calvino, em Genebra, também rompeu com a Igreja, ampliando a atuação protestante com o seu calvinismo, alicerçando espiritualmente os negócios comerciais, o lucro e o enriquecimento.



As novas teses religiosas protestantes espalharam-se rapidamente, ganhando adeptos, e acentuaram o declínio da supremacia papal, há séculos incontestável na Europa. Além do luteranismo e do calvinismo merece destaque ainda a Reforma religiosa inglesa, liderada pelo monarca Henrique VIII, o criador da Igreja anglicana.



Diante da expansão protestante, muitos católicos, fiéis à autoridade papal e contrários à desmoralização do clero, tentaram reformular a Igreja, desencadeando o movimento da Reforma católica e da Contra-Reforma. Tal iniciativa obteve maior sucesso na Itália e nos países ibéricos, valendo destacar a atuação do militar espanhol Ignácio de Loyola, que fundou, em seu país, em 1534, uma ordem religiosa chamada **Companhia de Jesus**.

Os membros da nova ordem, chamados jesuítas, foram responsáveis não só pelo ensino religioso, como por todo o "sistema" educacional implantado na Espanha e em Portugal. Nas colônias desses países, espalhados pela América, África e Ásia, encarregaram-se de propagar o cristianismo da Igreja romana, reunindo os nativos em missões e catequizando-os. No Brasil, tiveram muita influência na vida dos índios brasileiros, no controle cultural e da educação colonial.

"A ordem religiosa dos jesuítas foi organizada de forma militar, cabendo a direção a um Geral, cujo dever era ajudar e defender de todas as formas a supremacia da autoridade do papa. A obediência era o dever primordial dos jesuítas e Loyola mostrava-se tão inflexível sobre este ponto que, quando, '... Em certa ocasião um jesuíta de família nobre dera a entender que desejaria uma residência mais espaçosa que a estreita aposento que ocupava, Ignácio prontamente ordenou que outros três membros da congregação se acomodassem junto a ele, e a vítima teve de resignar-se. Ainda na atualidade, um jesuíta não pode publicar uma só linha sem a autorização de seus superiores e nenhum livro escrito por um jesuíta pode ser editado antes do nihil obstat oficial da própria Ordem.

Deve-se obediência ao Geral da Companhia tanto quanto ao papa, pois os jesuítas professam inquebrantável fidelidade à Santa Sé. Seus inimigos referem-se a eles como a 'guarda negra do papa', apelido que consideram um título honroso."

(GRIMBERG, Carl. *História universal Daimon*. Madrid, Daimon, 1967. v. 6, p. 383.)

A atuação jesuítica na América resultou em inúmeros aldeamentos indígenas, as missões, destacando-se especialmente o "estado jesuítico" do Paraguai. As várias missões que envolveram toda a bacia do rio da Prata livraram os indígenas, pelo menos por algum tempo, da ganância branca escravizadora e perseguidora do lucro rápido. Mesmo assim, a atuação missionária não se isentou completamente da destruição nativa, seja quanto à cultura indígena, seja quanto à sua exploração econômica. O esplendor alcançado por muitas dessas missões desapareceu na segunda metade do século XVIII, com as invasões e guerras dos colonizadores contra as missões e a expulsão dos jesuítas.

Outra medida dinamizada pela Contra-Reforma católica foi a reativação do tribunal do Santo Ofício, também conhecido como Inquisição, com a finalidade de vigiar e normatizar a fé e a vida dos fiéis. Sua atuação intimidou, perseguiu, torturou e matou muitos milhares de pessoas que, segundo seus critérios, eram hereges que punham em risco a fé cristã propagada pela Igreja católica.

Foi em meio à turbulência histórica européia da transição da ordem feudal para a capitalista, típica da Idade Moderna, período carregado de novos e velhos valores que conviviam em tensão crescente, que o Brasil se incorporou à dinâmica expansionista européia.

A liderança expansionista lusa, seguida de perto pela Espanha, decorreu não apenas das grandes mudanças que envolveram todo o continente europeu, como também das peculiaridades de suas origens e evolução. É o que estudaremos a seguir.

O reino português e a expansão ultramarina

O Estado português surgiu no início da Baixa Idade Média, no século XII, possuindo raízes históricas que em muito se misturam com o conjunto de toda península Ibérica. Assim, as mesmas bases culturais gerais que produziram o nascimento da nação portuguesa também criaram os outros reinos regionais, que, depois do surgimento de Portugal, se fundiram na formação da Espanha.

As origens de Portugal

A península Ibérica começou a ser povoada por volta de 3000 a.C. Seus primeiros habitantes foram os **iberos**, que se misturaram mais tarde com novos migrantes que chegaram à região, os **celtas** e **ligures**, dando origem ao que se convencionou chamar de **celtíberos**.

Vários outros povos também se estabeleceram na região durante a Antiguidade, legando importantes contribuições para a formação da identidade ibérica, como ocorreu com os **fenícios**, responsáveis pela fundação de algumas feitorias no litoral da península, como Cádiz, Málaga e Sevilha, por volta do século XII a.C. Outros colonizadores da Ibéria foram os **gregos**, que, por volta do século VII a.C., fundaram Sagunto, seguidos posteriormente pelos **cartagineses**. Após a derrota de Cartago para os romanos, nas Guerras Púnicas (século III-II a.C.), a península transformou-se em província do **Império Romano** e absorveu a cultura latina.

"O interesse de Roma pela península Ibérica inspirava-se em um triplice motivo de ordem econômica, política e militar. As ricas minas de prata e a possibilidade de um retorno à influência cartaginesa com todas as suas perigosas conseqüências levaram os romanos à ocupação permanente e gradual da região. No início do segundo século, foram criadas duas províncias: a Espanha Citerior (ao norte, região do Ebro) e a Espanha Ulterior (ao sul, Andaluzia). A ocupação efetiva da península foi demorada e penosa. Lusitanos e celtíberos ofereceram encarniçada resistência às legiões. Coube a Tiberius Sempronius Gracchus, usando mais da diplomacia que das armas, dar um grande passo na romanização da península, assegurando um longo período de relativa tranquilidade. Infelizmente, a ambição dos representantes de Roma, que não seguiram as pegadas de Sempronius, despertou uma terrível reação nacional que levou o exército romano a uma interminável e difícil luta de guerrilhas.

Os lusitanos, guiados pelo legendário camponês Viriato, que revelou qualidades excepcionais de homem de guerra batendo os romanos em sangrentas guerrilhas, resistiram desesperadamente à ocupação estrangeira, até que seu chefe tombou assassinado (139 a.C.). Puderam, então, os romanos estender seus domínios até o estuário do Tejo (Tajus).

O último, trágico e sangrento episódio da luta dos celtíberos pela independência foi a destruição de Numância (no alto Douro) no ano de 133 a.C., por Cipião Emiliano, o vencedor de Cartago.

A morte de Viriato e a tomada de Numância são dois capítulos decisivos na romanização da península Ibérica, embora a conquista completa do Norte só se efetivasse na época de Augusto. Para assegurar o domínio da Espanha, os romanos vão ocupar, sob os alhares resignados de Marselha, tradicional amiga e aliada, o sul da Gália e, mais tarde, fundar a província Narbonense."

(GIORDANI, Mário Curtis. *História da Roma*. Petrópolis, Vozes, 1990. p. 49.)

Os povoadores e colonizadores da península Ibérica

O escritor romano Estrabão, comentando os costumes dos lusitanos, dizia: "Estes montanheses são de vida simples, bebem água, dormem no chão e usam cabelo comprido como as mulheres. Comem principalmente carne de cabra. Três quartas partes do ano alimentam-se de bolotas, com as quais, depois de moidas, fazem pão. Bebem também cerveja. Vinho têm pouco. Os homens usam mantos de lã grosseira. No interior, por escassez de moeda, fazem comércio por troca de mercadorias, ou usam pedaços de prata cortados".



Sob a dominação do Império Romano, deu-se a penetração do cristianismo em toda a península Ibérica, além de se firmarem estruturas administrativas, normas jurídicas e as bases da vida urbana municipal.

A romanização da península foi responsável ainda pelo aumento das trocas comerciais, pela construção de estradas que ligavam as várias cidades fundadas ao centro do Império e pela generalização do uso da moeda. Nessa época, o afluxo de colonos romanos para a região ampliou a área cultivada, produzindo-se cada vez mais trigo, vinha, oliveira, pomares, além do desenvolvimento de incipiente produção industrial (olarias, mineração, metalurgia, tecelagem, etc.). A península Ibérica tornou-se uma região economicamente importante na Antigüidade.

A crise do final do Império Romano, responsável por sua decadência, foi acompanhada pela invasão dos povos germânicos, e a península foi vítima dos ataques dos suevos, alanos, vândalos e, principalmente, dos **visigodos**. Esses povos, ao entrarem em contato com a cultura latina, então predominante na península, acabaram incorporando boa parte de seus valores, destacadamente a religião cristã. Aos visigodos, depois de expulsarem os vândalos e submeterem os suevos e alanos, coube a organização de um vasto reino latinizado e cristianizado.

Em 711, sob o comando de Tarik, foi a vez de os **árabes** invadirem a península Ibérica, impulsionados pelo ideal da “Guerra Santa” islâmica, em confronto com os cristãos europeus. O avanço árabe fez com que os visigodos se refugassem na região das Astúrias, de onde, chefiados por Pelágio, iniciaram a resistência contra o domínio islâmico. Em 718, os árabes foram rechaçados pelos asturianos e, em 732, acabaram derrotados pelos francos, em Poitiers, marco do fim do expansionismo islâmico no Ocidente. Os mouros, contudo, mantiveram seu domínio sobre a maior parte da península Ibérica, apesar da crescente luta dos cristãos, que tentavam expulsá-los de seu território, na chamada **Guerra da Reconquista**.



A expansão islâmica na Alta Idade Média

A expansão árabe bloqueou o mar Mediterrâneo à Europa, acentuando a formação do feudalismo.

Durante seu longo domínio sobre a região ibérica, os árabes introduziram novos produtos agrícolas – alguns cítricos, por exemplo, além do arroz – e desenvolveram a produção de outros já conhecidos pelos ibéricos, como a oliveira. Os árabes foram também responsáveis pelo aprimoramento das técnicas de irrigação para a agricultura. A presença árabe na península Ibérica marcou profundamente a cultura da região, influenciando a língua, a arquitetura e as artes locais.

A vitória definitiva dos ibéricos sobre os árabes só ocorreu em fins do século XV, quando, em 1492, os cristãos tomaram o último reduto árabe da península: a cidade de Granada. Expulsos da Ibéria, os árabes instalaram-se no norte do continente africano.

O progressivo avanço cristão sobre os territórios dominados pelos mouros (designação específica para os árabes muçulmanos da península Ibérica) deu origem, nos séculos XI e XII, aos reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão. As terras reconquistadas converteram-se em condados, para melhor defender-se dos ataques muçulmanos. Assim aconteceu com **Portucale** (Porto), em 868, que foi pouco a pouco se expandindo com novas conquistas aos árabes, estendendo-se para além dos rios Minho e Douro.

No século XI, devido à religiosidade e ao espírito de aventura comuns aos cavaleiros medievais, **D. Henrique** e seu primo D. Raimundo, da família francesa de **Borgonha**, colocaram-se aos serviços de Afonso VI, rei de Leão, na luta contra os árabes. Como retribuição, D. Raimundo recebeu em casamento a filha do rei, Dona Urraca, além dos territórios ao norte do rio Minho, chamados de Condado de Galiza; já D. Henrique recebeu em casamento a filha bastarda do rei, Dona Teresa, e os territórios entre o Minho e o Tejo, denominados Condado Portucalense.

Após a morte de D. Afonso VI, sua filha legítima assumiu o trono de Leão, que também passou, devido à morte de D. Henrique, a ter suserania sobre o Condado Portucalense. Dona Teresa não aceitou a subordinação à irmã, enfrentou-a e, pouco a pouco, começou a ser considerada rainha de Portugal, dando os primeiros passos para a independência do condado.

Quando Dona Teresa desistiu de lutar pela autonomia lusa em relação a Leão, devido a seus parentescos com aquele reino e sua aproximação ao conde Fernando de Galiza, seu filho, **D. Afonso Henriques de Borgonha**, assumiu seu lugar na defesa da independência de Portugal, chegando a enfrentar a própria mãe, que acabou sendo expulsa de Portugal.



Foi D. Afonso Henriques o criador do Estado português independente. Na tela acima, Dona Teresa está a seu lado.

A vitória sobre os árabes e sobre os partidários da união ao reino de Leão fortaleceu D. Afonso Henriques, que se tornou rei de Portugal em 1139. O próprio rei de Leão e Castela, Afonso VII, reconheceu, em 1143, pelo **Tratado de Zamorra**, a autonomia portuguesa e D. Afonso Henriques como o primeiro rei de Portugal. Iniciou-se, assim, o governo da dinastia de Borgonha.

O reinado da dinastia de Borgonha

Os monarcas da dinastia de Borgonha dedicaram-se a expandir o território português, tomando terras aos árabes em continuidade à Guerra da Reconquista. Outra característica desses reinados foi promover a agricultura a fim de garantir o povoamento rápido das terras conquistadas aos mouros. Assim, após o governo de D. Afonso I, apelidado de o Fundador, morto em 1185, destacaram-se os governos de D. Sancho I, o Povoador (1185-1211), D. Afonso II, o Gordo (1211-1223), e D. Dinis, o Lavrador (1279-1325).

As terras, doadas às ordens religiosas e militares, sobretudo a nobres escolhidos pelos soberanos, conhecidos como **fidalgos**, não possuíam caráter hereditário, permitindo ao rei transferir seu domínio a outro nobre. Tal situação, típica do reino luso, obrigava os nobres proprietários a zelar por seus domínios, evitando uma possível reação árabe. Ao mesmo tempo, agia como elemento limitador da autoridade da nobreza e fortalecedor da soberania real, o que diferia substancialmente da situação vigente no restante da Europa. Em Portugal, uma relativa supremacia da autoridade do rei sobre a da nobreza efetivou-se precocemente.

As terras conquistadas aos mouros e pertencentes ao rei denominavam-se **reguengos**; aquelas doadas aos nobres ou ordens religiosas e militares, oficializadas por uma **carta de doação real**, chamavam-se **senhorios**. Estes poderiam ser de dois tipos: **honras**, os governados por nobres, e **coutos**, os do clero. As cartas de doação definiam as regalias recebidas pelo senhorio e suas obrigações econômicas e povoadoras.

Com o intuito de atrair colonos ao povoamento dos reguengos ou senhorios, os reis de Borgonha editaram as **cartas de foral**, criando os **concelhos** (povoados urbanos ou rurais) e indicando seus direitos e deveres (impostos a pagar, os modos de administrar a justiça, etc.). Esses concelhos contavam com assembleias dos "homens bons" (pessoas ricas e importantes da comunidade), que representavam os poderes locais.

A administração portuguesa era chefiada pelo rei, que controlava a justiça, comandava as forças militares e contava, para isso, com conselheiros que formavam o "conselho do rei". O rei D. Afonso II, aprimorando a organização política do reino, criou as **Cortes**, órgão consultivo para os assuntos mais importantes que deveria ser convocado em casos especiais. Inicialmente, as Cortes reuniam a família real, a nobreza e o clero luso, mas a partir de 1254

(Cortes de Leiria) passaram também a contar com a participação dos delegados dos principais concelhos, ganhando, com isso, uma feição “popular”.

Já a administração da justiça, dos impostos e das obras públicas permaneceu por mais tempo em mãos dos senhores locais. Todavia, a centralização do poder político nas mãos do rei, processo típico da Baixa Idade Média europeia, alterou essa situação de autonomia também em Portugal: os juízes eleitos pelas assembleias de “homens bons” foram substituídos por juízes nomeados pelo rei, chamados juízes de fora, que se tornaram responsáveis pela administração da justiça. Da mesma forma, foi também criado o cargo de **inquiridor**, espécie de fiscal que percorria o reino para controlar os abusos dos senhores.

No âmbito cultural, sob o reinado de D. Dinis deu-se a fundação da primeira universidade lusa (1290), inicialmente instalada em Lisboa e, em seguida, transferida para Coimbra. Além disso, tornou o português a língua oficial do reino em substituição ao latim.

“O Português dos séculos XIV e XV era uma língua amodornçada já por longos séculos de evolução. Mesmo no plano escrito, beneficiava-se, em meados do Trecento, de mais de cem anos de experiência, a língua oral desenvolvida por D. Dinis, como idioma da burocracia; Fato é hauridamente o galego-português, falado e escrito no norte do borge do Douro, com as dialectos maxcumbes presentes a sul daquela zona. A ascensão de Lisboa e o seu papel como sede do Corte e do ministério público a partir de meados de Duzentos promoviam os falares do Estro e do Sul e converteria-os em base de um Português oficial, derivado do Galego, Lisboa, Estro, Santarém e Coimbra predominantem e renito da língua portuguesa, como demonstram a arte principal da cultura do País até finais do século XV. O Português pôde alisar-se e uniformizar-se nos vários monumentos de sua expressão escrita ao longo desses três séculos: a prosa literária, a prosa burocrática, a prosa epistolográfica e a prosa. Em 1500, como bem afirmou António José Saraiva, a flosonomia do Português está formada, com excepção de algumas particularidades, ‘Os amlas do Quattrocento, arduamente a ortografia e o pontuação, nada são legumes no nosso século XX.’”

MAAGDITE, A. H. *Os Monarcas Reis e Rainhas de Portugal: Portugal ao longo dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Fretzmann, 1987, p. 8 e 108A.



Com D. Dinis nasceu em Coimbra a primeira universidade portuguesa.

Durante o século XIV, época em que a Europa mergulhou numa grave crise, decorrente da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e da Peste Negra, o reino português também viveu importantes transformações econômicas, sociais e políticas, ligadas ao desenvolvimento comercial e urbano e à decadência das estruturas feudais.

O desenvolvimento comercial europeu da Baixa Idade Média foi mais intenso nas cidades italianas de Gênova e Veneza, às quais adquiriam com exclusividade as especiarias no Oriente, trazendo-as pelo mar Mediterrâneo à

Itália, de onde eram levadas, por rotas terrestres, aos mercados consumidores do Norte europeu, na região do mar do Norte. Devido à insegurança gerada pela crise, as rotas terrestres usadas pelos mercadores italianos foram sendo substituídas por uma rota marítima que utilizava toda a extensão do Mediterrâneo e o oceano Atlântico. Com isso, algumas cidades do litoral ibérico, notadamente Lisboa e Porto, converteram-se em entrepostos de abastecimento para os navios cargueiros, dinamizando a economia lusa.

Muitos portugueses do litoral que antes se dedicavam às atividades pesqueiras e artesanais, ou ao abastecimento das tropas reais em suas campanhas contra os árabes, integraram-se ao comércio italiano, compondo um ascendente grupo mercantil, ativo e ávido de crescentes negócios e mercados.

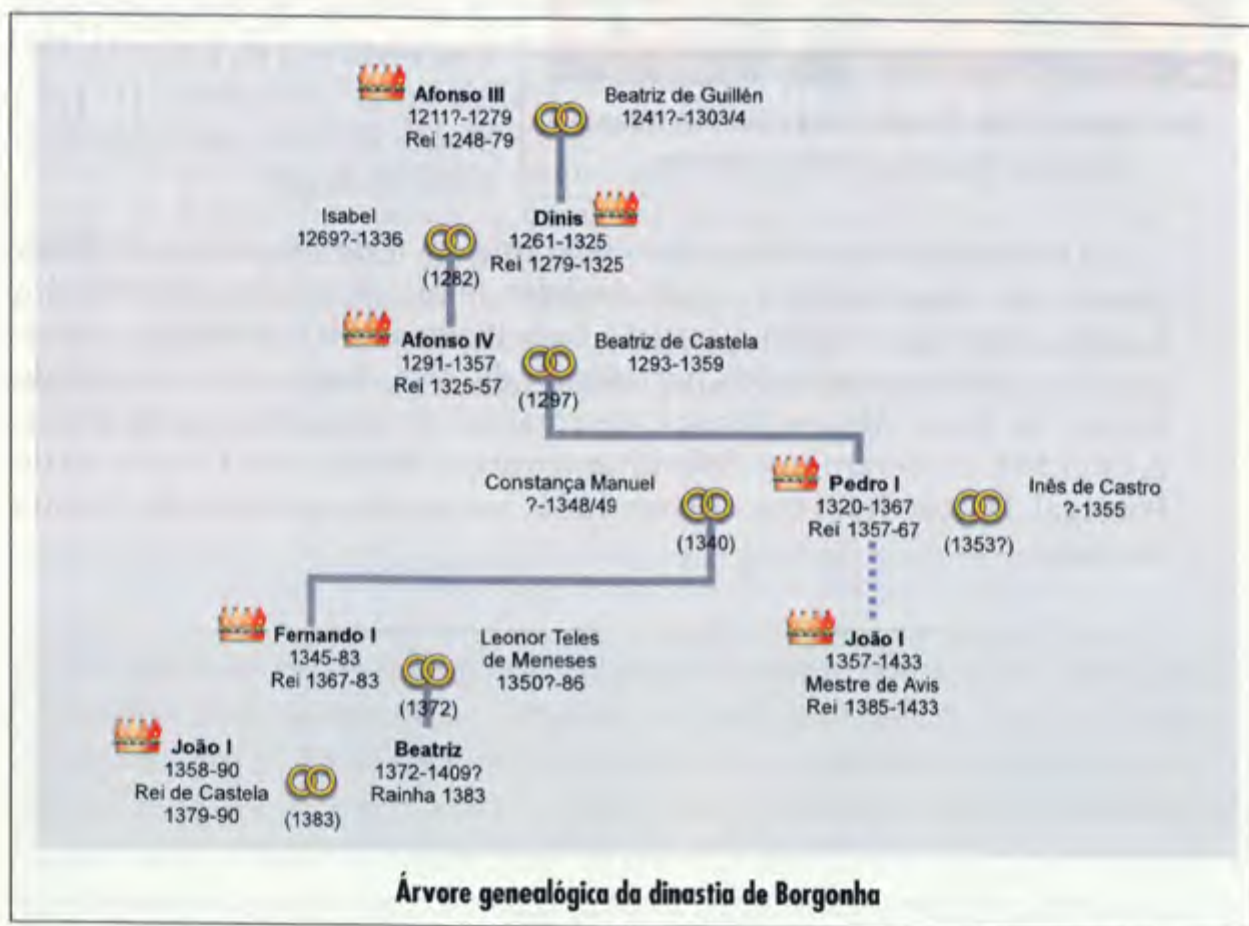
No campo, porém, as dificuldades advindas da crise do século XIV, envolvendo elevada mortalidade, despovoamento de várias regiões e carença de braços na agricultura, obrigaram alguns governantes lusos a tomar medidas para aumentar a produção agrícola e estimular outras atividades econômicas. É deste período a lei de 1349, do rei D. Afonso IV, que tentou, sem sucesso, a definição de salários e a fixação dos camponeses nos trabalhos rurais. Da mesma forma, e com efeitos bastante reduzidos, em 1375, o rei D. Fernando I baixou a **Lei das Sesmarias**, obrigando os senhores a cultivar as terras e a entregar outras a agricultores para ampliar a produção rural.



Existem inúmeras dificuldades para se determinar as origens do sistema de sesmarias e até mesmo quanto à origem do termo sesmaria. Vários trabalhos sobre o tema destacam as raízes romanas e questionam se o termo teria sido derivado de *sesma*, medida de divisão de terras usada na Roma antiga, ou de *sesma* ou *sesmo*, que em latim vulgar significava a sexta parte de alguma coisa. Discute-se também, entre outras raízes, uma origem ligada à palavra *servirato*, o conselho de seis membros da administração romana antiga, contando que a distribuição da terra cabia a um Conselho, denominado *sismo*, composto por seis membros, os chamados *sixviri* ou *seviri*.

Seja como for, o sistema foi incorporado pela península Ibérica e, na Idade Média, usava-se a denominação *sexmo* para cada faixa das terras comunais dos municípios portugueses quando eram distribuídas aos camponeses. E, no final deste período, a realeza assumiu o costume comunal, transformando-o em Lei Régia, passando o rei a ser o doador de sesmarias nas terras não-cultivadas, incluindo aquelas que eram domínios da nobreza e da Igreja, expressando o imenso poderio do rei português sobre suas elites "feudais".

Contudo, coube ao rei D. Fernando I firmar a primeira legislação para regulamentar a concessão de sesmarias em Portugal (26/5/1375), depois de realizar um levantamento estatístico de todas as terras aráveis do reino, estando ou não em uso.



O desenvolvimento do grupo mercantil em Portugal e seu interesse por medidas governamentais mais decisivas em favor das atividades comerciais, chocaram-se, entretanto, com o caráter predominantemente agrário do governo dos monarcas de Borgonha, o que levou à eclosão da **Revolução de Avis** (1383-1385). Esse movimento dotou Portugal de um governo sintonizado com os ideais expansionistas do dinâmico grupo de mercadores lusos.

As razões da revolução devem ser buscadas na questão sucessória desencadeada com a morte do rei D. Fernando em 1383. O monarca não



Chroniques d'Angleterre, de Jean de Wavrin

deixou herdeiros diretos e, por isso, foi o último governante da dinastia de Borgonha. Boa parte da nobreza decidiu, então, apoiar a entrega da Coroa portuguesa ao rei de Castela, genro de D. Fernando, enquanto o grupo mercantil viu nessa união uma ameaça aos seus interesses, devido ao caráter acentuadamente feudal da política de Castela.

Assim, mercadores, nacionalistas e gente do povo, chamada de **arraia miúda**, uniram-se em torno da indicação para a sucessão real do irmão bastardo de D. Fernando, D. João Mestre de Avis, proclamando-o rei de Portugal.

Com a Revolução de Avis, Portugal integrou os interesses mercantis aos do Estado. Na gravura, a batalha de Aljubarrota.

O movimento revolucionário teve início a 6 de dezembro de 1383, quando foi assassinado o conde Andeiro, líder da nobreza favorável a Castela, o que precipitou a invasão castelhana sobre o território português e a pronta reação dos partidários de Avis. Estes, sob o comando militar de Nuno Álvares Pereira, derrotaram os invasores, em Atoleiros, e, em 1384, venceram-nos definitivamente em Aljubarrota. O novo rei de Portugal, D. João I, foi coroado em 1385, iniciando o governo da dinastia de Avis.

"Na verdade, a nobreza atravessava uma ampla crise em decorrência da crise geral do feudalismo no século XIV e via na união com Castela uma forma de ter acesso a mais terras. Contra a grande nobreza colocam-se os interesses da pequena nobreza, desejosa de ver redivididas as terras no próprio Portugal, e os comerciantes e artesãos, principalmente de Lisboa, temerosos do poder que auferiria a nobreza com a união.

A vitória de Dom João, que inaugurou a dinastia de Avis (1385-1580), representa um abandono da política de expansão na península Ibérica, uma aliança mais estreita com o mundo dos negócios, dos ofícios e 'mesteres' – embora, é claro, fosse mantida a pressão em direção a uma saída dos limites estreitos do Reino.

Portugal, com seus exíguos 89 mil km² de terras nem sempre hábeis para a agricultura, possuía, no final do século XIV, um milhão de habitantes, conforme Vitorina de Magalhães Godinho, com uma ampla população urbana concentrada em Lisboa e, bem menos, no Porto, Setúbal e Viana do Castelo."

(LINHARES, Maria Yvoda L. (coord.), *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990, p. 17.)

A dinastia de Avis e a expansão marítima portuguesa

Os reinados da dinastia de Avis mostraram-se intimamente ligados ao dinamismo mercantil lusitano e, livres das reduzidas, mas ainda existentes, limitações impostas pela nobreza tradicional, estabeleceram um Estado nacional forte e absolutista em Portugal. Antes de outras regiões europeias, mergulhadas em guerras, epidemias, crises, expressões do declínio do feudalismo, em Portugal estruturou-se uma organização política favorável ao desenvolvimento comercial. Mesmo na Espanha, havia dificuldades internas e externas à centralização do poder monárquico, agravadas pela presença árabe no seu território. Tais dificuldades só foram superadas por volta de 1469, quando do casamento dos reis de Aragão e Castela e com a definitiva expulsão dos mouros em 1492.

Além da precoce centralização política, vital para a expansão comercial, Portugal contava também com uma localização geográfica privilegiada. Visando ampliar sua participação no comércio europeu, D. João I (1383-1433) deu início à expansão ultramarina, quando, em 1415, tomou a cidade de Ceuta, entreposto comercial árabe do Norte da África. Procurava, com isso, ter acesso luso aos cereais produzidos no Marrocos, tão escassos em Portugal, sobretudo o trigo, às rotas do ouro africano e às especiarias asiáticas comercializadas pelos árabes, além de tentar coibir a pirataria muçulmana e alargar a área marítima portuguesa. Tratava-se, portanto, de uma decisão governamental que concebia o estímulo ao desenvolvimento comercial como meio, não só para impulsionar o progresso econômico do país, como também para fortalecer o próprio Estado.

"Ceuta era a primeira cidade marítima de Marrocos. Todos os navios que vinham do Mediterrâneo 'mesuravam' as suas velas 'ante a grandeza da cidade'. Mercadores, mestres e mareantes animavam a chave do Estreito, a 'Irol das terras de África'. Edificada sobre uma península, era assim mesmo um nó saliente das duas grandes rotas terrestres que circulavam em solo marroquino: a que vinha do Oriente com as especiarias e as sedas e a que, por Tombuctu e Messa, trazia da África negra o ouro e os escravos. Os nobres não podiam aposentar-se dentro de suas muralhas, embora aí vivessem mercadores da comunidade de Veneza, e o próprio sultão tinha de contentar-se com as poças de Aljazira, já fora da cerca da cidade.

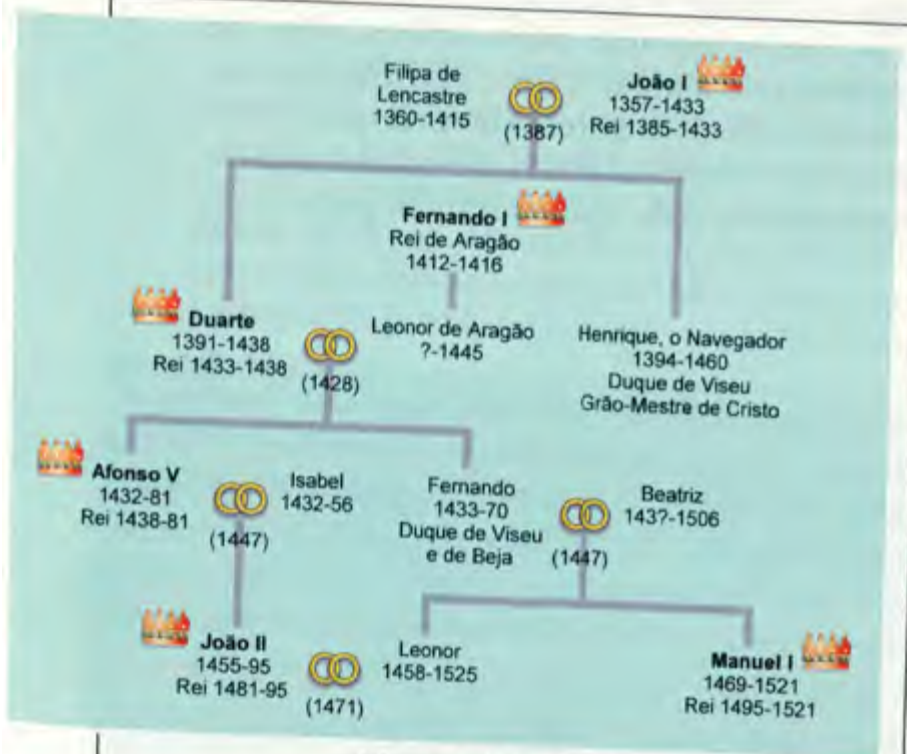
É contra Ceuta que navega em 1415 uma esquadra portuguesa de 200 velas. Pelas suas muralhas vão trepar os guerreiros lusitanos e esventrar com os fochos os sacos das especiarias. Durante treze dias dessedentam-se no saque: canela, pimenta, jarros de mel, manteiga e azeite. Revolvem a terra mexida, descem aos poços mergulhando nas águas em busca de tesouros. Aldeões que vinham de 'choças de porcos' abrem bocas de espanto ante as casas dos mercadores ricos, ladrilhadas e de interiores requintados."

(COELHO, António Borges. *Raízes da expansão portuguesa*. Lisboa, Horizonte, 1985. p. 17.)



A conquista de Ceuta (1415)
Ceuta foi o marco inicial do expansionismo luso.

Estimulando os melhoramentos náuticos e ampliando as perspectivas expansionistas, o filho de D. João I, o infante D. Henrique, o Navegador (1394-1460), cuidou de reunir e animar os trabalhos de astrônomos, geógrafos, matemáticos, cartógrafos, navegadores, comerciantes e especialistas em instrumentos de navegação. Portugal assimilou e desenvolveu instrumentos de orientação, como o astrolábio, a balestilha, o quadrante e a bússola, e embarcações, como a caravela, equipando-se, dessa forma, para aventuras mais ousadas.



A dinastia de Avis em Portugal.

Depois da conquista de Ceuta, Portugal avançou sobre o litoral africano e ilhas atlânticas vizinhas, fundando diversas feitorias, isto é, locais fortificados de comércio. A nobreza lusa acabou aderindo ao espírito expansionista da época, atraída pela possibilidade de auferir rendimentos e títulos com as conquistas, especialmente nas praças norte-africanas do Marrocos.

Sob o estímulo do infante D. Henrique, em 1418, Portugal apossou-se da ilha da Madeira; em 1427, do arquipélago dos

Açores; e, até a sua morte, em 1460, já tinha alcançado a Serra Leoa, em território africano. Neste local, foi encontrada uma mina de ouro, cuja exploração foi arrendada por D. Afonso V a Fernão Gomes, em 1469, refletindo o forte vínculo entre a monarquia e os grupos mercantis. O arrendatário tinha a obrigação de avançar 100 léguas por ano na costa africana e, em

1471, chegou à Guiné, onde foi erguido o forte de São Jorge da Mina. Em 1474, os lusos atravessaram a linha do Equador, alcançando o cabo de Santa Catarina.

Para explorar as ilhas atlânticas conquistadas – arquipélagos da Madeira e dos Açores –, a monarquia lusa deu início ao povoamento, baseado na agricultura e na pecuária. Passou-se a produzir trigo, vinhas e, especialmente, cana-de-açúcar, entre outros produtos, além da criação de gado. Para otimizar a colonização, adotou-se a divisão das terras dos arquipélagos em **capitanias hereditárias**, sistema segundo o qual os **capitães-donatários**, escolhidos pelo rei, encarregavam-se do povoamento e da distribuição das terras para a exploração econômica, recebendo, em troca, amplos poderes e regalias sobre seus territórios.

Ao lado do avanço comercial, promovido pela exploração da costa africana e ilhas atlânticas, Portugal ampliava seus conhecimentos náuticos e firmava a ambição em alcançar o Oriente, visando estabelecer uma nova rota de acesso às Índias, que passasse pelo sul do continente africano. Chegar ao Oriente por esse caminho significava romper o monopólio italiano do comércio de especiarias, tão desejadas pelo mercado europeu.



A grande expansão portuguesa

O percurso africano realizado pelos portugueses e denominado ciclo oriental das grandes navegações visava atingir as Índias, possibilitando o controle do Atlântico Sul.

Em 1488, sob o reinado de D. João II (1481-1495), navegadores portugueses, sob o comando de Bartolomeu Dias, ultrapassaram o cabo da Boa Esperança, conhecido anteriormente como cabo das Tormentas. Em seguida, em 1498, sob o reinado de D. Manuel I (1495-1521), com Vasco da Gama, chegaram às Índias e, em 1500, com Pedro Álvares Cabral, ao Brasil.

A expansão marítima europeia e os tratados ultramarinos

A Espanha acompanhou de perto a expansão marítima lusa, o que gerou acirradas disputas territoriais pelo domínio do ultramar e acordos delimitadores de direitos nas conquistas realizadas.

Antes de Vasco da Gama chegar às Índias em 1498, os espanhóis já haviam chegado à América. Em 1492, o rei Fernando e Isabel, cujo casamento promovera a centralização política da Espanha, decidiram patrocinar a viagem do navegador genovês Cristóvão Colombo, que, acreditando na esfericidade da Terra, defendia a tese de navegar de “*el levante por el poniente*”, isto é, defendia que seria possível chegar às Índias, no Oriente, navegando em direção ao Ocidente.

A viagem de Colombo começou em 3 de agosto de 1492, partindo de Palos na Espanha, e inaugurou o chamado **ciclo ocidental** das navegações, ou ciclo espanhol, oposto ao português, que se dirigia para o Oriente através do sul do continente africano, o chamado **ciclo oriental**.

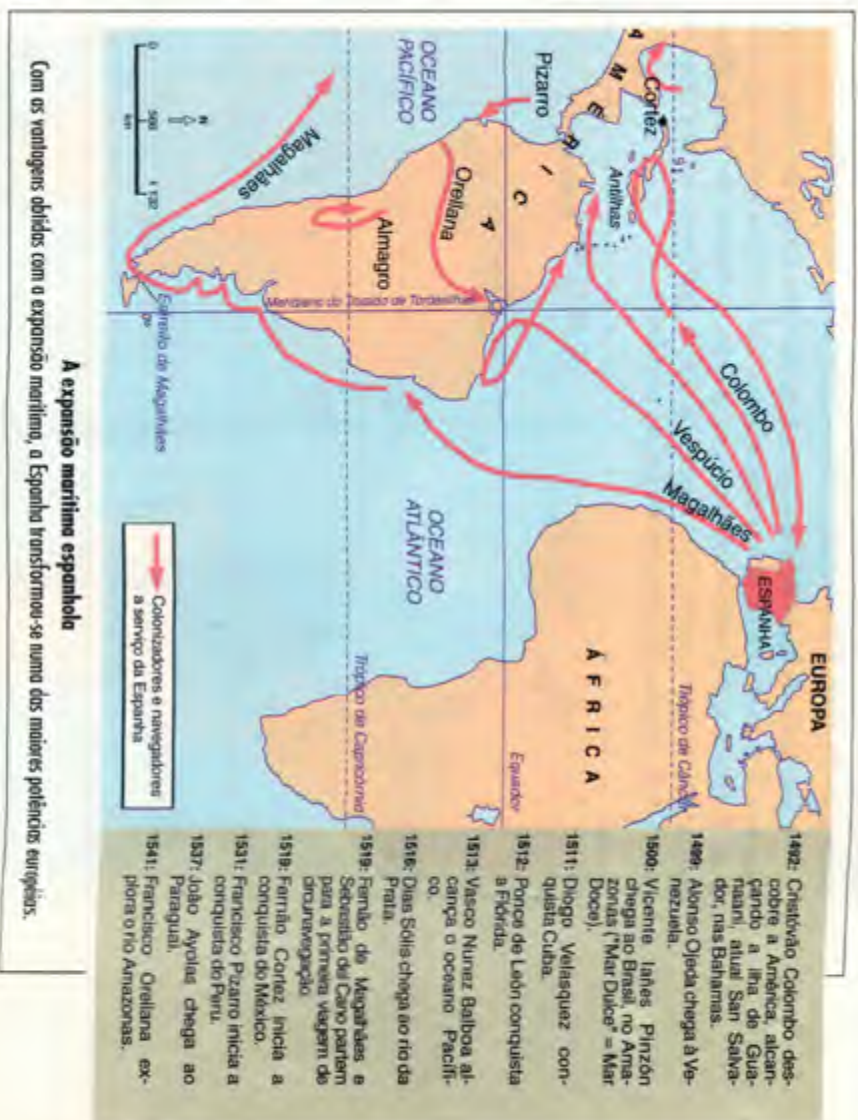
“Durante o reinado de D. João II apareceram na Corte de Portugal aventureiros estrangeiros ansiosos em participar das expedições ultramarinas e adquirir com elas glória e fortuna. O rei João desconfiava de serem espíões que poderiam descobrir seus segredos, mas a maioria das vezes teve o bom senso de conceder audiência a alguns daqueles forasteiros e ouvir atento o quanto tinham para lhe dizer, e assim ocorreu pouco depois de sua chegada ao trono, quando um estrangeiro desconhecido lhe fez uma proposta interessante: pretendia dirigir-se ao alto-mar, cruzar o oceano e descobrir, segundo suas próprias palavras ‘um país novo no Ocidente’. Apoiava sua proposta num argumento inédito: ninguém mais poderia realizar aquele descobrimento, já que somente ele havia sido escolhido por Deus para realizá-lo, e se achava disposto a colocar-se a serviço do rei João, mas sob a condição de uma rica recompensa. O monarca submeteu o assunto a uma junta de cosmógrafos, e estes recomendaram que não fosse dado qualquer crédito ao estrangeiro. O rei acatou a opinião de seus conselheiros e aquela obscura personagem desapareceu de Lisboa. Ele se chamava Cristóvão Colombo.”

(GRIMBERG, Carl. *História universal Daimon*. Madrid, Ediciones Daimon, 1967, v. 6, pp. 163-4.)

Em outubro do mesmo ano, Colombo chegou à ilha de Guanaani (San Salvador), nas Bahamas, acreditando ter alcançado as Índias. Mais tarde, em 1504, o navegador Américo Vespúcio anunciaria que, na verdade, as terras descobertas em 1492 pertenciam a um novo continente, o qual foi denominado América em sua homenagem.

Em seguida, os espanhóis subjugarão as populações nativas americanas, cabendo a Fernão Cortez a conquista do México e a Francisco Pizarro, a conquista do Peru. A Espanha estabeleceu uma lucrativa atividade de exploração de metais preciosos encontrados nesses domínios.

O sucesso da viagem de Colombo serviu de impulso ao expansionismo espanhol, intensificando as disputas com os lusos pela posse dos territórios ultramarinos.



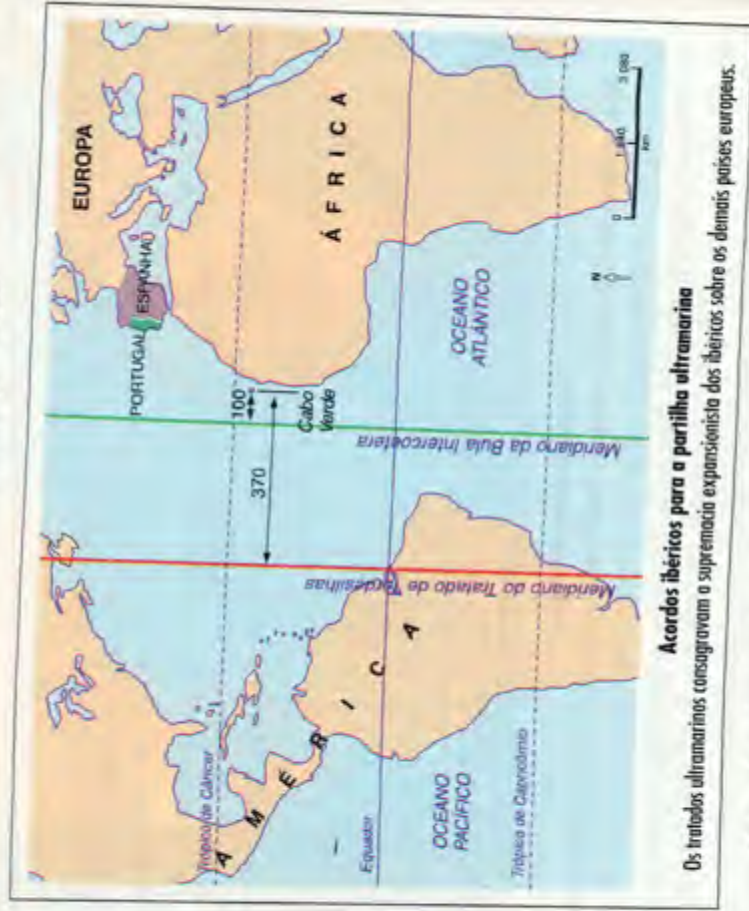
O mais antigo acordo entre portugueses e espanhóis sobre os territórios descobertos ou a descobrir na expansão ultramarina é o **tratado de Toledo**, datado de 1480, o qual estabeleceu que as terras descobertas ou a descobrir ao sul das ilhas Canárias (próximo à linha do Equador) caberiam a Portugal e as localizadas ao norte, à Espanha. Era uma vitória da diplomacia portuguesa em suas ambições expansionistas, pois garantia ao reino luso a rota sul-africana para o Oriente.

Contudo, após o sucesso da viagem de Colombo, tornaram-se letra morta as decisões de Toledo, exigindo um novo acordo que harmonizasse os interesses dos países ibéricos. Assim, em 1493, os reis Fernando e Isabel

da Espanha, que mantinham boas relações com a Igreja de Roma, recorreram ao papa Alexandre VI, um espanhol de nascimento, que resolveu editar a **Bula Intercoetera** para delimitar os direitos territoriais da Espanha e de Portugal.

A Bula determinava uma divisão do mundo ultramarino a partir dos arquipélagos de Açores e Cabo Verde, numa distância de 100 léguas a oeste (cerca de 635 quilômetros). Neste ponto se traçaria uma linha imaginária norte-sul (meridiano) cabendo aos espanhóis as terras a oeste e aos portugueses, as do leste. Era a vez da vitória diplomática da Espanha.

A contínua oposição de Portugal à Bula obrigou a Espanha a fazer concessões e a concordar com novas negociações. Em 1494, na cidade espanhola de Tordesilhas, foi celebrado um novo acordo, o **tratado de Tordesilhas**, que deslocava para oeste (370 léguas ou 2 055 quilômetros) das ilhas de Cabo Verde a linha divisória estabelecida pela Bula.



Grças à assinatura desse novo acordo, Portugal garantia o controle sobre o "corredor Atlântico" em sua rota em direção ao Oriente, na época, alvo principal das ambições lusas em seu expansionismo marítimo. Também, pela impressionante precisão relativa na delimitação das 370 léguas, que propiciou a Portugal o domínio da costa atlântica da América do Sul, evidenciam-se os amplos conhecimentos náuticos lusos sobre o hemisfério sul e até mesmo o conhecimento das terras brasileiras.

O tratado de Tordesilhas foi assinado no dia 5 de junho de 1494, há mais de 500 anos, e representou uma inovação: o uso da diplomacia para resolver divergências entre Estados.

“Segundo o professor do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), Estevão de Rezende Martins, 47, a resistência de Portugal à bula levanta a hipótese de que o país já desconfiava da existência do Brasil antes da descoberta oficial em 1500.

‘Se os portugueses não sabiam, ao menos intuam a localização do Brasil a 370 léguas de Cabo Verde. De alguma forma, sabiam que a cem léguas só existia um pedaço de oceano’, diz Martins.

A divisão só foi resolvida no ano seguinte, em 1494, através do Tratado de Tordesilhas.

O Tratado de Tordesilhas nasceu de uma atitude inovadora para a época: a de resolver problemas políticos entre nações concorrentes por via diplomática.

Esse é um dos aspectos do tratado destacado pelo historiador Fernando Novais, do Departamento de História da USP e do Instituto de Economia da Unicamp.

‘É um tratado internacional firmado entre duas nações que no final do século XV eram as mais importantes da Europa e as únicas constituídas como Estados unificados’, diz Novais.

‘Tratava-se ainda de um acordo político num mundo onde a diplomacia não existia. Tordesilhas aparece como precursor das relações internacionais.’

Novais chama a atenção para a presença do papa como árbitro do acordo – uma atitude tipicamente medieval, num momento em que se estabeleciam novas formas de relações entre os Estados europeus, mais características da Idade Moderna, que começou em 1453.

O registro da linha fictícia que dividia o mundo aparece pela primeira vez no mapa manuscrito elaborado em 1502. Conhecido como mapa de Cantino, encontra-se na Biblioteca Estense, em Módena, na Itália.

O mapa foi comprado ilegalmente, por uma quantia irrisória, pelo italiano Alberto Cantino e desapareceu em 1859. Em 1870, foi encontrado num açougue de uma cidade do interior da Itália.

Mas é um outro mapa que melhor representa os interesses portugueses. Em 1561, Bartolomeu Velha traçou a linha de Tordesilhas de forma a incluir do lado português a foz do rio da Prata, via de acesso às minas de prata do Peru.”

(Cláudia Pires e Joana Rodrigues. In Folha de S.Paulo, 5/7/1994, p. 6-16.)

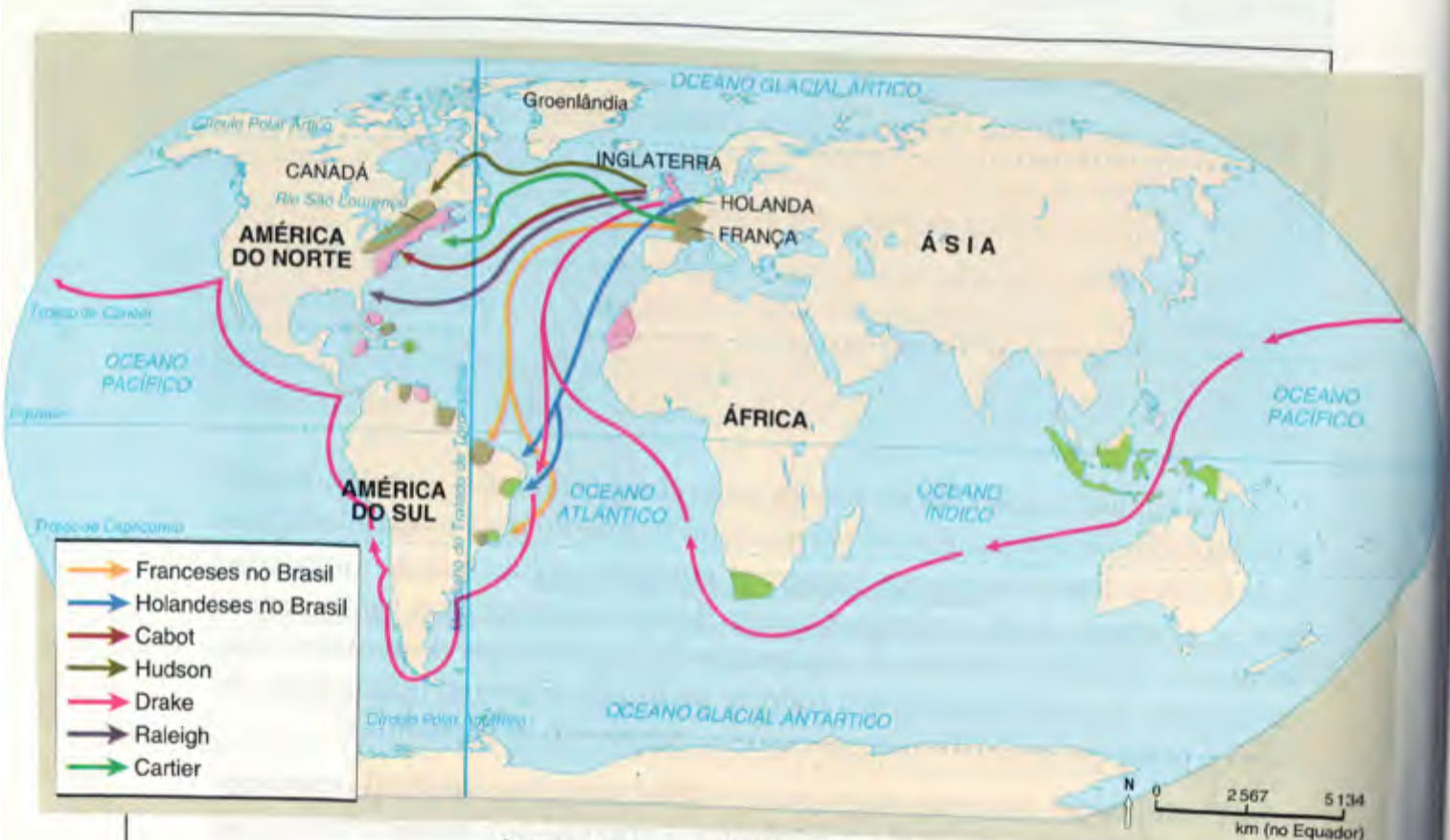
A conquista espanhola da América e as conquistas lusas no Atlântico Sul e Oriente, durante o século XV, prepararam o terreno para a consolidação e o definitivo desenvolvimento comercial europeu, solucionando uma crise que se arrastava desde o século anterior. As terras americanas foram transformadas em áreas coloniais de exploração de riquezas que desembarcavam na Europa, a partir da península Ibérica, incluindo a imensa quantidade de ouro e prata que os espanhóis passaram a extrair em suas colônias.

A ampliação das rotas marítimas e a dinamização comercial impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo comercial e o fortalecimento da burguesia e do Estado absolutista em toda a Europa. Contudo, os países que iniciaram sua corrida expansionista no século XVI passaram a contestar o exclusivismo colonial dos ibéricos, definido pelo tratado de Tordesilhas.

Iniciavam-se, assim, as disputas européias por colônias, incluindo pirataria, contrabando, invasões e guerras, fazendo da tomada e efetivação da posse sobre territórios coloniais uma prioridade dos Estados metropolitanos ibéricos.

O rei francês Francisco I (1515-1547) contestou duramente as determinações do tratado de Tordesilhas, enquanto realizava uma série de ataques piratas, especialmente contra a América portuguesa. Dentre as expedições francesas bem-sucedidas no continente americano, destacam-se as realizadas sobre a América do Norte, responsáveis pela posse dos territórios do Canadá e do centro-leste dos atuais Estados Unidos, conhecido como Louisiana.

Já as expedições voltadas para os domínios lusos não tiveram sucesso: em 1555, os franceses tentaram, sem êxito, estabelecer-se no Rio de Janeiro para fundar a França Antártica. Mais tarde, depois de contínua presença ilegal no litoral do Nordeste brasileiro, os franceses tentaram novamente uma ocupação territorial e outra vez fracassaram: invadiram, em 1612, o Maranhão, onde fundaram a França Equinocial e a cidade de São Luís. A última tentativa francesa frustrada de invasão das áreas brasileiras coloniais aconteceu no início do século XVIII (1711), novamente no Rio de Janeiro.



A expansão francesa, inglesa e holandesa

O expansionismo da Inglaterra, da França e da Holanda esbarrou no tratado de Tordesilhas, que definia os domínios ibéricos sobre as terras do novo continente descoberto e outras que viessem a ser descobertas.

A expansão marítima inglesa voltou-se, durante o reinado de Elizabeth I (1558-1603) para o litoral da América do Norte. Em seguida, realizaram-se expedições corsárias sobre os navios e domínios ibéricos.

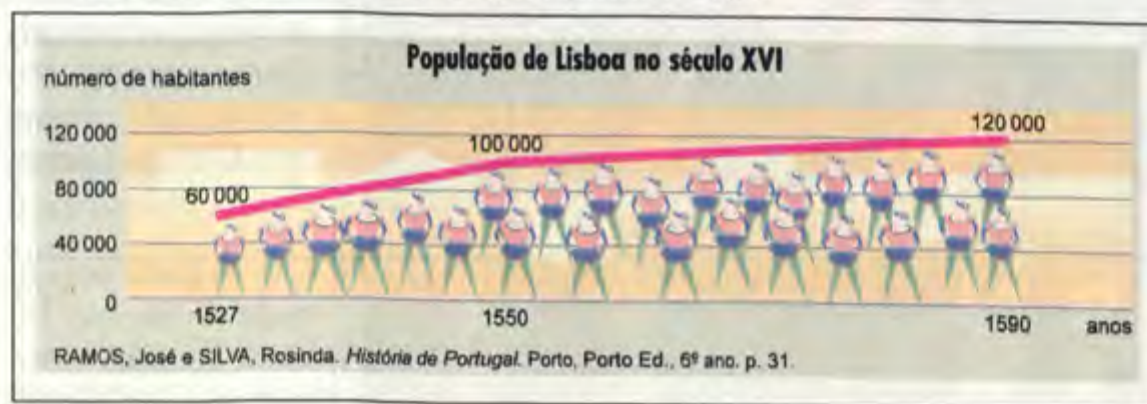
Na América do Norte, a Inglaterra iniciou a colonização por volta de 1680, surgindo assim as Treze Colônias da Nova Inglaterra, embrião dos atuais Estados Unidos. Quanto à pirataria, as incursões corsárias chegaram mesmo a ser oficializadas pelo Estado, transformando-se na principal atividade dos marinheiros ingleses na segunda metade do século XVI. Foi também nessa época que a Inglaterra iniciou a atividade altamente lucrativa do tráfico de escravos negros para as Américas.

Observe a seguir a população de alguns países e algumas cidades europeias no início do século XVI e também o crescimento populacional de Lisboa ao longo desse século.

País	População (números arredondados)
França	15 000 000
Itália	10 000 000
Espanha	6 500 000
Inglaterra	3 750 000
Portugal	1 400 000
Países Baixos	900 000

Cidade	População (números arredondados)
Paris	100 000
Veneza	100 000
Lisboa	65 000
Antuérpia	50 000
Londres	40 000
Sevilha	30 000

RAMOS, José e SILVA, Rosinda. *História de Portugal*. Porto, Porto Ed., 6º ano, p. 31.



Outro país que muito investiu na expansão marítimo-comercial durante o século XVI foi a Holanda, que fizera parte do Império espanhol até 1581, quando proclamou sua independência, formando a República das Províncias Unidas dos Países Baixos. A Holanda ocupou a Guiana e as Antilhas, além de fundar a cidade de Nova Amsterdã (atual Nova Iorque, nos Estados Unidos). Os holandeses também participaram da colonização portuguesa, financiando a implantação da indústria açucareira no Nordeste brasileiro, além de dominar a distribuição do açúcar no mercado europeu. No século XVII, os holandeses promoveram invasões ao Nordeste do Brasil, mas acabaram sendo expulsos.

Portugal e o Império do Oriente

A conquista do Oriente pelos portugueses, iniciada com Vasco da Gama e continuada por Pedro Álvares Cabral, encontrou inúmeras dificuldades, especialmente na oposição dos muçulmanos, então aliados dos italianos na rota tradicional de comércio de especiarias para o Ocidente.

A investida lusa abalava a costumeira rota islâmico-italiana, segundo a qual os muçulmanos conduziam os produtos orientais pelo oceano Índico, golfo Pérsico e mar Vermelho até a costa mediterrânea, e os italianos assumiam, a partir daí, as mercadorias que seriam, então, distribuídas nas praças consumidoras europeias.

A nova rota portuguesa do comércio oriental foi consolidada pelas armas, pela derrota dos opositores. Para isso, foi criado o vice-reinado da Índia, cuja maior incumbência era orientar esforços no sentido de garantir a dominação lusa sobre o Oriente. O primeiro vice-rei nomeado para o cargo foi D. Francisco de Almeida (1505-1509).



Tomada de Malaca por Afonso de Albuquerque (detalhe), Domingos Rebelo.

A conquista do Oriente e a manutenção dos domínios na região representaram despesas militares contínuas e crescentes para os portugueses, dificultando a preservação desses domínios.

Foi criada também, nos mesmos moldes da Casa da Guiné, a Casa da Mina e da Índia, a fim de garantir o monopólio régio sobre o lucrativo comércio oriental. Com o mesmo objetivo, instituiu-se, em 1519, o Conselho da Índia.

Apartir do controle do oceano Índico, Portugal avançou sobre o Oriente, conquistando Goa, na Índia, em 1510, e Malaca, no Sudeste Asiático, em 1511,

encerrando a fase de hegemonia comercial muçulmana na região e construindo seu Império oriental, nunca reconhecido pelos derrotados. Ao contrário, os islâmicos continuaram buscando oportunidades para reconquistá-la. Assim, devido aos custos da conquista, a Coroa portuguesa teve de se preocupar em obter recursos para manter a dominação sobre seus domínios no Oriente.

A edificação do Império oriental luso converteu o Atlântico em eixo econômico mundial, ligando Lisboa aos principais centros do Oriente, atingindo, inclusive, China e Japão. Para Lisboa afluíam as especiarias e, de lá, a parte não consumida era levada para a região de Flandres, centro responsável por sua distribuição nas diversas praças consumidoras européias. Do Norte da Europa, ao contrário, os portugueses compravam diversos produtos, especialmente os manufaturados, para o seu consumo e distribuição no ultramar. Dessa forma, Portugal firmou-se como grande intermediário do comércio internacional em expansão.

As maiores vantagens desse rentável intercâmbio comercial eram auferidas pelo Estado português, que acabava por repassar parte delas às elites detentoras de cargos, títulos e subsídios. A estrutura administrativa lusa obedecia ao centralismo absolutista, aprimorado graças ao expansionismo ultramarino, que, sob o governo do rei D. Manuel, atingiu seu apogeu. Este monarca uniformizou a coleta de impostos e a aplicação das leis, definidas nas Ordenações Manuelinas. Para uma noção das relações lusas com o Império oriental, veja ao lado o movimento de navios (em números aproximados) entre Lisboa e o Oriente ao longo do século XVI.

MOVIMENTO DE NAVIOS (SÉC. XVI)		
Anos	Partindo do Oriente (nº de navios)	Chegando a Lisboa (nº de navios)
1501-1510	64	56
1511-1520	56	55
1521-1530	37	36
1531-1540	(?)	(?)
1541-1550	46	41
1551-1560	45	32
1561-1570	37	32
1571-1580	44	43
1581-1590	47	41
1591-1600	39	23

RAMOS, José e SILVA, Rosinda. *História de Portugal*. Porto, Porto Ed. 6º ano, p. 31.

Como Portugal importava do Norte da Europa os mais variados artigos de luxo (especialmente tecidos finos) para o seu consumo, somados aos custos da dominação do Império oriental e aos privilégios concedidos à elite, a maior parte da riqueza em trânsito por Lisboa era transferida para fora de suas fronteiras, especialmente para outros grupos comerciais europeus, os quais acabaram apossando-se da maior parte dos lucros do comércio internacional.

Além disso, os portugueses, detentores de lucrativo comércio e riqueza que se produzia fora de suas fronteiras, passaram a negligenciar a produção interna, dependendo cada vez mais das importações e, dessa forma, contribuindo para o fluxo crescente de riquezas para a burguesia européia, descapitalizando o reino.

"A descoberta da Índia dera, a princípio, consideráveis lucros ao Estado português. As armadas, que faziam o tráfico, pertenciam a ele, ou melhor, ao rei, que era a sua personificação. A cobrança do quinto e outros tributos e a venda dos produtos do Oriente acumularam fortunas em suas mãos, tendo sido consumidas na maior parte em gastos suntuários, como na construção de edifícios portentosos, em dadas e benefícios, em embaixadas e no fausto da Corte. O luxo da Corte de D. Manuel era admirado em toda a Europa. Logo, porém, as exigências relativas à manutenção, funcionamento e defesa dos domínios, mormente a construção de novas armadas e o estabelecimento de guarnições militares, vieram reduzir em muito os lucros do grande negócio que parecia ser o comércio da Índia. A ausência em Portugal de uma burguesia bastante forte, que dispusesse de capitais e condições e organização para o comércio que se abria, fez com que o Estado português praticamente internacionalizasse o trato com o Oriente. Pôde recrutar junto à nobreza e aos fidalgos do reino os dirigentes para a administração dos domínios. Entretanto, teve que vincular-se a negociantes e banqueiros estrangeiros, como os Marchionis, os Welsch e os Fugger, para suprir-se do que lhe faltava: capitais e meios de comercialização dos produtos indianos. Criou-se uma dependência com outros centros comercialmente mais desenvolvidos, principalmente com as nações do noroeste europeu, que transferia para elas a maior parte dos ganhos; e transformava Lisboa num simples entreposto de escala dos produtos que seguiam imediatamente para os seus verdadeiros centros de distribuição, como a feitoria de Flandres, que, depois de sua fundação, mudou para lá a parte mais considerável dos negócios.

Os gastos e o endividamento crescente, que arruinaram as finanças portuguesas, criavam uma situação de desencanto quanto às perspectivas do Oriente. Contrapunha-se a isso os sucessos que vinha conseguindo a coroa espanhola na exploração de suas colônias das Américas. Nesse momento se esboça, com D. João III, uma política de colonização do Brasil."

(MARANHÃO, Ricardo; MENDES JUNIOR, Antonio & RONCARI, Luiz. *Brasil história: Texto & consulta*. São Paulo, Brasiliense, 1976. v. 1, p. 88.)

Às contínuas investidas de muçulmanos e indianos contra as praças comerciais portuguesas no Oriente, somaram-se as investidas dos demais países marginalizados pelo tratado de Tordesilhas, elevando em muito os custos do comércio oriental.

Com o início do domínio espanhol sobre Portugal, a partir de 1580, ingleses e holandeses passaram a comerciar diretamente com os orientais, assumindo a decadente rota lusa através do sul do continente africano e também grande parte do que restava do Império oriental português. Nas últimas décadas do século XVI já não era possível mais recorrer à autoridade papal para afirmar o "direito" ibérico sobre a Índia, segundo o tratado de Tordesilhas, pois tal autoridade perdera sua força internacional, pelo menos diante das nações que aderiram ao protestantismo, justamente aquelas que acabaram herdando a maior parte do comércio oriental.

Inversamente a todo este processo de decadência do Império oriental luso, elevou-se em importância e peso a colônia portuguesa do Brasil como principal centro de exploração e dominação, ativando as medidas para garantir o domínio e ampliar a lucratividade sobre ela.

Questões

1. Descreva as transformações socioeconômicas e políticas da Baixa Idade Média, explicando suas razões.
2. Caracterize a crise do século XIV na Europa e aponte seus principais efeitos.
3. Estabeleça as relações entre absolutismo, mercantilismo e colonialismo, componentes essenciais do Antigo Regime europeu.
4. O domínio romano sobre a península Ibérica deixou importantes marcas, algumas com um enraizamento muito profundo. Quais foram as principais influências romanas sobre a vida ibérica?
5. Qual a importância da Guerra da Reconquista na formação do reino de Portugal?
6. Compare o poder da nobreza europeia ao poder da nobreza lusitana. Ao que se deve a diferença entre ambos?
7. No processo de formação da nação portuguesa, defina:
 - reguengos;
 - cartas de doação;
 - senhorios;
 - coutos;
 - carta de foral;
 - Cortes;
 - assembléias de "homens bons";
 - juizes de fora.
8. De que maneira a crise do século XIV interferiu no desenvolvimento do grupo mercantil lusitano?
9. O que determinava a Lei de Sesmarias do rei D. Fernando I?
10. Que grupos sociais se uniram no processo revolucionário de Avis e quais eram seus objetivos?
11. O que eram as capitâneas hereditárias e os capitães-donatários nas ilhas atlânticas colonizadas pelos portugueses no século XV? Quais as atribuições destes últimos?
12. Caracterize os tratados de limites estabelecidos entre Portugal e Espanha no século XV.
13. Descreva o papel econômico desempenhado por Portugal no comércio entre seu império no Oriente e a Europa.

O BRASIL COMO COLÔNIA PORTUGUESA

a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em 1500, não correspondeu à pronta integração do novo território à economia de Portugal, pois os lusos aqui não encontraram, de imediato, produtos tão valiosos quanto aqueles que, então, obtinham no Oriente. Portugal manteve sua atenção e recursos voltados para o comércio oriental, deixando o Brasil, por alguns anos, numa posição secundária, preocupando-se apenas em garantir a posse sobre seu território frente às continuadas investidas de outros países europeus.



Frota de Cabral, Roque Gameiro.



Acima, brasão de Pedro Álvares Cabral. Sua chegada marca a posse formal (oficial) de Portugal sobre o Brasil. Mas, para garantir a posse efetiva, era preciso viabilizar a sua exploração, integrando o novo território à economia portuguesa.

Nesse período de relativo abandono, entre 1500 e 1530, os portugueses dedicaram-se ao reconhecimento e defesa do território brasileiro, bem como à extração do pau-brasil presente no litoral, pois não tinham encontrado os metais preciosos que tanto desejavam, nem tampouco produtos similares aos que se obtinham no comércio afro-asiático.

O sistema de feitorias, adotado pelos portugueses em outras regiões coloniais, também não era viável para uma efetiva exploração econômica, na medida em que nossos indígenas, ao contrário de alguns ameríndios encontrados pelos espanhóis, como astecas e incas, viviam numa economia natural, sem produção de excedentes imediatamente comercializáveis.

Passados, porém, trinta anos da chegada de Cabral e diante da progressiva crise de seu comércio no Oriente, Portugal voltou-se para a efetiva colonização das terras brasileiras, preocupando-se em consolidar em definitivo sua dominação sobre o Brasil.

A partir de 1530, o Brasil assumiu de fato sua função complementar na economia metropolitana, dentro dos parâmetros mercantilistas, ou seja, a exploração econômica deu-se sob o controle do Estado português, fornecendo recursos crescentes para ampliar o seu poderio, acelerando o desenvolvimento do capitalismo comercial europeu e de seus grupos mercantis.

Vamos agora estudar o conjunto de fatores que levou à colonização lusa, seus instrumentos, mecanismos e desdobramentos que fizeram do Brasil a principal colônia portuguesa.

"O descobridor, antes de ver a terra, antes de estudar as gentes, antes de sentir a presença da religião, queria saber de ouro e prata. Na noite de 24 de abril, na primeira sexta-feira da descobrimento, o cap. Pedro Álvares Cabral travou entrevista solene com os donos da terra. Esta troca de gestos, que o fiel escrivão registrou, desnuda muitas intenções e pronuncia uma decepção. Ela indica a inaptidão de ver fora das viseiras douradas do comércio e dos metais preciosos: 'O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata'."

[FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Globo, 1989. p. 99.]

O Brasil pré-colonial (1500-30)

Antes de 1530, Portugal enviou para o Brasil expedições exploradoras e guarda-costas, não se preocupando com a efetiva fixação de colonos no novo território. De um lado, o governo luso buscava avaliar a potencialidade econômica da região e, de outro, reprimir militarmente as freqüentes incursões estrangeiras que ameaçavam a posse lusitana sobre o Brasil.

Composta por oficiais e importantes mercadores portugueses, a primeira expedição exploradora foi chefiada por **Gaspar de Lemos** e chegou ao Brasil em 1501. Percorrendo o litoral brasileiro, Gaspar de Lemos no-

meou diversos locais de acordo com os santos do dia (cabo São Roque, rio São Francisco, baía de Todos os Santos, São Sebastião do Rio de Janeiro, porto de São Vicente, etc.) e confirmou a existência do **pau-brasil**, madeira há muito utilizada largamente na Europa para tingir tecidos.

Em 1503, sob o comando de **Gonçalo Coelho**, realizou-se uma nova expedição ao Brasil, buscando localizar novas riquezas e carregar os seus navios com a madeira de pau-brasil. Entre o Rio de Janeiro e Cabo Frio, Gonçalo Coelho também fundou **feitorias**, postos de armazenagem de madeira e de carregamento dos navios.

A abundância do pau-brasil no litoral brasileiro, entre o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, e a possibilidade de exploração lucrativa levaram Portugal a estabelecer o **estanco** sobre o produto, isto é, o monopólio estatal sobre a sua exploração. Com a exclusividade, o governo português fazia concessões periódicas do direito de exploração e comercialização a particulares, em troca do pagamento de um quinto do valor da madeira extraída e da defesa do território contra traficantes, especialmente franceses, que cada vez mais freqüentavam a costa brasileira.

O primeiro arrendamento da exploração do pau-brasil para o período entre 1502 e 1505, foi cedido a **Fernão de Noronha, cristão-novo** (denominação criada para designar judeus convertidos ao cristianismo, normalmente para escapar às perseguições da Inquisição) que liderava um grupo de comerciantes de Lisboa.

Atividade meramente extrativa, a exploração do pau-brasil não fixava o homem à terra, além de apresentar um **caráter predatório**, responsável pela devastação de boa parte da nossa vegetação litorânea original. No final do período pré-colonial já não se encontrava com facilidade a madeira na costa brasileira, a qual praticamente desapareceu de nossa mata já no século passado.



O escambo constituiu a primeira relação econômica entre os nativos e os europeus. No detalhe, brasão de Gaspar de Lemos.

A extração do pau-brasil propiciou, por outro lado, o estabelecimento das primeiras relações econômicas entre portugueses e indígenas, fundamentadas no **escambo** (troca): os índios cortavam as árvores e carregavam a madeira para a feitoria, recebendo em troca do trabalho todo o tipo de objetos, normalmente vistosos e atraentes para os indígenas, mas de baixo valor para os portugueses, como espelhos, miçangas, tecidos, facas, canivetes, machados, etc.

Muitos contrabandistas estrangeiros, sobretudo os franceses, também se dedicaram à extração do pau-brasil, chegando mesmo a ameaçar com sua presença em nosso litoral o domínio português sobre o Brasil. Para coibi-los, foram organizadas expedições militares, cabendo a **Cristóvão Jacques** o comando das armadas de 1516 e de 1526.

Apesar da violência com que tratava os contrabandistas aprisionados, afundando seus navios e enforcando muitos deles, a função policiadora de Cristóvão Jacques esbarrava nas grandes dimensões da nossa costa, obstáculo natural à eficiência das expedições guarda-costas. Diante do perigo representado pelos corsários estrangeiros, o governo português pouco a pouco se conscientizava da necessidade de efetivar o povoamento e a colonização do Brasil, ao mesmo tempo que o comércio oriental se tornava cada vez menos rentável e mais oneroso.

No Oriente, turcos e indianos atacavam continuamente as fortalezas portuguesas e concorriam com os lusos, reativando antigas rotas comerciais que cruzavam o mar Vermelho e o golfo Pérsico. Acrescente-se ainda os não raros naufrágios das embarcações portuguesas e os freqüentes ataques dos corsários no oceano Atlântico, que elevavam os riscos e prejuízos e dificultavam o comércio português com o Oriente, e veremos por que declinou o interesse luso pelas Índias.

À medida que diminuía os lucros, o Estado português desativava fortalezas na costa africana e reduzia o fluxo de navios para o Oriente. Enquanto Portugal tornava menos intensas suas transações comerciais com o Oriente, holandeses e ingleses ampliavam sua participação nesse comércio, assumindo progressivamente a rota Atlântico-Índico através do cabo da Boa Esperança, juntando o domínio da distribuição das especiarias na Europa, que já possuíam, ao da obtenção dos produtos diretamente no Oriente.

Ao declínio do comércio oriental, somou-se a ameaça ao domínio português sobre o Brasil, estimulando o rei D. João III a iniciar uma nova política em relação à sua colônia americana, defendendo, ocupando e explorando economicamente o território através da fixação dos colonos à terra, da criação de povoados e fortificações que se espalharam pela costa e garantiram a dominação portuguesa sobre o Brasil. Para viabilizar tais objetivos, foram organizadas expedições colonizadoras, sendo que a primeira, chefiada por **Martim Afonso de Souza**, chegou ao Brasil em 1531.



Com Martim Afonso de Souza tem início a montagem do sistema colonial no Brasil.

O início da colonização brasileira

A expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza

A expedição de Martim Afonso de Souza, composta por cinco navios, partiu de Lisboa em dezembro de 1530, trazendo cerca de 400 homens, sementes, plantas, ferramentas agrícolas e animais domésticos. Nomeado capitão-mor da esquadra e das terras coloniais pelo rei de Portugal, Martim Afonso tinha amplos poderes para descobrir novas riquezas, combater estrangeiros, policiar, administrar e povoar as terras brasileiras.

Martim Afonso, para melhor conhecer e proteger o território sob seu poder, organizou expedições que penetraram no interior brasileiro em busca também de riquezas. Além disso, dirigiu-se à foz do rio da Prata, para efetivar o domínio luso diante da crescente presença espanhola na região, e acabou por aprisionar vários navios piratas franceses.

Como colonizador, Martim Afonso de Souza iniciou a distribuição de **sesmarias** – lotes de terras – aos novos habitantes que se dispusessem a cultivá-las, além de dar início à plantação da cana-de-açúcar. Foi ele o responsável pela construção do primeiro engenho da colônia, chamado **Engenho do Governador**.

A prática de doação de sesmarias, que era há tempo muito comum em Portugal, originando quase sempre minifúndios, assumiu no Brasil a função de fundar as bases de uma ordem rural latifundiária, pois partiu da doação de sesmarias de grandes extensões territoriais. Em Portugal, a Lei das Sesmarias de 1375 obrigava os senhores a cultivar suas terras ou a doá-las aos camponeses, subordinando os proprietários ao rei, à produção e à partilha em propriedades pequenas. No Brasil, ao contrário, a doação das sesmarias, pelo próprio contexto local, fundamentou-se em grandes propriedades que garantiam reserva de poder e status aos proprietários. Em outras palavras, se na metrópole o sistema sesmarial funcionou bem próximo de uma relativa "reforma agrária", possibilitando alguma desconcentração fundiária, aqui, ao contrário, serviu como raiz de uma estrutura agrária elitizante e antidemocrática, fundada nas megapropriedades.

Martim Afonso, dando continuidade à sua política colonizadora, fundou, em 1532, a primeira vila do Brasil, **São Vicente**, situada no atual estado de São Paulo e, em seguida, dirigindo-se para o interior da mesma região, a vila de Santo André da Borda do Campo.

Em 1533, o capitão-mor Martim Afonso retornou a Portugal, enquanto o governo português adotava novas medidas para intensificar a ocupação do território brasileiro, implantando atividades econômicas duradouras e lucrativas na sua colônia americana.

O sistema de capitânicas hereditárias

Ao contrário dos espanhóis, que logo encontraram abundantes jazidas de metais preciosos em suas colônias americanas, os portugueses, além de estar às voltas com contrabandistas estrangeiros que ameaçavam sua posse sobre o território brasileiro, ainda não tiveram a “sorte” de descobrir uma riqueza de fácil exploração em seus domínios. A lucratividade da colônia dependia de se procurar cultivar um gênero de alto valor e fácil comercialização no mercado europeu. O gênero escolhido, pela favorabilidade de cultivo dentro das condições naturais brasileiras, foi a **cana-de-açúcar**.

Para viabilizar a colonização e evitar gastos para a metrópole, o rei D. João III decidiu implantar em terras brasileiras o sistema que já tivera sucesso nos arquipélagos da Madeira e dos Açores: a divisão do território em grandes faixas de terra, chamadas de capitânicas, doadas a fidalgos portugueses – os capitães-donatários. Almejava assim, garantir a posse da colônia e transferir a particulares os maiores gastos com a colonização, já que Portugal dispunha de reduzidos recursos para empreendimentos tão custosos.

Em 1504, ainda no reinado de D. Manuel, fora cedida isoladamente, a **Fernão de Noronha**, o que se considera a primeira capitania hereditária do Brasil, correspondente ao arquipélago que atualmente leva o seu nome. Essa concessão voltou a ser confirmada em 1522, pelo rei D. João III.



Fernão de Noronha (brasão, à direita) recebeu a primeira capitania hereditária do Brasil: o arquipélago que recebeu seu nome atualmente está sob administração do estado de Pernambuco e é um dos mais importantes pontos turísticos de nosso litoral.

Como já dissemos, Fernão de Noronha pertencia ao grupo dos judeus forçados a se converter ao cristianismo, chamados cristãos-novos. A imposição da conversão refletia mais uma das facetas das perseguições, prisões e extermínios aplicados pela sociedade ocidental européia aos considerados

não-integrados. Oposta à diversidade cultural e religiosa, a Europa cristã sempre reagia com violência e opressão aos que eram tidos como ameaçadores aos seus interesses, privilégios, princípios e valores.

As origens judaicas da península Ibérica remontam à Antiguidade, como atestam algumas lápides com inscrições hebraicas do século III d.C. Sem nunca se integrarem completa e harmonicamente à cultura da região, as relações judaico-cristãs se agravaram especialmente com a centralização monárquica do final da Idade Média, processo político baseado na idéia de um só território, uma só lei e uma só religião.

Da mesma forma, disputas por posições sociais e econômicas entre a emergente burguesia ibérica cristã e a tradicional burguesia judaica serviram de intenso estímulo a campanhas antijudaicas.

"Em Castela, Navarra e Aragão, esporadicamente, explodiam manifestações antijudaicas, e em 1391 dá-se um massacre no qual 4 000 judeus foram mortos nas ruas de Sevilha. Uma onda antijudaica, insuflada principalmente pelo clero fanático e supersticioso, espalhou-se por diversas regiões, e as mais importantes e florescentes comunidades judaicas foram destruídas.

(...)

Fernando e Isabel subiram ao trono em 1474 e deram amplas oportunidades aos extremistas da Igreja de advogar uma solução para a questão dos conversos e judeus, que se havia agravado. Para consolidar seu governo os reis católicos precisavam do apoio dos homens da Igreja e dos burgueses, os homens das cidades. Em troca desse apoio, introduziram uma série de medidas restritivas contra os conversos e judeus. Além desse fato encontram-se os vazios cofres do Tesouro e a ambição de Fernando de expulsar os mouros, ainda instalados em Granada, para o que não tinha meios financeiros. Esses meios são conseguidos com os lucros provenientes da confisco dos bens dos condenados pela Inquisição. O Tribunal da Inquisição na Espanha foi criado com o objetivo de extirpar a heresia judaica e eliminar os conversos suspeitos de a praticarem, acusados de estarem contagiando a sociedade espanhola. Neste fato, jaz a especificidade da Inquisição moderna. Seu móvel principal foram os judeus espanhóis convertidos ao catolicismo.

Os monarcas espanhóis negociaram o estabelecimento do Tribunal com o papa Xisto IV, que inicialmente não se mostrou muito favorável à idéia, expressando textualmente suas dúvidas sobre as 'intencões' puramente religiosas de Isabel. Por razões políticas acabou concordando, e em 1º de novembro de 1478 autorizou a nomeação de inquisidores em todas as partes de Castela.

Andaluzia era então um dos centros mais populosos de conversos, e a Inquisição começou seu trabalho em Sevilha. Muitos suspeitos foram presos, acusados de serem hereges judaizantes, inclusive personalidades ilustres. Segundo o cronista dos reis católicos André Bernaldes, entre os anos 1481 e 1488 mais de 700 conversos foram queimados vivos e mais de 5 000 foram presos e penitenciados.

Em 1483 Xisto IV autorizou também o estabelecimento do Tribunal em Aragão, Catalunha e Valência, e Tomás de Torquemada, chefe do mosteiro dominicano de Santa Cruz em Segóvia, foi apontado inquisidor-geral. A Inquisição adquire então toda sua força e o caráter que vai marca-la nos séculos seguintes.

A Inquisição ibérica ultrapassou de longe a crueldade e intensidade da Inquisição papal na Idade Média. Foi estabelecida com a autorização do papa, mas seu idealizador foi o rei, com o objetivo principal não de resolver um problema aparentemente religioso, mas social. Não restam dúvidas de que desde seu início a Inquisição respondeu o imperativos políticos.

Em 1492 os reis católicos, com os lucros que haviam recolhido do confisco dos bens dos cristãos-novos presos pela Inquisição, que funcionava regularmente desde 1482, conseguiram vencer politicamente os mouros de Granada. Hasteando a bandeira ideológico da unificação política decretaram, em marco desse mesmo ano, a expulsão dos judeus."

(NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. São Paulo, Brasiliense, 1982. pp. 25, 30-2.)

Milhares de judeus abandonaram a Espanha e cerca de 100 mil deles dirigiram-se para Portugal, onde se submeteram a novos conflitos, incluindo-se aqui a decisão de D. Manuel, em 1497, que obrigava todos os judeus ao batismo, originando os cristãos-novos lusos, também chamados de conversos, marranos ou anussim.

Assim, para efetivar a colonização, a Coroa lusitana doou, entre 1534 e 1536, 15 extensas faixas de terras, que formavam 14 capitânicas e iam do litoral ao limite de Tordesilhas, a 12 donatários, atraídos pelo direito de administrar, explorar a sua capitania e poder transferi-la como herança ao filho mais velho.

O sistema de capitânicas foi regulamentado pelas **cartas de doação e forais**, instrumentos jurídico-administrativos que assinalavam os direitos e deveres dos donatários. Nas cartas de doação constavam os poderes político-administrativos cedidos ao donatário e nos forais especificavam-se os detalhes fiscais do sistema.



Cabia ao donatário colonizar a capitania, fundando vilas, bem como policiar suas terras, protegendo os colonos contra ataques de índios e estrangeiros. Deveria ainda fazer cumprir o monopólio real do pau-brasil e do comércio colonial e, no caso de serem encontrados metais preciosos, um quinto do valor obtido seria pago à Coroa.

O donatário, também chamado de “capitão”, “capitão-mor” e “governador”, tinha ainda a prerrogativa de doar sesmarias a colonos, isto é, propriedades privadas que deveriam ser ocupadas e exploradas num prazo máximo de cinco anos, sob risco de perdê-las. O próprio donatário tinha o direito a uma sesmaria dentro da sua capitania, entre 10 e 16 léguas, além de poder escravizar índios, montar engenhos, cobrar impostos e exercer a justiça em seus domínios.

Vale destacar que a capitania era uma província e que, apesar de hereditária, tinha no donatário um administrador, um mandatário do rei e não um senhor feudal, já que a propriedade da terra cabia ao Estado. Assim, a capitania não possuía um caráter autárquico e muito menos apresentou uma estrutura interior servil, mas sim fundada nos ideais lucrativos de donatários, camponeses e de exploração escravista.

Apesar de estar sob o controle do rei, o donatário contava com amplos poderes e regalias político-administrativas como forma de atraí-lo para a tarefa colonizadora, já que todos os gastos corriam por sua conta.

“O rei não abdicava, entretanto, à sua soberania e império sobre as terras do Brasil. A aparente descentralização e transferência do poderes tinha limites estreitos e a atuação dos capitães era, para as condições da época, bastante bem vigiada pelos funcionários reais, diretamente submetidos à Coroa.

(...)

Na verdade, a expansão ultramarina deu-se sob a égide da centralização monárquica, a mercantilização da vida econômica do país e a vinculação do Império aos grandes centros comerciais europeus, como Flandres e a Itália do século XVI.

Toda a obra administrativa portuguesa foi feita conforme o estabelecido nas Ordenações Manuelinas, de 1521, mandadas organizar, com um nitido sentido centralizador e absolutista, pelo rei Venturoso. Praticamente, nenhum alvará, regimento ou provisão deixava de fazer referência à necessidade de se observar ‘as minhas Ordenações’ e estabelecia, claramente, a impossibilidade de ‘inovar’.

Além disso, o rei nomeava um feitor ou almoxarife, para cuidar dos seus impostos; um provedor, para fiscalizar as atividades dos capitães e das colônias, além de inúmeros tabeliães. Contava a monarca, ainda, com um ouvidor, com alçada sobre o civil e o crime, com direito a um inérrimo e escrivães, tudo conforme o costume do Reino. Mais importante, enviava regularmente um ‘juiz de fora parte’, nomeado pelo rei frente a quem cessavam as atribuições de outros. Mais tarde, com a chegada dos governadores-gerais, tal processo de centralização será claramente fortalecido.”

(LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990, pp. 31-2.)

Além das 15 capitanias doadas a particulares, D. João III criou mais duas insulares, uma, em 1539 (ilha de Trindade), e outra, em 1556, (ilha de Itaparica). Nesse mesmo ano, o rei D. Sebastião I criou a última capitania do século XVI, a do Recôncavo da Bahia.

Em termos gerais, o sistema de capitanias resultou em algum sucesso, sobretudo no que se refere a evitar o estabelecimento de estrangeiros no território brasileiro, mas fracassou enquanto estímulo ao processo coloni-

zador. Parte desse fracasso deveu-se principalmente à falta de recursos e, muitas vezes, de interesse dos donatários (alguns deles nem chegaram a vir ao Brasil, a exemplo do donatário da capitania de Ilhéus), além da distância entre as capitanias e a metrópole e entre as próprias capitanias, da falta de apoio da metrópole ao projeto colonizador, da hostilidade do gentio, dos ataques dos corsários. A tudo isso devem ser acrescidos a falta de um órgão coordenador das capitanias e o caráter hostil da natureza para a ocupação colonizadora. A própria extensão das capitanias constituiu um fator negativo para o êxito da colonização, já que algumas delas tinham mais de 400 mil km².

Alguns donatários, porém, mostraram vivo interesse em realizar o seu projeto de colonização, mas tiveram de enfrentar tamanhas dificuldades e custos que todo o esforço empreendido anulou qualquer possibilidade de progresso da capitania, como foi o caso de Pero de Campo Tourinho, da capitania de Porto Seguro, e de Francisco Pereira Coutinho, da Bahia.

O primeiro, um rico proprietário de Portugal, vendeu seus bens na metrópole e embarcou com a família e 600 colonos para apossar-se de sua capitania. Teve de enfrentar ataques dos índios aimorés e resolver conflitos com os seus próprios colonos, que o denunciaram à Inquisição como herege, sendo, por isso, reconduzido a Portugal.



Já o donatário da Bahia também viveu dissensões entre os seus colonos e acabou morto em meio ao combate com os indígenas tupinambás.

Apesar de todas as dificuldades, duas capitanias apresentaram significativo progresso: a de São Vicente, no sul, cujo donatário era Martim Afonso de Souza, e a de Pernambuco ou Nova Lusitânia, no norte, pertencente a Duarte Coelho.

O desenvolvimento de São Vicente foi possível graças às medidas adotadas anteriormente pela Coroa, bem como pela criação de novas povoações, como Santos, Itanhaém e São Paulo. Foi importante também o sucesso da região no cultivo da cana-de-açúcar e na criação de gado.

O maior progresso verificado na colônia, entretanto, foi o da capitania de Duarte Coelho. Pernambuco tornou-se a mais próspera das capitanias devido a diversos fatores, especialmente a favorabilidade ao cultivo da cana-de-açúcar (clima adequado e solo bastante propício, chamado **massapê**). Outro aspecto que contribuiu para o progresso da capitania foi a atuação do seu donatário, que investiu grandes somas na fundação de vilas, como Igarassu e Olinda, e na pacificação dos índios tabajaras, com recursos obtidos no comércio oriental. Acrescenta-se ainda a abundância de pau-brasil e a localização mais próxima em relação à metrópole, o que barateava o transporte de produtos para Portugal, ampliando o comércio.



O sistema de governos-gerais

Devido ao fracasso das capitanias hereditárias, D. João III decidiu centralizar a administração para coordenar a defesa contra ataques índios e piratas e efetivar a colonização, adotando o sistema de governos-gerais, ainda que mantivesse as capitanias.

Oficialmente o novo sistema administrativo foi criado em 1548 por um documento denominado **Regimento**, no qual se reafirmavam a autoridade e soberania da Coroa sobre os dispersos poderes dos donatários e se fortaleciam os instrumentos de colonização.

"O Regimento e a Carta de Nomeação não superpõem, senão que absorvem na autoridade do governador-geral a autoridade dos capitães-donatários. Tomé de Souza, em nome do rei, passou a subordinar os agentes coloniais, reduzidos todos, mesmo se nomeados pelos donatários, em agentes do soberano, obrigados a prestar miúdas contas de seus encargos. O governador-geral cuidaria, sobretudo, da defesa contra o gentio e da defesa contra o estrangeiro, com o cuidado de vigiar o litoral. De outro lado, disciplinaria os donos de embarcações, perturbadoras das relações entre as capitanias, ao abrigo das linhas oficiais. Ninguém, daí por diante, deveria construir e armar navios e caravelões sem licença, vedado ao colono o comércio com os índios senão pelos cânones aprovados pelo governo. Os moradores não podiam, também, entrar no sertão, sem a licença direta do soberano. Estas diretrizes, no seu conjunto, indicam a consciente e deliberada preocupação de reduzir o espaço econômico ao espaço administrativo, mantendo o caranguejo agarrado à praia. O povoamento e a colonização deveriam estar ao alcance dos instrumentos de controle e de repressão da metrópole, de seus navios e das suas forças obedientes da colônia. A Coroa está atenta para 'manter aquele mesmo sistema de povoamento litorâneo, permitindo contato mais fácil e direto com a metrópole e ao mesmo tempo provine, ou chama exclusivamente a si, enquanto tem forças para fazê-lo, as entradas ao sertão, tolhendo aqui, sobretudo, o arbitrio individual'. A real fazenda instala, pouco a pouco, seus mil olhos, muitas vezes desnorteados com a extensão territorial, denunciando o 'cunho largamente mercantil da ação colonial dos reis portugueses'. A centralização era o meio adequado, já cristalizado tradicionalmente, para o domínio do novo mundo."

(FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Globo, 1989. v.1, pp. 145-6.)

O governo-geral de Tomé de Souza (1549-53)

Pelo Regimento de 1548, o primeiro governador-geral seria Tomé de Souza, a quem caberia, entre outras tarefas e competências, combater ou fazer alianças com os indígenas, incluindo a concessão de terras aos nativos aliados, enfrentar e reprimir os corsários, fundar vilas, povoações e feiras, construir navios e fortes, garantir o monopólio real sobre a exploração do pau-brasil, incentivar a lavoura da cana-de-açúcar, procurar metais preciosos pelo interior e defender os colonos.

Os auxiliares diretos do governador, com funções um pouco parecidas com as dos ministros atuais, eram o **provedor-mor**, encarregado das finanças e responsável pela arrecadação de tributos e pelos gastos; o **capitão-mor**, responsável pela defesa e vigilância do litoral; e o **ouvidor-mor**, encarregado da aplicação da justiça, devendo castigar e anistiar réus, inclusive nas capitanias hereditárias.

Para ser a sede do governo-geral no Brasil, a Coroa comprou a capitania da Bahia aos herdeiros do donatário Pereira Coutinho, falecido em naufrágio. Por seis meses dedicou-se à construção de casas, edifícios públicos e fortificações que permitiram inaugurar a primeira cidade e capital do Brasil, **Salvador**, com pouco mais de mil habitantes, em 1º de novembro de 1549. Esta continuaria a ser a sede administrativa do Brasil até o século XVIII, quando a capital da colônia foi transferida para o Rio de Janeiro.



Salvador, a primeira capital do Brasil, foi a sede do governo-geral do Brasil.

Tomé de Souza trouxe centenas de colonos para o Brasil, a quem doou sesmarias para a montagem de fazendas, além de regularizar doações realizadas anteriormente. O primeiro governador também estabeleceu engenhos de açúcar, construiu um estaleiro e introduziu gado bovino trazido das ilhas de Cabo Verde, distribuído aos colonos junto com ferramentas e as sesmarias, desenvolvendo a produção agrícola e a criação de gado.

Com o governador, também vieram escravos africanos, as primeiras mulheres e um grupo de jesuítas liderados por Manuel da Nóbrega. Aos jesuítas caberia catequizar os índios, criando aldeamentos e impondo aos nativos a cultura européia ocidental. Foram eles que estabeleceram as primeiras unidades de ensino da colônia, os “colégios”.

Ainda durante o governo de Tomé de Souza, e por decisão do papa Júlio III, em 1551, foi criado o primeiro bispado no Brasil (a Bahia), sendo para ele nomeado D. Pero Fernandes Sardinha, ex-colega de Ignácio de Loyola, o fundador da Companhia de Jesus.

Durante suas visitas às capitâncias, o governador e seus auxiliares, além de inspecionar e regularizar questões de fisco e de justiça, ajudavam nas lutas contra corsários e índios, bem como na construção de fortificações. Dentre as mais importantes capitâncias, o governador-geral só não visitou a mais próspera, por exigência do seu donatário Duarte Coelho, que não admitia concorrência à sua autoridade em Pernambuco.

A instalação do governo-geral sobre as capitâncias hereditárias, com um poder centralizador em meio à autonomia dos donatários, não ocorreu de forma tão harmônica como esperava o governo metropolitano. Surgiram, algumas vezes, divergências e sérios conflitos entre governador-geral e donatário, como aconteceu entre Tomé de Souza e o donatário Duarte Coelho de Pernambuco.

“Entregue a seu governador, essa capitania havia prosperado e desempenhava-se principalmente na produção do açúcar, sem que se deixassem de lado outras atividades. Duarte Coelho não aceitava a imposição de normas absolutistas na colônia, como acontecia no reino, limitando a liberdade e autonomia dos colonos, pois estes já cumpriam o que se esperava deles (...). Não via ele a necessidade de alteração daquela ‘ordem’ que havia montado, em que a nova administração procurava mexer e controlar. Ressentia-se com isso, e continuava seus reclamos escrevendo à Coroa: ‘Ora, pois, Senhor, pois que eu cá por minha parte trabalho e faço tanto o que devo, não consinta V. A. lá balirem em tais cousas, porque não é tempo pera com tal se bolir mas pera mais acrescentar as liberdades e privilégios e não pera os diminuir, peço a V. A. que veja esta minha e que lhe tome o intento e que sobre todas estas cousas proveja com brevidade e que me leve em conta minha boa e sã intençaõ, e pois sabe que minha condiçaõ e minha intençaõ é fazer verdade e falar com verdade com todos em geral, quanto mais com V. A. e nas causas de seu serviço sobre que ando trabalhando e que tanto cumpre e importa que isto não faça, e se assim não entendesse juro pela hora da morte que dias há que pera Portugal me fora, pois sou homem pera em todas partes de mais honra e proveito servir a V. A. do qua até o presente tenho, e sei de certo que desse boa conta de mim como que a melhor deu ou der’.

D. João III, cedendo aos apelos de Duarte Coelho, interditou a Tomé de Souza as visitas que este deveria fazer à capitania, junto com o provedor-mor e o ouvidor-geral, do que estavam incumbidos pelos seus regimentos. O governador-geral, por duas vezes, reclamou em cartas contra essa medida.(...)

O significado desse conflito nos é dado pelos limites que encontrava a política de centralização no Brasil e a reticência da própria Coroa em afirmá-la, temendo, talvez, tolher as principais esforços da colonização, como os que se realizavam em Pernambuco, que vinham justamente de encontro aos seus propósitos mercantis.”

(MARANHÃO, Ricardo; MENDES JUNIOR, Antonio & RONCARI, Luiz, *Brasil história: Texto & consulta*. São Paulo, Brasiliense, 1976. v. 1. pp. 124-5.)

O governo-geral de Duarte da Costa (1553-58)

Duarte da Costa, o segundo governador-geral, chegou ao Brasil em 1553, trazendo mais colonos, órfãs para casamento com colonos brancos e jesuítas. Entre eles, o padre José de Anchieta, que, com Nóbrega, fundou o colégio de São Paulo, embrião da atual cidade de São Paulo, no planalto da capitania de São Vicente, em 1554.

O novo governador teve uma administração bastante turbulenta, mergulhada em conflitos entre colonos e jesuítas, entre governador e bispo, e ataques indígenas e de corsários, incluindo uma invasão francesa ao Rio de Janeiro.

Os crescentes atritos entre jesuítas e colonos deviam-se à oposição que os religiosos faziam à escravização dos nativos e ao confisco de suas terras, vistos como constante ameaça aos seus aldeamentos e catequese.

Outro conflito que agitou bastante a capital brasileira deu-se entre o bispo Pero Fernandes Sardinha e o governador. O bispo criticara publica-

mente a vida particular desregrada do filho de Duarte da Costa, o jovem D. Álvaro da Costa. Os colonos dividiram-se, o mesmo ocorrendo com os religiosos presentes no bispado. O governador entrou em choque com os defensores do bispo, o que gerou desavenças e ressentimentos entre a autoridade pública e a eclesiástica. A tensão só refluuiu quando da morte do bispo, em 1556, que, tendo sobrevivido a um naufrágio em viagem para Portugal, acabou sendo morto pelos índios caetés.

O governador Duarte da Costa teve de enfrentar ainda, e sem sucesso, uma poderosa invasão francesa ao Rio de Janeiro, em 1555. Franceses huguenotes (calvinistas), fugindo às perseguições religiosas em seu país, fundaram na região onde hoje se localiza a cidade uma colônia que denominaram **França Antártica**. Devido à aliança com os índios tamoios, os franceses, liderados por Nicolau Durand Villegaignon, obtiveram expressivas vitórias sobre os soldados portugueses, encarregados de expulsá-los. O apoio indígena aos invasores explica-se pela hostilidade nascida entre eles e os portugueses, que não raramente os escravizavam.

A ineficiência de Duarte da Costa diante das dificuldades obrigou o rei de Portugal a nomear outro governador, o que contribuiu para a consolidação do sistema de governos-gerais.

O governo-geral de Mem de Sá (1558-72)

Mem de Sá, o novo governador-geral, buscou restabelecer o completo domínio luso na colônia e resolver as dificuldades nascidas durante o mandato de seu antecessor. Suas primeiras medidas foram juntar os aldeamentos indígenas dos jesuítas, formando as “missões”, a fim de reduzir os conflitos entre jesuítas e colonos; favorecer a integração dos índios à cultura portuguesa cristã e defendê-los dos ataques dos colonos que buscavam escravos. Além de proporcionar uma aproximação com os jesuítas, tentou também restabelecer as boas relações com o bispado: visando à moralização dos costumes, procurou coibir o jogo, a vadiagem e os vícios que se ampliavam entre os colonos.

Outra preocupação do governador foi expulsar os franceses do Rio de Janeiro. Para isso, contou com o apoio decisivo dos jesuítas Nóbrega e Anchieta, que, interferindo junto aos tamoios, provocaram o rompimento de sua aliança com os invasores franceses. Os reforços vindos da metrópole, chefiados por seu sobrinho Estácio de Sá, foram fundamentais para vencer os franceses e expulsá-los do território brasileiro. Junto com Estácio, fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565, para organizar a resistência contra os ataques dos invasores. Num desses ataques, Estácio de Sá foi mortalmente ferido.

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada em meio às lutas contra os franceses.



Fundação do Rio de Janeiro, Firmino Monteiro

Em 1570, a Coroa portuguesa nomeou um novo governador-geral para a colônia, que, entretanto, não chegou ao Brasil, pois foi vítima de ataques piratas franceses em alto-mar.

Dois anos depois, com 74 anos de idade e bastante doente, Mem de Sá faleceu na Bahia. A metrópole decidiu, então, dividir a administração da colônia entre dois governadores: D. Luís de Brito, que se instalou em Salvador, a capital do Norte, e D. Antônio Salema, no Rio de Janeiro, capital do governo do Sul.

O domínio espanhol no Brasil (1580-1640)

Em 1557, o rei D. João III morreu, deixando o trono para seu neto D. Sebastião, com apenas dois anos de idade. Até a sua maioridade, em 1568, Portugal teve dois regentes: D. Catarina, avó do herdeiro, e o cardeal D. Henrique, seu tio-avô.

D. Sebastião governou Portugal e colônias até 1578, quando, com 24 anos de idade, morreu durante a batalha de Alcácer-Quibir contra os mouros, no Norte da África. O rei não deixara descendentes diretos e, por isso, a Coroa voltou às mãos do cardeal D. Henrique, que morreu em 1580, sem também deixar herdeiros na família de Avis.

Foi nesse contexto que o rei da Espanha, Filipe II, neto de D. Manuel, o Venturoso, invadiu Portugal com suas tropas e assumiu o trono lusitano, unindo Portugal e Espanha e iniciando um período conhecido como **União Ibérica**.

"O rei marroquino Abd el-Malik morreu em pleno combate, porém seus oficiais mais próximos dissimularam tão bem seu falecimento que as tropas marroquinas ignoraram este fato e assim se evitou que as mesmas se desmoralizassem. O rei D. Sebastião, com seu ardor juvenil, arremeteu-se contra o inimigo, de lança na mão, sem se preocupar em dirigir as tropas. Rodeado de cadáveres de oficiais e notáveis personagens da nobreza portuguesa, seguiu lutando destemidamente: 'Minha honra me impedia que se diga que fugi', exclamava, e quando caíram todas as componentes de sua escolta, respondeu a seu ministro favorito, Cristóbal de Tabora, que lhe perguntava se esperava salvação: 'Sim, a do céu, se a merecermos... A liberdade de um rei só deve ser perdida com a vida'. Ambos sucumbiram minutos depois, e os inimigos esfaquearam o monarca português no rosto e no pescoço: 'assim morreu o valoroso rei D. Sebastião – disse o historiador Lafuente – na flor da idade, pois não contava ainda vinte e cinco anos, vítima de sua fé religiosa, de sua educação mística, de seu espírito aventureiro e cavaleiro, de sua inflexível tenacidade, de sua lamentável obcecção, de seu ardor bélico e de sua audácia imprudente'.

Contudo, circulou o rumor, cada vez com maior insistência, de que o rei D. Sebastião não havia perecido no batalho, mas que conseguia sobreviver e que se apresentaria de novo em Portugal, a qualquer momento, para recuperar o seu trono. Surgiu assim um curioso messianismo político lusitano, que traria conseqüências bastante graves, anos mais tarde."

(GRIMBERG, Carl. *História universal Doimoa*. Madrid, Doimoa, 1967. p. 106.)

Pelo **Juramento de Tomar**, feito em 1581, Filipe II assumiu compromissos para com Portugal, como preservar relativa autonomia do país e manter as colônias unidas e não submetidas à Espanha. Assegurou também sua disposição em respeitar usos, costumes, leis e administração portuguesas.



Para o Brasil, como colônia, o domínio espanhol trouxe poucas mudanças políticas significativas, efetuando-se apenas uma substituição da metrópole que exercia o monopólio comercial e o controle administrativo. Há que se considerar também que, nessa época, os espanhóis extraíam grandes quantidades de metais preciosos nas suas próprias colônias americanas, vendo poucos atrativos na colônia portuguesa.

No que se refere à futura configuração territorial brasileira, entretanto, o domínio espanhol acabou por abolir as determinações do tratado de Tordesilhas, o que favoreceu o avanço português em direção ao interior, permitindo a expansão do território, especialmente estimulada pela busca de metais preciosos.

Por outro lado, no que diz respeito aos interesses econômicos da elite lusitana no Brasil, como a Espanha estava envolvida em diversos conflitos militares na Europa, o domínio espanhol atraiu, contra o Brasil, seus inimigos, como Inglaterra, França e Holanda, que realizaram várias invasões no território da colônia.

Os inúmeros conflitos que envolveram Portugal e suas colônias em função da União Ibérica enfraqueceram a economia lusitana, resultando num movimento pela **restauração** da autonomia portuguesa, liderado pelo duque de Bragança. A luta contra o domínio espanhol só foi vencida pelos restauradores em 1640, quando o duque foi coroado rei de Portugal com o título de D. João IV, inaugurando o governo da dinastia de **Bragança**.

Diante das imensas dificuldades econômicas herdadas do período anterior, D. João IV intensificou a exploração colonial e reforçou a administração do Brasil, criando, nesse sentido, um órgão chamado **Conselho Ultramarino**.

"Pelo Conselho transitavam todos os negócios da colônia, salvo unicamente os da competência da Mesa de Consciência e Ordens, outro departamento da administração portuguesa, e que se ocupava com os assuntos eclesiásticos, bens dos defuntos e ausentes, e com os negócios das Ordens Militares (as do Cristo, Avis e S. Tiago); estas ordens estavam organizadas no Brasil, embora seu papel aqui fosse praticamente nulo.

As funções do Conselho não se limitavam a uma simples direção geral. Entrava no conhecimento de todos os assuntos coloniais, por menos importante que fossem, e cabia-lhe resolvê-los não só em segunda instância, mas quase sempre diretamente. Os delegados régios, por mais elevada que fosse sua categoria, não davam um passo sem sua ordem ou consentimento expresso. A extensa e pormenorizada correspondência dos governadores, as minuciosas ordens e cartas régias que de lá se expediam mostram a que particulares e detalhes mínimos desciam as providências diretas da metrópole. 'A ingerência da metrópole nos mínimos negócios coloniais', escreveu J. F. Lisboa, 'tocava a extremos quase fabulosos. Empregados semi-subalternos iam prestar suas contas à corte; na corte deviam justificar-se todas as dividas de ausências excedentes a uma alcada infima; começadas na Bahia, na corte e que iam concluir-se as arrematações de certas rondas. Era da corte finalmente que se expediam licenças para advogar, passaportes, baixas, isenções de recrutamento e diversas outras providências sobre foguetes, marca e qualidade das madeiras das caixas de açúcar, a custa e o preço, até sobre as saias, adornos, excursões noturnas e lascívia das escravas'. De tudo se queria saber em Lisboa, e por tudo se interessava o Conselho. Pelo menos teoricamente, pois na realidade, a impossibilidade material de atender a tamanha acumula de serviço não só atrasava consideravelmente o expediente, de dezenas de anos às vezes, mas deixava grande número de casos a dormir o sono da eternidade nas gavetas dos arquivos.

(PRADO JÚNIOR, Coleção *Formação da Brasil contemporânea*. São Paulo, Brasiliense, 1977. pp. 304-5.)

Na colônia, os governos-gerais ampliaram seus poderes administrativos, subordinando colonos e donatários e eliminando progressivamente as capitanias particulares. A centralização política intensificava-se, fundada na rigidez fiscalizadora metropolitana, produzindo inúmeros choques entre a Coroa e os interesses locais, semeando as primeiras manifestações contra a autoridade metropolitana.

A administração portuguesa no Brasil e os poderes locais

Depois da divisão da colônia em dois governos-gerais, a administração voltou a ser unificada em 1578, com Lourenço da Veiga, a qual durou somente até 1608, quando nova divisão foi feita, sendo abandonada em seguida.

Em 1621, realizou-se uma nova divisão administrativa da colônia, desta vez entre o **estado do Maranhão e Grão-Pará**, com capital inicialmente em São Luís e depois em Belém, e o **estado do Brasil**, com capital em Salvador e a partir de 1763 no Rio de Janeiro. Vale destacar que, depois de 1640 e até a chegada da família real ao Brasil, em 1808, foi cada vez mais comum usar-se o título de vice-rei em lugar de governador-geral.

A convivência entre os dois sistemas administrativos, o das capitanias hereditárias e o dos governos-gerais, inaugurado com o Regimento de Tomé de Souza, em 1548, continuaria ainda até o século XVIII. Durante esse período, foram criadas novas capitanias, algumas hereditárias e outras pertencentes ao Estado, chamadas de **capitanias da Coroa**, administradas por um governador nomeado pelo rei.

Pouco a pouco, entretanto, as capitanias hereditárias foram retomadas pelo governo português e transformadas em capitanias reais, seja através da compra, ou por falta de herdeiros, ou ainda por não se achar efetivamente ocupada. Já no século XVI, o rei de Portugal criou as quatro primeiras capitanias da Coroa: Bahia de Todos os Santos, São Sebastião do Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande (do Norte).

As últimas capitanias particulares foram tomadas pelo governo português por ordem do marquês de Pombal, ministro do rei D. José, em meados do século XVIII. No início do século XIX, ainda foram criadas outras capitanias reais, como Alagoas e Sergipe, que somadas às anteriores definiram boa parte da atual divisão territorial dos estados brasileiros.

Depois do domínio espanhol (1580-1640), acentuou-se a disposição da Coroa em submeter os poderes locais: o governador passou a desempenhar cada vez mais atribuições e poderes, sobrepondo-se às demais autoridades coloniais, representando e encarnando a monarquia absoluta no Brasil.

Nas Forças Armadas, considerando as variações de estrutura e de nomes até o século XVIII, o governador-geral e o governador das capitanias chegaram a contar com as **tropas de linha**, efetivo regular e profissional em armas, as **milícias**, força auxiliar às vezes chamada de tropas urbanas, e as **ordenanças**, compostas por toda a população masculina em condições físicas e idade militar (entre 18 e 60 anos), convocadas quando necessário. Enquanto a estruturação das milícias ocorreu no século XVII, as ordenanças foram definidas em 1570, com o Regimento das Ordenanças, que buscava organizar e racionalizar a formação militar, definindo levantamentos e origens das companhias, compostas quase sempre de 10 esquadras de 25 homens.



Soldados e oficiais das tropas brasileiras, chamadas terços, no século XVIII.



Os primeiros efetivos militares regulares da colônia vieram com os governadores-gerais, mas as primeiras feitorias já apresentavam um caráter militar, dadas as circunstâncias de então. Dessa forma, os colonos da época da instalação das donatárias apresentavam-se investidos de poderes militares frente às contínuas ameaças internas e externas, processo que foi completado e, continuamente, aprimorado a partir da instalação do sistema de governos-gerais. Assim, de um lado, permitiu-se a combinação entre fortes e povoados desde os primórdios de nossa história, não raramente constituindo o ponto de partida de importantes centros urbanos de norte a sul da colônia. De outro lado, firmou-se a ordem militar como o meio de integração do colono às diretrizes metropolitanas.

Enquanto nas tropas de linha predominavam os regimentos portugueses, as milícias, antes chamadas de terços, eram formadas por recrutas convocados entre a população da colônia e obrigados ao serviço. Os milicianos, comandados por um oficial civil, escolhido pelo governador segundo prestígio e riqueza, não eram remunerados. A população colonial era, enfim, permanentemente organizada para garantir a estabilidade, o fisco e a possível ou efetiva guerra (contra o indígena e contra o estrangeiro), o que fazia lembrar, e muito, os nossos povoados, feitorias e sedes rurais, uma versão colonial dos antigos castelos portugueses.

Até os primeiros abalos da conjunção de interesses entre as elites proprietárias coloniais e o governo metropolitano, as milícias e toda esta organização militar funcionaram satisfatoriamente na viabilização da exploração colonial.

Pode-se dizer que no período colonial, especialmente no século XVIII, todos os homens, entre 16 e 60 anos, ou serviam nas tropas de linha, ou nas milícias ou nas ordenanças, em meio a constantes deserções e sob recrutamentos forçados.

"O recrutamento para as tropas constituiu, durante a fase colonial da história brasileira, como depois ainda no Império, o maior espantinho da população; e a tradição oral ainda conserva em alguns lugares bem viva a lembrança deste temor. E não é para menos. Não havia critério quase nenhum para o recrutamento, nem organização regular dele. Tudo dependia das necessidades do momento e do arbitrio das autoridades. Fazia-se geralmente assim: fixadas as necessidades dos quadros, os agentes recrutadores saíam à cata das vítimas; não havia hora ou lugar que lhes fosse defeso e entravam pelas casas adentro, forçando portas e janelas, até pelas escolas e aulas para arrancar delas os estudantes. Quem fosse encontrado e julgado em condições de tomar as armas, era incontinenti, sem atenção a coisa alguma, arrebanhado e levado aos postos. Refere Vilhena que muitas vezes se espalharam pela cidade (Bahia) os soldados de um regimento todo, que, em hora antemão fixada, tinha ordem de deter quantas pessoas estivessem a seu alcance, com as únicas limitações de serem brancos e não militares. Todos os detidos eram conduzidos à cadeia e aos corpos de guarda, e somente lá se fazia a seleção dos capazes para o serviço militar. Havia casos em que de centenas de presos se apuravam apenas poucas dezenas de aptos. Até eclesiásticas sofriam destas violências, o que não é pouco num meio em que a batina merecia um respeito geral e profundo.

Explica-se assim porque, ao menor sinal de recrutamento próximo, a população desertasse os lugares habitados indo refugiar-se no mato. O mesmo Vilhena refere que na Bahia, logo que se começavam a fazer recrutamentos, era infalível a carestia dos gêneros de primeira necessidade, porque os lavradores abandonavam as roças. Em 1797, vamo em São Paulo despovoarem-se as regiões de Atibaia e Nazaré porque nelas se assinalara a presença de agentes recrutadores; e a Câmara paulistana alarmada, pois era naquelas regiões que se abastecia a capital, podia providências ao governador. Exemplos entre mil outros da verdadeira convulsão periódica que provocava o recrutamento em todos os setores da colônia."

(PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1977, pp. 310-1.)

Não muito diferente era a ação dos religiosos na cobrança de seus dizimos.

"Saint-Hilaire, que observou a farta de porta, e assistiu pessoalmente à ação dos dizimeiros, lhes atribuía uma das principais responsabilidades pela dispersão da população rural, que se afastava para retiros quase inacessíveis em que se condenava a vagar miseravelmente, mas onde contava escapar à ação nefasta e aniquiladora do fisco."

(Idem, p. 323.)

Os administradores das vilas, povoados em terras particulares, e das cidades, centros urbanos em terras da Coroa, reuniam-se nos **senados das câmaras (Câmaras Municipais)**, órgãos secundários da administração geral. Cuidavam dos problemas políticos, administrativos, judiciários, fiscais, monetários e militares ao nível local. As câmaras eram compostas por vereadores originários e eleitos pela classe dos grandes proprietários de terras, ricos senhores, chamados de **homens bons**. A presidência cabia a um **juiz**, chamado de **juiz de fora** quando nomeado pela autoridade régia e de **ordinário** quando eleito como os demais membros. A partir de 1696, os juizes de fora praticamente substituíram os ordinários nos grandes núcleos urbanos.



Os “homens bons” eram membros e representantes políticos das elites locais, aqueles que reuniam os maiores poderes no Brasil colônia após os poderes metropolitanos.

Quanto ao controle que as elites locais realizavam sobre a administração municipal, distanciando-a de igualdades democráticas, vale ressaltar a discriminação constante contra a maioria da população, a exemplo da provisão de 1705, que determinava que os eleitores e elegíveis às Câmaras Municipais não poderiam ser “mecânicos, operários, degredados, judeus e outros pertencentes à classe dos peões”.

Aos poucos, as câmaras se converteram, “depois de curto viço enganador, em simples executoras das ordens superiores. De ‘cabeça do povo’ descem, passo a passo, a passiva instrumento dos todos-poderosos vice-reis, capitães gerais e capitães-mores. A introdução dos juizes de fora já havia aviltado a autoridade do juiz ordinário, filho da eleição popular. Na Bahia a intervenção chegou ao achincalhe: os vereadores foram designados pelo rei. As câmaras coíram à categoria de departamentos administrativos da capitania, meros cumpridores de determinações superiores”.

(FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Globo, 1989. p. 186.)

Admitindo, contudo, que a denominação popular tem muito mais um caráter formal do que real, pois, como apontamos, seus membros tinham origem na elite colonial proprietária, por várias vezes e em diversos municípios, as Câmaras Municipais tomaram decisões contrárias àquelas determinadas pelo governador e metrópole, envolvendo desde contestação à participação de ‘reinóis’, comerciantes portugueses, em seu meio até contra tributos devidos à Coroa, entre outros motivos. Também, não poucas vezes, tiveram que sujeitar-se à intervenção dura dos representantes mais graduados do poder real português, chegando ao século XVIII com reduzida autonomia e poderes.

Certamente, foi a arrecadação de tributos e os recrutamentos forçados que mais espalharam abusos, descontentamentos e mesmo a desorganização produtiva e a ruína entre muitos colonos. A arrecadação tributária, com destaque para o dízimo (décima parte de qualquer produção), era geralmente arrendada a particulares, por meio de contrato, dada a escassez de recursos disponíveis para isso: o “contratador” pagava uma determinada soma às autoridades lusas e, em troca, recebia os poderes de cobrar da população.

Concluindo, administração e exploração resumiam muito bem o papel que cabia à colônia e à grande massa colonial, mesmo que considerada livre: servir o Estado mercantilista e o desenvolvimento capitalista europeu, sob as diretrizes das elites administradoras, comerciais e proprietárias.

Questões

1. Por que chamamos de pré-colonial ao período que se estende de 1500 a 1530?
2. Quais eram os objetivos da expedição chefiada por Martim Afonso de Souza e por que foi organizada?
3. O que foi o sistema de distribuição de terras e de poderes conhecido como capitânicas hereditárias e quais foram os seus resultados?
4. Aponte os objetivos da criação dos governos-gerais.
5. Caracterize os governos de Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá.
6. Assinale as razões e os efeitos do domínio espanhol (1580-1640) sobre o Império português.
7. Caracterize a administração portuguesa no Brasil colonial após 1572.
8. Comente a frase: “As Câmaras Municipais foram a fonte dos poderes dos senhores locais”.

UNIDADE I — INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO BRASIL

ATIVIDADES EM HISTÓRIA

1. Procure em revistas e jornais artigos referentes a assuntos abordados nesta unidade e discuta alguns de seus aspectos. Sugestões:
 - a) As recentes descobertas arqueológicas no Brasil e no mundo e sua importância para o conhecimento do passado da humanidade.
 - b) Os atuais problemas da população indígena na América e as medidas que vêm sendo tomadas para solucioná-los.

2. Segue abaixo uma lista de filmes relacionados aos temas desta unidade. Elabore um texto sobre cada filme assistido, apontando seu roteiro, suas principais passagens e, principalmente, suas próprias opiniões sobre a obra.

- *A guerra do fogo* (1981). Direção de Jean-Jacques Annaud. Destaca a descoberta e a importância do fogo nas comunidades primitivas, as dificuldades de sobrevivência e a diversidade cultural e organizacional do homem pré-histórico;
- *O incrível exército de Brancaleone* (1965). Direção de Mário Monicelli. Sátira sobre a Idade Média;
- *El Cid* (1961). Direção de Anthony Mann. Retrata a guerra contra os mouros na península Ibérica;
- *Galileu Galilei* (1978). Direção de Joseph Losey. Discute a atuação da Inquisição na Europa renascentista;
- *1492 – a conquista do paraíso* (1992). Direção de Ridley Scott. Aborda as idéias e viagens de Cristóvão Colombo;
- *Anchieta, José do Brasil* (1978). Direção de Paulo César Sarraceni. Filme sobre o jesuíta Anchieta;
- *Como era gostoso o meu francês* (1971). Direção de Nelson Pereira dos Santos. Trata do início da colonização brasileira (século XVI) e da França Antártica.

3. **Trabalho interdisciplinar de história e literatura:**

- a) Discussão de trechos da obra *Os lusíadas*, de Luís de Camões, inserindo-a no quadro de transformações europeias do início da Idade Moderna. Destacar sobretudo o movimento renascentista e a expansão marítima.
- b) Analisar trechos das obras dos cronistas que descreveram a terra e a gente do Brasil no início do povoamento (Frei Vicente Salvador, Pero de Magalhães Gândavo) e discutir primeiros contatos entre europeus e indígenas.

4. **Trabalho interdisciplinar de história e artes:**

Leia o texto abaixo e elabore um comentário crítico sobre o assunto desenvolvido.

“A representação do índio, presente em grande parte dos relatos de viagem seiscentista, vem a ser um atestado do confronto homem selvagem × homem civilizado. Não deixa de apontar, inúmeras vezes, e de forma contraditória, a descrição e a interpretação de características comuns (ou opostas) atribuídas a uma outra sociedade, contribuindo à construção da *imagem do Outro*.”

A figura do 'selvagem', já presente na literatura de viagem — textos de viajantes, cronistas e missionários —, ocupará um espaço significativo junto com informes relativos à realidade observada. Estes textos, na maior parte das vezes, descrevem a percepção de uma realidade, onde uma posição maniqueísta: inferno ou paraíso, bom ou mau selvagem, incorporam, também, uma 'louvação' às riquezas da natureza americana comparando-as ao Paraíso Terrestre. Seus habitantes vivem numa idade de ouro, ignorantes à exploração de suas riquezas e suas terras."

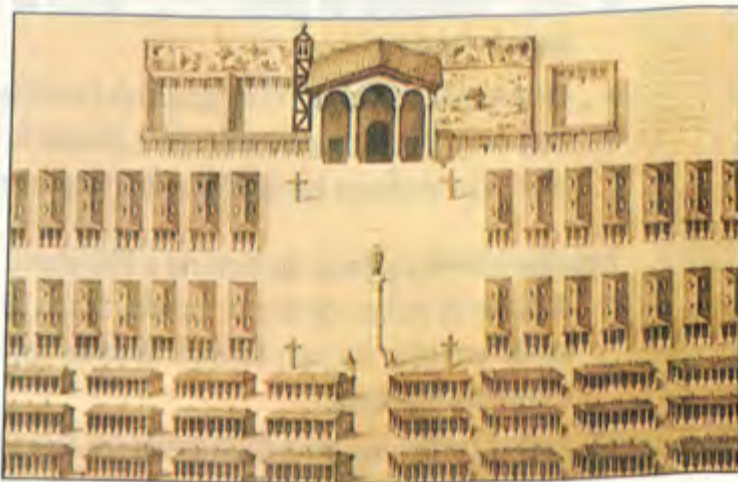
(SANTOS, Yolanda Lhullier dos. "A figura do índio em texto e imagem do século XVI". In *DO Leitura*. Imesp, São Paulo, 11/7/1992. p. 10.)

Pesquise em livros imagens e textos que confirmem o texto acima, fazendo um relatório ilustrado, com comentários sobre as figuras e/ou textos encontrados. Não deixe de indicar a bibliografia consultada.

5. Considerando o texto acima, trace paralelos com dados da atualidade brasileira, usando discursos presentes nos atuais meios de comunicação (jornais, revistas, televisão) sobre um grupo social determinado.

EXERCÍCIOS DE VESTIBULARES

1. (Fuvest-SP) A que se pode atribuir a primazia portuguesa nos descobrimentos e na expansão marítima moderna?
2. (Unicamp-SP) Planta típica de uma missão jesuítica. No centro, havia a igreja, ladeada pelo colégio, pelas oficinas, pela enfermaria e pelo cemitério. O restante do espaço era ocupado pelas habitações dos índios.
 - a) Explique a atuação dos jesuítas a partir da gravura anterior.
 - b) De que maneira os objetivos da Companhia de Jesus se relacionavam com a Contra-Reforma?



3. (Fuvest-SP) Leia o poema abaixo e, em seguida, responda às questões.

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu
Mas nele é que espelhou o céu.

(Fernando Pessoa,
Mensagem)

- a) Qual o período da história de Portugal que está sendo recuperado pelo poeta Fernando Pessoa?
- b) Por que as aventuras marítimas, nesse período, eram empreendimentos tão arriscados?
- c) Por que a conquista e o domínio dos mares foram tão importantes naquele período?

4. (PUC-SP) "Para um homem se ver o si mesmo são necessárias três coisas: olhos, espelho e luz. Se tem espelho e é cego, não se pode ver por falta de olhos; se tem espelho e olhos e é de noite, não se pode ver por falta de luz. Logo há mister luz, há mister espelho e há mister olhos. Que coisa é a conversão de uma alma senão entrar um homem dentro em si e ver-se a si mesmo? Para esta vista são necessários olhos, é necessária luz, e é necessário espelho. O pregado concorre com o espelho, que é a doutrina; Deus concorre com a luz, que é a graça; o homem concorre com os olhos, que é o conhecimento".

(VIEIRA, Pe. Antonio. "Sermão da Saugésima", 1655.)

No trecho acima, Padre Antonio Vieira reflete sobre a importância da conversão dos índios ao cristianismo, para que atinjam a "luz, representada pela graça de Deus". Tal trabalho de conversão de indígenas foi realizado pela Igreja durante o período colonial. Identifique e comente o papel da Igreja durante a colonização e a defesa dos índios muitas vezes feita pelos religiosos, contra a escravização.

5. (Fuvest-SP) Os primitivos habitantes do Brasil foram vítimas do processo colonizador. O europeu, com visão de mundo calcada em preconceitos, menosprezou o indígena e sua cultura. A acreditar nos viajantes e missionários, a partir de meados do século XVI, há um decréscimo da população indígena, que se agrava nos séculos seguintes. Os fatores que mais contribuíram para o citado decréscimo foram:

- a) a captura e a venda do índio para o trabalho nas minas de prata do Potosí.
- b) as guerras permanentes entre as tribos indígenas e entre índios e brancos.
- c) o canibalismo, o sentido mítico das práticas rituais, o espírito sanguinário, cruel e vingativo dos naturais.
- d) as missões jesuíticas do vale amazônico e a exploração do trabalho indígena na extração da borracha.
- e) as epidemias introduzidas pelo invasor europeu e a escravidão dos índios.

6. (UFMG) Leia o texto.

"A língua de que [os índios] usam, toda pela costa, é uma: ainda que em certos vocabúlos difere em algumas partes; mas não de maneira que se deixem de entender. (...) Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente (...)."

(GÂNDIJO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. 1578.)

A partir do texto, pode-se afirmar que todas as alternativas expressam a relação dos portugueses com a cultura indígena, **exceto**:

- a) A busca de compreensão da cultura indígena era uma preocupação do colonizador.
- b) A desorganização social dos indígenas se refletia no idioma.
- c) A diferença cultural entre nativos e colonos era atribuída à inferioridade do indígena.
- d) A língua dos nativos era caracterizada pela limitação vocabular.
- e) Os signos e símbolos dos nativos da costa marítima eram homogêneos.

7. (U.E. Londrina-PR) Durante o período colonial, havia atritos entre os padres jesuítas e os habitantes locais porque os
- colonos eram ateus belicosos, e os jesuítas, pacíficos católicos.
 - religiosos pretendiam escravizar tanto o negro como o índio e os colonos lutavam para receber salários dos capitães donatários.
 - colonos desejavam escravizar o negro e os jesuítas se opunham.
 - religiosos preocupavam-se com a integração dos indígenas no mercado de trabalho assalariado e os colonos queriam escravizá-los.
 - colonos pretendiam escravizar os indígenas e os padres eram contra, pois queriam aldeá-los em missões.
8. (FGV-SP) Com relação aos indígenas brasileiros, pode-se afirmar que:
- os primitivos habitantes do Brasil viviam na etapa paleolítica do desenvolvimento humano;
 - os índios brasileiros não aceitaram trabalhar para os colonizadores portugueses na agricultura não por preguiça, e sim porque não conheciam a agricultura;
 - os índios brasileiros falavam todos a chamada "língua geral" tupi-guarani;
 - os tupis do litoral não precisavam conhecer a agricultura porque tinham pesca abundante e muitos frutos do mar das conchas, que formaram os "sambaquis";
 - os índios brasileiros, como um todo, não tinham homogeneidade nas suas variadas culturas e nações.
9. (PUC-SP) "Julgar a fauna americana imatura ou degenerada equivalia a proclamar a do Velho Mundo madura, perfeita, idônea, capaz de servir de (...) ponto de referência a qualquer outra fauna de outro recanto do globo. (...) E por certo não é mera coincidência que isso acontecesse exatamente quando a idéia da Europa se tornava mais plena, completa."

(GERBI, A. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p. 41.)

- Tratando das relações entre Europa e América, no contexto da conquista e da colonização, o autor
- defende a supremacia da fauna, logo da civilização européia sobre a fauna e civilização da América.
 - reconhece o fato de as navegações terem servido para restabelecer a hegemonia européia sobre a totalidade do globo.
 - identifica a Europa como ponto de referência para a América, dada a notável semelhança das faunas.
 - confirma a noção de que a civilização americana era degenerada, o que se expressa em sua fauna.
 - atesta a presença de formas de compreender a diversidade americana por comparação com as características européias.

10. (Fuvest-SP) A sociedade colonial brasileira "herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social. (...) as distinções essenciais entre fidalgos e plebeus tenderam a nivelar-se, pois o mar de indígenas que cercava os colonizadores portugueses tornavam todo europeu, de fato, um gentil-homem em potencial. A disponibilidade de índios como escravos ou trabalhadores possibilitava aos imigrantes concretizar seus sonhos de nobreza. (...) Com índios, podia desfru-

tar de uma vida verdadeiramente nobre. O gentio transformou-se em um substituto do campesinato, um novo estado, que permitiu uma reorganização de categorias tradicionais. Contudo, o fato de serem aborígenes e, mais tarde, os africanos, diferentes étnica, religiosa e fenotipicamente dos europeus, criou oportunidades para novas distinções e hierarquias baseadas na cultura e na cor.”

(Stuart B. Schwartz, *Segredos internos*)

A partir do texto pode-se concluir que

- a) a diferenciação clássica e medieval entre clero, nobreza e campesinato, existente na Europa, foi transferida para o Brasil por intermédio de Portugal e se constituiu no elemento fundamental da sociedade brasileira colonial.
- b) a presença de índios e negros na sociedade brasileira levou ao surgimento de instituições como a escravidão, completamente desconhecida da sociedade europeia nos séculos XV e XVI.
- c) os índios do Brasil, por serem em pequena quantidade e terem sido facilmente dominados, não tiveram nenhum tipo de influência sobre a constituição da sociedade colonial.
- d) a diferenciação de raças, culturas e condição social entre brancos e índios, brancos e negros tendeu a diluir a distinção clássica e medieval entre fidalgos e plebeus europeus na sociedade.
- e) a existência de uma realidade diferente no Brasil, como a escravidão em larga escala de negros, não alterou em nenhum aspecto as concepções medievais dos portugueses durante os séculos XVI e XVII.

11. (UFMG) O tratado de Tordesilhas, assinado em 1494,

- a) foi elaborado segundo os mais modernos conhecimentos cartográficos, baseados nas teorias do geógrafo e astrônomo grego Ptolomeu.
- b) foi respeitado pelos portugueses até o século XVIII, quando novas negociações resultaram no tratado de Madri.
- c) nasceu de uma atitude inovadora na época: a de resolver problemas políticos entre nações concorrentes pela via diplomática.
- d) resultou da ação dos monarcas espanhóis que resistiram à adoção da Bula Intercoetera, contrária aos seus interesses.
- e) surgiu da necessidade de definir a posse do território brasileiro disputado por Portugal e Espanha.

12. (UFMG) Todas as alternativas apresentam fatores que explicam a primazia dos portugueses no cenário dos grandes descobrimentos, **exceto**

- a) a atuação empreendedora da burguesia lusa no desenvolvimento da indústria náutica.
- b) a localização geográfica de Portugal, distante do Mediterrâneo oriental e sem ligações comerciais com o restante do continente.
- c) a presença da fé e o espírito da cavalaria e das cruzadas que atribuíam aos portugueses a missão de cristianizar os povos chamados “infiéis”.
- d) o aparecimento pioneiro da monarquia absolutista em Portugal responsável pela formação do Estado moderno.

13. (Cesgranrio) O desenvolvimento do Brasil foi parte do plano imperial da Coroa portuguesa, no século XV. Embora não houvesse interesse específico de expansão para o Ocidente,

- a) a posse de terras no Atlântico ocidental consolidava a hegemonia portuguesa neste oceano.
- b) o Brasil era uma alternativa mercantil ao comércio português no Oriente.

- c) o desvio na esquadra de Cabral seguia a mesma inspiração de Colombo para chegar às Índias.
- d) a procura de terras no Ocidente foi uma reação de Portugal ao tratado de Tordesilhas, que o afastava da América.
- e) essa descoberta foi mero acaso, provocado pelas intempéries que desviaram a esquadra da rota da Índia.

14. (Cesgranrio) O início da colonização portuguesa no Brasil, no chamado período "pré-colonial" (1500-1530), foi marcado pelo(a):

- a) envio de expedições exploratórias do litoral e pelo escambo do pau-brasil.
- b) plantio e exploração do pau-brasil, associados ao tráfico africano.
- c) deslocamento, para a América, da estrutura administrativa e militar já experimentada no Oriente.
- d) implantação da lavoura canavieira, apoiada em capitais holandeses.

15. (FESO-RJ) "O governo-geral foi instituído por D. João III, em 1548, para coordenar as práticas colonizadoras do Brasil. Consistiriam estas últimas em dar às capitanias hereditárias uma assistência mais eficiente e promover a valorização econômica e o povoamento das áreas não ocupadas pelos donatários."

(Manoel Maurício de Albuquerque. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro, Graal, 1984. p. 180.)

As afirmativas abaixo identificam corretamente algumas das atribuições do governador-geral, à exceção de:

- a) Estimular e realizar expedições desbravadoras de regiões interiores, visando, entre outros aspectos, à descoberta de metais preciosos.
- b) Visitar e fiscalizar as capitanias hereditárias e reais, especialmente aquelas que vivenciavam problemas quanto ao povoamento e à exploração das terras.
- c) Distribuir sesmarias, particularmente para os beneficiários que comprovassem rendas e meios de valorizar economicamente as terras recebidas.
- d) Regular as alianças com tribos indígenas, controlando e limitando a ação das ordens religiosas, em especial da Companhia de Jesus.
- e) Organizar a defesa da costa e promover o desenvolvimento da construção naval e do comércio de cabotagem.

16. (UNISO) Durante a maior parte do período colonial a participação nas câmaras das vilas era uma prerrogativa dos chamados "homens bons", excluindo-se desse privilégio os outros integrantes da sociedade. A expressão "homem bom" dizia respeito a:

- a) homens que recebiam a concessão da Coroa portuguesa para explorar minas de ouro e de diamantes;
- b) senhores-de-engenho e proprietários de escravos;
- c) funcionários nomeados pela Coroa portuguesa para exercerem altos cargos administrativos na colônia;
- d) homens considerados de bom caráter, independentemente do cargo ou da função que exerciam na colônia.

17. (UNAERP) Em 1534, o governo português concluiu que a única forma de ocupação do Brasil seria através da colonização. Era necessário colonizar, simultaneamente, todo o extenso território brasileiro. Essa colonização dirigida pelo governo português se deu através da:

- a) criação da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil.
- b) criação do sistema de governo-geral e Câmaras Municipais.
- c) criação das capitanias hereditárias.
- d) montagem do sistema colonial.
- e) criação e distribuição das sesmarias.

18. (Mack-SP) "Pouco fruto se pode obter deles se a força do braço secular não acudir para domá-los. Para esse gênero de gente, não há melhor pregação do que a espada e a vara de ferro."

(*"José de Anchieta"*, Pedro Casaldáliga. In *Na procura do reino.*)

O fragmento de texto acima, escrito nos primórdios da colonização do Brasil, refere-se:

- a) à evangelização do negro e ao apresentamento de escravos pelos bandeirantes.
- b) à expansão de cana-de-açúcar para o interior de Mato Grosso e à utilização de mão-de-obra indígena.
- c) à catequização do índio pelos jesuítas e à utilização dos silvícolas como mão-de-obra nas propriedades da Companhia de Jesus.
- d) à inadaptação do índio para o trabalho e à escravização do negro pelos jesuítas em suas reduções de ouro.
- e) à determinação dos jesuítas em pregar o Evangelho junto aos índios e negros, ampliando os horizontes da fé.

19. (UMC) A expedição de Martim Afonso de Souza foi enviada em 1530, por D. João III, com a principal finalidade de:

- a) criar uma feitoria em São Paulo;
- b) fundar uma colônia na França Antártica;
- c) expulsar os franceses do Maranhão;
- d) defender o litoral dos invasores holandeses;
- e) dar início à colonização do Brasil.

20. (Metodista-SP) "(...) Na história das relações entre os nativos do Brasil e os portugueses, é possível perceber duas etapas distintas: uma primeira, amistosa, quando os indígenas, em troca de quinquilharias (miçanga, tecidos etc.), trabalharam na extração do pau-brasil, uma exploração lucrativa para os portugueses que destruiu parte significativa da vegetação litorânea, mas que não resultou na apropriação das terras indígenas, uma vez que se caracterizou como uma atividade econômica nômade; já na segunda etapa, tem-se o conflito."

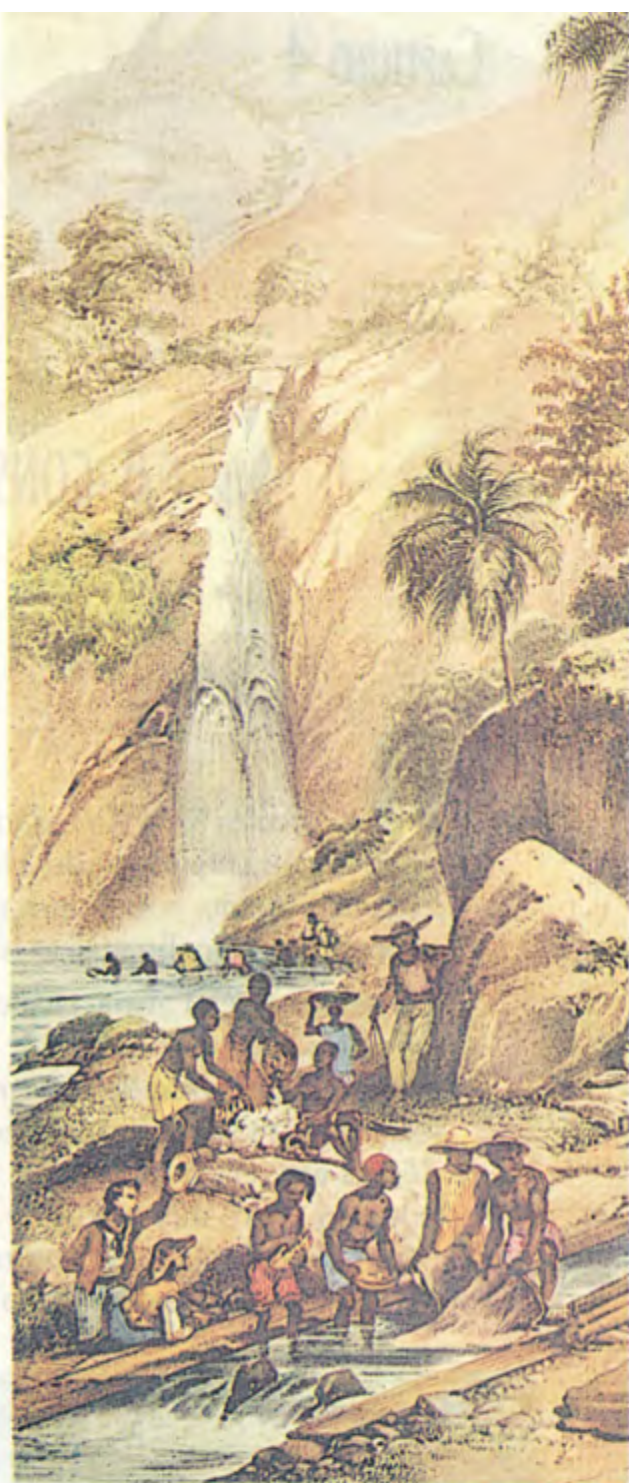
(PREZIA, Benedito. *A saga tupinambá: uma vida de luta*. São Paulo, FTD, 1991. p. 28.)

O "conflito", isto é, a oposição e resistência da população indígena nativa contra os portugueses, identificada pelo autor numa "segunda etapa" da colonização portuguesa no Brasil, teve como fator preponderante:

- a) O interesse dos portugueses em ocupar o território com a indústria do açúcar, o que representou a expropriação das terras ocupadas pelos silvícolas e a ameaça constante de escravidão.
- b) A invasão do litoral brasileiro por outros povos europeus, como franceses e holandeses, que passaram a adotar sistematicamente a escravização e a destruição das aldeias indígenas.

- c) O abandono das práticas de escambo vigentes na primeira etapa, e sua substituição pela catequização do indígena, o que implicava um desequilíbrio econômico para as populações indígenas.
- d) A chegada de escravos negros trazidos da África, vistos pelos silvícolas como "concorrentes" e como ameaça de perda dos privilégios conquistados durante a primeira etapa da colonização lusa.
- e) A influência de grupos indígenas mais evoluídos tecnicamente, o que significou uma maior capacidade de resistência contra o português, que não estava preparado para o confronto militar contra o índio.
21. (Mack-SP) As razões do pioneirismo português na expansão marítima dos séculos XV e XVI foram:
- a) a invasão da península Ibérica pelos árabes e a conquista de Calicute pelos turcos.
- b) a assinatura do tratado de Tordesilhas por Portugal e pelos demais países europeus.
- c) um Estado liberal centralizado, voltado para a acumulação de novos mercados consumidores.
- d) as guerras religiosas, a descentralização política do Estado e o fortalecimento dos laços servis.
- e) uma monarquia centralizada, interessada no comércio de especiarias.
22. (Fuvest-SP) Sobre o tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, pode-se afirmar que objetivava
- a) demarcar os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão comercial marítima.
- b) estimular a consolidação do reino português, por meio de exploração das especiarias africanas e da formação do exército nacional.
- c) impor a reserva de mercado metropolitano, por meio da criação de um sistema de monopólios que atingia todas as riquezas coloniais.
- d) reconhecer a transferência do eixo do comércio mundial do Mediterrâneo para o Atlântico, depois das expedições de Vasco da Gama às Índias.
- e) reconhecer a hegemonia anglo-francesa sobre a exploração colonial, após a destruição da Invencível Armada de Filipe II, da Espanha.
23. (Fuvest-SP) "O isolamento não pode ter características permanentes, visando à manutenção do índio em seu estado primitivo. Com o avanço das frentes pioneiras, esse contato é inevitável e o índio deve ser preparado para esse contato sem choques bruscos que possam trazer desequilíbrios à comunidade." Este depoimento do General Bandeira de Mello, presidente da Funai nos anos 70, defende
- a) a integração por intermédio de projetos econômicos comuns entre os grupos privados e as comunidades indígenas, sem interferência estatal.
- b) o direito de as empresas extrativas e pastoris adquirirem a posse das reservas de importância estratégica, utilizando mão-de-obra indígena.
- c) a tese de que não se pode resolver os problemas dos índios às custas dos trabalhadores rurais, propondo que os novos assentamentos sejam feitos com base em cooperativas.
- d) a integração lenta, gradativa e progressiva dos índios à sociedade brasileira, com condição de se evitar sua marginalização.
- e) a integração como decisão autônoma das comunidades indígenas, garantindo-lhes, enquanto isso, a posse de suas terras por meio da criação de "reservas".

Estruturação
do Domínio
Oligárquico
no Brasil



Lavagem do ouro (detalhe), Rugendas.

U N I D A D E

■ II ■

A CONSOLIDAÇÃO COLONIAL BRASILEIRA

nos séculos XV e XVI, dada a expansão ultramarina europeia, o continente americano foi integrado à história da Europa. A colonização de sua extensa área não seguiu, entretanto, um padrão único, assumindo, de acordo com o contexto metropolitano e as realidades encontradas, diferentes características.

A América Latina, rica em metais preciosos e gêneros tropicais de alto valor no mercado europeu, tornou-se região de **exploração** pelos países ibéricos, contribuindo enormemente para o enriquecimento das metrópoles, mas, por sua função de economia complementar, revelava total dependência em relação à Europa. Denominou-se **pacto colonial** ao conjunto de relações entre metrópoles e colônias, o qual garantia a exclusividade do comércio colonial para sua respectiva metrópole, promovendo, dessa forma, o acúmulo de capital no continente europeu.

“As minas abundantes em ouro e prata que os espanhóis encontraram em sua parte da América reforçaram a estrutura social autoritária que haviam trazido. O comércio de peles desempenhou papel semelhante na América francesa. No início, os colonizadores ingleses procuraram também ouro ou uma passagem no noroeste que lhes abria o Pacífico e as riquezas do fabuloso Oriente. Eles, também, tentaram impor às suas colônias uma forma rígida de organização social destinada a promover mais fins corporativistas do que individuais. O Novo Mundo inglês, a zona temperada da América do Norte, porém, não gerava riquezas fáceis. Em vez disso, revelou ser soberbamente apropriado para as atividades mais humildes de agricultura, pesca e comércio, tarefas estas mais adaptadas à iniciativa individual do que corporativista.

Paradoxalmente, as colônias inglesas floresceram porque fracassaram em seus objetivos corporativistas iniciais, abrindo, por isso, campo à iniciativa de colonos ingleses isolados. E foi nessas circunstâncias que a América inglesa assomou ao primeiro plano da evolução do mundo atlântico para a modernidade.”

(SELLERS, Charles & McMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990. p. 20.)

Já a América do Norte, povoada por ingleses e cujas características naturais assemelhavam-se muito às da Europa, integrou-se à economia do velho continente, como região de **povoamento**. A ocupação inglesa da América do Norte iniciou-se nos últimos anos do século XVI e ganhou intensidade no século seguinte. Isso foi reflexo dos crescentes conflitos políticos e religiosos, em que se achava envolvida a Inglaterra, que estimularam a emigração para as regiões temperadas do Novo Mundo setentrional. Aí formaram-se, ao longo dos séculos XVII e XVIII, treze colônias, cujas atividades econômicas não se orientavam complementarmente para a metrópole, sendo a área geograficamente pouco atraente para projetos de exploração mercantilista. Foi este o ponto de partida que favoreceu o surgimento de uma produção diversificada, voltada para o consumo interno, efetivada por mão-de-obra livre e proprietária. Diferentemente, vale observar que o mesmo não aconteceu na parte sul dos atuais Estados Unidos, onde foram montadas grandes propriedades agrícolas exploradoras, produzindo para o mercado externo e usando mão-de-obra escrava. Assim, essa região constituiu a exceção do caráter colonial norte-americano.

Dessa forma, se, a princípio, observava-se no centro e no norte da região colonial norte-americana uma baixa rentabilidade econômica, quando comparada ao restante da América, aos poucos, emerge uma variada atividade comercial e manufatureira, que resultou na dinamização do desenvolvimento capitalista regional. Essas foram as raízes da independência dos Estados Unidos no século XVIII, a primeira nação livre da América, e do seu desenvolvimento econômico posterior.

A colonização norte-americana de povoamento fundou as bases do progresso econômico e político dos Estados Unidos. Na gravura, Filadélfia, em 1701.



A peculiaridade da colonização ibérica centrou-se no domínio monopolista metropolitano, a serviço do Estado e de sua classe mercantil, a quem interessava assegurar a posse colonial e executar a administração, a fiscalização e a exploração. Quanto à dependência, especialmente no plano econômico, para com os grandes centros comerciais e financeiros europeus, Portugal e Espanha já a carregavam desde as primeiras décadas de sua evolução histórica.

Esses Estados ibéricos não foram países de desenvolvimento capitalista autônomo, nem possuidores de estruturas comerciais e financeiras nacionais suficientes que pudessem projetar, com a montagem de seus impérios coloniais, um completo desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, foram nações que sempre se viram obrigadas, segundo o interesse do Estado e de suas elites, a recorrer aos recursos de outras praças européias, dividindo com elas as iniciativas e as riquezas obtidas no expansionismo. Fez-se, pouco a pouco, a ratificação de uma posição progressivamente dependente e, dessa forma, subalterna na economia, que, no caso de Portugal, dirigiu-se principalmente para os holandeses e depois para os ingleses.

Na América espanhola, a imediata descoberta de metais preciosos possibilitou uma exploração das colônias baseada na obtenção de ouro e prata e de alguns produtos tropicais, segundo um rígido sistema de monopólio mercantil e fiscalização. Sob a direção do **Conselho Real e Supremo das Índias** definiram-se as ligações comerciais entre metrópole e colônia, estruturadas a partir do regime de "porto único", isto é, todas as transações comerciais entre as colônias e a metrópole realizavam-se necessariamente em portos especialmente destinados a esse fim: na Espanha, foi inicialmente escolhido o porto de Sevilha e, mais tarde, o de Cádiz, e nas colônias estavam autorizados a receber e expedir mercadorias os portos de Veracruz (México), Porto Belo (Panamá) e Cartagena (Colômbia).



Tal política impossibilitou a integração das áreas coloniais hispano-americanas e impediu o desenvolvimento de outras atividades que não fossem voltadas para os interesses metropolitanos, favorecendo o isolamento das várias regiões coloniais e quase nenhum desenvolvimento econômico de atividades voltadas para o mercado interno. Por outro lado, a dependência econômica da Espanha em relação a outras nações européias, sobretudo França e Inglaterra, estimulada pela manutenção de um suntuoso e oneroso Estado, bem como pelo sustento da elite nacional, promoveu a transferência das suas fabulosas riquezas, obtidas nas colônias, para outras partes da Europa.

O Brasil, tal como as regiões hispano-americanas, integrou-se ao quadro econômico europeu como colônia de exploração. A realidade brasileira, no entanto, impôs certas características peculiares à colonização portuguesa, destacando-se a opção pela agricultura. Por outro lado, não foi possível a utilização em larga escala da mão-de-obra indígena, ao contrário do que se verificou nas regiões mineradoras do México e do Peru, onde a população nativa era numerosa e achava-se concentrada e hierarquizada socialmente.

“O Brasil constitui uma realidade profundamente específica: trata-se de uma economia criada praticamente em função do capitalismo em expansão. Ao contrário de certos países asiáticos ou africanos, onde a Europa utilizou para os seus fins as estruturas socioeconômicas existentes, o Brasil no seu conjunto é criado como complemento econômico. Debruçar-se sobre a economia brasileira significa pois, antes de tudo, debruçar-se sobre as funções sucessivas que ele desempenhou na formação e no desenvolvimento do capitalismo das metrópoles.

Nota-se a especificidade do Brasil relativamente ao mundo colonial em geral: enquanto na maior parte das outras colônias a metrópole sobrepunha às estruturas econômicas e políticas preexistentes um aparelho de dominação e mecanismos de exploração, no Brasil a fraqueza — tanto do ponto de vista numérico como, sobretudo, do ponto de vista social e organizativo — da população indígena obrigou a metrópole a criar uma economia, a determinar as suas funções e escolher os produtos a partir de um único fator de produção preexistente: a terra.

Não se trata pois de uma reorientação de atividades locais para as necessidades da metrópole, mas de sua criação. A dualidade característica que se encontra em outros países de terceiro mundo — sobretudo de duas civilizações ou de duas dinâmicas — não existe portanto no Brasil.

Por outro lado, constatamos a especificidade do Brasil dentro da própria América Latina: em primeiro lugar, a América Hispânica é em geral bastante próxima do caso geral de sobreposição de estruturas coloniais sobre estruturas indígenas. Com efeito, a Espanha encontrou nas terras que conquistou uma civilização que, se bem que de diferentes níveis segundo as regiões, se situava claramente acima dos índios que os portugueses encontraram no Brasil. A tarefa dos espanhóis foi pois, antes de tudo, submeter as estruturas sociais e econômicas existentes. Em segundo lugar, a existência de ouro e de prata na parte espanhola da América Latina orientou os colonizadores para a rapina e para a dinamização da extração de metais preciosos. (...) Ao contrário, na parte portuguesa da América Latina, o fato de as riquezas minerais terem permanecido durante longo tempo desconhecidas orientou desde o início os colonos para atividades produtivas.

*A economia brasileira vê-se, pois, desde logo organizada para a produção em função de necessidades externas.**

(DOWBOR, Ladislav. *A Formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa, Prelo, 1977, pp. 57-9.)

O projeto agrícola da exploração colonial brasileira

Como vimos, as três primeiras décadas da conquista portuguesa na América caracterizaram-se pelo reconhecimento e defesa do território colonial, bem como pela ampliação da extração do pau-brasil, madeira abundante na faixa litorânea. Essa primeira atividade econômica estruturou-se com base no estanco metropolitano, na instalação de feitorias e na utilização do trabalho indígena por meio do escambo. Todavia, o caráter predatório da exploração madeireira não se encaixou na nova política portuguesa do início dos anos 1530, voltada, a partir de então, para uma efetiva colonização do Brasil.

Inaugurada pelo rei D. João III, essa política visava à ocupação da costa brasileira para garantir o domínio luso sobre o território colonial frente às ameaças crescentes de outras nações européias, interessadas em desrespeitar as determinações do tratado de Tordesilhas. Para viabilizar a ocupação e povoamento da colônia, a Coroa portuguesa recorreu ao cultivo da cana-de-açúcar para sustentar sua colonização na América, visto que, ao contrário do que ocorrera nas áreas de dominação espanhola, não foram aqui descobertas jazidas de metais preciosos. Criou-se, dessa forma, o mito da vocação agrícola do Brasil.

Levado da Ásia para a Europa por árabes e cristãos engajados nas cruzadas durante a Idade Média, o açúcar era uma especiaria das mais valiosas no início do século XV, comercializada a preços elevados e garantindo alta lucratividade aos mercadores. Era um produto raro e muito procurado, fazendo parte até mesmo de dotes de rainhas e princesas.

Além do alto preço do açúcar e de um mercado em contínua ampliação na Europa, Portugal já conhecia a agricultura da cana-de-açúcar desde o século XIII. Porém, foi só na segunda metade do século XIV, com o infante D. Henrique, o Navegador, que a atividade açucareira ganhou amplitude, deixando de ser uma produção limitada e isolada.

Nessa época, foram instalados alguns engenhos na ilha da Madeira, seguidos de melhorias das técnicas de cultivo e grande utilização da mão-de-obra escrava, dada a conquista de diversas regiões da costa africana, onde os negros eram capturados. Assim, as lavouras de cana espalharam-se pelos arquipélagos atlânticos, ganhando importância em várias ilhas, destacando-se, além de Madeira, os Açores, São Tomé e Cabo Verde.

A produção em larga escala do açúcar nas ilhas do Atlântico permitiu a Portugal cimentar fortes relações com os mercadores e banqueiros de Flandres, responsáveis pelo financiamento, refino e distribuição do açúcar produzido pelos portugueses nas praças européias. Esses vínculos facilitaram, posteriormente, o acesso dos portugueses à infra-estrutura comercial européia, controlada pelos holandeses, bem como a seus abundantes capitais, para o financiamento do empreendimento agrícola brasileiro.



Tapeçaria retratando cena da conquista da costa africana. Nas ilhas atlânticas, na costa africana, e em Flandres, Portugal desenvolveu técnicas para o cultivo da cana-de-açúcar, o uso da mão-de-obra escrava e o comércio com a Europa.

“Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras. Este problema foi discutido amplamente e a alto nível, com a interferência de gente – como Damião de Góis – que via o desenvolvimento da Europa contemporânea com uma ampla perspectiva. Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana. De simples empresa espoliativa e extrativa – idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias orientais – a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu.”

(FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1971. p. 8.)

Possuidor de técnicas agrícolas apropriadas e de vínculos com os mercadores que tinham, além de capital, amplo acesso ao mercado consumidor europeu, Portugal também detinha a solução para o problema da mão-de-obra para dar início a um empreendimento de tão vastas proporções.

Há muito, os lusos adotaram a escravidão no próprio reino e depois em suas conquistas ultramarinas. A escravidão era considerada, pelos portugueses, como uma instituição “justa”, já que, no início, escravizavam-se os mouros, considerados “infiéis” pelos cristãos. Essa característica de infidelidade religiosa acabou sendo estendida a todos os negros africanos. Estima-se que, entre 1450 e 1500, o número de negros capturados e escravizados pelos portugueses tenha se aproximado da cifra de 150 mil.

Para a implantação da indústria canavieira no Brasil, o projeto colonizador luso precisava contar com mão-de-obra compulsória e abundante, dada a extensão do território. Inicialmente, foram utilizados os nativos,

mas, em seguida, passou-se a usar os africanos. Dois fatores explicam o emprego do trabalho escravo africano em maior escala quando comparado ao indígena: o primeiro deles envolve os interesses ligados ao tráfico negreiro, que logo se tornou um empreendimento altamente lucrativo para a Coroa e mercadores portugueses. O segundo refere-se ao simples desaparecimento da população indígena da área açucareira.

A instalação da *plantation* açucareira

As primeiras mudas de cana-de-açúcar foram trazidas da ilha da Madeira para o Brasil por Martim Afonso de Souza, que instalou o primeiro engenho da colônia em São Vicente, no ano de 1533. Inaugurava-se, assim, a base econômica sobre a qual se assentaria a colonização portuguesa no Brasil.

A multiplicação dos engenhos pela costa brasileira foi bastante rápida, chegando a mais de 60 em 1570, 200 no final do século XVI e 400 em 1610. A importância econômica do açúcar como principal riqueza colonial torna-se evidente se considerarmos as seguintes estimativas: até o final do século XVIII, período do apogeu da economia aurífera, o valor de açúcar exportado foi superior a 300 milhões de libras esterlinas, enquanto a mineração, na mesma época, gerou um lucro de cerca de 200 milhões.

Coube à região Nordeste, destacadamente o litoral de Pernambuco e Bahia, o papel de principal produtora de açúcar da colônia, como revelam a tabela e o gráfico abaixo:



ENGENHOS INSTALADOS NO BRASIL (1570)

Pernambuco	23
Bahia	18
Ilhéus	8
Porto Seguro	5
São Vicente	4
Espirito Santo	1
Itamaracá	1

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. "Tratado da torre no Brasil (1571)". In: VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1972. p. 125.

As unidades açucareiras agroexportadoras, conhecidas como engenhos, eram grandes propriedades de terra, obtidas com as doações de sesmarias pelos donatários e governos-gerais a quem se interessasse pelo empreendimento. Por seu gigantismo, não tinham qualquer semelhança com as pequenas e médias propriedades camponesas de outras regiões européias e do Norte da América inglesa. Tal caráter determinou a não-formação de uma classe camponesa e impediu o desenvolvimento significativo de atividades comerciais e artesanais que pudessem ativar um mercado interno com dinâmica própria, isto é, introvertido. Assim, a produção de açúcar voltava-se exclusivamente para a exportação e, por gerar elevados lucros, comandava a economia colonial. Outras lavouras desenvolveram-se no Brasil, mas geralmente apresentavam um caráter complementar e secundário, como destacaremos mais à frente. À produção canavieira destinavam-se as melhores terras, grandes investimentos de capital e a maioria da mão-de-obra. O responsável pela produção – o senhor de engenho – ocupava um papel de destaque e usufruía de enorme prestígio social. Podemos afirmar que, sobre o quadripé constituído pelo latifúndio monocultor, escravista e exportador, assentava-se a agricultura brasileira no início da colonização de nosso território, normalmente denominado *plantation*.

O **engenho**, que em alguns casos chegava a ter perto de 5 000 moradores, era constituído por áreas extensas de florestas, fornecedoras de madeira; plantações de cana; a residência do proprietário, sua família e agregados e a sede da administração, conhecida como **casa-grande**; a **capela** e a **senzala**, normalmente um grande barracão onde se alojavam os escravos.

A **fábrica do açúcar** era formada pela **moenda**, a **casa das caldeiras** e a **casa de purgar**. Na moenda, a cana era esmagada, extraíndo-se o caldo; na casa das caldeiras, esse caldo era engrossado ao fogo em grandes tachos; finalmente, na casa de purgar o melaço de cana era colocado em fôrmas de barro para secar e atingir o “ponto de açúcar”. Após algum tempo, esses blocos eram desenhados dando origem aos **pães-de-açúcar**, que eram então colocados em caixas de até 750 kg e enviados para Portugal. A seguir, o açúcar era despachado para a Holanda, onde passava por um processo de refinação, ficando pronto para comercialização e consumo. Estima-se a produção anual de cada um desses engenhos entre 45 a 150 toneladas de açúcar.

Eram chamados de **engenhos reais** aqueles movimentados por força hidráulica, considerados os mais produtivos, e de **engenhos trapiches**, os movidos por tração animal (bois ou cavalos) ou pela força humana. Havia ainda as “engenhocas” ou “molinetes”, dedicados à produção de aguardente, que servia como elemento de troca no escambo de escravos e para o consumo local.

A aristocracia rural nas regiões açucareiras era composta pelos **senhores de engenho**, ricos proprietários destas imensas unidades agroexportadoras. Havia também os **senhores obrigados** ou **lavradores de cana**,

fazendeiros que não possuíam engenhos e eram obrigados a moer a cana no engenho próximo, pagando, em geral, metade do açúcar obtido. Quando era um senhor obrigado que também arrendava terras de outros senhores, além da obrigação de moer a cana no engenho do dono da terra, tinha ainda de pagar uma outra porcentagem pelo uso da terra.

Essa elite era geralmente formada por homens brancos, de ascendência lusitana, que possuíam algum capital para a instalação dos engenhos. A terra era doada e simbolizava uma recompensa por serviços prestados à Coroa, o que garantia prestígio social e influência política. O poder dessa **aristocracia** ia além de suas terras, expandindo-se pelas vilas, dominando as Câmaras Municipais e quase toda a vida colonial.



A autoridade do senhor de engenho era também absoluta em seu domicílio, sendo obedecido e respeitado como chefe. Às mulheres ficava reservado o papel de administradoras do lar, controlando o trabalho dos escravos domésticos e levando uma vida de reclusão.

Abaixo dos proprietários, na escala social, encontramos pessoas livres dedicadas às atividades complementares no engenho e nos poucos núcleos urbanos dessa época. Eram os feitores, capatazes, mestres-de-açúcar, padres, militares e outros funcionários públicos, além dos comerciantes e artesãos.

Os escravos, considerados simples mercadorias, formavam a base econômica dessa sociedade bipolarizada e sem mobilidade, sendo responsáveis por todo o trabalho executado na colônia, representando, nas palavras do jesuíta André João Antonil, "as mãos e os pés do senhor".

A maioria deles trabalhava de sol a sol na lavoura e na produção de açúcar sob a vigilância atenta de um feitor e debaixo de constantes castigos físicos. Outros realizavam serviços domésticos na casa-grande, como cozinheiras, arrumadeiras, amas de crianças, moleques de recados, cocheiros, etc. Dentre os castigos mais comuns a que estavam sujeitos os escravos estava o açoite com o “bacalhau” (chicote de couro cru) e a prisão no “viramundo” (algemas de ferro que prendiam mãos e pés). Também não era muito raro a prática hedionda de cortar orelhas e narizes e marcar com ferro em brasa o corpo e o rosto de escravos sob o pretexto de castigá-los.

O escravo na economia açucareira

A generalização do trabalho escravo africano no Brasil, a partir do final do século XVI, deveu-se a diversos fatores. No início da colonização, recorreu-se à escravização da mão-de-obra nativa, rompendo as relações amistosas que haviam se estabelecido entre portugueses e indígenas nos primeiros contatos. Os missionários jesuítas, apoiados pelo Estado metropolitano, não aceitaram a imposição da escravidão aos índios e entraram em choque com os colonos. Estes necessitavam de braços para iniciar a atividade agrícola e os religiosos desejavam a cristianização dos nativos, sua pacificação e transformação em trabalhadores livres. Para isso, contaram com diversas leis reais e eclesiásticas que negavam a sua escravização.

“... vos ordenamos e mandamos a vós, e a vossos sucessores que cada um por si ou pelas seus ministros, assistindo com o socorro de uma eficaz proteção a todos os índios habitantes das províncias do Paraguai, do Brasil das margens do rio da Prata, e de quaisquer outros lugares, e terras das Índias ocidentais e meridionais; mandeis afixar editos públicos, pelos quais apartadamente se proíba, debaixo da excomunhão latae sententiae (das quais os transgressores não poderão ser absolvidos senão por nós e pelos romanos pontífices, que nos sucederam, salvo se for no artigo da morte, dando primeiro uma competente satisfação) que alguma pessoa, ou seja secular, ou eclesiástica, de qualquer estado, ou sexo, grau, condição e dignidade (...) se atreva, nem atende daqui em diante fazer escravos os referidos índios, vendê-los, comprá-los, trocá-los ou dá-los; separá-los de suas mulheres, e filhos; despajá-los de seus bens, e fazendas; levá-los para outras terras; transportá-los, ou por qualquer modo privá-los de sua liberdade, e retê-los em escravidão...”

(NEVES, Mário de Fátima. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1996, pp. 77-8.)

A prática jesuítica mais comum, com o objetivo de evitar a escravização dos nativos, bem como erradicar suas tradições que contrariavam os preceitos cristãos (poligamia, antropofagia, crença nos poderes do pajé), foi reuni-los em aldeamentos, conhecidos como missões. Tal prática promoveu uma ruptura significativa com os padrões culturais dos indígenas, destribalizando-os. Por outro lado, os cada vez mais intensos contatos entre indígenas e brancos facilitaram a expansão de epidemias, aumentando dramaticamente

a mortalidade dos primeiros, o que também se verificou nos aldeamentos jesuíticos. Esses aldeamentos acabaram sendo vítimas de expedições de aprisionamento de escravos, patrocinadas por colonos que necessitavam de mão-de-obra para a lavoura.

Assim, as epidemias, as mortes pelo trabalho forçado, a desarticulação da economia de subsistência, a fuga de tribos para o interior, o reduzido número disponível de nativos e a impossibilidade de adequação livre ao trabalho colonial inviabilizaram a transformação do índio em principal força de trabalho da empresa açucareira, apesar de sua contribuição continuar expressiva em atividades complementares até o século XVIII.



Utilizando já há longa data o escravo africano, e com o *asiento*, direito de explorar o tráfico negreiro cedido pelo rei a companhias particulares mediante pagamento significativo, pouco a pouco a escravidão negra foi-se ampliando e superando o trabalho indígena.

Existiram três formas de tráfico de escravos no Império português: o tráfico particular, o tráfico das companhias em meio a outras atividades comerciais e o tráfico submetido ao *asiento*. Este último estava ligado à existência de um indivíduo ou companhia, o contratador, que recebera o domínio de uma praça africana, ou várias. Do indivíduo ou companhia contratadora era obtida a garantia de fornecimento de escravos e a ele se pagava pela quantidade de cativos que saíam pelos portos africanos. Devido à crescente força e atuação dos particulares e companhias, prevaleceu a relação direta entre o Brasil e os portos africanos, com predomínio cada vez maior dos comerciantes estabelecidos em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, que escapavam, assim, da passagem por Lisboa como ocorria no comércio triangular mercantilista.

“Como definir o escravo? Segundo David Brion Davis, apontaremos três características principais: 1) sua pessoa é propriedade de outro homem; 2) sua vontade está subordinada à autoridade do seu dono; 3) seu trabalho é obtido mediante coação. Outros autores acrescentariam que tais características só definiriam um escravo nos casos em que transcendessem os limites das relações estritamente familiares: não são chamados escravos os filhos e esposas explorados por pais e maridos tirânicos em sociedades patriarcais. Além do exposto, diversos outros atributos decorrem de ser o escravo uma propriedade. A sua situação não depende da relação que tenha com um senhor em particular, e não está limitada no tempo e no espaço. Em outras palavras, sua condição é hereditária e a propriedade sobre a sua pessoa é transmissível por venda, doação, legado, aluguel, empréstimo, confisco etc. Esta característica transforma o escravo legalmente numa ‘coisa’. Ele não tem direitos nem família legal — quando a lei reconhece a validade do casamento religioso, como no Brasil colonial, este é com frequência impedido pelo senhor. Carece, mesmo, do direito ao próprio nome, que o dono pode mudar quando quiser. Não pode legalmente possuir, legar, iniciar processo. E, no entanto, sua incapacidade jurídica não é acompanhada pela incapacidade penal: pelo contrário, ao escravo estão reservados os castigos mais duros e a tortura.

O mundo dos escravos não era homogêneo. Distingua-se, em primeiro lugar, entre o cativo recém-chegado da África, o ‘bocal’, e o ‘ladino’ — africano já aculturado e entendendo a português. Os africanos eram, como um todo, opostos aos ‘crioulos’ nascidos no Brasil. Havia ainda distinções reconhecidas entre ‘nações’ africanas de origem, diferentemente valorizadas. E, dada a mestiçagem, a pele mais ou menos clara também era fator de diferenciação. Os mulatos e os negros crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos negros, sobretudo os africanos, a dura labuta dos campos e outras tarefas pesadas.”

(CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “O trabalho na colônia”. In LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990. pp. 80-1.)

Os negros eram capturados na África pelos portugueses, que, não raramente, promoviam ou estimulavam guerras entre as tribos africanas para poder comprar, dos chefes vencedores, os negros derrotados. Aos poucos, os próprios africanos passaram a capturar seus conterrâneos para poder trocá-los com os traficantes: chefes locais, chamados **sobas**, vendiam aos comerciantes portugueses os escravos em troca de fumo, tecidos, cachaça, armas, jóias, vidros, etc.

Da África, os escravos eram conduzidos para o Brasil em navios negreiros chamados **tumbeiros**, em cujos porões eram amontoados, ficando sujeitos a condições tão insalubres que a taxa média de mortalidade era estimada entre 15 e 20%. Nesses navios não havia espaço suficiente para os negros, nem água ou alimento. A “mercadoria” transportada não podia deixar o porão para tomar sol, pois a tripulação temia rebeliões a bordo. A viagem entre África e Brasil durava entre 35 e 120 dias, dependendo das localidades de partida e chegada, bem como das calmarias e intempéries. Em cada navio eram carregados, em média, entre 200 e 700 negros.

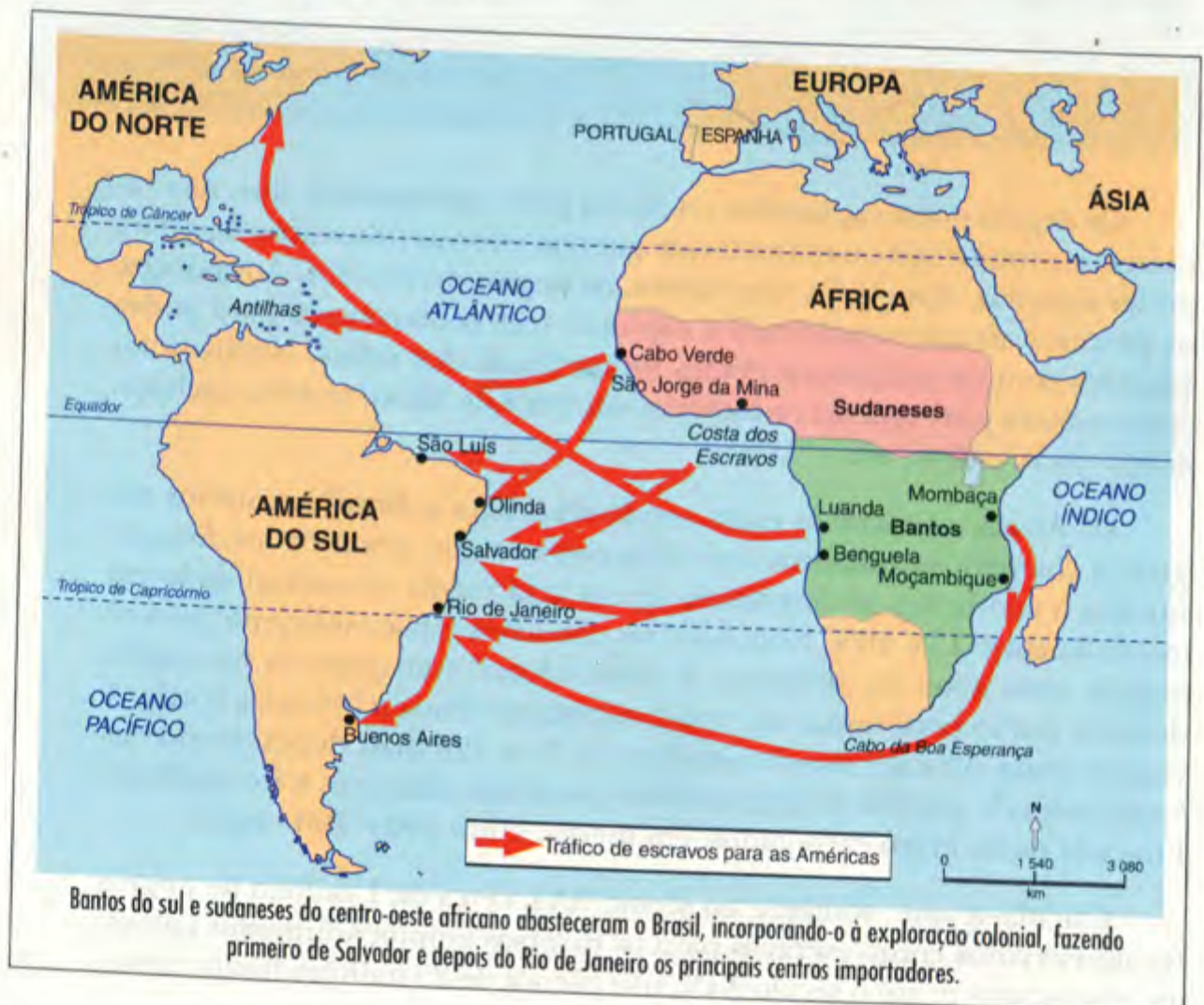
Calcula-se que, somente no século XVI, cerca de 1 milhão de negros foram enviados como escravos para os diversos empreendimentos coloniais americanos e, até o século XIX, não menos de 25 milhões foram captu-

rados pelos brancos e deslocados para a América. Para o Brasil dirigiram-se perto de 40% dos escravos que vieram para a América.

Não seria exagero estimar que o número de vítimas envolvendo os escravos transportados e os que morreram na luta contra as incursões brancas ou por seus desdobramentos chegaria a algo próximo do triplo dos africanos deslocados para a América.

Os sobreviventes eram desembarcados e vendidos nos principais portos da colônia, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, completando-se a ligação entre o centro fornecedor de mão-de-obra (África) e o centro produtor de açúcar (Brasil), integrados na empresa da colonização metropolitana.

A maioria dos negros africanos trazida ao Brasil pertencia aos seguintes grandes grupos étnicos: **bantos**, capturados no Congo, Angola e Moçambique; os **sudaneses**, originários da Nigéria, Daomé e Costa do Marfim; e, em menor número, os **maleses**, sudaneses convertidos ao islamismo, entre os quais se destacavam os haussás, grupo sempre lembrado por sua constante insubordinação e continuadas revoltas. Os sudaneses dirigiram-se predominantemente para a Bahia e os bantos, para Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro.



A exploração do negro africano foi sempre acompanhada de constantes atos de rebeldia, desde tentativas de assassinato de feitores e senhores até fugas e, mesmo, suicídios. Os negros que fugiam eram perseguidos pelos **capitães-do-mato**, e muitos dos que não eram recapturados acabavam organizando comunidades negras livres, chamadas **quilombos**. Existiram mais de cem quilombos espalhados por toda a colônia, especialmente no Nordeste, principal região econômica do Brasil, onde, até o século XVIII, se concentrava o maior número de escravos.

O mais importante foco de resistência negra contra a escravidão foi o **quilombo de Palmares**, que se formou na serra da Barriga, em Alagoas. Nessa região de difícil acesso, desenvolveu-se uma comunidade auto-suficiente que produzia milho, mandioca, banana, cana-de-açúcar e que, durante um certo período, chegou a comercializar seus excedentes com as regiões vizinhas.

Palmares estabeleceu-se ao longo do século XVII, chegando a abrigar mais de 20 mil negros fugidos dos engenhos, dispersos durante a invasão holandesa. O quilombo era dividido em aldeias menores, chamadas mocambos, e liderado pelos mais destacados guerreiros. Sobrevivendo por mais de 60 anos, Palmares conseguiu derrotar diversas expedições militares organizadas pelos holandeses, pela Coroa portuguesa e pelos fazendeiros. Para os senhores de engenho, Palmares constituiu uma ameaça, um exemplo perigoso, pois o seu sucesso estimulava o desejo de liberdade e a formação de outros quilombos.

Em 1694, depois de um longo cerco, o paulista Domingos Jorge Velho, a serviço dos senhores de engenho, invadiu e destruiu Palmares. Muitos de seus habitantes conseguiram fugir e se reorganizaram, sob o comando de Zumbi, continuando a luta contra os brancos. Em 20 de novembro de 1695, Zumbi, o mais famoso líder da luta pela liberdade dos escravos, foi preso, morto e esquartejado, sendo sua cabeça exposta numa praça de Recife para atemorizar as possíveis rebeliões.

Atualmente, o dia 20 de novembro é lembrado como o dia da consciência negra, o dia-símbolo da continuada luta de todos os brasileiros contra preconceitos e o racismo.



Zumbi foi o principal chefe guerreiro de Palmares.

"Um quilombo é um esconderijo de escravos fugidos. É preciso distingui-lo dos verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o poder branco. O quilombo quer paz, somente recorre à violência se atacado, se descoberto pela polícia ou pelo exército que tentam destruí-lo, ou se isto for indispensável à sua sobrevivência. Quilombos e mocambos são constantes na paisagem brasileira desde o século XVI. Reação contra o sistema escravista? Retorno à prática da vida africana ao largo da dominação dos senhores? Protesto contra as condições impostas aos escravos, mais do que contra o próprio sistema, espaço livre para a celebração religiosa? Os quilombos são tudo isso ao mesmo tempo. Eles surgem da própria instabilidade do regime escravista, do trabalho organizado sem qualquer fantasia, da severidade rígida, das injustiças e maltratos. Representam uma solução a todos os problemas de inadaptação do escravo aturdido entre a comunidade branca e o grupo negro. Brotam repentinamente mas com a força do número, numa sociedade de maioria negra e de organização política totalmente incapaz de impedir esse tipo de concentração marginal. Os quilombolas encontram sempre apoios e solidariedade que lhes possibilitam viver fora da sociedade. Contudo, o quilombo jamais é fruto de um plano premeditado; nasce espontaneamente, pode reunir num mesmo refúgio a negros e criolos, escravos ou homens livres, vítimas de alguma lei discriminatória. Livres e forros do quilombo são freqüentemente desertores, ladrões, assassinos, ou simplesmente homens aos quais foi negado o exercício de certas profissões. Assim uma população extremamente variada. Em geral, ela se esconde nas áreas rurais, em pontos de acesso difícil, longe das cidades, das estradas, das plantações. É o caso do célebre quilombo de Palmares, instalado no século XVII no interior do atual estado de Alagoas, pertencente à época à capitania de Pernambuco. O do famosíssimo mocamba do Pará, estabelecido por volta de 1820 a nordeste de Manaus, na floresta do rio Trombetas. Alguns quilombos, porém, formam-se mesmo às portas das grandes cidades. O baiano do Cabula, por exemplo, somente foi destruído, por uma expedição militar, no começo do século XIX, pois abrigava-se nas grotas e matas das colinas que cercam Salvador a nordeste."

(MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990. pp. 158-9.)

Apogeu e crise do açúcar

Durante o século XVI e início do XVII, o Brasil se tornou o maior produtor de açúcar do mundo, gerando imensas riquezas para os senhores de engenho, para Portugal e, sobretudo, para os holandeses. Estes chegaram a controlar, no final do século XVI, cerca de 66% de todas as mercadorias transportadas entre Brasil e Portugal e contavam com 25 refinarias em Amsterdã para completar a transformação do açúcar brasileiro em mercadoria pronta para o consumo. Estima-se que, somente com a refinação e comercialização do açúcar, os holandeses abocanhassem a terça parte do valor do produto vendido.

Vale ressaltar ainda que os senhores de engenho do Nordeste, ostentando sua opulência, importavam desde roupas e alimentos até louças e objetos de decoração da Europa e, como consequência da maciça importação de mercadorias européias e da participação dos holandeses e portugueses no comércio de açúcar, quase toda a riqueza aqui gerada acabou desviada da colônia para as áreas metropolitanas, caracterizando as condições do pacto colonial. Firmava-se dessa forma o caráter exportador da economia brasileira no período colonial.

No século XVII, porém, a empresa açucareira do Brasil, devido sobretudo a fatores externos, começou a dar sinais de declínio. Contribuiu para isso o domínio espanhol sobre Portugal e suas colônias (1580-1640) e a conseqüente guerra entre Holanda e Espanha, que levou os holandeses a produzir o açúcar em suas próprias colônias. Conhecedores das técnicas de produção e senhores do processo de refino e comercialização, os holandeses deram início à sua produção nas Antilhas, concorrendo vantajosamente com o açúcar brasileiro e levando-o a uma série crise. Entre 1650 e 1688, o preço do açúcar brasileiro na praça de Lisboa caiu a um terço de seu valor (de 3 800 réis para 1 300 réis o arroba). A crise da produção açucareira no Brasil trouxe prejuízos tanto para a economia metropolitana quanto para a colonial.

A prolongada crise econômico-financeira que emergiu em Portugal graças à decadência da produção colonial de açúcar, levou o rei, D. Pedro II (1683-1706), a buscar soluções para superá-la. Nesse sentido, destaca-se a atuação do **conde de Ericeira**, ministro do rei, que baixou as leis chamadas de “pragmáticas”, proibindo o uso de certos produtos estrangeiros, a fim de reduzir as importações e, assim, equilibrar a deficitária balança comercial lusa. Por outro lado, o conde procurou reorientar as atividades produtivas no reino e nas colônias, contratando para isso técnicos estrangeiros.



O ministro do rei D. Pedro II (na gravura), o conde Ericeira, com as leis “pragmáticas”, buscava reverter a crise do reino.

“Pragmática de 1677

Ordeno que:

- 1. Nenhuma pessoa possa usar, nos adornos que novo fizer, de seda, rendas, fitas ou bordados que tenham ouro ou prata fina.*
- 2. Nenhuma pessoa se poderá vestir de pano que não seja fabricado neste reino; como também se não poderá usar de voltas de renda, cintos e chapéus que não sejam feitos nele.”*

(Citado em RAMOS, José & SILVA, Rosinda. História de Portugal. Porto, Porto Ed., 1987. p. 167.)

No Brasil, estimulou-se a produção do tabaco e outros produtos alimentares destinados à exportação, bem como intensificou-se a busca de “drogas do sertão”. Foram feitos esforços também para revitalizar a produção açucareira, medidas que surtiriam efeitos positivos um pouco mais tarde, já no início do século XVIII, coincidindo com o início da economia

mineradora. O açúcar, porém, nessa fase, apresentava uma rentabilidade bem mais baixa que nos séculos anteriores e concorria num mercado bastante competitivo, buscando o aumento da produção a partir de melhorias técnicas e racionalização administrativa.

É preciso destacar, no entanto, que, mesmo perdendo a supremacia no conjunto da economia colonial, o açúcar sempre foi o principal produto nas exportações. No século XVIII, época do apogeu da exploração do ouro, o açúcar representava metade das exportações brasileiras, isto considerando o comércio legal, já que o contrabando era prática bastante comum. No século XIX, os principais centros produtores de açúcar no Brasil eram a Bahia e Pernambuco, seguidos do Rio de Janeiro.

Já em Portugal, a política de desenvolvimento econômico perseguida por Ericeira foi logo abandonada, sobretudo devido à valorização de alguns produtos exportáveis, como o vinho. Em 1703, as pressões inglesas sobre Portugal e os produtores de vinho levaram à assinatura do **tratado de**

Methuen, pelo qual Portugal abria o reino aos importados ingleses, normalmente caros produtos manufaturados, e a Inglaterra fazia o mesmo para o vinho português. O tratado recebeu o nome do comerciante inglês que encaminhou as negociações entre os dois países e estabeleceu uma desigualdade financeira nas relações comerciais entre Inglaterra e Portugal, o qual passou a viver difícil situação socioeconômica.

Litografia, Banco de Portugal



Vindima no alto Douro. O tratado de Methuen, favorecendo alguns círculos sociais lusitanos, atrelou Portugal à Inglaterra, oficializando uma completa dependência econômica.

As disputas luso-européias pelo Brasil

A consolidação do domínio português sobre o Brasil foi inúmeras vezes ameaçada por países europeus desde a chegada de Cabral. A centralização administrativa, simbolizada pelos governos-gerais, e a implantação bem-sucedida da empresa canavieira não conseguiram afastar as incursões estrangeiras que, ao contrário, aumentaram nos séculos XVI e XVII. Durante o domínio espanhol sobre Portugal, conhecido como União Ibérica (1580-1640), os inimigos dos castelhanos que tentaram ocupar o território brasileiro aumentaram os problemas que Portugal teve de enfrentar para manter a integridade territorial de sua colônia na América.

No final do século XVI, a Espanha era considerada uma potência mundial, pois, anualmente, contava com a imensa riqueza em metais preciosos das colônias americanas, além de controlar outros territórios coloniais, inclusive na Ásia. O poderio espanhol, no entanto, descontentava outras importantes nações emergentes na Europa, como Inglaterra, França e os recém-independentes, mas já poderosos comercialmente, Países Baixos, Estados que também ambicionavam participar mais ativamente dos lucrativos negócios coloniais.

As investidas dessas nações em diversos pontos do litoral brasileiro, buscando fundar suas próprias colônias, compuseram o quadro das invasões estrangeiras no Brasil, dentre as quais se destacaram as dos franceses e holandeses.

As invasões francesas

A presença francesa na costa brasileira remonta aos primeiros anos do século XVI, com o contrabando do pau-brasil. Durante o governo de Duarte da Costa, em 1555, como vimos, os franceses chegaram a invadir o Rio de Janeiro, fundando ali uma colônia chamada **França Antártica**. De lá foram expulsos pelos portugueses durante o governo de Mem de Sá, em 1567.

O fracasso no Rio de Janeiro levou-os, então, a intensificar sua presença no Nordeste brasileiro, em regiões que, atualmente, correspondem aos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará. Contando frequentemente com a ajuda dos nativos, obrigaram Portugal a organizar diversas expedições militares para a sua expulsão.

Em 1612, os franceses tentaram novamente organizar uma colônia no Brasil, chamada de **França Equinocial**, e enviaram para a área do Maranhão uma expedição chefiada por Daniel de La Touche, a qual fundou o forte de São Luís, nome escolhido em homenagem ao rei francês Luís XIII. Tal tentativa também redundou em fracasso, pois as autoridades portuguesas organizaram expedições militares para expulsá-los, comandadas por Jerônimo de Albuquerque e Alexandre Moura.



Chegada da esquadra de Nicolau Villegaignon ao Rio de Janeiro, em 1555.

No século seguinte, em 1710 e 1711, os franceses tentaram estabelecer-se no Rio de Janeiro, sendo mais uma vez derrotados, e, a partir de então, reorientaram suas investidas para o extremo Norte do Brasil, onde se apossaram da Guiana Francesa.

As invasões holandesas

Desde a Baixa Idade Média, a região dos Países Baixos vivia um grande desenvolvimento comercial e, no início da Idade Moderna, adotou o protestantismo calvinista como religião, o que impulsionou ainda mais suas atividades econômicas. A região incluía a Holanda e a Bélgica e pertencia, nessa época, ao Império espanhol. Há muito tempo, porém, lutava por sua autonomia política.

A partir de 1572, o norte intensificou a luta para separar-se da Espanha e, em 1581, proclamou sua independência, formando a **República das Províncias Unidas**, com sede em Amsterdã. Os Países Baixos tornaram-se, assim, inimigos da Espanha, pois tentavam libertar toda a região de seu domínio. Com a implantação do domínio espanhol sobre Portugal, desde 1580, a inimizade holandesa estendeu-se também ao Império luso. A guerra entre Holanda e Espanha terminou em 1648, quando esta última reconheceu a independência dos Países Baixos, com a Paz de Westfália.

No início do conflito, o rei da Espanha, Filipe II, proibiu o comércio entre a Holanda e suas colônias, o que incluía o embargo à participação flamenga no empreendimento açucareiro do Brasil. Em resposta, os holandeses fundaram, em 1602, a **Companhia das Índias Orientais**, destinada a manter suas tradicionais relações comerciais com os domínios ibéricos. Sua atuação incluiu saques na costa brasileira, sobretudo no Nordeste, e, com maior sucesso, a conquista de domínios espanhóis na Ásia e na África, assumindo boa parte do tráfico de escravos africanos.

A luta com a Holanda enfraqueceu o poderio espanhol, situação agravada com a perda da poderosa esquadra naval, a **Invencível Armada**, afundada, em 1588, quando a Espanha tentou invadir a Inglaterra. Enfrentando sérias dificuldades, o governo espanhol concordou com uma trégua (a Trégua dos Doze Anos), assinada em 1609, o que permitiu a continuidade e até a intensificação das atividades dos holandeses com o Brasil.

Encerrada a trégua, os Países Baixos retomaram a ofensiva militar, fundando, em 1621, a **Companhia das Índias Ocidentais**, empresa destinada a garantir o controle sobre o comércio do açúcar brasileiro, e, ao mesmo tempo, tentar se apossar dos domínios ibéricos na costa americana e africana. Três anos depois, a companhia patrocinou a invasão de Salvador, na Bahia, durante a qual foi aprisionado o governador Diogo de Mendonça Furtado. A invasão só não obteve sucesso graças à forte resistência dos colonos, encabeçada pelo bispo D. Marcos Teixeira, que impediu seu avanço para o interior da capitania.



Na invasão holandesa da Bahia, o próprio governador foi aprisionado. Na foto, retrato do governador Diogo de Mendonça Furtado e o provincial dos jesuítas, Domingos Coelho, tomados como reféns.

Os holandeses acabaram sendo expulsos de Salvador em 1625, quando os espanhóis atacaram as Províncias Unidas e os portugueses organizaram a **Jornada dos Vassalos**, uma poderosa esquadra comandada por Fradique de Toledo Osório e composta de 52 navios e mais de 12 mil homens vindos dos domínios ibéricos.

Dois anos depois, contudo, já recuperados dos reveses, os holandeses voltaram a atacar a Bahia, saqueando um carregamento de açúcar, fumo e outros produtos e, em 1626, aprisionaram um grande carregamento de prata nas proximidades de Cuba. Pouco depois, organizaram uma nova e grande expedição invasora, em 1630, que atacou a principal área produtora de açúcar do Brasil colônia, a região de Olinda e Recife.

O governo holandês em Pernambuco (1630-54)

Para evitar a fixação dos invasores, a população pernambucana recuou para o interior da capitania, onde formou núcleos de resistência, destacando-se o Arraial do Bom Jesus. No início, a tática de guerrilhas – incursões que surpreendem o inimigo –, conseguiu impedir que os holandeses avançassem para além da faixa litorânea. A partir de 1632, porém, graças à ajuda de Domingos Fernandes Calabar, bom conhecedor da região e que optou por servir aos holandeses contra a dominação portuguesa, os invasores obtiveram vitórias sobre a resistência lusa, conquistaram pontos importantes do interior pernambucano, destruindo inclusive o Arraial do Bom Jesus (1635). Posteriormente, Calabar foi preso pelos portugueses e executado.

"Calabar, nascido em Porto Calvo, conhecia bem o território e os métodos de luta dos pernambucanos, tendo colaborado para os grandes sucessos que os flamengos passaram a ter na luta contra luso-brasileiros. Os historiadores de então afirmam que Calabar teria traído os seus compatriotas mediante o recebimento de suborno, ou de que o teria feito por ter dado desfalque no erário e temer punição. Dai, então, o nome Calabar passou a ser considerado como sinônimo de traição.

Há, porém, uma série de estudiosos que procura tirar esta mancha do desertor alagoano, dizendo que ele traiu o Brasil e que, se vendo diante de uma dupla ação, continuar o seu país a ser colônia portuguesa ou tornar-se colônia holandesa, preferiu a segunda opção, e por isto mudou de posição no campo de luta. Ao estudar esta figura, o cronista Assis Cintra (1933) salienta que o escritor maranhense, Viriato Correa, e o historiador Varnhagen faziam as maiores acusações a Calabar, mas que, em contrapartida, o ministro e professor de direito, Américo Brasiliense, o abolicionista Joaquim Nabuco e o tribuno José Bonifácio, o moço, consideravam-no um herói e defendiam a sua atitude.

Fica aos historiadores e leitores a reflexão sobre os motivos que levaram Calabar a mudar de lado na luta, se por interesses econômicos ou medo de punição ou se por razões patrióticas, por considerar que os holandeses eram mais liberais que os portugueses e espanhóis, tratando melhor os povos que dominavam. A esta idéia está ligada uma outra, muito aceita ainda hoje em Pernambuco, a de que os holandeses, sendo mais adiantados que os ibéricos, teriam feito melhor administração e propiciado maior desenvolvimento à colônia se o seu domínio tivesse permanecido; muitas vezes o povo atribui aos holandeses a construção das grandes obras antigas, até de igrejas católicas, quando os batavos eram protestantes, calvinistas. (...) Observa-se também que a colonização holandesa na Indonésia, em Suriname e nas Antilhas, não produziu nações progressistas, formaram colônias de exploração em que os colonizadores eram em pequeno número, dominando uma população nativa numerosa ou povos transplantados, como os hindus e muçulmanos do Suriname."

(Encarte "Pernambuco imortal nº 2". Jornal do Comércio, Recife, 1995, p. 5.)

Os holandeses estabeleceram sua dominação sobre uma região que abrangia desde o litoral do estado do Maranhão até Sergipe, nomeando para governar o Brasil holandês o conde **Maurício de Nassau**, que permaneceu no cargo entre 1637 e 1644. Este, preocupado em normalizar a produção açucareira, conseguiu a colaboração de muitos senhores de engenho, para quem foi adotada uma política de concessão de empréstimos que permitiu o aumento da produtividade. Além disso, graças à conquista das praças fornecedoras de escravos de Angola e São Tomé, na África, a Holanda normalizou e ampliou o abastecimento de cativos para a região de Pernambuco.

Nassau destacou-se ainda por suas realizações urbanísticas e culturais, saneando e modernizando a cidade de Recife, a qual se converteu num centro urbano repleto de obras arquitetônicas. Muitas ruas foram calçadas, pântanos drenados, canais e pontes sobre o delta dos rios Capibaribe e Beberibe construídos, assim como um observatório astronômico, um zoológico, teatros e palácios. Recife passou a chamar-se Mauritzstadt, ou Cidade Maurícia, em homenagem ao governador holandês.

Ainda sob o governo de Maurício de Nassau foram realizados estudos e registros sobre a flora e fauna tropicais, para os quais foram convidados cientistas e artistas europeus, que permaneceram alguns anos na colônia. Destacam-se os nomes de Frans Post, Albert Eckhout, o naturalista Jorge

Marcgrave, autor da obra *História natural brasileira*, e o médico William Piso, que escreveu um tratado sobre medicina brasileira.

Até mesmo no aspecto religioso, o Brasil sofreu a influência dos holandeses, com a implantação da liberdade de credo. O objetivo dessa medida era evitar possíveis atritos com os luso-brasileiros. A liberdade religiosa, garantida pelo domínio holandês calvinista, estendeu-se também aos judeus e a todos os católicos, só não atingindo os jesuítas, pois representavam a principal força papal cristã na luta contra o protestantismo.

Finalmente, no âmbito administrativo, Nassau criou as chamadas **Câmaras dos Escabinos**, órgãos municipais que, seguindo o costume holandês, foram abertos à participação dos senhores de engenho.

Em 1640, enquanto Nassau governava o Nordeste holandês, Portugal restaurava sua autonomia frente à Espanha, contando para isso com o apoio econômico e militar da Holanda e da Inglaterra. O novo rei de Portugal pós-Restauração foi D. João IV, da dinastia de Bragança.

Diante da resistência espanhola à separação das Coroas ibéricas e ameaçado pela continuação da guerra, Portugal buscou reforçar suas alianças na Europa, assinando em 1641 a Trégua dos Dez Anos com a Holanda. Dessa forma, os holandeses ainda mantiveram o domínio sobre o Nordeste brasileiro.

As disputas entre Portugal e Espanha estenderam-se até 1668, o que desgastou sobremaneira os reinos ibéricos, bem como suas possessões coloniais. Nesse ano, esses países assinaram um tratado de paz.



O Brasil holandês

A extensão máxima do Brasil holandês foi atingida em 1641, quando a Holanda dominava 7 das 14 capitâncias brasileiras. Recife foi a cidade colonial que mais se beneficiou desse domínio.



Gillis Peeters, "Vista de Recife" 1637.

A Insurreição Pernambucana (1645-54)

Devido aos elevados custos das continuadas guerras na Europa, a Companhia das Índias Ocidentais adotou uma política financeira cada vez mais rigorosa para a região nordestina, impondo crescentes restrições aos gastos, bem como a cobrança dos empréstimos feitos aos senhores de engenhos. Nassau manifestou claro descontentamento com a nova política e acabou sendo destituído do cargo, regressando à Holanda em 1644.

Os últimos anos do governo Nassau coincidiram com as crescentes dificuldades da economia açucareira nordestina: os preços declinaram no mercado internacional; as safras foram vítimas de incêndios, pragas e inundações; os juros dos empréstimos elevaram-se consideravelmente, levando muitos senhores de engenho à falência.

As relações entre holandeses e a população colonial se deterioraram rapidamente, acrescidas agora pela saída de Nassau. Como a resistência ao domínio holandês nunca desaparecera por completo, esse novo quadro impulsionou a retomada do confronto com a Companhia das Índias Ocidentais.

A luta foi reacendida no Maranhão, quando Nassau ainda estava no Brasil. Em 1644, os holandeses foram expulsos de São Luís. Aos poucos a insurreição foi se alastrando por todo o Nordeste brasileiro, atingindo Pernambuco em 1645. Nessa capitania, a situação se tornava cada vez mais tensa, dada a intensificação da cobrança das dívidas contraídas junto aos comerciantes holandeses na época de Nassau. Em breve, eclodiu o movimento que determinou a expulsão dos invasores da região, a chamada **Insurreição Pernambucana**.

Durante certo tempo, a luta dos colonos contra os holandeses não contou com a ajuda de Portugal, já que, então, vigorava a Trégua dos Dez Anos. O movimento assumiu, nesse momento, um caráter tipicamente nativista, com interesses coloniais próprios e em desacordo com a política oficial lusa.

Os grandes senhores de engenho passaram a colaborar com as forças populares, o que fortaleceu o movimento. Dentre os líderes da luta pela expulsão dos holandeses, destacam-se os nomes do negro Henrique Dias, que comandava um batalhão de africanos, Felipe Camarão, conhecido por índio Poty, comandando tropas indígenas catequizadas, e o senhor de engenho João Fernando Vieira.

A tática de guerrilhas e de emboscadas sucessivas enfraqueceram, pouco a pouco, o poderio holandês e, à medida que as vitórias dos colonos ocorriam, Portugal passava a auxiliar os rebeldes, enviando reforços. Em

1646, os holandeses foram derrotados na batalha do monte das Tabocas e, em 1648 e 1649, nas duas batalhas de Guararapes. Nessa época, o apoio português aos colonos era quase total.

Na Europa, por outro lado, a Holanda enfraquecia-se ainda mais ao ter de enfrentar a Inglaterra, que se transformara na sua principal concorrente no comércio internacional. A rivalidade se intensificou quando o governo inglês de Oliver Cromwell decretou, em 1650, os Atos de Navegação, medida que protegia os mercadores ingleses e suprimia a forte participação holandesa no comércio inglês. Em 1652, teve início a guerra entre Holanda e Inglaterra (1652-1654), o que favoreceu uma maior aproximação inglesa e portuguesa e um significativo desgaste holandês com sua derrota militar.

A derrota holandesa diante da Inglaterra foi o desgaste necessário para outra derrota no Brasil, pondo fim ao Brasil holandês. Na gravura, expulsão dos holandeses pelos colonos brasileiros.



Painel da Igreja de N. Sra. da Conceição dos Militares, em Recife (detalhe).

O desgaste holandês na Europa favoreceu as forças luso- pernambucanas que, em 1654, puseram fim à dominação sobre o Brasil. A vitória definitiva veio após a batalha da Campina do Taborda. Contudo, os holandeses continuaram reivindicando seus direitos sobre os domínios coloniais portugueses no Nordeste e, muitas vezes, recorreram às armas para recuperá-los.

Graças, porém, à aliança entre Portugal e Inglaterra, esta última detentora de poderosa esquadra, os holandeses foram obrigados a concordar com a Paz de Haia, assinada em 1661, reconhecendo os domínios coloniais lusos em troca de uma indenização de quatro milhões de cruzados.

Os vínculos entre portugueses e ingleses estreitavam-se progressivamente, reforçando a dependência de Portugal com a Inglaterra, culminando, como já vimos, no tratado de Methuen, de 1703.

A expulsão definitiva dos holandeses do Nordeste brasileiro, em contrapartida, levou a economia colonial açucareira a uma séria crise. Os holandeses puderam implantar a empresa açucareira em seus domínios nas Antilhas e a produção passou a concorrer vantajosamente com o açúcar brasileiro, já que eles haviam aprendido profundamente as técnicas de cultivo e produção do açúcar. A economia colonial enfrentava, assim, sua primeira crise, levando o Nordeste à decadência e perda de sua supremacia econômica no Brasil.

Atividades complementares e expansão territorial

Embora no período colonial da nossa história o açúcar tenha sido o principal produto da política colonizadora portuguesa, canalizando as preocupações e os esforços de boa parte da população colonial, havia outras atividades, realizadas para complementar as necessidades da sociedade. Entre as chamadas atividades “secundárias” ou “acessórias”, destinadas tanto à exportação quanto à subsistência dos colonos, podemos mencionar os cultivos de mandioca, tabaco, algodão e a produção de aguardente e rapadura.

A cultura da mandioca era de enorme importância na vida da colônia, pois esse gênero representava a base da alimentação colonial, especialmente dos escravos. Sua produção, que chegou a ser imposta aos senhores a fim de evitar crises alimentares, foi uma preocupação quase constante da administração metropolitana. Entretanto, esse tipo de imposição era normalmente desrespeitado pelos proprietários, que não se mostravam interessados em desviar esforços e, sobretudo, mão-de-obra da produção do açúcar, atividade muito mais lucrativa.

As exigências do governo português deviam-se, sobretudo, às tradicionais dificuldades alimentares da metrópole, cujas condições naturais, especialmente quanto ao solo e extensão territorial, nunca favoreceram o equilíbrio entre oferta e procura de gêneros alimentícios. Se o alimento era escasso na metrópole, as dificuldades para se abastecer a colônia pareciam insuperáveis, levando a Coroa, que temia pelo sucesso do projeto colonizador, a exigir o plantio da mandioca. Dessa forma, evitou-se que as crises alimentares afetassem seriamente a população colonial, ainda que o abastecimento de gêneros de subsistência não fosse regular.

Já o fumo, produzido sobretudo na Bahia, destinava-se ao escambo com regiões africanas, onde era trocado por negros escravos. O produto era muito valorizado naquele continente e, no Brasil, chegou a representar a segunda maior receita de exportação agrícola. Sua importância econômica, acrescida dos baixos investimentos necessários ao seu cultivo (o tabaco exige menos terra e menor emprego de mão-de-obra), atraíram inúmeros lavrado-

res, especialmente entre o final do século XVII e início do XVIII. A maioria dos produtores de tabaco, em fins dos seiscentos, era constituída por brancos, mas, no final do século seguinte, contava com quase 30% de mulatos e negros livres. A agricultura do tabaco, porém, nunca foi uma atividade da elite colonial: dedicavam-se a ela os segmentos mais baixos da sociedade, sobretudo, negros forros e escravos.

O cultivo de algodão foi mais intenso no Maranhão e visava, apenas, à produção de tecidos rústicos usados na confecção das roupas dos escravos, já que, para os senhores e suas famílias, os tecidos vinham normalmente da Europa. A produção de gêneros manufaturados na colônia, inclusive tecidos, era controlada por leis da metrópole, a quem interessava assegurar a venda dos tecidos produzidos na Europa.

Também a produção de aguardente e rapadura, apesar de reduzida, era muito importante para a obtenção de escravos africanos. Sua principal área de fabricação era o litoral de São Vicente.



Engenho de açúcar no Nordeste, no século XVII, durante o domínio holandês.

Certas atividades ditas secundárias foram decisivas para a ocupação do interior brasileiro, destacando-se, entre elas, a pecuária e a extração das “drogas do sertão”, sem mencionar as expedições militares organizadas contra invasores estrangeiros, índios, negros e aquelas que buscavam riquezas para além de Tordesilhas, como metais preciosos e índios para escravizar. Tanto as atividades econômicas como as expedições serviram para ampliar as fronteiras da colônia.

A ocupação do Nordeste e da região amazônica

Até o início do século XVII, a região mais rica da colônia era a faixa litorânea das capitanias de Pernambuco e Bahia, devido à bem-sucedida empresa açucareira. Foi junto aos engenhos que nasceu a criação de gado, a qual, pouco a pouco, foi deixando o litoral para se transformar num importante fator de ocupação do interior nordestino.

Sendo uma atividade complementar, a importância comercial da criação de gado era muito menor que a do açúcar, não ultrapassando 5% do valor do açúcar exportado. Todavia, a pecuária era indispensável como força motriz e meio de transporte, além de ser fonte de alimentação e fornecedora do couro, usado na confecção de roupas, calçados, móveis e outros utensílios.

O gado era criado de forma extensiva, ou seja, solto nas terras e sempre à procura de melhores pastagens. Tal fato favoreceu seu avanço pelo sertão, alcançando, já no século XVII, as capitanias do Ceará e Maranhão ao norte e, ao sul, as margens do rio São Francisco. Nessas regiões surgiram importantes fazendas de gado, chamadas **currais**.



Além da busca de melhores pastagens, a criação de gado teve de se deslocar para o interior em função dos interesses da lavoura canavieira: muitas vezes os animais destruíam os canaviais. A criação de gado se espalhou, assim, pelo interior do Nordeste, originando fazendas com 200 a 1 000 cabeças. Algumas, no entanto, chegaram a possuir mais de 20 mil animais e ocupavam cerca de 13 mil pessoas. O rebanho nordestino estimado no início do século XVII correspondia a cerca de 650 mil reses; já no princípio do século seguinte esse rebanho havia dobrado de número.

A criação de gado era uma atividade que quase não ocupou escravos, predominando o uso de trabalhadores livres, normalmente mestiços de indígenas e negros. Era comum o pagamento do trabalho com parte das crias ao longo de cinco anos (uma como pagamento para cada quatro criadas), o que servia de estímulo ao vaqueiro e firmava a mobilidade social na pecuária, em contraste com a sociedade do açúcar. Muitos colonos, de extratos sociais inferiores, incluindo aqueles que passaram por sérias dificuldades durante a crise açucareira e, até mesmo, de regiões distantes, como os vicentinos, foram atraídos pela atividade pecuarista do sertão nordestino.

"Tudo indica que no longo período, que se estende do último quartel do século XVII aos começos do século XIX, a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real per capita de sua população declinou secularmente. É interessante observar, entretanto, que esse atrofiamento constituiu o processo mesmo de formação do que no século XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje. A estagnação da produção açucareira não criou necessidade – como ocorreria nas Antilhas – de emigração do excedente da população livre formada pelo crescimento vegetativo desta. Não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte desta era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira maior seria a tendência migratória para o interior. As possibilidades da pecuária para receber novos contingentes de população – quando existe abundância de terras – são sabidamente grandes, pois a oferta de alimentos é, nesse tipo de economia, muito elástica a curto prazo. Contudo, como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão, se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência. Não fora este mecanismo, e a longa depressão do setor açucareiro teria provocado, seja uma emigração de fatores, seja a estagnação demográfica. Sendo a oferta de alimentos pouco elástica na região litorânea, o crescimento da população teria sido muito menor não fora essa articulação com o sistema pecuário.

(...)

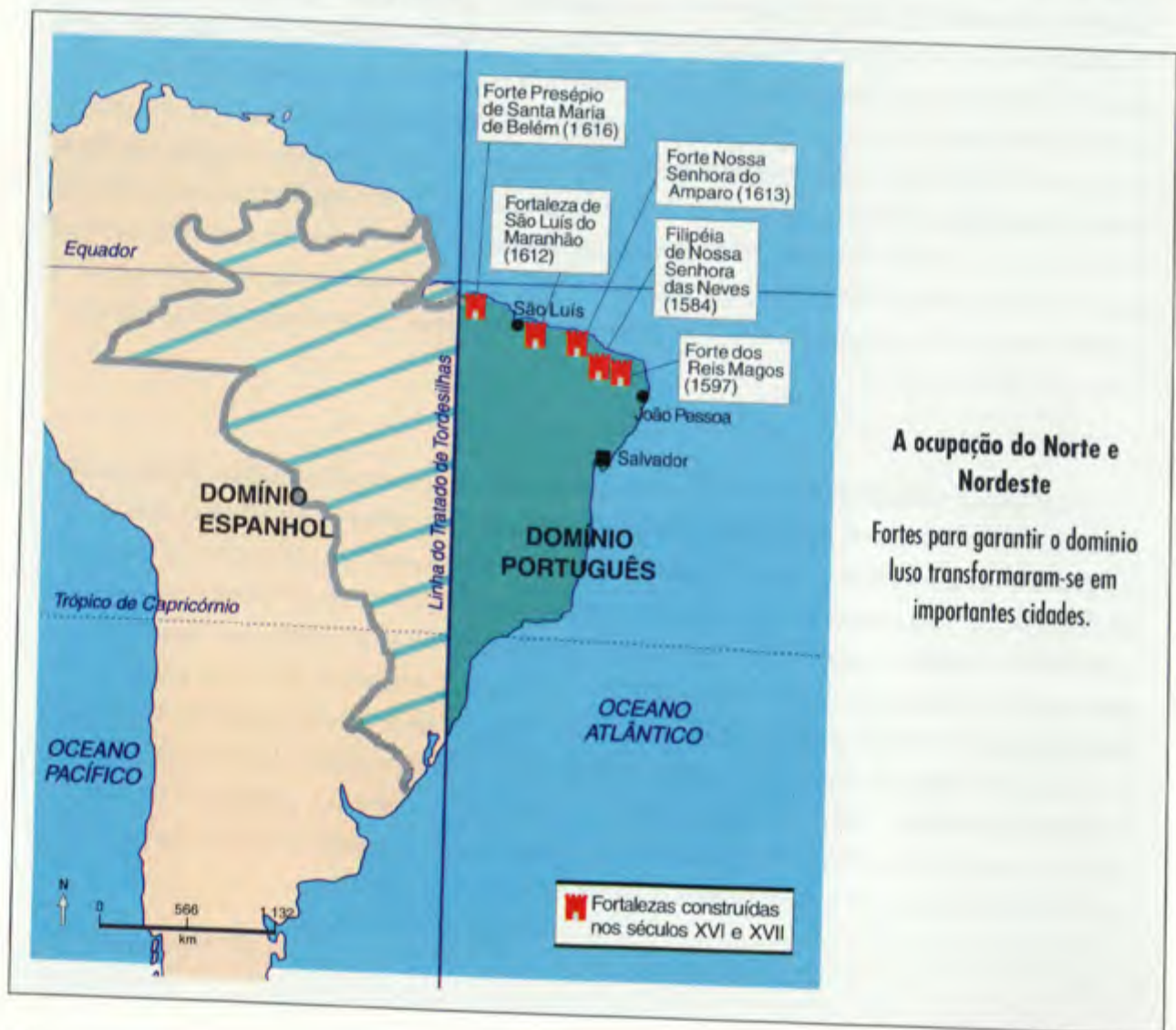
A expansão da economia nordestina, durante esse longo período, consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava na medida que este crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, dentro do qual se ia acumulando uma fração crescente da população. Dessa forma, do sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão de trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores – estão ligados a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos."

(FURTADO, op. cit., pp. 80-2.)

Com o desenvolvimento da mineração no Centro-Sul da colônia, a partir do início do século XVIII, a pecuária nordestina ganhou novo impulso, juntamente com a atividade de criação no Sul do Brasil, abastecendo o consumo alimentar e de transporte do interior minerador.

Outro importante fator na ocupação do interior do Nordeste e também da região amazônica foi o constante combate à presença estrangeira, especialmente durante a União Ibérica. Para enfrentá-la, organizaram-se expedições militares e fundaram-se vários fortes, que, com o tempo, se transformaram em importantes cidades da região.

Dentre as fortificações nascidas durante o domínio espanhol, destacam-se a de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, fundada em 1584, na Paraíba, que se transformou na atual João Pessoa; o forte dos Reis Magos (1597), no Rio Grande do Norte, atual cidade de Natal; a fortaleza de São Luís do Maranhão, fundada por franceses em 1612 e conquistada por portugueses em 1615; no Ceará, o forte de Nossa Senhora do Amparo (1613), que deu origem à atual capital do estado, Fortaleza; e o forte Presépio de Santa Maria de Belém, fundado em 1616 no Pará, atualmente Belém do Pará.



Quanto à região amazônica, o governo da União Ibérica decidiu pela criação do estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1621, fazendo de Belém a base para repelir as investidas estrangeiras que colocavam em risco as minas de prata da região do Peru.

Além dos militares que se fixaram na região para evitar a presença de franceses, ingleses e holandeses, que, mesmo depois da Restauração portuguesa, continuaram atuando na região, a ocupação do Amazonas contou também com apresadores de índios e jesuítas, que fundaram dezenas de aldeias de catequese. Contudo, a principal base econômica para a ocupação da Amazônia foi a coleta de recursos florestais, chamados de **drogas do sertão**, como o cacau, baunilha, guaraná, pimenta, cravo, castanha, ervas medicinais e aromáticas, em que se destacaram os jesuítas, usando a mão-de-obra indígena.

A expansão paulista

Enquanto a economia do Nordeste se desenvolvia, graças ao sucesso do empreendimento açucareiro, na região de São Vicente, próspera nos primeiros anos após a chegada dos portugueses à América, praticava-se a agricultura de subsistência, reduzindo à pobreza sua escassa população. Assim, nos poucos núcleos urbanos surgidos ao longo do século XVI, isolados e bastante pobres, organizaram-se as expedições, chamadas de **bandeiras**, cujo objetivo maior era procurar riquezas no interior.

Como havia na colônia um mercado consumidor de trabalhadores escravos indígenas, mais baratos que os africanos, que se destinavam sobretudo aos engenhos do Nordeste, grupos de paulistas organizaram, durante os séculos XVII e XVIII, sucessivas expedições de preação de índios, de ataque aos quilombos e de busca de metais preciosos.

As primeiras bandeiras de apresamento de índios visavam obter mão-de-obra para a pequena lavoura paulista ou vendê-la para regiões próximas. Entretanto, quando os holandeses ocuparam Pernambuco e a região de Angola, na África, os senhores de engenho da Bahia passaram a enfrentar dificuldades em obter escravos para seus engenhos, recorrendo aos índios capturados pelos paulistas, impulsionando fortemente a expansão bandeirante.

Muitas bandeiras atacaram as missões jesuíticas do Mato Grosso e Rio Grande do Sul, capturando dezenas de milhares de índios, a maioria já aculturados, de valor mais elevado pois se adaptavam mais “docilmente” ao trabalho agrícola.

Com o fim do domínio espanhol e a retomada do comércio de africanos pelos portugueses, normalizando o abastecimento de escravos para a colônia, a atividade apresadora de índios entrou em decadência.



Rafael Falco, Os bandeirantes.

As bandeiras procuravam riquezas, submetendo índios, escravos fugidos e descobrindo metais preciosos.

Os paulistas também, organizados em bandeiras, dedicaram-se a atacar aldeamentos de índios insubmissos e de negros fugidos que viviam em quilombos. Como eram contratadas e pagas pelos fazendeiros ou pela administração colonial, essas expedições foram chamadas de bandeiras de contrato, destacando-se entre elas a de Domingos Jorge Velho, que venceu a resistência dos índios cariris e janduís e destruiu o quilombo de Palmares, em fins do século XVII.

No entanto, as mais importantes bandeiras foram as destinadas à procura de metais preciosos, incentivadas pela metrópole devido ao declínio da economia açucareira nordestina da segunda metade do século XVII. O financiamento das expedições paulistas desembocou na descoberta de ouro na região de Minas Gerais, depois Mato Grosso e Goiás, dando início a uma nova atividade econômica na colônia, a mineração.

Em 1693, Antônio Rodrigues de Arzão descobriu ouro em Cataguases, atual estado de Minas Gerais; pouco depois, em 1698, Antônio Dias Oliveira descobriu ouro em Vila Rica, atual Ouro Preto; e, em 1700, foi a vez de Borba Gato achar ouro em Sabará.

A notícia da descoberta de ouro atraiu portugueses, estrangeiros e colonos de outras áreas para a região das minas, originando conflitos armados entre os descobridores das jazidas e os forasteiros, apelidados pelos paulistas de emboabas. Estes venceram os conflitos e expulsaram os primeiros povoadores da região.

Os bandeirantes paulistas passaram, então, a buscar metais preciosos em outras partes do interior, como Mato Grosso e Goiás – em 1719, Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro em Cuiabá e, em 1722, Bartolomeu Bueno Filho achou riquezas em Goiás.

As bandeiras contribuíram significativamente para ocupar e povoar o interior do Brasil, fundando povoados, criando vilas e dando início à exploração mineradora. Por outro lado, dizimaram muitos grupos indígenas e submeteram-nos à escravidão. Sua atuação, contudo, foi decisiva na consolidação da presença portuguesa além do tratado de Tordesilhas, ampliando consideravelmente as fronteiras da colônia.

A conquista do Sul

As bandeiras de apresamento, destruindo diversas reduções e expulsando jesuítas espanhóis, abriram a vasta área ao sul e sudoeste de São Paulo ao domínio português. Além disso, a metrópole portuguesa, desejando garantir a posse sobre o estuário do rio da Prata, por onde escoava a produção de Potosí, fundou, em 1680, a **colônia de Sacramento**, próximo à cidade espanhola de Buenos Aires. O sucesso da presença lusa na bacia do Prata contou também com o respaldo da Inglaterra, interessada no comércio daquela região. Quatro anos depois, imigrantes lusos do arquipélago dos Açores e paulistas fundavam, mais ao norte, Laguna, em Santa Catarina.

Várias disputas ocorreram entre os ibéricos e, para garantir a dominação lusa sobre a região, criaram-se as estâncias, grandes fazendas de gado. O êxito dessas fazendas foi favorecido pelas condições naturais dos pampas, uma planície forrada de excelente pastagem, e, também, pelo mercado consumidor das Minas Gerais.

Comprando-o dos gaúchos, os paulistas levavam o gado até São Paulo, centralizando os negócios na feira de **Sorocaba**, de onde era encaminhado para as regiões mineradoras. Com a pecuária gaúcha, desenvolveu-se também a produção de charque (carne-seca), mais fácil de transportar e utilizar, superando o predomínio anterior da produção do couro.

Assim, a pecuária tornou-se a base da economia da região sulista, responsável, também, pelo progressivo sucesso do controle português, efetivado plenamente no final do século XVIII.

A oficialização das fronteiras lusas: os tratados de limites

O expansionismo territorial português anulou os antigos limites estabelecidos pelo tratado de Tordesilhas, e, para resolver as contínuas disputas entre espanhóis e portugueses no Sul do Brasil, foi assinado, em 1750, um novo tratado de limites: o **tratado de Madri**.

Durante as negociações desse tratado, Portugal foi representado por Alexandre de Gusmão, que utilizou o princípio do *uti possidetis* para garantir a ampliação do território colonial. Segundo ele, um território deveria pertencer a quem o tivesse efetivamente colonizado.

Em certas regiões do Sul do Brasil, o princípio invocado por Gusmão promoveria uma descontinuidade territorial, intercalando domínios portugueses e espanhóis. Para solucionar esse problema, foi acrescentada uma cláusula ao tratado de Madri que previa a entrega da **colônia de Sacramento** à Espanha e, em troca, Portugal receberia a região dos Sete Povos das Missões (Santo Ângelo, São Borja, São João Batista, São Lourenço, São Nicolau, São Miguel e São Luís Gonzaga).



Tela de Oswaldo Teixeira, MP.



Foto de Romulo Fialdini/Reflexo

O *uti possidetis* de Alexandre Gusmão

Alexandre de Gusmão e sua tese do *uti possidetis* viabilizaram a maior parte da atual configuração do território brasileiro.

Os padres jesuítas espanhóis dos Sete Povos, no entanto, se opuseram à decisão do tratado. Para defender seus territórios contra os portugueses, os jesuítas armaram os guaranis, possuidores de vivas lembranças da atuação escravizadora dos bandeirantes. Quando as autoridades portuguesas tentaram ocupar a região, iniciou-se a **Guerra Guaranítica**. Nesse confronto, além da morte de boa parte dos cerca de 30 mil índios que viviam na região, Portugal recuou quanto à entrega da colônia de Sacramento à Espanha.

As disputas entre Portugal e Espanha por territórios na América agravaram-se ainda mais na segunda metade do século XVIII, com o início da **Guerra dos Sete Anos**, na Europa (1756-63), quando os dois países ibéricos tiveram de apoiar lados opostos em confronto: Portugal juntou-se à Inglaterra, e a Espanha, à França. Aproveitando-se do conflito, a Espanha invadiu e dominou a colônia de Sacramento, o sul do Rio Grande do Sul e a ilha de Santa Catarina.

Em 1777, a Espanha assinou com Portugal o **tratado de Santo Ildefonso**, obtendo, dessa forma, a região de Sacramento e dos Sete Povos e devolvendo o Rio Grande do Sul e a ilha de Santa Catarina a Portugal. O clima de confronto e tensão no Sul do Brasil não diminuiu, porém, com a assinatura desse novo acordo, pois Portugal sentiu-se prejudicado com a partilha. As

rivalidades territoriais só vieram a se resolver definitivamente em 1801, ano em que ambos os países assinaram o **tratado de Badajós**, que estabelecia que Portugal recuperaria a região dos Sete Povos das Missões, e a Espanha, a colônia de Sacramento. Na prática, retomaram-se e ratificaram-se as decisões do tratado de Madri.

Questões

1. Assinale as principais diferenças entre a colonização praticada pelos ingleses no Norte de suas colônias americanas e a colonização ibérica na América Latina. A partir daí, pode-se afirmar que, se nosso país tivesse sido colonizado pelos ingleses, apresentaria um maior desenvolvimento econômico na atualidade?
2. Comente a afirmação: "Nos territórios espanhóis da América procedeu-se a uma reorientação das atividades produtivas locais para as necessidades da metrópole, enquanto na América portuguesa isso não foi possível".
3. Que razões levaram a Coroa portuguesa a optar pela produção de açúcar como atividade capaz de viabilizar a efetiva colonização do Brasil?
4. Como se explica, no sistema de *plantation*, a utilização em larga escala do trabalho escravo africano no lugar do indígena americano?
5. Por que a economia açucareira não criou um mercado interno de dimensões significativas no Brasil?
6. Caracterize a sociedade colonial brasileira.
7. O papel da Igreja católica no processo de colonização das terras americanas foi extremamente importante. Comente a atuação dos religiosos jesuítas no que se refere à população nativa brasileira.
8. Quais foram os principais grupos étnicos africanos trazidos como escravos para o Brasil? De que regiões da África se originaram e qual era seu destino no Brasil?
9. O que eram e o que objetivavam as "leis pragmáticas", aplicadas por D. Pedro II?
10. O que era o *asiento*?
11. Identifique as principais conseqüências da assinatura do tratado de Methuen para Portugal e Brasil.
12. Em que contexto os holandeses invadiram o Brasil no século XVII? Caracterize seu governo em Pernambuco.
13. Por que a pecuária pode ser considerada de grande importância para a ocupação do interior nordestino? Em que outras partes do Brasil ela se desenvolveu?
14. Qual o principal fator que explica a expansão bandeirante a partir do século XVII?
15. O que foi e o que estabelecia o tratado de Madri, assinado em 1750?

APOGEU E CRISE DO SISTEMA COLONIAL NO BRASIL

a expansão bandeirante propiciou a descoberta de metais preciosos na região de Minas Gerais e, assim, iniciou-se a exploração mineradora que rapidamente se converteu na principal atividade econômica do Brasil colonial.

As primeiras descobertas de ouro datam do final do século XVII, época, como vimos, em que o açúcar enfrentava uma séria crise. As notícias da descoberta de ouro e diamantes espalharam-se pela colônia e pela Europa, atraindo milhares de imigrantes europeus (portugueses, entre outras nacionalidades) e colonos de outras regiões brasileiras, sobretudo do Nordeste. Tal fluxo migratório em direção às minas produziu efeitos profundos na sociedade colonial brasileira.

A economia mineradora

As descobertas auríferas provocaram um grande aumento demográfico no Brasil, cuja população passou de cerca de 300 mil habitantes no final do século XVII para 3 300 000 no final do XVIII. Boa parte dos imigrantes dirigiu-se, como era de esperar, para a região mineira, promovendo a ocupação e povoamento dos territórios de Minas Gerais e, em seguida, de Goiás e Mato Grosso, onde também foram descobertas jazidas de metais preciosos. Desse processo, surgiram vilas e cidades, alterando o caráter predominantemente rural da colonização. Ao mesmo tempo, o eixo econômico da colônia deslocou-se da costa litorânea nordestina para a região Centro-Sul, determinando a transferência da capital de Salvador para o Rio de

Janeiro, em 1763, quando ambas contavam com uma população de cerca de 40 mil habitantes, cada uma.

Para interligar a região das minas ao porto do Rio de Janeiro, construíram-se estradas, o que propiciou uma intensificação do comércio, visando, sobretudo, ao abastecimento da região mineradora. A dinamização econômica foi beneficiada pelo aumento populacional e pela riqueza obtida com o ouro, que ampliaram o mercado consumidor, estimulando a importação de artigos manufaturados, além de favorecerem a produção interna de alimentos e a criação de gado. Tropas de mulas, o principal meio de transporte do período colonial, cruzavam o Brasil em direção às Minas Gerais e ao Rio de Janeiro, levando e trazendo mercadorias, favorecendo a integração econômica nacional e a consolidação do mercado interno.



Por outro lado, a composição e estrutura da sociedade colonial alteraram-se substancialmente, sobretudo devido ao caráter urbano da atividade mineradora. Multiplicou-se o número de artesãos, comerciantes, pequenos proprietários, intelectuais, padres e funcionários públicos, que constituíram uma camada social intermediária entre os grandes proprietários de minas e os escravos. Assim, a tradicional rigidez da sociedade colonial brasileira, dividida basicamente em senhores e escravos, herança da época açucareira, foi sendo substituída por uma maior flexibilidade e mobilidade, que incluía uma relativa distribuição de riquezas entre ricos e a classe média produtiva composta de homens livres.

“Conclui-se que a economia mineira apresentava baixos níveis de renda distribuídos de uma maneira menos desigual do que no caso do açúcar. Mas se a sociedade mineira foi uma das mais abertas da colônia, essa abertura teria se dado por baixa, pela falta – quase ausência – da grande capital e pelo seu baixo poder de concentração. Dai o número de pequenos empreendedores, daí o mercado maior constituído pelo avultado número de homens livres – homens esses, entretanto, de baixo poder aquisitivo e pequena dimensão econômica.”

(MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificadas do ouro: a pobreza mineira na sécula XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 29.)

No início da atividade mineradora, predominavam as técnicas de faiscação ou garimpagem, isto é, a retirada do ouro de lavagem encontrado nos rios e barrancos. Como tais técnicas exigiam poucos recursos e mão-de-obra, não era raro, nessa época, encontrar homens livres pobres, geralmente aventureiros em busca do rápido enriquecimento, procurando ouro às margens dos rios, munidos de instrumentos simples.

Ao contrário do que até então se verificara na colônia, cerca de metade dos trabalhadores envolvidos nas atividades mineradoras era formada por homens livres, contando com um caráter menos elitista que o da produção açucareira. Em outras palavras: quase todos podiam participar da atividade aurífera. Mais tarde, quando se consolidou a mineração no Brasil, estruturaram-se grandes unidades exploradoras – as lavras –, exigindo maiores investimentos para as escavações e para a compra de escravos.

"A descoberta das jazidas auríferas e diamantíferas nas terras do interior do Brasil, notadamente nas Minas Gerais, modifica sensivelmente a sistema do tráfico, que se prolonga muito além da simples venda no porto de desembarque. Chamam-se com frequência 'tratantes' aos comerciantes menores, cujo papel é o de servir de intermediários entre os grandes importadores do litoral e os necessitados de escravos nas zonas mineiras. A estrutura comercial do tráfico, já complicada pelo surgimento desse grupo novo de comerciantes, torna-se ainda mais complexa com a eclosão de um espírito altamente especulativo, cuja consequência imediata será a brutal elevação dos preços da mão-de-obra servil. A explosão de preços encoraja o aparecimento de um novo mercado de transferência: o tráfico interno.

Aquilo que os historiadores costumam chamar "o ciclo do ouro" da economia brasileira se inicia em 1693. É exatamente o momento em que a economia canavieira entra em sua primeira crise comercial profunda, que levará os negociantes da Bahia e do Rio à única solução de sobrevivência: a multiplicação de seus contratos comerciais. E quem melhor do que eles, com a experiência adquirida, para enfrentar os novos problemas do mercado de mão-de-obra e as enormes distâncias que os separam dos novos solicitadores de escravos? É então que se organiza o espaço comercial brasileiro, quando Salvador e Rio de Janeiro afirmam-se como os grandes mercados, onde se abastecem de artigos de subsistência as vastas regiões interiores em carência de ferramentas, tecidos e sobretudo de escravos, tão preciosos quanto o ouro pelo qual são trocados."

(MATTOSO, Katia de Queirós. *San escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 57.)

Na mina, muitas vezes o escravo trabalhava por conta própria, mas era obrigado a entregar quantidades de ouro estabelecidas pelos senhores; alguns escravos chegavam mesmo a ser recompensados com a liberdade e se tornavam **negros forros**. O número desses indivíduos aumentou na segunda metade do século XVIII devido, sobretudo, ao declínio da atividade mineradora, o que dificultava o sustento de grande escravaria por parte dos senhores. Estima-se que, em Minas Gerais, o percentual de libertados entre os descendentes africanos cresceu vertiginosamente, passando de menos de 1,5%, no final dos anos 1740, para pouco mais de 41%, no final dos anos 1780.

Apesar da presença considerável do elemento livre ou forro nas lides da mineração, essa atividade, como a agricultura canavieira, era realizada majoritariamente por negros escravos. A extração aurífera nas lavras causava acidentes e doenças, e a intensidade do trabalho de exploração resultava em baixa expectativa de vida para o cativo, que, normalmente, não ultrapassava os 12 anos de atividade. A reação dos negros à exploração levou-os à fuga e à luta, formando-se centenas de quilombos em Minas, violentamente combatidos pela elite branca.



Carlos Julião, Escravos na extração de diamantes.

Estima-se que, dos 320 mil habitantes da capitania de Minas em 1776, 52% eram negros e 25%, mulatos.

A riqueza extraída das minas incentivou a produção cultural na colônia: a música, as artes em geral e a arquitetura barroca desenvolveram-se consideravelmente, como revelam as igrejas mineiras do século XVIII. Nessa área, destaca-se o nome de Antônio Francisco Lisboa, o **Aleijadinho**, filho de um construtor português e de uma escrava, cujas obras acham-se espalhadas por várias cidades de Minas Gerais.

As mesmo tempo, o enriquecimento de alguns grandes proprietários levou-os a enviar seus filhos à Europa para realizar seus estudos universitários. Estes, ao regressar ao Brasil, traziam na bagagem os novos ideais iluministas que eram difundidos no Velho Mundo. Alguns intelectuais e homens de letras ganharam destaque nesse período, como Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Inácio de Alvarenga Peixoto, entre outros.

Para administrar a região mineradora, a metrópole criou, em 1702, a **Intendência das Minas**, órgão presente em cada uma das capitanias de onde se extraía ouro, visando controlar de perto a exploração aurífera. A Intendência era constituída por um guarda-mor e auxiliares submetidos diretamente à Coroa. Era responsável pela distribuição dos lotes a serem explorados, chamados de **datas**, e pela cobrança de 20% do ouro encontrado pelos mineradores, imposto conhecido como **quinto**. As datas eram distribuídas segundo a capacidade de exploração do minerador, avaliada em número de escravos. Como veremos, interessava a Portugal explorar rápida e eficientemente as jazidas de ouro e, por isso, quanto maior fosse a quantidade de trabalhadores empregados na extração, maior seria a riqueza da Coroa.

Apesar do controle imposto pelas autoridades metropolitanas, o contrabando era intenso e, para coibi-lo, a Coroa proibiu a circulação de ouro em pó e em pepitas, criando, em 1720, as **casas de fundição**. Todo o ouro encontrado nas lavras – grandes minas – ou nos garimpos, onde era feita a

faiscação nas areias dos rios, tinha de ser entregue nesses locais, onde era derretido, quintado (ou seja, era-lhe extraído o quinto pertencente à Coroa) e transformado em barras.

Joaquim da Rocha Ferreira, Provedor das Minas, MP



Na execução da derrama eram frequentes as violências e abusos das forças policiais, invadindo casas, prendendo pessoas e confiscando bens.

Aprofundando ainda mais o controle fiscal, sobretudo quando a exploração aurífera começou a dar sinais de esgotamento, o governo português fixou em 100 arrobas de ouro (1 468,9 kg) anuais o mínimo a ser arrecadado em cada município como pagamento do quinto. Para garantir a arrecadação desse montante, foi instituída a **derrama**: a cobrança dos impostos à população seria efetuada pelos soldados portugueses, chamados de **dragões**, que estavam autorizados a invadir casas e a tomar tudo o que tivesse valor, a fim de completar as 100 arrobas devidas à metrópole. Essa prática portuguesa deixou um rastro de insatisfação na colônia. Todo o arrocho fiscalizador conseguiu temporariamente diminuir o tráfico ilegal, mas nunca o suprimiu por completo. De qualquer

modo, aliviou por algum tempo as dificuldades financeiras de Portugal.

A descoberta de diamantes em 1729, no Arraial do Tijuco, hoje Diamantina, em Minas Gerais, levou Portugal a adotar uma fiscalização apropriada à extração diamantífera. Inicialmente, dada a dificuldade em se quintar o diamante, a metrópole determinou a expulsão dos mineiros da região e arrendou a exploração a empresários, chamados **contratadores**, indivíduos que antecipavam parte dos lucros à Coroa e recebiam o direito de explorar com exclusividade os filões de diamantes. Em 1771, o próprio governo português assumiu a exploração do diamante, estabelecendo a **real extração**.

A partir da segunda metade do século XVIII, devido ao esgotamento das jazidas e ao uso de técnicas rudimentares, incapazes de uma prospecção mais profunda no subsolo, iniciou-se a decadência da produção de ouro no Brasil. O período situado entre 1740 e 1770 correspondeu ao apogeu da exploração das minas, e o ano de 1754 registrou a maior produção de ouro. A partir da década de 1770, verificou-se o declínio da atividade, que se tornou cada vez menos atraente.

O desenvolvimento e a queda da exploração mineradora confirmaram uma evolução tipicamente cíclica, partindo para um ápice produtivo e

depois envolvendo para uma produção econômica quase desprezível, o que permite adequadamente considerar a mineração aurífera como um ciclo econômico. Note-se que isso não aconteceu com a economia açucareira, pois, mesmo depois da crise da segunda metade do século XVII, nunca deixou de ser uma atividade econômica significativa, seja na produção, seja na pauta das exportações. Veja na tabela abaixo o comportamento da atividade mineradora no Brasil:

A PRODUÇÃO DE OURO NO BRASIL (1701-1820) (em toneladas)	
Anos	Produção média anual (em quilos)
1701-1720	2 750
1721-1740	8 850
1741-1760	14 600
1762-1780	10 350
1781-1800	5 450
1801-1820	2 750

Cifras de Frédéric Mauro. *Histoire de Brésil*. Paris, PUF, 1973. p. 37. Apud DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente do Brasil*. Lisboa, Prelo, 1977. p. 107.

forma de pagamento de impostos, ou pagamento pelos diversos produtos importados, especialmente os manufaturados.

Como já apontamos, na época da mineração, Portugal vivia sob a dependência econômica da Inglaterra, importando desse país quase tudo o que necessitava. O tratado de Methuen, assinado em 1703 e conhecido como “tratado dos panos e vinhos”, definira a rota e o destino das riquezas extraídas no Brasil colonial a partir do século XVIII. Em outras palavras, a riqueza saía do Brasil, passava por Portugal e completava a viagem ao chegar à Inglaterra. Mais que isso, firmaram-se entraves ao desenvolvimento econômico interno português, inviabilizando qualquer tentativa de se promover o avanço do capitalismo industrial no país.

Assim, os enormes recursos coloniais obtidos na época da mineração serviram, isto sim, para alavancar o desenvolvimento industrial da Inglaterra, ampliando o poderio dos seus banqueiros, comerciantes e industriais.

A crise portuguesa e o reforço do pacto colonial

Portugal mergulhou numa séria crise econômico-financeira a partir do domínio espanhol (1580-1640), motivada pela luta contra a dominação espanhola, pela presença holandesa no território colonial e, sobretudo, pelo

Assim, preocupada com a diminuição da produção aurífera, a metrópole aumentou a pressão fiscal sobre os colonos brasileiros a fim de manter suas rendas, gerando descontentamento e rebeldia entre eles, o que culminou no movimento denominado **Inconfidência Mineira**, tida como a mais importante revolta colonial brasileira.

Outro importante resultado da atividade mineradora no Brasil foi o de acelerar o desenvolvimento do capitalismo europeu, já que toneladas de ouro foram levadas para a Europa, por intermédio de Portugal, na

declínio do comércio do açúcar decorrente da expulsão dos holandeses em 1654. A exploração do ouro, descoberto no Brasil em fins do século XVII, permitiu a Portugal reequilibrar em parte suas finanças, mas, por outro lado, ampliaram-se os gastos da Coroa com a fiscalização e controle da atividade mineradora. O esgotamento progressivo das jazidas minerais forçou a metrópole a adotar medidas a fim de ampliar a arrecadação de impostos e, assim, fazer frente às inúmeras dificuldades financeiras. Para isso, os governos absolutistas da dinastia de Bragança aumentaram as restrições mercantilistas sobre o Brasil, reforçando o pacto colonial.

Desde o século XVII, o **exclusivo metropolitano** ou **pacto colonial**, monopólio da metrópole sobre o comércio externo da colônia, foi se intensificando, originando arrendamentos de setores da economia, exploração direta do Estado sobre diversas atividades e também companhias privilegiadas de comércio.



Oleo de Veloso Salgado, Museu Militar.

O governo dos Bragança comandou o aperto colonizador sobre o Brasil, buscando garantir a força e a riqueza do Estado e das elites a ele vinculadas. Na gravura, aclamação de D. João IV, rei de Portugal.

Por princípio, o Estado absoluto era **patrimonialista**, isto é, considerava tudo como patrimônio do rei, comprometido e articulado com as elites nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, buscava ampliar seus negócios continuamente e extrair o máximo de seus domínios, o que nem sempre coincidia com os interesses dos colonos, especialmente quando as dificuldades econômicas se avolumavam.

De certa forma, foi assim com a **Companhia Geral de Comércio do Estado do Brasil** (1649-1720), que passou a ter a exclusividade sobre o comércio da região compreendida entre o atual Rio Grande do Norte e São Vicente. A reserva de mercado para esta companhia, estabelecida inicialmente pelo prazo de vinte anos, significava, na prática, o monopólio sobre diversos produtos fornecidos à colônia, como vinho, azeite, farinha de trigo, bacalhau, entre outros. O mesmo ocorreu com a **Companhia do Comércio do Estado do Maranhão** (1682-1685).

Em troca das concessões aos mercadores, a Coroa portuguesa antecipa parte dos lucros obtidos pelo grupo mercantil privilegiado destinados ao Tesouro, sem falar da riqueza conseguida com a participação direta nos negócios e ampliação da arrecadação.

A concessão de monopólios, porém, encarecia os produtos vindos da Europa, ao mesmo tempo em que barateava os coloniais, gerando insatisfação e, não raramente, violenta reação por parte dos colonos. Muitas vezes a Coroa foi obrigada a rever essas reservas de mercado a fim de acalmar os ânimos.

No século XVIII, ao mesmo tempo em que a metrópole portuguesa reforçava o controle fiscal e administrativo e a espoliação sobre a colônia, como demonstram a criação das casas de fundição e a instituição da derrama, em diversos países da Europa e mesmo em certas regiões da América nasciam idéias e atitudes contrárias ao colonialismo mercantilista.

Na Europa, este século foi marcado por um grande movimento cultural denominado **Iluminismo**, cujos intelectuais, entre os quais se destacaram Voltaire, Montesquieu e Rousseau, condenavam as estruturas absolutistas, colonialistas e de privilégios características do que chamavam, pejorativamente, de Antigo Regime. Defendiam a reorganização da sociedade com base numa lei básica, a Constituição, que garantiria a liberdade individual e econômica, cabendo ao Estado apenas cuidar da segurança e do aprimoramento nacional.



Voltaire, óleo de Largillière.



Montesquieu (Castelo de Versalhes).



Rousseau/Allan Ramsay, National Gallery of Scotland.

As idéias iluministas combatiam o Antigo Regime. Voltaire, Montesquieu e Rousseau, retratados acima, da esquerda para a direita, são representantes do Iluminismo europeu.

Afinado com o desenvolvimento do capitalismo, demonstrando que o avanço da burguesia européia dispensava a ação controladora e interventora do Estado absolutista, o Iluminismo pleiteava a criação de um **Estado liberal**, sintonizado com as transformações econômicas advindas da Revolução Industrial recém-iniciada na Inglaterra.

As idéias iluministas desenvolveram-se principalmente na Inglaterra e França, países onde a burguesia achava-se mais forte e, portanto, desejava da consolidação e ampliação de seu espaço socioeconômico. Nas demais nações européias, que contavam com uma burguesia incipiente, adotou-se parte dos seus princípios liberais. Nesses países, dado o atraso econômico, introduziram-se medidas de racionalização administrativa e modernização econômica sem se abandonar o tradicional controle mercantilista, conjunto de práticas convencionalmente chamadas de **despotismo esclarecido**. Tratava-se, em essência, de manter o Estado absoluto, despótico, acrescido de alguns ideais iluministas: um absolutismo reformado, como aconteceu em Portugal, Espanha, Rússia, Áustria e Prússia.

Os ideais iluministas chegaram à América colonial e contribuíram para firmar os anseios emancipacionistas que culminaram na independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e, no século seguinte, dos demais países ibero-americanos. Além disso, inspiraram os participantes do movimento propulsor de grande transformação na Europa, a Revolução Francesa, de 1789, e seus desdobramentos, que alterariam substancialmente o panorama sócio-político ocidental.

No bojo dessas alterações, em Portugal destacou-se a atuação do ministro do rei D. José I, Sebastião José Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal (1750-1777).

Pombal, percebendo a extrema dependência econômica de seu país em relação à Inglaterra, até porque foi embaixador naquele país, preocupou-se em reequilibrar a deficitária balança comercial lusa, adotando medidas que, se de um lado

Óleo de L. M. Van Loo, Câmara Municipal de Oeiras.



Como "déspota esclarecido", D. José serviu-se de Pombal (ao lado), que combinou o absolutismo dos Bragança com o racionalismo iluminista.

foram inspiradas no racionalismo iluminista, buscando uma maior eficiência administrativa e desenvolvimento econômico no reino, de outro, reforçaram as práticas mercantilistas no que se refere ao Brasil. Em parte, Pombal tentava repetir a experiência do conde de Ericeira, empreendendo diversas reformas econômicas e administrativas.

Assumindo os ideais iluministas no reino, Pombal atraiu a oposição da grande nobreza e do clero e, quando do atentado contra a vida do rei D. José I, mandou executar alguns membros da alta aristocracia e expulsou os jesuítas de Portugal e colônias (1759).

"Até sua indicação para o ministério, com mais de cinquenta anos, Pombal tivera uma carreira relativamente obscura como representante de Portugal na Inglaterra e diplomata na corte austriaca. Sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço no sentido de tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento metrópole-colônia. A reforma constituiu uma peculiar mistura do velho e do novo, explicável pelas características de Portugal. Ela combinava o absolutismo ilustrado com a tentativa de uma aplicação conseqüente das doutrinas mercantilistas."

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1994. pp. 109-10.)

A expulsão dos jesuítas visava ao fim da autonomia dessa ordem religiosa frente à Coroa, um Estado dentro do Estado, como se dizia, subordinando a Igreja ao governo, além do confisco de suas imensas propriedades. Além disso, a ação dos jesuítas espanhóis contra as autoridades portuguesas no Sul do Brasil, por ocasião da assinatura do tratado de Madri (1750), levou à Guerra Guaranítica, mais um elemento que estimulou Pombal a expulsá-los do reino.

Inspirado nos preceitos anticlericais iluministas, procura racionalizar o sistema educacional do reino, em mãos dos religiosos inacianos desde a instalação da ordem em Portugal. Como todo o ensino colonial dependia da Companhia de Jesus, sua expulsão criou um vácuo educacional, levando Pombal a criar o **subsídio literário**, imposto para custear a educação assumida pelo Estado metropolitano – as aulas régias.

Ao contrário da Espanha, que fundara na América, já no século XVI, várias universidades (São Domingos, São Marcos e Cidade do México), Portugal limitara o acesso dos colonos à cultura acadêmica, temendo que uma melhor capacitação desses indivíduos ameaçasse sua dominação. A expulsão dos jesuítas gerava um problema de difícil resolução, registrando-se apenas nessa época o aparecimento de alguns clubes de intelectuais em grandes cidades como Rio de Janeiro e Salvador, onde se discutiam e assimilavam os ideais filosóficos, sociais e políticos da Ilustração.

Acreditando na importância de se integrar os índios ao domínio luso, para consolidar as fronteiras brasileiras, Pombal determinou ainda a extinção da escravidão indígena em 1757, transformando algumas de suas aldeias em vilas, especialmente na Amazônia, visando incorporar esses territórios à administração portuguesa. Nessa região, porém, a expulsão dos jesuítas trouxe mais dificuldades do que integração ao domínio metropolitano. Com esse mesmo objetivo, o ministro de D. José I procurou estimular os casamentos entre colonos e índios.

O marquês determinou a supressão da distinção entre "cristãos-velhos" e "cristãos-novos" (descendentes de judeus), objetivando favorecer a integração destes últimos no reino, dada a sua sempre importante atuação econômica e social tanto em Portugal como no Brasil. Pombal tentou tam-

bém fomentar a produção manufatureira, especialmente em Portugal, sem grande sucesso, é bom lembrar, e combateu duramente o contrabando colonial.

Entre as inúmeras dificuldades que teve de enfrentar durante seu governo, deve-se registrar o grande terremoto de 1755, que destruiu parte da cidade de Lisboa, e o declínio da produção de ouro no Brasil. A Coroa viu-se obrigada a ampliar os gastos para reconstruir a capital do reino, ao mesmo tempo em que diminuía o ingresso de recursos.

Para a reconstrução de Lisboa, Pombal recorreu ao aumento dos tributos. Com o objetivo de ampliar as rendas do tesouro, estabeleceu mono-



O terremoto de 1755 devastou a cidade de Lisboa e causou grande penúria econômica à população.

pólios, como a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, protegendo e estimulando a produção vinícola da região do Porto, cujo vinho era muito apreciado no restante da Europa e, por isso, tratava-se de um importante gênero de exportação, e a Companhia de Pescas da Baileia, em 1756.

Na colônia, Pombal extinguiu definitivamente as capitanias hereditárias, comprando e confiscando os territórios dos poucos donatários ainda existentes, incorporando-os aos domínios das capitanias da Coroa. Também criou a **Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão** (1755-1778) e a **Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba** (1759-1779). Procurava assim controlar o comércio colonial e aumentar as rendas da Coroa.

Em termos administrativos, criou cargos e órgãos, visando à racionalização burocrática, e transferiu a capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, a fim de fiscalizar com rigor a exportação de ouro. Foi ainda Pombal quem aumentou e zelou pela cobrança dos impostos devidos à metrópole, efetivando a primeira derrama (1762-1763); pouco depois, estabeleceu o controle real sobre a exploração de diamantes.

Após a morte do rei D. José I, Pombal deixou o ministério e seus opositores assumiram o governo, anulando muitas de suas realizações. Logo foram extintas as companhias de comércio e publicado o Alvará de 1785, que proibia a instalação e funcionamento de manufaturas na colônia. As poucas existentes foram fechadas e a população viu-se novamente obrigada a recorrer às caras manufaturas importadas.

Tais mudanças foram implantadas pela rainha D. Maria I (1777-1816), conhecida como a Viradeira ou a Louca. Em seu governo, arrojaram-se significativamente as restrições metropolitanas, ao mesmo tempo em que se aproveitava dos maiores recursos advindos do reerguimento da agricultura colonial do final do século XVIII.

O chamado renascimento agrícola, que se seguiu à crise da mineração, contou com uma conjuntura internacional bastante favorável, destacando-se a Revolução Industrial inglesa, que ampliou a procura por alguns produtos coloniais, a exemplo do algodão e do tabaco.

D. Maria I, a Viradeira, extinguiu as empresas pombalinas e reforçou o aperto colonizador, aprovando uma derrama impopular que ativou os projetos dos inconfindentes de Minas Gerais.



Leandro de Carvalho, D. Maria I, rainha de Portugal, M.H.N.

Quanto ao algodão, devido ao desenvolvimento da indústria têxtil européia e a guerra de independência dos Estados Unidos, tradicional fornecedor do produto para as fábricas da Europa, observou-se um grande crescimento na produção em várias regiões brasileiras, destacando-se o Maranhão. Já o fumo teve seu consumo ampliado graças à expansão do hábito tabagista na Europa. No Brasil, a principal região produtora do tabaco foi o Recôncavo Baiano.

Também o açúcar, sempre liderando as exportações da colônia, contou com considerável valorização no final do século XVIII devido às insurreições de escravos ocorridas nas Antilhas a partir de 1791, quando se iniciou a luta pela independência do Haiti. A interrupção da produção e oferta do açúcar antilhano favoreceu a produção brasileira, sobressaindo as áreas produtoras da Bahia e Pernambuco.

As revoltas coloniais

A partir do século XVII, surgiram no Brasil os primeiros movimentos de contestação ao domínio e aos abusos da metrópole sobre a colônia. Os primeiros não chegaram a reivindicar a independência nacional: tratava-se de manifestações contra medidas isoladas e contrárias aos interesses dos colonos de uma ou outra região brasileira. Tais movimentos, porém, serviram para mostrar a existência de interesses de uma população já enraizada no Brasil e receberam o nome de **rebeliões nativistas**.

Nas últimas décadas do século XVIII, ocorreram, no entanto, **rebeliões separatistas**, movimentos com típico caráter de libertação nacional, como a Inconfidência Mineira, em 1789, a Inconfidência Baiana, em 1798, e a Insurreição Pernambucana, em 1817. O caráter separatista desses movimentos, inspirados pelos ideais de libertação presentes na filosofia iluminista, inseria-se no contexto das transformações ocorridas na “era das revoluções”, cujo maior exemplo para o Brasil e outras colônias ibero-americanas foi a independência dos Estados Unidos (1776).



Vale ressaltar, entretanto, que, considerando-se todo o conjunto da população, as rebeliões coloniais no Brasil foram setoriais e não revelavam indícios de uma tomada de consciência verdadeiramente nacional. Não reivindicavam a abolição da escravidão e, com isso, a integração da população cativa ao quadro nacional, nem tampouco almejavam profundas alterações na estrutura socioeconômica sedimentada ao longo do período colonial.

As rebeliões nativistas

Vamos apresentar inicialmente as principais rebeliões nativistas, aquelas que foram motivadas principalmente pelo descontentamento de parcelas regionais da população colonial contra determinadas medidas da metrópole consideradas prejudiciais aos seus interesses.

A Revolta de Beckman (Maranhão, 1684)

No século XVII, o Maranhão era uma região pobre, vivendo principalmente da exploração das “drogas do sertão” e da pequena lavoura com mão-de-obra indígena, mais barata que a africana, empregada sobretudo nos engenhos da Bahia e Pernambuco. O uso dos nativos como escravos desencadeou a forte oposição dos jesuítas da região, que também utilizavam os índios para manter suas propriedades.

Devido aos constantes atritos entre colonos e religiosos, a metrópole criou, em 1682, a Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, detentora do monopólio do comércio da região pelo prazo de vinte anos. Com isso, Portugal procurava incentivar a colonização da região e o trabalho dos colonos. Sua função seria vender produtos europeus aos habitantes do Maranhão, como bacalhau, azeite, vinho, tecidos, farinha de trigo, e deles comprar o que produziam, como algodão, açúcar, madeira e as “drogas do sertão”. A companhia também se responsabilizava por fornecer à região 500 escravos por ano, num total de 10 mil ao longo dos vinte anos, para resolver o problema de mão-de-obra.

Por usufruir da exclusividade comercial, porém, a companhia vendia seus produtos a preços muito elevados e oferecia muito pouco pelos artigos adquiridos aos colonos, além de não cumprir o acordo de fornecimento de escravos. Assim sendo, o descontentamento da população local não só não diminuiu como se ampliou, levando os colonos à revolta.

“Não resta outra coisa senão cada um defender-se por si mesmo; duas coisas são necessárias: a revogação do monopólio e a expulsão dos jesuítas, a fim de se recuperar a mão livre no que diz respeito ao comércio e aos índios; depois haverá tempo de mandar ao rei representantes oboitos a obter a sanção dele.”

Manuel Beckman

Sob o comando do fazendeiro **Manuel Beckman**, os revoltosos ocuparam a cidade de São Luís, de onde expulsaram os representantes da companhia e os jesuítas que se opunham à escravização indígena, governando o Maranhão por quase um ano.

Contra o monopólio da companhia de comércio e contra os jesuítas, Beckman levantou os colonos maranhenses.



Antônio Parreiras, Beckman no sertão do Alto Mearim.

O irmão de Manuel, Tomás Beckman, dirigiu-se como emissário a Lisboa, para afirmar a fidelidade ao rei e reforçar acusações contra a companhia pelo descumprimento do contrato e várias outras irregularidades.

Contudo, a reação metropolitana foi violenta: um novo governador, Gomes Freire de Andrade, foi nomeado e enviado para o Maranhão, bem como tropas para combater os revoltosos. O movimento foi vencido e seus principais líderes, Manuel Beckman e Jorge Sampaio, foram enforcados. Os colonos, entretanto, conseguiram extinguir a companhia, em 1685, depois de confirmadas as queixas dos revoltosos.

A Guerra dos Emboabas (Minas Gerais, 1708-09)

A descoberta de ouro em Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, em finais do século XVII, atraiu para a região milhares de colonos de outras províncias, além de um grande número de europeus. Julgando-se com direito exclusivo de exploração das minas, os paulistas hostilizavam os forasteiros, que apelidaram de **emboabas** (em tupi, *amô-abá* significa 'estranheiro').

Sob a liderança de Manuel Nunes Viana, alcunhado de "governador das minas", os emboabas enfrentaram os paulistas em vários combates. O mais marcante deles ocorreu no chamado Capão da Traição, no qual 300 paulistas foram cercados pelos emboabas. Diante da promessa de que ninguém seria morto, os paulistas se renderam e entregaram as armas. O comandante dos emboabas, Bento de Amaral Coutinho, entretanto, ordenou o ataque e massacrrou os inimigos.

Em 1709 o governo português interveio e, a fim de pacificar e melhor administrar a região, separou a capitania de São Paulo e Minas Gerais da capitania do Rio de Janeiro. Pouco depois, os bandeirantes paulistas partiram em busca de ouro em Goiás e Mato Grosso, abandonando a região das Minas Gerais.

Além disso, alguns deles, enriquecidos com a exploração de ouro, retornaram a São Paulo, onde estabeleceram unidades de produção de gêneros de abastecimento para as minas, integrando, dessa forma, a economia paulista à mineira.

A Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710-11)

Desde a expulsão dos holandeses do Nordeste e a conseqüente decadência da economia açucareira, a aristocracia rural da vila de Olinda, em Pernambuco, enfrentava dificuldades econômicas. Continuava, no entanto, controlando a vida política da capitania, através de sua Câmara Municipal, à qual estava submetido o povoado de Recife.

Enquanto Olinda decaía economicamente, Recife prosperava graças ao intenso comércio exercido pelos portugueses, apelidados de **mascates**. Além dos grandes lucros obtidos com a venda de mercadorias, os comerciantes passaram a emprestar dinheiro aos olindenses a juros altos. Assim, Recife se transformava no principal centro econômico de Pernambuco, enquanto Olinda mantinha o predomínio político.

Em 1709, os comerciantes de Recife conseguiram da Coroa sua emancipação, deixando de ser um simples povoado e obtendo o estatuto de vila independente, com condições de vir a ser o centro político de Pernambuco. Os olindenses, então, sentindo-se prejudicados, invadiram Recife, iniciando a Guerra dos Mascates.

Os conflitos terminaram no ano seguinte, quando Portugal nomeou

Félix José Machado governador de Pernambuco. Este prendeu os principais envolvidos no conflito e manteve a autonomia de Recife. No ano seguinte, todos os revoltosos foram anistiados e Recife passou a ser a sede administrativa de Pernambuco.



Capitania de Pernambuco: palco da luta contra os holandeses e da Guerra dos Mascates.

A Revolta de Filipe dos Santos (Vila Rica, Minas Gerais, 1720)

A Revolta de Filipe dos Santos, ou de Vila Rica, ocorreu como consequência dos crescentes tributos aplicados por Portugal em Minas Gerais.

A rebelião começou quando o governo português proibiu a circulação de ouro em pó, exigindo que todo o ouro extraído fosse entregue às casas de fundição, onde seria transformado em barras e quintado. Mais de 2 mil mineradores se rebelaram contra a medida e dirigiram-se ao governador, o **conde de Assumar**. Este, porém, não contava com soldados suficientes para fazer frente aos manifestantes e, estrategicamente, prometeu atender-lhes as exigências, que incluíam a não-instalação das casas de fundição e o fim de vários tributos sobre o comércio local.

Mas, assim que o governador conseguiu reunir tropas suficientes – os Dragões da Cavalaria – para conter os manifestantes, lançou-as contra os revoltosos de Vila Rica, prendendo vários deles e queimando diversas casas.

O português **Filipe dos Santos**, um dos líderes mais pobres da revolta, foi condenado à morte, enforcado e esquartejado como exemplo para evitar outras rebeliões. Ao mesmo tempo, garantindo a vitória metropolitana, foram mantidas as casas de fundição e, para melhor controlar a região mineradora, Minas Gerais foi separada da capitania de São Paulo.

As rebeliões separatistas

As rebeliões separatistas foram as primeiras a revelar claramente a intenção dos participantes em lutar pela emancipação do Brasil em relação a Portugal e mostraram-se possuidoras de alguma consciência nacional, além de certa organização política e até militar. A Inconfidência Mineira, a Conjuração dos Alfaiates e a Insurreição Pernambucana não se limitaram a contestar determinados aspectos da dominação colonial (impostos, abusos), mas questionavam o próprio pacto colonial, a dependência e sujeição da colônia à metrópole. Buscavam, enfim, a independência política diante de Portugal, apesar de circunscritas às regiões em que aconteceram, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Os revoltosos sofreram forte influência dos acontecimentos históricos do período, como a independência dos Estados Unidos, em 1776, e o início da Revolução Francesa, em 1789. Esses fatos propagaram ideais de liberdade e foram exemplos de lutas vitoriosas contra a dominação e exploração, como acontecia com o regime colonial brasileiro. As rebeliões separatistas, seja pelo movimento em si e seus resultados, seja pela projeção simbólica que acabaram adquirindo, disseminaram o sentimento de nacionalidade entre vários setores brasileiros.

A Inconfidência Mineira (1789)

Esse movimento separatista ocorreu, em parte, devido aos pesados tributos cobrados por Portugal em Minas Gerais, cujo pagamento tornou-se quase impossível com a decadência da produção mineradora na segunda metade do século XVIII. Nessa época, a região aurífera já não conseguia, com a arrecadação do quinto, alcançar as 100 arrobas exigidas anualmente pela Coroa. Dessa forma, a dívida com a metrópole ampliava-se consideravelmente. O governo português, julgando que os mineiros estivessem sonhando os impostos devidos, lançava mão da derrama para obter o montante estipulado, forçando a população mineira a entregar, sob violência, parte dos seus bens para pagar a dívida.

O descontentamento dos colonos crescia na mesma medida em que se arrochava a tributação e ocorriam atos de violência dos soldados portugueses. Além disso, as autoridades portuguesas controlavam a divulgação de idéias, proibindo a impressão de jornais e livros na colônia, e os altos cargos administrativos eram ocupados só por lusitanos.

A tal quadro explosivo, deve ser adicionada a cobrança de elevados preços pelos produtos importados, como tecidos, calçados, ferramentas, sabão e outros manufaturados, proibidos de ser produzidos na colônia pelo Alvará de 1785.

Diante dessa situação, um grupo de colonos passou a se reunir secretamente em Vila Rica, conspirando contra o governo português e preparando a revolta. A maioria dos participantes dessas reuniões era pessoas da alta sociedade mineira. Alguns deles estudaram na Europa, destacando-se os nomes de José Joaquim Maia, que estabeleceu contato com Thomas Jefferson quando este ocupava o cargo de embaixador dos Estados Unidos na França, e José Álvares Maciel, que buscou apoio de comerciantes ingleses à rebelião. Apesar dos contatos e assimilação das idéias revolucionárias iluministas, os membros da elite mineira não conseguiram apoio efetivo em favor da conspiração, exceto manifestações de simpatia.

No início de 1789, a cidade de Vila Rica devia mais de 5 mil quilos de ouro à Coroa e estava na expectativa da decretação de uma nova derrama. Assim, os conspiradores decidiram intensificar suas reuniões e acelerar a eclosão da revolta. Entre os mais ativos, destacam-se os poetas **Cláudio Manuel da Costa**, **Inácio José de Alvarenga Peixoto** e **Tomás Antônio Gonzaga**, os padres **José de Oliveira Rolim**, **Carlos Correia de Toledo e Melo** e **Manuel Rodrigues da Costa**, o tenente-coronel **Francisco de Paula Freire Andrade**, os coronéis **Domingos de Abreu** e **Joaquim Silvério dos Reis** e o alferes **Joaquim José da Silva Xavier**, conhecido como **Tiradentes**. Este atuou como divulgador do movimento junto ao povo e foi um dos poucos participantes de origem modesta: fora tropeiro, comerciante, dentista-prático e militar.

Entre os objetivos estabelecidos pelos rebeldes estavam a adoção do sistema republicano de governo, tomando a Constituição dos Estados Unidos como modelo, a transformação de São João del Rei na capital do novo país, a obrigatoriedade do serviço militar e o apoio à industrialização. Adotariam para a nova nação uma bandeira branca tendo ao centro um triângulo verde com os dizeres: *Libertas quae sera tamen*, que, em latim, significa "Liberdade ainda que tardia". Quanto à escravidão nada ficou definido, pois poucos inconfidentes manifestaram-se favoravelmente à sua extinção, já que a maioria deles possuía terras e muitos escravos.



O mais popular líder da Inconfidência Mineira, Tiradentes, morreu enforcado; seu corpo foi esquartejado e os pedaços foram espalhados por várias cidades.

Os líderes do movimento também decidiram que o início da revolta ocorreria assim que a derrama começasse a ser aplicada pelo novo governador da região, o visconde de Barbacena, e esperavam poder prendê-lo, contando com o apoio de uma população revoltada. Ainda segundo o plano, Tiradentes iria ao Rio de Janeiro para divulgar o movimento e obter apoio, armas e munições.

Apesar dos preparativos, a rebelião em Vila Rica não chegou a acontecer, porque foi denunciada por alguns de seus participantes que, em troca do perdão de suas dívidas pessoais, traíram o movimento. Os traidores, com destaque para o tenente-coronel Joaquim Silvério dos Reis, entregaram ao governador o plano da revolta com o nome de todos os participantes.

O visconde de Barbacena suspendeu a derrama e deu início à prisão dos conspiradores, frustrando a revolta. Presos, os revoltosos aguardaram durante três anos o julgamento. Cláudio Manuel da Costa, segundo a versão oficial, enforcou-se na prisão antes do julgamento. Acredita-se que tenha sido assassinado por seus carcereiros.

Os demais líderes, mesmo negando a participação na conspiração, foram condenados ao desterro, sendo enviados às colônias portuguesas na África. Apenas Tiradentes, que assumiu integralmente a responsabilidade pela conspiração, foi condenado à morte, sendo enforcado em 21 de abril de 1792, no Campo de São Domingos, no Rio de Janeiro. Seu corpo foi esquartejado e os pedaços distribuídos pelas cidades onde estivera buscando apoio. Sua cabeça foi exposta publicamente em Vila Rica a fim de intimidar possíveis conspiradores e evitar novas rebeliões.

"Segundo uma testemunha, '... então se viu representada a scena mais tragica e comica, que se pôde imaginar. Mutuamente pedirão perdão e o derão; porém cada um fazia por imputar a sua ultima infelicidade ao excessivo depoimento do outro. Como tinham estado, ha tres annos incommunicados, era n'elles mais violento o desejo de fallar...' Depois de quatro horas de recriminações reciprocas os presos foram postos sob pesadas correntes ligadas às janelas da sala. Então, dramaticamente como fora planejada, a leitura da carta de clemência da rainha transformou a situação. Todas as sentenças, salvo a do alferes Silva Xavier, foram comutadas em banimento. O espetáculo estava quase no fim. Na manhã de 21 de abril de 1792, Tiradentes, escoltado pela cavalaria do vice-rei, foi conduzido a um grande patíbulo nas cercanias da cidade. Às 11 horas, sob o rigor do sol, com os regimentos formados em triângulo, depois de discursos e aclamações 'à nossa augusta, pia e fidelissima Rainha', o bode expiatório foi sacrificado."

(MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 221-2.)

É preciso registrar que a Inconfidência Mineira só ganhou importância e dimensão de maior revolta colonial brasileira muito tempo depois, durante o século XX. Isso se deu porque, no século passado, o Brasil era

ainda governado por descendentes diretos de D. Maria I, D. Pedro I e, depois, D. Pedro II. Foi só no período republicano que, enfatizando uma posição contrária aos ex-monarcas e ao regime imperial, exaltaram-se as lideranças da Inconfidência, especialmente a de Tiradentes, transformado em herói e mártir republicano.

A Inconfidência Baiana (1798)

A Inconfidência Baiana, dentre as rebeliões coloniais, foi a que manifestou um caráter nitidamente popular. Dela tomaram parte padres, médicos, advogados, mas sobretudo pessoas do povo, como sapateiros, escravos, ex-escravos, soldados e vários alfaiates, motivo pelo qual ficou também conhecida como **Conjuração dos Alfaiates**.

"Retomar o estudo da sedição de 1798 é tarefa mais difícil do que se imagina. Sobre a mesma base documental conhecida e publicada, as 'Auto da Devassa do Levantamento e Sedição Intentados na Bahia em 1798', vários escritos históricos se produziram buscando responder aos requisitos mais diversos. O regionalismo baiano fez dos Alfaiates um dos seus avatares, visando demonstrar a maior contribuição baiana, mais social e mais popular do que a mineira, para a formação do Brasil independente. Ai também buscou-se a manifestação sul-americana da Revolução Francesa, que, segundo alguns autores, viajou mundo afora. Outras daí extrairam o esboço de um proto-proletariado brasileiro, já precocemente socialista. Hoje grupos culturais como o Olodum recuperam o caráter étnico da sedição de 1798, chamando-a inclusive pelo seu nome mais popular: Revolta dos Búzios."

(ARAUJO, Ubiratan C. "A Inconfidência Baiana". In *Folha de S. Paulo, Caderno de Resenhas*, 9/8/1996, p. 6.)

As origens da revolta devem ser buscadas na transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, que acarretou dificuldades econômicas para a cidade de Salvador. Nela vivia uma população miserável, sobrecarregada de tributos, que contestava com freqüência a exploração metropolitana. Este clima de descontentamento estimulou a propagação dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que varriam a Europa e a América, favorecidos pelo sucesso da independência dos Estados Unidos (1776), pelas realizações da Revolução Francesa, de 1789, e pela rebelião de escravos das Antilhas, ocorrida a partir de 1791, que culminou na independência do Haiti em 1793.

Esses ideais chegavam à Bahia por intermédio dos intelectuais e profissionais liberais e empolgavam a população de Salvador, ocasionando encontros secretos em que se discutiam os princípios revolucionários e se preparava uma conspiração contra as autoridades lusas. Nesse quadro, sobressaiu a atuação revolucionária da organização secreta Cavaleiros da Luz, sediada na casa do farmacêutico Figueiredo Melo.

Participaram da preparação do movimento tanto membros da elite baiana, como indivíduos representando as camadas pobres da população de Salvador – mulatos livres e até mesmo alguns escravos. Os objetivos de segmentos tão distantes da sociedade colonial brasileira coincidiam no que se refere ao desejo de autonomia do Brasil, mas divergiam quanto às mudanças da estrutura interna. Tanto que, quando as camadas populares passaram a enfatizar a luta contra os privilégios senhoriais e contra a escravidão, vários membros da elite local retiraram-se do movimento.

O tom popular da revolta foi dado pelos diversos motins que envolveram soldados e pessoas simples das ruas de Salvador, incluindo saques a armazéns e propriedades. Além disso, panfletos contendo idéias e propostas radicais foram afixados nas esquinas e muros de igrejas da cidade.

Entre os principais líderes da revolta estavam os alfaiates **João de Deus** e **Manuel Faustino dos Santos Lira**, os soldados **Lucas Dantas de Amorim Torres**, **Luís Gonzaga das Virgens** e **Romão Pinheiro**, o padre **Francisco Gomes**, o farmacêutico **João Ladislau de Figueiredo**, o professor **Francisco Barreto** e o médico **Cipriano Barata**.



Gravura de época.

Muitos dos ricos que aderiram à Conjuração Baiana retiraram seu apoio diante do avanço das propostas mais populares. Na gravura, Salvador na época da revolta.

Os conspiradores pregavam a proclamação de um governo republicano, democrático e livre de Portugal, a liberdade de comércio, o aumento dos salários dos soldados e boa parte deles defendia também o fim da escravidão e do preconceito contra os negros e mulatos.

No dia 12 de agosto de 1798, os rebeldes espalharam cartazes pela cidade proclamando o início da rebelião, ao mesmo tempo que o então governador de Pernambuco, D. Fernando José de Portugal, iniciava a repressão contra o movimento. A revolta acabou sendo denunciada às autoridades portuguesas por alguns traidores, que apontaram, inclusive, seus líderes, permitindo ao governador prender os cabeças do movimento. Foram presos dezenas de envolvidos, a maioria pessoas modestas, incluindo nove escravos. A revolta acabou sendo desarticulada por completo.

Depois de mais de um ano de prisões, interrogatórios e depoimentos foram definidas as sentenças dos envolvidos. Aos mais pobres couberam as penas mais duras: João de Deus Nascimento, Manuel Faustino, Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens foram enforcados e esquartejados, e as partes

de seus corpos, espalhadas pela cidade de Salvador. Vários condenados receberam castigos corporais. As penas mais leves foram reservadas aos membros da elite baiana e alguns deles acabaram sendo inocentados; outros, porém, foram presos e degredados.

A Revolução Pernambucana (1817)

As dificuldades econômicas do Nordeste e os pesados impostos cobrados pelas autoridades portuguesas à população da colônia, somados às idéias de liberdade e independência que circulavam na Europa e na América, ocasionaram, em 1817, na capitania de Pernambuco, uma nova rebelião colonial.

Diversas vezes, a região havia passado por momentos de confrontação entre interesses locais e externos, a exemplo da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e a Guerra dos Mascates entre Olinda e Recife, de 1710 a 1711. Os pernambucanos revoltavam-se agora contra o aumento dos tributos determinados pelo príncipe-regente, D. João, que, com a corte portuguesa, refugiara-se dos franceses, transferindo-se para o Brasil em 1808.

A transferência da sede da monarquia lusa para o Rio de Janeiro promoveu o aumento dos gastos para custear as crescentes despesas da corte e, conseqüentemente, a elevação dos tributos devidos ao governo português. Isso gerou descontentamento entre os colonos, que, no início do século XIX, enfrentavam difícil situação financeira, pois vendiam produtos cujos preços estavam em baixa no mercado mundial (como o algodão e o açúcar, por exemplo). Diante disso, grupos populares e de classe média, entre os quais muitos padres, militares, comerciantes e intelectuais, organizaram-se para libertar o Brasil do domínio português e instalar um regime republicano em Recife.

Entre os revoltosos, destacaram-se o comerciante **Domingos José Martins** e os padres **João Ribeiro** e **Miguel Joaquim de Almeida e Castro**, conhecido como padre Miguelinho, que derrubaram o governador e implantaram um novo governo, decretando a extinção de impostos, a liberdade de imprensa e de religião e a igualdade entre os cidadãos. Chegaram a buscar, sem sucesso, apoio e reconhecimento dos Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, ao mesmo tempo que conquistaram a adesão de revoltosos em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A Lei Orgânica, publicada pelo governo republicano como se fosse esboço de constituição, destacava a igualdade de direitos e também a garantia de propriedade privada, inclusive de escravos, o que tranqüilizava a elite local, mas descontentava alguns de seus líderes mais radicais que defendiam o fim da escravidão.

"De fato, os limites da camada que se propunha dirigente se definiam mais claramente no mundo do trabalho. E, nesse nível, o elemento dominante era composto pela escravaria, a qual se encontrava especialmente inquieta na segunda década do Dezenove. Não deve o observador iludir-se, entretanto, procurando situar a raiz dos conflitos apenas nos segmentos em que se encontrava a mão-de-obra escrava: de outros setores também provinham contestações à ordem estabelecida e, desde logo, pode-se incluir parcela da população livre, composta de mulatos, pretos forros, índios e até mesmo militares de baixa extração..."

(MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 143.)

Contudo, as divergências internas ao movimento e, especialmente, a violenta repressão portuguesa reforçada por tropas vindas da Bahia e do Rio de Janeiro levaram a república nordestina à derrota. Seus participantes foram presos e alguns, mortos em execuções sumárias.



Antonio Parreiras. Os mártires de 1817. Museu Antonio Parreiras, Natal.

A Revolução Pernambucana foi uma das últimas rebeliões antes da independência. Na figura, execução do padre Miguelinho e outros implicados.

O movimento, que começara em 6 de março de 1817, acabou vencido em 19 de maio do mesmo ano. A ele seguiu-se a devassa que investigou o plano e determinou a execução dos líderes, como o padre Miguelinho, e a prisão de mais de duas centenas de implicados, que só foram soltos graças ao indulto das Cortes de Lisboa de 1821. O fracasso da Insurreição Pernambucana, de 1817, no entanto, deixou profundas raízes na sociedade de Pernambuco, que, poucos anos depois, revoltou-se novamente durante a rebelião de 1824.

Apesar da derrota das rebeliões coloniais, tornava-se cada dia mais evidente que a definitiva separação entre Brasil e Portugal não tardaria. As insatisfações, motivadas pela exploração e opressão da metrópole, apontavam para a impossibilidade de se sustentar o sistema colonial no Brasil. A resistência colonial prendia-se ao sentido parasitário e inviabilizador de qualquer desenvolvimento interno da exploração lusa. Fortaleciam-se os interesses comuns entre setores coloniais e as grandes potências capitalistas industriais, exigindo uma economia livre do controle mercantilista.

O fim do pacto colonial

O período compreendido entre o fim do século XVIII e o início do século XIX ficou conhecido como a “era das revoluções” devido às grandes transformações históricas ocorridas em todo o mundo. No âmbito econômico, o capitalismo alcançou sua maturidade com a Revolução Industrial, enquanto na vida política a classe burguesa derrubava as últimas barreiras feudais ao seu desenvolvimento, assumindo o controle do governo, como aconteceu com a independência dos Estados Unidos e com a Revolução Francesa.

A independência brasileira, seja por servir-se dos ideais e das transformações do período, seja por produzir uma completa integração do Brasil aos principais centros econômicos do desenvolvimento capitalista, livre do controle parasitário metropolitano, mostrou-se plenamente relacionada com a “era das revoluções”. Em especial, com os desdobramentos da Revolução Francesa e com as guerras napoleônicas, que acabaram envolvendo diretamente Portugal e obrigaram a transferência da família real para o Brasil, o que serviu para acelerar o processo de nossa independência.

As guerras napoleônicas e a vinda da família real portuguesa para o Brasil

Enquanto a Revolução de 1789 seguia seu curso, com a derrubada do absolutismo e do Antigo Regime (o rei da França, Luís XVI, fora guilhotinado em 1793), vários países europeus de tendência absolutista declararam guerra à França, tentando combater o seu perigoso exemplo.

Em meio a essas guerras, despontou a competência militar e política de **Napoleão Bonaparte**, que, aproveitando-se das dificuldades internas e do continuado ataque internacional, assumiu o governo francês com um golpe de estado, em 1799.



J. L. David, Retrato equestre de Bonaparte no Monte Salin Bernard, 1801.

O período de governo de Napoleão Bonaparte irradiou as transformações revolucionárias francesas para toda a Europa.

Após tomar o poder em seu país, Napoleão foi vencendo a maioria dos inimigos, fazendo da França uma potência no continente europeu. Tal posição esbarrava na Inglaterra, maior centro capitalista e industrial do período, e, para superá-la, Napoleão buscou a confrontação direta. No entanto, acabou derrotado na batalha de Trafalgar, o que tornou evidente a superioridade naval inglesa.

Aproveitando-se do domínio sobre quase todos os países da Europa continental, Napoleão buscou, então, um outro meio de derrotar a Inglaterra, decretando em 1806 o **Bloqueio Continental**. Pelo decreto ficava proibido o comércio entre os países da Europa sob seu domínio e a Inglaterra. Com isso, a França buscava arruinar a poderosa economia inglesa, primeiro passo para uma posterior vitória de Bonaparte no âmbito militar.

Devido à dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra, o príncipe-regente, D. João, substituto de sua mãe, D. Maria I, afastada do trono por demência desde 1792, não acatou de imediato a imposição do Bloqueio Continental. Enquanto cresciam as pressões francesas, o embaixador inglês em Lisboa, Lord Strangford, forçava D. João a assinar uma **convenção secreta**, acordo que definia a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, a integração da marinha lusa à inglesa e facilidades comerciais inglesas no Brasil, entre outros acertos, em troca da proteção fornecida pelos britânicos contra os franceses.

Diante da hesitação do regente português, Napoleão assinou com a Espanha, sua aliada, em 1807, o **Acordo de Fontainebleau**, que determinava a invasão de Portugal por tropas franco-espanholas, a derrubada do governo de Bragança e o desmembramento do reino e suas colônias.

Em novembro de 1807, os franceses, sob o comando do general Junot, invadiram Portugal. A família real e cerca de 15 mil pessoas, entre nobres e demais funcionários, abandonaram em pânico o país, carregando o que conseguiam, num típico salve-se-quem-puder.

"O Marechal Junot, da Infantaria francesa, entrou em Lisboa junto com a chuva. Uma chuva fina, matinal, que agulhava os ossos. A corte tinha de fugir, conforme o combinado com a Inglaterra.

Os fujões quiseram raspar até a prata dos altares. Em suas arcas, atocharam pra mais de 80 milhões de cruzadas, em ouro e diamantes. (Curiosa ironia: migalhas da riqueza iam de volta, agora, para o Brasil...)

O caos de Belém lembrava uma feira, mas feira do inferno. Lacaíões se entrococavam e mordiam. Marujos ingleses berravam palavrões cabeludos por sobre as cabeças das senhoras. A um simples estouro de cavalos, centenas de parvulhos jogaram-se no mar. A quem assistisse – 15 mil nobres embarcando em 36 navios – o espetáculo podia ser divertido, jamais bonito.

E D. João? Corria que já embarcara. Mas quando? Perguntava a turba com raiva, contida pela fileira de soldados. 'Foi aquela criada grandona, andar de pata choca, não viram?' O covarde distarcara-se. Agora é a vez da rainha-mãe. Arranca da aos muros, a demente sorve aflitivamente o ar das ruas: há 16 anos não a tiram da cama. (No seu cativeiro, D. Maria só recebia a visita de Napoleão, sob a forma de mil demônios. O corso imundo fazia carata por baixo do tapete, pendurado no teto...)

Achavam que a coitada não percebia nada. A chuva, contudo, acordou-lhe a razão. Começou a berrar.

— Não corram tanto! Acreditarão que estamos fugindo. Por que fugir sem ter combatido?"

(SANTOS, Joel Rufino dos. *História do Brasil*. São Paulo, Marco Editorial, 1979. p. 77.)

Brasil, sede da monarquia portuguesa (1808-21)

A fuga da família real de Portugal transformou o Brasil na sede político-administrativa do Império luso, permanecendo Lisboa tomada pelos franceses. Tinha início a luta da população portuguesa, que, graças ao apoio inglês, venceu diversas vezes as tropas invasoras napoleônicas, impossibilitando sua efetiva vitória e ocupação integral do território luso.

A frota que trazia a família real portuguesa aportou em Salvador a 22 de janeiro de 1808, seguindo depois para o Rio de Janeiro. Ainda em Salvador, dias depois de sua chegada, D. João decretou a **abertura dos portos às nações amigas**, liberando a importação de quaisquer produtos vindos de países que mantivessem relações amigáveis com Portugal. Na prática, tal medida beneficiava exclusivamente a Inglaterra, mas significava para a colônia o fim do "exclusivo colonial" português no Brasil. Atendiam-se, dessa forma, os interesses imediatos da burguesia industrial inglesa de comercializar diretamente com o Brasil.



J. B. Debret. Retrato de D. João VI (óleo), MF.

D. João pôs fim ao pacto colonial, vinculando o Brasil diretamente à Inglaterra.

Ainda em 1808, D. João também revogou a proibição, imposta em 1785, de se instalarem indústrias no Brasil. Tal medida, no entanto, não foi suficiente para promover um surto manufatureiro na colônia dada a impossibilidade de nossos produtos concorrerem com a poderosa e capacitada indústria inglesa, que abastecia o mercado brasileiro com abundância de produtos a baixos preços.

Em seguida, ampliando ainda mais seu predomínio econômico sobre o Brasil, a Inglaterra obrigou Portugal a assinar os **tratados de 1810**, entre os quais se destacaram o **tratado de Comércio e Navegação** e o **tratado de Aliança e Amizade**. Esses acordos garantiam à Inglaterra privilégios na venda de seus produtos ao Brasil, que pagavam 15% de imposto de importação, enquanto as mercadorias portuguesas pagariam 16% e as dos demais países, 24%. Os ingleses superavam os próprios portugueses nos privilégios comerciais sobre o Brasil.

Além de vantagens econômicas, os ingleses conseguiram outros benefícios na relação com o Brasil, como, por exemplo, o de que qualquer inglês que infringisse a lei dentro do Império português seria julgado por leis e juízes ingleses. Estabeleceram ainda os tratados de liberdade de culto protestante para cidadãos ingleses, até então proibido. Na prática, a Inglaterra conseguia subordinar o governo português aos seus interesses, na medida em que este dependia da proteção britânica diante da ameaça francesa de Napoleão.

D. João transformou o Rio de Janeiro na capital do Império luso e quis dar à cidade um ar europeu, digno da sede de uma monarquia. Para isso, criou órgãos públicos, como **ministérios e tribunais**, e fundou a **Casa da Moeda** e o **Banco do Brasil**. Também buscou estimular a produção artística, científica e cultural através da criação do **Jardim Botânico**, das **escolas de medicina** da Bahia e do Rio de Janeiro, do **Teatro Real**, da **Imprensa Real**, da **Academia Real Militar**, da **Academia Real de Belas-Artes**, da **Biblioteca Real**, além de patrocinar a vinda de artistas europeus que retratassem a paisagem e os costumes brasileiros – a Missão Artística Francesa, cujo principal representante foi o pintor Jean-Baptiste Debret.

"A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio à público o primeiro jornal editado na colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. (...)

Se muita coisa mudou, não devemos exagerar o alcance das transformações. A presença da corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração. Um exemplo disso é a imprensa. O primeiro jornal brasileiro – A gazeta do Rio de Janeiro – tinha caráter quase oficial e estava sujeito, como todas as demais publicações, a uma comissão de censura encarregada de 'examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes'. O jornal brasileiro independente dessa época, que continha críticas à política portuguesa, era o Correio Braziliense de Hipólito José da Costa, editado em Londres entre 1808 e 1822."

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1994, p. 125-7.)



Vista da praça do Palácio, na cidade do Rio de Janeiro, durante a estada da corte portuguesa no Brasil.

Na política externa, D. João declarou guerra à França e conquistou, em 1809, a Guiana Francesa, a qual só foi devolvida em 1817, depois da derrota de Napoleão Bonaparte pelas forças europeias. D. João também se aproveitou das guerras pela independência da América Espanhola, iniciadas com o período napoleônico, e conquistou o Uruguai, transformando-o na Província Cisplatina, estendendo as fronteiras brasileiras até o rio da Prata. Somente em 1828 o Uruguai conseguiria a sua independência, separando-se do Brasil.

Em fevereiro de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de **Reino Unido de Portugal e Algarves**, deixando oficialmente de ser colônia, medida acertada no Congresso de Viena, reunião das potências que venceram Bonaparte. Com isso, buscou-se restabelecer o equilíbrio de forças na Europa e legitimar a permanência de D. João no Rio de Janeiro.

Como já vimos, o aumento das despesas, oriundo da presença da corte portuguesa no Brasil, acarretou crescente tributação sobre a população brasileira, o que, somado ao anseio de liberdade política e às dificuldades econômicas vivenciadas pelo Nordeste, detonou, em 1817, a Insurreição Pernambucana, violentamente esmagada pelas tropas governamentais.

No ano seguinte, faleceu a rainha D. Maria I e o príncipe-regente foi coroado rei, com o título de D. João VI.

Enquanto isso, em Portugal, mesmo com a expulsão dos franceses, ampliavam-se cada vez mais as dificuldades econômicas e, dada a ausência do monarca, o governo local era exercido efetivamente pelo comandante militar inglês, Lord Beresford. Essa situação e a difusão intensa dos ideais iluministas determinaram a eclosão, na cidade do Porto, em 1820, de uma revolução liberal. A luta anti-absolutista ganhava força na Europa e os princípios constitucionais eram proclamados em vários pontos do continente. Em Portugal, os rebeldes do Porto decidiram pela convocação das **Cortes**, assembléia encarregada de redigir uma Constituição para Portugal. Ao mesmo tempo, exigiram o imediato regresso de D. João VI e o afastamento de Beresford.



A rebelião do Porto obrigou a família real portuguesa a retornar a Portugal em 1821.

As Cortes eram compostas por 205 deputados eleitos em todo o Império luso, cabendo ao Brasil pouco mais de 70 deputados, dos quais apenas 50 se apresentaram. Para a escolha dos deputados no Brasil foram estabelecidas as juntas governativas ligadas aos revolucionários, organizadas nas capitanias, que passaram a ser chamadas a partir de então de províncias.

O sucesso da Revolução Liberal do Porto e o receio de perder a Coroa obrigaram D. João VI a retornar a Portugal em abril de 1821, deixando seu filho D. Pedro como príncipe-regente do Brasil.

Antes de partir, pressentindo a possibilidade de o Brasil se separar de Portugal, D. João VI aconselhou D. Pedro a assumir a liderança de um movimento caso os brasileiros se manifestassem pela independência, dizendo ao filho: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros”.

As Cortes portuguesas, de um lado, defendiam o liberalismo em Portugal, reformulando a estrutura política lusa segundo os princípios europeus; de outro, no entanto, vislumbravam que a solução para suas dificuldades econômicas passava pelo restabelecimento do pacto colonial. Para isso, procuraram instituir medidas visando à recolonização do Brasil, como restaurar antigos monopólios, reimplantar privilégios portugueses e anular a autonomia administrativa representada pelos diversos órgãos criados por D. João durante sua permanência no Rio de Janeiro e pela regência do príncipe D. Pedro. Ordens vindas de Lisboa promoveram a transferência de várias repartições governamentais e exigiram o imediato regresso de D. Pedro a Portugal, sob a justificativa de que era preciso completar sua formação cultural.

Tais medidas foram mal-recebidas pelos brasileiros, que perceberam as reais intenções das Cortes de Lisboa e não estavam dispostos a retornar à situação anterior a 1808. Tudo isso acelerou o processo de ruptura entre Brasil e Portugal.

A regência de D. Pedro e a proclamação da Independência

Os brasileiros, sentindo-se ameaçados em sua autonomia, formaram o que se convencionou chamar de **Partido Brasileiro**, união de indivíduos favoráveis à independência. Não se tratava propriamente de um partido político, mas de um agregado de posições contrárias às medidas recoloniza-

doras vindas de Portugal. Representava basicamente os interesses da aristocracia rural, mas também de burocratas, comerciantes e, até mesmo, portugueses com vínculos econômicos estabelecidos no Brasil.

O Partido Brasileiro procurou o apoio de D. Pedro em sua luta contra a recolonização. Seus principais líderes foram Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Bonifácio de Andrada e Silva. O retorno de D. Pedro para Portugal, como desejavam as Cortes, enfraqueceria a autonomia administrativa do Brasil e, para que isso fosse evitado, os brasileiros elaboraram um documento que contava com cerca de 8 mil assinaturas, pedindo a D. Pedro que ficasse no Brasil. A 9 de janeiro de 1822, José Clemente Pereira entregou o documento ao príncipe, que declarou: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico”. Esse fato ficou conhecido como o Dia do Fico e foi fundamental para acelerar o avanço em direção ao rompimento com Portugal.



A decisão de D. Pedro contrariou as determinações do reino, o que levou as tropas portuguesas, comandadas por Jorge de Avilez, a se manifestar contra o príncipe-regente. A intervenção pessoal de D. Pedro forçou Avilez a abandonar o Rio de Janeiro. Pouco depois, os ministros portugueses se demitiram, levando D. Pedro a organizar um novo ministério, formado só por brasileiros, sob a chefia de José Bonifácio, um dos mais ativos defensores da independência.

Para fazer frente às medidas recolonizadoras de Portugal, esse ministério decretou, em maio de 1822, o “Cumpra-se”, pelo qual as ordens de Portugal só seriam executadas com a expressa autorização de D. Pedro, transformado em símbolo da autonomia brasileira. Dias depois, o príncipe-regente recebia o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, dado pela Câmara do Rio de Janeiro e pela maçonaria, confirmando o seu comprometimento com os brasileiros.

Em junho de 1822, D. Pedro convocou uma Assembléia Constituinte para elaborar as leis que deveriam regulamentar a vida dos brasileiros. Com isso, consolidava-se o clima pró-independência que existia na nação, tornando cada vez mais inevitável uma confrontação com Portugal.

Em agosto de 1822, D. Pedro estava em São Paulo, visitando as comarcas da região e deixara sua esposa, Dona Leopoldina, como regente, no Rio de Janeiro. Chegaram, então, novas ordens de Lisboa, determinando a anulação das decisões de D. Pedro e exigindo o imediato regresso do regente sob a ameaça de envio de tropas metropolitanas ao Brasil.

José Bonifácio, diante da urgência e gravidade de tais notícias, enviou o mensageiro **Paulo Bregaro** ao encontro de D. Pedro para colocá-lo a par das notícias recém-chegadas da corte. Bregaro encontrou D. Pedro na tarde do dia 7 de setembro, voltando de Santos, às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, e, ao ler as notícias e as considerações de protesto de José Bonifácio e de Dona Leopoldina, D. Pedro decidiu proclamar a independência do Brasil, oficializando a separação do Brasil frente a Portugal.



Pedro Américo, *Independência ou morte* (óleo), MP.

Se, de um lado, a independência proclamada em 7 de setembro de 1822 quebrou os laços coloniais com os portugueses, por outro, ficou mantida a ligação dependente para com o capitalismo inglês e as estruturas sociais do período colonial.

Em seguida foram derrotadas as tropas portuguesas sediadas no Brasil e contrárias à independência e D. Pedro foi coroado imperador do Brasil, com o título de D. Pedro I.

Como o processo de independência foi dirigido pela aristocracia, sem a participação da grande massa da população, o fim do período colonial não implicou mudanças nem na estrutura produtiva nem na sociedade brasileira. Ficaram garantidos os interesses da elite agrária dominante: a es-

cravidão, que era a base da economia brasileira, e a produção agrícola voltada para a exportação. Permaneceram também os privilégios dos ingleses e seu predomínio sobre a nossa economia, pois era grande a dependência do novo país em relação à importação de manufaturas e à obtenção de empréstimos.

Assim, a oficialização da independência brasileira foi acompanhada da manutenção não somente da dependência econômica, livre, sem dúvida, das amarras do pacto colonial, como também das estruturas de predomínio socioeconômico e político da aristocracia rural e da subjugação da grande maioria dos brasileiros aos interesses dessa elite. Vale lembrar que a instituição escravista permaneceu intocada.

O que se colocava agora era a definição de como se estruturaria o Estado nacional brasileiro, considerando que as elites nem eram homogêneas politicamente nem tinham um projeto claro de ordenamento para a nova nação.

Questões

1. Descreva as transformações econômicas e sociais provocadas pelo desenvolvimento da atividade mineradora no Brasil do século XVIII.
2. Quais os principais impostos cobrados na região mineradora?
3. Qual era o destino do ouro extraído das minas do Brasil?
4. Quais as principais medidas adotadas pelo marquês de Pombal para recuperar o Estado português?
5. O que foi o “renascimento agrícola” no Brasil?
6. Aponte as principais rebeliões nativistas do período colonial. Como diferenciá-las dos movimentos separatistas?
7. Diferencie a Inconfidência Mineira, de 1789, da Inconfidência Baiana, de 1798.
8. Comente o significado da abertura dos portos decretada por D. João em 1808.
9. Em que medida a Inglaterra foi beneficiada pelos tratados assinados em 1810 por D. João?
10. Comente a afirmação: “A Revolução Liberal do Porto em 1820 apresentava-se como um movimento modernizador do ponto de vista político e reacionário do ponto de vista econômico”.
11. Que medidas tomadas pelo regente D. Pedro entre 1820 e 1822 aceleraram o processo de rompimento entre Brasil e Portugal?
12. Quais as alterações provocadas na estrutura socioeconômica do Brasil com a independência em 1822?

A ORGANIZAÇÃO DO BRASIL INDEPENDENTE

a proclamação da independência garantiu, de um lado, a autonomia brasileira em relação a Portugal, inviabilizando a recolonização que ameaçava os interesses das elites nacionais; de outro, transformou D. Pedro no eixo da ordem política que nascia sem as amarras do dirigismo das cortes portuguesas.



A partir do episódio do 7 de setembro de 1822, porém, era fundamental consolidar a independência e definir o perfil da ordem política do novo país. Essa tarefa durou mais de duas décadas, durante as quais se verificaram divergências entre grupos sociais e lutas para manter a unidade territorial e a supremacia do poder central, localizado no Rio de Janeiro, bem como várias disputas pelo controle dos aparelhos de Estado.

Entre 1822 e 1831, período a que chamaremos de **Primeiro Reinado**, deu-se basicamente a consolidação da independência e a inserção da nova nação ao sistema internacional, que também havia sofrido profundos abalos. Já no período compreendido entre 1831 e 1840, iniciado com a abdicação de D. Pedro I e

que se estende até a ascensão de D. Pedro II ao trono, chamado de **Período Regencial**, observa-se a intensificação das lutas políticas e sociais pelo domínio político no cenário nacional, com vitória das forças oligárquicas, que passaram a controlar as estruturas de poder no Brasil.

O Primeiro Reinado (1822-31)

O processo de emancipação e organização do Estado brasileiro apresentou significativas diferenças em relação às demais ex-colônias da América, o que se deveu, fundamentalmente, ao fato de a colônia ter-se transformado na sede da monarquia lusitana por alguns anos. Enquanto no Brasil a luta pela independência mostrou-se menos duradoura e, em curto espaço de tempo, instituiu-se o regime monárquico, nos demais países latino-americanos ocorreram longas guerras que acabaram por estabelecer o regime republicano, como ocorrera, no século anterior, nos Estados Unidos, na América do Norte.

A independência dos países latino-americanos foi apenas política, diferentemente da dos Estados Unidos, que se caracterizou pela libertação econômica. Além disso, observou-se a fragmentação político-territorial da América Espanhola, bem como a ampla participação da população nas guerras de libertação, enquanto a ex-colônia portuguesa manteve a integridade territorial e política e, excetuando-se algumas poucas regiões, apenas as elites participaram da luta pró-independência.

É preciso destacar, contudo, que além de nossa independência não ter sido pacífica, ao contrário do que costuma ser afirmado, a ordem socioeconômica não sofreu qualquer alteração substancial e muito menos chegou a sofrer desgaste que pudesse abalar as estruturas herdadas do período colonial, como o escravismo, a ordem latifundiária e o domínio aristocrático, aproximando-nos do conjunto latino-americano.

"A atuação das elites brasileiras na independência e na definição do perfil político nacional partiu de uma estrutura escravista oposta a uma meta de ampliação dos direitos populares e mesmo contra o envolvimento participativo do conjunto da população brasileira. Até porque, por suas raízes, predominavam entre nossas elites as posições ideológicas de padrão bastante autoritário e conservador, mesmo quando se aproximavam das tendências liberais europeias do período.

A preocupação das elites brasileiras em criar um Estado nacional que evitasse a fragmentação política da América Espanhola foi prioritária sobre a construção de uma democracia liberal. Além do que, os liberais brasileiros, diferentemente das elites crioulas latino-americanas, eram avessos ao liberalismo radical francês, considerado como propenso à anarquia, e optaram pelo liberalismo lockiano e pré-democrático da tradição inglesa que dominava os cursos jurídicos de Coimbra."

(TRINDADE, Helgö. "Construção da cidadania e representação política: Lógica liberal e práxis autoritária". In: BAQUERO, Marcello (org.). *Cultura política e democracia: Desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1994. pp. 47-8.)

As guerras de independência



Primeiro passo da independência da Bahia, óleo de Antonio Parreiras.

O processo de independência brasileiro, apesar de breve, nada teve de pacífico.

Para garantir a independência, D. Pedro I precisou expulsar as tropas portuguesas que se opunham à separação entre Brasil e Portugal. Diante da inexistência de um exército organizado, o monarca reestruturou as milícias, adquiriu navios e contratou experientes militares ingleses e franceses para organizar e comandar a luta contra os portugueses, destacando-se entre eles Lord Cochrane, Pierre Labatut, John Taylor e John Grenfell. Os recursos financeiros foram obtidos graças à atuação de José Bonifácio e de seu irmão, o ministro da Fazenda Martim Francisco de Andrada e Silva, junto às elites nacionais, bem como em função da ampliação da arrecadação de impostos.

Em algumas províncias, como Bahia, Pará e Cisplatina, os conflitos foram mais intensos, sobretudo na primeira, onde a luta contou com a participação de muitos mercenários ingleses, franceses e alemães, além das milícias e de populares. Atacadas por Labatut e depois por Cochrane, as tropas comandadas por Madeira de Melo acabaram derrotadas e expulsas da Bahia em julho de 1823.

Nos meses seguintes, foram vencidas as tropas portuguesas no Piauí, Maranhão, Pará e, finalmente, na província da Cisplatina, em novembro de 1823. Nessa, depois da expulsão dos portugueses, a luta dos habitantes dirigiu-se, então, contra o domínio brasileiro e em favor da independência uruguaia, reconhecida por D. Pedro I somente em 1828.

No Pará, o conflito entre forças pró e contra a emancipação do Brasil envolveu centenas de paraenses e o comandante inglês a serviço do Império, John Grenfell. As divergências surgiram quando a população do Pará, em vez de aceitar o presidente da província nomeado pelo imperador, tentou estabelecer um governo controlado por líderes políticos locais. Tal manifestação de insubordinação às ordens do governo central resultou uma violenta repressão chefiada pelo militar inglês, com perseguição, prisões e mortes dos principais líderes. Vale registrar que 252 rebeldes foram encarcerados no porão do navio Palhaço e, antes de serem fechadas as escotilhas, sobre eles foi jogada cal virgem, morrendo todos horas depois.

Em pouco tempo, estavam derrotadas as forças militares lusas **contrá-**rias à independência e mantida a unidade territorial do Brasil, sob o **comando** de D. Pedro I, oficialmente coroado imperador em dezembro de 1822.

O reconhecimento da independência

O cenário político europeu na época da independência brasileira e de outras colônias latino-americanas caracterizava-se pela reação **absolutista** que se seguiu à derrota de Napoleão Bonaparte em 1815, representada pelo princípio da legitimidade e pela Santa Aliança, instituídos pelo Congresso de Viena.

As nações vitoriosas reuniram-se na Áustria e determinaram o restabelecimento das fronteiras e estruturas políticas anteriores à **Revolução Francesa**. Para garantir o sucesso da restauração do Antigo Regime, foi criada a Santa Aliança, uma força militar intervencionista e conservadora.

Nesse quadro reacionário, em que se procurava evitar o avanço das idéias liberais na Europa e emancipacionistas na América, processo já há algum tempo em curso, foi difícil obter o reconhecimento internacional de nossa independência. O primeiro país a fazê-lo foram os Estados Unidos, em 1824, devido à política do então presidente, James Monroe, denominada **doutrina Monroe**, cuja máxima era “a América para os americanos”. Os Estados Unidos procuravam com essa política barrar a intervenção recolonizadora europeia no continente americano, garantindo para si o controle político sobre a região e, conseqüentemente, os promissores mercados latino-americanos.

A primazia norte-americana no reconhecimento da independência brasileira decorreu da política do presidente James Monroe, contrária à Santa Aliança e atrelada ao desenvolvimento capitalista.



Desenho de Newton Resende.

A Inglaterra, tradicional aliada de Portugal, mas interessada em inserir o Brasil no novo sistema internacional sem os entraves colonialistas, atuou como mediadora junto às cortes portuguesas pelo reconhecimento de nossa independência.

A ação britânica foi eficiente e, em agosto de 1825, Portugal reconheceu a emancipação política de sua colônia na América. Para isso, porém, exigiu o pagamento de uma indenização de cerca de 2 milhões de libras esterlinas. Como o Brasil não possuía esse montante, emprestou-o da Ingla-

terra, que imediatamente cobrou de Portugal uma dívida do mesmo valor. Assim, o dinheiro pago a Portugal para que reconhecesse a independência do Brasil não saiu de Londres.

Segundo o tratado de Paz e Aliança entre Portugal e Brasil, em que a ex-metrópole reconhecia a independência do Brasil, D. Pedro I ainda se obrigava a ceder o título honorário de imperador do Brasil a D. João VI e, a despeito dos fortes vínculos de brasileiros traficantes de escravos na África, a não aceitar qualquer união com outras colônias portuguesas.

Logo depois da assinatura desse tratado, a Inglaterra oficializou seu reconhecimento, seguida por outras nações européias e por repúblicas da América Latina. Graças à sua ação mediadora, a Inglaterra obteve importantes vantagens comerciais com o Brasil. Em 1827, foram reafirmados os tratados de 1810, ratificando-se sobretudo as tarifas aduaneiras pagas pelos produtos britânicos ao entrar no mercado brasileiro. O governo imperial comprometeu-se também, a partir de exigências inglesas, a abolir o tráfico de escravos africanos até 1830, o que acabou não se concretizando dados os interesses das elites escravistas e proprietárias nacionais. Em 1828, D. Pedro I estendeu a tarifa alfandegária de 15%, usufruída pela Inglaterra, a vários outros países, inaugurando uma política livre-cambista.



O baixo preço das mercadorias vendidas no Brasil, especialmente as britânicas, inviabilizou o desenvolvimento da produção industrial interna, além de ter provocado um crescente déficit em nosso comércio internacional. Assim, o país foi obrigado a recorrer a freqüentes empréstimos, o que o endividava cada vez mais e aumentava a dependência econômica em relação à Inglaterra. Consolidava-se, assim, a divisão capitalista das funções econômicas: o Brasil abastecia o mercado de produtos primários e permanecia dependente do núcleo econômico capitalista, liderado pela Inglaterra.

A organização política do Estado brasileiro

Após a independência política do Brasil em 1822, era necessário organizar o novo Estado, fazendo leis e regulamentando a administração, por meio de uma Constituição. Para tanto, reuniu-se, em maio de 1823, uma Assembléia Constituinte composta por 90 deputados pertencentes à aristocracia rural (grandes proprietários, membros da Igreja, juristas). Na abertura dos trabalhos, o imperador D. Pedro I revelou sua posição autoritária, comprometendo-se a defender a futura Constituição desde que ela fosse digna do Brasil e dele próprio.

Entre os deputados constituintes, predominava um liberalismo moderado, isto é, defendiam a monarquia constitucional que garantisse os direitos individuais e limitasse os poderes do imperador mas que não promovesse alterações estruturais que afetassem o domínio aristocrático-escravista e, mais ainda, um regime democrático. Evidenciava-se também uma certa xenofobia entre os constituintes, dirigida sobretudo aos portugueses, por ainda ocorrerem, nessa época, as guerras da independência.

Reunida a Assembléia, o deputado Antônio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio, apresentou um projeto de Constituição, no qual se destacavam dois princípios básicos:

- subordinação do poder executivo (imperador) ao legislativo (deputados e senadores), correspondendo aos anseios de dirigismo político da aristocracia rural. O projeto previa, nesse sentido, que o imperador não poderia dissolver a Câmara dos Deputados e que as Forças Armadas estariam subjugadas ao legislativo e não a D. Pedro I;
- restrição de acesso à vida política nacional à maioria da população brasileira, através da instituição do **voto censitário**: o eleitor ou o candidato ao legislativo (deputado ou senador) teria de comprovar elevada renda, conseguida, especialmente, através da atividade agrícola.

A renda dos eleitores e candidatos era avaliada pela quantidade anual de alqueires de mandioca que suas terras produzissem ou receitas equivalentes. Isso porque quem tinha muitos trabalhadores e grandes propriedades produzia mais mandioca, o alimento básico dos escravos. Obviamente, altas rendas significavam quase sempre posse de grandes propriedades e muitos escravos. Para candidatar-se a deputado, exigia-se uma renda mínima de 500 alqueires de mandioca; para senador, 1 000; para ser um simples eleitor, 150.

O projeto definia os eleitores de paróquia como aqueles de primeiro grau, ou seja, os que elegeriam os eleitores de província, os de segundo grau (renda mínima de 250 alqueires), que, por sua vez, elegeriam os deputados e senadores.



O projeto constitucional de Antônio Carlos, apelidado de "Constituição da Mandioca", excluía a grande maioria da população das eleições.

Assim, o projeto constitucional de Antônio Carlos, apelidado de "Constituição da Mandioca", impedia o acesso da grande maioria da população brasileira à participação política, visto que somente uma pequena elite detinha terras e escravos. Excluía também os comerciantes, com renda em dinheiro e

não em terras e escravos, cuja maioria era de portugueses. O próprio José Bonifácio, opondo-se a qualquer ampliação dos direitos políticos populares, não poupava palavras contra a "suja e caótica democracia".

A D. Pedro I, porém, não agradou a tentativa de limitar seu poder prevista no projeto e, por isso, ele recorreu à força para fechar a Constituinte, em novembro de 1823. Muitos deputados foram presos ou exilados, inclusive os irmãos Andrada (José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos).

O pretexto para o fechamento da Constituinte foi a crítica crescente dos deputados e dos jornais oposicionistas – *A Sentinela* e *Tamoio* –, vinculados aos irmãos Andrada, aos militares e burocratas portugueses que se acercavam de D. Pedro I.

A Constituição de 1824

Após dissolver a Constituinte, D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado, formado por seis ministros e quatro personalidades políticas, para ajudá-lo a redigir a Constituição. Nos trabalhos, sobressaiu a atuação de José Joaquim Carneiro de Campos, futuro marquês de Caravelas, considerado o principal redator do texto constitucional, além da do próprio imperador, que em 25 de março de 1824 outorgou a primeira Constituição brasileira.

Antes de ser outorgada, porém, foram enviadas cópias do texto aos municípios para que dessem sugestões a ser acrescentadas. Com isso, o imperador procurava disfarçar seu autoritarismo, na medida em que sua estrutura básica já estava definida e não se alterou.

A Constituição de 1824 apresentava uma evidente inspiração européia, utilizando como base a Carta Outorgada de Luís XVIII de 1814.

Entre outras coisas, o documento constitucional estabelecia:

- uma monarquia hereditária;
- a divisão dos poderes do Estado em quatro: executivo, legislativo, judiciário e moderador. Assim, o imperador adaptava um elemento da obra do pensador franco-suíço Benjamin Constant aos seus anseios absolutistas, negando a proposta iluminista de Montesquieu, que previa a divisão do poder do Estado em três;
- o poder executivo seria exercido pelo imperador e ministros de Estado, com a função de executar as leis formuladas pelo legislativo;
- o poder legislativo, formado pela Câmara de Deputados e pelo Senado, encarregar-se-ia da elaboração das leis. Os deputados teriam mandato de quatro anos e o cargo de senador era vitalício. A eleição seria feita por sufrágio indireto e com base no critério censitário, conforme afirmava o texto: as “nomeações dos Deputados e Senadores para a Assembléia-Geral, e dos membros dos Conselhos Gerais das Províncias, serão feitas por Eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos em Assembléias Paroquiais, os Eleitores de Província, e estes os Representantes da Nação, e Província”. Assim, surgiram dois tipos de eleitores: os de paróquia, que participariam da eleição em primeiro grau, e os eleitores de província que, indicados pelos primeiros, escolheriam os deputados e senadores numa segunda eleição. Ambos ainda teriam de ser maiores que 25 anos (exceto os já bacharéis ou oficiais) e do sexo masculino.

Como o voto era censitário, o eleitor ou candidato deveria comprovar uma determinada renda mínima anual. No caso, 100 mil réis para o votante da paróquia, 200 mil réis para o eleitor de província, 400 mil réis para deputados e 800 mil réis para senadores. Os senadores vitalícios eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice elaborada em cada província.

“O voto, segundo a Carta Constitucional de 1824, era oral e descoberto, devendo o votante anunciar em quem queria votar às mesas de votação, compostas pelos secretários das mesas paroquiais. Estes compunham a cédula que então era lida e assinada pelo votante com uma cruz.

Tal situação ‘advinha por um lado da noção corrente na época de que o voto constituía um ato público e uma forma de o eleitor manter abertamente suas opiniões, embora, na verdade, funcionasse como uma forma de controlar o voto. Por outro lado, respondia a uma questão prática na medida em que o direito de voto se estendia aos analfabetos’. É preciso considerar que, mesmo entre a elite agrícola, a maioria dos indivíduos era analfabeta.

Quanto ao controle do voto, ele era possível graças à força das mesas eleitorais, que fizeram da fraude e da corrupção uma prática constante nas eleições brasileiras. Dada a falta de leis precisas sobre os trabalhos eleitorais, cabia às mesas determinar quem estava qualificado ao pleito e isto no mesmo dia da eleição, além de ser responsável pela apuração dos votos, a que, de certa forma, já dirigia o resultado eleitoral.

A composição da mesa eleitoral dava-se da seguinte forma: ‘o presidente da assembleia (que deveria ser um juiz de fora) juntamente com o pároco propunham à massa do povo, reunida na matriz, quatro cidadãos de confiança pública – dois para serem secretários e dois para serem escrutinadores – que, se aprovados por aclamação do povo, formariam com eles a

mesa eleitoral. Por este processo de composição da mesa, pouco se poderia esperar da neutralidade dos trabalhos eleitorais, pois, na verdade, quem determinava a escolha dos cidadãos que preencheriam as funções da mesa eleitoral, cabendo à multidão apenas referendá-los ou não, eram o presidente e o pároco, ambos figuras ligadas ao governo. E assim as eleições se faziam, aceitando a mesa o voto de quem queria e recusando outros a pretexto de falta de condições legais, iniciando e terminando a votação no momento em que lhe aprouvesse, e apurando os votos como lhe convinha”.

(KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo, Símbolo, 1980. pp. 51 e 70.)

A Constituição outorgada por D. Pedro I, em 1824, previa ainda que:

- o poder judiciário seria formado por juízes e tribunais, cuja função seria de zelar pelo cumprimento das leis e julgar os infratores; seu órgão máximo era o Supremo Tribunal de Justiça com juízes nomeados pelo imperador;
- o exercício do poder moderador era atribuição exclusiva do imperador, cuja pessoa era definida como “inviolável e sagrada”, não estando “sujeita a responsabilidade alguma”. O poder moderador teria a função de regular os demais poderes, cabendo a ele a decisão final, dando ao imperador o poder político absoluto. Era a chave da organização política brasileira, astutamente combinando o constitucionalismo com a estrutura política do Antigo Regime;
- oficialização do Conselho de Estado, composto de conselheiros vitalícios, nomeados pelo imperador, cujo “número não excederia a 10”, devendo possuir idade mínima de 40 anos e renda não inferior a 800 mil réis;
- divisão do país em províncias, “na forma em que atualmente se acha”, dirigidas por presidentes nomeados pelo imperador;
- oficialização da religião católica e subordinação da Igreja ao controle do Estado, sendo seus membros considerados funcionários públicos. Determinava também a liberdade de culto às outras religiões desde que em recinto particular ou doméstico, sem “forma alguma exterior de templo”.



Em suma, a Carta Outorgada de 1824, de um lado, impedia qualquer participação política da maioria da população, dos grupos sociais menos favorecidos, mantendo a essência elitista da “Constituição da Mandioca”. De outro, concentrava os principais poderes nas mãos do imperador, diferenciando-se, por isso, do anteprojeto de Antônio Carlos. O exercício do poder moderador garantia a D. Pedro I o direito de nomear ministros, dissolver a Assembléia, controlar as Forças Armadas, nomear os presidentes das províncias e juizes, etc. Era, enfim, o principal poder político brasileiro, consagrando a forma centralizada de governo.

“O sistema criado pela Carta de 1824 e calcado sobre a tradição portuguesa assume caráter próximo à oligarquia que o imperador preside. A supremacia da Coroa mitiga-se por órgãos de controle saídos das entranhas monárquicas, o Senado e o Conselho de Estado, e por via de um órgão dependente da eleição, a Câmara dos Deputados. A inautenticidade eleitoral, inautenticidade derivada menos do censo, que restringe o número de eleitores, do que de circunstâncias sociais, aptas a selecionar o corpo deliberante, e de circunstâncias legais, engendradas para filtrar a vontade primária, reduz a importância, o peso e a densidade do elo popular e representativo. A Constituição não desempenha, senão remotamente, senão por tolerância ou consentimento, o papel de controle, em nome dos destinatários do poder, os cidadãos convertidos em senhores da soberania. Constituição puramente nominal, incapaz de disciplinar, coordenar, imperar, ideal teórica de urtica realidade estranha à doutrina e rebelde à ideologia política importada. Verdade que esse modelo de papel exerce, embora tenuemente, influxo sobre o sistema, inspirando o debate e motivando as reações.”

(FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Globo, 1989. p. 291.)

A Confederação do Equador

As medidas autoritárias de D. Pedro I, como o fechamento da Constituinte e a imposição da Constituição de 1824, provocaram protestos em várias províncias, especialmente no Nordeste, onde ao descontentamento político somaram-se as continuadas dificuldades econômicas e os crescentes impostos determinados pelo Rio de Janeiro.

Desde o início do século XIX, muitos produtos da região estavam em crise, especialmente os de exportação, como o açúcar e o algodão, devido à concorrência estrangeira. O primeiro sofria a concorrência da produção cubana e do açúcar de beterraba europeu, e o algodão perdia para a produção norte-americana em expansão.

A lembrança dos ideais pernambucanos, presentes no movimento revolucionário de 1817, e a adoção do regime republicano em toda a América aguçaram a insatisfação da população pernambucana. Quando D. Pedro nomeou um novo presidente para a província, os pernambucanos se rebelaram sob a liderança do governador deposto, o liberal Manuel de Carvalho Paes de Andrade. O movimento, de caráter separatista, republicano e

basicamente urbano e popular, partiu de Pernambuco e espalhou-se pelo Nordeste, obtendo a adesão do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. As províncias insurgentes proclamaram a formação da Confederação do Equador; nome devido à localização geográfica das províncias rebeldes, que se situavam próximas à linha do Equador, e adotaram a Constituição da Colômbia provisoriamente.

"A análise histórica da Confederação do Equador dá margem a uma série de controversias; alguns historiadores a consideram como separatista por rejeitar a autoridade do imperador e pregar a autonomia das províncias que deveriam se unir formando uma Confederação. Também porque adotou provisoriamente a Constituição da Colômbia, no período em que uma Assembleia Constituinte, no Recife, promulgasse a sua própria Constituição. Outros autores, porém, alegam que ela não era separatista, em vista dos depoimentos prestados pelas prisioneiras, após o malogro da mesma, que diziam defender apenas a autonomia e até procuravam se libertar da 'pacha' de republicanos, e que apenas não queriam se submeter a uma Constituição imposta, que limitava o direito do povo e das províncias. Barbosa Lima Sobrinho (1986; 271/281) defende veementemente este ponto de vista."

("Entre mártires e rebeldes". In Pernambuco Imortal, Jornal da Comércio, Recife, 1995, p. 10.)

Murillo La Greca, Execução de Frei Caneca (óleo/detalhe).



Joaquim do Amor Divino, o Frei Caneca, foi padre, professor, jornalista, escritor e a grande expressão revolucionária da Confederação do Equador.

Entre os principais líderes do movimento estavam, além de Paes de Andrade, o religioso Joaquim do Amor Divino Rebelo, mais conhecido como Frei Caneca, divulgador dos ideais republicanos em seu jornal *Tífis Pernambucano*, e Cipriano Barata, veterano das insurreições de 1798 na Bahia e de 1817, dirigente de vários jornais do Nordeste, especialmente *Sentinela da Liberdade*, de Pernambuco.

Para reprimir a rebelião, D. Pedro I enviou tropas à região sob o comando de Francisco de Lima e Silva e contratou navios e os serviços de Lord Cochrane. O preço da repressão aos confederados pernambucanos elevou-se a mais de um milhão de libras esterlinas, que foram conseguidas graças a empréstimos obtidos junto à Inglaterra.

A repressão foi violenta, os ataques deram-se por terra e por mar e rapidamente a revolta foi contida. O tribunal, manipulado por D. Pedro I e presidido por Lima e Silva, condenou e determinou a execução de 16 revoltosos, sendo que, no caso de Frei Caneca, a pena de enforcamento teve de ser mudada para fuzilamento. Tal fato deveu-se a que, seguidamente, os responsáveis pela execução da sentença, mesmo sob ameaças e tortura, recusavam-se a executar o padre carmelita.

A situação financeira do Brasil durante o Primeiro Reinado foi de dificuldade: a balança comercial apresentou sucessivos déficits e os frequentes empréstimos junto à Inglaterra aumentavam a dívida externa, tornando frágil a economia nacional. A diminuição das receitas obtidas com a exportação deveu-se, em parte, à queda das importações européias dadas as dificuldades internacionais após as guerras napoleônicas. Além disso, a oferta de produtos primários, como o açúcar e o algodão, aumentou consideravelmente, graças ao aumento de produtividade de outros países.

Na década de 1820, começou a despontar um outro produto na pauta de exportações brasileiras: o café, produzido nessa época na Baixada Fluminense. Ele representava cerca de 20% das exportações nacionais e só ultrapassaria o açúcar e o algodão na década seguinte. Não servia, portanto, para aliviar as dificuldades econômicas do Império.

Além disso, o governo imperial contava com poucas receitas, advindas, sobretudo, dos impostos sobre as exportações. Desguarnecido de significativa fonte de recursos e assumindo gastos elevados com a organização do Estado e outras despesas, D. Pedro I autorizou sucessivas emissões de dinheiro, desvalorizando a moeda circulante e produzindo crescente inflação. As dificuldades eram tamanhas que o governo decretou a falência do Banco do Brasil em outubro de 1829.

A alta inflacionária tornava mais baratos nossos produtos de exportação, beneficiando os exportadores, mas, ao mesmo tempo, encarecia as importações necessárias ao abastecimento do mercado brasileiro. Tal situação promoveu o aumento da hostilidade contra os portugueses, que controlavam boa parte do comércio varejista brasileiro e estavam mais próximos do imperador, usufruindo de importantes privilégios.

O descontentamento por parte de setores da elite agrária e dos grupos urbanos com o autoritarismo do imperador desgastou as relações políticas entre eles. O fechamento da Constituinte e a outorga da Constituição de 1824, medidas consideradas de caráter absolutista, aprofundaram a distância entre D. Pedro I e o grupo brasileiro politicamente mais atuante. O imperador, revelando seu caráter despótico, governou o Brasil sem o poder legislativo até 1826, atraindo críticas cada vez mais acirradas dos brasileiros aliados do poder.

Muitos jornais passaram a criticar a atuação de D. Pedro, entre os quais se destacaram *O Observador Constitucional*, do jornalista Líbero Badaró, e o *Aurora Fluminense*, do jornalista Evaristo da Veiga. Esses periódicos centravam suas críticas no autoritarismo imperial e, especialmente depois do episódio da Confederação do Equador, acusavam o imperador de antibrasileiro.



Entre mais de 60 jornais, o *Aurora Fluminense* representava a ala moderada de crítica a D. Pedro I e *O Observador Constitucional*, a tendência mais radical.

Além disso, usavam a aproximação dos grupos portugueses ao governo, para alertar das intenções recolonizadoras do imperador, servindo para ampliar a impopularidade de D. Pedro I. Após a Guerra da Cisplatina e a Guerra de Sucessão portuguesa, o desgaste do Primeiro Reinado atingira seu ponto máximo, impedindo D. Pedro I de permanecer à frente do governo brasileiro. O envolvimento do imperador nesses dois conflitos acarretou enormes despesas para uma nação em dificuldades financeiras. Por outro lado, o recrutamento forçado de soldados para participar dos combates gerou insatisfação e revolta, sobretudo porque a maioria deles era pessoas simples e pobres que ansiavam por melhores condições de vida após a independência. Finalmente, a participação brasileira nesses episódios militares não foi coroada de êxito, aguçando ainda mais os protestos contra o imperador.

De língua e cultura espanholas, a população da província da Cisplatina, cujo território foi anexado ao Brasil por D. João VI em 1816, sempre se opusera ao domínio brasileiro e, em 1825, sob o comando de Lavalleja e Rivera, iniciou a guerra pela independência, contando com o apoio da Argentina, que ambicionava incorporá-la ao seu território. O conflito, de resultado duvidoso em termos de vantagens para o Brasil e marcado por sucessivas derrotas das forças militares brasileiras, onerou os cofres do governo imperial, obrigando-o a recorrer a novos empréstimos junto aos bancos ingleses, ampliando a dívida externa e a fragilidade econômica nacional.

Em 1828, a província da Cisplatina obteve sua independência política, constituindo a República do Uruguai. Ao mesmo tempo, garantiu-se a livre navegação na bacia do Prata, o que atendia aos interesses ingleses de

acesso comercial à região e também ao trânsito fluvial brasileiro para alcançar a região de Mato Grosso. De qualquer maneira, a obstinação do imperador em manter anexada a Cisplatina ao território brasileiro gerou críticas e insatisfação.

A participação de D. Pedro I na questão sucessória de Portugal, por ocasião da morte de D. João VI, em 1826, foi outro elemento que acarretou a oposição ao imperador. A morte do rei de Portugal fazia de D. Pedro I o herdeiro natural ao trono lusitano, o que reacendeu, entre os brasileiros, o temor da recolonização. Pressionado por brasileiros e portugueses, D. Pedro abdicou à Coroa portuguesa em favor de sua filha Maria da Glória, de apenas sete anos de idade, determinando que seu irmão e pretendente ao trono, D. Miguel, exercesse a regência até a maioridade de Maria da Glória. Entretanto, D. Miguel proclamou-se o novo rei de Portugal, assumindo sozinho o poder.

D. Pedro moveu uma guerra contra o irmão a fim de recuperar a Coroa para a filha, organizando e financiando tropas, o que trouxe enorme prejuízo ao Brasil.



Simplicio Rodrigues de Sá, Museu Imperial, Petrópolis.

Simplicio Rodrigues de Sá, Museu Imperial, Petrópolis.

D. Miguel (à esquerda) usurpou o trono da sobrinha, Dona Maria da Glória (no centro), fazendo-se aclamar rei de Portugal. À direita, D. Pedro I do Brasil, que seria D. Pedro IV em Portugal.

Da imprensa partiam as críticas mais violentas contra D. Pedro, que, por diversas vezes, mostrou seu descontentamento. Em 1830, aliados políticos do imperador assassinaram, em São Paulo, o jornalista liberal **Líbero Badaró**, ferrenho opositor de D. Pedro I. Esse episódio desencadeou uma onda de manifestações contrárias ao governo que agitaram as províncias, condenando o despotismo imperial.

Em Minas Gerais, as manifestações de repúdio ao governo tornaram-se violentas e obrigaram o monarca a visitar Ouro Preto, capital da província. Ao chegar à cidade, o imperador foi recebido com faixas negras em sinal de luto pela memória do jornalista assassinado.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, os partidários de D. Pedro, portugueses em sua maioria, decidiram organizar uma recepção, buscando compensar as hostis manifestações mineiras. Esse fato atraiu a oposição dos brasileiros,

desdobrando-se em inúmeros conflitos de rua, nos quais os contendores carregavam paus e garrafas. Era a “Noite das Garrafadas”, de 13 de março de 1831, uma versão brasileira das manifestações liberais ocorridas na Europa contra a restauração aristocrática imposta pelo Congresso de Viena.

Desejando reconciliar-se com os brasileiros, D. Pedro I, em 19 de março, nomeou um ministério liberal, composto apenas por brasileiros. Entretanto, as agitações cresceram e, em 5 de abril, o imperador demitiu esse ministério, nomeando um outro composto por amigos de tendência absolutista, o chamado “ministério dos marqueses”. Como resultado, milhares de populares foram às ruas exigir a volta do “ministério brasileiro”.

Em meio à radicalização das posições, as elites nacionais contrárias ao imperador ganharam o apoio das tropas do exército e, com base na movimentação popular, exigiram a demissão do “ministério dos marqueses”. Na madrugada de 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou ao trono em favor de seu filho de cinco anos, D. Pedro de Alcântara, e embarcou para Portugal. Lá, D. Pedro enfrentou e venceu seu irmão D. Miguel, tornando-se rei com o título de D. Pedro IV. Em 1834, abdicou novamente ao trono português em favor de sua filha, Dona Maria da Glória.

A abdicação de D. Pedro I gerou um problema, pois D. Pedro de Alcântara era menor de idade. Obedecendo à Constituição de 1824, decidiu-se que o governo seria exercido por uma regência e o futuro imperador ficaria sob os cuidados de José Bonifácio.

A volta de D. Pedro a Portugal serviu para afastar definitivamente a ameaça recolonizadora que assombrava o país, consolidando a nossa independência. No entanto, deu-se início um período de transição política no qual se concretizou a hegemonia da elite agrária, comercial e burocrática, apesar das inúmeras manifestações contrárias. Ao final do conturbado período regencial, o Estado brasileiro estava plenamente organizado, fundado na monarquia, unidade, centralização, elitismo e escravismo.

O período regencial

O período compreendido entre 1831 e 1840 foi um dos mais agitados da história brasileira. Iniciado pela abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho de apenas cinco anos de idade, determinou a escolha de uma regência para governar o país. Entretanto, segundo a Constituição, a eleição dos regentes deveria ser feita pela Assembléia-Geral, que, naquele momento, estava em recesso (férias) e boa parte dos parlamentares, ausentes do Rio de Janeiro. Assim, para contornar a situação, os poucos deputados presentes na capital decidiram escolher uma Regência Provisória, até que os demais parlamentares retornassem e a eleição pudesse, enfim, ser realizada.

A Regência Trina Provisória (abril a junho de 1831)

Os deputados escolheram para ocupar provisoriamente o governo os senadores **Nicolau Pereira de Campos Vergueiro**, **José Joaquim Carneiro de Campos** e o brigadeiro **Francisco de Lima e Silva**. A primeira atitude dos regentes foi readmitir o “ministério dos brasileiros”, deposto por **D. Pedro I**; em seguida, anistiaram os prisioneiros políticos e decretaram a suspensão temporária do exercício do poder moderador.

A Regência Provisória governou o país por pouco mais de dois meses, ao final dos quais foi possível realizar eleições para escolher uma Regência Permanente.

A Regência Trina Permanente (1831-35)

Eleita para um mandato de quatro anos pelos deputados e senadores reunidos na Assembléia-Geral, a Regência Trina Permanente era composta pelo brigadeiro **Francisco de Lima e Silva** e pelos deputados **João Bráulio Muniz**, representante das províncias do norte do Brasil, e **José da Costa Carvalho**, representando as províncias do sul. Para exercer o Ministério da Justiça, os regentes escolheram o padre **Diogo Antonio Feijó**, cuja principal função era manter a ordem no país, reprimindo as constantes e crescentes rebeliões.

O enérgico padre Diogo Antonio Feijó assumiu a função de garantir a “ordem pública”, isto é, a ordem aristocrática, ameaçada pelo ativismo político das manifestações populares após a abdicação.



Oscar Pereira da Silva, Regente Feijó, MP.

Logo no início de seu mandato, o ministro criou a **Guarda Nacional**, milícia armada dirigida por brasileiros abastados, que passou a ser o principal instrumento do governo para reprimir os levantes populares. Era uma nova organização militar, mais confiável aos olhos das classes dominantes. Tal medida fez com que o papel do exército fosse reduzido: a ação da Guarda tinha um caráter local (o alistamento era obrigatório para todos os cidadãos com direito de voto nos municípios) e determinava uma redução dos quadros militares, já que os membros da Guarda Nacional eram dispensados de servir o exército.

Como definiu a lei de agosto de 1831 que a criou, a Guarda Nacional teria a função de "... Defender a Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade do Império; manter a obediência às leis, conservar, ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública, e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas..."

O comando da Guarda Nacional em cada município cabia ao coronel, patente geralmente vendida pelo governo aos grandes fazendeiros. Estes acabavam por assumir o papel do Estado, garantindo a ordem e os poderes existentes, ao mesmo tempo em que defendiam seus interesses locais.

Em novembro de 1832, reforçando a autonomia dos poderes locais, foi aprovado o **Código do Processo Criminal**, que dava plena autoridade judiciária e policial, no nível municipal, aos juizes de paz, normalmente escolhidos e nomeados entre os grandes proprietários de uma dada região. A par do fortalecimento dos poderes locais da aristocracia fundiária, instituíram-se o júri e o *habeas corpus*, medidas jurídicas que representavam avanços do liberalismo muito mais no papel que na prática, mas revelavam a influência da ordem jurídica norte-americana e inglesa.

Ainda em 1832, o padre Feijó, buscando enfraquecer o grupo político dos Restauradores (portugueses) e, para isso, lutando pela destituição de José Bonifácio da tutoria de D. Pedro, tentou dar um golpe e transformar-se no único regente a fim de governar o país com plenos poderes. Fracassado seu intento, porém, Feijó viu-se obrigado a renunciar ao cargo de ministro.

As correntes políticas durante a Regência

No Brasil regencial, observa-se a presença de três tendências políticas, grupos formados por indivíduos de posses, preocupados em preservar seus interesses, mas que divergiam quanto à forma de como governar o país durante a menoridade de D. Pedro.

Um desses agrupamentos políticos ficou conhecido como **restaurador** ou **caramuru**, por defender a volta de D. Pedro I ao governo do Brasil e contar com o jornal *O Caramuru* como principal veículo de divulgação de suas idéias. Formado por comerciantes portugueses e liderado por José Bonifácio, o grupo restaurador, reunido em torno da Sociedade Conservadora da Constitui-



Grande foi o papel da imprensa nos embates políticos da Regência.

ção Brasileira, mostrava-se contrário a reformas socioeconômicas e favorável ao absolutismo monárquico. Os restauradores desapareceram em 1834, após a morte de D. Pedro I, em Portugal.

Um outro grupo, de tendência mais “radical” dentro do cenário político brasileiro e reunido em torno da Sociedade Federal, era chamado de **liberal exaltado**. Participavam dessa corrente proprietários rurais, membros das classes médias urbanas e do exército, que defendiam a autonomia das províncias e, conseqüentemente, a descentralização do poder imperial. Também conhecidos por **jurujubas**, seus membros mais radicais eram favoráveis ao fim da monarquia e à instituição da república, destacando-se entre seus líderes o major do exército Miguel Frias e o jornalista Cipriano Barata. Suas propostas de mudança eram bem recebidas pelos setores menos favorecidos da sociedade e, pela fácil penetração junto a esses grupos, ficaram conhecidos como farroupilhas.

Um último grupo que merece destaque era chamado de **liberal moderado** ou **chimangos**. Reunia também membros da aristocracia rural envolvidos no governo regencial e integrados na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, que defendia a ordem existente, especialmente a monarquia e a escravidão, fontes de seus privilégios. Advogavam um governo centralizado no Rio de Janeiro e a unidade territorial do Brasil, tendo como principais líderes o padre Feijó, o jornalista Evaristo da Veiga e o político Bernardo Pereira de Vasconcelos. Opunham-se à volta do ex-imperador e aos “exageros” defendidos pelos exaltados.

Tanto os liberais exaltados como os moderados concordavam, de início, com a necessidade de reformas que garantissem maior autonomia das províncias bem como a unidade do Império. Nesse sentido, empreenderam as mudanças descentralizadoras do início do período regencial, o que representou um avanço liberal. Esse liberalismo estendeu-se de 1831 a 1835 e teve como ponto alto o Ato Adicional de 1834.

Os dois grandes ‘partidos’ do Segundo Reinado foram o Partido Conservador e o Partido Liberal, cujas bases remontam ao Período Regencial.

Tomando ‘alguns marcos institucionais’ que ‘tiveram importância direta sobre a organização partidária’ brasileiro é necessário considerar que eles: “jamais darão conta dos processos que marcaram a vida política, mas podem ser indicadores dos esforços do Estado em manter a ordem social sob o seu controle, a manutenção do poder que vimos estar no íntimo da criação de uma organização partidária consentida.

O marco 1822 e os momentos que a cercam são claros, nesse sentido; não por serem um marco zero, já que o universo político que vem à luz nesse período já estava estabelecido muito antes, mas por exigirem claramente um reordenamento institucional que pusesse, entre outras coisas, ordem no mundo da política – reordenamento, que, por sinal, não se fará sem problemas. (...)

Esse primeiro período, ainda de acomodação de tendências em luta contra o poder do imperador, ou a seu favor, possui complicadores nas inúmeras oposições regionais que se negaram a fazer parte do jogo político instalado no Rio de

Janeiro. Uma maior definição partidária em torno do poder talvez só se cristalizasse num segundo período, com a reabertura dos trabalhos legislativos após o fechamento da Assembleia, de 1826 até 1831. Neste último ano, com a abdicação de D. Pedro I e o início da Regência, teria início um terceiro período, onde aos grupos de opinião seria concedida uma participação importante na administração do governo e nos negócios do Estado. Um quarto período, iniciado com a maioria do imperador e o triunfo do projeto conservador, redefiniria o papel dos partidos, frente ao Executivo, inclusive nos esforços de captar oligarquias dissidentes para a prática do jogo político, principalmente após a pacificação das últimas rebeliões separatistas."

(FERREIRA NETO, Edgard Leite. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988, pp. 19-20.)

O Ato Adicional de 1834

As manifestações políticas que ocorreram no Brasil após a abdicação representavam, de um lado, as disputas pelo controle do poder no país e, de outro, o descontentamento diante das condições econômicas e políticas existentes. As pressões por mudanças que ameaçavam a ordem vigente e colocavam em risco o predomínio da aristocracia rural levaram à criação, como vimos, da Guarda Nacional, em 1831, e à instituição do Código de Processo Penal no ano seguinte. Como as pressões e as divergências não diminuíram, novas medidas foram adotadas.

Após a demissão de Feijó do Ministério da Justiça, exaltados e moderados acirraram suas disputas. Para atenuá-las, foi elaborado, em 1834, o Ato Adicional à Constituição, estabelecendo alterações à Carta Outorgada de 1824. O Ato visava conciliar as tendências políticas centralizadoras dos moderados e descentralizadoras dos exaltados e, assim, acrescentou as seguintes emendas à Constituição de 1824:

- criação das **assembléias legislativas provinciais** com amplos poderes, em substituição aos antigos conselhos gerais das províncias, submissos às decisões do imperador. Tratava-se de uma medida descentralizadora, pois cada província poderia, a partir de então, fazer suas próprias leis, conquistando liberdade administrativa. As assembléias podiam, por exemplo, admitir e demitir funcionários públicos, reforçando os poderes locais. Em contrapartida, os presidentes das províncias continuavam sendo escolhidos pelo poder central, o que, de certa maneira, permitia ao governo central manter relativo controle sobre a vida provincial;
- criação do **Município Neutro do Rio de Janeiro**, território independente da província do Rio de Janeiro, sede da administração central, no qual as autoridades seriam nomeadas pelo governo imperial. Essa medida agradou aos moderados, uma vez que propiciava uma centralização política;

- substituição da Regência Trina pela **Regência Una**, eleita pelas assembleias provinciais de todo o país, com mandato de quatro anos. Era uma medida ao mesmo tempo centralizadora, já que concentrava o poder político na pessoa de um regente, e descentralizadora, ao permitir que a escolha do regente fosse aberta aos eleitores das províncias, ou seja, os grandes proprietários rurais;
- suspensão do exercício do poder moderador e do Conselho de Estado, eixos do centralismo do Primeiro Reinado, enquanto durasse a Regência.



O Ato Adicional de 1834, revelando seu caráter liberal, fez concessões tanto a moderados quanto a exaltados, buscando a conciliação e composição entre as duas facções políticas em disputa. Em 1835, em meio ao quadro das mudanças políticas definidas pelo Ato Adicional, o padre Feijó foi eleito regente uno.

A Regência Una de Feijó (1835-37)

A par das conquistas liberais obtidas durante a primeira fase da Regência, surgiram, nesse período, manifestações de oposição à ordem existente, às dificuldades econômicas da maioria da população e de interesses regionais prejudicados.

Refletindo anseios por mudanças mais profundas no país, multiplicaram-se os movimentos regionais que desembocaram em diversos levantes provinciais, a exemplo da Cabanagem no Pará, da Sabinada na Bahia e da revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, entre outros.

Durante a regência de Feijó, o grupo moderado dividiu-se em **progressistas**, favoráveis à manutenção da autonomia provincial das assembleias e adeptos do governo Feijó, e **regressistas**, defensores de uma maior centralização para enfrentar e acabar com as rebeliões provinciais.

Pouco a pouco, o grupo progressista acabou se convertendo no **Partido Liberal**, enquanto os regressistas, liderados por Bernardo Pereira de Vasconcelos, criaram o **Partido Conservador**, grupamento que reunia, principalmente, os grandes proprietários rurais, os grandes comerciantes, magistrados e burocratas. Já o Partido Liberal aglutinou a classe média urbana, clérigos e alguns proprietários rurais das novas áreas agrícolas, especialmente de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Os partidos Conservador e Liberal representavam as principais forças políticas no Brasil durante a Regência. Apesar do nome “partido”, esses agrupamentos, contudo, expressavam interesses pouco divergentes da elite social brasileira.

“Bernardo Pereira de Vasconcelos fora o redator do projeto do Ato Adicional de 1834 que, segundo suas palavras, desejava ‘diluir os laços da centralização’ e ainda ‘parar o carro revolucionário’. Devido às emendas acrescidas, Bernardo acabou por defini-lo como ‘o código da anarquia’, responsável pelas sucessivas revoltas que sacudiram o Império entre 1835 e



Litografia de S. A. Sisson.

Bernardo Pereira de Vasconcelos: o Ato Adicional para “parar o carro revolucionário”.

1840. Liderando o grupo regressista, que atraira boa parte dos moderados e também os antigos restauradores, Bernardo Pereira justificava assim a sua nova posição conservadora: ‘Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trãstuga, não abandono a causa que defendo, no dia de seus perigos, da sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete.’”

(FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Globo, 1989. pp. 321-2.)

Em 1837, revelando certa incapacidade em conter as revoltas que se multiplicavam e diante da acirrada oposição regressista, Feijó renunciou ao cargo de regente.

A Regência Una de Araújo Lima (1837-40)

A renúncia de Feijó fez do presidente da Câmara, Araújo Lima, grande proprietário pernambucano e partidário dos conservadores, o novo regente do país. A substituição foi confirmada pelas eleições que se seguiram na própria Câmara. O novo governo apresentou uma tendência nitidamente con-

servadora, em oposição ao predomínio liberal do início do período. Durante a regência de Araújo Lima, as conquistas liberais da fase anterior foram anuladas e verificou-se um retrocesso no sentido da centralização monárquica.

Araújo Lima nomeou regressistas para os ministérios, destacando-se o líder conservador **Bernardo Pereira de Vasconcelos** na pasta da Justiça. Esse ministério foi responsável por importantes realizações, como a criação do Colégio Pedro II, do Arquivo Público Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por isso, e por sua composição, recebeu o apelido de “ministério das capacidades”.

O governo conservador de Araújo Lima considerava os levantes provinciais produto do Ato Adicional de 1834. Em sua opinião, o “Ato da anarquia” devia ser anulado para se restaurar a ordem no país. Em maio de 1840, o Ato Adicional foi alterado por uma **lei interpretativa**, aprovada pelos deputados, a qual devolvia ao poder central do Rio de Janeiro o controle dos órgãos da polícia e da justiça, antes nas mãos das assembleias provinciais, incluindo a prerrogativa de nomear os funcionários públicos. Buscava-se a centralização como forma de enfrentar eficazmente os levantes provinciais que ameaçavam a ordem estabelecida.

O mandato de Araújo Lima deveria estender-se até 1842, mas os liberais de oposição lutaram para recuperar o poder. Em 1840, fundaram o **Clube da Maioridade**, que defendia a antecipação da maioridade de D. Pedro II – na época com 15 anos incompletos. Segundo eles, a presença do imperador no trono poria fim às revoltas regionais em curso e afastaria o fantasma da fragmentação política e territorial do país, argumento que cativou a adesão da elite política do país.

A vitória do Clube da Maioridade concretizou-se em julho de 1840, quando D. Pedro II foi coroado imperador, encerrando o período regencial. Tal episódio recebeu o nome de **Golpe da Maioridade**.



René Moreaux, Coroação de D. Pedro II (detalhe), Museu Imperial.

D. Pedro II: imperador aos 14 anos.

Contudo, o golpe não representou o fim da tendência centralizadora verificada durante o período regressista, iniciado em 1837. Na verdade, as tendências políticas nascidas após o Golpe da Maioridade – conservadores e liberais – não se antagonizavam, pois ambas as facções representavam os interesses da elite nacional, organizada em torno da grande propriedade escravista. Os liberais, interessados também na manutenção da ordem aristocrática, não opuseram obstáculos às medidas centralizadoras dos conservadores.

A partir de 1841, a tendência regressista conseguiu reinstaurar o Conselho de Estado, órgão de assessoria do imperador e de enorme força nacional, e promoveu a reforma do Código de Processo Criminal, subordinando a polícia e a justiça ao ministro da Justiça. Completando o processo de centralização imperial, em 1850, a Guarda Nacional passou para a esfera de influência do Ministério da Justiça.

As rebeliões regenciais

Como vimos, o período regencial foi marcado por considerável instabilidade política. As chamadas **rebeliões regenciais** questionaram não só o excesso de centralização política e a cobrança dos inúmeros tributos instituídos pelo Rio de Janeiro com vistas à organização e sustento do novo Estado brasileiro, mas também a situação de miséria em que se encontrava a maioria da população, reivindicando liberdade e maior acesso ao cenário político.

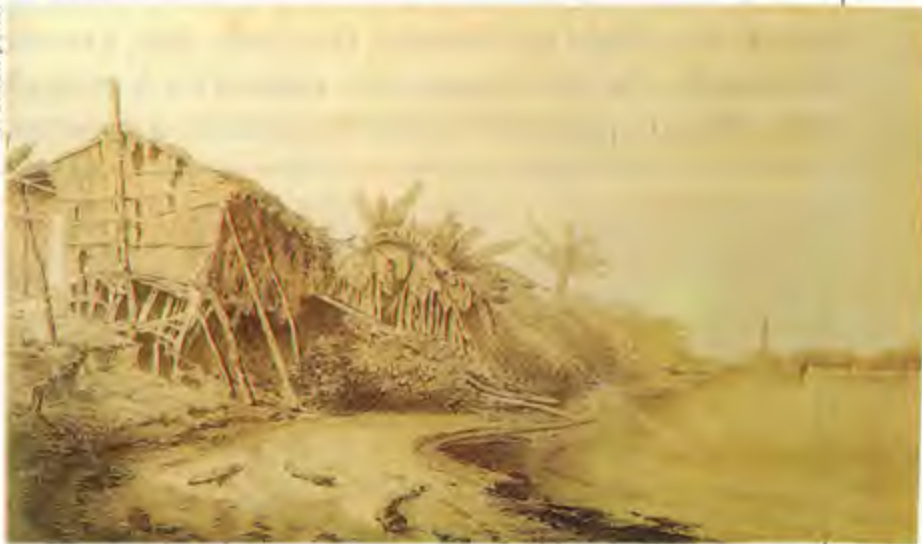
A Cabanagem (Pará, 1835-40)

O levante dos cabanos, nome dado ao movimento ocorrido na província do Pará entre os anos de 1835 e 1840, teve como ponto de partida as disputas locais em torno da nomeação do presidente da província que dividiram a elite paraense, envolvendo boa parte de seus habitantes. A revolta contou com a adesão da população pobre da província, índios, mestiços e negros da região, que viviam em cabanas, à beira dos rios, em condições miseráveis.

Insatisfeitos com os privilégios das oligarquias locais e visando melhorar as péssimas condições de vida que enfrentavam, os rebeldes tomaram a cidade de Belém e assumiram o governo provincial. Pelo porto de Belém, cuja população era de cerca de 12 mil habitantes, escoava a produção da província, constituída de tabaco, cacau, arroz, borracha e “drogas do sertão”, sob o controle de uma elite de comerciantes locais, formada sobretudo de portugueses que exploravam a população mais humilde.

Uma vez no governo, os insurgentes hesitaram entre estabelecer um governo autônomo e republicano ou manter a fidelidade ao Rio de Janeiro, terminando por proclamar a independência. Entre eles destacaram-se como líderes o cônego **Batista Campos**, os irmãos **Vinagre (Antônio e Francisco)** e o seringueiro **Eduardo Angelim**.

F. J. Tempeltel



Humildes cabanas à beira-rio na província do Pará, de onde saíram muitos dos rebeldes. Depois de proclamar a independência do Pará, os cabanos não chegaram a abolir a escravidão, apesar de muitos de seus membros serem escravos.

De caráter eminentemente popular, o movimento acabou sendo traído por vários participantes. Além disso, a falta de consenso entre seus líderes e a indefinição quanto aos rumos do governo da província promoveram o esvaziamento da revolta, que acabou sendo violentamente sufocada pelas tropas governamentais enviadas à região. Em 1840, o Pará foi “pacificado” às custas de um total de mortos superior a 30 mil, perto de 20% de toda a população da província.

A Sabinada (Bahia, 1837-38)

A Bahia, principalmente a cidade de Salvador, sempre foi palco de resistência e luta contra a opressão desde a época colonial, a exemplo da Insurreição dos Alfaiates, de 1798. Na fase regencial eclodiram diversas rebeliões de escravos na província, sendo que a mais importante deu-se em 1835, envolvendo os negros malês, escravos de religião muçulmana e bastante cultos, que, com seus gritos de “morte aos brancos, viva os nagôs”, espalharam o terror aproximando os senhores, que conseguiram esmagar o movimento.

O excesso de autonomia local, as dificuldades econômicas vivenciadas pela província já há muito tempo, o descontentamento dos grupos médios urbanos e a resistência da população local contra as determinações do governo central ganharam novo impulso em 1837, quando foi instituído o recrutamento forçado para formação de tropas que iriam combater os farroupilhas no Rio Grande do Sul. Iniciou-se assim uma revolta contra a truculência do governo, que desembocou na conquista do poder na Bahia e na proclamação da **República Bahiense** pelos insurgentes.

O movimento tinha à frente o médico **Francisco Sabino Barroso**, morador da cidade de Salvador. Por causa dele, a revolta ficou conhecida como Sabinada. Os revoltosos eram contrários à centralização política desejada pelo Rio de Janeiro e decidiram manter o governo republicano e independente até que D. Pedro II pudesse assumir o trono brasileiro, o que deveria ocorrer em 1843. Almejavam, sobretudo, manter a autonomia provincial conseguida com o Ato Adicional de 1834, chegando também a assumir o compromisso de libertar os escravos nascidos no Brasil que apoiassem a revolução, mantendo, porém, os demais sob cativeiro.



Litografia de Aubrun, foto de Victor Frandi.

Em Salvador, a Sabinada defendia a liberdade somente aos escravos "crioulos" (nascidos no Brasil).

A Regência enviou tropas que cercaram a cidade de Salvador e, com a ajuda dos senhores de engenho da região do Recôncavo, fiéis ao Rio de Janeiro, venceram os revoltosos em 1838. Ao final da violenta repressão, além de milhares de prisioneiros, mais de 2 mil pessoas estavam mortas, inclusive seus mais expressivos líderes, que acabaram executados.

A Balaiada (Maranhão, 1838-41)

A origem dessa revolta, ocorrida no Maranhão, deve ser buscada nas disputas políticas pelo controle do poder local. Os rebeldes, constituídos por pobres e miseráveis da região, incluindo mesmo escravos que sonhavam com a liberdade, contestavam os privilégios dos latifundiários e comerciantes portugueses.

Nessa época, a província do Maranhão contava uma população de cerca de 200 mil habitantes, metade representada por escravos dedicados à agricultura do algodão e à pecuária. Sua economia enfrentava graves dificuldades dado o declínio das exportações de algodão frente à concorrência dos Estados Unidos.

Os principais líderes do movimento rebelde foram o vaqueiro **Raimundo Gomes**, apelidado de "Cara Preta", **Manuel dos Anjos Ferreira**, o "Balaio", fabricante de cestos e inspiração para o nome da revolta, e o negro **Cosme**

Bento, que liderou uma força de cerca de 3 mil escravos. Os balaios chegaram mesmo a ocupar a Vila de Caxias, importante centro urbano da província, e ameaçavam tomar também a capital, São Luís.

, Devido às divergências entre seus líderes e à falta de unidade entre os rebeldes, o movimento entrou em


rápido declínio quando, então, chegaram as tropas do governo, que, sob o comando do coronel Luís Alves de Lima e Silva, derrotaram os insurgentes e retomaram o poder da província. Aliás, foi graças a essa vitória que o coronel recebeu o título de barão de Caxias.

A definitiva pacificação da região só foi conseguida, contudo, com a anistia concedida pelo imperador aos revoltosos sobreviventes, em 1841, seguida da reescravização dos negros que tinham participado da rebelião e do enforcamento do líder Cosme Bento em 1842.

A revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-45)

A revolução Farroupilha, ou guerra dos Farrapos, foi a mais longa rebelião da história brasileira. Liderada pelos **estancieiros** (fazendeiros de gado do Sul do país), apesar de o nome **farroupilha** advir dos pobres esfarrapados que compunham a maioria da tropa insurgente, o movimento reivindicava maior autonomia provincial e a redução dos altos impostos que incidiam sobre o charque (carne-seca) gaúcho, que, dessa forma, não tinha condições de competir em situação de igualdade com o charque platino. Além da vantagem tributária, o charque platino era produzido com mão-de-obra assalariada, mais eficiente e produtiva que o caro braço escravo usado nas estâncias gaúchas, resultando quase sempre em melhor qualidade e preço.

Outros produtos, como o gado, couro e o sebo, que eram destinados a outras províncias brasileiras, enfrentavam obstáculos semelhantes. A situação era bem diferente do que ocorria no restante do país, onde a economia se voltava predominantemente para o mercado externo.



Foi no meio das disputas entre os membros das elites locais que a Balaiada maranhense desembocou numa revolta popular. Na foto, São Luís em meados do século XIX.

Joseph Leone Righini, coleção Paulo F. Geyer, Rio de Janeiro.



Painel em homenagem à República Riograndense (10/9/1836).

A revolução Farroupilha, apesar do nome, foi iniciada por estancieiros da fronteira e membros da classe média urbana.

A revolução Farroupilha teve início em 1835, quando **Bento Gonçalves**, filho de um rico proprietário de terras no Rio Grande do Sul, tomou a cidade de Porto Alegre, depondo o presidente da província. No ano seguinte, os revoltosos proclamaram a **República Rio-Grandense**, com sede na Vila Piratini.

Logo a revolta alastrou-se pelo Sul do país, atingindo Santa Catarina, onde foi proclamada a **República Juliana**, com o auxílio de **Davi Canabarro** e **Giuseppe Garibaldi**, líder revolucionário italiano que participou ativamente do movimento.

A partir de 1842, já durante o Segundo Reinado, a rebelião entrou em declínio, especialmente diante da repressão empreendida pelo governo central, comandada pelo barão de Caxias. As sucessivas derrotas frente às forças imperiais levaram os revoltosos a assinar, em 1845, um acordo de paz chamado **Paz de Ponche Verde**, obtida mediante concessão de anistia geral aos revoltosos, incorporação dos oficiais farroupilhas no exército imperial, devolução das terras ocupadas aos antigos proprietários, taxaço de 25% sobre o charque platino e libertação dos escravos que lutaram na revolução. Fez também parte do acordo de paz a encampação das dívidas contraídas pelos governos criados pelos revolucionários. Por sua importante atuação, Caxias recebeu o título de "Pacificador do Império".

A transição para o Segundo Reinado

Encerrada a fase regencial de nossa história, com o Golpe da Maioridade de 1840, os grupos mais expressivos da vida política brasileira tinham avançado no sentido da edificação da ordem imperial, consolidando o centralismo oligárquico garantidor da unidade nacional. A elite agrária e

burocrática assumiu o controle sobre as estruturas do Estado, mantendo-o durante o Segundo Reinado e assegurando a base escravista, latifundiária e exportadora do Brasil independente, herança do período colonial.

Quando se observa a evolução política do período regencial, nota-se uma importante transformação no projeto oligárquico: defensores da descentralização política, sobretudo grandes proprietários de terra, converteram-se em adeptos da centralização, o que não deve ser atribuído apenas ao temor da fragmentação política, provocado pelas rebeliões da época, mas também a uma mudança radical nas perspectivas políticas e econômicas da classe dos latifundiários.

Assim, do ponto de vista político, a luta contra a centralização empreendida pela aristocracia nos primeiros anos do Brasil independente significava manter afastada das decisões a elite administrativo-burocrática, composta por portugueses. A oposição a esse setor da população, tão próximo das inclinações absolutistas e recolonizadoras do imperador D. Pedro I, revelava um caráter de luta pela manutenção da independência e controle do país por um grupo nacional. No entanto, na medida em que a elite administrativo-burocrática de origem lusa foi sendo substituída por outra de origem brasileira, a questão ganhou novo significado: agora a centralização política passava a ser sinônimo do controle do país pela oligarquia, principalmente aquela proveniente de um Nordeste economicamente decadente.

Do ponto de vista econômico, a luta contra a centralização política podia ser esperada, na medida em que os latifundiários encontravam-se espalhados geograficamente pelo Brasil. Mas a decadência econômica do Nordeste e o avanço da oligarquia nordestina em direção ao controle do aparelho de Estado, somados a uma concentração geográfica dos produtores de uma nova riqueza nacional em

torno do Rio de Janeiro, mudaram esse panorama. A nova riqueza nacional a que nos referimos era o café, em franca expansão durante a Regência, sobretudo na região da Baixada Fluminense. Assim, a figura do rico produtor (ou negociante) de café ligado à Baixada, mas morando na corte e com seus interesses ali concentrados, viabilizou a mudança de perspectiva e orientação política das elites rumo à centralização.



J. B. Debret, O regresso de um proprietário.

A construção da ordem política brasileira dos anos 1820 aos anos 1840 teve por eixo a exclusão popular, garantia da estrutura escravista e elitista.

A unidade nacional, aliás, acabou vitoriosa graças, especialmente, à comunhão de interesses das elites estabelecidas, as quais sempre puderam contar com força suficiente para reprimir tentativas de subversão da ordem. A necessária coesão para fazer frente às ameaças das sublevações internas também serviu de respaldo às elites imperiais diante de algumas pressões externas, que julgavam ser ameaçadoras ao seu predomínio. Neste caso, por exemplo, situa-se a pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro. Essa pressão foi contornada e possibilitou a sobrevivência da escravidão no Brasil, que se estendeu por quase todo o período imperial.

Há que se destacar também que a elite política imperial apresentava coesão ideológica, reforçada por sua formação cultural bastante homogênea. Eram os letrados do país, normalmente graduados em universidades européias, em meio a uma massa de analfabetos.

Ao final da Regência, as estruturas socioeconômicas e políticas no Brasil não apresentavam sintomas de alteração substancial: manteve-se o caráter latifundiário, exportador e escravista de nossa economia, ao mesmo tempo que se preservou a exclusão social e política da grande maioria da população brasileira, formada, sobretudo, por escravos, pobres e mulheres.

Questões

1. Compare os processos de independência da América Espanhola e do Brasil.
2. Que vantagens obteve a Inglaterra para servir de mediadora nas negociações que resultaram no reconhecimento da independência do Brasil?
3. Caracterize a Constituição brasileira de 1824.
4. Demonstre, usando a Carta Constitucional de 1824, o caráter oligárquico do nascente sistema político brasileiro.
5. Descreva o movimento revolucionário ocorrido em Pernambuco em 1824.
6. Caracterize a situação econômica do Brasil durante o Primeiro Reinado.
7. Comente a afirmação: "Pode-se dizer que a simples abdicação de D. Pedro I e a instalação do governo regencial já significaram uma relativa liberalização política".
8. Caracterize as três tendências políticas presentes na elite brasileira do início do período regencial.
9. Descreva as principais rebeliões do período regencial.
10. Quais as alterações instituídas pelo Ato Adicional de 1834 e qual a sua importância para a vida política nacional?
11. Como se explica o sucesso do projeto centralizador ao final do período regencial? Em que sentido esse projeto consolidava o domínio oligárquico no Brasil?

O IMPÉRIO OLIGÁRQUICO

a antecipação da maioria de D. Pedro II, em 1840, encerrou o período regencial de nossa história, inaugurando o Segundo Reinado, época de apogeu da monarquia brasileira, representante legítima dos interesses das elites. As principais divergências quanto à estruturação da vida política nacional haviam sido conciliadas em grande parte ou, até mesmo, superadas. Permaneceram, sem dúvida, algumas dificuldades que por algumas décadas não imporiam obstáculos à ordenação socioeconômica brasileira do Segundo Reinado, nem às instituições políticas estabelecidas. Somente a partir dos anos 1870 é que essas fissuras ganharam espaço, promovendo impasses que culminariam com a derrocada da ordem imperial e a instauração do regime republicano.

No início do Segundo Reinado, teve continuidade a centralização da vida política e administrativa, iniciada em 1837, marcada pela desmontagem da legislação desconcentradora de poderes nascida após a abdicação, durante parte do período regencial. Verificou-se também a pacificação do país com a repressão às revoltas herdadas do período anterior, bem como a novos movimentos que colocavam em risco a ordem monárquica.

Consolidando o domínio oligárquico, estabeleceu-se um governo de conciliação dos dois partidos dominantes no Império, o **Conservador** e o **Liberal**. O primeiro aglutinava principalmente a burocracia estatal, os grandes comerciantes e fazendeiros ligados à lavoura de exportação; já o Liberal contava em suas fileiras com profissionais liberais urbanos, agricultores encarregados do abastecimento do mercado interno e os das áreas mais recentes de colonização. Depois da superação de disputas e divergências, conservadores e liberais integraram o governo elitista de D. Pedro II durante o período denominado **Conciliação**, contribuindo para consolidar a ordem imperial oligárquica brasileira.

Mesmo considerando que, durante o século XIX, o Brasil não se limitava apenas à estrutura socioeconômica agroexportadora e à ordenação política oligárquica, foi a presença hegemônica da produção escravista-exportadora, especialmente açucareira e cafeeira, e de seus representantes na organização imperial que acabou marcando a feição do país durante o reinado de D. Pedro II. Essa supremacia decorreu das heranças coloniais, bem como da evolução desses setores socioeconômicos e da sujeição dos demais.

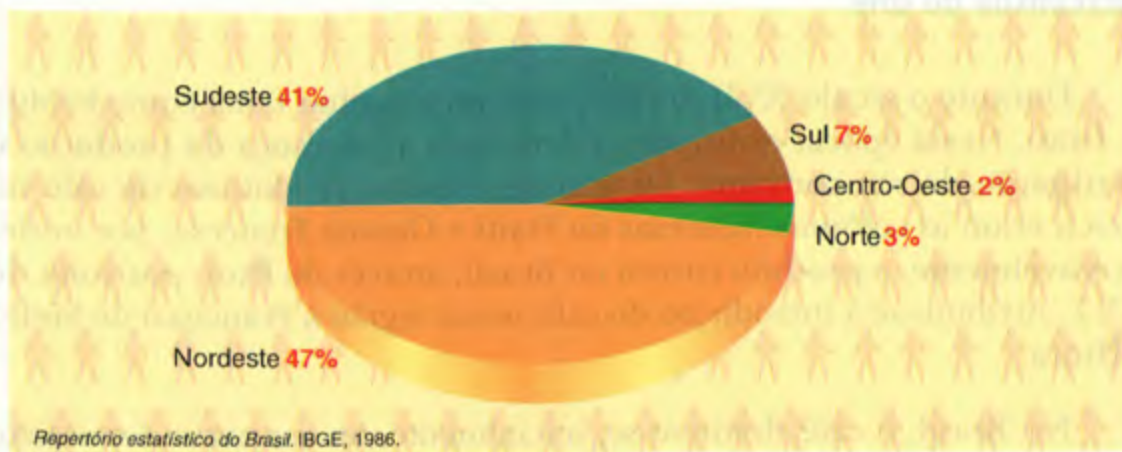
Economia e sociedade do Segundo Reinado

A ordem socioeconômica brasileira, construída ao longo do processo de colonização, continuou a prevalecer durante o Segundo Reinado. Do ponto de vista econômico, o país permaneceu dedicado à produção de alguns gêneros de exportação, especialmente o café. Já no âmbito social, manteve-se a predominância de um pequeno grupo rico e poderoso.

Porém, apesar da aparente continuidade entre o período colonial e o Império, o quadro diversificou-se, admitindo novas forças sociais emergentes, em especial as nascidas do surto industrial e do processo de urbanização, que ocorreram no país na segunda metade do século XIX.

Novos produtos, de alto valor comercial no mercado externo, como o cacau e a borracha, ganharam destaque na produção agrícola brasileira. Da mesma forma, a mão-de-obra escrava foi sendo gradualmente substituída pela assalariada, constituída basicamente por imigrantes. Todas essas mudanças promoveram uma modernização conservadora: mantinha-se o caráter elitista da dominação política, ao mesmo tempo em que a economia avançava no sentido do desenvolvimento do capitalismo, tornando-se mais racional, produtiva e com dinâmicas modificadas de exclusão social. Surgiram personagens e atuações novas para antigos papéis.

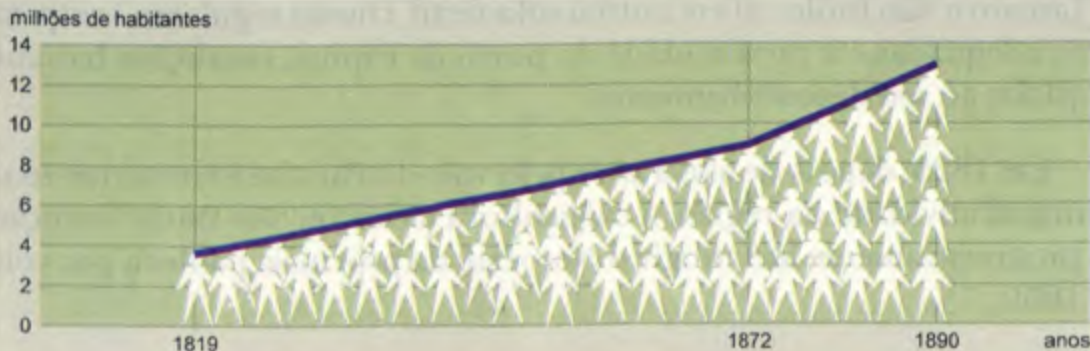
Tais transformações promoveram a definitiva transferência do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste brasileiro, como atesta a estrutura de posse de escravos no período: em 1819, cerca de 51% dos cativos brasileiros pertenciam a senhores nordestinos, enquanto, em 1872, eram os proprietários do Sudeste que detinham perto de 59% da massa escrava. Até mesmo em termos populacionais, eram evidentes as mudanças, como atestam os censos de 1819, 1872 e 1890: em números absolutos, a população brasileira saltou de 4 600 000 habitantes, em 1819, para 9 930 000, em 1872, e daí para 14 333 000, segundo o último censo do século passado. Veja, a seguir, um gráfico da distribuição da população brasileira por regiões, em 1872.



Repertório estatístico do Brasil. IBGE, 1986.

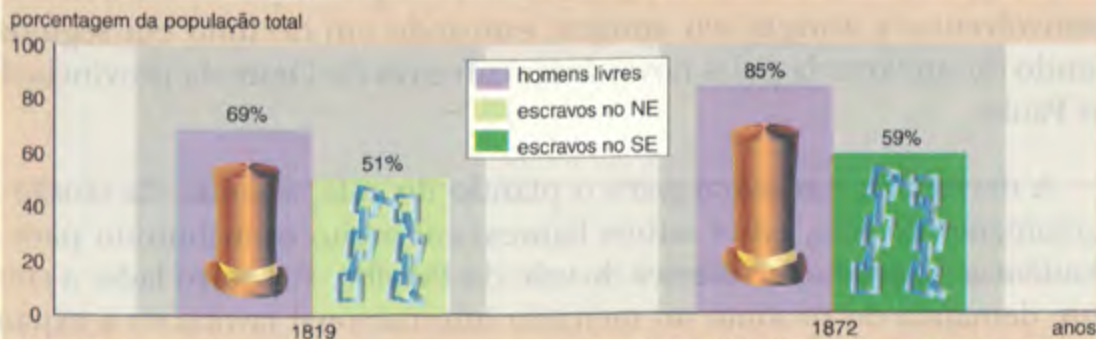
Distribuição regional da população brasileira em 1872 (%)

Ainda no âmbito demográfico, as mudanças também puderam ser sentidas na estrutura étnico-social da população brasileira: enquanto, em 1819, cerca de 69% da população era constituída por indivíduos livres, dos quais 30% eram brancos, o censo de 1872 registrou o aumento da população livre para cerca de 85%, da qual 38% era branca. Esses números revelam a progressiva substituição da mão-de-obra escrava pela livre e a entrada de imigrantes europeus no Brasil. Veja os gráficos a seguir para visualizar esses dados:



Estatísticas históricas do Brasil. IBGE, 1990.

Evolução da população brasileira



FRAGOSO, João Luís. "O império escravista e a república dos plantadores." In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990, pp.131-2.

O definhamento escravista

A ascensão do café

Durante o século XVII, o café começou a ganhar fama como bebida de luxo. Nessa época, os franceses detinham a liderança da produção e divulgação do seu consumo. Os grandes centros produtores de café na época eram as colônias francesas do Haiti e Guiana Francesa, por onde, provavelmente, o produto entrou no Brasil, através do Pará, por volta de 1727. Atribuiu-se a introdução do café nessa região a Francisco de Mello Palheta.

No Brasil, o café destinou-se, inicialmente, ao consumo doméstico, sendo cultivado em diversas regiões do país, alcançando a capitania do Rio de Janeiro por volta de 1760, onde era plantado em pequenas lavouras nos arredores da cidade. Seu valor comercial, no entanto, permaneceu reduzido até o final do século XVIII, quando a produção colonial francesa se desorganizou e entrou em crise, devido aos processos revolucionários que envolveram a França e suas colônias. A partir de então, a produção cafeeira no Brasil adquiriu um caráter comercial e passou a ser realizada cada vez mais em larga escala e para exportação.

Das pequenas lavouras próximas ao Rio de Janeiro, o café atingiu a Zona da Mata mineira e boa parte do litoral fluminense, fixando-se, com sucesso, no vale do Paraíba, vasta região situada entre as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Aí encontrou solo fértil, chuvas regulares, temperaturas adequadas e a proximidade do porto da capital, condições bastante propícias ao seu desenvolvimento.

Em 1825, depois de alastrar-se pelo vale do Paraíba e converter-se na principal atividade da região, a cafeicultura alcançou São Paulo, avançando progressivamente até atingir o Noroeste da província paulista por volta de 1850.

No vale do Paraíba, as fazendas estruturaram-se segundo o padrão da *plantation* açucareira, ou seja, utilizando mão-de-obra escrava e produzindo em larga escala para exportação. Até 1870, a produção cafeeira do vale desenvolveu-se e atingiu seu apogeu, entrando em declínio em seguida, quando foi suplantada pelas novas áreas cafeeiras do Oeste da província de São Paulo.

A derrubada das matas para o plantio do café, seguida da erosão e esgotamento do solo, entre outros fatores, em muito contribuíram para a decadência da produção cafeeira do vale do Paraíba. Por outro lado, a crescente demanda do produto no mercado internacional favoreceu a expansão do cultivo em direção ao Oeste paulista, onde o café encontrou solo e clima ainda mais favoráveis para o seu cultivo. (A expressão terra roxa deriva de uma palavra do idioma italiano trazido pelos imigrantes – “rossa” –,

que significa 'vermelha'.) Graças a isso, a província de São Paulo transformou-se no principal centro produtor do país, e o porto de Santos, situado no litoral paulista, passou a ser o mais importante escoadouro da produção cafeeira, ultrapassando o Rio de Janeiro em importância comercial. Da região de Campinas, as fazendas de café espalharam-se em direção a Ribeirão Preto, alcançando mais tarde, o Sul de Minas Gerais e o Norte do Paraná.



Por volta de 1850, a economia cafeeira sofreu sensível impulso graças aos novos investimentos oriundos da proibição do tráfico de escravos, que gerou um significativo excedente de capitais. A expansão da produção de café destinava-se, sobretudo, ao abastecimento dos mercados norte-americano e europeu, cujo consumo por parte das suas classes intermediárias ampliava-se continuamente.

Os primeiros cafeicultores, em sua maioria, provinham das camadas sociais que não eram os grupos mais privilegiados da sociedade da época: comerciantes, pequenos proprietários e membros da alta burocracia estatal, especialmente militares. Essa "mobilidade" só foi viável graças aos recursos originários da ampliação comercial após a vinda da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, no início do século XIX.

Já no final do século passado, em São Paulo, província transformada no novo eixo econômico do país, os proprietários das fazendas de café, chamados "barões", ganharam cada vez mais importância na vida econômica e política e, diferentemente da tradicional elite açucareira, acabaram fixando-se nos elegantes arredores das cidades, contando com o desenvolvimento dos meios de transporte (estradas de ferro e portos) e de comunicação (telégrafo e telefone). Não foi raro, dada a vida urbana desses proprietários, a dedicação a outras atividades econômicas, como o comércio, bancos e indústrias, tornando mais diversificada a economia nacional.

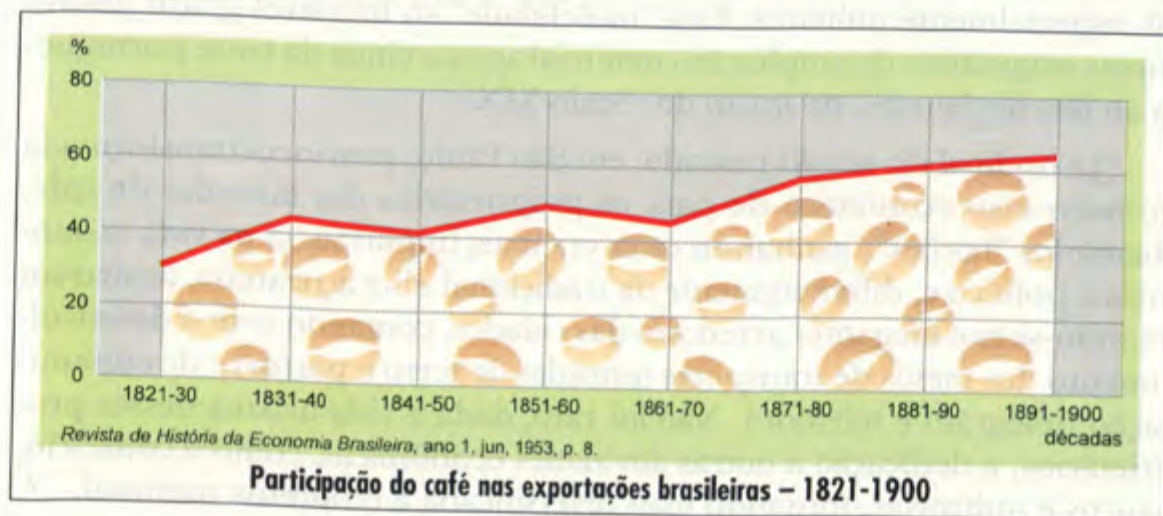
A liderança do café

A partir da década de 1820, o café começou a ganhar importância no cenário econômico nacional como produto de exportação. Nas décadas seguintes, assumiu a liderança das exportações brasileiras. Veja os dados comparativos a seguir:

PRINCIPAIS PRODUTOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, 1821-1900 (% valor)

1821-1830		1831-1840		1841-1850	
Açúcar	30	Café	44	Café	41
Algodão	21	Açúcar	24	Açúcar	27
Café	18	Algodão	11	Couros e peles	8
Couros e peles	14	Couros e peles	8	Algodão	7
Fumo	2	Fumo	2	Fumo	2
Total	85	Total	89	Total	85
Outros	15	Outros	11	Outros	15
1851-1860		1861-1870		1871-1880	
Café	49	Café	45	Café	57
Açúcar	21	Algodão	18	Açúcar	12
Couros e peles	7	Açúcar	12	Algodão	9
Algodão	6	Couros e peles	6	Couros e peles	6
Fumo	3	Borracha	3	Borracha	5
Total	86	Total	84	Total	89
Outros	14	Outros	16	Outros	11
1881-1890		1891-1900			
Café	61	Café	64		
Açúcar	10	Borracha	15		
Borracha	8	Açúcar	7		
Algodão	4	Algodão	3		
Couros e peles	3	Couros e peles	2		
Total	86	Total	91		
Outros	14	Outros	9		

Revista de História da Economia Brasileira. Ano 1, jun. 1953, p. 8.



Ao mesmo tempo que o café ampliava sua participação na vida econômica do país, produtos até então importantes, como açúcar, algodão, fumo e couros, perdiam suas posições. O **açúcar** voltou a sofrer a concorrência da produção antilhana, recuperada após a turbulência das lutas pró-independência, e teve de enfrentar a produção do açúcar de beterraba europeu. Este surgira para suprir a falta do produto originário das colônias americanas, em decorrência do Bloqueio Continental, que Napoleão Bonaparte impusera no início do século XIX.

Além disso, dado o protecionismo adotado pelos países produtores, foi ganhando progressivamente o mercado consumidor europeu, excluindo pouco a pouco a participação do açúcar brasileiro. A Inglaterra, por exemplo, principal consumidora do produto, que na década de 1870 chegara a absorver mais de 75% de nossas exportações de açúcar, acabou, nos anos 1890, por consumir menos de 13% das exportações brasileiras desse produto, graças ao avanço da produção do açúcar de beterraba.

Os Estados Unidos, por sua vez, passam a ser o principal mercado do açúcar brasileiro, desbancando a Inglaterra, chegando no final dos anos 1880 a comprar mais de 60% das nossas exportações. Mas, no final daquele século, os Estados Unidos substituíram a produção brasileira pela de áreas recém-tomadas à Espanha, após a guerra de 1898, como Porto Rico, Havai e Cuba.

Não se pode esquecer de esclarecer que o aumento da produção açucareira determinava certamente a depreciação do preço do produto no mercado internacional.

"Entre 1850 e 1900, os preços do açúcar no mercado internacional caem a uma taxa anual de 1%. A isto se acrescenta a perda pelo açúcar brasileiro de certos mercados, antes tradicionais compradores. Esta tendência negativa afetaria particularmente as tradicionais regiões exportadoras do Nordeste do país.

Quanto aos efeitos na produção açucareira brasileira "era de esperar que a agroexportação canavieira nordestina entrasse em declínio. Entretanto, contrariando tal previsão, não é isto que se observa. Entre 1850 e 1910, as exportações açucareiras do Brasil crescem a uma taxa positiva anual de 0,27%."

(FRAGOSO, João Luis. "O Império escravista e a república dos plantadores". In LINHARES, Maria Yvelin (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990. pp. 152-3.)

O que surpreende, no entanto, é que a queda dos preços do açúcar no mercado externo, fruto da ampliação dos cultivos e acirramento da competição entre os produtores, não correspondeu a uma igual queda nas exportações nacionais, o que pode ser explicado pela desigual distribuição social das vantagens e dos prejuízos da economia açucareira. Isto é, o baixo custo da mão-de-obra (escravos, subassalariados, trabalho familiar, etc.) criou condições para um sobretrabalho que custeou a produção nordestina em meio a um mercado internacional adverso, cimentando dominações sociais, hierarquias e ampliação de riquezas da elite açucareira.

Quanto ao **algodão** brasileiro, a ampliação do seu consumo e produção decorreu da mecanização da indústria têxtil inglesa, que exigia maiores quantidades de matéria-prima. Era, porém, a produção algodoeira dos Estados Unidos que ocupava a principal função de fornecedora do mercado inglês, chegando ao ponto de, nas primeiras décadas do século XIX, constituir mais da metade das suas exportações. Ao mesmo tempo, o aumento da produção e exportação norte-americanas fez-se acompanhar de continuada redução dos preços, que caíram rapidamente para menos da terça parte do seu valor.



A gravura do século XIX retrata várias atividades ligadas ao algodão: colheita, transporte de fardos e fiação.

No Brasil, a produção de algodão concentrava-se especialmente no Maranhão, complementando a oferta internacional do produto em épocas de crise e a renda de famílias pobres que se dedicavam à agricultura de subsistência. A redução dos preços, no entanto, não oferecia grandes vantagens econômicas para quem o cultivava, a não ser em certos períodos. Assim ocorreu durante a guerra de independência dos Estados Unidos (1776-1783) e, principalmente, durante a Guerra de Secessão (1861-1865), quando, então, a produção algodoeira floresceu e prosperou em algumas regiões do Brasil.

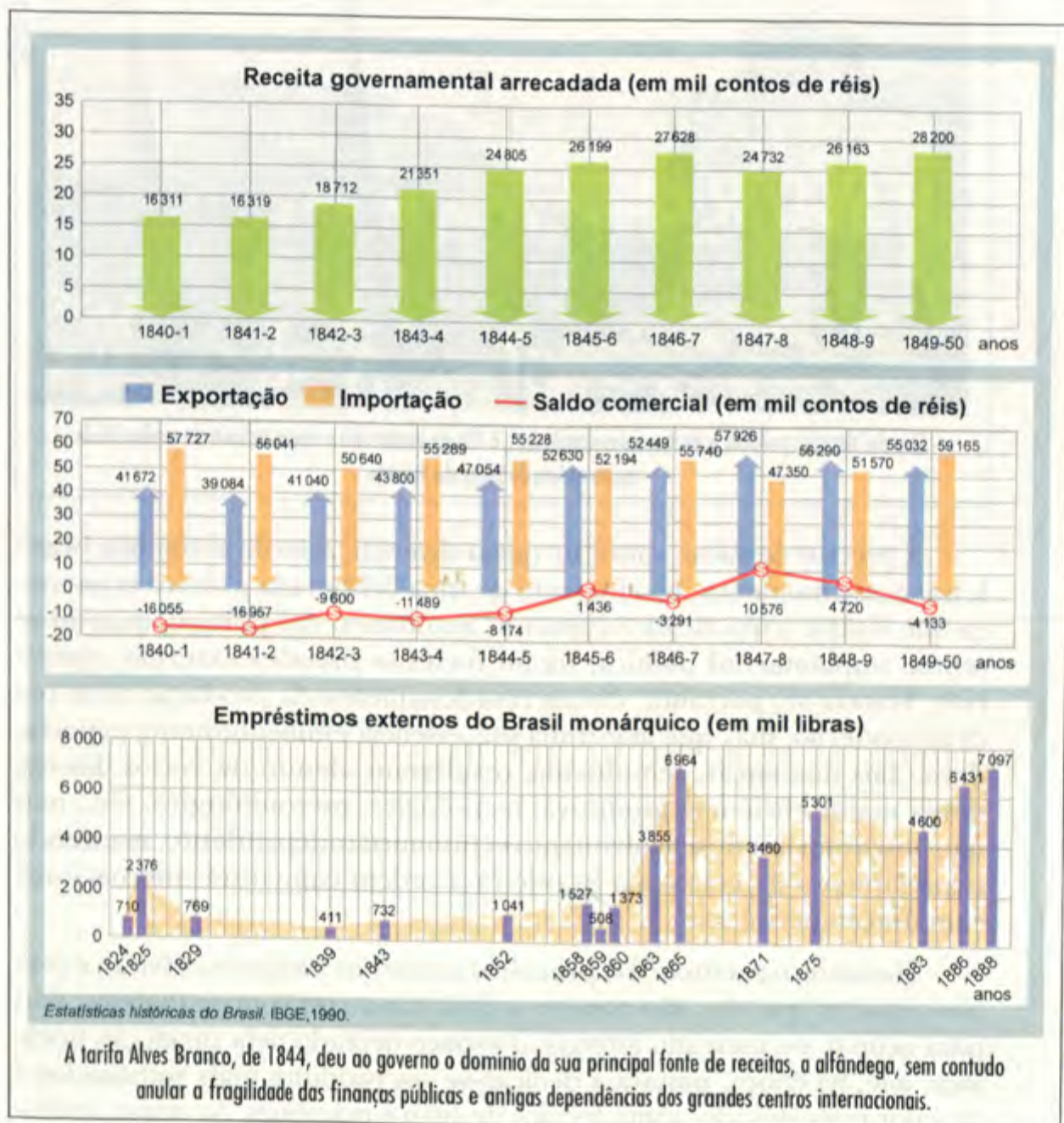
Outros produtos de menor importância no setor exportador, como **fumo** e **couros**, não contavam com condições favoráveis de expansão de seus mercados. O primeiro acabou por perder o consumo africano devido ao fim do tráfico negreiro, e o segundo sofria a concorrência da produção do rio da Prata.

O início da industrialização brasileira: a “era Mauá”

Como vimos, a assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra estabeleceu baixa tarifa alfandegária (15%) sobre os importados britânicos, inviabilizando o desenvolvimento de manufaturas no Brasil. A mudança desse quadro geral teve início com o novo contexto econômico brasileiro do Segundo Reinado.

Visando aumentar a arrecadação pública com a elevação dos impostos sobre a importação, o governo brasileiro, por meio do ministro das Finanças, Manuel Alves Branco, aproveitou o término da vigência do tratado de Comércio, em 1842, e decidiu não renová-lo, decretando em 1844 a **tarifa Alves Branco**.

A decisão nada tinha que ver com um projeto de desenvolvimento manufatureiro e sim com a alavancagem da receita advinda das tarifas alfandegárias, principal fonte de recursos governamentais, mas acabou por favorecê-lo. Já no ano seguinte à implantação das novas taxas de importação, houve o aumento da arrecadação alfandegária, cujas taxas variavam entre 30 e 60%, dependendo da mercadoria. Em conjunto, o preço dos gêneros importados sofreu sensível elevação e estimulou a implantação de indústrias no país que abastecessem o mercado interno.



A essa medida tarifária favorável devem-se somar os efeitos da extinção do tráfico legal de escravos africanos, em 1850. O fim do tráfico negreiro, determinado pela Lei Eusébio de Queirós, liberou enormes capitais, que foram dirigidos para outras atividades econômicas, entre as quais a indústria. Os fazendeiros, em dificuldades para conseguir obter produtos importados, decidiram substituí-los por nacionais e, contando com recursos anteriormente empregados na aquisição da mão-de-obra cativa, passaram a investir na produção interna de mercadorias.



Rio de Janeiro, Augustus Earle.

Eixo das decisões políticas e de inovações econômicas, o Rio de Janeiro era a feição urbana da modernidade conservadora do Segundo Reinado.

É preciso destacar, contudo, que a diversificação da economia brasileira, nesse momento, não foi fruto de uma deliberada política econômica que visasse a um desenvolvimento autônomo. Até porque, quando se tentou implantar tal política, foram fortes as pressões externas contrárias. Tratava-se, portanto, de um reordenamento da produção num padrão moderno, mas que mantinha sua essência eminentemente exportadora. Tais mudanças, sem dúvida, resultaram, dentro de certos limites, numa maior eficiência produtiva, tecnológica, mercadológica, etc., mas não buscavam um desenvolvimento econômico independente, mantendo o atrelamento da economia brasileira à ordem capitalista internacional com função periférica.

Tomando o exemplo das primeiras indústrias têxteis brasileiras, é preciso ressaltar que elas não nasceram para concorrer com as inglesas, mas para ocupar, no mercado interno, o espaço deixado pela produção britânica, que, na época, passara a dedicar-se aos produtos mais sofisticados e de valor mais elevado, como tecidos de luxo e máquinas. As nossas indús-

trias têxteis dedicavam-se, inicialmente, à produção de tecidos de baixa qualidade, mais grosseiros, destinados principalmente a vestir escravos.

O primeiro surto industrial brasileiro teve à frente um grande empresário, **Irineu Evangelista de Souza**, o **barão de Mauá**, do qual se originou a designação de era Mauá dada ao período.

O ministro da Fazenda Manuel Alves Branco elevou as tarifas de importação, o que criou condições para o surgimento de várias indústrias no Brasil.



Óleo de João Francisco Lopes Rodrigues.

Nascido no Rio Grande do Sul, em 1813, Irineu Evangelista de Souza começou a trabalhar como caixeiro (espécie de "office-boy") aos 9 anos, no Rio de Janeiro. Aos 23 anos, tornou-se sócio de um empresário escocês que se estabelecera na cidade e, sete anos depois, já era um dos homens mais ricos do Império.

"Num mundo onde os grandes empresários privados costumavam ter uma única empresa, Mauá apostou na diversificação. No país onde agricultura parecia destino manifesto, ele montava uma indústria atrás da outra. Enquanto os brasileiros lamentavam a falta de escravos, Mauá implementava administrações participativas e distribuição de lucros para empregados. Cercado de nobres em busca de feitores, ele contratava engenheiros para desenvolver a tecnologia de seus novos projetos. Se argentinos e uruguaios reclamavam contra a natureza, que deteriorava a carne e assim os impedia de exportá-la para o resto do mundo, o barão publicava anúncios nos jornais da Europa prometendo prêmios em dinheiro a quem inventasse um método de conservação. Já que os ingleses duvidavam da viabilidade do Brasil, ele aproveitava o espaço para crescer ainda mais, usando as brechas que deixavam. Com sucesso passou a dividir o mundo entre aliados e adversários de suas idéias, e a ter cada vez mais certeza de que estava no bom caminho."

(CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. p. 18.)

"Na figura e na trajetória de Mauá vislumbra-se uma potencialidade da história brasileira que entretanto não se realizou. É por isso que, sem qualquer ranço apologético, a figura de Mauá aparece com feições titânicas. Ele distendeu ao extremo a corda da nossa modernidade econômica do século XIX. Mas, exatamente porque não era um titã que desafiasse deuses, apenas um barão (ainda que nada desprezível) condenado a mover-se entre outros barões menores na sua terra e o grande baronato do capitalismo mundial novocentista, sua flecha ganhou altura mas não atingiu o alvo."

(CONN, Gabriel. "O besouro e a barboleta". In *Folia de S. Paulo/Discurso Editorial/US*, Especial-3, Jornal de Resenhas, 5/6/1995.)

Mauá dirigiu inúmeros empreendimentos em meados do século XIX, dentre os quais se destacaram: os bancos Mauá, Mac-Gregor & Cia. e Casa Mauá & Cia., cuja atuação foi significativa no Brasil, Inglaterra, França, Estados Unidos e países platinos; a Companhia de Bondes do Jardim Botânico (Rio de Janeiro); a Companhia de Gás do Rio de Janeiro; a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Amazonas; a Estrada de Ferro Mauá; a Companhia de Rebocadores a Vapor do Rio Grande do Sul; e a fundição e estaleiro da Ponta de Areia, em Niterói.



Vienot. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, R.J.

Mauá, com 17 empresas, levou seus negócios a seis países, fazendo inúmeros adversários, inclusive poderosos capitalistas internacionais.

Além de suas empresas particulares, Mauá também se associou ao governo na construção de várias estradas (ferrovias e rodovias) e ainda trabalhou na instalação, em 1874, de um cabo submarino que permitiu a comunicação direta entre o Brasil e a Europa. Chegou a possuir 17 empresas em seis países, as quais dirigia com tal dinamismo que chegava a contrastar com a acomodação dependente dos ricos proprietários brasileiros. Sua atuação assemelhava-se à dos grandes empresários capitalistas da época. Apesar de todo esse dinamismo, Mauá faliu, em 1878, em virtude, sobretudo, da falta de apoio governamental e da concorrência estrangeira.

De certa forma, Mauá foi um excêntrico no Segundo Reinado: sua atuação apontou para a potencialidade da economia brasileira, que podia desenvolver-se autonomamente, mas que não foi ou não podia ser perseguida. O Brasil não podia integrar-se plenamente à modernidade capitalista por sua estrutura escravista e provinciana.

Assim, pode-se afirmar que o processo de industrialização, iniciado no Brasil do Segundo Reinado, significou principalmente uma modificação nas relações de dependência entre o país e o núcleo capitalista. Verificou-se, sobretudo, uma modernização tecnológica, que permitiu um rearranjo econômico à medida que se desenvolviam as forças produtivas globais. Em outras palavras, a hipótese de que a industrialização tendia, por si própria, a romper com as relações de dependência, conduzindo um país atrasado do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo como o Brasil à rota do desenvolvimento capitalista até igualar-se, progressivamente, aos países ricos e centrais, historicamente não se verificou.

"Uma das verdades correntemente aceites é que a industrialização tende por sua própria natureza a romper as estruturas da dependência. O raciocínio implícito é que a industrialização, independentemente da sua orientação, coloca o país no caminho do desenvolvimento capitalista, e em consequência na via dos países capitalistas hoje desenvolvidos. De uma certa forma deixam de 'estagnar' e entram na 'corrida'.

A limitação da relação da dependência à sua forma clássica, ou seja, ao intercâmbio de bens primários contra bens manufacturados, constitui um a priori cuja validade ainda está por ser demonstrada. Parece mesmo contrário à lógica mais elementar: com efeito, se raciocinamos além dos esquemas estagnacionistas e consideramos o subdesenvolvimento como uma orientação determinada do desenvolvimento, é natural que, à medida que se desenvolvem as forças produtivas no mundo e também nos países subdesenvolvidos, as bases técnicas da relação de dependência tenham também que modificar-se.

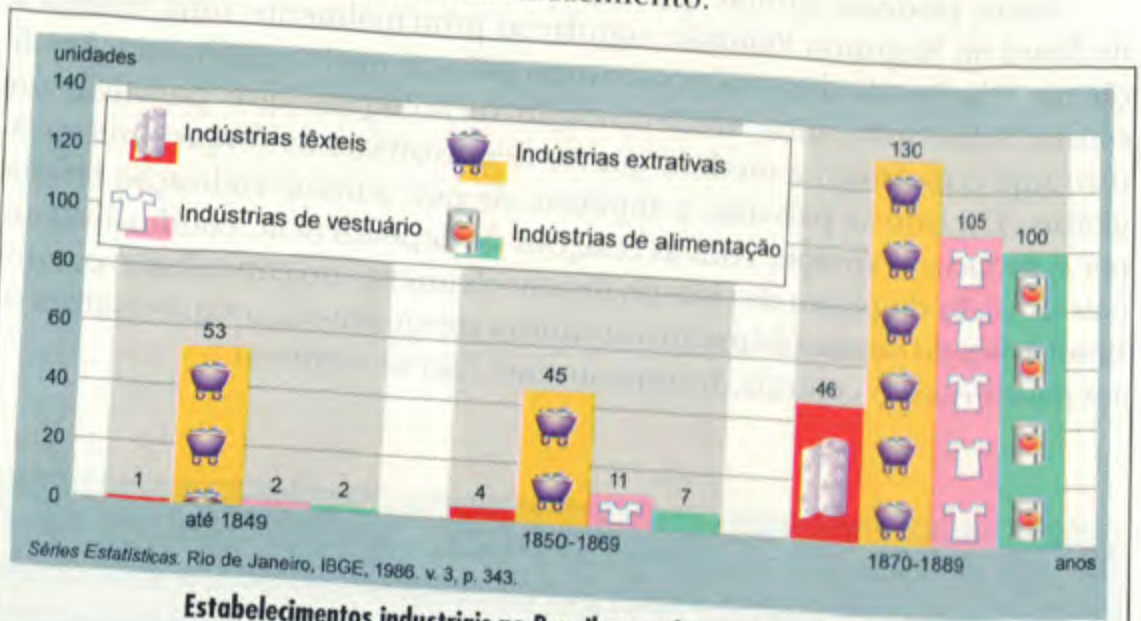
(...)

Assim, o Brasil lançava as suas primeiras e modestas empresas industriais com muitas proclamações nacionalistas, mas partia na realidade com uma decolagem que o levava a ocupar terrenos à medida que iam sendo abandonados pelo capitalismo dominante. Ao comprar máquinas para satisfazer um mercado que já não interessava a Inglaterra senão da forma marginal, o Brasil permitia ao capitalismo dominante manter a relação neocolonial em dia com o desenvolvimento das suas forças produtivas e renovar as bases técnicas da dependência sem questão-las."

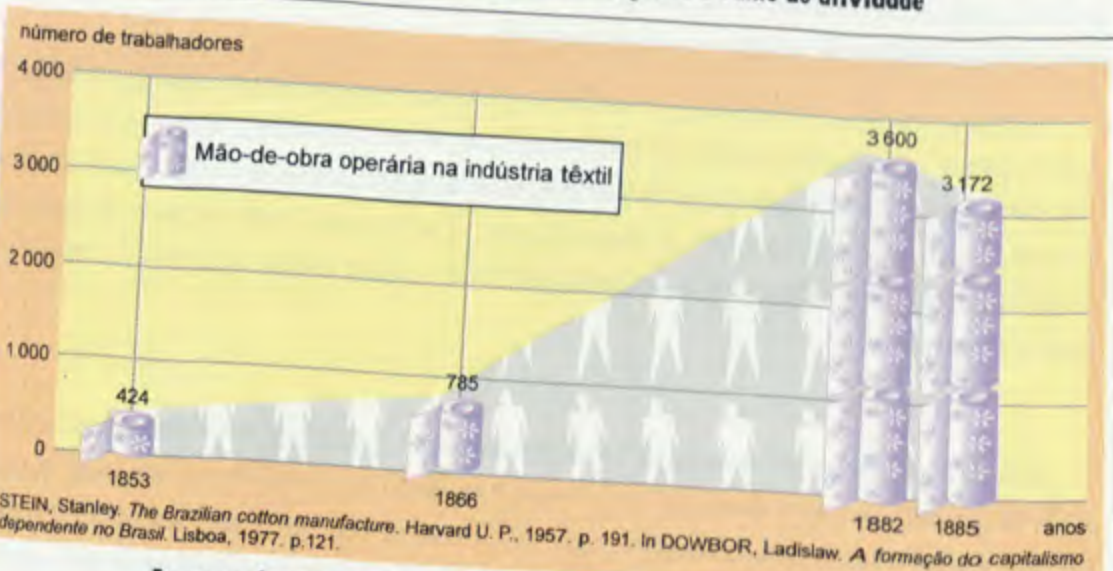
(DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa, Prelo, 1977. pp. 133 e 136.)

Assim, na prática, o surgimento de novas e várias indústrias no Brasil do Segundo Reinado nada mais foi que um surto, um espasmo, e não um verdadeiro processo de industrialização. Multiplicaram-se os estabelecimentos industriais, dedicados aos mais diversos ramos da indústria, sendo os mais expressivos o extrativo (como o sal), o de vestuário (a exemplo de chapéus, bengalas e calçados), o têxtil e o de alimentação (principalmente bebidas). No conjunto, saltou-se de 67 estabelecimentos, em 1849, para 482 em 1889, mas o têxtil, por seu significado técnico e implicação econômico-social, foi o de maior peso, passando de 1 para 46.

Observe graficamente esse crescimento:



Estabelecimentos industriais no Brasil segundo o ramo de atividade



Emprego de mão-de-obra na indústria têxtil brasileira, 1853-1885

A dinamização dos negócios, sobretudo na capital do Império, fez surgir a **bolsa de valores do Rio de Janeiro**, sendo que, em 1845, através de um decreto do ministro Alves Branco, foi regulamentada a profissão de corretor e, em 1849, foi instituída a Junta dos Corretores Públicos da Corte. Nessa época, os corretores ainda se reuniam a céu aberto para fazer seus negócios, mas, em 1876, uma lei determinou a construção de um recinto fechado para as transações.

Outro aspecto do processo de modernização da economia brasileira foi a instalação de estradas de ferro com o objetivo de melhorar o sistema de comunicações e transportes e, assim, facilitar o escoamento da produção agrícola. Em 1854, foi inaugurada a primeira estrada de ferro do Brasil, a Rio-Petrópolis, obra de Mauá, ligando a baía da Guanabara ao sopé da serra, com 14 quilômetros de extensão.







No ano seguinte, sob o patrocínio de empresas inglesas, teve início a construção da ferrovia Recife–São Francisco. Ainda em 1855, iniciou-se a construção da ferrovia D. Pedro II, mais tarde chamada de Central do Brasil, que também recebeu incentivos ingleses, além de recursos governamentais e de diversos empresários brasileiros. A nova estrada pretendia interligar o Rio de Janeiro a São Paulo, atravessando o vale do Paraíba.

Em 1856, pavimentou-se com pedras a primeira rodovia no Brasil, chamada União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora, com uma extensão de 144 quilômetros.

Buscando favorecer a iniciativa privada no âmbito dos transportes, o governo imperial estabeleceu “garantias de juros baixos” e o “privilégio de zona” (decreto de 1852), isto é, a garantia de que, uma vez construída uma ferrovia por uma empresa particular, outras empresas não poderiam construir outra estrada de ferro no limite de 30 quilômetros da já existente.

Período	Extensão da rede no fim do período (km)	Total acrescentado durante o período (km)
1854-1872	932,2	932,2
1873-1888	9 320,9	8 388,7

DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa, Prelo, 1977. p. 157.

-  Estrada de ferro D. Pedro II (mais tarde, Central do Brasil); primeiro trecho assentado: 1865.
-  Estrada de ferro Santos–Jundiaí (mais tarde, Railway Company Limited); fundação: 1860; extensão total: 1867.
-  Companhia Paulista de Estradas de Ferro Jundiaí a Campinas (Companhia Paulista); fundação: 1868.
-  Companhia Ituana de Estrada de Ferro; fundação: 1870.
-  Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro; fundação: 1870.
-  Companhia Mogiana de Estrada de Ferro; fundação: 1872.

Expansão da rede ferroviária brasileira no século XIX

A expansão da rede ferroviária brasileira está intimamente relacionada com a economia cafeeira.

“É a fase em que capitais ingleses são investidos na construção ferroviária aqui, começando pela estrada que permitia o transporte do café das áreas produtoras aos portos do Rio, a princípio, a de Ubatuba e Santos, depois. Exemplar, nesse sentido, ficou fixado no contrato com a São Paulo Railway, que assegurou o monopólio prático desse escoamento, ligando São Paulo a Santos. Esse contrato, modelo de transação extorsiva, fez da Inglaterra sócia da expansão cafeeira. Por força de seus dispositivos, de tipo colonial mais nítido, a ferrovia ficava isenta de prejuízos pela garantia de uma taxa de lucro de 6%, altíssima para a época. Isto é, se os lucros fossem menores do que 6% do capital investido, o Brasil entrava com a diferença. Não ocorreu o caso, e nem era de esperar: o crescimento da expansão cafeeira foi, com altos e baixos, tendenciosamente positivo; assegurou aos investidores britânicos lucros cujo montante ficou sempre vedado ao conhecimento dos brasileiros.”

(SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Graphia, 1996. p. 12.)

A modernização dos transportes esteve intimamente relacionada ao desenvolvimento econômico do Império, unindo os centros produtores aos portos por onde a produção escoava, destacando-se o açúcar no Nordeste e, especialmente, o café no Centro-Sul. Assim, as ferrovias avançaram até a Zona da Mata, em Minas Gerais, e pelo interior paulista. Quanto mais o Oeste paulista conquistava liderança na produção cafeeira, mais o sistema ferroviário regional ia sendo impulsionado, a exemplo da implantação da estrada de ferro Santos–Jundiaí, ligando o interior ao porto e a outras localidades, atingindo a região central da província nas primeiras décadas do século XX.

A questão da mão-de-obra no Segundo Reinado

O desenvolvimento capitalista, consolidado com a Revolução Industrial inglesa, promoveu mudanças significativas em diversas regiões do planeta, inclusive nas áreas de economia complementar ao núcleo capitalista. Nesse caso, buscando-se a ampliação do mercado consumidor de gêneros industrializados, multiplicaram-se as pressões para se pôr fim às formas compulsórias de trabalho, no limite, a escravidão.

Muito mais do que uma postura ética, a luta contra a escravidão por parte das grandes forças capitalistas possuía raízes econômicas, fosse pelo anseio do redirecionamento de capitais para a compra de produtos industrializados em vez de cativos, fosse pela visão de que a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada poderia ampliar o mercado consumidor.

Até o início do século passado, não se questionavam as más condições de vida oferecidas aos escravos em toda a América, nem tampouco se criticava a ordem escravista. Ao longo de três séculos, tinham desembarcado no continente cerca de 20 milhões de africanos, dos quais perto de 20% dirigiu-se para o Brasil. A falta de liberdade, o trabalho excessivo e os maus-tratos não eram vistos pela população branca como injustiças, mas aspectos da existência de seres que, naturalmente, haviam sido preparados para isso. A visão dos brancos mudou quando a Revolução Industrial, detonadora de irreversível processo de aumento da produtividade, despertou os interesses econômicos dos empresários.

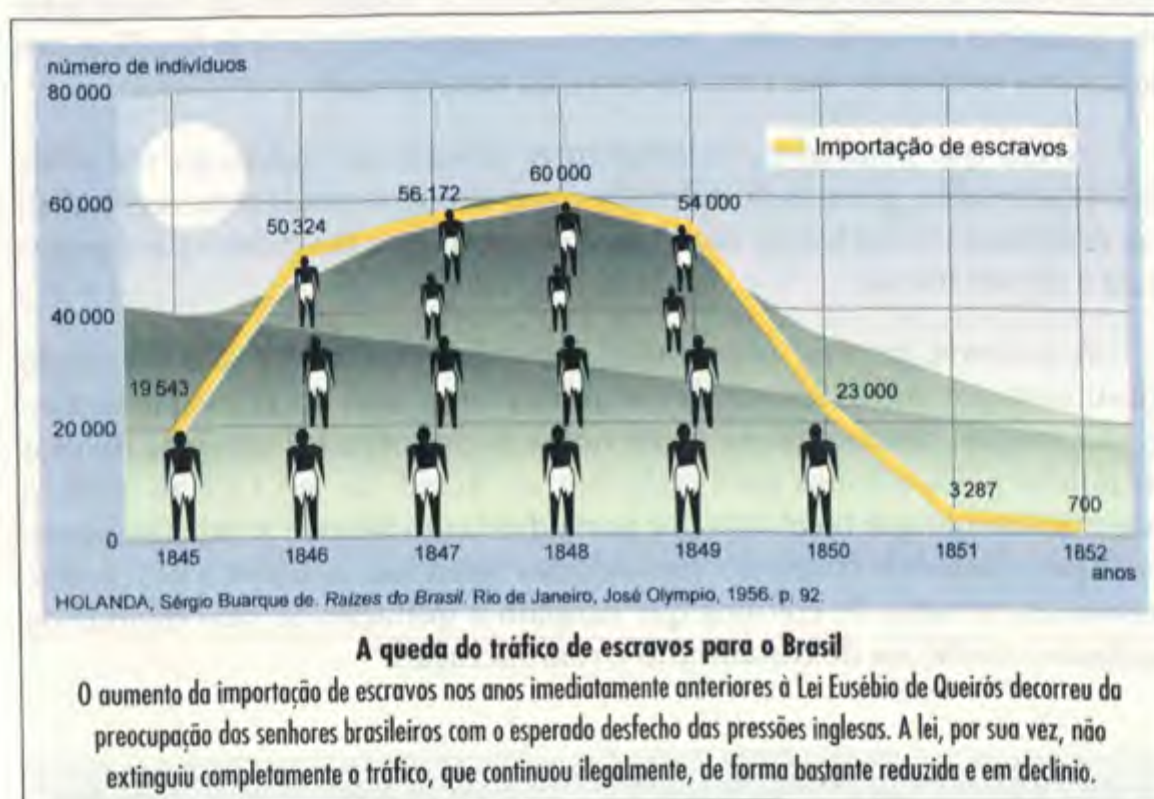
Outra motivação também importante, no caso da condenação inglesa ao tráfico de africanos, advinha de sua intenção de preservar, na África, a mão-de-obra necessária aos empreendimentos que então estavam sendo iniciados pelos britânicos.

As pressões inglesas sobre o governo brasileiro para a extinção do tráfico de escravos africanos iniciaram-se logo após a independência. Entre as determinações impostas pelo governo inglês para reconhecer a emancipação do Brasil, estava o compromisso, assumido por D. Pedro I em 1827,

de extinguir o tráfico negreiro até 1830, compromisso que, após a abdicação do imperador, foi ratificado pela Regência, em 1831. Tais decisões do governo, porém, não saíram do papel.

Em 1845, em resposta à não-renovação dos tratados de 1810, que garantiam amplas vantagens para a Inglaterra no comércio com o Brasil, foi decretada pelo governo britânico a **Bill Aberdeen**, determinação segundo a qual a Marinha inglesa possuía poderes para prender qualquer navio negreiro que cruzasse o Atlântico em direção ao Brasil.

Apesar da resistência dos grandes proprietários de terra, que mantiveram o tráfico ilegal de africanos, o governo brasileiro acabou cedendo aos interesses britânicos, assinando a **Lei Eusébio de Queirós**, em 1850, que interrompeu o abastecimento de escravos africanos para o nosso país. Tal decisão deveu-se ao peso das empresas inglesas instaladas no Brasil, que controlavam mais da metade das nossas exportações, além das pressões militares e políticas, como a ameaça de bloquear portos brasileiros.



Se o peso das pressões inglesas foi decisivo para o fim do tráfico, foram igualmente marcantes o papel desempenhado pelas pressões e resistências internas (fugas e rebeliões de escravos, atuação de novas forças sociais contrárias à escravidão, entre outros) e o estímulo à imigração para abastecer o mercado de mão-de-obra com novos trabalhadores. Mesmo considerando que o tráfico interprovincial de escravos intensificou-se após a promulgação da lei e que o contrabando de africanos continuou ao longo da segunda metade do século XIX, a utilização de cativos como mão-de-obra básica da economia brasileira tinha os dias contados, sobretudo, na cafeicultura.

Os imigrantes e o trabalho “livre”

A solução temporária para o problema da falta de mão-de-obra nas lavouras de café, ocasionada pela extinção do tráfico legal de africanos, foi o tráfico interprovincial de escravos, verificando-se um deslocamento de trabalhadores do Nordeste decadente para a região Centro-Sul. A cafeicultura, porém, sobretudo nas regiões pioneiras do Oeste de São Paulo, estava em franca expansão, demandando maiores contingentes de trabalhadores rurais. Os fazendeiros, diante do problema, recorreram à imigração, trazendo, a partir da segunda metade do século XIX, milhares de estrangeiros para trabalhar nos cafezais.

A primeira iniciativa importante de incentivo à imigração aconteceu em 1847, quando o senador **Nicolau de Campos Vergueiro**, em sua fazenda de Ibicaba, na província de São Paulo, adotou o **sistema de parceria**. A medida do senador, logo seguida por outros fazendeiros, consistia em custear, a título de antecipação dos rendimentos, o transporte de trabalhadores europeus até as fazendas, bem como sustentá-los e a suas famílias nos primeiros tempos de sua permanência na propriedade.

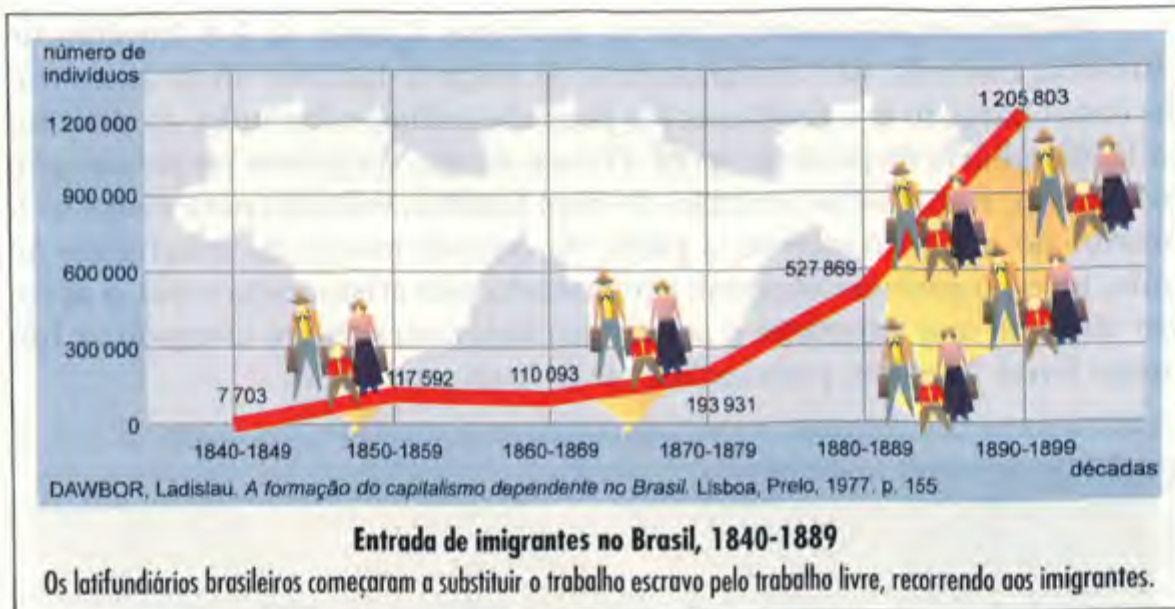
Assim que instalados, os imigrantes deviam dar início ao trabalho, cultivando café e gêneros de subsistência, e, dos resultados com suas lavouras, retinham 1/3 dos lucros, entregando o restante ao fazendeiro para amortizar a dívida inicial.

A parceria, porém, não obteve o sucesso esperado e acabou sendo substituída por outras formas de estímulo à imigração. As razões do fracasso são muitas, destacando-se os elevados juros cobrados sobre as dívidas assumidas pelos colonos para trabalhar no Brasil (de até 12% ao mês), o mau tratamento que recebiam por parte dos fazendeiros e a baixa remuneração paga pelo café cultivado. Em algumas fazendas, inclusive a de Ibicaba, ocorreram revoltas de colonos que exigiam a quitação de suas dívidas ou melhores condições de tratamento e remuneração.

“Pelos riscos e insegurança a que era submetido o colono, esse tipo de contrato adquiria um caráter leonino. Além disso, o padrão de convivência entre o fazendeiro e o capataz, de um lado, e os colonos e escravos, por outro, tornava a existência dos imigrantes e seus familiares bastante difícil. O padrão escravista de administração e tratamento não deixa de contaminar as relações de trabalho no sistema de parceria, dificultando o ajustamento social do colono. As condições de existência desse melhoraram pouco a pouco, devido à experiência progressivamente acumulada lado a lado e à medida que agoniza a escravatura.

Depois difunde-se o regime misto, ou de assalariado propriamente dito...”

(IANNI, Otávio. Citado in FENELON, Dea Ribeiro. *Cinquenta textos de história do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1986. p. 107.)



Entretanto, a imigração para o Brasil não diminuiu, graças à difícil conjuntura europeia da segunda metade do século XIX, quando, à crise econômica agregaram-se os efeitos de inúmeras guerras, obrigando uma grande massa camponesa a abandonar suas terras e buscar oportunidades em outras regiões.

Além disso, a ameaça de falta de braços nas fazendas de café fez com que crescessem as pressões dos cafeicultores sobre o governo brasileiro, no sentido de que patrocinasse a imigração europeia. Tal ameaça tornou-se mais séria especialmente a partir de 1870, dado o avanço da campanha abolicionista no Brasil. O governo imperial, atendendo aos interesses dos fazendeiros do Sul, adotou o sistema de **imigração subvencionada** em substituição ao sistema de parceria. Nesse caso, o Estado substituiu a iniciativa privada na contratação e custeio da vinda de imigrantes europeus, além de regulamentar as relações entre fazendeiros e trabalhadores a fim de evitar abusos por parte dos primeiros.

A Itália e a Alemanha, países que passavam por inúmeras dificuldades, incluindo guerras pela unificação nacional, foram os maiores "exportadores" de mão-de-obra para o Brasil. De lá vieram os mais numerosos grupos de imigrantes, seguidos dos eslavos. Esses europeus dirigiram-se principalmente para as províncias de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Logo após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, a média de entrada de imigrantes atingiu 100 mil por ano e, confirmando a relação café-imigração, nas últimas décadas do século XIX, a maior parte dos imigrantes fixou-se na província de São Paulo, atingindo no final do período mais de 50% do total dos imigrantes chegados ao Brasil. A consolidação do trabalho livre, assalariado, decorrente da imigração fortaleceu o mercado interno brasileiro, criando condições para a posterior expansão industrial do país.

As mudanças socioeconômicas, ocorridas a partir da Lei Eusébio de Queirós, contudo, não abalaram nem de longe o domínio oligárquico tradicional baseado nos fundamentos já estabelecidos, sobretudo, na estrutura latifundiária da posse da terra. O risco de que surgissem pequenas propriedades, trabalhadas por mão-de-obra familiar, voltadas para o abastecimento do mercado interno, a partir da entrada maciça de imigrantes no país, levou o governo imperial, pressionado pela aristocracia rural, a aprovar uma lei que impedisse o acesso dos imigrantes recém-chegados e homens livres às terras, principalmente as mais produtivas.



Grande parte dos imigrantes dirigiu-se para as fazendas de café.

Assim, a **Lei de Terras**, aprovada em 1850, após oito anos tramitando na Assembléia Nacional, determinava que as terras públicas só poderiam tornar-se propriedade privada por meio da compra, e não mais por doação ou posse. Os preços de venda deviam ser elevados para inviabilizar o acesso de pessoas de poucos recursos, incapazes de manter o caráter exportador de nossa economia. Todas as terras que não estivessem regularizadas deveriam ser registradas, o que envolvia altos custos para demarcação e registro, o mesmo ocorrendo com as novas propriedades. A aprovação da Lei de Terras significou uma medida decisiva para evitar que se desviasse mão-de-obra livre para outras atividades que não a agroexportação. Os recursos arrecadados com a venda e registro das terras deviam subsidiar a imigração.

“É em meio e ligado ao processo de crise da escravidão, efetivamente sacramentado pela extinção do tráfico negreiro, que tomou o surgimento de uma outra questão também atinente à reprodução das estruturas econômicas do Império: a da terra. A Lei 601 de 18 de setembro de 1850 obrigava ao registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição das terras devolutas (baldios) a não ser por compra. Com tal legislação pretendia-se garantir a subordinação da

trabalhador livre (nacional, imigrante ou ex-escravo) enquanto produtor de sobretabalho para outro. Dificultava-se, assim, seu acesso (do trabalhador livre) à terra, garantindo-se a sobrevivência da grande lavoura e de seu grupo social frente ao deslinhamento da escravidão: o grupo social dominante do Império escravista, grosso modo, poderia manter esta posição mesmo após o fim da escravidão."

(FRAGOSO, João Luis & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis". In LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990, p. 184.)

Os vínculos dominantes e íntimos das elites econômicas com o Estado imperial escravista combinaram uma quase monopolização dos recursos econômicos (terras, capitais e trabalho) com a manutenção das bases complementares de nossa economia e de dependência internacional. Deram conteúdo à forma imperial do Brasil independente: a expressão política das estruturas de poder da ordem oligárquica brasileira. Com o controle político, as elites imperiais, especialmente a cafeeira, puderam acionar mecanismos para garantir e maximizar seus lucros e suas fontes de poder, firmando o caráter oligárquico do Segundo Reinado.

A evolução política do Segundo Reinado

A evolução política do Segundo Reinado pode ser analisada em três fases: a da **consolidação do domínio oligárquico**, situada entre o golpe da Maioridade e o sucesso do imperador D. Pedro II em estabilizar e pacificar a vida política do país (1840-1850); a da **conciliação oligárquica** (1850-1870), período de apogeu do Império, quando se combinaram estabilidade política e desenvolvimento econômico, fundado na produção cafeeira e modernização – foi também a época em que o Brasil envolveu-se em conflitos com países vizinhos, destacando-se a Guerra do Paraguai –; finalmente, a fase da crise do Império (1870-1889), período de agonia da dominação imperial encerrado com a proclamação da República.

Consolidação e conciliação oligárquica na política interna

O Partido Conservador e o Partido Liberal, nascidos na época regencial, eram os dois principais grupos políticos no Brasil monárquico. Como já vimos, esses partidos não chegavam a representar interesses ou, muito menos, projetos políticos opostos ou substancialmente diferentes. Sem apresentar coesão interna, lutando com todas as armas pelo poder, aceitavam e defendiam a estrutura oligárquica, imperial e escravista da sociedade brasileira, divergindo apenas na forma como mantê-la. Isso explica a alternância desses grupos no controle do governo imperial.



D. Pedro sustenta os cavalinhos, montados pelos partidos Liberal e Conservador. Sua diplomacia gira maliciosamente o carrossel.

Com sua diplomacia, D. Pedro II sustentava e, ao mesmo tempo, manipulava os partidos Liberal e Conservador.

Além disso, expressavam a baixa representatividade dos cargos eletivos, já que os partidos e as eleições não envolviam os grandes contingentes da população brasileira, tanto escravos, naturalmente excluídos, quanto boa parte da população livre, marginalizada em função do critério censitário que norteava a vida política nacional.

Dos 36 gabinetes ministeriais do Segundo Reinado, 21 deles foram do Partido Liberal, controlando o poder por quase 20 anos, e 15, do Partido Conservador, detendo o poder por quase 30 anos. O primeiro gabinete do Segundo Reinado foi organizado pelo Partido Liberal, pois o Golpe da Maioridade fora articulado por esse setor político, desalojando do poder os conservadores, que governavam desde o início da regência de Araújo Lima.

Os liberais dissolveram a Câmara e convocaram eleições para a escolha de deputados. Além disso, substituíram juízes, chefes de polícia, funcionários e até presidentes de províncias de tendência conservadora para que, ao final do processo eleitoral, a maioria da Assembléia fosse formada por liberais. Não pouparam, inclusive, o recurso à violência para “convencer” eleitores a votar nos candidatos do Partido Liberal. Esse pleito, marcado pela fraude e pela violência, ficou conhecido por “eleições do cacete”.

Instalados no governo, porém, os liberais não conseguiram controlar a situação revolucionária existente no Rio Grande do Sul, onde ainda se desenvolvia a revolução Farroupilha. Por isso, em 1841, D. Pedro II demitiu o ministério liberal e nomeou um ministério conservador. Novas eleições fo-

ram realizadas, nos moldes da anterior, e a vitória, como era de esperar, foi conservadora, com novas "derrubadas", substituição de liberais por conservadores em cargos provinciais e locais de nomeação direta do governo imperial.

"Finalmente, os partidos pouco se diferenciavam quanto a métodos e processos de 'fazer política'. Tanto que ambos mantiveram inalterado o sistema de preenchimento das presidências de província de acordo com as necessidades eleitoralistas, e encobriam-se com a fantasia do 'poder pessoal' para a justificação de suas faltas. Esta a razão do provérbio: 'nada tão semelhante a um conservador do que um liberal no poder'. Divergindo, embora, quanto aos temas de maior importância na organização política do país, adotavam processos sensivelmente iguais na prática habitual de todos os dias."

(TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada*. Petrópolis, Vozes, 1964. p. 292-4. In FENELON, Den Ribeiro. *Cinquenta textos de história do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1974. p. 101-2.)

A subida ao poder do novo governo foi acompanhada da adoção de medidas centralizadoras, como o controle sobre a polícia e a justiça nas várias províncias, o que causou descontentamento entre os liberais, desencadeando, em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro, uma onda de levantes armados contra o governo central. A chamada **Revolta Liberal de 1842**, liderada em São Paulo pelo padre Feijó e Campos Vergueiro, em Minas por Teófilo Ottoni, e no Rio de Janeiro por Joaquim de Souza Breves, acabou sufocada pelas tropas governamentais comandadas por Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias.

Em 1844, D. Pedro II demitiu os conservadores, que, fortalecidos pela vitória sobre os liberais, entraram em atrito com o imperador devido às pressões inglesas pela abolição do tráfico negreiro. Para o lugar dos conservadores, D. Pedro II nomeou um governo liberal, cuja principal decisão foi o estabelecimento da tarifa Alves Branco (1844). Completando a consolidação política do Segundo Reinado, em 1847 foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, estabelecendo o **parlamentarismo** brasileiro.

Na Inglaterra, onde nasceu esse regime político, o partido que detém a maioria no Parlamento indica o primeiro-ministro, o chefe do governo que comanda o poder executivo, firmando a subordinação do executivo ao poder legislativo.

No Brasil, ao contrário, o que se verificava era que o chefe do ministério, uma espécie de primeiro-ministro, era escolhido pelo imperador, fazendo o legislativo refém do executivo, já que deveria ter maioria do partido do presidente do Conselho de Ministros. Era o chamado **parlamentarismo às avessas**, de caráter centralizador e oligárquico, não representativo da sociedade brasileira devido à exclusão escravista e ao critério censitário.

Assim, o imperador escolhia o presidente do Conselho de Ministros e, caso houvesse divergência entre este e o Parlamento, o imperador ou dissolvia a Câmara para nova eleição ou demitia o ministro.

O ministério liberal comandou o governo brasileiro até 1848, quando, mais uma vez, foi substituído pelos conservadores, que permaneceram no poder até 1853. Neste novo governo conservador, destacaram-se medidas como a promulgação da Lei Eusébio de Queirós e da Lei de Terras.

Em 1853, sob o gabinete do marquês de Paraná, Hermeto Carneiro Leão, estabeleceu-se a **conciliação partidária**: um novo ministério, formado por liberais e conservadores, chamado de ministério da conciliação, passou a controlar a vida do país. Com isso, completava-se a consolidação político-oligárquica. A tranquilidade estabelecida com a conciliação durou até 1858, quando se retomou o revezamento de liberais e conservadores no poder, quadro que predominou até o final do Império.



A emergência de novos setores sociais ligados ao café na vida política, bem como os efeitos da Guerra do Paraguai (1865-1870), impediram a manutenção do esquema conciliador estabelecido anos antes. Alguns membros do Partido Liberal passaram a exigir reformas mais profundas na sociedade brasileira, como a ampliação do direito de voto, maior autonomia provincial e a abolição gradual da escravidão. Membros dissidentes desse partido fundaram, em 1870, o Partido Republicano. A partir de então começava a reversão política frente à ordem monárquica, que acabaria culminando na proclamação da República em 1889.

A Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-50)

Em meados do século passado, ocorreu a última das rebeliões provinciais, em Pernambuco, chamada Praieira. A instabilidade provincial da época regencial fora pouco a pouco superada, com a derrota dos “balaíos” no Maranhão; depois, em 1842, foram dispersos os levantes liberais, e, em 1845, a revolução Farroupilha do Rio Grande do Sul foi contida.

Em 1848, porém, na província de Pernambuco, ocorreu um movimento revolucionário, reacendendo a tradição contestadora da região. A Praieira foi o fecho de um longo ciclo revolucionário pernambucano, enquadrando-se, a partir de então, a região à ordem política imperial.

O nome Praieira advinha do fato de o jornal divulgador dos ideais dos revoltosos, o *Diário Novo*, ter sua sede na rua da Praia. Nesse jornal, em 1848, os rebeldes publicaram o “Manifesto ao Mundo”, escrito por Borges da Fonseca, no qual apresentavam suas principais reivindicações, como o voto livre e universal, a liberdade de imprensa, a garantia de trabalho, a nacionalização do comércio que estava em mãos de portugueses, a abolição do trabalho escravo e a instalação da república. Entre os principais líderes do movimento encontrava-se o capitão **Pedro Ivo** e o intelectual e socialista utópico general **Abreu e Lima**, que pregava a divisão das fortunas.

Inserida no contexto das revoluções populares que varreram a Europa no ano de 1848 e atingiram várias localidades na América, conhecida como “Primavera dos Povos”, a Praieira teve suas origens nas difíceis condições econômicas e sociais da província de Pernambuco e na enorme concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários.



Sem ser uma rebelião socialista, a Praieira retomava a luta por liberdade, mudanças sociais e políticas e melhorias das condições de vida, reinvocando o ideal republicano presente em outros movimentos ocorridos em Pernambuco. A revolta chegou mesmo a contar com a participação de alguns senhores de engenho ligados ao Partido Liberal, que rivalizavam com os portugueses de Recife por monopolizarem o comércio da região. A rebelião foi derrotada pelas tropas governamentais, em 1850, e nos dois anos seguintes toda a região estava pacificada.

Sufocadas as insatisfações e conciliados os interesses da elite dominante, foi possível ao governo de D. Pedro II viver seu período de apogeu, propiciando o desenvolvimento de um novo setor da economia exportadora nacional: o café.

Questões

1. Descreva as principais tendências partidárias no início do Segundo Reinado.
2. Caracterize a economia brasileira do Segundo Reinado, confrontando os elementos que representam uma continuidade em relação ao período colonial aos que refletem novas iniciativas.
3. Descreva o processo de expansão cafeeira no Brasil iniciado nos anos 1820.
4. Quais os principais efeitos na infra-estrutura da região Sudeste com a implantação e expansão cafeeira no Brasil imperial?
5. O surto industrial ocorrido no Brasil sob os auspícios do barão de Mauá só foi possível graças à criação de um mercado consumidor de produtos industrializados produzidos no Brasil e à mobilização de capitais disponíveis. Em que contexto essas duas condições se realizaram no Brasil de meados do século XIX?
6. Qual a posição da Inglaterra frente às iniciativas de industrialização no Brasil do século XIX?
7. Explique a postura inglesa frente ao tráfico e à manutenção da escravidão no Brasil.
8. Quais os objetivos e as conseqüências da Bill Aberdeen, de 1845?
9. O que foi o "sistema de parceria" experimentado na província de São Paulo?
10. Explique a afirmação: "A Lei de Terras de 1850 não apenas inviabilizou a democratização do acesso à terra no Brasil, criando uma situação que em grande parte perdura até hoje, como também reafirmou o caráter oligárquico do Império".
11. O que chamamos de "Conciliação" na vida política brasileira do Segundo Reinado?
12. O que foi a Revolução Praieira, de 1848, e em que se aproximou e distanciou de movimentos pernambucanos precedentes?

UNIDADE II — ESTRUTURAÇÃO DO DOMÍNIO OLIGÁRQUICO NO BRASIL

ATIVIDADES EM HISTÓRIA

1. Pesquise, na biblioteca ou repartições públicas, a história de sua cidade. A partir das informações recolhidas monte um painel assinalando:
 - a) data de fundação do município;
 - b) mapa do município na época de sua fundação, comparando-o com o atual;
 - c) composição da população (se for possível) na época da fundação e na atualidade;
 - d) principais atividades econômicas desempenhadas na época da fundação e hoje em dia;
 - e) se havia tribos indígenas na região na época, como viviam;
 - f) se foi área de disputa entre diferentes países e quais as conseqüências disso;
 - g) se existiam escravos e como viviam; se houve a formação de algum quilombo na região;
 - h) se se tratava de região de passagem entre lugares distantes;
 - i) as atividades culturais existentes na época e que permanecem até hoje e as que desapareceram;
 - j) os edifícios religiosos e públicos existentes na época (eles ainda existem hoje? qual o seu estado de conservação?);
 - k) tente descobrir o papel desempenhado pela região onde se encontra sua cidade em relação ao restante do Brasil no período colonial.
2. Trabalho interdisciplinar de história e artes:

Faça uma pesquisa sobre a música africana e sua introdução na América. Observe os principais núcleos de povoamento africano no continente (Brasil, Caribe, Estados Unidos) e informe-se a respeito da música negra nessas regiões na atualidade. Identifique a permanência dos ritmos africanos na música contemporânea no continente, enfatizando o Brasil. Finalmente, busque identificar algum vínculo entre o tipo de música (brasileira) de sua preferência e suas raízes africanas; seja nos ritmos, nos instrumentos utilizados ou até no conteúdo das letras quando for possível.
3. Redija dois relatórios sobre o episódio da traição de Calabar. No primeiro deles, você deve assumir o papel de promotor e, no segundo, o papel de advogado de defesa, procurando inocentá-lo. Procure informar-se a respeito da biografia de Calabar. Ao redigir cada relatório, siga o seguinte roteiro:
 - a) informações pessoais de Calabar: nome, data e local de nascimento, ocupação;
 - b) descrição dos fatos envolvendo o episódio da traição;
 - c) argumentação condenando Calabar (no caso do relatório do promotor) ou absolvendo-o (no caso do advogado de defesa).

Observe que o item **a** dos dois relatórios pode ser idêntico, enquanto o **b** pode ou não. Além disso, podem ser anexadas "provas" documentais, mapas, etc., para dar maior peso a uma ou outra posição.

4. Segue abaixo uma lista de filmes relacionados aos temas desta unidade. Elabore um texto sobre cada filme assistido, apontando seu roteiro, suas principais passagens e, principalmente, suas próprias opiniões sobre a obra.
- *Ganga Zumba, Rei de Palmares* (1964), dirigido por Carlos Diegues;
 - *O caçador de esmeraldas* (1979), por Oswaldo de Oliveira;
 - *República Guarani* (1982), por Silvio Back;
 - *Quilombo* (1984), por Carlos Diegues;
 - *A Missão* (1986), por Roland Joffé.

5. "Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação dos regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua o seu panteão cívico. Em alguns casos, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem que ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade de aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Na ausência de tal sintonia, o esforço de mitificação de figuras políticas resultará vão. Os pretendidos heróis serão, na melhor das hipóteses, ignorados pela maioria e, na pior, ridicularizados."

(CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990. pp. 55-6.)

É surpreendente que até hoje não saibamos exatamente a aparência real de Tiradentes, uma vez que não existe nenhuma imagem da época a retratá-lo. Todas as figuras que conhecemos são criações posteriores, "invenções" de artistas a partir da idéia de herói. Faça uma pesquisa procurando diversas representações de Tiradentes, identificando quando elas foram elaboradas e em que contexto histórico. Faça comentários sobre suas semelhanças e diferenças, tentando descobrir o que significam esses elementos. Se possível, relacione com o texto acima.

Finalmente, como atividade optativa, procure identificar quais os valores coletivos encarnados por "heróis" da atualidade (por exemplo, aqueles indivíduos valorizados pela imprensa, incluindo artistas, desportistas, etc.). Dê sua opinião a respeito de heróis.

6. Trabalho interdisciplinar de história e literatura:
Informe-se a respeito de Tomás Antonio Gonzaga. Faça um trabalho incluindo dados sobre sua biografia. Junto ao professor de literatura, informe-se sobre a sua obra no contexto da época em que escreveu e, junto ao professor de história, informe-se a respeito de sua atuação política. Procure estabelecer vínculos entre a obra e as idéias políticas.
7. Trabalho interdisciplinar de história e artes ou literatura:
Pesquise sobre o barroco mineiro nas artes e arquitetura. Procure mapear os locais onde se encontram os principais monumentos artísticos de Minas Gerais. Descreva as obras e procure caracterizar a

partir daí o estilo barroco. No caso de você habitar um município onde existem obras do período, procure levantar documentos a respeito deles (incluindo dados sobre conservação e restauração).

O mesmo pode ser feito em relação à literatura. Pesquise sobre as manifestações barrocas na literatura, destacando seus principais autores e obras e caracterizando o estilo.

8. Pesquise na sua cidade sobre a presença de imigrantes europeus (ou asiáticos), procurando responder às seguintes perguntas:

Qual é o histórico da imigração européia (ou asiática) no seu município? É possível identificar um período de maior fluxo de imigrantes? Qual a origem desses imigrantes e o que os motivou a vir para o Brasil? Quais as atividades a que eles se dedicaram? Tente entrevistar um imigrante estrangeiro, traçando sua biografia. Anexe fotos ou outros documentos (passaportes, etc.). Se for possível, compare a trajetória de vida e as motivações de imigrantes vindos em épocas diferentes (pelo menos 20 anos de intervalo). Por último, procure saber se você conhece alguém que “inverteu” o caminho, saindo do Brasil para tentar a vida no exterior.

9. Faça uma comparação entre o sistema parlamentarista vigente no Império e o parlamentarismo de alguma monarquia contemporânea (a inglesa, por exemplo), destacando semelhanças e diferenças. Em seguida, descreva o atual sistema presidencialista brasileiro. Finalmente, procure indicar, dentre os regimes analisados, qual possui maior representatividade ou qual é mais democrático.

EXERCÍCIOS DE VESTIBULARES

1. (PUC-SP) Considerando seu aprendizado sobre os processos de exploração da terra e da mão-de-obra no período colonial brasileiro, caracterize diferentes formas de propriedade e de regime de trabalho então vigentes.
2. (Cesgranrio) Assinale a opção que caracteriza a economia colonial estruturada como desdobramento da expansão mercantil européia da época moderna.
 - a) A descoberta de ouro no final do século XVII aumentou a renda colonial, favorecendo o rompimento dos monopólios que regulavam a relação com a metrópole.
 - b) O caráter exportador da economia colonial foi lentamente alterado pelo crescimento dos setores de subsistência, que disputavam as terras e os escravos disponíveis para a produção.
 - c) A lavoura de produtos tropicais e as atividades extrativas foram organizadas para atender aos interesses da política mercantilista européia.
 - d) A implantação da empresa agrícola representou o aproveitamento, na América, da experiência anterior dos portugueses nas suas colônias orientais.
 - e) A produção de abastecimento e o comércio interno foram os principais mecanismos de acumulação da economia colonial.

3. (U.E. Londrina-PR) Durante todo o século XVI, os portugueses não se preocuparam com a ocupação da Amazônia, principalmente, devido à grande distância entre o extremo norte do Brasil e os principais centros de colonização que na época eram
- a) Pernambuco e Bahia.
 - b) Rio de Janeiro e São Paulo.
 - c) Minas Gerais e Mato Grosso.
 - d) Rio Grande do Sul e Alagoas.
 - e) Espírito Santo e Santa Catarina.
4. (U.E. Londrina-PR) No Brasil, a estrutura social do engenho constituiu-se em um exemplo clássico das formas de
- a) exploração feudal.
 - b) instituição liberal.
 - c) dominação colonialista.
 - d) cooperação socialista.
 - e) organização pré-industrial.
5. (Cesgranrio) A economia colonial brasileira foi estruturada para atender aos interesses do mercado externo com produção especializada e em escala comercial.
- Considerando os diversos setores da economia colonial, podemos afirmar que a:
- a) colônia possuía importante setor de produção de alimentos, garantindo sua auto-suficiência e a balança do comércio favorável.
 - b) agroindústria açucareira viabilizou a colonização de base agrícola no Brasil e estava organizada em estreita vinculação com o capital comercial europeu.
 - c) adoção de formas de trabalho compulsório no Brasil constituiu uma adaptação dos tradicionais institutos de servidão e vassalagem às áreas coloniais.
 - d) pecuária exemplifica um setor de atividade econômica estruturado em função da demanda dos mercados europeus.
 - e) descoberta das áreas mineradoras, o desenvolvimento de um mercado interno e de acumulação de capital determinaram a ruptura da dependência da economia colonial para com a metrópole.

6. (UFRJ) "(...) meu coração estremece de infinita alegria por ver que a terra onde nasci em breve não será pisada por um pé escravo.

(...) Quando a humanidade jazia no obscurantismo, a escravidão era apanágio dos tiranos; hoje, que a civilização tem aberto brecha nas muralhas da ignorância e preconceitos, a liberdade desses infelizes é um emblema sublime (...).

Esta festa é a precursora de uma conquista da luz contra as trevas, da verdade contra a mentira, da liberdade contra a escravidão."

(ESTRELLA, Maria Augusta Generoso e Oliveira. "Discurso na Sessão Magna do Clube Abolicionista", 1872, Arquivo Público Estadual, Recife, PE.)

A escravidão está associada às diversas formas de exploração e de violência contra a população escrava. Essa situação, embora característica dos regimes escravocratas, registra inúmeros momentos de rebeldia. Em suas manifestações e ações cotidianas, homens e mulheres escravizados reagiram a esta condição, proporcionando formas de resistência que resultaram em processos sociais e políticos que, a médio e longo prazos, influíram na superação dessa modalidade de trabalho.

- a) Cite duas formas de resistência dos negros contra o regime da escravidão ocorridas no Brasil.
- b) Explique um fator que tenha contribuído para a transição para o trabalho livre no Brasil no século XIX.
7. (Cesgranrio) "O senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos." O comentário de Antonil, escrito no século XVIII, pode ser considerado característico da sociedade colonial brasileira porque:
- a condição de proprietário de terras e de homens garantia a preponderância dos senhores de engenho na sociedade colonial.
 - a autoridade dos senhores restringia-se aos seus escravos, não se impondo às comunidades vizinhas e a outros proprietários menores.
 - as dificuldades de adaptação às áreas coloniais levaram os europeus a organizar uma sociedade com mínima diferenciação e forte solidariedade entre seus segmentos.
 - as atividades dos senhores de engenho não se limitavam à agroindústria, pois controlavam o comércio de exportação, o tráfico negreiro e a economia de abastecimento.
 - o poder político dos senhores de engenho era assegurado pela metrópole através da sua designação para os mais altos cargos da administração colonial.
8. (UFMG) Todas as alternativas contêm elementos corretos sobre o projeto missionário e catequizador dos jesuítas, no momento da colonização brasileira, **exceto**:
- A legitimação da espoliação e da fraternidade cristã.
 - A oratória barroca, marcada pelo discurso linear e retilíneo.
 - A simbiose da alegoria cristã e do pensamento mercantil.
 - O ardor da diplomacia cristã, mistura de veemência e ambigüidade.
 - Os caminhos violentos e sedutores da pedagogia missionária.
9. (UFMG) Observe a gravura.



Cento e quarenta aquarelas, de Debret, pr. 36.

Na gravura, Debret retrata a negra quitandeira, personagem comum nos núcleos urbanos brasileiros mais densos, às vésperas da abolição.

- A atividade das quitadeiras está ligada ao empobrecimento de proprietários de escravos, acentuado na segunda metade do século XIX.
- A crise urbana do sistema escravista multiplicava as formas sociais sustentadas pelo pequeno comércio.
- A prática desse “comércio de tabuleiro” não era coibida pelas autoridades, que viam com simpatia o trabalho das negras ambulantes.
- A prática do pequeno comércio era exercida por escravos pertencentes a ex-escravos que se tornavam pequenos proprietários.
- A venda de quitutes nas ruas era um dos trabalhos possíveis para as negras forras e agregadas.

10. (UFMG) Leia os versos.

“Seiscentas peças barganhei
— Que pechincha! — no Senegal
A carne é rija, os músculos de aço,
Boa liga do melhor metal.

Em troca dei só aguardente,
Contas, latão — um peso morto!
Eu ganho oitocentos por cento
Se a metade chegar ao porto.”

(HEINE, Heinrich. Apud BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.)

- Identifique a atividade a que se referem esses versos.
- Cada uma das estrofes desenvolve uma idéia central. Identifique essas idéias.

11. (UFMG) “Restituídas as capitânicas de Pernambuco ao domínio de Sua Majestade, livres já dos inimigos que de fora as vieram conquistar, sendo poderosas as nossas armas para sacudir o inimigo, que tantos anos nos oprimiu, nunca foram capazes para destruir o contrário, que das portas adentro nos infestou, não sendo menores os danos destes do que tinham sido as hostilidades daqueles.”

(“Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678”, citado por CARNEIRO, Edson. *Quilombo dos Palmares*. São Paulo, 2. ed., CEN, Col. Brasileira, 1958, v. 302.)

O texto faz referência tanto às invasões holandesas (“... dos inimigos que de fora as vieram conquistar”) quanto ao quilombo de Palmares (“... o contrário, que das portas adentro nos infestou”).

O quilombo de Palmares, núcleo de rebeldia escrava no Nordeste brasileiro, alcançou considerável crescimento durante o período de ocupação holandesa em Pernambuco. Mesmo após a expulsão dos invasores estrangeiros pela população local, o quilombo resistiu a inúmeros ataques de tropas governistas.

- Apresente uma razão para a ocupação holandesa do Nordeste brasileiro.
- Explique, com base em um argumento, a longa duração de Palmares.

12. (UFMG) Leia o texto:

“Nassau chegou em 1637 e partiu em 1644, deixando a marca do administrador. Seu período é o mais brilhante da presença estrangeira. Nassau renovou a administração (...). Foi relativamente tolerante com os católicos, permitindo-lhes o livre exercício do culto. Como também com os judeus (depois dele não houve a mesma tolerância, nem com os católicos e nem com os judeus – fato estranhável, pois a Companhia das Índias contava muito com eles, como acionistas ou em postos eminentes). Pensou no povo, dando-lhe diversões, melhorando as condições do porto e do núcleo urbano (...), fazendo museus de arte, parques botânicos e zoológicos, observatórios astronômicos.”

(Francisco Iglésias.)

Esse texto refere-se

- a) à chegada e instalação dos puritanos ingleses na Nova Inglaterra, em busca da liberdade religiosa.
- b) à invasão holandesa no Brasil, no período da União Ibérica, e à fundação da Nova Holanda no Nordeste açucareiro.
- c) às invasões francesas no litoral fluminense e à instalação de uma sociedade cosmopolita no Rio de Janeiro.
- d) ao domínio flamengo nas Antilhas e à criação de uma sociedade moderna, influenciada pelo Renascimento.
- e) ao estabelecimento dos sefardins, expulsos na Guerra da Reconquista Ibérica, nos Países Baixos e à fundação da Companhia das Índias Ocidentais.

13. (U.E. Londrina-PR) No Brasil colônia, a pecuária teve um papel decisivo na

- a) ocupação das áreas litorâneas.
- b) expulsão do assalariado do campo.
- c) formação e exploração dos minifúndios.
- d) fixação do escravo na agricultura.
- e) expansão para o interior.

14. (Fuvest-GV) As invasões holandesas no Brasil (primeiro na Bahia e depois em Pernambuco) relacionam-se:

- a) Aos conflitos religiosos entre os holandeses (protestantes) e os portugueses (católicos) no quadro das “guerras de religião” européias.
- b) Aos conflitos entre Holanda (ex-possessão espanhola) e Espanha, à passagem do trono português para o domínio dos Habsburgos espanhóis e aos interesses comerciais holandeses no açúcar brasileiro.
- c) À aliança entre Holanda e Inglaterra, as duas maiores potências navais européias, contra Portugal.
- d) À política francesa de expansão colonial, que, agindo com a Holanda como intermediária, pretendia estabelecer no Brasil a chamada “França Antártica”.
- e) À pretensão holandesa de transformar o Brasil num importante entreposto para o comércio de escravos.

15. (Fuvest-SP) Em 1694, uma expedição chefiada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho foi encarregada pelo governo metropolitano de destruir o quilombo de Palmares. Isto se deu porque:
- os paulistas, excluídos do circuito da produção colonial centrada no Nordeste, queriam aí estabelecer pontos de comércio, sendo impedidos pelos quilombos.
 - os paulistas tinham prática na perseguição de índios, os quais, aliados aos negros de Palmares ameaçavam o governo com movimentos milenaristas.
 - o quilombo desestabilizava o grande contingente escravo existente no Nordeste, ameaçando a continuidade da produção açucareira e da dominação colonial.
 - os senhores de engenho temiam que os quilombolas, que haviam atraído brancos e mestiços pobres, organizassem um movimento de independência da colônia.
 - os aldeamentos de escravos rebeldes incitavam os colonos à revolta contra a metrópole visando trazer novamente o Nordeste para o domínio holandês.

16. (Fuvest-SP) Personagem atuante no Brasil colônia, foi "fruto social de uma região marginalizada, de escassos recursos materiais e de vida econômica restrita (...)", "teve suas ações orientadas no sentido de tirar o máximo proveito das brechas que a economia colonial eventualmente oferecia para efetivação de lucros rápidos e passageiros em conjunturas favoráveis — como no caso da caça ao índio — ou no sentido de buscar alternativas econômicas fora dos quadros da agricultura voltada para o mercado externo (...)".

(Carlos Henrique Davidoff, 1982.)

O personagem e a região a que o texto se refere são, respectivamente,

- o jesuíta e a província da Cisplatina.
 - o tropeiro e o vale do Paraíba.
 - o caipira e o interior paulista.
 - o bandeirante e a capitania de São Paulo.
 - o caíçara e o litoral baiano.
17. (Cesgranrio) A ocupação do território brasileiro, restrita, no século XVI, ao litoral e associada à lavoura de produtos tropicais, estendeu-se ao interior durante os séculos XVII e XVIII, ligada à exploração de novas atividades econômicas e aos interesses políticos de Portugal em definir as fronteiras da colônia.
- As afirmações abaixo relacionam as regiões ocupadas a partir do século XVII e suas atividades dominantes.
- No vale Amazônico, o extrativismo vegetal — as drogas do sertão — e a captura de índios atraíram os colonizadores.
 - A ocupação do Pampa gaúcho não teve nenhum interesse econômico, estando ligada aos conflitos luso-espanhóis na Europa.
 - O planalto central, nas áreas correspondentes aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, foi um dos principais alvos do bandeirismo, e sua ocupação está ligada à mineração.
 - A zona missioneira no Sul do Brasil representava um obstáculo tanto aos colonos, interessados na escravização dos indígenas, quanto a Portugal, dificultando a demarcação das fronteiras.
 - O Sertão nordestino, primeira área interior ocupada no processo de colonização, foi um prolongamento da lavoura canieira, fornecendo novas terras e mão-de-obra para a expansão da lavoura.

As afirmações corretas são:

- a) somente 1, 2 e 4.
- b) somente 1, 2 e 5.
- c) somente 1, 3 e 4.
- d) somente 2, 3 e 4.
- e) somente 2, 3 e 5.

18. (Unicamp-SP) O escravo no Brasil é geralmente representado como dócil, dominado pela força e submisso ao senhor. Porém, muitos historiadores mostram a importância da resistência dos escravos aos senhores e o medo que os senhores sentiram diante dos quilombos, insurreições, revoltas, atentados e fugas de escravos.

- a) Descreva o que eram os quilombos.
- b) Por que a metrópole portuguesa e os senhores combateram os quilombos, as revoltas, os atentados e as fugas de escravos no período colonial brasileiro?

19. (Cesgranrio) A expansão da colonização portuguesa na América, a partir da segunda metade do século XVIII, foi marcada por um conjunto de medidas, dentre as quais podemos citar:

- a) o esforço para ampliar o comércio colonial, suprimindo-se as práticas mercantilistas.
- b) a instalação de missões indígenas nas fronteiras sul e oeste, para garantir a posse dos territórios por Portugal.
- c) o bandeirismo paulista, que destruiu parte das missões jesuíticas e descobriu as áreas mineradoras do planalto central.
- d) a expansão da lavoura da cana para o interior, incentivada pela alta dos preços no mercado internacional.
- e) as alianças políticas e a abertura do comércio colonial aos ingleses, para conter o expansionismo espanhol.

20. (Fuvest-SP) Podemos afirmar sobre o período da mineração no Brasil que

- a) atraídos pelo ouro, vieram para o Brasil aventureiros de toda espécie, que inviabilizaram a mineração.
- b) a exploração das minas de ouro só trouxe benefícios para Portugal.
- c) a mineração deu origem a uma classe média urbana que teve papel decisivo na independência do Brasil.
- d) o ouro beneficiou apenas a Inglaterra, que financiou sua exploração.
- e) a mineração contribuiu para interligar as várias regiões do Brasil e foi fator de diferenciação da sociedade.

21. (UFMG) Em 1703, Portugal assinou com a Inglaterra o tratado de Methuen. A assinatura desse tratado teve implicações profundas para as economias portuguesa e inglesa.

- a) Apresente a situação em que se encontrava Portugal na época da assinatura do tratado.
- b) Cite a principal cláusula do tratado de Methuen.
- c) Apresente 2 (duas) implicações fundamentais desse tratado para a economia portuguesa.
- d) Apresente a implicação fundamental desse tratado para a economia inglesa.

22. (UFMG) Leia o texto. Ele refere-se à capitania de Minas Gerais no século XVIII.

“... ponderando-se o acharem-se hoje as Vilas dessa Capitania tão numerosas como se acham, e que sendo uma grande parte das famílias dos seus moradores de limpo nascimento, era justo que somente as pessoas que tiverem esta qualidade andassem na governança delas, porque se a falta de pessoas capazes fez a princípio necessária a tolerância de admitir os mulatos aos exercícios daqueles ofícios, hoje, que tem cessado esta razão, se faz indecoroso que eles sejam ocupados por pessoas em que haja semelhante defeito...”

(D. João, Lisboa, 27 de janeiro de 1726.)

No trecho dessa carta, o rei de Portugal refere-se à impropriedade de os mulatos continuarem a exercer o cargo de

- a) Governador, magistrado escolhido entre os “homens bons” da colônia para administrarem a capitania.
- b) Intendente das Minas, ministro incumbido de controlar o fluxo de alimentos e do comércio.
- c) Ouvidor, funcionário responsável pela administração das finanças e dos bens eclesiásticos.
- d) Vereador, membro do Senado da Câmara, encarregado de cuidar da administração local.

23. (PUC-SP) “ Eu a Rainha faço saber:

Que devido ao grande número de fábricas e manufaturas, que desde alguns anos tem se difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura e da lavoura e da exploração das terras minerais daquele continente; porque havendo nele falta de população é evidente que quanto mais se multiplicar o número de fabricantes, mais diminuirá o de cultivadores e menos braços haverá...

Hei por bem ordenar que todas as fábricas e manufaturas... (excetuando-se as que tecem fazendas grossas de algodão) sejam extintas e abolidas em qualquer parte dos meus domínios no Brasil.”

(Alvará de 5/1/1785.)

No final do século XVIII, ampliam-se as restrições e proibições impostas pela metrópole portuguesa ao desenvolvimento das atividades econômicas na colônia. O texto reproduzido acima, baixado por D. Maria I, rainha de Portugal, contém aspectos dessa política de restrições. Leia com atenção o texto e a seguir:

- a) identifique a restrição central nele imposta;
- b) destaque e comente um argumento usado no texto para justificar tal medida.

24. (U.E. Londrina-PR) Dentre as rebeliões coloniais, a que marcou o início do processo de emancipação política no Brasil, por questionar a dominação metropolitana na colônia, foi a:

- a) Revolta de Beckman.
- b) Guerra dos Mascates.
- c) Guerra dos Emboabas.
- d) Inconfidência Mineira.
- e) Confederação do Equador.

25. (U.E. Londrina-PR) "Rebelião que expressou as condições do Antigo Sistema Colonial. Teve influência maçônica iluminista, revelou objetivos emancipacionista e republicano. O movimento se diferenciou dos demais pelo caráter social, a igualdade racial declarada nos boletins, e pela participação de elementos provenientes das camadas populares da população (soldados, artesãos, ourives, alfaiates, domésticas, negros escravos e forros)."

O texto refere-se à

- a) Balaiada.
- b) Conjuração Baiana.
- c) Revolta Farroupilha.
- d) Confederação do Equador.
- e) Guerra dos Mascates.

26. (Fuvest-SP) A chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco em 1710, deveu-se:

- a) ao surgimento de um sentimento nativista brasileiro, em oposição aos colonizadores portugueses.
- b) ao orgulho ferido dos habitantes da vila de Olinda, menosprezados pelos portugueses.
- c) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e a aristocracia rural de Olinda pelo controle da mão-de-obra escrava.
- d) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e a aristocracia rural de Olinda, cujas relações comerciais eram, respectivamente, de credores e devedores.
- e) a uma disputa interna entre grupos de comerciantes, que eram chamados depreciativamente de mascates.

27. (Cesgranrio) Os movimentos de rebelião colonial e o processo de emancipação política do Brasil estão ligados às transformações do mundo ocidental no final do século XVIII. Assim, está correto afirmar que:

- a) o desenvolvimento industrial reforçou o pacto colonial, como instrumento de reserva de mercado.
- b) a Ilustração promoveu expressiva modernização econômica da colônia e o reforço da religiosidade expressa no Barroco.
- c) a emancipação política, no caso brasileiro, marcou a definitiva separação entre portugueses, agentes da metrópole e colonos brasileiros.
- d) as reações contra o domínio metropolitano foram movimentos autóctones das elites coloniais, não se ligando ao processo geral da crise do Antigo Regime.
- e) as rebeliões coloniais foram influenciadas pelo pensamento liberal, apesar das diferenças entre as áreas coloniais e a Europa.

28. (UFRJ) "(...) o povo nada ganhou absolutamente com a mudança operada. A maioria dos franceses lucrou com a Revolução que suprimiu privilégios e direitos auferidos por uma casta favorecida. Aqui, lei alguma consagrava a desigualdade, todos os abusos eram o resultado do interesse e dos caprichos dos poderosos e dos funcionários. Mas são estes homens que, no Brasil, foram os cabeças da revolução. (...)"

(SAINT-HILAIRE, A. de. "Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo – 1822". In MATTOS, Ilmar R. & ALBUQUERQUE, Luis Affonso S. de. *Independência ou morte: a emancipação política do Brasil*. São Paulo, Atual, 1991. pp. 63-4.)

O processo de ruptura do pacto colonial assumiu dimensão definitiva por ocasião das mudanças ocorridas quando da Era Napoleônica. Os interesses colonialistas sofreram contestações e o ideário da Revolução Francesa influenciou decisivamente nos movimentos políticos ocorridos no interior das colônias americanas. No Brasil, este processo reflete-se em ações que resultaram na independência de 1822, precedida de movimentos, como o da Insurreição Pernambucana de 1817, que visavam ao rompimento com a metrópole.

- a) Cite duas razões que contribuíram para a eclosão da Insurreição Pernambucana de 1817.
- b) Justifique o apoio dos grandes proprietários ao processo de independência no Brasil.

29. (PUC-SP) Considerando seu aprendizado sobre o sistema colonial no início do século XIX, identifique o contexto histórico que deu origem à transferência da família real portuguesa para o Brasil e discuta um dos aspectos resultantes desse processo para a vida da colônia.

30. (UnB-DF) Leia o texto que se segue.

"A independência do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo.

Exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas."

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*.)

Quanto às razões dessa continuidade social e econômica entre a colônia e o Império, julgue os itens seguintes.

- 0) A abertura dos portos por D. João estabeleceu uma ponte entre a Coroa portuguesa e os setores dominantes na colônia.
 - 1) A elite política promotora da independência, embora desejasse rupturas sociais mais profundas, teve que enfrentar a resistência da corte portuguesa.
 - 2) A monarquia transformou-se em um símbolo de autoridade, nos primeiros anos após a independência, mesmo quando D. Pedro I era contestado.
 - 3) A continuidade foi facilitada pela existência de uma elite política orgânica, com uma base social firme e um projeto claro para a nova nação.
31. (Cesgranrio) A transferência do governo português para o Brasil, em 1808, teve ligação estreita com o processo de emancipação política da colônia porque:
- a) introduziu as idéias liberais na colônia, incentivando várias rebeliões.
 - b) reforçou os laços de dependência e monopólio do sistema colonial, aumentando a insatisfação dos colonos.
 - c) incentivou as atividades mercantis, contrariando os interesses da grande lavoura.
 - d) instalou no Brasil a estrutura do Estado português, reforçando a unidade e a autonomia da colônia.
 - e) favoreceu os comerciantes portugueses, prejudicando os brasileiros e os ingleses ligados ao comércio de importação.

32. (Fuvest-SP) "As ruas estão, em geral, repletas de mercadorias inglesas. A cada porta as palavras *Superfino de Londres* saltam aos olhos: algodão estampado, panos largos, louça de barro, mas, acima de tudo, ferragens de Birmingham, podem ser obtidos nas lojas do Brasil a um preço um pouco mais alto do que em nossa terra." Esta descrição das lojas do Rio de Janeiro foi feita por Mary Graham, uma inglesa que veio ao Brasil em 1821.

- Como se explica a grande quantidade de produtos ingleses à venda no Brasil desde 1808 e sobretudo depois de 1810?
- Quais os privilégios que os produtos ingleses tinham nas alfândegas brasileiras?

33. (UFMG) A administração pombalina caracterizou-se pela combinação do racionalismo da Ilustração com os interesses do absolutismo.

Todas as alternativas apresentam medidas da administração pombalina no Brasil, **exceto**:

- A criação das Companhias Gerais e Privilegiadas de comércio no Norte e Nordeste do país.
- A expulsão dos jesuítas do Brasil e a introdução do ensino promovido pelo Estado.
- A melhoria do sistema de arrecadação de tributos e a coibição do contrabando nas Minas.
- A proibição da política da integração dos índios à civilização portuguesa por meio de casamentos.

34. (U.E. Londrina-PR) A Confederação do Equador, em 1824, se caracterizou como um movimento de

- emancipação política de Portugal.
- oposição à abertura dos portos.
- garantia à política inglesa.
- apoio aos atos do imperador.
- reação à política imperial.

35. (PUC-SP) "... todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos (...). Se se continua a falar dos direitos dos homens, da igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos que em qualquer outra parte..."

(MOTA, C. G. 1822. Dimensões.)

O texto acima, escrito provavelmente por volta de 1823/1824, é parte de uma carta sobre a independência do Brasil, enviada por um observador europeu a D. João VI. Leia com atenção o texto e, a seguir, identifique e comente os limites sociais do processo brasileiro de independência.

36. (UFMG) A opção pelo regime monárquico no Brasil, após a independência, pode ser explicada

- pela atração que os títulos nobiliárquicos exerciam sobre os grandes proprietários rurais.
- pela crescente popularidade do regime monárquico entre a elite colonial brasileira.
- pela pressão das oligarquias aliadas aos interesses da Inglaterra e pela defesa da entrada de produtos manufaturados.
- pelo temor aos ideais abolicionistas defendidos pelos republicanos nas Américas.
- pelas transformações ocorridas com a instauração da corte portuguesa no Brasil e pela elevação do país a Reino Unido.

37. (Fuvest-SP) A organização do Estado brasileiro que se seguiu à independência resultou do projeto do grupo
- a) liberal-conservador, que defendia a monarquia constitucional, a integridade territorial e o regime centralizado.
 - b) maçônico, que pregava a autonomia provincial, o fortalecimento do executivo e a extinção da escravidão.
 - c) liberal-radical, que defendia a convocação de uma Assembléia Constituinte, a igualdade de direitos políticos e a manutenção da estrutura social.
 - d) cortesão, que defendia os interesses recolonizadores, as tradições monárquicas e o liberalismo econômico.
 - e) liberal-democrático, que defendia a soberania popular, o federalismo e a legitimidade monárquica.
38. (UFMG) Durante o período regencial, várias revoltas, ocorridas nas províncias, agitaram a vida política do país. O Segundo Reinado, no entanto, vai assistir, em 1848, à última rebelião provincial. Todas as alternativas apresentam medidas políticas adotadas a partir de 1840, com vistas à centralização política e ao restabelecimento da autoridade do imperador, **exceto**:
- a) A antecipação da Maioridade de D. Pedro II e o restabelecimento do Conselho de Estado.
 - b) A extinção da Guarda Nacional, que eliminou a competição com o exército e o encarregou da ordem local e nacional.
 - c) A modificação do Código do Processo Criminal, que retornou o poder judiciário para o governo central.
 - d) A retirada de atribuições políticas dos poderes provinciais pelo Ato Adicional.
39. (U.E. Londrina-PR) "... explodiu na província do Grão-Pará o movimento armado mais popular do Brasil (...). Foi uma das rebeliões brasileiras em que as camadas inferiores ocuparam o poder..."
- Ao texto pede-se associar
- a) a Regência e a Cabanagem.
 - b) o Primeiro Reinado e a Praieira.
 - c) o Segundo Reinado e a Farroupilha.
 - d) o Período Joanino e a Sabinada.
 - e) a abdicação e a Noite das Garrafadas.
40. (Fuvest-SP) Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que ela foi criada
- a) pelo imperador, D. Pedro II, e era por ele diretamente comandada, razão pela qual tornou-se a principal força durante a Guerra do Paraguai.
 - b) para atuar unicamente no Sul, a fim de assegurar a dominação do Império na província da Cisplatina.
 - c) segundo o modelo da Guarda Nacional Francesa, o que fez dela o braço armado de diversas rebeliões no período regencial e início do Segundo Reinado.
 - d) para substituir o exército extinto durante a menoridade, o qual era composto, em sua maioria, por portugueses e ameaçava restaurar os laços coloniais.
 - e) no período regencial como instrumento dos setores conservadores destinado a manter e restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas.

41. (Fuvest-SP) Sabinada na Bahia, Balaiada no Maranhão e Farroupilha no Rio Grande do Sul foram algumas das lutas que ocorreram no Brasil em um período caracterizado
- por um regime centralizado na figura do imperador, impedindo a constituição de partidos políticos e transformações sociais na estrutura agrária.
 - pelo estabelecimento de um sistema monárquico descentralizado, o qual delegou às províncias o encaminhamento da “questão servil”.
 - por mudanças na organização partidária, o que facilitava o federalismo, e por transformações na estrutura fundiária de base escravista.
 - por uma fase de transição política, decorrente da abdicação de D. Pedro I, fortemente marcada por um surto de industrialização, estimulado pelo Estado.
 - pela redefinição do poder monárquico e pela formação dos partidos políticos, sem que se alterassem as estruturas sociais e econômicas estabelecidas.

42. (Fuvest-SP) “Mais importante, o país é abalado por choque de extrema gravidade; não mais os motins... mas verdadeiros movimentos revolucionários, com intensa participação popular, põem em jogo a ordem interna e ameaçam a unidade nacional. Em nenhum outro momento há tantos episódios, em vários pontos do país, contando com a presença da massa no que ela tem de mais humilde, desfavorecido. Daí as notáveis conflagrações verificadas no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Sul.”

(IGLÉSIAS, Francisco. *Brasil, sociedade democrática.*)

Este texto refere-se ao período

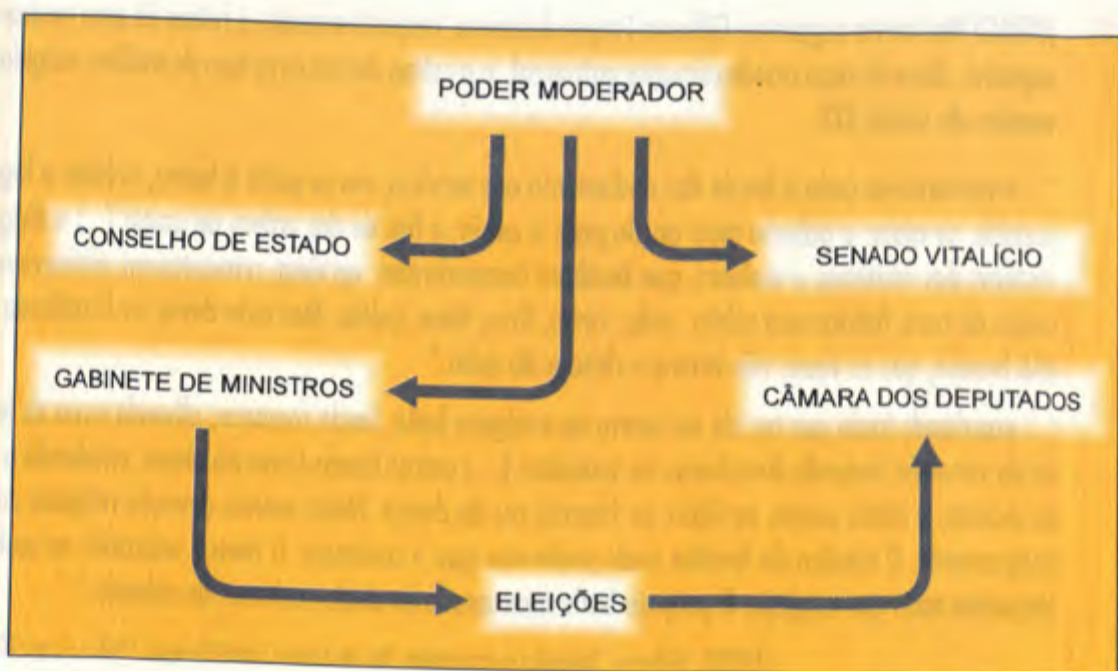
- da Guerra da Independência.
 - da Revolução de 1930.
 - agitado da Regência.
 - das Revoltas Tenentistas.
 - da proclamação da República.
43. (UFMG) Nos textos seguintes, Gilberto Freyre descreve, respectivamente, a rotina de uma senhora de engenho, dona de casa ortodoxamente patriarcal, e a rotina de um novo tipo de mulher, surgida nos meados do século XIX.

“... levantando-se cedo a fim de dar andamento aos serviços, ver se partir a lenha, se fazer o fogo na cozinha, se matar a galinha mais gorda para a canja; a fim de dar ordem ao jantar (...) e dirigir as costuras das mucamas e molecas, que também remendavam, cerziam, remontavam, alinhavavam a roupa da casa, fabricavam sabão, vela, vinho, licor, doce, geléia. Mas tudo devia ser fiscalizado pela iaiá branca, que às vezes não tirava o chicote da mão.”

“... acordando tarde por ter ido ao teatro ou a algum baile; lendo romance; olhando a rua da janela ou da varanda; levando duas horas no toucador (...) outras tantas horas no piano, estudando a lição de música; e ainda outras na lição de francês ou de dança. Muito menos devoção religiosa do que antigamente. O médico de família mais poderoso que o confessor. O teatro seduzindo as senhoras elegantes mais que a igreja. O próprio baile mascarado atraindo senhoras de sobrado.”

(FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968. t. 1, pp. 109-10.)

- a) Indique três mudanças ocorridas na estrutura socioeconômica do Brasil, na segunda metade do século XIX, que explicam as transformações ocorridas no papel feminino.
- b) Descreva a condição da cidadania da mulher no período primário-exportador.
44. (U.E. Londrina-PR) No Brasil, a transição para o trabalho livre e a conseqüente modernização do capitalismo ganha impulso a partir da
- primeira década do século XVIII.
 - última década do século XVIII.
 - primeira metade do século XIX.
 - segunda metade do século XIX.
 - segunda metade do século XX.
45. (Cesgranrio) A concretização da emancipação política do Brasil, em 1822, foi seguida de divergências entre os diversos setores da sociedade, em torno do projeto constitucional, culminando com o fechamento da Assembléia Constituinte.
- Assinale a opção que relaciona corretamente os preceitos da Constituição Imperial com as características da sociedade brasileira.
- A autonomia das antigas capitanias atendia aos interesses das oligarquias agrárias.
 - O poder moderador conferia ao imperador a proeminência sobre os demais poderes.
 - A abolição do Padroado, por influência liberal, assegurou ampla liberdade religiosa.
 - A abolição progressiva da escravidão, proposta de José Bonifácio, foi uma das principais razões da oposição ao imperador D. Pedro I.
 - A introdução do sufrágio universal permitiu a participação política das camadas populares, provocando rebeliões em várias partes do país.
46. (UFMG) Observe o esquema.



Esse esquema representa a situação **política** brasileira durante o Segundo Reinado.

Nesse momento, o sistema **parlamentarista** foi considerado às avessas porque

- a) a composição ministerial era **indicada** pelo imperador, mas dependia da aprovação do legislativo.
- b) o exercício do ministério está **limitado** a um plano de ação imposto pelo legislativo.
- c) os ministros de Estado deveriam **prestar** contas de seus atos ao imperador e não ao poder legislativo.
- d) os ministros de Estado eram **escolhidos** pelo imperador e não pelo legislativo.
- e) os ministros tinham prazo **determinado** para permanecer no poder, mesmo fazendo um bom governo.

47. (Cesgranrio) A formação do Estado **nacional**, no Brasil, foi marcada por confrontos e períodos de instabilidade. A esse respeito, **assinale** a opção que expressa corretamente uma etapa da história política do Império.

- a) O Ato Adicional de 1834 **reafirmou** a concepção centralista do Império, abalada com a abdicação de D. Pedro I.
- b) O Segundo Reinado, em sua **primeira** fase (1840-1850), foi marcado por medidas centralizadoras e pela derrota dos últimos movimentos revolucionários.
- c) A Maioridade marcou a derrota **do** grupo político regressista, na medida em que instituiu o poder absoluto do imperador.
- d) A Conciliação, aliança de liberais e conservadores, garantiu a efetivação do ideário democrático dos primeiros.
- e) As rebeliões provinciais, como a Farroupilha (RS) e a Balaiada (MA), expressaram a reação restauradora das oligarquias contra o liberalismo do governo regencial.

48. (U.E. Londrina-PR) "... nas últimas décadas do século XIX (...) o perfil do Estado começou a mudar (...), surgiram novas cidades no fértil norte paranaense, e pelo Sul chegaram colonos gaúchos em busca de novas terras..."

A mudança de perfil a que o texto se refere deveu-se

- a) à cultura açucareira e à extração madeireira.
- b) às entradas e bandeiras e à descoberta do ouro.
- c) ao aparecimento das ferrovias e à expansão do café.
- d) às missões jesuíticas e à decadência da mineração.
- e) ao surgimento da indústria e à criação do gado.

49. (U.E. Londrina-PR) Curitiba, a partir de 1867, tornou-se um ativo centro de uma região agrícola impulsionada, dentre outros fatores, pela imigração de

- a) japoneses e alemães.
- b) italianos e poloneses.
- c) nordestinos e gaúchos.
- d) noruegueses e mineiros.
- e) espanhóis e portugueses.

50. (Fuvest-SP) Pela "Lei de Terras" aprovada em 18 de setembro de 1850:
- as terras foram cadastradas e o acesso a elas só era permitido sob forma de doação.
 - o acesso à terra só era possível através da compra, proibindo-se a posse por ocupação.
 - regularizou-se a doação de lotes a imigrantes com mais de cinco anos de trabalho na lavoura.
 - encerrou-se o regime de parceria e introduziu-se o regime do colonato.
 - introduziu-se o sistema de posse por ocupação, substituindo-se as diversas propostas de reforma agrária em andamento no Parlamento brasileiro.
51. (Fuvest-SP) Nas atas dos debates parlamentares e nos jornais brasileiros da década de 1850, encontram-se muitas referências, positivas ou negativas, à Inglaterra. Estas últimas, em geral, devem-se à irritação provocada em setores da sociedade brasileira por pressões exercidas pelo governo inglês para
- diminuir gradativamente a utilização de escravos na agricultura de exportação.
 - dar ao protestantismo o mesmo *status* de religião oficial que tinha o catolicismo.
 - impedir o julgamento por tribunais brasileiros de um oficial inglês que assassinou um cidadão brasileiro.
 - a extinção do tráfico de escravos, tendo seus objetivos sido alcançados em 1850.
 - subordinar a política externa brasileira a interesses ingleses na África e na Ásia.
52. (Fuvest-SP) Fazendo um balanço econômico do Segundo Reinado, podemos afirmar que ele foi um período no qual
- algumas atividades ganharam importância, como a criação do gado no Rio Grande do Sul e as lavouras de açúcar no Nordeste.
 - o Brasil deixou de ser um país essencialmente agrário, ingressando na era da industrialização.
 - a Amazônia passou a ter um grande destaque com o *boom*, desde 1830, da produção da borracha.
 - ocorreram grandes transformações econômicas com as quais o Centro-Sul ganhou projeção em detrimento do Nordeste.
 - as diversas regiões brasileiras tiveram um crescimento econômico constante, uniforme e progressivamente integrado.
53. (Fuvest-SP) No século XIX, a imigração europeia para o Brasil foi um processo ligado
- a uma política oficial e deliberada de povoamento, desejosa de fixar contingente branco em áreas estratégicas e atender grupos de proprietários na obtenção de mão-de-obra.
 - a uma política organizada pelos abolicionistas para substituir paulatinamente a mão-de-obra escrava das regiões cafeeiras e evitar a escravização em novas áreas de povoamento no Sul do país.
 - às políticas militares, estabelecidas desde D. João VI, para a ocupação das fronteiras do Sul e para a constituição de propriedades de criação de gado destinadas à exportação de charque.
 - à política do Partido Liberal para atrair novos grupos europeus para as áreas agrícolas e implantar um meio alternativo de produção, baseado em minifúndios.
 - à política oficial de povoamento baseada nos contratos de parceria como forma de estabelecer mão-de-obra assalariada nas áreas de agricultura de subsistência e de exportação.

54. (UFMG) Leia o texto:

“As classes pobres e viciosas (...) sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de classes perigosas; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.”

(BRASIL, *Anais da Câmara dos Deputados*. 1888, v. 3, p. 73.)

Essa visão da pobreza e do ócio era difundida no Brasil da segunda metade do século XIX e está relacionada com a dinâmica de transformação social em curso nesse período.

Todas as alternativas apresentam expressões dessa dinâmica social, **exceto**:

- a) A articulação de novas estratégias políticas pela elite.
- b) A consolidação da burguesia industrial.
- c) A constituição de um mercado de mão-de-obra livre.
- d) A emergência de segmentos sociais urbanos.
- e) A formação de uma nova aristocracia rural.

55. (Vunesp) Em troca do reconhecimento de sua independência por parte da Inglaterra, o Brasil assinou um tratado, em 1826, incluindo cláusulas para pôr termo

- a) ao tráfico negreiro.
- b) ao tratado comercial de 1810.
- c) à escravidão africana.
- d) à autonomia municipal.
- e) ao pacto colonial.

56. (GV-SP) Associe os fatos político-militares do Primeiro Reinado e da Regência brasileira abaixo, com suas localizações:

1. Balaiada	I. Pará
2. Cabanagem	II. Bahia
3. Ato Adicional	III. Maranhão
4. Sabinada	IV. Pernambuco
5. Confederação do Equador	V. Rio de Janeiro

Escolha a alternativa que tem a associação correta:

- a) 1-III; 2-I; 3-V; 4-II; 5-IV;
- b) 1-II; 2-V; 3-III; 4-I; 5-IV;
- c) 1-III; 2-II; 3-V; 4-IV; 5-I;
- d) 1-IV; 2-I; 3-V; 4-III; 5-II;
- e) 1-V; 2-III; 3-IV; 4-II; 5-I.

57. (Vunesp) "Foi assim possível dispor um segundo ataque ao Brasil, desta vez contra uma capitania mal aparelhada na sua defesa, mas a principal e a mais rica região produtora de açúcar do mundo de então. Existiam aí e nas capitanias vizinhas mais de 130 engenhos que, nas melhores safras, davam mais de mil toneladas do produto."

(J. A. Gonsalves de Mello.)

O texto refere-se à

- a) Guerra dos Mascates.
- b) invasão francesa.
- c) invasão holandesa.
- d) Revolta de Beckman.
- e) invasão inglesa.

58. (Fuvest-SP) No Brasil colonial, a escravidão caracterizou-se essencialmente:

- a) por sua vinculação exclusiva ao sistema agrário exportador.
- b) pelo incentivo da Igreja e da Coroa à escravidão de índios e negros.
- c) por estar amplamente distribuída entre a população livre, constituindo a base econômica da sociedade.
- d) por destinar os trabalhos mais penosos aos negros e os mais leves aos índios.
- e) por impedir a emigração em massa de trabalhadores livres para o Brasil.

I. Índia	1. Índia
II. América	2. América
III. África	3. África
IV. Europa	4. Europa
V. Ásia	5. Ásia

O Apogeu
do Domínio
Oligárquico
no Brasil



Aurélio Figueredo, O último baile da monarquia (detalhe), Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

U N I D A D E

■ III ■

A POLÍTICA EXTERNA DO IMPÉRIO OLIGÁRQUICO E O DECLÍNIO DO SEGUNDO REINADO

a pacificação interna e a organização administrativa do país marcaram a vida política no início do Segundo Reinado. A atenção do governo durante os anos 1840 esteve voltada para a ordenação política e social, que, pouco a pouco, cimentou a aliança entre os poderosos do país, aglutinando os membros da alta magistratura, do grande comércio e da grande propriedade.

Este projeto político de coesão de grandes interesses, garantindo a monarquia, a unidade territorial, a centralização administrativa com reduzida representatividade popular, permitiu também que os conflitos entre membros da própria elite, fossem eles efetivos ou potenciais, contassem com a mediação do governo. A oligarquia assegurava, assim, que suas divergências e disputas não viessem a implodir a ordem que servia a todos os seus membros.

O ponto alto da concretização desse regime oligárquico que garantia a desejada estabilidade política, sinônimo de manutenção do *status quo*, deveu-se, sobretudo, à instauração do parlamentarismo imperial no final dos anos 1840. A fase da Conciliação, inaugurada por Carneiro Leão na década de 1850, significou o auge da dominação político-oligárquica durante o Império.

A partir da consolidação do projeto político imperial oligárquico no plano interno, nos anos 50 e 60, as maiores atenções governamentais voltaram-se para a política externa, ocorrendo, nessa fase, diversos conflitos na região do Prata, no extremo sul do país, e atritos diplomáticos com a Inglaterra.

Relações externas no Segundo Reinado

Os sucessivos atritos entre Brasil e Inglaterra durante o Segundo Reinado relacionavam-se à dependência política e econômica estabelecida há décadas e culminaram no rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, episódio que ficou conhecido como a Questão Christie.

Para compreendermos as dimensões do acontecimento é preciso considerar o poderio que a Inglaterra, então chamada de “oficina do mundo”, desfrutava no século XIX, mas que começava a ser ameaçado por novas potências emergentes, e, também, sua enorme força nas relações com o Brasil imperial.

A Questão Christie (1863)

As raízes do considerável peso que a Inglaterra exercia sobre a vida brasileira, especialmente no âmbito econômico, vinham desde a independência de 1822, situação herdada da ordem colonial lusitana e da combinação de interesses com nossas elites econômicas. Como já vimos, tal quadro acabou sendo reafirmado quando do reconhecimento do Brasil como país independente na comunidade internacional, época em que a Inglaterra obteve a renovação dos privilegiados tratados de 1810, que reforçavam a vantagem de seus produtos no mercado brasileiro. Acrescente-se ainda a freqüente concessão de empréstimos por parte da Inglaterra ao governo brasileiro, estabelecendo dependência econômica quase completa.

Durante o Segundo Reinado, porém, esse quadro de dependência começou a sofrer algumas mudanças, obtendo o Brasil algum espaço de autonomia em relação à Inglaterra, dentre as quais estavam as crescentes exportações brasileiras de café que dinamizavam a economia nacional. Por outro lado, a Revolução Industrial havia se expandido, alcançando a França, a Alemanha e os Estados Unidos, dos quais o Brasil passou a comprar gêneros industrializados. Tudo isso garantiu alguma autonomia frente à tradicional hegemonia inglesa.



Capitais de países que viviam a Segunda Revolução Industrial passaram a fluir para o Brasil, garantindo alguma autonomia frente à Inglaterra. Na charge de Angelo Agostini, a entrada de capitais estrangeiros.

Nesse quadro de alteração das relações entre os dois países, a questão do tráfico de escravos, fundamental para a estrutura produtiva brasileira, mas contestada pela Inglaterra, emergiu como fator de tensão crescente.

Por trás das justificativas humanitárias dos diplomatas ingleses que defendiam o fim do comércio de seres humanos, havia interesses econômicos. Um deles estava na produção açucareira das Antilhas britânicas, que utilizavam trabalho assalariado e não tinham condições de concorrer, no mercado internacional, com o açúcar brasileiro, produzido com mão-de-obra escrava. Nesse sentido, pressionavam o governo inglês para exigir a abolição, ainda que gradual, da escravidão no Brasil. Acreditavam que, ao suprimir o abastecimento regular de africanos para as plantações brasileiras, acabariam por promover a substituição do trabalho escravo pelo livre.

Não menos importante era o fato de os ingleses sofrerem a concorrência dos "tumbeiros" no comércio africano. Além disso, sentiam-se prejudicados pelo deslocamento de africanos para a América quando estes poderiam servir à produção e consumo na própria África (lembramos que o continente africano encontrava-se cada vez mais sob controle direto da Inglaterra, no contexto da expansão imperialista do século XIX).

A tudo isso, deve-se agregar a própria dinâmica do capitalismo industrial, que buscava a ampliação constante dos mercados consumidores, indo de encontro à estrutura escravista americana, que, por sua natureza, tinha no escravo apenas uma mercadoria, um agente da produção, não um consumidor.

A extinção do tráfico de africanos já estava prevista no tratado de Comércio de 1827 e na Lei Regencial de 1831, mas não entrou em vigor, gerando descontentamento entre os diplomatas ingleses. A Lei de 1831, que previa penas aos traficantes e liberdade aos cativos que chegassem, acabou não sendo aplicada, devido à força política das elites escravistas locais. Assim, a lei serviu apenas "para inglês ver", não teve validade real, o que estimulava seguidas represálias da marinha inglesa aos navios negreiros.

O agravamento das tensões anglo-brasileiras ampliou-se ainda mais em 1844, quando o governo brasileiro, não só decidiu não renovar o tratado de Comércio com a Inglaterra, como também aprovou a tarifa Alves Branco. Esta acabou com as vantagens alfandegárias que os produtos ingleses tinham no Brasil, aumentando os impostos, aliviando a situação financeira do governo imperial, mas afetando diretamente as vendas inglesas no país.

A resposta do governo britânico a essas medidas foi a aprovação, pelo Parlamento inglês, da Bill Aberdeen, lei que proibia o tráfico de escravos no Atlântico e previa a apreensão de qualquer navio que transportasse negros e a prisão e julgamento dos traficantes segundo as leis inglesas.

É interessante observar que a mobilização da poderosa marinha inglesa na perseguição dos traficantes brasileiros, a partir da Bill Aberdeen, acabou provocando uma significativa elevação dos preços dos escravos novos. Essa lei estimulou, ainda, um recrudescimento do próprio tráfico: o número de escravos negros entrados no Brasil e provenientes da África cresceu progressivamente a partir de 1845,

atingindo seu apogeu em 1848, conforme vemos no gráfico da página 207. Assim, os efeitos reais provocados pela Bill Aberdeen acabaram por ser diametralmente opostos aos inicialmente pretendidos.

A medida inglesa foi seguida de várias ocorrências que desestabilizaram as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra, como a apreensão de navios brasileiros em alto-mar e até mesmo em águas territoriais brasileiras, e a aprovação, em 1850, por pressão inglesa, da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu definitivamente o tráfico de escravos, não sem antes estimular algum sentimento antiinglês no país.

Em 1861, um novo incidente precipitou as desavenças entre os dois países, quando o navio inglês Príncipe de Gales, que transportava mercadorias para o Uruguai, naufragou no litoral do Rio Grande do Sul e sua carga, resgatada para a costa, acabou sendo roubada por desconhecidos. O embaixador inglês no Rio de Janeiro, William Dougal Christie, irritado com o fato, exigiu que um oficial inglês acompanhasse as investigações e que o governo brasileiro indenizasse a Inglaterra no valor de 3 200 libras esterlinas pela perda da carga do navio.

Em 1862, enquanto se discutia a questão da carga roubada do navio inglês, ocorreu um novo incidente. Alguns marinheiros ingleses, embriagados e em trajes civis, foram presos por autoridades brasileiras por promover arruaças nas ruas do Rio de Janeiro. Mesmo com a imediata soltura dos prisioneiros, depois de constatada sua condição de militares, o embaixador Christie exigiu o pronto pagamento da carga do navio roubado, a demissão dos policiais que tinham efetuado a prisão dos marinheiros ingleses e desculpas oficiais do governo brasileiro à Inglaterra.



Old and New London, Cassell.

O Parlamento inglês no século XIX: ao aprovar a Bill Aberdeen criou atritos com o Brasil.

Diante da negativa do Brasil em cumprir as exigências britânicas, Christie ordenou o aprisionamento, por seus navios de guerra, de cinco navios brasileiros ancorados no Rio de Janeiro. A decisão acirrou os ânimos na capital, resultando em diversas manifestações contra a Inglaterra.

D. Pedro II, visando resolver tudo amistosamente, recorreu ao rei da Bélgica, Leopoldo I, para arbitrar a questão e, antes mesmo de sua decisão, pagou a indenização referente ao roubo da carga do navio inglês naufragado no Rio Grande do Sul.

Em 1863, diante do parecer favorável ao Brasil de Leopoldo I e como o governo inglês se negasse a pedir desculpas oficiais pela atitude de seu embaixador, D. Pedro II decidiu romper relações diplomáticas com a Inglaterra. Era o desfecho da Questão Christie, e somente quando o governo inglês apresentou desculpas oficiais ao imperador brasileiro, em 1865, é que se reataram as relações Brasil-Inglaterra.

Chama-nos atenção em todo o episódio a relativa timidez da Inglaterra nas suas represálias contra o Brasil. Por mais que as atitudes de William Christie fossem autoritárias, quando não francamente arrogantes, e que o aprisionamento dos navios brasileiros significasse quase um ato de guerra, a ação da Inglaterra para com seus parceiros econômicos na América Latina geralmente era mais agressiva. A própria reação inglesa à tarifa Alves Branco de 1844 foi muito tímida, se levarmos em consideração que a Inglaterra do século XIX era capaz até da guerra para defender os princípios do livre-comércio.

As intervenções brasileiras na região do rio da Prata

A região do rio da Prata transformou-se, a partir de 1850, no principal centro das atenções da diplomacia brasileira, resultando no envolvimento brasileiro em novos conflitos armados. Os motivos principais desse envolvimento iam desde as disputas territoriais, passando pela intenção de controlar a navegação nos rios da bacia do Prata, para garantir o acesso a algumas províncias, especialmente a de Mato Grosso, até a tentativa de impedir o surgimento de algum poderoso Estado rival nas suas fronteiras do sul.



Leopoldo I arbitrou a questão Brasil-Inglaterra e deu ganho de causa ao Brasil. A atitude inglesa que se seguiu precipitou o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Pintura de Winterhalter, Museu de la Dynastie, Bruxelas.



Como vimos em capítulos anteriores, a região fora motivo de conflitos territoriais desde a época colonial. Logo em seguida à independência de 1822, ao anexar o Uruguai (província da Cisplatina), o Brasil ganhou a oposição da Argentina, que também ambicionava a região, daí resultando novas disputas que culminaram na transformação do Uruguai em país independente em 1828.

"Sab todas os aspectos, a guerra fora um desastre para o Império do Brasil: custara mais de 80 mil contos de réis e 8 mil mortos, do lado brasileiro; as atividades produtivas na Província do Rio Grande do Sul tinham sido seriamente prejudicadas e, durante a guerra, a insistência do Brasil no bloqueio do rio da Prata gerara uma manifestação belicosa da frota francesa bem em frente ao Rio de Janeiro. Por fim, a derrota do imperador, numa guerra impopular, acabara por destruir o último vestígio de garbo do 'Defensor Perpétuo do Brasil', contribuindo, assim, para a sua abdicação, em 1831."

(FRAGOSO, João Luis & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis". In LINHARES, Mario Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990. p. 198.)

Mesmo após a independência do Uruguai, a geopolítica da região (com Estados fracos, como Paraguai, Argentina e o próprio Uruguai) favorecia a influência brasileira na área platina, defendendo a liberdade de navegação nos rios da região, situação que também garantia a forte presença comercial da Inglaterra. Porém, quando ganharam força projetos políticos de criação

de um grande país platino, como aconteceu na segunda metade do século XIX, ameaçando a ordem vigente, emergiram vários confrontos armados. Este quadro resultou na primeira intervenção de porte do Brasil na região, de 1851 a 1852.

Disputavam o poder no Uruguai dois partidos políticos, o **Blanco** e o **Colorado**. O primeiro reunia principalmente os grandes proprietários de terra sob a liderança de Manuel Oribe com o apoio do presidente argentino Juan Manuel Rosas, que desejava recriar o Vice-Reinado do Prata, uma reunião dos Estados platinos de língua espanhola. Os colorados, ao contrário, eram comerciantes uruguaios liderados por Frutuoso Rivera, contando com o apoio aberto do Brasil e de José Urquiza, governador da província argentina de Corrientes e Entre Rios e opositor a Rosas em seu projeto unificador do Prata.

Simultaneamente, a atuação de latifundiários e criadores de gado gaúchos dentro do território uruguaio levava a atritos com os grandes proprietários blancos, jogando o Império brasileiro numa aliança com os colorados que, de resto, servia para fortalecer um eventual bloco anti-Rosas. O Brasil ensaiava o exercício de uma política hegemônica na região do Prata e, para isso, enfrentava as pretensões argentinas ou, no mínimo, as de Buenos Aires e Rosas. Com a vitória dos blancos de Oribe e incluindo o cerco a Montevideú, o governo imperial passou a identificar um rompimento do equilíbrio estabelecido em 1828 e uma ameaça aos interesses brasileiros na região. Em 1850, D. Pedro II ordenou a ocupação de Montevideú e Buenos Aires, depondo os governantes Oribe e Rosas e substituindo-os por Rivera, no Uruguai, e Urquiza, na Argentina.



Escola do Estado Maior do Exército.

Na batalha de Monte Caseros (1852), Rosas foi derrotado pelas tropas de Urquiza com apoio das forças intervencionistas brasileiras.

Em 1864, eclodiu novo conflito na região, envolvendo mais uma vez o Uruguai e, em lugar da Argentina, o Paraguai.

As contínuas disputas entre blancos e colorados no Uruguai e a interferência freqüente de pecuaristas gaúchos na política platina agravaram mais uma vez a situação no Prata, a partir de 1863. Governava o Uruguai, nessa época, Atanásio Cruz Aguirre, do Partido Blanco, com o apoio do governante paraguaio, Francisco Solano López, criador de uma respeitável marinha fluvial e de um poderoso exército em seu país.

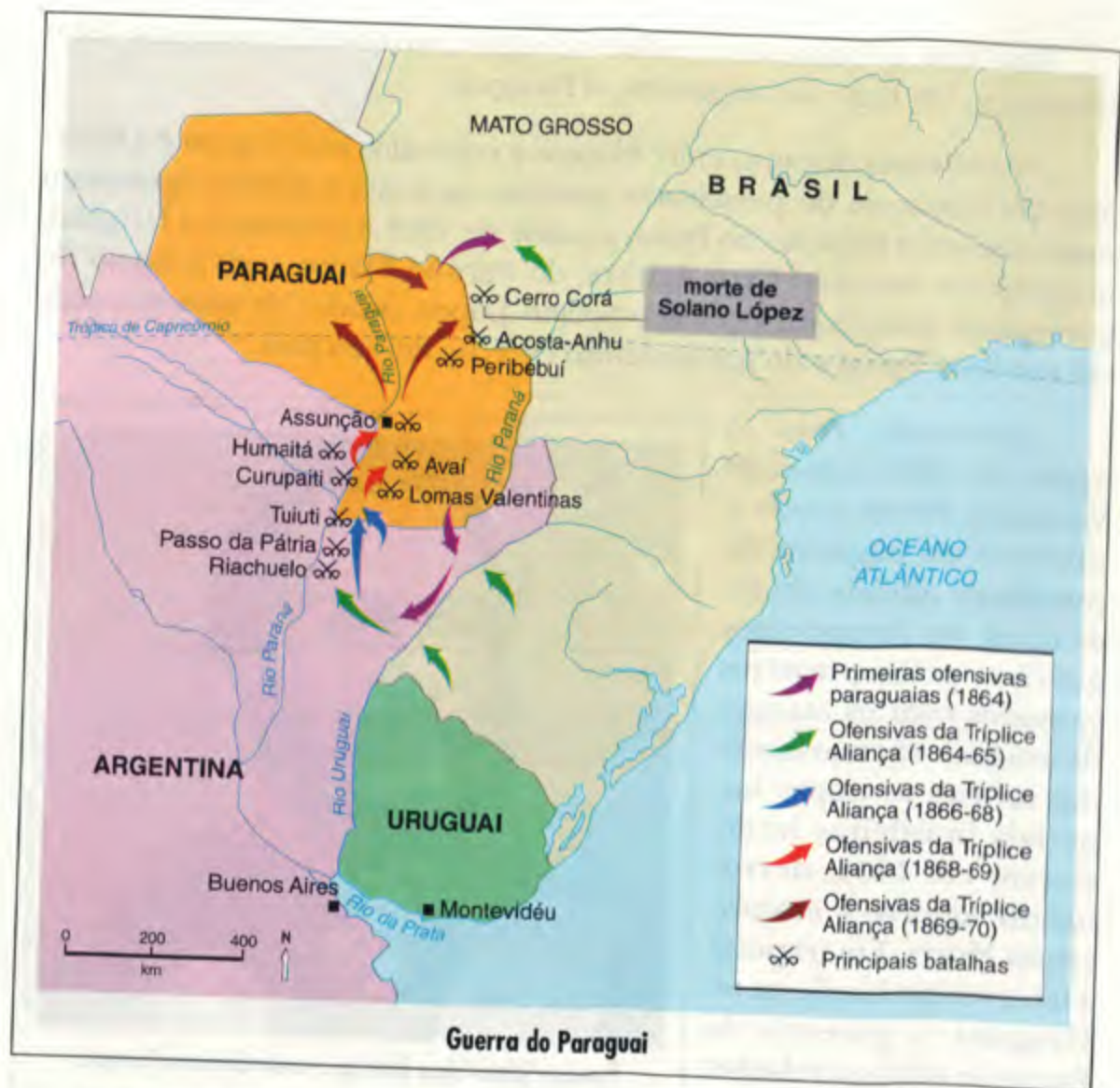
Contando com o apoio do líder colorado Venâncio Flores e sob o pretexto da negativa do presidente Aguirre em indenizar os fazendeiros gaúchos pelos prejuízos causados com os ataques de uruguaios às suas fazendas sulinas, as tropas imperiais brasileiras intervieram em 1864, derrubando Aguirre e empossando Flores. Em resposta à intervenção brasileira no Uruguai, o governo do Paraguai rompeu relações com o nosso país.



Francisco Solano López defendia a modernização do Paraguai.

A Guerra do Paraguai (1864-70)

O Paraguai no século XIX era um país que destoava do conjunto latino-americano, na medida em que alcançara um certo progresso econômico autônomo, iniciado desde a independência em 1811. Durante os longos governos de José Francia (1811-1840) e Carlos López (1840-1862), erradicara-se o analfabetismo no país, fábricas haviam sido implantadas, inclusive de armas e pólvora, indústrias siderúrgicas haviam surgido, bem como estradas de ferro e um eficiente sistema de telégrafo. A população havia conquistado um invejável nível alimentar graças ao controle governamental das “estâncias da pátria”, que abasteciam o consumo nacional de produtos agrícolas. Tal quadro de relativo sucesso socioeconômico e de autonomia internacional foi acompanhado, durante o governo de Solano López, iniciado em 1862, de uma política de ênfase nos setores militar-expansionista.



Solano López desejava ampliar o território paraguaio, criando o "Paraguai Maior". Visava, sobretudo, obter acesso ao Atlântico, tido como imprescindível para a continuação do progresso econômico do país, e, para tanto, ambicionava anexar regiões da Argentina, Uruguai e do Brasil, no Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Além disso, a expansão econômica paraguaia prejudicava os interesses ingleses na região. Não apenas o mercado consumidor paraguaio estava diminuindo, como resultado da expansão das manufaturas locais, como existia o temor de que o país eventualmente se transformasse em exportador de manufaturados ou, ainda, servisse de exemplo para que outros países da região seguissem o caminho de um desenvolvimento autônomo e independente da Inglaterra. Dessa forma, a Inglaterra estava pronta para estimular e financiar uma guerra contra o Paraguai.

Contando com um exército de aproximadamente 64 mil homens e 28 mil reservistas veteranos – o exército imperial brasileiro não chegava a 18 mil homens em armas; a Argentina possuía cerca de 8 mil e o Uruguai, mil –, Solano López tomou a ofensiva ao romper relações diplomáticas com

o Brasil, usando como pretexto a intervenção brasileira no Uruguai. Afirmava que se tratava de uma atitude ameaçadora à paz e prosperidade do Paraguai, pois simbolizava um primeiro passo na limitação do livre trânsito pelo estuário do Prata, um bloqueio à saída paraguaia ao Atlântico.

Em novembro de 1864, como medida complementar, o governo paraguaio ordenou o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, no rio Paraguai, retendo, entre seus passageiros e tripulantes, o presidente da província de Mato Grosso, Carneiro de Campos. A resposta imediata foi a declaração de guerra por parte do imperador brasileiro.

Em 1865, mantendo-se na ofensiva, o Paraguai invadiu o Mato Grosso e o norte da Argentina, e, no mesmo ano, os governos do Brasil, Argentina e Uruguai criaram a **Tríplice Aliança** contra Solano López.

“A assinatura do tratado da Tríplice Aliança em 1º de maio de 1865 é uma farsa: um ano antes ele já estava pronto, esperando apenas que os representantes do imperialismo inglês o assinassem, assim que chegasse a hora da guerra. E mais tempo seria escondido do mundo, se não fosse a inconfidência de um dos seus signatários, o diplomata uruguaio Carlos de Castro, que ofereceu uma cópia do texto à curiosidade do representante inglês em Montevideu, já em 1866. Posteriormente ele foi publicada pelo Parlamento britânico, uma indiscrição que motivou o protesto de quase todo o mundo contra o incrível texto do tratado da Tríplice Aliança.

A Bolívia, Equador, Colômbia, Peru e Chile, além dos Estados Unidos, protestaram contra tal pacto, tal a natureza de rapinagem do seu conteúdo: o tratado (...) estipula detalhadamente a destruição do país, o saque do Paraguai, o butim de Assunção e a partilha do país, além de estipular hipotéticas condições de paz, que implicitamente só eram possíveis com a destruição da nação, como se viu. Trazia um infame protocolo secreto. Não encontra defensores sequer entre os aliados e, por isso, é escondido ao máximo, e assim ficaria se não fosse a inconfidência do diplomata uruguaio e a indiscrição do Parlamento inglês. Albarði traduziu-a para o espanhol e francês e divulgou-a para o mundo todo.

As bases desse tratado são discutidas um ano antes, em Puntas del Rosario, no interior do Uruguai, onde se encontram, ainda para discutir a situação oriental, Saraiva, Elizalde, Venâncio Flores e o próprio representante diplomático da Inglaterra, Edward Thornton.”

(CHIAVENATTO, Jóllo José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. 26. ed., São Paulo, Brasiliense, 1993. pp. 103-4.)

Apesar de as primeiras vitórias da guerra terem sido paraguaias, o país não pôde resistir a uma guerra prolongada. A população paraguaia mal chegava aos 900 mil habitantes, enquanto os países da Tríplice Aliança contavam com mais de 14 milhões. Além disso, por mais competente que fosse o exército paraguaio, a ocupação militar dos territórios dos países da Tríplice Aliança era fisicamente impossível. Por outro lado, o inverso era possível e, realmente, no final da guerra praticamente todo o pequeno território do Paraguai estava ocupado pelas tropas da Aliança. Finalmente, Brasil, Argentina e Uruguai contavam com o apoio inglês, recebendo empréstimos para equipar e manter poderosos exércitos.

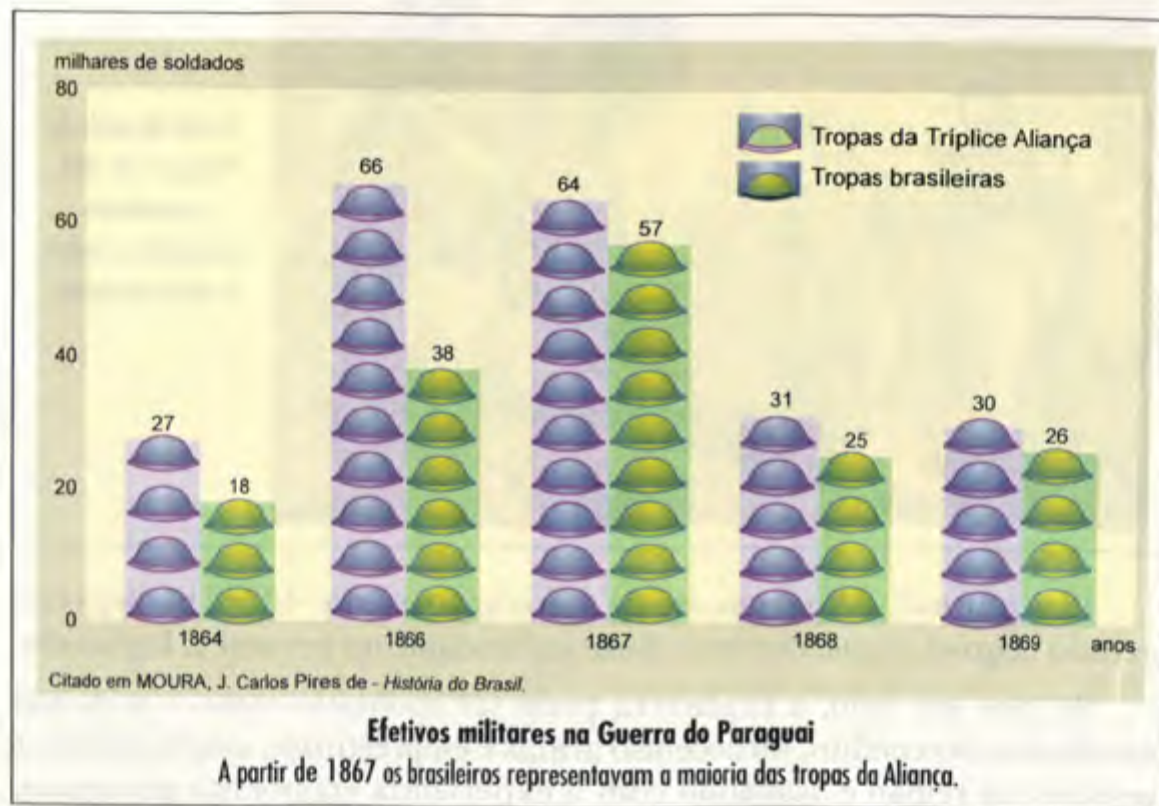
Outra deficiência paraguaia era a quase ausência de uma marinha de guerra para operações fluviais, vitais na região. Já em 1865, o almirante brasileiro Barroso venceu a batalha do Riachuelo, destruindo a frota do Paraguai e assumindo o controle dos rios, isto é, dos principais meios de comunicação. A partir daí, as forças da Tríplice Aliança passaram a ter a iniciativa na guerra.

Com todas essas limitações, o Paraguai ainda conseguiu resistir a forças muito superiores durante os quase cinco anos que durou a guerra, numa prova do grau relativamente alto de desenvolvimento e auto-suficiência que havia obtido, além do engajamento da sua população em defesa do país.



O exército brasileiro esteve à frente das operações militares, fornecendo o maior contingente das tropas da Aliança, transformando, assim, a guerra num conflito basicamente entre brasileiros e paraguaios. Mas a guerra provocou um sério problema para o Brasil, na medida em que praticamente inexistia um exército brasileiro até então. Como sabemos, a Guarda Nacional cumpria, ainda que mal, as funções normalmente destinadas ao exército. Diante de uma tropa bem-organizada e treinada como a paraguaia, era necessária uma nova força armada para o Brasil. O reduzido corpo de oficiais profissionais do exército brasileiro encarregou-se dessa função com bastante sucesso, ainda que isso tivesse demandado tempo.

Para formar o grosso da tropa, o governo imperial decretou, em novembro de 1866, que os escravos que voluntariamente se apresentassem para lutar na guerra alcançariam a liberdade. Muitos se alistaram de maneira voluntária; mas outros foram obrigados a fazê-lo, normalmente para substituir os filhos de seus senhores que haviam sido recrutados. Daí o grande número de negros na tropa.



Em 1866, o Brasil alcançou expressiva vitória na batalha de Tuiuti. Destacou-se o general Osório, que comandava as tropas. Nesse ano ainda, Luís Alves de Lima e Silva, barão de Caxias, assumiu o comando das forças militares imperiais e, rapidamente, venceu importantes batalhas como as de Itororó, Avaí, Angosturas e Lomas Valentinas, ocorridas no mês de dezembro de 1868 e, por isso, conhecidas por “dezembradas”.

Foi a partir dessas batalhas que se abriu caminho para a invasão de Assunção, tomada em janeiro de 1869. Pouco depois, o comando militar brasileiro foi transferido para o conde D’Eu, genro de D. Pedro II, que liderou a última fase da guerra, conhecida como Campanha da Cordilheira, completada com a morte de Solano López em 1870.

A guerra devastou o território paraguaio, desestruturando a economia e causando a morte de cerca de 75% da população (aproximadamente 600 mil mortos). Acredita-se que a guerra foi responsável pela morte de mais de 99% da população masculina com mais de 20 anos, sobrevivendo a população formada por velhos, crianças e, principalmente, mulheres. Sabendo-se que o exército paraguaio era bastante inferior numericamente aos da Tríplice Aliança (exceto no início da guerra) e considerando também as vítimas das

epidemias que fizeram devastações dos dois lados, notadamente o cólera, pode-se identificar uma política genocida adotada pelos governos da Tríplice Aliança e colocada em prática contra a população paraguaia.



O início da queda do Paraguai: em 1865, comandantes paraguaios se rendem às forças brasileiras.

Para o Brasil, além da morte de aproximadamente 40 mil homens (sobretudo negros), a guerra trouxe forte endividamento perante a Inglaterra.

Se, por um lado, a Inglaterra pode ser apontada como a principal beneficiária do conflito, fornecendo armas e empréstimos, ampliando seus negócios na região e acabando com a experiência econômica paraguaia, por outro, o Brasil conseguiu a manutenção do *status quo* platino, porém a um preço exorbitantemente alto.

"O Brasil ficou economicamente exaurido. Terá que recorrer aos empréstimos ingleses. Entre 1871 e 1889 contrai dívidas que montam a 45 504 100 libras. Seu comércio exterior está dominado por capitalistas britânicos. O café, sua principal produto de exportação, foi monopolizado pelas seguintes firmas: Phipps Irmãos, Schwin McKinnell, Ed, Johnson and Co., Wright and Co., Boje e Cia. Apenas um nome brasileiro, o último da lista. Em 1875, do volume de comércio de toda a América Latina com a Inglaterra 32% das exportações e 40% das importações cabe ao Brasil Império. Nesse setor, o Brasil ocupa o primeiríssimo lugar, com larga diferença em relação aos outros. Os investimentos ingleses, nessa ano, incluindo os empréstimos não amortizados, atingem a casa de 31 289 000 libras.

(...)

Em que setores os ingleses fizeram seus investimentos no Brasil? Para não cansar o leitor e apenas a título de exemplo, diremos que os ingleses passaram a controlar a Rio de Janeiro Gas Company Limited, a Rio de Janeiro Street Railway Co., a Carros do Botanical Gardens Rail Road Co., a St. John D'El-Rey Mining Co., a Companhia Ferry, a Companhia de Navegação do Amazonas, a London and Brazilian Bank Ltd., o English Bank of Rio de Janeiro Ltd., etc., etc. A guerra do Paraguai torna o Brasil mais dependente que antes, endividado e alienado de si mesmo."

(POMER, León. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo, Global, 1984. p. 50.)

Entretanto, a principal consequência da Guerra do Paraguai para o Brasil foi o fortalecimento e a institucionalização do exército brasileiro. Surgiu uma força organizada, relativamente coesa, com seu corpo de oficiais experiente, grande, disciplinado e pronto para defender os interesses próprios da instituição. Além disso, dotado do poder armado, o exército surgia agora como uma organização capaz de impor suas idéias à força, caso necessário, acrescentando uma dose de instabilidade ao regime imperial. Em breve os oficiais iriam abraçar as causas abolicionista e republicana, entrando em choque direto com o governo do Império.

O fim do Império

A partir dos anos 70 do século XIX teve início a decadência do Segundo Reinado, repleta de crises que desembocaram no movimento republicano de 1889. O desgaste do regime imperial pode ser atribuído a diversos fatores, destacando-se o fim da escravidão, os choques com a Igreja, o avanço do movimento republicano e o conflito com o exército. Vamos levantar cada uma dessas questões para que possamos compreender a queda da monarquia e a proclamação da República no Brasil.

O fim da escravidão

No capítulo anterior vimos que as disputas políticas pelo governo foram quase neutralizadas durante o reinado de D. Pedro II, graças à composição entre os grupos oligárquicos, o que não significou que as diferenças e interesses conflitantes entre eles tivessem desaparecido.

Em meio às grandes transformações socioeconômicas do período, as elites imperiais acabaram adotando posições políticas diferenciadas e que tenderam ao enfraquecimento da monarquia. Um exemplo disso deu-se na questão do fim da escravidão, decorrente da ascensão da economia cafeeira no Centro-Sul, enquanto decaía a economia nordestina. Nesse caso, especialmente depois da Bill Aberdeen, foi intenso o tráfico interprovincial de cativos para a cafeicultura, juntamente com o deslocamento de escravos das cidades para as fazendas de café, levando os cafeicultores a agarrar-se ao escravismo ou ao princípio da abolição com indenização. Os proprietários de terras e escravos chegaram mesmo a advogar a libertação de cativos desde que feita por suas próprias mãos, sem a interferência do governo, que poderia, ao instituir direitos para os negros, acirrar o radicalismo na luta dos escravos.

"Desde 1847, devido a grandes secas no Nordeste e sobretudo no Ceará, os cativos dessas regiões eram vendidos para o Centro-Sul cafeeiro. Antes da publicação da lei, grandes quantidades de cativos foram importados preventivamente. Quando elas se esgotaram, os cafeeiros do Centro-Sul passaram a comprar, a alto preço, cativos das cidades e das províncias de todo o Brasil.

Por décadas, o tráfico interno alimentava as necessidades da produção cafeeira. Porém, o novo comércio de trabalhadores escravizados modificaria, de forma revolucionária, a sociedade. Valorizados, cativos empregados em regiões ou em atividades menos produtivas eram vendidos, de todos os pontos do Brasil, aos cafeeiros. Pela mesma razão, os senhores urbanos desistiam-se de seus negros.

Com a concentração dos cativos no Centro-Sul e importantes regiões despovoando-se de escravos, em poucos anos rampou-se a unanimidade escravista nacional. Pela primeira vez na história do Brasil, surgiam, nas cidades e nos campos, regiões e grupos sociais que não dependiam do trabalho escravizado."

(MAESTRI, Mauro. *O escravismo no Brasil*. São Paulo, Atual, 1994, p. 98.)

A opinião abolicionista foi favorecida nos anos 1860, além do quadro internacional antiescravista, pelo fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos e conseqüente abolição, deixando o Brasil como o último país independente da América a manter a escravidão. (Cuba e Porto Rico eram também escravistas, porém pertenciam, ainda, à Espanha. Em 1870 foi determinada pela Espanha a liberdade dos filhos de escravos e dos anciãos nessas suas colônias.)



Angelo Agostini, BMSP.

A Lei do Ventre Livre pouco significou, na prática, para acelerar o processo de libertação dos escravos.

O envolvimento governamental na efervescência das pregações abolicionistas e a posição conservadora dos cafeeiros chegaram ao ápice em 1871, quando acabou sendo aprovada a **Lei do Ventre Livre**, mesmo com os votos contrários das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. A lei determinava que os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres, e a sua tramitação na Assembléia afastou o governo das elites mais poderosas do país, fixadas no Centro-Sul do Brasil, que argumentavam que a medida era uma afronta ao direito de propriedade sobre os cativos.

Os efeitos da Lei do Ventre Livre, também conhecida como Rio Branco, foram reduzidos, na medida em que o escravo, livre no momento do seu nascimento, mas considerado “ingênuo”, permaneceria sob a tutela do proprietário da mãe até atingir oito anos de idade. Nesse momento, o proprietário escolhia receber uma indenização ou o direito de explorar gratuitamente o trabalho do escravo “livre” até este completar 21 anos.

Em 1885, foi aprovada a **Lei dos Sexagenários**, que libertava os escravos com mais de 65 anos de idade. Obviamente, apenas um número muito reduzido de escravos foi libertado por meio dessa lei, uma vez que poucos atingiam tal idade. Além disso, um escravo de 65 anos quase sempre não estava mais em condições de trabalhar, representando apenas custo para o proprietário. A legislação abolicionista criada pelo governo imperial, portanto, era estéril na prática, representando apenas uma tentativa de aplacar o movimento abolicionista, particularmente forte na imprensa.

Ao mesmo tempo, multiplicavam-se em todo o Brasil as fugas de escravos e, dada a impossibilidade de mantê-los sob controle, esse fator acelerou o processo de abolição. Lembremos que o exército brasileiro, fortalecido inclusive politicamente após a Guerra do Paraguai (1865-70), tinha fortes tendências abolicionistas, não sendo raros os oficiais que desobedeciam às ordens de caça a escravos fugidos. Algumas províncias, notadamente Ceará e Amazonas, anteciparam-se ao governo imperial, abolindo a escravidão em seus territórios já em 1884, sendo seguidas por algumas cidades do Rio Grande do Sul no ano seguinte.

Primeira página do jornal espanhol *La Avispa* (“A vespa”), comemorando o 13 de maio de 1888: finalmente os últimos escravos foram libertados. Mas, e agora, o que será deles?



Observa-se que o movimento abolicionista confundia-se com o crescente republicanismo. Na verdade, criticava-se o Império, taxando-o de politicamente atrasado por manter a escravidão.

Grande parte da agitação abolicionista resumia-se a atividades panfletárias e jornalísticas nos grandes centros urbanos, notadamente no Rio de Janeiro. Tal agitação teve sua importância em pressionar o governo a tomar medidas abolicionistas, muito embora, como observamos, as iniciativas imperiais no campo das leis eram praticamente inúteis.

"Eram liderados por Antonio Bento de Souza e Castro, proveniente de uma família abastada, advogado, promotor e juiz de direito. Antonio Bento era uma figura insólita: seu abolicionismo intransigente era baseado num profundo fanatismo cristão, que o fazia considerar-se, bem como a seus seguidores, os porta-vozes da redenção da Pátria, manchada pelo estigma da escravidão. Andava sempre com um chapéu de abas largas e uma enorme capa preta. Dale conta-se que uma vez levou um negro que havia sido torturado pelo seu senhor a uma procissão, 'expondo teatralmente os mais implacáveis aspectos da escravidão e identificando, ao mesmo tempo, o destino do homem torturado e os escravos da nação com o martírio de Cristo.'"

(MENEZES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil história: Texto e consulta*. São Paulo, Brasiliense, 1981. v. 1, pp. 126-7.)

Enquanto isso, surgia em São Paulo o grupo dos **caifazes**, voltados ao combate à escravidão através de medidas práticas, em alguns casos, até revolucionárias. Infiltravam-se nos alojamentos dos escravos planejando e ajudando a realizar fugas em massa de cativos, criando rotas de fuga e áreas de concentração de negros fugidos, muitas vezes dentro de grandes cidades.

No ano de 1888, a princesa Isabel, governando interinamente o país em lugar de seu pai, D. Pedro II, então em viagem, assinou a **Lei Áurea**, decretando a libertação de todos os escravos no Brasil. Tal lei apenas completou o processo de libertação dos escravos, na medida em que a imigração européia (ampliando a porcentagem de trabalhadores livres no país), o fim do tráfico em 1850, as fugas de escravos e a simples expansão demográfica, mais intensa entre homens livres do que entre cativos, enfim, um conjunto de fatores ajudou a diminuir radicalmente a proporção de escravos no país, que atingia em 1888 no máximo 5% da população brasileira. Assim, a Lei Áurea pode ser considerada mais uma consequência do lento processo de decadência da escravidão do que propriamente uma causa, um fecho do gradual e lento processo abolicionista.

A questão religiosa

Outro fator de desgaste do governo imperial no final do século XIX foi o atrito com a Igreja católica. Durante o século XIX, a Igreja foi um dos tradicionais pilares de sustentação do governo monárquico brasileiro, tendo em vista que grande parte do alto clero era composto por indivíduos

provenientes das camadas mais abastadas, justamente aquelas beneficiadas pelo Estado. Além disso, a Constituição imperial de 1824 havia instaurado no Brasil a união entre Igreja e Estado. Tal união se processava através do regime do **padroado**, ou seja, o poder do imperador de nomear os bispos, controlando, assim, o conjunto do clero.

Portanto, o clero brasileiro não estava subordinado diretamente à autoridade do papa em Roma, cujas decisões só seriam adotadas no Brasil se contassem com o "beneplácito", ou seja, a autorização imperial. O clero aceitava essa situação, na medida em que o Estado passava a se responsabilizar pelo sustento dos religiosos, construção de igrejas, etc.; e principalmente porque, na prática, o imperador jamais contrariava as decisões papais.

No entanto, em 1864 ocorreu um rompimento: o papa Pio IX, através da bula *Syllabus* proibiu a permanência de membros da maçonaria dentro dos quadros da Igreja. Tratava-se de uma tentativa de extinguir o poder alternativo que essa sociedade secreta representava dentro da Igreja católica. O imperador, ele mesmo pertencente à maçonaria e cercado de políticos da mesma linha, rejeitou a bula de 1864, criando uma situação difícil para os membros do clero. Afinal, a quem obedecer? A maior parte do clero permaneceu fiel ao imperador, porém, dois bispos preferiram acatar o papa e expulsaram de suas dioceses párocos ligados à maçonaria. Foram eles os bispos de Olinda, D. Vidal de Oliveira, e de Belém, D. Antônio de Macedo. O imperador reagiu a esses atos de insubordinação, punindo os bispos "rebeldes", processando-os e condenando-os à prisão com trabalhos forçados.



A questão religiosa representou um sério abalo no já enfraquecido Império.

O episódio como um todo parece ser um evento menor, reforçado pelo fato de que os dois bispos acabaram sendo anistiados pouco depois. Entretanto, levou a uma tomada de posição de vários membros do clero contra a monarquia. A punição aos bispos foi considerada muito severa, e diversos religiosos deixaram de se alinhar ao imperador. A Igreja não chegou a conspirar contra a monarquia, mas, se por acaso o regime fosse ameaçado, não se deveria buscar apoio junto ao clero.

A questão militar

Como sabemos, o exército saiu fortalecido da Guerra do Paraguai, não apenas militarmente, mas principalmente do ponto de vista político. Ao longo do final do século XIX, a corporação foi assumindo uma posição cada vez mais contrária ao governo imperial, num movimento que culminou com o golpe de 15 de novembro de 1889.

O exército se apresentava como uma instituição bastante peculiar no Brasil da segunda metade do século XIX. Já desde 1850 haviam sido adotadas regras racionais e burocráticas de ascensão dentro da carreira, fazendo com que os oficiais, permanecessem relativamente à margem de influências políticas e apadrinhamentos. Tal medida só foi possível graças à iniciativa do ex-ministro da Guerra, Manuel Felizardo de Souza, e das próprias dimensões do exército em 1850, então um corpo de pouca importância.

No entanto, sabemos que a Guerra do Paraguai transformou o exército, sem no entanto prejudicar sua estrutura funcional. As Forças Armadas começaram a atrair cada vez mais jovens provenientes de classes menos abastadas e interessados na carreira de oficiais que garantia a perspectiva da ascensão profissional (e, portanto, social) através quase que exclusivamente de méritos próprios. Ensaivava-se uma verdadeira “meritocracia” no

exército. Paralelamente, as escolas militares começaram a ganhar importância após a Guerra do Paraguai, com destaque especial para a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Porém, a “meritocracia” esbarrava no pouco interesse que o governo imperial tinha no exército e no rígido controle que o poder civil exercia sobre o militar. Tal situação se refletia nos baixos soldos, nas lentas promoções e nos quase inexistentes investimentos. Aos poucos, surgiam atritos entre os oficiais do exército e os “casacas”, como eram chamados pejorativamente os políticos civis.



Marc Ferrer

Oficiais do exército brasileiro que se institucionalizava na segunda metade do século XIX.

"A supremacia do poder civil foi justamente uma das características mais notáveis da política imperial. Militares que ocuparam importantes posições políticas, como Caxias e Osório, o fizeram predominantemente na posição de representantes de partidos, não do Exército. O predomínio do poder civil era motivo de orgulho para a Monarquia, principalmente quando se comparava a situação do Brasil com a de seus vizinhos (...).

Para José Murilo de Carvalho (...), o controle civil da política durante o Império foi em grande parte possível graças à homogeneidade da elite portuguesa e, posteriormente, brasileira. Em vez de baseada numa origem social comum, essa homogeneidade era de natureza principalmente ideológica, produzida pelo treinamento e pela socialização profissional e política. A educação superior, com o predomínio absoluto dos cursos de direito, foi importante elemento de unificação ideológica da elite política imperial. Com essa coesão, os conflitos internos aos grupos dominantes foram reduzidos, bem como a gravidade de conflitos sociais mais amplos.

A 'mocidade militar' com estudos superiores sofria, portanto, dupla marginalização: como parte do Exército dentro da ordem monárquica dominada pelos bacharéis em direito e como um grupo de oficiais com estudos superiores dentro de um exército que não se modernizava. O isolamento e o ressentimento daí resultantes possibilitariam o desenvolvimento de características ideológicas distintas e em grande parte contrárias às da elite civil."

(CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995, p. 20.)

Os oficiais do exército passaram a assumir posições radicalmente contrárias às da monarquia em todas as questões relevantes do final do Império, defendendo a abolição e a república. O próprio ensino ministrado nas escolas militares levava a essas posições, predominando uma crescente mentalidade positivista (ver capítulo 10). Pregava-se, acima de tudo, a modernização, e essa modernização poderia passar pela instalação de uma república no Brasil, no lugar do "carcomido" regime imperial.

Os choques não tardaram. Em 1883, o tenente-coronel **Sena Madureira** manifestou-se publicamente, através da imprensa, contra as reformas no sistema de aposentadoria militar. Foi punido e, em seguida, o governo proibiu todo tipo de declaração dos militares na imprensa sobre qualquer assunto relacionado à política.

Pouco depois, o mesmo Sena Madureira homenageou o jangadeiro cearense Francisco Nascimento, apelidado de "dragão do mar", que havia se recusado a transportar escravos em sua embarcação. O governo imperial, sensível a críticas contra o escravismo, acabou por determinar a prisão de Sena Madureira, gerando grande mal-estar em meio à oficialidade.

Em 1885, em visita de inspeção a guarnições do Piauí, o coronel Cunha Matos notou o desaparecimento de material do exército. Apurou as responsabilidades e puniu o comandante local, Pedro José de Lima. Este, por sua vez, tinha amigos na corte, deputados do Império, que acabaram

criticando publicamente o coronel Matos, levando-o a se defender através da imprensa. Assim agindo, foi punido pelo imperador e mais uma vez foi desencadeada uma avalanche de manifestações militares em apoio ao coronel, envolvendo inclusive o prestigiado comandante militar do Rio Grande do Sul, marechal Deodoro da Fonseca.



A. Agostini, Revista Ilustrada, IEB - USP.

Os choques com o exército, no contexto da Questão Militar, ajudaram a precipitar o fim do Império. Na charge de Angelo Agostini, o marechal Deodoro da Fonseca, que se recusou a punir Sena Madureira, é deposto pelo gabinete ministerial do cargo de presidente e comandante de armas do Rio Grande do Sul.

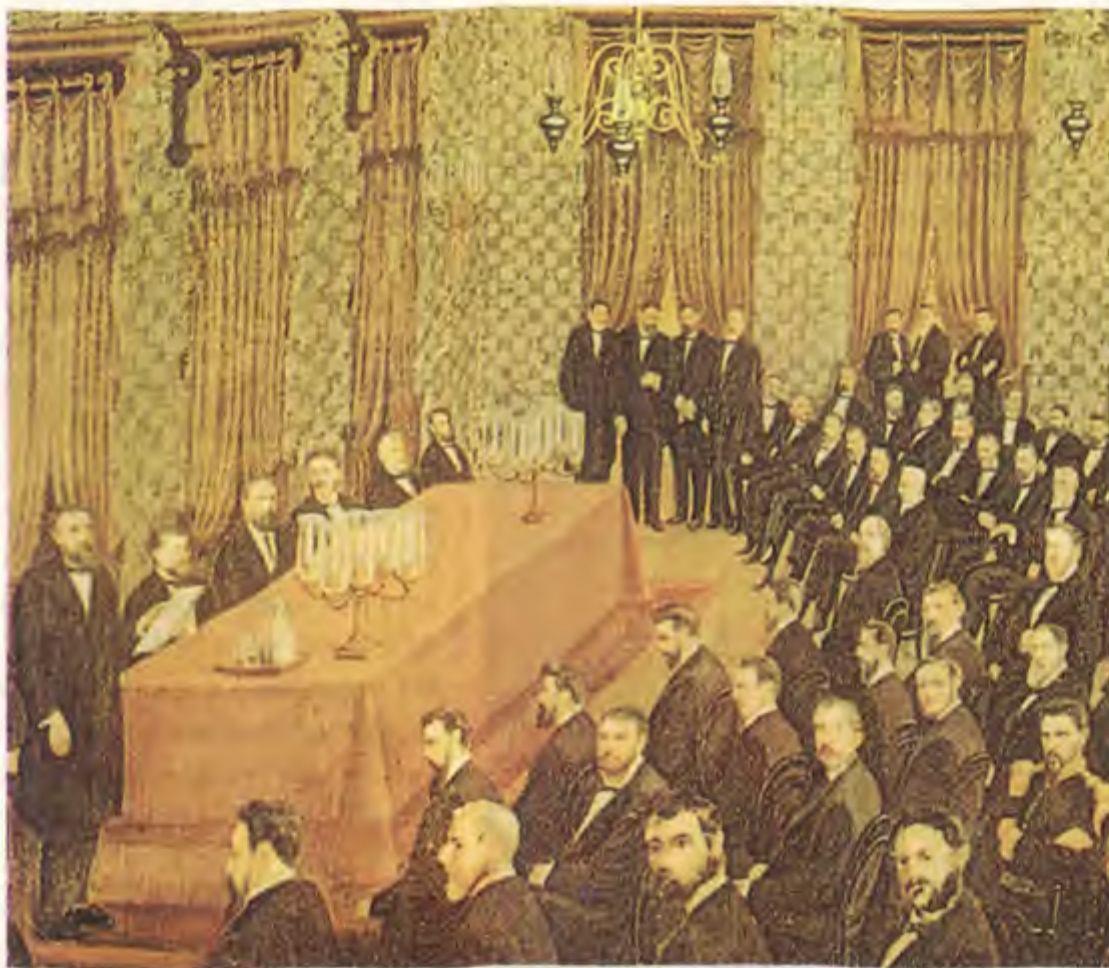
Finalmente, em 1886, o mesmo Sena Madureira fez declarações públicas e teria sido ainda uma vez punido, não fosse a negativa de Deodoro da Fonseca, seu superior, em fazê-lo, num claro ato de insubordinação contra o governo imperial. O descontentamento atingira seu auge.

A expansão do republicanismo

Em 1870, a imprensa do Rio de Janeiro publicou o “Manifesto Republicano”, elaborado por membros de uma dissidência radical do Partido Liberal. Tratava-se, nesse momento, da divulgação de um movimento em formação, ainda que cada vez mais importante dentro de certos círculos intelectuais e jornalísticos do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, fundou-se o Partido Republicano e, em 1873, o **Partido Republicano Paulista**. No mesmo ano, um grupo contendo alguns dos principais cafeicultores paulistas aderiu ao movimento republicano na Convenção de Itu.

Assim, em alguns poucos anos, o movimento republicano nasceu, cresceu e, o que é mais importante, teve o seu centro de atividades deslocado do Rio de Janeiro para São Paulo, mais especificamente para o interior do estado. O posicionamento dos cafeicultores e seu apoio cada vez mais intenso ao projeto republicano foram decisivos para viabilizar a futura proclamação da República.

Na verdade, os cafeicultores paulistas detinham parcela cada vez maior do produto nacional, e, já há algum tempo, o Oeste paulista era o centro mais dinâmico da economia do país. O rápido escoamento do café através de ferrovias e a utilização do trabalho assalariado geravam um mercado consumidor em franca expansão e um dinamismo pouco conhecido em outras regiões do país. No entanto, o poder econômico dos cafeicultores não encontrava contrapartida na política, uma vez que o Império era excessivamente centralizado no Rio de Janeiro. A elite burocrática imperial era, em grande parte, proveniente de outras áreas do país (Nordeste, Baixada Fluminense), portanto desvinculada dos interesses ligados à moderna cafeicultura do Oeste paulista. Assim, surgia um descompasso entre a modernização paulista e o imobilismo burocrático do governo imperial.



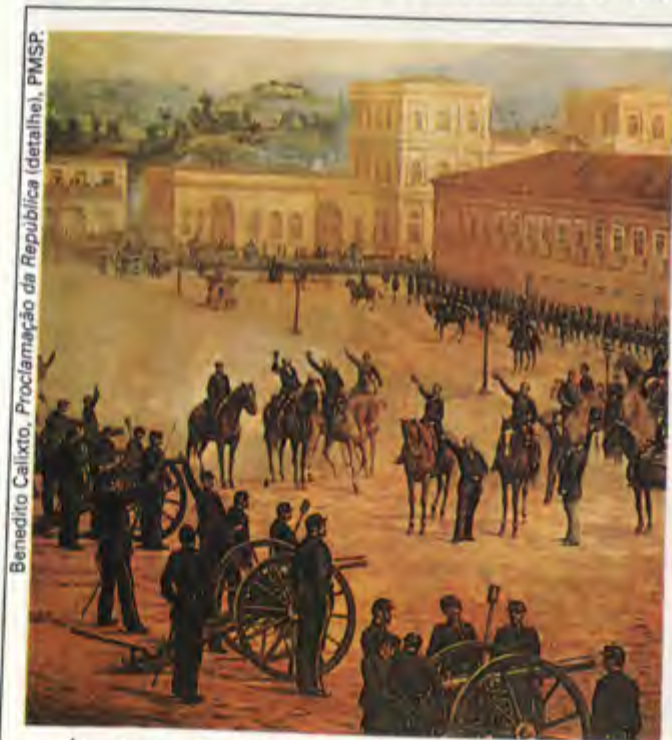
O movimento republicano se articulava; a adesão dos cafeicultores do Oeste paulista foi decisiva. Acima, a Convenção de Itu.

Os cafeicultores, sabendo que qualquer mudança dentro do quadro institucional do Império fatalmente iria gerar resistência da burocracia estatal, abraçaram o ideal de república, ainda mais que, como veremos no próximo capítulo, esse ideal envolvia a idéia de **federação**, isto é, de grande autonomia para os estados membros. Assim, o advento de uma república federativa transformaria a província imperial de São Paulo, fortemente dependente do governo central, no estado de São Paulo, com grande dose de autonomia.

Assim, pode-se perceber o início daquela aliança que, em última análise, tornou possível o advento do regime republicano: de um lado os militares do exército e de outro, os cafeicultores paulistas. Além disso, os setores médios urbanos, sem qualquer participação no jogo político do Império, aderiram ao republicanismo, enquanto a Igreja nada fez para salvar um regime a essa altura moribundo. Finalmente, a abolição da escravidão foi encarada, pela aristocracia agrária tradicional, ainda dependente da exploração do trabalho escravo e única força de sustentação do governo imperial, como uma espécie de traição. Seu distanciamento do governo, a partir de 1888, significou um golpe de morte para o regime. A república passava a ser inevitável.

A proclamação da República

No final de 1888, um envelhecido D. Pedro II nomeou para o cargo de primeiro-ministro Afonso Celso de Oliveira Figueiredo, o visconde de Ouro



Óleo de Benedito Calixto representando a proclamação da República por Deodoro da Fonseca.

Preto. Este lançou um projeto de reformas políticas em grande parte inspiradas nas idéias republicanas, tentando com isso salvar a monarquia. O Parlamento, cujos deputados tentavam ainda manter seus privilégios, recusou o projeto, desencadeando uma crise que culminou com o fechamento do legislativo e a convocação de novas eleições. Os republicanos aproveitaram a crise para divulgar o boato segundo o qual o governo iria desencadear violenta repressão aos oficiais do exército, incluindo as prisões de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, feroz crítico do regime.

No dia 14 de novembro à noite, rebelaram-se as unidades militares estacionadas em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e, na manhã do dia seguinte, os rebeldes marcharam em direção ao centro da cidade, sob o comando de Deodoro, depondo D. Pedro II, que seria enviado para o exílio dois dias depois. Na tarde do mesmo dia, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, José do Patrocínio declarava a proclamação da República. Enquanto isso, os cafeicultores do Oeste paulista aplaudiam e preparavam-se para participar da montagem do novo regime.

Questões

1. O que foi a Questão Christie? Quais foram seus desdobramentos em termos da política externa brasileira do Segundo Reinado?
2. Descreva a atuação brasileira na região do rio da Prata na segunda metade do século XIX e destaque os interesses em jogo nesse período.
3. Faça um relatório com um elenco de argumentos a favor de Solano López e outro de críticas à sua política regional, justificando-os.
4. Que razões levaram Brasil, Argentina e Uruguai a entrar em conflito com o Paraguai? Que país ficou por trás do conflito e quais eram seus interesses na devastação do Paraguai?
5. Assinale os efeitos da Guerra do Paraguai para o Brasil.
6. Em que medida a extinção da escravidão no Brasil significou uma cisão na base social de apoio à monarquia?
7. Como se deu o processo de abolição da escravidão no Brasil e quais foram seus efeitos para os escravos emancipados?
8. Explique o que foi a Questão Religiosa e de que forma interferiu nos futuros acontecimentos políticos brasileiros.
9. Qual a importância da Questão Militar no processo de substituição da monarquia pela república no Brasil?
10. Que grupos sociais se uniram em torno do projeto republicano no Brasil do final do Império e como se deu a queda de D. Pedro II?
11. Em que medida o centralismo monárquico afetava os interesses da elite cafeeira paulista? O que essa elite desejava politicamente?

A REPÚBLICA DA ESPADA

Sabemos que a proclamação da República no Brasil foi, em grande parte, resultado da aliança do café com a espada, isto é, dos cafeicultores paulistas com os militares do exército. Vimos também que essa aliança ocorreu por motivos, antes de tudo, táticos, pois ambos os grupos, ainda que por razões diferentes, tinham um inimigo comum: o Império. Decretado o seu fim, as divergências entre cafeicultores e militares acabaram vindo à tona, uma vez que as duas forças eram portadoras de projetos políticos republicanos distintos.

Ainda assim, parece ter havido um consenso nos primeiros dias após o 15 de novembro, no sentido de que os militares deveriam exercer o poder político durante o delicado período de gestação e instalação das instituições republicanas. A república recém-nascida era frágil e temia-se um contra-golpe monárquico. Portanto, nada melhor do que um governo forte, militar, para proteger o regime nos seus primeiros anos. Chamamos de República da Espada a este primeiro período da história republicana do Brasil, marcado pelos governos militares dos marechais Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894).

Vencida a primeira etapa de instauração do regime republicano no país, o consenso entre cafeicultores e militares sobre a permanência do exército no poder logo se rompeu, pois o grupo paulista não estava disposto a aceitar por mais tempo a hegemonia política militar.

Os diferentes projetos republicanos

A proclamação da República em 1889 e a libertação dos escravos um ano antes representaram o surgimento de uma alternativa histórica excepcional para o Brasil, ou seja, a possibilidade de se criar um regime fundado

na soberania popular, no exercício pleno da cidadania ampliada, inclusive, aos setores da população anteriormente marginalizados dentro da sociedade ou simplesmente excluídos do jogo político.

"Tratava-se da primeira grande mudança de regime político após a independência. Mais ainda tratava-se da implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente, a trazer o povo para o prosaetrio da atividade política (...). O regime monárquico, vivendo à sombra do poder moderador, era condenado pelo manifesto republicano de 1870 como incompatível com a soberania nacional, que só poderia ser baseada na vontade popular. O jornal Revolução, publicado no Rio em 1881 por um funcionário demitido da Alfândega, Fávila Nunes, conclama o povo, segundo ele roubado em seus direitos pelo governo monárquico, a empunhar o estandarte da liberdade – a bandeira da República – no meio da praça pública, ao som da Marselhesa, proclamando a soberania popular."

(CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 11.)

Portanto, a expectativa em torno da instalação da república era bastante grande, bem antes mesmo do 15 de novembro, inclusive (ou, talvez, principalmente) entre alguns setores populares, por mais que estes não tenham participado do episódio propriamente dito.

Podemos identificar claramente a existência de três projetos de república para o Brasil de 1889. É o que veremos a seguir.

Ideal de uma república liberal

Trata-se do projeto defendido pelos cafeicultores paulistas e pelo PRP (Partido Republicano Paulista), com o apoio de vários grupos oligárquicos de outros estados. São Paulo vinha apresentando um crescimento econômico significativo desde meados do século XIX, devido basicamente à cafeicultura. Seguramente, não interessava aos cada vez mais poderosos cafeicultores a subordinação a um poder político excessivamente centralizado e, em grande parte, externo a eles, como era o caso do governo imperial. Pretendiam, concretamente, estabelecer o "administrar o que é nosso", uma vez que seu interesse básico era substituir o centralismo imperial por uma descentralização republicana.

Se cada estado tivesse grande dose de autonomia, nos moldes de uma república federativa, os latifundiários do café poderiam gerir plenamente a economia cafeeira paulista, inclusive sob o ponto de vista da administração pública. A partir daí, entende-se a inspiração norte-americana embutida nas idéias da república liberal, fundada nos princípios de federação: autonomia relativa dos estados membros, além das idéias derivadas do contratualismo anglo-saxão e de John Locke (1632-1704), pelas quais a



Alegoria republicana I: a proclamação da República em desenho da imprensa (17/11/1890). Observe uma das primeiras bandeiras da República brasileira e sua semelhança com a norte-americana.

soma dos interesses individuais faz o interesse público, cabendo ao Estado a administração desses mesmos interesses.

De acordo com esse ideário, a melhor forma de administração incluiria a garantia de um sistema de livre competição e liberdades individuais (direitos de ir e vir, de propriedade, de livre expressão), a separação dos três poderes (sendo o legislativo bicameral), a instauração de eleições e a separação entre Igreja e Estado.

Observe-se que, desde a sua gênese, o projeto republicano dos cafeicultores sugeria a idéia de que o poder público é um mero acessório ao poder privado, ou seja, um meio através do qual os interesses e lucros particulares pudessem ser maximizados. Esse princípio marcou a República Velha com um caráter de classe tão amplo que é quase incomparável com o quadro político brasileiro mais recente.

Ideal de uma república jacobina

Usando como referência – ainda que exagerada – o radicalismo jacobino da Revolução Francesa (1789), tal projeto era defendido por setores da população urbana, incluindo uma baixa classe média (pequenos comerciantes, funcionários) e setores urbanos intelectualizados (jornalistas e profissionais liberais, como médicos, advogados e professores). Rejeitavam a monarquia por seu imobilismo, por sua ligação com o escravismo, visto como forma de limitar oportunidades de trabalho, e por impedir a participação desses setores sociais na vida política, já que no Império o voto era censitário e a renda exigida para se habilitar à participação nas eleições era elevada.

"Para essas pessoas, a solução liberal ortodoxa não era atruente, pois não controlavam recursos de poder econômico e social capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre. Eram mais atraídas pelos apelos abstratos em favor da liberdade, de igualdade, de participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados. A própria dificuldade de visualizar sua operacionalização fazia com que se ficasse no nível das abstrações. A ideia de povo era abstrato. Muitas das referências eram quase simbólicas..."

(CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p. 26.)

A inspiração desses grupos vinha do início da Primeira República Francesa (1792-1794), de Danton e Robespierre, fundada nas idéias de Rousseau. Trata-se da defesa da liberdade pública (e não privada), de reunião e discussão, de decidir coletivamente os destinos da nação. A participação popular na administração pública era vista como uma necessidade, requisito mesmo de um regime fundado na liberdade e na vontade geral. Ao mesmo tempo, o grupo era bastante sensível a medidas que tinham algum alcance social. Por último, os radicais eram fortemente xenófobos, principalmente anti-lusitanos, se não na prática pelo menos no discurso.



Ideal de uma república positivista

O projeto republicano positivista baseava-se nas idéias do filósofo francês **Auguste Comte** (1798-1857) e tinha ampla aceitação dentro do exército. Partia da condenação à monarquia, vista como um impedimento à evolução da humanidade. O progresso deveria ser alcançado a qualquer custo, mas sempre dentro da ordem, daí o papel do Estado como seu promotor. A

idéia de um governo forte, excessivamente centralizado, uma verdadeira “ditadura republicana”, sustentava o ideário positivista.

A adesão à doutrina positivista por setores do exército pode ser explicada por vários fatores, especialmente por três elementos. Em primeiro lugar, destacam-se as disputas com o imperador no contexto da Questão Militar, que gerou um estado de espírito contrário à monarquia dentro dos quartéis. Em segundo, a solução autoritária positivista não era estranha à mentalidade militar, sempre impregnada de valores como o exercício da disciplina e da obediência ao serviço da pátria. Por último, o fato de que parte significativa da oficialidade do exército constituía verdadeira intelectualidade, e as escolas militares (notadamente a da Praia Vermelha, onde reinava o “papa” do positivismo entre nós, Benjamin Constant) eram, ao mesmo tempo, centros de divulgação e debate de idéias filosóficas e os únicos núcleos de ensino técnico superior no país. Os seus cursos formavam algo próximo a “oficiais-filósofos-engenheiros”, indivíduos perfeitamente adequados para levar o país ao progresso, assumindo a frente de uma república positivista.



Benjamin Constant, ideólogo do positivismo e propagandista da república. Mais um homem de letras do que um soldado, seu desconforto com a farda pode ser notado na foto acima.

A idéia de cidadão para os positivistas era bastante peculiar, uma vez que eram reconhecidos os seus direitos civis e sociais, muito embora estes jamais devessem surgir a partir da livre manifestação dos indivíduos, seja em um contexto legal (parlamentar) ou revolucionário. Cabia ao Estado, através da administração “científica” de seus líderes, proteger os cidadãos, garantir os seus direitos, zelar pela ordem e, enfim, promover o progresso.

“Vários jovens oficiais sentiam-se encarregados de uma ‘missão salvadora’ e pretendiam corrigir os vícios da organização política e social do país. Mesmo entre os oficiais mais graduados a perspectiva republicana encontrava eco. Generalizava-se entre os militares a idéia de que os homens de farda eram ‘puros’ e ‘patriotas’. O republicanismo militar olhava com desconfiança os civis. Os ‘casacas’, como diziam, eram corruptos, venais e sem nenhum sentimento patriótico.”

(MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo (org.). *Brasil história*. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 1991. v. 3, p. 136.)

O governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-91)

O primeiro governo da recém-instalada república apresentou um caráter provisório, ou seja, foi estabelecido para resolver os primeiros e mais urgentes problemas criados pela proclamação e dirigir o país até que pelo menos fosse redigida a Constituição. O próprio apoio dos cafeicultores devia-se a esse caráter provisório, apesar de Deodoro da Fonseca, o presidente que assumiu o poder, desde o início, ter-se cercado de oficiais positivistas. Benjamin Constant, por exemplo, foi nomeado ministro da Guerra.

No entanto, alguns problemas já podiam ser notados desde o início, como a falta de apoio da marinha, ainda fortemente monarquista. Além disso, Deodoro, oficial *troupier* (isto é, cuja carreira fora feita mais em contato com a tropa e menos em escolas militares), com longa experiência remontando à Guerra do Paraguai (1864-1870) e afeito à rígida disciplina da estrutura militar, acostumado a dar ordens e a ser obedecido, carregou para a presidência um excessivo autoritarismo. Essa característica esbarrou em vários interesses civis, dificultando articulações políticas e inviabilizando a busca de algum consenso com o poderoso grupo dos cafeicultores. Era a falta de habilidade política com resultados negativos previsíveis.

Mesmo assim, cumprindo a função provisória, Deodoro implementou as primeiras e mais urgentes medidas, destacando-se:

- extinção das instituições imperiais como a Constituição de 1824, o Conselho de Estado, o poder legislativo imperial, provincial e municipal, isto é, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Provinciais e Câmaras Municipais;
- banimento da família imperial;
- separação entre Igreja e Estado;
- grande projeto de naturalização, oferecendo a cidadania brasileira a todos os estrangeiros residentes no Brasil (lembremos o grande número de imigrantes que o Brasil vinha recebendo nas últimas décadas);
- convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte, a serem realizadas em setembro de 1890.



Oleio de Oscar Pereira da Silva.

Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892) liderou a proclamação da República em 1889 e tornou-se o primeiro presidente.

Contudo, entre as mais importantes medidas adotadas de início por Deodoro, vale destacar a nomeação do intelectual baiano **Rui Barbosa** (1849-1923) para o Ministério da Fazenda. Apesar de poder ser considerado um livre-pensador, Rui Barbosa defendia algumas idéias muito simpáticas ao exército, em geral, e aos positivistas, em particular. Era um industrialista convicto e estava disposto a tomar as medidas necessárias para promover o progresso do país nesse sentido. E Deodoro estava pronto para apoiá-lo. Observe-se, portanto, que o governo Deodoro representa o primeiro momento na história do Brasil em que o Estado decidia-se em favor de uma proposta industrialista.

Rui Barbosa identificava como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento industrial do Brasil a falta de crédito, ou seja, de recursos a serem aplicados na indústria. Além disso, acreditava que a libertação dos escravos e a entrada maciça de imigrantes no país levavam à expansão do trabalho assalariado, gerando forte demanda por moeda. A solução para esses dois problemas encontrava-se, segundo Rui Barbosa, na emissão pura e simples de papel-moeda.

Assim sendo, o ministro concedeu a alguns bancos privados o direito de emitir papel-moeda. Ao mesmo tempo, Rui Barbosa criou leis facilitando o estabelecimento de sociedades anônimas, isto é, empresas de capital aberto com ações na bolsa de valores, além de ter criado um novo regime de taxas alfandegárias, com o objetivo de dificultar a entrada do produto estrangeiro, protegendo assim a supostamente nascente indústria brasileira. Com esse conjunto de medidas, previa-se uma grande ativação dos negócios e o aparecimento de indústrias.

"Sob a ação deste jorro emissor não tardará que da citada ativação dos negócios se passe rapidamente para a especulação pura. Começam a surgir um grande número de novas empresas de toda ordem e finalidade. Eram bancos, firmas comerciais, companhias industriais, de estradas de ferro, de toda sorte de negócios possíveis e impossíveis (...). Naturalmente, a quase totalidade das empresas era fantástica, e não tinha existência senão no papel. Organizavam-se apenas com o fito de emitir ações e despejá-las no mercado de títulos, onde passavam rapidamente de mão em mão em valorizações sucessivas (...). Ninguém se lembrava nunca de indagar da exequibilidade de uma empresa, das perspectivas do negócio. Tudo era pretexto para a incorporação de sociedades, emissão de títulos e especulação.

Está claro que tal situação não poderia durar. Em fins de 1891 estoura a crise e ruí o castelo de cartas levantado pela especulação. De um momento para outro desvanece-se o valor da enxurrada de títulos que abarrotava a bolsa e o mercado financeiro. A débâcle arrastará muitas instituições de bases mais sólidas mas que não resistirão à crise; e as falências se multiplicam."

(PRADO JR., *Curso de História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990. p. 220.)

A febre especulativa do período ficou conhecida como **Encilhamento** e marcou os primeiros anos da república, inclusive com o desencadeamento de violento processo inflacionário, resultado das grandes emissões de papel-moeda sem lastro. Em todo o episódio, nota-se a relativa ingenuidade de Rui Barbosa, que achava possível transformar rapidamente um país agrícola, recém-saído do escravismo, numa potência industrial. Ao mesmo tempo, pode-se imaginar a grande insatisfação dos cafeicultores com as medidas tomadas, que geraram uma crise econômica em nome de uma tentativa de industrialização que efetivamente não se encontrava nos seus planos.



Encilhamento: a especulação afetou os poderosos; as falências e a inflação afetaram a todos. A gravura retrata o movimento e a agitação em frente à bolsa de valores do Rio de Janeiro.

Enquanto era redigida a Constituição, Deodoro e o grupo positivista davam sinais do interesse em se manter no poder por muito mais tempo, contando para isso com o caráter inevitavelmente autoritário do governo provisório. Assim, buscaram retardar ao máximo a instalação da Assembléia Constituinte, que só foi convocada em junho de 1890 após intensas pressões do grupo paulista. As eleições foram realizadas a 7 de setembro, mas, a essa altura, já existia um projeto de Constituição redigido previamente. Tal projeto havia sido preparado por uma comissão liderada por Rui Barbosa e se inspirara fortemente no modelo de Constituição norte-americano. “Embutia-se o Brasil no molde norte-americano, como outrora o tinham enquadrado no constitucionalismo francês” (J. M. Bello). A Constituinte instalou-se no Rio de Janeiro em novembro de 1890 e, após três meses de debates sobre o projeto já preparado, promulgou-se a nova Constituição.

Foram características da Constituição de 1891:

- o Brasil transformava-se numa república federativa, com um governo central e 20 estados membros. Cada estado teria grande dose de autonomia, podendo, por exemplo, contrair empréstimos no exterior sem consultar o governo central e manter Forças Armadas próprias (as Forças Públicas estaduais). Além disso, era significativa a autonomia jurídica, administrativa e até fiscal (impostos sobre exportação) dos estados;

- o governo federal, isto é, a União, ainda manteria grande poder, controlando a política econômica, as relações exteriores e a defesa nacional, além de cobrar a maior parte dos impostos. A autonomia jurídica dos estados era limitada pelo fato de o governo federal ser responsável pela elaboração dos Códigos Civil e Penal;
- procedia-se à divisão dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário, independentes entre si. O poder executivo federal era controlado pelo presidente da República, o estadual, pelos “presidentes” (governadores) dos estados e o municipal, pelos prefeitos. O poder legislativo federal era exercido pelo Congresso Nacional bicameral (Câmara dos Deputados e Senado), o estadual, pelas Assembléias Estaduais e o municipal, pelas Câmaras de Vereadores. Todos os cargos do executivo e legislativo, nos níveis federal, estadual ou municipal, eram escolhidos através do voto;
- estabelecia-se a existência do “voto universal masculino”, estando excluídos do jogo eleitoral mulheres, analfabetos, mendigos, menores de 21 anos, padres e soldados. O voto não era secreto.



A Constituição de 1891 parece bastante liberal, avançada mesmo, se comparada com a Constituição imperial até então vigente. No entanto, iremos perceber que uma democracia liberal no Brasil da República Velha só iria existir na aparência.

Nas “disposições transitórias” da Constituição de 1891 ficava determinado que o primeiro presidente da República após a promulgação da Constituição, excepcionalmente, não seria eleito pelo voto universal, mas pela Assembléia Constituinte. E, efetivamente, em março de 1891, por 129 votos contra 97, Deodoro da Fonseca se transformou no primeiro presidente constitucional da república brasileira.

O governo constitucional de Deodoro da Fonseca (1891)

A permanência de Deodoro da Fonseca na presidência após a promulgação da nova Constituição decorreu, em grande parte, das pressões do grupo militar ao grupo dos cafeicultores e oligarquias agrárias em geral.

Para as elites civis, o governo provisório já havia cumprido a sua missão de garantir a nova Constituição e de dar os primeiros passos no sentido da consolidação republicana. Criticavam, no entanto, os efeitos desastrosos da política econômica do governo e cultivavam a idéia de que já era tempo do retorno dos militares aos quartéis.

Contudo, Deodoro e o grupo positivista que o cercava, desejosos de um continuísmo e de retardar ao máximo as eleições para a Assembléia Constituinte, articularam a candidatura do marechal à presidência da República. Pressionando os eleitores (deputados-constituintes), enviando cartas anônimas e fazendo ameaças e intimidações em geral, conseguiram inviabilizar o sucesso da candidatura de Prudente de Moraes, representante dos cafeicultores.

Deodoro tinha como companheiro de chapa, candidato à vice-presidência, o almirante Wandenkolk, enquanto Prudente era acompanhado pelo marechal Floriano Peixoto. Este representava a facção jacobina dentro do exército, e sua candidatura à vice-presidência na chapa de Prudente era uma tentativa dos cafeicultores de apresentar algum tipo de concessão aos militares. Deodoro acabou eleito pelos constituintes, com uma reduzida vantagem de votos (apenas 32 a mais que Prudente de Moraes), em meio à possibilidade, nem um pouco remota, de um golpe militar que poderia garantir a sua permanência. Ao mesmo tempo, o candidato a vice da oposição, Floriano, conseguiu uma votação superior à do próprio candidato a presidente.

O novo governo, entretanto, representou algo de novo em relação ao provisório, pois, se este foi basicamente uma "ditadura consentida", o governo constitucional representou um período de legalidade: as tendências autoritárias de Deodoro ainda permaneciam, mas agora o presidente deveria submeter sua vontade à de um Congresso controlado pelos cafeicultores. Os choques entre presidente e Congresso tornaram-se, então, inevitáveis, acrescentando à crise econômica a primeira grande crise política republicana.

"O Estado é sempre a expressão de uma classe mais ou menos homogênea apoiada em sólidas bases econômicas: a posse dos meios de produção. E estes se achavam em mãos de um grupo que não se encontrava no poder. O governo republicano deveria pertencer, como seria lógico, aos donos da terra e dos meios de produção, isto é, aos republicanos objetivistas e realistas, os fazendeiros do café de São Paulo. Entretanto, por causas fortuitas, uma complicação militar de interesse secundário, caiu o poder nas mãos do exército. Tal governo, apesar do efêmero apoio de uma parte das classes médias, somente poderia se manter no poder pela força das armas. Esse antagonismo imediato entre a maioria do Congresso e o governo do Marechal Deodoro só podia ser liquidado pela destruição de um ou de outro."

(RASBAUM, Leoncio. *História sincera da República*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1968. p. 21.)



Revista Ilustrada a. 16, n. 619, abril 1891.

O barão de Lucena, de origens monárquicas e "sentando" na Constituição da República (abril, 1891).

Numa tentativa mal-sucedida de serenar os ânimos, Deodoro convocou para o cargo de ministro da Fazenda uma figura da velha guarda monarquista, ligada aos latifundiários – o barão de Lucena –, com a missão, inclusive, de chefiar o ministério. Tratou-se de uma escolha duplamente infeliz, gerando a desconfiança da oficialidade positivista do exército (que, bem ou mal, vinha apoiando Deodoro) e dos cada vez mais insatisfeitos cafeicultores paulistas (que passaram a temer um retorno à monarquia).

Dada a oposição aberta no Congresso ao seu governo e fiel ao seu estilo autoritário, Deodoro partiu para uma solução de força: na manhã de 3 de novembro de 1891, o presidente decretou estado de sítio, fechou o Congresso e prendeu vários políticos da oposição. No entanto, a reação foi tão forte quanto inesperada, com alguns dos principais líderes da oposição escapando da prisão (Prudente de Moraes, Campos Sales, Bernardino de Campos) e articulando o enfrentamento ao golpe. Ao mesmo tempo, em Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul a oposição movimentou-se, com os gaúchos já pegando em armas. Até mesmo dentro do exército cresceu a oposição, tendo como centro articulador o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto.

Completando o quadro de crise, no dia 22 de novembro, iniciou-se a greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, contrária ao golpe, talvez a primeira grande greve política da história do país. E, no dia seguinte, a insatisfação da marinha veio à tona, quando o almirante Custódio de Melo colocou-se no comando dos navios atracados na baía da Guanabara e apontou os canhões para a cidade, ameaçando o bombardeio e exigindo a renúncia de Deodoro. Diante das crescentes pressões, Deodoro recua e renuncia.

Completando o quadro de crise, no dia 22 de novembro, iniciou-se a greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, contrária ao golpe, talvez a primeira grande greve política da história do país. E, no dia seguinte, a insatisfação da marinha veio à tona, quando o almirante Custódio de Melo colocou-se no comando dos navios atracados na baía da Guanabara e apontou os canhões para a cidade, ameaçando o bombardeio e exigindo a renúncia de Deodoro. Diante das crescentes pressões, Deodoro recua e renuncia.

O governo de Floriano Peixoto (1891-94)

A ascensão de Floriano foi apoiada por muitos dos que viam na quase ditadura de Deodoro da Fonseca uma ameaça à república. Floriano, apelidado pela imprensa de "Esfinge", devido à impressão de ser uma figura enigmática e silenciosa, exerceu a presidência com certa obsessão, tomando uma série de medidas que ampliaram consideravelmente sua popularidade, ao

mesmo tempo que o cercaram de poderosos inimigos. Além disso, Floriano, bastante hábil, bem ao contrário de seu antecessor, conseguiu a proeza de articular em torno de si o apoio do republicanismo radical (ao ponto de “florianismo” poder ser considerado sinônimo de “jacobinismo”) e dos positivistas. Seu autoritarismo, sempre que possível exercido dentro dos limites da Constituição, conseguiu agradar a uns e a outros e sua política econômica voltou-se tanto para as pretensões sociais e populares do republicanismo radical quanto para as ambições modernizadoras dos positivistas.

Outra grande proeza do governo Floriano foi o apoio conseguido dos cafeicultores, os porta-vozes de um projeto republicano liberal. Intimidados com as medidas de força de Deodoro, tidas como ameaçadoras à ordem republicana, a elite cafeeira acercou-se de Floriano, considerado fiador da ordem e defensor do regime. Para ela, o autoritarismo de Floriano era considerado moderado e necessário na luta contra os inimigos da república, algo que poderia ser tolerado, embora não por muito tempo, pelos cafeicultores.

No início, sua ascensão ao poder foi vista como uma volta à normalidade, uma vez que o Congresso foi restabelecido e o estado de sítio, suspenso. Os governadores que apoiaram o golpe de Deodoro foram substituídos por partidários de Floriano, num típico exemplo de medida autoritária bem-recebida, pois representava o retorno à normalidade e a defesa da república.

Nos primeiros dias de seu governo, Floriano baixou um decreto reduzindo o valor dos aluguéis das habitações populares e, mais tarde, iniciou um projeto de construção de casas populares e demolição de cortiços. Além disso, suspendeu a cobrança do imposto sobre a carne vendida no varejo, provocando uma queda no preço do produto e, para evitar qualquer tipo de especulação, através do prefeito nomeado do Rio de Janeiro, Barata Ribeiro, combateu violentamente os intermediários.

O alcance popular e o próprio ineditismo dessas medidas tiveram um papel inquestionável, apesar de algumas limitações. Todas as medidas estavam restritas à cidade do Rio de Janeiro, fazendo com que a figura do presidente fosse, ao mesmo tempo, muito querida junto aos setores populares da capital federal e quase a de um estranho no resto do Brasil. Além disso, todas as medidas populares foram marcadas por uma razoável dose



de **paternalismo**: o povo não participava do governo, não apresentava reivindicações próprias, apenas recebia algumas poucas concessões, como se fossem “presentes” que o líder podia oferecer para satisfazer suas carências.

Do povo, como resposta natural, o governo esperava tão-somente o agradecimento, contrapartida lógica do paternalismo governamental, que evitava a sedimentação dos interesses das classes populares a fim de impedir a corporificação de projetos políticos próprios. Nascia assim uma prática política muito comum na história do Brasil republicano: o paternalismo combinado à sujeição agradecida, um estilo governamental que seria muito aprimorado posteriormente, esvaziando qualquer ação política de maior envergadura e duração daqueles que poderiam colocar em cheque a ordem dos poderes estabelecidos.

Paralelamente, Floriano estimulava a indústria, autorizando o Banco do Brasil a abrir uma linha de crédito de 100 mil contos de réis em 1892. As leis alfandegárias foram revistas, preparando-se um projeto de reforma que visava estabelecer o **protecionismo**, ou seja, proteger da concorrência estrangeira a ainda incipiente, porém crescente, indústria nacional. Contudo, dentre as limitações dessa política industrialista estavam a necessidade de combate à inflação, a insuficiência de recursos disponíveis e o descontrole econômico-financeiro dos primeiros anos da república. A oposição estrangeira também era significativa, o que acabou por possibilitar a Floriano o exercício do **nacionalismo** exacerbado em seus pronunciamentos e atos, incitando ainda mais a xenofobia dos republicanos radicais.

O nacionalismo, contraposto às ameaças, reais ou ilusórias, criava a falsa concepção da unidade da nação brasileira, escamoteando as desigualdades e as latentes divisões sócio-políticas da ordem existente.

“Estabelece logo a mística do poder nacionalista, o que lhe vale dedicações totais e animosidades também totais. Floriano foi o primeiro chefe populista na vida brasileira. Perseguiu de maneira implacável os inimigos ou quem lhe fazia qualquer reparo (...). Tornar-se-ia idolo de alguns e um demônio de outros. Sua personalidade, conhecida como a Esfinge ou o Marechal de Ferro, seria posta à prova sobretudo em duas grandes lutas, das mais sangrentas, como se evidencia a seguir. Venceu-as. Parecia inaugurar uma época nacional.”

De fato, é o primeiro carisma da república. Seu alegado sentimento nacionalista, que o levava à defesa intransigente da segurança ou à construção de um país forte e economicamente emancipado, através da indústria (...) todo esse programa atribuído a Floriano tem algo de abstrato, pois não há palavras que o confirmem. Surge aí o presidente carismático, popular, aberto a um novo Brasil, em tese: a ser comprovado, contudo.”

(IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. pp. 201-2.)

Se, por um lado, Floriano obteve apoio político em todos os setores da sociedade brasileira, por outro, nunca obteve unanimidade e, com seus atos de governo, atraiu muitos inimigos. Por exemplo, qualquer cafeicultor

paulista que apoiasse Floriano em nome da normalidade e segurança da república, poderia a qualquer momento transformar-se em inimigo do presidente, uma vez que suas medidas econômicas e seu nacionalismo eram muito mal vistos no exterior e tinham o potencial de gerar represálias das grandes potências estrangeiras, algo que, sem dúvida, afetaria as exportações de café e os interesses privados dos cafeicultores.

As primeiras manifestações de oposição a Floriano apoiaram-se no argumento da inconstitucionalidade de seu governo, iniciado com a renúncia de Deodoro da Fonseca. Pela carta constitucional republicana, o presidente e o vice deveriam ser eleitos através do voto direto, por maioria absoluta, e o vice só poderia assumir a presidência no caso de impedimento ou morte do titular se houvesse decorrido metade do mandato presidencial, isto é, pelo menos dois anos. Como vimos, Deodoro renunciou à presidência passados apenas nove meses do mandato e nesses casos a Constituição previa a realização de novas eleições. Floriano rejeitava essa tese e contra-argumentava lembrando o caráter excepcional do primeiro governo da república, eleito por voto indireto e não por sufrágio universal.

Em abril de 1892, treze generais do exército assinaram um manifesto contrário a Floriano, pedindo seu afastamento e a realização de eleições. A reação do presidente foi pronta e dura, porém estritamente dentro da lei. Os oficiais envolvidos foram afastados e presos, conforme previsto no Código Militar para casos de insubordinação.

Agravando ainda mais a difícil situação do governo, o Rio Grande Sul mergulhou em acirradas disputas políticas que envolviam o governo estadual, liderado por **Júlio de Castilhos** do PRR (Partido Republicano Rio-grandense), defensor de idéias

positivistas e apoiador do presidente Floriano. É importante notar que, no Rio Grande do Sul, houve uma grande adesão de civis ao positivismo, devido ao “castilhismo”, ao contrário do que se verificava no resto do Brasil, onde o positivismo estava intimamente ligado ao meio militar. Ali, o PRR mandava no estado e havia sido o principal responsável pela elaboração da Constituição estadual – pois o Brasil agora era uma república federativa e os estados tinham autonomia para fazer suas próprias leis.



Após o “Manifesto dos 13 generais”, Floriano reagiu com demissões e muitas promoções (maio, 1892).

A oposição ao PRR partia de Silveira Martins, líder do Partido Federalista, contrário a Júlio de Castilhos e à excessiva centralização política vigente. Em fevereiro de 1893, os federalistas se levantaram contra os republicanos no Rio Grande do Sul e Floriano assumiu a defesa do governador ameaçado. Logo o conflito local transformou-se em conflito nacional, já que os opositores de Floriano acabaram apoiando o movimento federalista.

"O movimento visava inicialmente depor o governo castilhista gaúcho (...).

Ideologicamente, os federalistas não eram partidários da Federação; defendiam a existência de um poder central forte (naturalmente sem a presença de Floriano Peixoto) e a adoção de um regime parlamentarista, a exemplo do que vigorou durante o Segundo Reinado."

(MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo (org.). *Brasil história*. 5 ed. São Paulo, Hucitec, 1991. v. 3, p. 159.)

Em um primeiro momento, os federalistas – também chamados de “maragatos” – conseguiram algumas vitórias militares, mas logo foram sobrepulados pelos republicanos, conhecidos como “pica-paus”. A **Revolução Federalista** só iria ganhar uma nova dimensão e se expandir na direção dos outros estados do Sul, quando da eclosão da Revolta da Armada, em setembro de 1893.

A rebelião atingiu a marinha brasileira devido a uma situação política bastante peculiar. Além das tendências monarquistas presentes no seu corpo de oficiais, tendo à frente o prestigiado almirante Saldanha da Gama, e de alguma “normal” rivalidade com o exército, a marinha contava ainda com o republicanismo de alguns oficiais que apoiavam as pretensões políticas do almirante Custódio de Melo, que desde 1891 ambicionava a presidência.



O navio de guerra Aquidaban, de velas enfunadas, apesar de ter poderosa maquinaria a vapor. Dispunha de 4 canhões de 9,2 polegadas (234 mm) em torres giratórias a meia-nau, além de 6 canhões fixos de 5,5 polegadas (140 mm) e armamento secundário. Enfim, um poder de fogo arrasador.

Em tal situação a marinha sublevou-se dentro da baía da Guanabara, repetindo a Revolta da Armada de 1891. Novamente dirigiram os canhões em direção à cidade do Rio de Janeiro e exigiu-se a renúncia de Floriano, que, ao contrário do que fizera Deodoro, resistiu. Entre setembro de 1893 e março de 1894, a cidade do Rio de Janeiro foi constantemente bombardeada pelos canhões dos poderosos navios da marinha brasileira, enquanto o exército e as fortalezas em terra respondiam ao fogo dos navios. Em meio à destruição provocada pelo fogo cruzado, a população fugia da cidade para o interior.

Contando com a popularidade de Floriano, foram organizados vários batalhões de voluntários na cidade, com o objetivo de guarnecer as praias e impedir um desembarque dos rebeldes. O Marechal de Ferro decidiu, ainda, encomendar às pressas novos navios de guerra, principalmente dos Estados Unidos, enquanto continuavam os combates.

Mas, enquanto não chegavam os reforços contratados, prosseguiram os confrontos, passando inclusive a fazer parte do cotidiano dos cariocas.

“Os soldados já estavam nas trincheiras, armas à mão; o canhão tinha ao lado a munição necessária. Uma lancha avançava lentamente, com a proa alta assendada para o posto. De repente, saiu de sua borda um golfão de fumaça espessa: ‘Queimou!’ – gritou uma voz. Todos se abaixaram, a bala passou alta, zunindo, cantando, inofensiva. A lancha continuava a avançar impávida. Além dos soldados, havia curiosos, garotos, a assistir o tiroteio, e fora um destes que gritara: ‘Queimou!’

E assim sempre. Às vezes eles chegavam bem perto à tropa, às trincheiras, atrapalhando o serviço; em outras um cidadão qualquer chegava ao oficial e muito delicadamente pedia: ‘O senhor dá licença que dê um tiro?’ O oficial acedia, os serventes carregavam a peça e o homem fazia a pontaria e um tiro partia.

Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade (...).

Alugavam-se binóculos e tanto os velhos como as moças, os rapazes como as velhas, seguiam o bombardeio como uma representação de teatro: ‘Queimou Santa Cruz! Agora é a Aquidabã! Lá vai!’ E dessa maneira a revolta ia correndo familiarmente, entrando nos hábitos e costumes da cidade.”

(LIMA BARRETO. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Scipione, 1994, p. 123.)

Em novembro de 1893, Gumercindo Saraiva, outro líder federalista gaúcho, avançou sobre Santa Catarina, rumando para a capital do estado, a cidade de Desterro, onde iria se encontrar com destacamentos navais chefiados por Custódio de Melo. A Revolução Federalista unia-se à Revolta da Armada e, em janeiro do ano seguinte, os rebeldes já chegavam ao Paraná, tomando inclusive a cidade de Curitiba.

Mas o fôlego rebelde já estava no fim e, na batalha da Lapa, no Paraná, os revoltosos foram vencidos pelas tropas florianistas comandadas por Gomes Carneiro. A chegada de reforços paulistas possibilitou o início da contra-ofensiva, que expulsou os rebeldes para o sul, sendo inclusive conquistada a cidade de Desterro, daí em diante chamada de Florianópolis.

No Rio de Janeiro, os navios de guerra recém-adquiridos por Floriano Peixoto formaram a "esquadra de papelão" (conforme ironicamente denominada pelos revoltosos) e derrotaram os últimos navios ainda sublevados na baía da Guanabara, levando à rendição dos rebeldes no dia 10 de março de 1894. Era o fracasso das revoltas e a garantia da continuidade de Floriano, que iria governar até o último dia do seu mandato.

Enquanto Floriano derrotava a marinha e caminhava para uma vitória também contra os federalistas no Rio Grande do Sul, aproximava-se a sucessão presidencial. Os paulistas, cujas principais lideranças estiveram ao lado do presidente, preparavam-se para a escolha do candidato à sucessão, naquela que foi a primeira eleição presidencial da república através do voto direto. O republicano histórico **Prudente de Moraes** foi escolhido candidato, tendo como vice o político baiano Manoel Vitorino, intimamente ligado ao grupo florianista. Feitas as eleições e contados os votos, os cafeicultores paulistas assumiram o controle do primeiro governo civil da república.

Prudente de Moraes
(indicado pela seta) e
amigos, em 1898. As
eleições presidenciais
de 1894 foram as
primeiras da
república.



Enfim, a ascensão de Prudente de Moraes encerrou o período da República da Espada, com uma vitória aparente dos paulistas, tidos como os que haviam conseguido manter o regime republicano em meio às inúmeras turbulências, além de realizar e vencer as primeiras eleições diretas da república. A Constituição, redigida de acordo com o projeto liberal dos paulistas, estava consolidada, e o regime, fortalecido, enquanto pouco a pouco perdiam força o republicanismo radical (ou jacobinismo florianista) e o positivismo republicano.

Os dois projetos republicanos fracassados, como vimos, tinham alguns elementos em comum, conforme ficou claro principalmente no governo de Floriano Peixoto. A causa do seu colapso também apresentou elementos comuns, sendo o principal deles a ausência de uma base de classe significativa para viabilizá-los.

Quanto ao republicanismo radical, só poderia fazer vingar o seu projeto caso houvesse uma base social ligada às suas reivindicações populares, isto é, se contasse com o respaldo do proletariado urbano, da massa de

trabalhadores assalariados e mesmo da pequena burguesia das cidades. Porém, essas classes inexisteriam no Brasil, país, naquela época, eminentemente rural, recém-egresso do escravismo. Quando muito, apenas o Rio de Janeiro, onde as idéias radicais vingaram de alguma maneira, contava com essa base de sustentação e, mesmo assim, de forma muito frágil e desarticulada.

Já o projeto republicano positivista, com sua ênfase na modernização e na industrialização, exigia uma classe social a defendê-lo, uma burguesia nacional ou mesmo uma classe média disposta a enfrentar os desafios da industrialização. O embrião da burguesia nacional, ou seja, os únicos detentores de capital por essa época eram os latifundiários ligados à lavoura de exportação, notadamente os cafeicultores paulistas; mas eles pouco se interessavam por um projeto industrialista. Quanto à classe média, sua fragilidade era total, como já vimos. Dispunha apenas de uma vanguarda organizada, o exército, que todavia pouco poderia fazer sem uma base social mais consistente.

Assim, a vitória coube ao projeto de uma república liberal dos cafeicultores paulistas. Mas essa república será bem pouco democrática, se comparada com seu modelo norte-americano, lembrando que na base mesmo de sua formulação esse projeto insistia na idéia de uma república que garantisse os direitos individuais, por exemplo, o direito à propriedade. No caso do Brasil de 1890, tratava-se basicamente de perpetuar a injustiça social e os privilégios de uns poucos. A própria idéia de um sistema que garantisse a livre competição entre os indivíduos soava, no mínimo, esdrúxula, num país marcado por desigualdades sociais tão drásticas. Finalmente, o principal instrumento para o exercício da cidadania era o voto, que, aliás, não era acessível para muitos.

Durante a República Velha a porcentagem de eleitores dentro da população variou entre 1,4% em 1906 e 5,7% em 1930.

“Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pelo censo, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de oferecer a educação primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só a direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconheciam-se esse direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente aos esforços de democratização.”

(CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp. 44-5.)



Marc Ferréz

O povo brasileiro: da indiferença à reação violenta frente à república liberal consolidada em 1894. Na foto, chegada do recém-empossado Prudente de Morais ao palácio presidencial, no Rio de Janeiro.

A eleição de Prudente de Morais inaugurou um novo período da história republicana do Brasil, dominado pela oligarquia cafeeira paulista, apenas aparentemente liberal. Quanto ao povo, desconfiará da república, mantendo, quase sempre, uma atitude de indiferença em relação a um jogo político do qual faz parte, quando muito, apenas formalmente; ou então, uma atitude de “pragmatismo fisiológico”, isto é, apoiando o regime na medida em que conseguir extrair dele umas poucas vantagens imediatas; ou ainda, uma atitude de reação violenta, quando nem mesmo suas mínimas necessidades forem satisfeitas pelo regime. Por tudo isso, a República Oligárquica estará longe de ser pacífica.

Questões

1. Faça um quadro, apontando os três projetos políticos republicanos de 1889, seus principais representantes, suas fontes de inspiração e as idéias que defendiam.
2. Indique as primeiras medidas de Deodoro da Fonseca no governo provisório.
3. O que foi o Encilhamento? Quem o implementou e por quê? Quais seus efeitos principais sobre a vida econômica brasileira no início da república?
4. Caracterize, em seus principais pontos, a Constituição brasileira de 1891.
5. Comente a frase: “O novo governo, entretanto, representou algo de novo em relação ao provisório, pois se este foi basicamente uma ‘ditadura consentida’, o governo constitucional representou um período de legalidade...”.
6. Por que Deodoro da Fonseca renunciou à presidência da República em 1891? Quem o substituiu e como foi seu governo?
7. Em que consistiu a política paternalista de Floriano Peixoto e quais seus resultados sobre as camadas populares?
8. O que foi a Revolta da Armada de 1891?
9. Como se deu a passagem do governo de Floriano para o de Prudente de Morais? Explique.

A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

O governo de Prudente de Moraes (1894-98)

Consideramos o período de governo de Prudente de Moraes como uma transição entre os primeiros e agitados anos da república brasileira, com os governos militares (a República da Espada), e o pleno domínio oligárquico no Brasil a partir de seu sucessor Campos Sales (1898-1902). O caráter transitório do governo de Prudente de Moraes deve-se à presença, ainda significativa, de políticos florianistas próximos ao poder e à possibilidade bastante real de um retorno dos militares ao governo. Enquanto isso, a Revolução Federalista ainda estava em andamento quando da posse do novo presidente, acrescentando uma razoável dose de intranquilidade ao novo governo.

A principal obra de Prudente deveria ser, portanto, fazer o país retornar à normalidade, dentro do projeto político – liberal – hegemônico da oligarquia cafeeira. Entre suas primeiras obras chama a atenção a pacificação do país com o fim da Revolução Federalista, em agosto de 1895. Na verdade, o movimento já havia perdido muito do seu vigor quando da substituição de Floriano Peixoto por Prudente de Moraes. Ainda assim, a habilidade política de Prudente, anistiando os principais líderes “maragatos”, foi importante para o encerramento relativamente pacífico das hostilidades no Rio Grande do Sul.



Prudente José de Moraes e Barros (1841-1902): seu governo significou o início da consolidação da República oligárquica.

Ainda dentro do espírito de estabelecimento da normalidade, Prudente de Moraes procurou resolver algumas questões diplomáticas pendentes desde o período imperial. Reatou relações diplomáticas com Portugal, que Floriano – para alegria de seus seguidores, os xenófobos anti-lusitanos jacobinos – havia rompido em 1893, devido ao aparente apoio daquele país à Revolta da Armada. Em seguida, e aproveitando-se da intermediação portuguesa, tomou posse da ilha de Trindade, que alguns anos antes havia sido tomada ao Brasil pela Inglaterra. Por último, Prudente resolveu a questão das fronteiras com a Argentina, na região das Missões, através da intermediação do presidente Cleveland, dos Estados Unidos.

Em junho de 1895, devido a uma violenta crise hepática, morreu o ex-presidente Floriano Peixoto. O fato serviu para desencadear reações do grupo jacobino-florianista contra o presidente, como no enterro de Floriano, ao qual compareceram cerca de 30 mil pessoas e durante o qual os gritos de “Viva Floriano!” confundiam-se com os de “Morra Prudente!”. O período de maior agitação florianista, no entanto, coincidiu com o do afastamento temporário de Prudente de Moraes da presidência, provocado por motivos de saúde, entre novembro de 1896 e março de 1897. Assumiu interinamente o vice-presidente, Manuel Vitorino. Adepto do florianismo, Vitorino só fora convidado para ocupar a vice-presidência para acalmar o grupo jacobino quando da eleição de Prudente.

Com o retorno do presidente, os últimos meses do governo foram gastos para colocar em prática suas principais medidas econômicas. Defendendo os interesses dos cafeicultores, sua política contrariava em tudo a tendência nacionalista e até modernizadora dos primeiros governos republicanos. As taxas alfandegárias protecionistas que, de algum modo, se mantinham desde o período de Rui Barbosa, foram bruscamente alteradas em dezembro de 1897.

“É sintomática o decreto de 17/12/1897 que, de acordo com Fernando Henrique Cardoso, significaria o fim do protecionismo. Enquanto o café vendia bem, os paulistas não se bateram por reformas alfandegárias importantes. Agora que o café vendia mal, com seu preço oito vezes diminuído em nove anos e com uma inflação galopante encarecendo todo o qualquer produto de consumo, era preciso, aos olhos dos homens do café, conseguir bons empréstimos (e lançar para o futuro as dívidas) e, para isso, era preciso mostrar muita boa vontade para com os capitalistas estrangeiros, financiadores da economia, os Rothschilds e seus parceiros. O decreto mudava totalmente a política alfandegária, reduzindo em 25% as taxas em geral, chegando contudo a reduzir em 80% as taxas sobre alguns produtos especiais. ‘A reação foi longe demais. Ela atingira interesses solidamente estabelecidos, como o das fábricas de tecidos de algodão que foram duplamente prejudicadas, pois a nova pauta, além de reduzir as taxas sobre tecidos, aumentara as do fio.’ Com isso preparava-se o caminho para novos empréstimos, o que de fato foi conseguido por Campos Sales, nas suas negociações dos meses de abril e maio de 1898.”

(MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil história*. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 1991. v. 4, p. 166.)

Um outro acontecimento, bem diferente das lutas políticas do Rio de Janeiro, marcou o governo de Prudente: a **Guerra de Canudos**, entre 1896-1897. Trata-se de um grande conflito que envolveu a população sertaneja do interior do Nordeste, principalmente da Bahia. Suas causas remontam basicamente à injusta situação fundiária do país e ao total abandono a que estavam submetidas as populações mais humildes. No interior do Nordeste, a situação era (como é ainda hoje) traumática.

A uma estrutura agrária viciada, marcada pela concentração de terras nas mãos de poucos e pelo predomínio do latifúndio improdutivo em vastas áreas, soma-se o total descaso das elites e do governo com uma população sertaneja tão grande quanto carente. A tensão social daí resultante explodia com frequência,

quase sempre em momentos de seca prolongada, como ocorreu nas duas últimas décadas do século passado.

Nesses momentos, as alternativas disponíveis para a população sertaneja eram poucas. Dentre elas, a emigração, muito embora a precariedade dos meios de transporte e comunicação naquela época a tornasse pouco viável. Também era uma alternativa o banditismo social, sob a forma aparente do cangaço. Finalmente, o misticismo religioso: uma vez condenados à miséria material, os sertanejos passavam a buscar compensações no plano espiritual, levando uma vida de devoção religiosa e exaltação mística. O misticismo religioso quase sempre se desenvolvia em torno de um líder messiânico, ou seja, um líder carismático, portador de um discurso capaz de mobilizar as populações ao seu redor ao prometer, por exemplo, a salvação eterna em troca das misérias terrenas.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o **Antônio Conselheiro**, foi um desses líderes. Percorria o interior do Nordeste, a pé, fazendo os seus discursos e profecias, dando conselhos, proclamando a fé no Reino de Deus. Além das pregações, prestava alguma assistência à população mais pobre, erguendo ou reformando igrejas e construindo cemitérios. Seu discurso era cativante a ponto de começar a reunir seguidores, inclusive um número expressivo de cangaceiros.



População sertaneja no início do século: carente, desassistida e faminta, tornava-se foco potencial de revolta social.

Em 1893, o Conselheiro e seus seguidores se estabeleceram na antiga fazenda de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris. Fundaram a aldeia de Belo Monte, que logo começou a atrair multidões.

"(...) o trabalho nas fazendas estava desorganizado porque a maioria das famílias estava sempre pronta para seguir o Conselheiro, muitos pequenos proprietários também vendiam seus bens e partiam para Canudos."

(Barão de Geremoabo, 1897.)

"(...) o povo chegava em Canudos por devoção, curiosidade, moléstia e perseguição da justiça ou de particulares."

(M. Benício, 1899.)

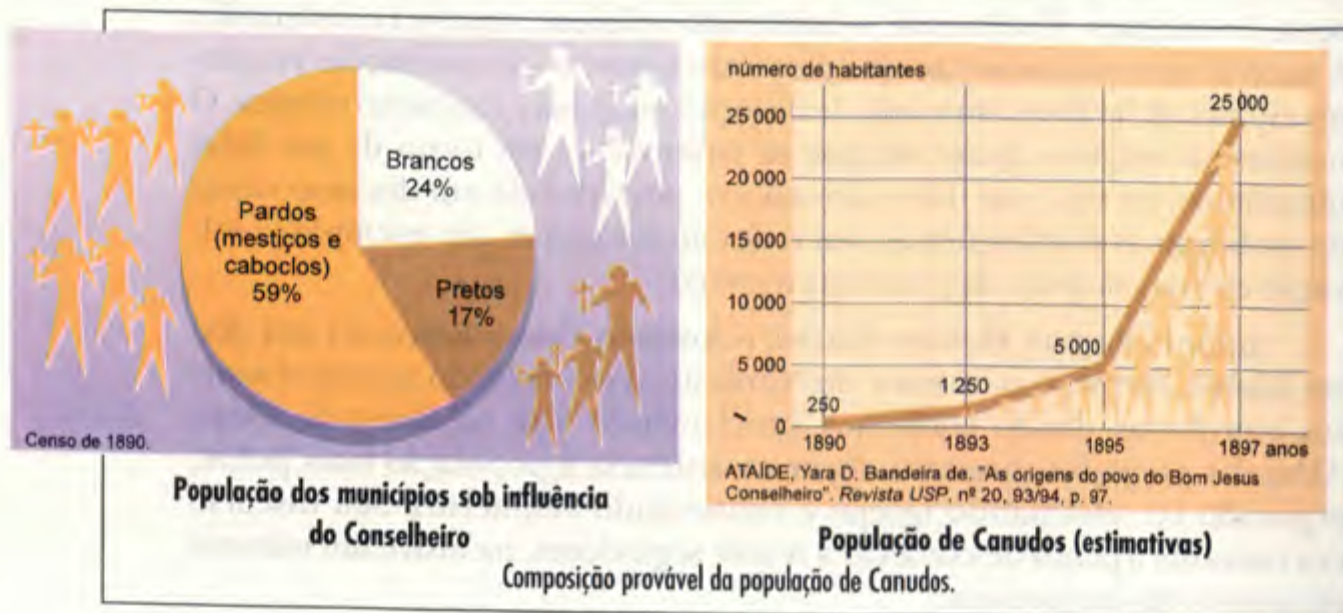
"(...) corriam para Canudos os descontentes, os que se julgavam inseguros: pequenos proprietários ameaçados pelas grandes, artesãos, vaqueiros, emigrantes, ex-escravos e numerosos camponeses, inconformados com a pobreza e o desamparo."

(Edmundo Moniz.)

(trechos extraídos de ATAÍDE, Yara Duka Bandeira de. "As origens do povo do Bom Jesus do Conselheiro". In *Revista da USP*, n. 20, 1993-94, pp. 89-99.)

Não é difícil fazer uma analogia entre Canudos e os quilombos, principalmente se levarmos em consideração o significado de sua simples existência (em termos de questionamento da ordem social e econômica vigente), a composição social de seus habitantes e até mesmo sua etnia.

A comunidade livre de Belo Monte representava uma alternativa para o tradicional regime de exploração a que estavam submetidas, há séculos, as populações sertanejas; portanto, sua existência era vista como uma ameaça pelos poderosos, como revela a frase do barão de Geremoabo, citada acima: "o trabalho nas fazendas estava desorganizado porque a maioria das famílias estava sempre pronta para seguir o Conselheiro...". Não demorou para que o governo do estado da Bahia resolvesse acabar com o "mau exemplo" do Conselheiro e de sua comunidade mística.



Além disso, o líder sertanejo criticava abertamente a ordem republicana, como se observa nos versos abaixo, recolhidos por Euclides da Cunha:

“Garantidos pela lei
Aqueles malvados estão
Nós temos as leis de Deus
Eles têm a lei do cão!

Bem desgraçados são eles
Pra fazerem a eleição
Abatendo a lei de Deus
Implantando a lei do cão!

Casamento vão fazendo
Para o povo iludir
Vão casar o povo todo
No casamento civil!

D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento
Acabando com o civil
E fazendo o casamento!

O Anti-Cristo nasceu
Para o Brasil governar
Mas aí está o Conselheiro
Para dele nos livrar!

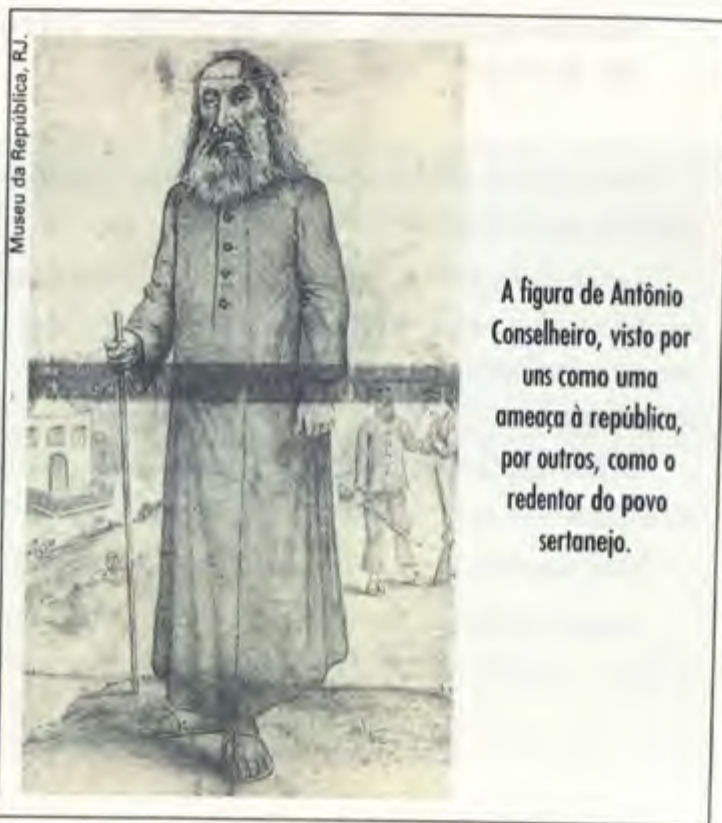
Visita vem nos fazer
Nosso rei D. Sebastião
Coitado daquele pobre
que viver na lei do cão!”

(Extraído de CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 33. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1987. p. 139.)

Como se vê, identificava-se o governo republicano com o “cão”, isto é, o demônio. As realizações da república (como o casamento civil, as eleições, etc.) eram vistas como manifestações do Anticristo. Ao mesmo tempo, apelava-se para um salvador, o falecido rei português D. Sebastião, o que serviu para que seus inimigos atribuíssem ao Conselheiro a fama de monarquista.

Em novembro de 1896, uma expedição de aproximadamente 100 homens do exército foi massacrada pelos seguidores do Conselheiro. Com o fracasso dessa primeira expedição, começou o drama da repressão armada ao movimento. Até outubro de 1897 o governo da Bahia e, depois, o governo federal enviaram sucessivas expedições, quase todas malsucedidas, conforme a seguinte cronologia:

- segunda expedição (janeiro de 1897) – com mais de 500 soldados, sob o comando do major Febrônio de Brito, levando inclusive metralhadoras e canhões; fracassou no caminho de Canudos.



A figura de Antônio Conselheiro, visto por uns como uma ameaça à república, por outros, como o redentor do povo sertanejo.

- terceira expedição (março de 1897) – mais de 1 300 homens trazidos do Sul do país, comandados pelo coronel Moreira César, veterano vencedor da Revolução Federalista; também fracassou espetacularmente diante da resistência da população de Canudos.
- quarta expedição (junho de 1897) – com aproximadamente 15 mil soldados trazidos de todas as partes do país, montou-se um cerco a Canudos. Os combates prosseguiram durante os meses seguintes, sem que se chegasse a um termo. Mais tarde partiu do Rio de Janeiro o próprio ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt, com mais alguns milhares de reforços.

Submetido a intenso bombardeio pelas peças de artilharia do exército, com uma situação catastrófica no que se referia a suprimentos, o destino de Canudos parecia selado. No entanto, a população do arraial continuava a crescer, aproximando-se dos 30 mil habitantes. Chegava gente de todo o Nordeste, fazendo o possível para romper o cerco das tropas do governo e penetrar no interior de Canudos, demonstrando ser preferível morrer ao lado do Conselheiro a prosseguir em uma vida miserável e sem perspectivas. No dia 5 de outubro de 1897, Canudos foi finalmente derrotada, com os últimos defensores sendo mortos pelas tropas do governo.

Euclides da Cunha, jovem repórter enviado pelo jornal paulista O Estado de S. Paulo para cobrir as operações militares, assim descreveu os últimos momentos do conflito:

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Forremo-nos à tarefa de descrever seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos.

Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...

Ademais não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?..."

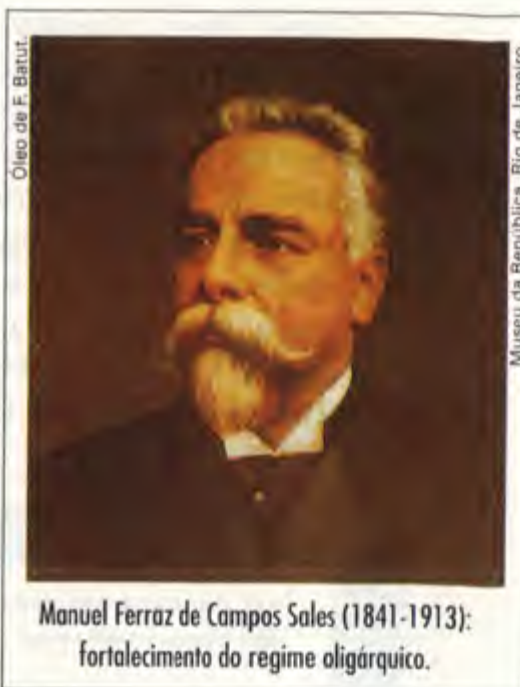
(CUNHA, Euclides da. Obra citada, p. 407.)

No dia 5 de novembro de 1897, Prudente de Moraes foi vítima de um atentado, durante cerimônia de recepção das tropas vitoriosas que retornavam de Canudos. O soldado Marcelino Bispo disparou contra o presidente da República, mas acabou atingindo e ferindo mortalmente o ministro da Guerra. Desconfiou-se de imediato de uma conspiração florianista, embora nada de concreto tenha sido provado. De qualquer maneira, Prudente de Moraes conseguiu habilmente declarar estado de sítio e realizar

violenta perseguição policial contra os inimigos do regime. E foi justamente nesse momento que as oligarquias conseguiram garantir a concretização de seu projeto hegemônico.

O florianismo, principal força no exército (e, em grande parte, na sociedade brasileira), capaz de oferecer um projeto alternativo ao oligárquico, começou a se esfacelar. A própria posição política do exército ficou abalada, devido à incompetência da instituição nos combates de Canudos. O momento agora passava a ser marcado por um retorno aos quartéis. Afinal, como poderiam os militares ter qualquer pretensão à política se eles se mostraram profissionalmente incapazes de executar suas funções regulares?

A posse do próximo presidente, **Campos Sales**, paulista e cafeicultor, marcou o início de um incontestável domínio oligárquico na política brasileira.



Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913):
fortalecimento do regime oligárquico.

O apogeu da ordem oligárquica

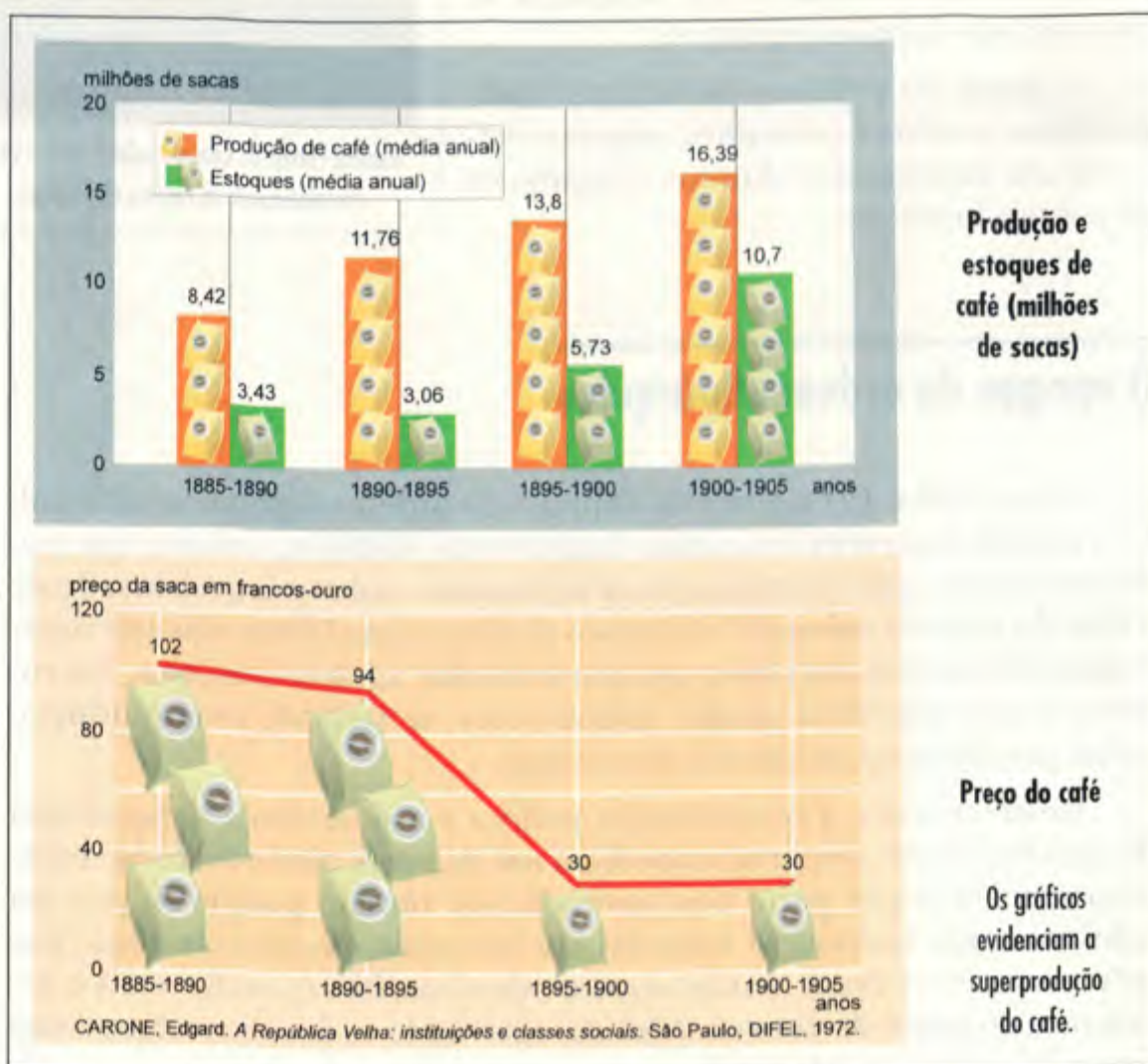
Entre 1898 e 1914, viveu-se o apogeu da ordem oligárquica no Brasil. Essa periodização tem um caráter basicamente didático, uma vez que pudemos observar que a estruturação desse domínio vinha se articulando desde o final do período colonial: há tempos já existia uma forma bastante significativa de exercício do poder por parte da elite agrária brasileira. No entanto, o exercício desse poder, muitas vezes, se fazia de forma indireta, como, por exemplo, durante a monarquia.

Nesse período, a centralização política e a decorrente dependência de uma burocracia imperial impediam um domínio pleno sobre os mecanismos políticos por parte dos latifundiários; mesmo porque se, por um lado, essa vasta burocracia imperial era recrutada em meio às elites, por outro, essas elites eram muitas vezes nordestinas, isto é, tradicionais e decadentes do ponto de vista econômico, agarrando-se aos seus cargos como forma de evitar a queda total.

A situação passou a ser incontrolável a partir da expansão da lavoura cafeeira, a nova riqueza econômica do país. Nem tanto nos primeiros tempos, quando a aristocracia cafeeira, escravocrata e fluminense ou do vale do Paraíba paulista, adequou-se perfeitamente às estruturas burocráticas do Império. Mas, com a expansão do café rumo ao Oeste paulista e com a con-

seqüente formação de uma nova aristocracia cafeeira, menos dependente da escravidão, passou-se a questionar os antigos mecanismos políticos imperiais. Daí o advento da república.

Como vimos, a república se viabilizou por um golpe militar e, por isso, os militares permaneceram alguns anos à frente do poder, só sendo afastados do centro do cenário político no governo de Prudente de Moraes. Esse governo, portanto, teve um caráter transitório e inaugural e, por isso, o tratamos de forma separada. Quanto aos demais governos do período inicial da República oligárquica, optamos por tratá-los de forma conjunta, enfatizando seus aspectos econômicos, sociais e políticos. Os presidentes que governaram o Brasil nessa fase foram: **Campos Sales** (1898-1902), **Rodrigues Alves** (1902-1906), **Afonso Pena** (1906-1909), **Nilo Peçanha** (1909-1910) e **Hermes da Fonseca** (1910-1914).

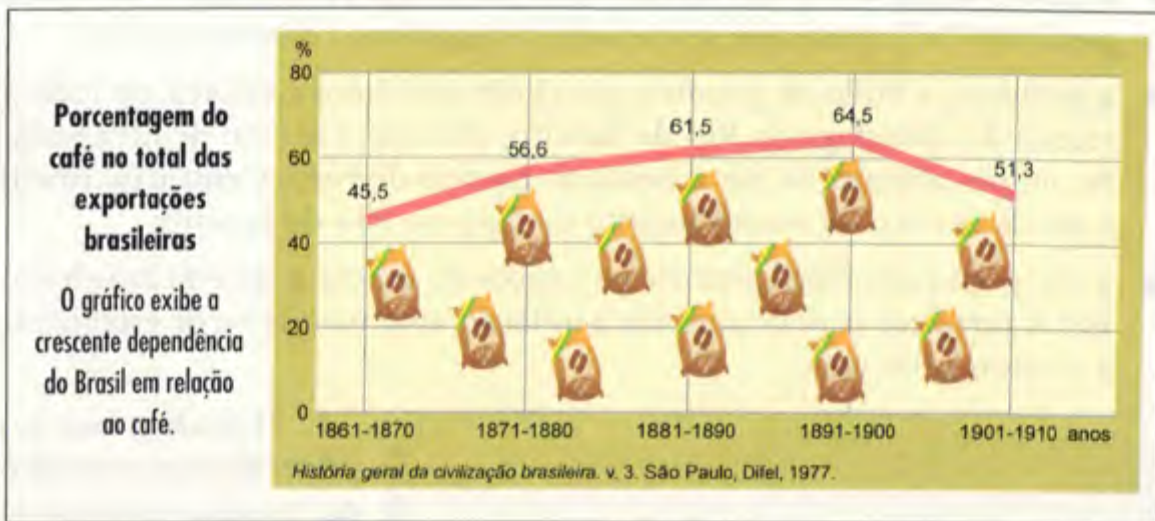


Durante esse período, as oligarquias exerceram o poder diretamente, principalmente por meio do seu setor mais avançado – o dos fazendeiros de café –, e sem as intermediações de outrora. Porém, foi justamente nesse período que começou a **crise do café**, com a queda brutal e constante dos preços do produto no mercado mundial. Não deixa de ser curioso observar

que, justamente no momento em que a oligarquia cafeeira assumiu plenamente o controle político do país, suas bases econômicas estavam sendo corroídas. Dessa forma, a oligarquia cafeeira tudo fez para evitar a sua decadência econômica, inclusive a utilização maciça dos recursos do Estado; como veremos, essa foi uma característica marcante do período.

Economia: o combate à crise do café

A queda nos preços do café no mercado internacional abalou fortemente a economia brasileira, que dependia em grande parte das exportações do produto. De fato, por volta de 1900, o café correspondia seguramente a mais de 50% do valor das exportações brasileiras.



"O maior responsável pela crise era sem dúvida o aumento das culturas. No período de 1890 a 1900 as plantações de São Paulo tinham duplicado (220 e 520 milhões de cafeeiros, respectivamente). Procura-se remediar o mal restringindo as culturas, e estabelecer-se-á em São Paulo (1902) um imposto sobre novas plantações. Aliás, a própria queda de preços e dificuldades de venda tinham já, por si, reduzido muito o ritmo do crescimento. No decênio seguinte ao citado (1901-1910), os cafeicultores paulistas aumentarão apenas de 150 milhões. Aliás, o mesmo fato observar-se-á nos demais países concorrentes do Brasil, onde se verifica mesmo um decréscimo da produção. Mas tudo isto não impedirá um desequilíbrio crônico entre a produção e o consumo mundiais. Alcançara-se nitidamente um teto de produção cafeeira pela saturação dos mercados consumidores."

(PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 38. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990. p. 229.)

Um dos efeitos da crise era a impossibilidade de pagar a dívida externa, que, como sabemos, vinha crescendo desde a independência. Agora, privados do acesso à moeda estrangeira, uma vez que o valor das exportações era decrescente, não tínhamos como cumprir nossas obrigações com os bancos credores. Além disso, a excessiva emissão de moeda dos primeiros anos da república, agravada pelos déficits crônicos na receita governamental, acabou por impulsionar a inflação.

Combate aos efeitos da crise: *funding-loan* e saneamento financeiro

O então presidente Campos Sales, mesmo antes de assumir o governo, em 1898, partiu em viagem para a Europa, a fim de estabelecer conversações com os bancos credores e tentar negociar uma saída para a questão da dívida externa. Acabou por acertar, em junho de 1898, o *funding-loan*, acordo entre o governo brasileiro e os bancos credores, notadamente a casa N. M. Rothschild & Sons, que, entre outras coisas, estabelecia:

- a concessão de um empréstimo “monstro” no valor de 10 milhões de libras esterlinas, a ser utilizado para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira nos três anos seguintes;
- a concessão de um prazo de dez anos, além dos três iniciais, ou seja, a partir de 1911, para que se iniciasse o pagamento da nova dívida;
- a penhora, a título de garantia para com os bancos credores, de toda a receita da alfândega do Rio de Janeiro, além de, em caso de necessidade, outras alfândegas, das receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e até do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro;
- a obrigação assumida perante os bancos de sanear a moeda brasileira, isto é, fortalecê-la pelo combate à inflação, com o objetivo de estabilizar a economia do país.



Marc Ferrez

A alfândega do Rio de Janeiro: suas rendas foram oferecidas aos bancos estrangeiros como garantia, no *funding-loan* (1898).

O *funding-loan* representou uma moratória, ou seja, em troca de uma suspensão temporária no pagamento da dívida externa, concordava-se no seu aumento e na ampliação dos prazos para pagá-la. Observe-se que, nos primeiros anos após a assinatura do acordo, o país viveu um período de relativa tranquilidade econômica. No entanto, a partir de 1911, a crise do café já deveria ter sido resolvida, caso contrário, a ques-

tão da dívida viria à tona novamente (e veio: em 1914, o presidente Hermes da Fonseca foi obrigado a negociar um novo *funding-loan*, em condições muito semelhantes às do primeiro).

Ao voltar da Europa com a moratória já negociada, Campos Sales assumiu a presidência e nomeou para ministro da Fazenda Joaquim Murinho, que ficou encarregado do combate à inflação, conforme estabelecido com os bancos credores. O ministro foi responsável pelo saneamento financeiro, que consistia, num primeiro momento, no combate ao déficit público. Nesse sentido, Joaquim Murinho realizou um corte radical nos gastos do governo, inclusive com a paralisação quase total das obras públicas e o desestímulo às indústrias. Ao mesmo tempo, promoveu um aumento significativo na arrecadação de impostos, inclusive com a criação de novas taxas, dentre as quais destacaram-se as sobre o consumo, calçados, velas, fármacos, perfumes, vinagres e conservas.

Obteve-se assim o equilíbrio orçamentário, e o governo pôde reduzir drasticamente a emissão de papel-moeda, com resultados óbvios na queda da inflação. Na verdade, Joaquim Murinho não apenas reduziu a emissão como começou a promover a eliminação física do papel-moeda, com a incineração de imensos lotes de dinheiro.

Para completar a política de saneamento financeiro, o ministro alterou a taxa de câmbio, valorizando o mil-réis em relação à libra inglesa. Os resultados foram os esperados: a inflação caiu acentuadamente, passando de 115,1% em 1896 para -7,4% em 1900, uma efetiva deflação, mas seus desdobramentos sobre a economia nacional colocaram dúvidas sobre o sucesso do plano. A diminuição, em volume, do meio circulante levou à recessão, com uma queda acentuada da atividade econômica em todo o país. A elevação indiscriminada dos impostos acabou por atingir todas as categorias sociais, principalmente os setores mais humildes, que não tinham como se defender e, além disso, enfrentavam um desemprego cada vez maior, devido à recessão.

A valorização cambial do mil-réis, por sua vez, acabou por baratear o preço dos produtos importados, em sua maioria industrializados, tornando difícil a sobrevivência da já fraca indústria nacional.

Podemos dizer que Joaquim Murinho adotou medidas clássicas de combate à inflação, isto é, bem dentro do receituário monetarista, segundo o qual as questões financeiras podem ser tratadas de forma separada das questões ligadas à produção. As consequências da adoção de uma tal política costumam ser catastróficas em países como o Brasil, pobres e com um péssimo perfil de distribuição de renda. Aceitar a recessão como forma de combater a inflação significou simplesmente provocar o empobrecimento dos mais pobres, isto é, a fome. A morte. Observe-se também que políticas de cunho monetarista continuaram a ser adotadas indiscriminadamente no Brasil até recentemente.

Deve-se reconhecer que a inflação tem efeitos perniciosos que afetam basicamente os setores mais pobres; no entanto, combatê-la através de um sacrifício justamente desses setores parece ter, no fundo, algo equivocado. No mínimo são os que arcam com os custos dos projetos saneadores como se já não fossem as vítimas do modelo antecessor, a matriz da crise.

Tomando o governo Campos Sales como um todo percebe-se que a sua grande preocupação foi basicamente buscar atrair o capital estrangeiro – o que, aliás, foi perfeitamente conseguido – através basicamente de demonstrar que o país era “confiável”, ou seja, com um Tesouro estável e moeda forte. Não se considerava o preço dessa “estabilização”, mas apenas o tão-somente o resultado final. Porém, ao se abster de realizar reformas mais profundas na economia brasileira (que pudessem envolver, por exemplo, a distribuição de renda ou a eliminação do caráter dependente de nossa economia), a dupla Campos Sales-Joaquim Murinho tornava quase inevitável o reaparecimento dos mesmos problemas num futuro não tão distante.

Para concluir, fica uma citação do ministro Joaquim Murinho, que bem demonstra sua postura submissa a interesses externos e a mistica daquilo que é privado, e de poucos, como se fosse nacional. “O emprego de capitais e operários em indústrias artificiais é um esbanjamento da fortuna nacional...”.

Combate às causas da crise: a política de valorização do café

Até o governo de Campos Sales, as medidas econômicas adotadas visavam basicamente combater os efeitos da crise do café, pouco servindo para atingir suas causas. Em se considerando que as causas da crise se localizavam num excesso de produção mundial, e sendo o Brasil o principal produtor mundial desse gênero, a sua importante posição nesse mercado poderia ser utilizada em proveito de um aumento dos preços.



Iconographia, Colheita de café em Araraquara por imigrantes.

A política de valorização do café deu novo impulso à cafeicultura, ainda que às custas de prejuízos para o resto da economia do país.

Em 1906, reuniram-se os cafeicultores na cidade de Taubaté, vale do Paraíba, área cafeeira decadente. Combinou-se um plano de intervenção estatal na cafeicultura, com o objetivo de promover a elevação dos preços do produto e, assim, assegurar os lucros dos produtores: o **Convênio de**

Taubaté. Os governadores dos três principais estados produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) concordaram em garantir a compra de toda a produção cafeeira com o objetivo de criar estoques reguladores. O café desses estoques seria vendido no mercado internacional conforme surgisse a demanda. Em outras palavras: antes do Convênio de Taubaté a enorme produção brasileira era comercializada desordenadamente no mercado mundial, com o excesso de oferta causando uma baixa nos preços. A partir do convênio, esse excesso seria evitado através da administração do estoque, que poderia, inclusive, ser utilizado para provocar uma falta do produto no mercado internacional, com a conseqüente elevação dos preços.

"No segundo semestre de 1908, o presidente Afonso Pena encaminhou ao Congresso Nacional mensagem, solicitando autorização legislativa para que a União fizesse fiadora de um empréstimo de até 15 milhões de libras, que São Paulo pretendia contrair. A proposta foi aprovada sem emendas, apesar da resistência de alguns congressistas. Eles concentraram suas críticas no favorecimento de São Paulo e na abandono dos demais estados da Federação. O deputado Pandia Calógeras, por exemplo, eleito por Minas Gerais, disse do alto do seu conservadorismo que a nação inteira não podia se responsabilizar pelos deslizes da lavoura paulista, nem o proletariado brasileiro pagar pelos erros de São Paulo (...). Os primeiros resultados do esquema surgiram em 1909. Os preços internacionais do café começaram a subir e se mantiveram em alta até 1912, graças à retração da oferta provocada pela 'estocagem' e à diminuição no volume das safras."

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Editora/FDE, 1994, p. 267.)

Os primeiros resultados foram encorajadores, obtendo-se a tão esperada valorização do café. No entanto, alguns elementos dessa política teriam conseqüências nefastas para a economia do país. A compra da produção de café dos fazendeiros por um elevado preço fixo só foi possível graças à realização de um volumoso empréstimo externo pelos governos estaduais, envolvendo bancos ingleses e também norte-americanos, que iniciavam suas operações no Brasil. Além disso, caso a demanda internacional não fosse suficiente, os estoques excedentes deveriam ser destruídos, causando prejuízos óbvios, não para os cafeicultores, que já haviam recebido pela venda do café, mas para o governo, que havia bancado a compra da produção. Prejuízo para o governo é sinônimo de prejuízo para o conjunto da sociedade: é a socialização das perdas.

Finalmente, a política de valorização do café só poderia ter sucesso caso o Brasil possuísse o monopólio da produção mundial. Entretanto, tal não ocorria, e a própria elevação dos preços no mercado internacional acabou por estimular a produção de café em outros países, aumentando a concorrência e levando o plano ao naufrágio. Além disso, o governo brasileiro mantinha-se comprometido com a compra dos estoques nacionais, o que estimulava a superprodução, mesmo após o fracasso cada vez mais evidente da política de valorização.



Vista de embarque de café no porto de Santos no início do século XX. Com a valorização do produto no governo Afonso Pena, garantiu-se o café como o "ouro negro" das exportações e do poderio da elite nacional.

Como vimos, o conjunto de medidas foi adotado pelos governadores dos três principais estados produtores de café. O Convênio de Taubaté chegou a ser proposto para o governo federal, mas foi repudiado, em 1906, pelo então presidente Rodrigues Alves, que alegou a necessidade de conter gastos e deter a inflação, herança das políticas de Campos Sales-Joaquim Murtinho. No entanto, o presidente empossado no mesmo ano, o mineiro Afonso Pena, adotou a política de valorização do café, assim como todos os seus sucessores, pelo menos até Artur Bernardes (1922-1926), quando o estado de São Paulo passou a bancar sozinho a valorização. A oligarquia cafeeira havia encontrado um modo de evitar, ainda que temporariamente e por meios artificiais, a decadência econômica.

A borracha: alternativa ao café?

O desenvolvimento da indústria em diversos países estava a pleno vapor no início do século XX, podendo-se falar, inclusive, de uma "Segunda Revolução Industrial", que já estava ocorrendo desde a segunda metade do século anterior. Nesse contexto, novos setores industriais emergiram e outros se aprimoraram tecnologicamente, acarretando novas demandas no que se referia a matérias-primas.

O Brasil, tradicionalmente integrado à economia capitalista como área dependente e produtora dessas matérias-primas, foi solicitado a suprir parte das novas necessidades da indústria. Nesse contexto, vem a extração e a exportação em larga escala da borracha, produto fundamental para a próspera indústria de pneumáticos e, logo, também, para a de automóveis.

A borracha é extraída da seringueira, a *Hevea brasiliensis*, produto nativo das florestas tropicais da América, sendo a bacia do Amazonas a maior reserva natural da árvore. Já em 1887, a exportação de borracha atingiu as 17 mil toneladas e, a partir de então, o crescimento da exportação do produto foi bastante acelerado. O preço atingiu o seu máximo em 1910, quando as exportações de borracha foram responsáveis por 40% do valor das exportações brasileiras, aproximando-se das do café.

A extração era feita da forma mais primitiva possível, com os trabalhadores (às vezes nativos da região, outras vezes emigrantes nordestinos fugindo da seca) habitando em cabanas miseráveis nas margens dos rios e percorrendo a cada dia vários quilômetros em plena mata, buscando extrair a seiva utilizada na produção da borracha. Completamente isolados, esses trabalhadores sobreviviam no limite da subsistência, periodicamente vendendo sua mercadoria para os seringueiros, proprietários de vastos trechos de floresta de onde se extrai o produto. Estes, sim, prosperavam, vendendo grandes lotes de borracha para o exterior.



Palacete Bolonha, Belém, concluído em 1915. Inspirado no estilo neogótico europeu, em plena Amazônia!

"Menos que uma sociedade organizada, a Amazônia destes anos de febre de borracha terá o caráter de um acampamento. Enquanto a massa da população, os trabalhadores dos seringais, dispersos e isolados, se aniquilavam nas asperezas da selva e na dura tarefa de colher a goma, os proprietários dos seringais, os comerciantes e toda esta turbanulta marginal e parasitaria de todas as sociedades deste tipo, se rolavam nos prazeres fáceis das cidades, atirando às mancheias o ouro que lhes vinha tão abundante da mata. A riqueza canalizada pela borracha não servirá para nada de sólido e ponderável. O símbolo máximo que ficará desta fortuna fácil e ainda mais facilmente dissipada é o Teatro Municipal de Manaus, monumento em que à imponência se une o mau gosto, e para onde se atrojaram, a peso de ouro, os mais famosos artistas da Europa que embora incompreendidos neste meio de arrivistas, atestavam a riqueza de um mundo perdido no âmago da selva tropical americana."

(PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990. p. 240.)

A borracha, contudo, jamais foi uma alternativa ao café para a economia brasileira do início do século. Sua exploração teve o caráter estrito de um surto, com seu início, apogeu e decadência ocorrendo no espaço de tempo relativamente curto de aproximadamente 50 anos.

E, mesmo assim, a economia da borracha acabou provocando uma séria questão de política externa – a chamada **Questão do Acre** –, envolvendo Brasil e Bolívia em 1903, quando trabalhadores brasileiros, liderados pelo gaúcho Plácido de Castro, penetraram no Acre, até então boliviano. Depois de escaramuças com o exército daquele país, brasileiros e bolivianos assinaram um acordo, o tratado de Petrópolis, segundo o qual o Brasil anexaria o Acre e, em troca, pagaria uma pesada indenização de 2 milhões de libras esterlinas para a Bolívia.

Sociedade: lutas e frustrações

A revolta popular de 1904

“O meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase exclusivamente a duas coisas: o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro.” Com essas palavras, **Rodrigues Alves** despediu-se de amigos na capital paulista ao embarcar para assumir a presidência da República no Rio de Janeiro. De fato, seu governo, entre 1902 e 1906, foi marcado, em termos econômicos, pela tranquilidade provocada pela recente assinatura do *fundings-loan* (1898), além da prosperidade causada pelo surto da borracha, próximo do seu auge. A disponibilidade de recursos, bem como a tomada de novos empréstimos no exterior, fez com que o presidente pudesse seguir à risca seu “programa de governo”.

A cidade do Rio de Janeiro foi reconstruída, principalmente o seu centro. De velha cidade colonial, com ruas estreitas, atravancadas e insalubres, passou a moderna capital de uma moderna república, nitidamente inspirada em Paris e em seus recentes planos de urbanização. Largas avenidas, inspiradas nos bulevares franceses do arquiteto Haussmann, ornadas por edifícios construídos no melhor estilo eclético europeu, então na moda, e apresentando suas belíssimas e rebuscadas fachadas aos olhos dos transeuntes. Tudo isso ajudava a fazer do Rio de Janeiro uma moderna Paris tropical à beira-mar.

No centro das atenções, a avenida Central, hoje Rio Branco.

"[...] ficou pronta deztoito meses após ter sido iniciada em 29 de fevereiro de 1904. Foi inaugurada duas vezes: em 7 de setembro de 1904, em comemoração ao final das demolições e em 1905, para celebrar a construção da avenida, no aniversário da proclamação da República, a 15 de novembro. Ambas inaugurações foram tratadas como eventos de imensa importância para o país, tendo o presidente Rodrigues Alves presidido concorridas cerimônias, registradas em salones coberturas jornalísticas e em reportagens fotográficas. O empreendimento foi considerado miraculoso tanto por sua rapidez como pela comação pública que causou. Em um ano e meio, foram destruídas cerca de 590 edificações na Cidade Velha e pequenos trechos dos morros do Castelo e São Bento. Pronta, a avenida estendia-se por 1 996 metros, com uma largura de 33 metros – dimensões verdadeiramente revolucionárias para a América do Sul.

A avenida havia sido planejada com objetivos que ultrapassavam em muito as necessidades estritamente viárias – ela foi concebida como uma proclamação. Quando, em 1910, seus edifícios ficaram prontos, e o conceito de avenida se completou, uma magnífica paisagem urbana passou a embelezar o Rio. A Capital Federal possuía agora um bulevar verdadeiramente 'civilizado' – duas muralhas paralelas de edifícios que exibiam o máximo de bom gosto existente – e um monumento ao progresso do país."

*(NIEDELL, Jeffrey D. *Bella época tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 60.1.)*

O custo social, entretanto, foi bastante elevado. Vastos contingentes de populares foram sumariamente expulsos de suas habitações para dar passagem ao "progresso", ao "moderno". Derrubaram-se os cortiços, ergueram-se belos edifícios, construiu-se enfim um cenário deslumbrante para as elites poderem representar a sua farsa. Mas sobrou o povo que, não esqueçamos, era a principal vítima das medidas de combate à inflação iniciadas por Joaquim Murinho anos antes, porém ainda em vigor. A tensão social no Rio de Janeiro era explosiva.



Carnaval, Rio de Janeiro, 1907.

A avenida Central, marco da nova Rio de Janeiro que se moderniza, ainda que criando mais exclusão social.

Nesse ambiente, iniciou-se o saneamento da cidade, planejado e executado pelo sanitarista **Oswaldo Cruz**. Era necessário combater a peste bubônica, a malária e a varíola, que afligiam os habitantes da cidade. Nesse sentido, aprovou-se, em outubro de 1904, a lei que instituiu a vacinação obrigatória contra a varíola. Foi o estopim para a revolta popular de 1904, muitas vezes chamada de **Revolta da Vacina**. Ignorante quanto aos efeitos da vacina, com uma moral que rejeitava a exposição de partes do corpo (por exemplo, os ombros das senhoras) a agentes sanitários do governo, insuflado pelos últimos remanescentes de uma oposição jacobina e positivista, mas, principalmente, humilhado por um poder público autoritário e violento, o povo do Rio de Janeiro revoltou-se.

As ruas e avenidas elegantes foram tomadas de assalto. Barricadas foram erguidas, durante uma semana a capital da República foi palco de violentos combates, até que as forças da polícia e do exército conseguiram reprimir os rebeldes. O objetivo da revolta? Nenhum em particular.

"A revolta não visava ao poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada. Era somente um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação. Até que ponto um homem suporta ser espezinhado, desprezado e assustado? Quanto sofrimento é preciso para que um homem se atreva a encarar a morte sem medo? E quando a ousadia chega nesse ponto, ele é capaz de pressentir a presença do poder que o aflige nos seus menores sinais: na luz elétrica, nos jardins elegantes, nas estátuas, nas vitrines de cristal, nos bancos decorados dos parques, nos relógios públicos, nos bondes, nos carros, nas fachadas de mármore, nas delegacias, agências de correio e postos de vacinação, nos uniformes, nos ministérios e nas placas de sinalização. Tudo que o constrange, o humilha, o subordina e lhe reduz a humanidade. Eis os seus alvos, eis as fontes de sua revolta, e o seu objetivo é sentir e expor, ainda que por um gesto radical, ainda que por uma só e última vez, a sua própria indignidade."

(SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo, Scipione, 1994. Coleção História em aberto. p. 67.)

Outras revoltas: a da Chibata (1910) e a do Contestado (1914)

Em novembro de 1910, revoltaram-se os marinheiros a bordo dos navios de guerra da marinha, notadamente os poderosos couraçados Minas Gerais e São Paulo. Construídos em estaleiros ingleses, os dois navios eram considerados dentre os mais poderosos do mundo, pelo menos quando foram comissionados na marinha. No entanto, a bordo, a situação era bastante tensa. Sobrevivia um velho regimento disciplinar que, entre outros exageros, previa castigos corporais violentos com utilização da chibata, inclusive para infrações leves. O mau tratamento dado aos marujos por parte dos oficiais, aliado às más condições de alojamento e alimentação, serviu de estopim para a revolta.

Sob o comando de **João Cândido**, marinheiro negro e analfabeto, sublevaram-se os dois grandes navios. Enviou-se uma mensagem ao recém-empossado presidente da República, Hermes da Fonseca (1910-1914), solicitando o fim dos castigos com a chibata na marinha brasileira. Ameaçavam inclusive bombardear a cidade do Rio de Janeiro com os poderosos canhões de 12 polegadas (305 milímetros).

Face ao poder de fogo dos rebeldes, o governo aceitou estabelecer negociações, determinando, a princípio, a entrega dos navios em troca do perdão aos líderes do movimento e da promessa de discutir a abolição da chibata na marinha.

Poucos dias depois, os fuzileiros navais, estacionados na ilha das Cobras, Rio de Janeiro, estimulados pela aparente vitória de seus colegas marinheiros, revoltaram-se em defesa de propostas semelhantes àquelas dos marujos. Sem contar com o poder de fogo intimidador dos marinheiros, os fuzileiros não conseguiram sequer estabelecer negociações com o governo, que reprimiu violentamente o movimento. Aliás, em meio à repressão aos fuzileiros, o governo decretou estado de sítio, aproveitando para aprisionar os principais líderes da **Revolta da Chibata**, desrespeitando a anistia concedida anteriormente. Dos 600 prisioneiros, poucos sobreviveram aos maus-tratos na prisão ou aos trabalhos forçados na Amazônia, num ato de arbitrariedade poucas vezes igualado na história da república.

Semelhante desfecho sangrento teve a Revolta do **Contestado**, apesar do número de vítimas na repressão a esse movimento ter sido muito maior. Suas origens remontam ao isolamento e abandono em que vivia a população de um vasto território situado entre os estados do Paraná e Santa Catarina, numa área “contestada” pelos dois governos estaduais.

Enquanto esteve abandonado, o território permaneceu distante de qualquer atenção oficial, atraindo grupos marginalizados de origens diversas. Lá se desenvolveram comunidades místicas em torno de líderes messiânicos, sendo o principal deles o “monge” **José Maria**, supostamente



A Revolta da Chibata se insere no contexto das rebeliões sociais da República Velha. João Cândido é o marinheiro assinalado.

irmão de outro líder messiânico da região no final do século XIX, João Maria. O movimento em muito se assemelha ao episódio de Canudos, embora não tenha tido um Euclides da Cunha para destacá-lo.

Ao criar uma alternativa ao poder político dos coronéis e com a disposição até de enfrentá-los, o movimento do Contestado representava, do ponto de vista das elites, um tumor a ser estirpado. E foi o que aconteceu. A partir do final de 1913, começaram a ser enviadas tropas para exterminar as comunidades populares da região e, após alguns percalços iniciais, procedeu-se ao massacre metódico dos habitantes da região.

A República brasileira foi criada dentro do ideário de modernização, a própria palavra "progresso" foi estampada na bandeira republicana. Assim, "modernizou-se" o sistema político, modernizaram-se também a Rio de Janeiro, a Marinha de Guerra, etc... Tudo na jovem República parecia levar inexoravelmente ao novo, à modernidade, ao século XX, pelo menos na aparência. Na essência, porém, continuava a existir uma economia exclusivamente agrícola, ultrapassada, dependente, geradora de desigualdades. Daí os pobres, os miseráveis, os membros de seitas místicas, os Conselheiros; teimando em permanecer arcaicos numa República que se pretendia moderna. Este era o caráter contraditório da nossa pretensa modernização republicana: modernização de idéias, de aparências, entrando em choque com um sistema econômico anacrônico na sua base. Contra os que teimavam em ser ultrapassados, os pobres que ainda existiam apesar da aparência que os ocultava, só restava a alternativa do extermínio: não existia lugar para eles no ideário da República. Não foi a única batalha do "progresso" na história republicana, mas os resultados respeitaram quase invariavelmente a sua essência excludente.

"Nunca se contaram os mortos da revolta da Vacina (...). Os massacres em geral não ostentam rigor pela precisão. Sabe-se quantos morreram em Canudos, no Contestado ou na Revolução Federalista — para só ficarmos nas grandes chacinas da Primeira República? A matança coletiva dirige-se, via de regra, contra um objeto unificado por algum padrão abstrato, que retira a humanidade das vítimas: uma seita, uma comunidade peculiar, uma facção política, uma cultura, uma etnia. Personificando nesse grupo assim circunscrito todo o mal e toda ameaça à ordem das coisas, os executores se representam a si mesmos como heróis redentores, cuja energia implacável esconjura a ameaça que pesa sobre o mundo. O preço a ser pago pela sua bravura é o peso de seu domínio. A cor das bandeiras dos heróis é a mais variada, só o tom do sangue de suas vítimas permanece o mesmo ao longo da história."

(SEVCENKO, Nicolau. Obra citada, p. 9.)

Mecanismos políticos do poder oligárquico

No período que examinamos, as oligarquias exerciam o monopólio político sobre o Brasil. Isso significa que, de acordo com o que autorizava a Constituição de 1891, exerciam o poder em todos os níveis: federal, estadual e municipal. Examinemos separadamente como se articulava o poder oligárquico nesses três níveis.

O nível federal: a política do café-com-leite

O poder político no nível federal era exercido pelo presidente da República. Com o objetivo de controlar a presidência e, assim, defender seus interesses privados, as oligarquias paulista e mineira, respectivamente do PRP (Partido Republicano Paulista) e do PRM (Partido Republicano Mineiro), formalizaram uma aliança que previa a alternância de políticos dos dois estados no cargo máximo do executivo. Tal acordo não foi realizado de imediato, logo após o 15 de novembro, mas resultou de longas articulações políticas, mesmo porque, se, por um lado, a oligarquia paulista rapidamente cerrou fileiras em torno do PRP após a proclamação, o mesmo não se pode dizer dos mineiros, que só resolveram suas dissidências internas em 1897.

Os três primeiros presidentes civis – Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves – foram todos paulistas. O primeiro mineiro a ocupar a presidência, a partir de 1906, foi Afonso Pena. As razões da aliança entre esses dois estados devem-se ao fato de que, juntos, aliavam o poder econômico, proveniente do café (São Paulo era o principal produtor do país), ao poder político, isto é, aos votos de Minas, que era o estado com maior número de eleitores.



O sistema garantia sucessões presidenciais isentas de traumas ou modificações substanciais na condução do Estado brasileiro por parte das oligarquias, uma vez que o PRM e o PRP representavam estritamente os mesmos interesses e se apoiavam mutuamente. No entanto, o controle político exercido por paulistas e mineiros só seria incontestável se houvesse o apoio dos outros estados da Federação. Afinal, não podemos esquecer que o presidente da República, em última análise, deveria sempre estar submetido ao poder legislativo.

O primeiro presidente a necessitar do apoio dos estados, isto é, das bancadas estaduais no legislativo, para colocar em prática sua política foi Campos Sales (1898-1902). E foi ele justamente o idealizador do mecanismo de articulação do poder central com as oligarquias estaduais: a política dos governadores.

O nível estadual: a política dos governadores

Também chamada por seu criador de “política dos estados”, consistia basicamente em um acordo entre o presidente da República e os governadores dos estados, segundo o qual estes apoiariam o presidente da República que, em troca, não interviria nos assuntos dos estados.

Explicando melhor: em primeiro lugar, os governadores apoiavam o presidente, não apenas concordando com sua política, mas também fazendo o possível para eleger uma bancada de deputados e senadores que iriam ao Congresso representar o seu estado e apoiar incondicionalmente o presidente. Todos os meios eram válidos para eleger deputados e senadores

“dóceis”, inclusive a fraude eleitoral. Por outro lado, o presidente não faria intervenções nos estados, viabilizando a eternização no poder de certos grupos oligárquicos locais, às vezes representados por famílias. Esses grupos aproveitavam-se da fraude realizada em benefício do presidente da República e também fraudavam as eleições estaduais em benefício próprio.



Combatida por poucos, a fraude eleitoral foi um procedimento corriqueiro durante a República Velha.

Outro mecanismo utilizado para garantir o apoio das bancadas estaduais no Congresso Nacional foi a instalação da Comissão Verificadora de Poderes, que funcionava da seguinte forma: se, por acaso, e apesar da evidente fraude eleitoral, fosse eleito para o Congresso um deputado de oposição, este simplesmente não seria diplomado e empossado. A Comissão Verificadora de Poderes se encarregava de “degolar” as oposições, conforme o jargão político da época.

O nível municipal: o coronelismo

Todo o sistema político da República Velha fundava-se na fraude, mesmo porque o voto não era secreto, o que permitia sua manipulação. O exercício da fraude eleitoral e da manipulação de votos, em geral, estava a cargo dos “coronéis”, grandes latifundiários espalhados pelos municípios. Detentores de poder econômico, uma vez que controlavam a lavoura para exportação, tinham também prestígio social e poder político nas suas localidades. Exerciam uma forma de **clientelismo**, estabelecendo seu controle sobre a população mais pobre, que vivia sob sua influência.

De fato, a inexistência de qualquer serviço público à disposição dessa população e a própria impossibilidade (ou desinteresse) do Estado em protegê-la abriam caminho para o exercício do poder dos coronéis. Eles tomavam setores da população sob sua proteção, exercendo um tipo de assistencialismo primitivo, mas aceito na falta de qualquer outro. Em troca, os coronéis exigiam obediência total da população sob sua influência, e essa situação se manifestava, por exemplo, nas eleições, quando cada coronel controlava um verdadeiro “curral” eleitoral, um “depósito” de votos, utilizado de acordo com os interesses do momento. Esse voto dirigido também é conhecido como o **voto de cabresto**, até porque não era raro que o coronel recorresse à violência para “convencer” o eleitorado a votar num candidato seu.

Finalmente, os coronéis podiam apenas e tão-somente fraudar as eleições, por meio da intimidação dos eleitores, do roubo de urnas, da falsificação de títulos de eleitor e infinitos outros artifícios.

De posse de um número bastante grande de votos, o coronel o negociava com o governador do seu estado, isto é, oferecia os votos em troca de um benefício qualquer. Dessa forma, o voto fraudado pelos coronéis saía dos municípios, elegia governadores de um grupo oligárquico estadual e chegava até a presidência da República, sendo canalizado para o candidato paulista ou mineiro.



Os poderosos “coronéis” exerciam o controle das populações rurais.

"Seria errôneo, porém, pensar que os 'coronéis' dominaram a cena política na Primeira República. Em primeiro lugar, lembramos que outros grupos, expressando diversos interesses urbanos, tiveram papel significativo na condução da política. Além disso, apesar de serem importantes para a sustentação da base do sistema oligárquico, os 'coronéis' dependiam de outras instâncias para manter o seu poder. Entre essas instâncias, destacava-se, nos grandes Estados, o governo estadual que não correspondia a um ajuntamento de 'coronéis'. Os 'coronéis' forneciam votos aos chefes políticos do respectivo Estado, mas dependiam deles para proporcionar muitos dos benefícios esperados pelos eleitores. Isso ocorria sobretudo quando os benefícios eram coletivos, quando se tratava, por exemplo, de consertar estradas ou instalar escolas.

O coronalismo teve marcas distintas, de acordo com a realidade sociopolítica de cada região do país. Um exemplo extremo do poder dos 'coronéis' se encontra em áreas do interior do Nordeste, em torno do rio São Francisco, onde surgiram verdadeiras 'nações de coronéis', com suas forças militares próprias.

(...)

Em contraste, nos Estados mais importantes, os 'coronéis' dependiam de estruturas mais amplas, ou seja, a máquina do governo e o Partido Republicano."

(FAUSTO, Boris. Obra citada, pp. 263-4.)

Abalos na ordem oligárquica: governo de Hermes da Fonseca (1910-14)

Em 1909, faleceu o presidente da República Afonso Pena, e assumiu seu vice, Nilo Peçanha, que acabou por completar o mandato do titular até o ano seguinte. Nesse curto período, observamos o primeiro abalo no recém-criado mecanismo político-oligárquico. O marechal Hermes da Fonseca já vinha articulando sua candidatura a presidente há algum tempo e, no processo, acabou por seduzir o PRM. Os paulistas, que ainda mantinham viva a lembrança dos primeiros e agitados anos da república e, por isso mesmo, rejeitando um novo governo militar, romperam com Minas Gerais e partiram em busca de um candidato próprio.

A candidatura de Hermes da Fonseca decolou. Além de contar com o apoio mineiro, Hermes logo atraiu a simpatia do presidente em exercício, Nilo Peçanha. No entanto, a grande façanha do grupo hermista foi obter o apoio do senador gaúcho **Pinheiro Machado**. O Rio Grande do Sul, estado de grande importância econômica e peso eleitoral dentro da Federação, vinha buscando uma maior participação na esfera política. Pinheiro Machado conseguiu esse intento com a criação de um bloco parlamentar, o bloco "pinheirista", mais tarde formalizado com o nome de PRC, Partido Republicano Conservador, e que reunia as bancadas dos pequenos estados.

A tomada de posição de Pinheiro Machado e Nilo Peçanha arrastou para o lado de Hermes da Fonseca praticamente todos os estados da Federação. São Paulo ficou só. Os paulistas conseguiram atrair o intelectual **Rui Barbosa**, oferecendo-lhe a candidatura de presidente numa chapa de oposição a Hermes da Fonseca. Com isso, conseguiram o apoio da oligarquia da Bahia, estado de origem de Rui Barbosa, bem como o voto urbano em todo o Brasil. Observemos que o voto urbano, apesar de numericamente inferior ao rural, era bem menos passível de fraude; além disso, o eleitorado urbano era particularmente sensível ao discurso modernizador e até industrializador de Rui Barbosa.

Com recursos paulistas, Rui lançou a **Campanha Civilista**, a primeira campanha presidencial moderna realizada no Brasil, com o candidato Rui Barbosa percorrendo o país, fazendo discursos, comícios; tentando, enfim, seduzir o eleitorado. Apesar da Campanha Civilista, a máquina coronelística deu vitória ao candidato da situação, Hermes da Fonseca.

Não se imagine que o novo presidente, apenas por ser militar, era sensível

a idéias modernizadoras ou industrialistas, como ocorreu nos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Hermes da Fonseca governou o país de forma bastante conservadora do ponto de vista econômico, permanecendo, inclusive, atrelado aos planos de valorização do café. No plano político, porém, Hermes realizou uma sistemática intervenção nos estados, promovendo a substituição de grupos oligárquicos por outros. Chamamos o processo de **Política das Salvações**.

A causa da Política das Salvações liga-se à própria forma como se deu a ascensão de Hermes da Fonseca, numa eleição disputada. Assim, se a oligarquia do estado da Bahia apoiou Rui Barbosa, por que mantê-la no poder? Da mesma forma, o crescimento do poder de Pinheiro Machado, verdadeira "eminência-parda" do período (isto é, possuidor de um poder político bastante grande, apesar de não ocupar nenhum cargo decisivo), acabou tornando-se intolerável por criar uma alternativa ao monopólio político exercido por São Paulo e Minas. Então, por que não promover intervenções nos estados pinheiristas, substituindo uma oligarquia fiel ao senador gaúcho por um grupo mais ligado ao presidente?



A Campanha Civilista de Rui Barbosa (de terno claro, na foto): primeira campanha presidencial relativamente equilibrada na República Velha.

"Legalmente, o governo central intervinha nos Estados no 'vazio do poder', isto é, quando dois candidatos, confirmados por duas assembleias, falsificando duas listas eleitorais, confirmavam duas vitórias. A violência gerada foi o pretexto para que as tropas federais, 'salvando a pureza das instituições republicanas', implantassem a paz e confirmassem a preferência do candidato que gozasse das preferências do governo central.

As 'salvações' foram acontecimento de âmbito nacional. Obtiveram êxito no norte, mas no sul, feudo de Machado, a intervenção foi detida antes que pudesse realizar-se..."

(MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo. Obra citada. v. 3, p. 246.)

As "salvações" foram realizadas nos estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas com sucesso, enquanto na Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul fracassaram. Um caso particular foi o do Ceará, onde o coronel do exército Franco Rabelo candidatou-se ao cargo de governador em 1912, com o apoio da oposição estadual. Durante a campanha, o governador Nogueira Acioli, pinheirista, representando a situação, desencadeou violenta perseguição aos seus adversários, utilizando, inclusive, forças policiais do estado e agindo com extrema violência. Pressionado, acabou renunciando, abrindo caminho, assim, para a vitória de Rabelo.

Iconographia



O senador Pinheiro Machado exercia grande influência sobre o governo federal, graças à verdadeira "máquina" por ele montada no Congresso.

Entretanto, o deputado Floro Bartolomeu iniciou a reação, revoltando-se contra o novo governador. Era a **Revolução Cearense**, de 1914. Tomou a cidade de Juazeiro e, abençoada pelo padre Cícero Romão Batista, rumou em direção à capital do estado, onde derrubou o governador e promoveu o retorno de Nogueira Acioli, ou seja, de um político ligado a Pinheiro Machado.

O episódio demonstra que os mecanismos político-oligárquicos, apesar de adequados à finalidade para que foram criados, estavam longe da perfeição. O imobilismo gerado pela política dos governadores, por meio da qual o mesmo grupo oligárquico permaneceria eternamente no poder, gerava forte insatisfação junto a outros grupos oligárquicos dos estados.

O próprio monopólio político em nível federal de São Paulo e Minas Gerais levava ao descontentamento outros estados, notadamente o Rio Grande do Sul.

As eleições de 1910 foram as primeiras verdadeiramente disputadas na República Velha. Outros abalos se seguiriam. A própria emergência de novos grupos sociais e a rearticulação política do exército em novas bases iriam aprofundar uma crise que, de resto, já se anunciava.

Questões

1. Aponte as principais causas da Guerra de Canudos.
2. Em que medida o episódio de Canudos serviu para consolidar o predomínio político dos civis na república?
3. O que foi o *funding-loan* de 1898?
4. Caracterize a política de saneamento financeiro de Joaquim Murinho.
5. O que foi o Convênio de Taubaté e o que dele resultou?
6. Quais os mecanismos de valorização do café adotados pelos governos da República Velha a partir de 1906?
7. Comente a frase: "Com certeza, a revolta popular ocorrida no Rio de Janeiro em 1904 teve na lei da vacina obrigatória apenas a sua causa imediata".
8. Explique a frase de Washington Luís, presidente entre 1926 e 1930: "A questão social é caso de polícia".
9. Relacione os seguintes elementos componentes da República Velha: política do café-com-leite/política dos governadores/coronelismo.
10. O que era a "degola" das oposições?
11. Quais as forças em disputa nas eleições de 1910 que culminaram na Campanha Civilista de Rui Barbosa? Qual seu resultado?
12. Em que consistiu o "salvacionismo" aplicado durante o governo de Hermes da Fonseca?

O DECLÍNIO DAS OLIGARQUIAS (1914-30)

a Política das Salvações, praticada durante o governo Hermes da Fonseca, demonstrou que o mecanismo de domínio oligárquico no Brasil estava longe de ser perfeito ou imune a crises. Na verdade, uma análise desse mecanismo nos sugere que ele não apenas era sujeito a crises como tendia a criá-las.

Henrique Bernardelli, *Hermes da Fonseca*, Museu da República.



Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923): os choques entre as oligarquias, tão típicos do seu governo, pareciam inaugurar uma era.

Todo o sistema político da República Velha era marcado pelo imobilismo: o presidente da República era ou paulista ou mineiro e os governadores dos estados sempre pertenciam às mesmas famílias ou grupos oligárquicos. Isso acabou por gerar insatisfações, uma vez que certos setores estavam irremediavelmente condenados à oposição, fossem grupos ou famílias dentro dos estados, fossem oligarquias que não a mineira ou paulista no nível federal. O descontentamento desses elementos era inevitável e, fatalmente, conduziria ao rompimento do pacto político, originando as **oligarquias dissidentes**.

As dissidências oligárquicas tendiam a ser cada vez mais freqüentes, conforme evoluía a República Velha, e demonstravam a corrosão interna de todo o sistema. Já observamos que os grupos que detinham o monopólio do poder político no país dele se aproveitavam para obter vantagens econômicas excepcionais, a exemplo da política de valorização do café. No

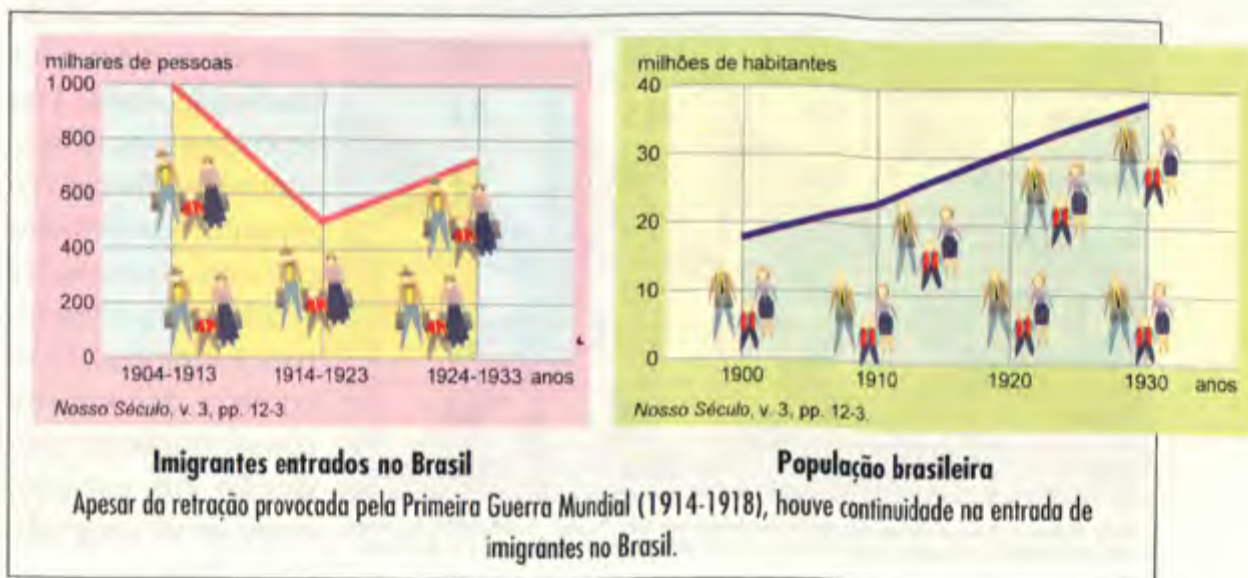
entanto, a situação econômica do país era tal que existiam muitos grupos oligárquicos disputando um poder incapaz de garantir os privilégios de todos. Os choques eram inevitáveis.

Além da corrosão interna do sistema, as oligarquias ainda enfrentavam problemas externos a elas que contribuíram para enfraquecê-las ainda mais. O Brasil passava por transformações sociais e econômicas que, apesar de representarem um processo de longo prazo, acrescentavam elementos novos no jogo político nacional. As transformações econômicas provocaram o surgimento de novas classes sociais ou, pelo menos, o fortalecimento de grupos recentemente formados e até então muito frágeis. Esses novos grupos sociais, essencialmente urbanos, logo demonstraram sua força, com reivindicações próprias e atuação política independente, quase sempre contrárias às oligarquias. Finalmente, o exército, calado desde o episódio de Canudos, voltou a se manifestar politicamente por meio de suas jovens lideranças, embora defendendo idéias não necessariamente novas.

Dessa forma, o período que se inicia em 1914 foi bastante agitado, com o enfraquecimento da ordem oligárquica e sua posterior queda em 1930. Os presidentes do período foram: **Venceslau Brás** (1914-1918), **Delcídio Moreira** (1918-1919), **Epitácio Pessoa** (1919-1922), **Artur Bernardes** (1922-1926) e **Washington Luís** (1926-1930).

As transformações sociais e econômicas

Ao longo da República Velha (1889-1930), o Brasil passou por transformações sociais e econômicas cujos efeitos, apesar de muito importantes, só se faziam sentir a longo prazo. É o caso, por exemplo, da expansão demográfica, já normalmente acelerada no país e intensificada no período devido ao prosseguimento da imigração europeia.



A entrada de imigrantes e sua concentração no Sul e Sudeste do Brasil fizeram com que essas regiões apresentassem um crescimento populacional mais acelerado que as demais. Além disso, uma porcentagem significativa da população do país, sobretudo dessas regiões, habitava cidades cada vez maiores. A urbanização refletia uma maior diversificação da economia, bem como o desenvolvimento de uma infra-estrutura ligada aos transportes (basicamente ferrovias), comércio, bancos e meios de comunicação, como telégrafo, jornal e, principalmente, rádio. O número de cidades brasileiras com mais de cem mil habitantes passou de quatro em 1900 para cinco em 1910, seis em 1920 e onze em 1930, sem falar de outros tantos centros urbanos menores, mas em franco crescimento.

No entanto, a transformação mais significativa verificada no período foi o desenvolvimento das indústrias, principalmente no estado de São Paulo.

"O crescimento industrial paulista data do período posterior à abolição da escravidão, embora se esboçasse desde a década de 1870. Originou-se de pelo menos duas fontes inter-relacionadas: o setor cafeeiro e os imigrantes. Os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto da indústria por várias razões: em primeiro lugar ao promover a imigração e os empregos urbanos vinculados ao complexo cafeeiro, criaram um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover os investimentos em estradas de ferro, ampliaram e integraram esse mercado; em terceiro ao desenvolver o comércio de exportação e importação contribuíram para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados. Por último, lembremos que as máquinas industriais eram importadas e a exportação de café fornecia os recursos em moeda estrangeira para pagá-las.

Membros da burguesia do café tornaram-se investidores em uma série de atividades. Um exemplo significativa é o do senador Lacerda Franco, fazendeiro e fundador de uma empresa corretora de café. Proclamada a República, obteve a concessão para criar um banco de emissão e iniciou uma grande fábrica de tecidos em Sorocaba. Mais tarde, fundou outra menor em Jundiaí, uma companhia telefônica e foi diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro."

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp/FDE, 1994, p. 287.)

CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)			
	1907	1919	1939
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Guanabara	30,2	20,8	17,0
Rio de Janeiro	7,6	7,4	5,0
Minas Gerais	4,4	5,6	6,5
Rio Grande do Sul	13,5	11,1	9,8
Demais	28,4	23,6	16,3
Brasil	100,0	100,0	100,0

CANO, Wilson. "Raízes da concentração industrial em São Paulo". In MENDES Jr., Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil história*. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 1991, v. 3, p. 265.

O desenvolvimento industrial do período não deve ser analisado como um fenômeno exclusivamente paulista. No entanto, sua vinculação com as condições criadas pela cafeicultura é inegável, bem como a decorrente concentração da produção no estado, como se vê no gráfico ao lado.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, em julho de 1914, deu grande impulso ao desenvolvimento industrial brasileiro. A conversão da indústria européia à produção bélica levou a uma diminuição gradual das importações brasileiras de produtos industrializados, com o conseqüente estímulo à produção nacional. Produziam-se basicamente bens de consumo não-duráveis, como têxteis e alimentos processados industrialmente. Além disso, a desvalorização cambial da moeda brasileira, ao encarecer as importações, serviu para reduzir a concorrência estrangeira.

Tem-se observado recentemente que a guerra levou a uma redução das importações brasileiras, inclusive no que se refere a máquinas e equipamentos, dificultando assim a expansão da indústria no período. Por mais que a proposição seja verdadeira, o fato é que nada menos que 5 963 estabelecimentos industriais foram fundados durante o período de 1915 a 1919, tendo o censo industrial de 1920, o primeiro realizado após a guerra, indicado a existência de 13 336 estabelecimentos, que empregavam 275 512 operários.



Dentro desse contexto, grupos sociais urbanos se desenvolveram e passaram a ter uma importância inédita no país, convertendo-se, inclusive, em grupos de pressão política com atuação crescente. Examinemos separadamente a ação da burguesia industrial, do operariado e da classe média.

A denominação "classe média"

"Classe social significando categoria ocupacional dissimula algo essencial: o fato de que as classes sociais só podem ser definidas uma em relação à outra, no binômio tenso de uma contradição. Se falamos apenas de ocupações, desaparecem os interesses que se opõem e aparecem tão-somente profissões complementares no vasto loque da divisão social do trabalho. Privilégia-se falsamente a cooperação social e, num passe de mágica, oculta-se a contradição social."

(SROUR, Roberto Henry. *Classes, regimes, ideologias*. São Paulo, Ática, 1987. p. 146.)

No Brasil republicano, cresceu uma camada social que não era nem proletário-camponesa, nem proprietária dos meios de produção. Composta por vários agrupamentos profissionais, não raramente era envolvida pelos valores das camadas superiores da sociedade, ao mesmo tempo que era atraída por propostas transformadoras que tivessem algum potencial de criar novos espaços de participação sociopolítica. Assim, a utilização da denominação “classe média” não pode acobertar a natureza contraditória de agrupamentos que servem aos proprietários dos meios de produção e que vivem mergulhados nas tensões estruturais da sociedade brasileira. São estratos sociais que possuem identidade de interesses econômicos e de ambições, mas não uma classe social que possua o antagonismo estrutural no processo produtivo capitalista frente a outra classe.

A burguesia industrial

Como vimos, a indústria brasileira se expandiu consideravelmente nas primeiras décadas deste século, em grande parte devido à aplicação de capital proveniente da cafeicultura na produção de artigos manufaturados. Assim, os donos das fábricas eram freqüentemente também proprietários dos cafezais, e, dada a situação política vigente, os interesses da lavoura sempre eram colocados em primeiro plano. Além dos cafeicultores, comerciantes eventualmente voltaram-se à atividade industrial, aí incluindo um número importante de imigrantes enriquecidos. Foram esses dois grupos que formaram o embrião da burguesia nacional.



RS, 1916. Reprodução O Estado do R. G. do Sul.

O embrião da burguesia industrial brasileira no início do século apresentava interesses freqüentemente similares aos das oligarquias. Na foto, família do coronel João Luiz Paixão Cortez, fazendeiro e proprietário de frigorífico.

Em princípio, a nascente burguesia industrial brasileira tinha interesses divergentes do governo oligárquico e de sua política econômica voltada exclusivamente para a lavoura. Era mais vantajoso para os industriais brasileiros o estabelecimento de uma política protecionista em primeiro lugar, com o abandono das práticas de valorização do café (ver capítulo 10), que tantos prejuízos traziam. No entanto,

a vinculação do grupo com capitais cafeeiros, além do fato de que o dono de fábrica era também muitas vezes um cafeicultor, fazia com que qualquer confronto com o governo oligárquico fosse evitado.

Observemos, no entanto, que, por mais tímida que fosse a burguesia industrial na defesa de seus interesses, sua simples existência representava uma alternativa política ao monopólio do poder exercido pelas oligarquias. Caso o regime oligárquico entrasse em colapso, a burguesia poderia muito bem colocar-se à frente de um novo regime.

O operariado

Suas origens remontam à imigração europeia desde o final do século XIX. "... calcula-se que existem no estado de São Paulo 50 mil operários em 1901, dos quais os brasileiros constituem menos de 10%. Na capital paulista, entre 7 962 operários, 4 999 são imigrantes, sendo a maioria absoluta de italianos" (Edgar Carone). Nas cidades, os operários eram submetidos a uma exploração bastante intensa, típica de um industrialismo nascente. Assim, longas jornadas e péssimas condições de trabalho, exploração indiscriminada de mulheres e crianças e salários aviltantes eram a norma.

"Nasci no Brás, rua Carlos Garcia, 26, no dia 30 de novembro de 1906. Meus pais vieram da Itália: meu pai era toscano e minha mãe era vêneta (...).

Comecei a trabalhar com nove anos numa oficina de gravura que ainda existe: Masucci, Petracco e Nicoll... Nessa fábrica foi minha infância, mocidade e boa parte da velhice. Sai de lá com 55 anos de trabalho, aposentado. Quando entrei, ganhava quinhentos réis por dia, quinze mil-réis por mês; trabalhava das sete da manhã até as cinco horas. Quinhentos réis por dia já dava para comprar leite e pão (...).

A oficina tinha seções com muito barulho, mau cheiro de ácido. Noutra oficina se fazia a fundição de placas de bronze, cada seção era separada. A nossa era um pouco mais sossegada quanto ao barulho, mas tinha o mau odor do ácido que prejudicava. Chegamos a trabalhar até de máscaras nesse tempo (...).

Uma vez, uma bombona de ácido nítrico explodiu quando era transportada. Felizmente não atingiu os operários que estavam perto, na vista. Atingiu nas mãos, na roupa e não foi um acidente muito grave. Tivemos a felicidade de não acertar os olhos, se fosse nos olhos cegava, o ácido nítrico é um ácido perigoso.

Cecharinni era o nome de um operário que foi laminar uma peça de ouro e ficou inválido. Ele era dourador. Ficou doente e meio louco, mas continuou trabalhando nos banhos de ouro. Naquele tempo não tinha indenização, ele continuou fazendo o que podia (...).

Sonho às vezes que estou trabalhando na oficina porque fiquei 44 anos nessa oficina, sempre, desde menino, na infância, na mocidade e numa parte da velhice. Essa oficina não me sai do pensamento."

(Trechos da BOST, Eclia. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. pp. 124-53.)

Os operários, dada a ausência de legislação trabalhista, tentavam se proteger mutuamente, buscando algum tipo de associação. As Caixas Beneficentes, Socorros Mútuos, Bolsas de Trabalho, centros, corporações, associações e, finalmente, os sindicatos organizados pelos trabalhadores forneci-

am um mínimo de proteção e capacidade de resistência. Nesse meio, florescia também uma rica imprensa operária, com periódicos publicados inclusive em língua estrangeira; porta-vozes não apenas das opiniões dos trabalhadores, mas também divulgadores de sua ideologia. Tratava-se, em um primeiro momento, do **anarquismo**, trazido para o país pelos imigrantes italianos e espanhóis.

A ideologia anarquista, por um lado, estimulava a organização e resistência dos trabalhadores, estando por trás inclusive da grande greve geral de 1917, reprimida violentamente pelas autoridades policiais; no entanto,



Operárias de fábrica têxtil em Campinas, SP, década de 20.

por outro lado, ao pregar a destruição do Estado e rejeitar a organização em um partido destinado a assumir o poder, falhava em oferecer uma proposta viável de alternativa política para o país. De qualquer forma, o operariado, apesar de crescente, ainda era muito frágil e dificilmente conseguiria viabilizar um projeto próprio de governo a essa altura.

Mais tarde, já em 1922, foi fundado o PCB, Partido Comunista do Brasil, que teria grande atuação principalmente a partir da década seguinte. O impacto da Revolução Russa, de 1917, e o surgimento de algumas grandes unidades industriais no Brasil, agrupando centenas de trabalhadores na mesma fábrica, influenciaram na expansão dos relativamente bem-organizados comunistas. Sua atividade sindical foi crescente a partir de 1925, apesar de o partido ter permanecido ilegal entre 1922 e 1927. No entanto, mesmo nesse período, o partido chegou a ter uma representação política, através do Bloco Operário e Camponês, que não apenas elegeu alguns representantes para funções legislativas como também chegou a apresentar um candidato para as eleições presidenciais de 1930, o operário-marmorista Minervino de Oliveira.

A classe média

Sendo um grupo basicamente urbano, a classe média apresentava uma tendência natural de se opor ao regime oligárquico. Vítima da inflação provocada pelas sucessivas valorizações do café e sem participação política devido ao predomínio da fraude eleitoral e do voto rural (parcela decisiva

do eleitorado ainda em 1930), conservadora e moralista, a classe média criticava a fraude e defendia o voto secreto, além de repudiar o poder dos coronéis. Em princípio, compartilhava com a burguesia os mesmos valores (intelectuais e sociais), mas tinha dificuldade em se expressar politicamente, não originando um partido político e evitando manifestações mais radicais como greves, por exemplo. Na verdade, temia as massas tanto quanto a elite.

Entretanto, sua insatisfação com o regime acabava se transferindo para o exército, cujos oficiais, alguns deles provenientes desse setor, levavam para a instituição os desejos e projetos da classe média. Na década de 20, surgiu um movimento em meio à jovem oficialidade do exército, o tenentismo, que rapidamente atraiu o apoio de setores sociais urbanos.

O tenentismo

Se, por um lado, a insatisfação dos tenentes com o regime político da República Velha coincidia com a da classe média e, às vezes, até se originava dela, por outro, não podemos caracterizar o movimento tenentista como forma de representação e defesa dos interesses dessa classe. Muitas das características e propostas tenentistas iam muito além das pretensões da classe média (por exemplo, a idéia de centralização política ou o elitismo do movimento).

“É muito comum ouvir-se a afirmação de que os ‘tenentes’ foram os representantes da classe média urbana. Ela é explicável pela aparente analogia entre setores intermediários da sociedade e do Exército e pelo inegável prestígio do ‘tenentismo’ na população urbana até o fim da década de 20. Entretanto, considerar o ‘tenentismo’ um movimento representativo da classe, seria uma simplificação de sua natureza. Do ponto de vista da origem social, os ‘tenentes’ provinham em sua maioria de famílias militares ou de ramos empobrecidos de famílias da elite do Nordeste. Muito poucos foram os recrutados entre a população urbana do Rio ou de São Paulo. Acima de tudo, devemos lembrar que os ‘tenentes’ eram tenentes, ou seja, integrantes do Exército. Sua visão de mundo formou-se sobretudo por sua socialização no interior das forças armadas. Essa visão era específica deles, assim como as queixas contra a instituição de que faziam parte.

Descontados alguns apoios, os ‘tenentes’ acabaram enfrentando o governo praticamente sozinhos. Não conseguiram arrastar o Exército atrás de si. Nenhum setor ponderável da elite civil até 1930 mostrou-se disposto a jogar uma cartada tão radical. Radical não por seu conteúdo, mas por seu método: a confrontação armada.”

(FAUSTO, Boris, Obra citada, p. 315.)

As origens do movimento tenentista ligam-se às mudanças ocorridas no interior do próprio exército: a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada em 1904 e, em 1911, criou-se a Escola Militar do Realengo. A primeira destacara-se, desde o final do Império (ver capítulo 9), por formar oficiais dotados de sólida base filosófica, isto é, positivista. As “gerações” de oficiais formados tinham grande preocupação com questões nacionais e

não apenas as necessariamente militares. Já o ensino no Realengo tinha outro caráter, eminentemente técnico. A própria eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 e as transformações técnicas daí decorrentes impunham uma maior profissionalização das novas gerações de oficiais formados a partir do final da década de 1910.

Esses jovens oficiais preocupavam-se com a situação do exército e com o virtual abandono a que a instituição estava relegada pelo governo oligárquico. A estrutura da carreira militar também gerava descontentamento, com a ascensão aos quadros superiores sendo submetida a restrições políticas e não necessariamente profissionais. Ao mesmo tempo, rejeitavam-se os oficiais da “velha guarda”, isto é, as altas cúpulas militares ligadas ao governo, segundo os tenentes, corrompidas.

Pretendiam livrar as Forças Armadas de influências tão nefastas, mas isso passava necessariamente pela mudança política. Muito embora os tenentes concordassem com a necessidade de mudança por meio da revolução, pouco se discutia a respeito do que fazer após a revolução. Os tenentes agiam muito e falavam pouco: seu silêncio era reflexo da falta de um projeto consistente para o Brasil. Eram portadores de uma “ideologia difusa, baseada em um vago reformismo” (Boris Fausto); propunham a moralização do país, por meio do voto secreto e de maior centralização política, eliminando assim o excessivo poder das oligarquias e dos “coronéis”. Defendiam ainda a criação do ensino obrigatório. Na verdade, não rejeitavam o sistema republicano (e muito menos o capitalismo como um todo), mas apenas os “homens errados” que controlavam a República brasileira. Colocando-se o homem certo no lugar certo e realizando umas poucas reformas, os problemas do Brasil estariam solucionados.



Tropa reunida em 1912 na Escola Militar do Realengo, de grande importância na gênese do movimento tenentista.

Ao idealismo inocente e até romântico dos tenentes, deve-se acrescentar uma enorme dose de elitismo, uma vez que os próprios tenentes se julgavam os homens certos para resolver os problemas do país: era o ideal de “salvação nacional”.

Podem-se perceber claramente as deficiências e a fragilidade do movimento no plano das idéias. No entanto, as revoltas tenentistas representaram o principal elemento de ameaça ao regime oligárquico a partir da década de 20.

O governo de Artur Bernardes (1922-26)

Em 1918, o então presidente Venceslau Brás, mineiro, deveria ter sido substituído pelo paulista Rodrigues Alves, que retornaria à presidência da República. Dentro dos princípios da política do café-com-leite as eleições daquele ano foram devidamente fraudadas para dar vitória ao paulista. No entanto, a morte do presidente eleito, provocada pela gripe espanhola – então um surto mundial –, acabou levando interinamente à presidência o vice, Delfim Moreira, que, conforme previsto na Constituição, realizou novas eleições. As oligarquias paulista e mineira concordaram em apoiar o paraibano Epitácio Pessoa, com a retomada da política do café-com-leite a partir de sua sucessão.

Para as eleições de 1922, São Paulo e Minas lançaram a candidatura de Artur Bernardes. Os estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que ocupavam um papel secundário na vida política nacional nesse período, partiram para uma candidatura alternativa: desafiando as oligarquias dominantes, organizaram o movimento chamado Reação Republicana, tendo como candidato o político fluminense Nilo Peçanha. O advento de uma dissidência oligárquica fez das eleições de 1922 uma verdadeira disputa, caso raro na República Velha.

Interessados no voto urbano, Nilo Peçanha e a Reação Republicana passaram a pregar a moralização dos costumes políticos, numa flagrante contradição com as origens oligárquicas do movimento. De qualquer maneira, sensibilizaram parte do crescente eleitorado urbano. A disputa se acirrou ainda mais com a tomada de posição da imprensa, ora apoiando um, ora outro. Em outubro de 1921, o jornal carioca *Correio da Manhã* passou a publicar uma série de cartas atribuídas a Artur Bernardes, nas quais o candidato criticava o exército, afirmando a existência de corrupção e imoralidade na instituição.

O episódio ficou conhecido como o das “cartas falsas” e, por mais que a fraude tenha sido posteriormente apurada, criou-se um grande mal-estar entre os jovens oficiais do exército – os tenentes – e o político mineiro.

Realizadas e, como sempre, fraudadas as eleições, declarou-se a vitória de Artur Bernardes em março de 1922. A máquina coronelística, controlada predominantemente por São Paulo, Minas e seus aliados, venceu mais uma vez. Apesar de todo o descontentamento no meio militar, a posse do novo presidente foi marcada para novembro daquele ano. Reagindo à vitória de Bernardes e tentando impedir sua posse, no dia 5 de julho de 1922 sublevou-se um grupo de oficiais do exército no forte de Copacabana, na primeira grande rebelião tenentista.

"A eclosão do tenentismo é a revolta do forte de Copacabana, de 5 de julho de 1922, contra a posse do presidente eleito, quando um grupo de jovens oficiais se levanta e parte para a luta: esta é de breve duração, mas faz algumas vítimas. O protesto fica como ato de indisciplina de um grupo que vai dar o que falar. Na verdade, pensara-se numa revolução, malograda pela incompetência dos organizadores. Não se passou das conversas aos atos, pela ausência de rigor em tudo. Devia ser geral e acabou reduzida às guarnições de Mato Grosso e do Rio de Janeiro. Sem eficácia, fica só no combate armado de poucos, tanto que o episódio é conhecido como o dos Dezoito do Forte. Teve, contudo, o dom de acender os ânimos de descontentes com a situação e que continuam a agir, alimentando novas conspirações.

Emergia o tenentismo. Ele dará a nota da renovação política, não eventuais disputas de poder e cargos."

(IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. p. 223.)



A marcha dos tenentes em Copacabana, liderados por Eduardo Gomes e Siqueira Campos. Observe a presença de um civil no meio do grupo.

O governo de Artur Bernardes caracterizou-se por intensa agitação política e militar. O presidente reeditou as "salvações" de Hermes da Fonseca, promovendo intervenções nos estados que não o apoiaram nas eleições, principalmente Rio de Janeiro e Bahia.

Em 1923, explodiu a **Revolução Gaúcha**. Seu estopim foi a eleição do velho político "pica-pau", isto é, pertencente ao Partido Republicano Rio-grandense, Borges de Medeiros, para o governo do estado pela quinta vez consecutiva. Os "maragatos", liderados por Assis Brasil, levantaram-se contra a reeleição de Borges de Medeiros, inclusive tendo recebido o apoio do presidente da República. A solução para o conflito só veio após meses de intensos combates, quando os dois lados firmaram o pacto de Pedras Altas, que estabelecia que, concluído o mandato de Borges de Medeiros, ficava proibida a reeleição para governador no estado. Abria-se, assim, espaço para uma nova geração de políticos gaúchos, dentre os quais logo se destacariam Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Getúlio Vargas.

No governo de Artur Bernardes, o desgaste do regime oligárquico tornou-se evidente, devido tanto às pressões externas – sobretudo rebeliões tenentistas – quanto à própria crise interna – multiplicavam-se as dissidências oligárquicas nos níveis federal e estadual.

Em 1924, mais precisamente em julho, iniciou-se a segunda grande revolta tenentista, a **Revolução Paulista de 1924**. Mais uma vez, o movimento deveria ter tido um caráter nacional, mas permaneceu limitado a uns poucos focos, notadamente no Rio Grande do Sul, Amazonas e na cidade de São Paulo. Neste local, unidades do exército, com o importante apoio de elementos da poderosa Força Pública do estado, sublevaram-se, tomando pontos estratégicos da cidade e atacando o palácio dos Campos Elísios, sede do governo estadual. O governador Carlos de Campos fugiu após violentos combates. No comando do movimento estava o general Isidoro Dias Lopes, secundado por Miguel Costa.

O documento transcrito abaixo demonstra claramente as limitações do tenentismo. O movimento era elitista por excelência, rejeitando a participação popular. À população pedia-se apoio, compreensão e, principalmente, passividade frente a uma revolução que seria feita sem ela. Além disso, a preocupação maior estava em garantir os interesses das elites, tudo se fazendo para “restabelecer a vida normal” e não necessariamente criar algo novo.

Instalou-se um governo provisório sob Isidoro, que logo divulgou o seu primeiro boletim:

“Ao povo:

O movimento revolucionário, em seu primeiro ato de Governo, com a absoluta preocupação de restabelecer a vida normal da cidade, tomou providências energicas no sentido de garantir à população a sua maior segurança, ordem e paz. Recomenda a todos que se recolham às suas residências e se mantenham em calma, evitando distúrbios, correrias, saques e mais depredações. Aguardem com inteira confiança a ação do Governo provisório já constituído, a fim de que as coisas voltem aos seus lugares no menor tempo possível. O policiamento de São Paulo será restabelecido imediatamente, sendo a guarda da cidade feita por soldados de cavalaria.

Aquele que for apanhado em atitude desordeira, fazendo depredações, será incontinenti preso e punido. Os senhores negociantes estão obrigados a manter os preços comuns, caso contrário novas providências serão tomadas nesse sentido.

O Governo provisório.

São Paulo, 9 de julho de 1924.”

(In MEIRELLES, Domingos. As noites das grandes fogueiras. Rio de Janeiro, Record, 1995, p. 97.)



A Revolução Paulista de 1924, o mais sério levante tenentista, acabou por levar à formação da Coluna Prestes.

A reação do governo federal foi violenta: a cidade de São Paulo foi cercada e iniciou-se um pesado bombardeio, que acabou por atingir os bairros mais pobres da cidade, como o Brás, bairro operário. Pressionados pelo poder de fogo governamental e tratados com desconfiança cada vez maior por um operariado a quem não se oferecia participação, mas que pagava em vidas a revolução, os rebeldes decidiram abandonar a cidade. No dia 27 de julho furou-se o bloqueio do exército e os rebeldes passaram a se deslocar rumo ao oeste, na direção do norte do Paraná, fronteira com o Paraguai e a Argentina.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, Luís Carlos Prestes, com o apoio de João Alberto, levantou algumas unidades militares do interior do estado e organizou uma coluna armada que se dirigiu para o norte, para encontrar os paulistas. Em abril de 1925, paulistas e gaúchos encontraram-se próximos a Foz do Iguaçu, sempre fustigados por forças governamentais. Seguindo uma sugestão de Prestes, os revolucionários se dividiram em dois grupos: enquanto um deles, liderado pelo general Isidoro, buscou refúgio político

na Argentina e Paraguai, o outro continuou a luta, sob o comando de Miguel Costa e Luís Carlos Prestes. Originou-se assim a **Coluna Prestes**, que, após um desvio pelo território paraguaio, retornou ao Brasil por Mato Grosso e iniciou sua marcha pelo interior.

Durante quase dois anos, isto é, até fevereiro de 1927, a coluna percorreu algo em torno de 25 mil quilômetros, passando por onze estados, e sempre evitando o confronto direto com as tropas governamentais, quase sempre em maior número. Nas palavras de Prestes: "O nosso intuito (...) era o de manter a revolução, esperando que nas capitais alguma eventualidade nos proporcionasse o ensejo para o golpe decisivo sobre a tirania opressora. Por isso evitamos choques. Não nos interessava o combate decisivo" (Citado em PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1991. p. 189.).



A coluna fez nascer um mito em torno do nome de Prestes. O “cavaleiro da esperança”, como passou a ser chamado, tornou-se um verdadeiro herói nacional, pelo menos para os grupos contrários à ordem oligárquica, notadamente setores médios urbanos. Seu grande feito foi manter a coluna ativa, invencível e capaz de sobreviver às privações de uma campanha tão desgastante. No início de 1927, os últimos sobreviventes do movimento, menos da metade dos 1 500 originais, buscaram refúgio na Bolívia, tendo à frente o próprio Prestes.

Artur Bernardes reagiu às atribulações por que passou seu governo com medidas autoritárias, como a decretação quase constante de estado de sítio, as restrições à liberdade de imprensa e a reforma constitucional de 1926, fortalecendo o poder do presidente sem contudo alterar as práticas políticas oligárquicas. De qualquer maneira, seu governo refletiu a crise do regime.

“Mas o que o observador imparcial, insistimos, poderia observar, acima de tudo, de todas as revoluções e reações, era o rápido dismantelar da estrutura republicana de 1891. Depois de quase quarenta anos de atormentada existência, o presidencialismo e o federalismo pareciam confirmar as próprias incapacidades para honesta aplicação no Brasil. Todas as suas belas concepções se tinham profundamente adúlterado na prática (...).”

Como já frisamos mais de uma vez, para viver, os Governos, sob tantos aspectos tão fortes, e tão inclinados à prepotência, precisavam recorrer constantemente ao estado de sítio, ou, o que vale o mesmo, à suspensão das garantias constitucionais das liberdades públicas. O federalismo convertera-se em estreito e intransigente regionalismo. Cada grande Estado supunha-se uma espécie de potência independente (...). Opunham-se umas às outras as várias regiões do País, como Norte e Sul. Era difícil tentar-se uma política econômica de inspiração nacional; os interesses regionais sobrepunham-se a todos os outros. Os Estados guerreavam-se entre si por meio de impostos de fronteiras, disfarçados sob vários nomes, contrariando abertamente disposições constitucionais (...). No Congresso Nacional, senadores e deputados não se dividiam por suas colorações partidárias, mas simplesmente pelos Estados a que pertenciam (...). Os políticos, desejosos de conservar o poder por qualquer forma, não hesitavam em estimular as paixões dos militares, envolvendo-os nas ásperas lutas partidárias. Na situação de inquietações gerais seria quase impossível estabelecer-se um plano qualquer de governo, nem mesmo firmar-se certa continuidade administrativa.”

(BELLO, José Mauro. *História da república*. 6. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972. p. 261.)

A Semana de Arte Moderna

No mês de fevereiro de 1922 o imponente Teatro Municipal de São Paulo foi palco da Semana de Arte Moderna. Sob vaias, assobios e apupos generalizados, um grupo de jovens artistas e intelectuais divulgaram suas novas idéias: tratava-se da inauguração do Modernismo no Brasil.

O movimento modernista tinha duas vertentes. A primeira delas, destruidora, com o objetivo de romper as amarras formais que impediam a livre manifestação cultural, criticava a submissão às correntes culturais européias e às desgastadas fórmulas artísticas então em moda, como, por exemplo, o parnasianismo na poesia. Oswald de Andrade, representante dessa postura, chegou a afirmar no palco do Teatro Municipal, na segunda noite da Semana: "Carlos Gomes é horrível!".

Havia também a vertente criadora, voltada para a investigação e a criação de novas formas de expressão. Essa vertente se debatia entre o futurismo, e sua decorrente exaltação da técnica, do movimento, da velocidade e da experimentação, inclusive lingüística; e o primitivismo, ou seja, a busca de uma expressão cultural mais "pura", não tão afetada pela civilização e, por isso mesmo, mais autêntica. Essa busca passava por investigações sobre o inconsciente, aproximando a tendência do surrealismo.

Os principais nomes do nascente Modernismo brasileiro foram Menotti del Picchia, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Cassiano Ricardo, na literatura; Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Emiliano Di Cavalcanti, na pintura; Guiomar Novais, Heitor Villa-Lobos, na música; e Victor Brecheret, na escultura.



Grupo de modernistas no Teatro Municipal. Da esquerda para a direita, Pagu, Anita Malfatti, Benjamin Peret, Tarsila, Oswald, Elsie Houston, Álvaro Moreyra, Eugênia Álvaro Moreyra.

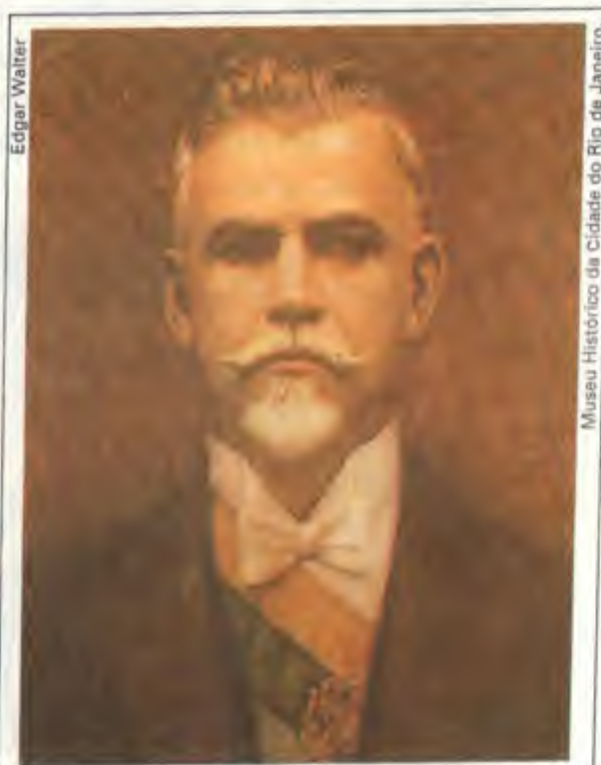
O movimento modernista como um todo apresentava uma contradição: se, por um lado, buscava o rompimento com os modelos estéticos europeus importados, por outro, o Brasil ingressava no Modernismo a partir dos padrões ditados pelas vanguardas modernistas européias, como o futurismo e o surrealismo. Dessa contradição, brotou o principal projeto estético do Modernismo nos anos 1920, o movimento antropofágico. Iniciado com a publicação do **Manifesto da Poesia Pau-Brasil**, de Oswald de Andrade (1924), os “antropófagos” aceitavam a cultura estrangeira (européia), desde que ela fosse devorada e digerida, isto é, reelaborada, a ponto de poder se transformar em produto nacional autêntico.

Finalmente, o Modernismo também originou um movimento radicalmente nacionalista, o “verde-amarelismo”, que tendia francamente para a direita xenófoba e tinha como um de seus principais expoentes o futuro líder integralista Plínio Salgado.

A Revolução de 1930

O governo de Washington Luís (1926-30)

O sucessor de Artur Bernardes na presidência da República foi o político paulista Washington Luís. Paulista “falsificado”, como se dizia ironicamente, uma vez que havia nascido no estado do Rio de Janeiro. No entanto, toda sua carreira política fora feita em São Paulo. Era considerado “moderno” e sua passagem pelo governo da capital paulista e do estado de São Paulo foi marcada, segundo o historiador Nicolau Sevcenko, pelo envolvimento em processos de racionalização administrativa, gerenciamento tecnocientífico, dando impulso à historiografia, museologia, ciências sociais, estatísticas e censos e diversas manifestações esportivas e culturais. Além disso, como prefeito, havia colocado o Teatro Municipal à disposição para a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922. Representava as oligarquias, mas não tinha dificuldade em dialogar com as massas, por mais unilateral que fosse o diálogo.



Washington Luís Pereira de Souza (1869-1957), último presidente da República Velha: sua aparente atitude modernizadora não ocultava seu compromisso com a velha ordem oligárquica.

Ao assumir a presidência, despertou otimismo decretando o fim do estado de sítio, mantido quase ininterruptamente durante o mandato de Artur Bernardes, o fechamento de prisões destinadas a presos políticos e o restabelecimento da liberdade de imprensa. No entanto, não concedeu anistia política e acabou com a recém-instaurada liberdade de imprensa em 1929, quando da aprovação da Lei Celerada. Sob o pretexto de combate ao comunismo, a lei previa inclusive penas de prisão para os responsáveis por “delitos ideológicos”.

Washington Luís lançou um plano nacional de construção de estradas de rodagem: “governar é abrir estradas” era seu lema. Contudo, seu principal projeto de governo envolvia uma reforma monetária e financeira: tratava-se da tentativa de montar um enorme depósito em ouro que pudesse servir como lastro para a moeda brasileira, fortalecendo-a perante a moeda estrangeira.

Em 1929, quebrou a bolsa de Nova Iorque, com efeitos catastróficos para a economia mundial, dando início à Grande Depressão. A economia dos Estados Unidos arruinava-se, com a queda drástica na produção industrial, além da expansão desenfreada do desemprego. O mercado norte-americano se encolhia, os capitais eram repatriados, e os efeitos se faziam sentir em todo o mundo.

O Brasil sentiu os efeitos da crise de imediato, com a queda brutal nos preços do café. Os cafeicultores buscaram, como de hábito, uma salvação junto ao governo federal. Washington Luís rejeitou qualquer auxílio, argumentando que a queda nos preços do café seria compensada pelo aumento no volume das exportações, o que, aliás, não aconteceu.



Outubro de 1929: indivíduo falido vende seu automóvel numa rua de Nova Iorque. A quebra da bolsa e a conseqüente Grande Depressão na economia mundial afetaram a cafeicultura brasileira.

A atitude de Washington Luís gerou grande insatisfação entre os cafeicultores paulistas, sua principal base de sustentação. Não se pode dizer que os cafeicultores tenham passado, a partir de então, a fazer oposição ao governo; no entanto, a sua disposição em defender o governo na eventualidade de um golpe ou revolução se viu bem diminuída.

As eleições de 1930

Para concorrer às eleições presidenciais de 1930, Washington Luís indicou o candidato paulista Júlio Prestes, contrariando assim os princípios da política do café-com-leite e desgostando profundamente a oligarquia mineira, que via no governador do estado, Antônio Carlos, o candidato natural à sucessão. Caminhava-se para mais um rompimento, e as eleições de março daquele ano foram realmente disputadas (como o foram as eleições de 1910, envolvendo Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa, e de 1922, de Artur Bernardes contra Nilo Peçanha).

Os mineiros formaram a Aliança Liberal, uma frente de oposição à candidatura oficial de Júlio Prestes. De início, ofereceram a vaga de candidato a presidente aos gaúchos, que prontamente aceitaram, lançando o nome do governador de seu estado, Getúlio Vargas. Em seguida, ofereceram a candidatura à vice-presidência a um estado menor, a Paraíba, sendo indicado João Pessoa. Naturalmente, por mais que fraudassem, os três estados não teriam como competir com os demais; sendo assim, a Aliança Liberal buscou atrair os votos dos descontentes com o regime oligárquico, que, a essa altura, não eram poucos.

“O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não-associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral, e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava nessa ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão da direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e a aplicação da lei de férias. Em evidente resposta ao presidente Washington Luís, que afirmava ser a questão social no Brasil ‘caso de polícia’, a plataforma da oposição dizia não se poder negar sua existência, ‘como um dos problemas que teriam de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos’. Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da união (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral.”

(FAUSTO, Boris. Obra citada, pp. 319-20.)

As propostas da Aliança Liberal conseguiram atrair o apoio do eleitorado urbano, de setores da burguesia ao proletariado, passando pela classe média. Enquanto isso, os tenentes, frustrados nas suas tentativas de derru-

bar o regime através da força, enxergaram no apoio à Aliança uma alternativa para a ascensão ao poder. Finalmente, o Partido Democrático (PD) apoiou a Aliança. Formado em São Paulo, em 1926, o PD defendia um



programa liberal, reformista, incluindo em suas propostas o voto secreto. Pretendia ser um partido nacional, em oposição aos partidos tradicionais da República Velha, quase todos essencialmente regionais, como o PRP, Partido Republicano Paulista, o PRM, Partido Republicano Mineiro, e outros.

Observe-se o curioso rol de alianças em torno de Getúlio Vargas. Setores sociais díspares, quando não francamente antagônicos, agrupavam-se na oposição à oligarquia dominante. Os próprios tenentes, supostamente contrários ao regime oligárquico, encontravam-se agora aliados a outros grupos oligárquicos.

A posição de Luís Carlos Prestes

Como vimos, o principal líder do tenentismo da década de 1920 foi Luís Carlos Prestes. Assim, para conseguir uma aproximação com os tenentes, era fundamental para a Aliança Liberal que Prestes assumisse uma posição clara de apoio à candidatura de Getúlio Vargas.

Encerrada a Coluna Prestes, seus sobreviventes buscaram refúgio na Bolívia. O próprio Prestes lá permaneceu por um ano, mudando-se, no início de 1928, para a Argentina, onde entrou em contato com outros líderes tenentistas exilados. Porém, antes de partir da Bolívia, Prestes

recebeu a visita de Astrogildo Pereira, dirigente do PCB, que o apresentou com livros sobre o comunismo. Além disso, o dirigente comunista tentou sensibilizar Prestes com as propostas de seu partido, não obtendo sucesso aparente. Entretanto, a partir daí iniciou-se a lenta guinada de Prestes para a esquerda.

“Eu era um homem pouco lido e com uma vontade enorme de construir um Estado justo, pondo fim às velhas oligarquias. O problema é que não sabia como conseguir isso. A Coluna foi algo importantíssimo para mim. Conheci a miséria por onde passei. Vi homens passando fome, outros sem roupa e muitos sem nenhum remédio para suas doenças. Vi homens ajoelhados no chão, esburacando o solo com facas de cozinha sem cabo. Pegavam nas lâminas das facas, estavam mais atrasados que os índios. Esse quadro terrível – seguramente nunca poderei esquecer o que vi e senti – me convenceu de que não seria a simples substituição de [Artur] Bernardes por outro que resolveria os nossos problemas (...).”

A conversa com Astrogildo Pereira foi muito boa (...), mas eu não poderia aderir imediatamente a uma ideologia que não conhecia, nem tinha certeza de que era a mais adequada para transformar a realidade brasileira. Uma opção política não é uma atitude que se toma nem se muda da noite para o dia. É preciso refletir bem porque, uma vez tomada, a opção tem que ser para a vida inteira.”

(Trechos de MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1982. pp. 37 e 39.)

Depois de algum tempo, Prestes acabou aderindo às idéias comunistas. O contato com líderes comunistas argentinos e uruguaios facilitou sua conversão. Procurado pela Aliança Liberal, Prestes repudiou a candidatura de Vargas e, em seguida, divulgou o seu manifesto de maio de 1930. Do manifesto constava:

- repúdio ao programa da Aliança Liberal e condenação dos dois grupos em luta eleitoral;
- denúncia da submissão do país aos interesses do imperialismo inglês e norte-americano, então em luta pelo domínio da América Latina;
- proposta de revolução “agrária e antiimperialista” a ser realizada pela massa dos trabalhadores;
- reforma agrária, nacionalização de empresas estrangeiras, anulação da dívida externa e estabelecimento de um governo popular e democrático.

Com o manifesto, Prestes rompia com as principais lideranças tenentistas, notadamente Juarez Távora, que respondeu violentamente às propostas de Prestes. Por outro lado, ao incorporar idéias marxistas, Prestes ofereceu ao tenentismo a possibilidade de ganhar, ao mesmo tempo, consistência teórica e base social, qualidades que o movimento jamais teve.

A decisão

As eleições ocorreram no dia 1º de março e resultaram em vitória do candidato da situação, Júlio Prestes. Em princípio, os velhos líderes oligárquicos da Aliança Liberal (Borges de Medeiros, Antônio Carlos, Artur Bernardes, João Pessoa) aceitaram o resultado, reconhecendo a vitória de Júlio Prestes e já tentando se compor com o novo presidente. Na verdade, tais grupos lutavam pela sobrevivência política, uma vez que, como já era quase tradicional na República Velha, uma eleição disputada era sempre seguida de intervenções nos estados “rebeldes” e da substituição de um grupo oligárquico por outro.

Entretanto, a geração mais jovem da Aliança, formada por líderes gaúchos e mineiros como Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos, não aceitou os resultados e começou a falar em revolução. Os próprios tenentes retomaram o seu apelo às armas, apesar da ausência de Prestes, que na época divulgava seu manifesto. Finalmente, esperava-se o apoio dos setores sociais urbanos a um eventual movimento armado.

No dia 26 de julho de 1930, ainda antes da posse do candidato eleito, foi assassinado **João Pessoa**. Os motivos do crime prendem-se a disputas locais da Paraíba. No entanto, o crime causou verdadeira comoção popular e serviu de estopim para o movimento revolucionário. Em meio à agitação popular, o político mineiro Antônio Carlos disse uma frase que bem pode caracterizar a **Revolução de 30**, que se iniciava: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Ou seja, face à inevitabilidade da revolução, as elites assumem sua liderança, para que ela não escape ao controle. Rearticulava-se a Aliança Liberal. A velha e a jovem guarda das oligarquias dissidentes, mais os tenentes em meio à intensa agitação popular.



O assassinato do João Pessoa foi o estopim da Revolução de 1930.

Inaugurando seu diário no dia 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas registrou sua insegurança:

"Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranqüilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa, e sim a responsabilidade de um ato que decide o destino de uma coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso."

(VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo/Rio de Janeiro, Siciliano/Fundação Getúlio Vargas, 1995. v. 1, pp. 4-5.)

Os combates iniciaram-se simultaneamente em Minas e no Rio Grande do Sul. No dia 4 de outubro, Juarez Távora rebelou-se no Nordeste, tendo a Paraíba como foco de irradiação. A maior parte da força revolucionária concentrava-se no Sul do país, sob comando do então coronel Góis Monteiro, onde os contingentes do exército eram mais fortes. De lá marcharam para o Rio de Janeiro, passando por São Paulo, onde esperavam os combates decisivos. No entanto, a motivação paulista, como já vimos, era bastante pequena: pegar em armas para salvar o governo Washington Luís nos seus últimos dias parecia ser um esforço exagerado para os cafeicultores paulistas, bastante abalados pelo prosseguimento da crise econômica.

Por fim, no dia 24 de outubro, o alto-comando das Forças Armadas no Rio de Janeiro deu o golpe de misericórdia no governo: os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, mais o almirante Isaías Noronha, lideraram o golpe que depôs Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. A revolução triunfara. Mais alguns dias e Getúlio Vargas era recebido no Rio de Janeiro, onde logo seria empossado presidente provisório da República.



Miguel Costa, Góis Monteiro e Getúlio Vargas, a caminho de São Paulo.

Ao analisarmos a Revolução de 30, devemos observar sua complexa base social. O novo presidente, Getúlio Vargas, agora representava as oligarquias que haviam criado uma dissidência nas eleições de 30, mas também setores sociais urbanos e o tenentismo aparentemente vitorioso dentro das Forças Armadas. Todas essas forças tinham em comum a oposição que, por algum motivo, fizeram ao último governo da República Velha. No entanto, a revolução triunfante estava longe de representar um rompimento decisivo na história do país, uma vez que a permanência de pessoas e grupos ligados à velha ordem era marcante. Basta observarmos que o próprio Getúlio fez toda sua carreira política dentro do velho esquema oligárquico.

Porém, pelo menos algo mudou no Brasil. Até então, desde a independência, os sucessivos governos brasileiros representavam os interesses de uma única categoria social, seja a aristocracia rural escravocrata do Império, seja a oligarquia cafeeira dos primeiros anos da república. Agora, o novo governo representava vários grupos distintos e uma de suas principais funções era manter a aliança que havia tornado possível seu advento. Esse era o principal objetivo de Getúlio Vargas ao iniciar o seu governo.

Questões

1. De que maneira as transformações sociais e econômicas pelas quais o Brasil passava no início do século XX geraram tensões políticas?
2. Como se explica a concentração industrial em São Paulo durante a República Velha?
3. A ideologia tenentista costuma ser definida como "difusa, baseada em um vago reformismo". Qual o significado dessa frase?
4. Quais as forças em disputa nas eleições de 1922? Compare-as às das eleições de 1910.
5. O que foi o pacto de Pedras Altas?
6. De que forma a Revolução Paulista de 1924 está ligada à Coluna Prestes (1925-1927)?
7. Quais as principais vertentes políticas do movimento modernista inaugurado em 1922 com a Semana de Arte Moderna?
8. Quais as forças em disputa nas eleições de 1930? Compare-as às de 1910 e 1922.
9. Caracterize o programa de governo da Aliança Liberal de 1930, indicando as inovações propostas e suas limitações como instrumento de efetiva transformação do país.
10. Qual a posição de Luís Carlos Prestes frente às eleições de 1930?
11. Explique a frase do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, diante da iminência da Revolução em 1930: "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

UNIDADE III — O APOGEU DO DOMÍNIO OLIGÁRQUICO NO BRASIL

ATIVIDADES EM HISTÓRIA

1. Pesquise as biografias do Padre Cícero e de Antônio Conselheiro. Elabore um quadro, comparando suas áreas de atuação, suas posturas políticas e sociais, enfatizando as semelhanças e diferenças.
2. **Trabalho interdisciplinar de história e educação artística**
Faça um trabalho sobre as mudanças nas paisagens das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir dos processos de industrialização e urbanização verificados nas primeiras décadas do século XX.
3. Leia atentamente os dois textos abaixo sobre a Revolta de 1904:

Texto 1 (Comandante da Força Policial do Rio de Janeiro)

“Aqui e ali, em vários pontos, pode-se dizer que simultaneamente, ao mesmo tempo, bandos de indivíduos educados na escola do vício e da malandragem, afeitos ao crime, vagabundos, desordeiros profissionais, malfeitores dos mais perigosos, a que se juntaram mulheres da mais baixa condição, ébrias e maltrapilhas obedecendo uns e outras, evidentemente, a um sinistro plano da Maldade, em cumprimento de ordens que deveriam ser executadas à risca, cometiam toda a sorte dos mais graves atentados...”

Texto 2 (Lima Barreto, escritor)

“Havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno-burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas...”

(...)

O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. São independentes, não há um chefe geral nem um plano estabelecido. Numa esquina, numa travessa, forma-se um grupo, seis, dez, vinte pessoas diferentes, de profissão, inteligência e moralidade. Começa-se a discutir, ataca-se o Governo, passa o bonde e alguém lembra: vamos queimá-lo. Os outros não refletem, nada objetam e correm incendiar o bonde.

(Textos extraídos de SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo, Scipione, 1993. pp. 71-2, 67.)

- a) Compare os dois textos, buscando destacar semelhanças e/ou diferenças, acrescentando suas opiniões pessoais.
- b) Procure identificar um episódio recente que tenha alguns pontos de identidade com o que foi tratado nos textos, comentando seus pontos de semelhança.

4. Trabalho interdisciplinar de história e literatura

Leia o poema abaixo de Cruz e Souza:

"Ninguém sentiu o teu espasmo obscuro,
Ó ser humilde entre os humildes seres,
Embriagado, tonto dos prazeres,
O mundo para ti foi negro e duro.

Atravessaste no silêncio escuro
A vida preso a trágicos deveres
E chegaste ao saber de altos saberes
Tornando-te mais simples e mais puro.

Ninguém te viu o sentimento inquieto,
Magoado, oculto e aterrador, secreto,
Que o coração te apunhalou no mundo.

Mas eu que sempre te segui os passos
Sei que cruz infernal prendeu-te os braços
E o teu suspiro como foi profundo!"

Procure com o seu professor de literatura informações sobre a vida e obra de Cruz e Souza, segundo Nicolau Sevcenko, "uma das mais delicadas vítimas da violência discriminatória". Em seguida, reúna dados literários e históricos que o situe na questão do racismo no início do século XX, levando em conta o poema acima. Para finalizar, destaque pontos coincidentes da nossa atualidade com o que foi levantado.

5. Tendo como ponto de partida o texto de J. M. Bello, capítulo 11, página 321, elabore um trabalho que identifique os limites do federalismo no Brasil hoje em dia. Para isso, comente o relacionamento político e econômico entre os estados e a Federação, destacando os diferentes graus de autonomia e subordinação. Para concluir o trabalho, faça comentários quanto ao ponto de vista cultural.

6. Trabalho interdisciplinar de história e literatura

Faça um trabalho sobre as manifestações do modernismo no seu município, estado ou região. Procure junto ao seu professor de literatura informações sobre os principais personagens locais ou regionais do movimento. Se for o caso, aponte locais próximos onde existam obras, monumentos ou exposições modernistas nas artes plásticas (pintura, arquitetura, escultura).

7. Sugestões de filmes/documentários.

- *Canudos* (1978, dir. Ipojuca Pontes);
- *Coronel Delmiro Gouveia* (1978, dir. Geraldo Sarno);
- *Revolução de 30* (1980, dir. Silvio Back);
- *Gaijin: Caminhos da liberdade* (1980, dir. Tizuka Yamazaki);
- *Memória do cangaço* (1968, dir. Paulo Gil Soares).

EXERCÍCIOS DE VESTIBULARES

1. (Vunesp) "A Guerra chegara ao fim. As cidades, as vilas, as aldeias estavam despovoadas. Sobrevivera um quarto da população – cerca de duzentas mil pessoas – noventa por cento do sexo feminino. Dos vinte mil homens ainda com vida, setenta e cinco por cento eram velhos acima de sessenta anos ou garotos menores de dez anos. Os próprios aliados ficaram abismados com a enormidade da catástrofe, a maior jamais sucedida num país americano." (Mânlio Gancogni e Ivan Boris.)

O texto refere-se ao conflito externo em que se envolveu o Império brasileiro, conhecido como a Guerra

- a) da Cisplatina.
 - b) do Chaco.
 - c) de Canudos.
 - d) do Paraguai.
 - e) dos Farrapos.
2. (Cesgranrio) As leis abolicionistas, a partir de 1850, podem ser consideradas como o nível político da crise geral da escravidão no Brasil, porque:
- a) A Lei Eusébio de Queirós (1850) proibiu o tráfico quando a necessidade de escravos já era declinante, face à crise da lavoura.
 - b) O sucesso das experiências de parceria acelerou a emancipação dos escravos, crescendo um mercado de mão-de-obra livre no país.
 - c) A Lei do Ventre Livre (1871) representou uma vitória expressiva do movimento abolicionista, tornando irreversível o fim da escravidão.
 - d) As sucessivas leis emancipacionistas foram paralelas à progressiva substituição do trabalho escravo por homens livres.
 - e) A Lei Áurea, iniciativa da própria Coroa, visava garantir a estabilidade e o apoio dos setores rurais ao Império.

3. (U.E. Londrina-PR) Considere os seguintes itens:

- I) decadência da aristocracia tradicional;
- II) aspirações das diferentes camadas sociais que exigiam mudanças significativas;
- III) instituição do padroado e do beneplácito, que agradou aos diversos setores do clero;
- IV) falta de consciência política do exército que se transformou em aliado do imperador;
- V) aparecimento de uma aristocracia cafeeira mais dinâmica, moderna, rica e poderosa.

A crise do Império se deve a uma série de fatores que, interagindo, levaram à mudança do regime. Assinale a alternativa que reúne corretamente esses fatores.

- a) I, II e V
- b) I, III e IV
- c) I, III e V
- d) II, III e IV
- e) II, IV e V

4. (U.E. Londrina-PR) "A autonomia das províncias é para nós mais que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira."

O texto identifica um dos princípios que norteou, no Brasil,

- a) a política desenvolvimentista.
- b) o movimento republicano.
- c) a semana de 22.
- d) a campanha tenentista.
- e) o regime absolutista.

5. (UFMG) Leia o texto.

"... consideram-se os senhores de engenho a parte mais importante e de mais prestígio da população da Bahia; eles próprios se julgam a nobreza do país, e, por sua extraordinária riqueza, ocupam os primeiros postos nas milícias, as quais aqui são muito bem organizadas. (...) Como as milícias da cidade são constituídas pela gente melhor e mais úteis do que a polícia, porque esta é impotente, age sem consequência, por falta de meios e por causa da grande quantidade de negros, que podem ser contratados para qualquer mau intuito."

(Spix & Martius, *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981. v. 2, p. 153.)

O trecho do relato dos viajantes Spix e Martius refere-se

- a) à formação de contingentes militares profissionalizados por influência da Guerra do Paraguai;
 - b) à generalização de exércitos particulares de jagunços que serviam aos senhores de engenho;
 - c) ao embrião de uma estrutura paramilitar que ajudava no controle da ordem política e social;
 - d) ao recrutamento de grande número de escravos para integrar os contingentes policiais.
6. (UnB-DF) A respeito da relação entre o republicanismo e o positivismo do exército brasileiro, no final do século XIX, julgue os itens seguintes.
- (0) A **Questão Militar** foi a mais relevante crise justificadora da queda da monarquia.
 - (1) O final da Guerra do Paraguai, em 1870, provocou, ao mesmo tempo, a institucionalização do exército e o descontentamento deste frente ao regime.
 - (2) A fundação do Clube Militar, em 1887, aglutinou os setores oposicionistas do exército e preparou a sua entrada organizada na área política, por meio da defesa de uma espécie de **ditadura republicana**.
 - (3) Os velhos oficiais sentiam-se responsáveis por uma **missão salvadora** e pretendiam corrigir os vícios da organização política e social do país.
7. (Cesgranrio) A proclamação da República, em 1889, está ligada a um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil, a partir de 1870, dentre as quais se inclui:
- a) a universalização do voto com a reforma eleitoral de 1881, efetivada pelo Partido Liberal.
 - b) o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro e de São Paulo, criando uma classe operária combativa.
 - c) a progressiva substituição do trabalho escravo, culminando com a abolição em 1888.
 - d) a concessão de autonomia provincial, que enfraqueceu o governo imperial.
 - e) o enfraquecimento do exército, após as dificuldades e os insucessos durante a Guerra do Paraguai.

8. (Fuvest-SP) Com a instalação da república no Brasil, algumas mudanças fundamentais aconteceram. Entre elas, destacam-se
- a) a militarização do poder político e a universalização da cidadania.
 - b) a descentralização do poder político e um regime presidencialista forte.
 - c) um poder executivo frágil e a criação de forças públicas estaduais.
 - d) a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e a instituição do voto secreto.
 - e) a fundação do Banco do Brasil e a descentralização do poder político.
9. (Fuvest-SP) O descontentamento do exército, que culminou na Questão Militar no final do Império, pode ser atribuído:
- a) às pressões exercidas pela Igreja junto aos militares para abolir a monarquia.
 - b) à propaganda do militarismo sul-americano na imprensa brasileira.
 - c) às tendências ultra-democráticas das Forças Armadas, que desejavam conceder maior participação política aos analfabetos.
 - d) à ambição de iniciar um programa de expansão imperialista na América Latina.
 - e) à predominância do poder civil, que não prestigiava os militares e lhes proibia o debate político pela imprensa.
10. (Fuvest-SP) Quintino Bocaiuva, pouco antes da proclamação da República, disse:
- “Sem a Força Armada ao nosso lado, qualquer agitação de rua seria não só um ato de loucura... mas principalmente uma derrota de rua antecipada”.
- A propósito da participação dos militares na proclamação da República, pode-se afirmar que
- a) o republicanismo era um movimento uniforme, articulado em torno de proposições como a de uma aliança sólida e permanente com os militares.
 - b) Silva Jardim e Benjamim Constant eram partidários de uma revolução popular, apoiada pelos militares, visando universalizar a cidadania.
 - c) a pluralidade de propostas políticas e sociais existentes se traduzia em divergências variadas, como o papel dos militares na eclosão do movimento.
 - d) revela o desinteresse de todas as lideranças do exército com relação à questão da cidadania, da adesão popular e da participação democrática.
 - e) o republicanismo brasileiro foi inspirado pelos EUA, onde os militares desempenharam um papel preponderante na criação do regime republicano.
11. (Fuvest-SP) “A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana (1891) era particularmente discriminatória, pois, ao mesmo tempo retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial, e exigia para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer...”

(Os bestializados. José Murilo de Carvalho.)

- a) Que relação o texto estabelece entre ensino público e exercício da cidadania política durante a Primeira República (1889-1930)?
- b) O que a atual Constituição dispõe a respeito dessa relação?

12. (UFMG) Todas as alternativas apresentam afirmações corretas sobre Canudos, **exceto**
- A participação da população campesina foi tomada como uma ameaça à ordem latifundiária vigente.
 - A vitória das forças policiais e do exército garantiram, desde o início, a posição das autoridades.
 - O anti-republicanismo de Antônio Conselheiro fez Canudos parecer um pólo de reação monárquica.
 - O messianismo ameaçava a posição da Igreja no sertão da Bahia.
13. (UFMG) Em 1893, o peregrino Antônio Conselheiro se instalou, com seus seguidores, na fazenda abandonada de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, no nordeste da Bahia.
- Todas as alternativas apresentam afirmações corretas sobre o movimento de Canudos, **exceto**
- A república proclamada em 1889 mostrou a sua face ditatorial na crieza com que massacrou Canudos, onde praticamente não deixou sobreviventes.
 - Belo Monte ou Canudos foi criado como refúgio sagrado contra as secas da região e as leis seculares da república.
 - Canudos se destacou, entre outros movimentos messiânicos da época, pela oposição frontal à monarquia e pela adoção da república como sistema de governo.
 - Euclides da Cunha, enviado ao *front* como correspondente de *O Estado de S. Paulo*, escreveu uma série de reportagens, ponto de partida para *Os sertões*.
 - O exército brasileiro utilizou, para reprimir o movimento, o que havia de mais moderno, na época, em armamentos, como canhões Krupp e bombas de dinamite.
14. (PUC-SP) Tendo em vista o processo de transformação da vida social e econômica, no Sudeste brasileiro, no final do século XIX e início do século XX, relacione o desenvolvimento e expansão da economia cafeeira aos seguintes aspectos:
- imigração européia;
 - crescimento das cidades.
15. (U.E. Londrina-PR) Província do Império durante 35 anos, o Paraná empregou esse período, sob a direção de numerosos presidentes nomeados pelo governo central, na criação e desenvolvimento dos núcleos urbanos e sobretudo na instituição de uma economia que, até a Revolução de 1930, se apoiava em duas indústrias extrativas:
- do café e do milho.
 - da soja e do trigo.
 - do mate e da madeira.
 - da mamona e do amendoim.
 - do algodão e do feijão.
16. (Cesgranrio) A industrialização brasileira no início do século XX é definida como um "processo de substituição de importações", como pode ser observado na:
- relação entre o crescimento da indústria e o declínio das vendas do café, após o Convênio de Taubaté.
 - instalação de empresas multinacionais no Brasil, desde o século XIX, atraídas pelo fim da escravidão.

- c) adoção de políticas protecionistas, desde o Império, tornando proibitivas as importações.
- d) transferência maciça de mão-de-obra industrial e capitais norte-americanos para o Brasil.
- e) expansão industrial, durante a Primeira Guerra Mundial, quando ficaram restritas as importações pelo Brasil.

17. (Fatec-SP) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Após a abolição, a agricultura definhou no vale do Paraíba pela falta de mão-de-obra e de racionalização da lavoura.
- b) O Convênio de Taubaté de 1906 favorecia os pequenos produtores cafeeiros, enquanto criava dificuldades para os grandes fazendeiros.
- c) Instituída a forma federativa de governo, os anos que vão da proclamação da República aos primeiros do quadriênio Campos Sales (1889-1900) definem-se, ao nível político, pela luta em torno da formação das estruturas de dominação nos estados.
- d) Foi no período de Campos Sales que se consolidou a estrutura política das oligarquias estaduais, conhecida como “política dos governadores”, sob cuja égide fluiu a república até 1930.
- e) A descentralização do poder político no Brasil se verificou particularmente com a proclamação da República, em 1889.

18. (Cesgranrio) A identificação dos governos da República Velha com os interesses da economia cafeeira pode ser expressa pelo(a):

- a) financiamento, através do Banco do Brasil, para o plano de novas lavouras, no Encilhamento.
- b) estatização das exportações, com o objetivo de garantir os preços, durante a Primeira Guerra Mundial.
- c) adoção de uma política de valorização, reduzindo a oferta do produto, a partir do Convênio de Taubaté.
- d) controle da mão-de-obra camponesa e apoio à imigração, com a Lei Adolfo Gordo.
- e) isenção de tributos assegurada no programa de estabilização de Campos Sales.

19. (Fuvest-SP) “Naquela época não tinha maquinaria, meu pai trabalhava na enxada. Meu pai era de Módena, minha mãe era de Carpi e ficaram muito tempo na roça. Depois a família veio morar nessa travessa da avenida Paulista; agora está tudo mudado, já não entendo nada dessas ruas.”

Esse trecho do depoimento de um descendente de imigrantes, transcrito na obra *Memória e sociedade*, de Ecléa Bosi, constitui um documento importante para a análise

- a) do processo de crescimento urbano paulista no início do século atual, que desencadeou crises constantes entre fazendeiros de café e industriais.
- b) da imigração europeia para o Brasil, organizada pelos fazendeiros de café nas primeiras décadas do século XX, baseada em contratos de trabalho conhecidos como “sistema de parceria”.
- c) da imigração italiana, caracterizada pela contratação de mão-de-obra estrangeira para a lavoura cafeeira, e do posterior processo de migração e de crescimento urbano de São Paulo.
- d) do percurso migratório italiano promovido pelos governos italiano e paulista, que organizavam a transferência de trabalhadores rurais para o setor manufatureiro.
- e) da crise da produção cafeeira da primeira década do século XX, que forçou os fazendeiros paulistas a desempregar milhares de imigrantes italianos, acelerando o processo de industrialização.

20. (Fuvest-SP) A política do café, durante a Primeira República,
- a) chegou ao auge do protecionismo com o Convênio de Taubaté, passando depois a reger-se pelas leis do mercado.
 - b) procurou atender aos interesses dos cafeicultores através de constantes medidas de proteção ao produto.
 - c) pode ser equiparada à de outras produções agrícolas, todas elas amparadas por Planos de Defesa.
 - d) atendeu exclusivamente aos interesses dos grandes grupos internacionais, através dos Planos de Defesa.
 - e) foi dirigida pelo governo do estado de São Paulo, enquanto o poder federal mantinha uma atitude distante e neutra.

21. (U.E. Londrina-PR) "... essa foi a época em que, numa palavra, a antiga colônia segregada e vegetando na mediocridade do isolamento se moderniza e se esforça por sincronizar sua atividade com o mundo capitalista contemporâneo."

No Brasil, a época a que o texto se refere pode estar associada com

- a) café, imigração e urbanização.
 - b) algodão, manufatura e exportação.
 - c) ouro, escravidão e ruralização.
 - d) tabaco, meação e industrialização.
 - e) açúcar, parceria e abolição.
22. (U.E. Londrina-PR) No Brasil, o acontecimento que teve início em 1912 e que opôs os habitantes pobres da região situada entre os rios Uruguai, Pelotas, Iguaçu e Negro às forças oficiais ficou conhecido como
- a) Guerra dos Canudos.
 - b) Revolta da Armada.
 - c) Guerra do Contestado.
 - d) Revolução Farroupilha.
 - e) Pacto das Pedras Altas.

23. (UFMG) Analise o texto:

"(...) dentro da ordem constitucional, deverão ser garantidos em toda a plenitude os direitos da reunião e associação, parecendo oportuno o ensaio dos tribunais arbitrais mistos, para dirimir os conflitos entre operários e patrões.

A participação dos operários nos lucros industriais em termos razoáveis constitui programa do partido que me acho filiado em Minas Gerais.

Essa participação que pode ser livremente ensaiada, evidentemente vantajosa aos operários, sê-lo-á também aos industriais, porque estimula a produção, evita ou reduz os desperdícios, barateia os custos dos produtos, diminui os motivos de greve e estabiliza o operário na fábrica."

(Plataforma apresentada pelo Sr. Dr. Artur da Silva Bernardes, lida no banquete oferecido aos candidatos da convenção de 9 de julho de 1921 no Rio de Janeiro.)

- a) Com base na leitura do texto, identifique os novos atores políticos que emergem no cenário brasileiro nessa época.
- b) Cite três medidas institucionais implementadas para reverter a instabilidade criada pela atuação da classe operária.

24. (UFMG) Leia o texto.

"*O Avanti*, jornal socialista que se publica em S. Paulo, comentando sobre a pouca concorrência que teve um comício contra os acidentes no trabalho, realizado pela União dos Sindicatos da mesma localidade, diz que se o proletariado não contribuiu para dar importância ao ato é porque está convencido da inutilidade dos meios de luta revolucionários, não alcançamos a compreender como, com o seu 'bom senso', não segue os socialistas parlamentares que há tanto tempo o convidam para guiá-lo 'pelo bom caminho justo e seguro que conduz ao triunfo'."

(Notas de Polêmica. *A Voz do Trabalhador*. Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1908. Ano 1, n. 4, p. 1.)

Esse texto é ilustrativo da oposição política entre

- a) anarco-sindicalistas *versus* socialistas utópicos.
 - b) anarco-sindicalistas *versus* socialistas.
 - c) anarquistas *versus* comunistas.
 - d) mutualistas *versus* socialistas.
 - e) socialistas *versus* comunistas.
25. (Cesgranrio) A República Velha (1889-1930) teve, na dominação oligárquica, traço marcante do seu processo político. Assinale a opção que caracteriza corretamente uma das manifestações da referida estrutura de dominação.
- a) A aliança das oligarquias dominantes com os militares "jacobinos" garantia a estabilidade do regime.
 - b) O sistema federativo garantia igualdade de representação e de força política entre os estados.
 - c) O sufrágio universal permitiu a efetiva participação dos setores urbanos, principalmente das classes médias e do operariado, no processo político.
 - d) O coronelismo foi expressão típica do domínio oligárquico, através da manipulação do processo político, no nível local, pelos grandes proprietários – os coronéis.
 - e) Movimentos sociais rurais, como o Contestado e o Cangaço, foram expressões do crescente fortalecimento do domínio oligárquico sobre as massas camponesas.
26. (UFMG) A **Política dos Governadores**, instituída no governo Campos Sales (1898-1902), significou a resolução da contradição instituída pela Constituição de 1891.
- Essa contradição se dava entre
- a) a naturalização compulsória e a livre escolha da cidadania brasileira.
 - b) a política de valorização do café e a indústria nascente.
 - c) o bicameralismo e a democracia indireta.
 - d) o federalismo e o presidencialismo.
 - e) os presidentes militares e os cafeicultores paulistas.

27. (Fuvest-SP) Caracteriza o processo eleitoral durante a Primeira República, em contraste com o vigente no Segundo Reinado,
- a) a ausência de fraudes, com a instituição do voto secreto e a criação do Tribunal Superior Eleitoral.
 - b) a ausência da interferência das oligarquias regionais, ao se realizarem as eleições nos grandes centros urbanos.
 - c) o crescimento do número de eleitores, com a extinção do voto censitário e a extensão do direito do voto às mulheres.
 - d) a possibilidade de eleições distritais e a criação de novos partidos políticos para as eleições proporcionais.
 - e) a maior participação de eleitores das áreas urbanas ao se abolir o voto censitário e se limitar o voto aos alfabetizados.
28. (Fuvest-SP) A Semana de Arte Moderna de 1922, que reuniu em São Paulo escritores e artistas, foi um movimento:
- a) de renovação das formas de expressão com a introdução de modelos norte-americanos.
 - b) influenciado pelo cinema internacional e pelas idéias propagadas nas Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.
 - c) de contestação aos velhos padrões estéticos, às estruturas mentais tradicionais e um esforço de repensar a realidade brasileira.
 - d) desencadeado pelos regionalismos nordestino e gaúcho, que defendiam os valores tradicionais.
 - e) de defesa do realismo e do naturalismo contra as velhas tendências românticas.

29. (UFMG) Leia o texto.

"Na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até o presidente da República, eram eleitos por sufrágio universal e, lá, como aqui, de há muito que os políticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador — 'o voto'. Julgavam os chefes e capatazes políticos que apurar os votos dos seus concidadãos era anarquizar a instituição e provocar um trabalho infernal na apuração porquanto cada qual votaria em um nome, visto que, em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos. Cada cabeça, cada sentença; e para obviar os inconvenientes de semelhante fato, os mesários de Bruzundanga lavravam as atas conforme entendiam e davam votações aos candidatos, conforme queriam. (...) Às vezes semelhantes eleitores votavam até com nome de mortos, cujos diplomas apresentavam aos mesários solenes e hieráticos que nem sacerdotes de antigas religiões."

(BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro, Ediouro, s.d. pp. 65-6.)

Todas as alternativas contêm afirmações que confirmam o comportamento eleitoral criticado na sátira de Lima Barreto, **exceto**

- a) O domínio político dos coronéis rurais garantia a mecânica eleitoral fraudulenta operadora através do voto de curral.
- b) O interesse das elites agrárias e a exclusão das demais classes sociais da política estavam garantidos nesse sistema político-eleitoral.

- c) O sistema eleitoral descrito como corrupto estava na base da política dos governadores, posta em prática pelas oligarquias na chamada República Velha.
- d) O sistema eleitoral fraudulento foi consolidado, no fim dos anos 20, através da ação decisiva da Aliança Liberal.
- e) O voto de cabresto era uma forma de manipulação de eleitorado seja através da compra de voto seja através da troca do voto por favores.

30. (PUC-SP) “Veja bem – abasileiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem nacionalismo... pra ser civilizado artisticamente, entrar no concerto das nações que hoje em dia dirigem a civilização da Terra, (o Brasil) tem que concorrer para este concerto com a sua parte pessoal, com o que o singulariza e o individualiza...”

(Mário de Andrade, 1924.)

O movimento modernista constitui um momento importante da vida cultural brasileira neste século. Considerando o que você aprendeu sobre a sua natureza e os materiais acima apresentados:

- a) caracterize o movimento modernista no Brasil;
- b) comente a ideia de desenvolvimento artístico expressa por Mário de Andrade.



31. (U.E. Londrina-PR) No Brasil, na denominada República Velha, as oligarquias se eternizavam no poder graças ao controle
- a) das filiações partidárias através do voto secreto.
 - b) das eleições indiretas para os cargos majoritários.
 - c) da política dos governadores e da máquina do coronelismo.
 - d) do poder moderador que privilegiava os poderes regionais.
 - e) do voto universal que permitia a participação popular.

32. (PUC-SP) “De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia.”

(BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. In: *Obras de Lima Barreto*. São Paulo, Brasiliense, 1956.)

A crítica de Lima Barreto dirige-se ao Rio de Janeiro do início do século XX, palco da “Regeneração”, movimento de reurbanização, saneamento e redistribuição espacial, comandado pelo prefeito Pereira Passos e pelo presidente Rodrigues Alves.

- a) Identifique e caracterize a insurreição que, em 1904, representou o mais forte questionamento a esse projeto de reformulação da capital federal.
- b) Analise as decorrências – visíveis até os dias de hoje – da destruição então realizada das habitações populares que havia no centro do Rio de Janeiro.

33. (PUC-SP) “Cabo de enxada engrossa as mãos... Caneta e lápis são ferramentas muito delicadas. A lida é outra: labuta pesada, de sol a sol, nos campos e nos currais... Ler o quê? Escrever o quê? Mas agora é preciso: a eleição vem aí, e o alistamento rende a estima do patrão, a gente vira pessoa.”

(PALMÉRIO, Mário. *Vila dos Confins*. p. 62.)

No texto acima, o escritor Mário Palmério faz alusões a práticas eleitorais frequentes no sistema político brasileiro em grande parte deste século. Considerando suas informações sobre essa questão e o texto apresentado,

- discuta as relações entre coronelismo e estrutura da propriedade da terra no Brasil;
 - explique o que é “voto de cabresto”.
34. (U.E. Londrina-PR) O coronelismo, fenômeno social e político típico da República Velha, embora suas raízes se encontrem no Império, foi decorrente da
- promulgação da Constituição republicana que institui a centralização administrativa, favorecendo nos estados as fraudes eleitorais.
 - supremacia política dos estados da região Sul – possuidores de maior poder econômico – cuja força advinha da maior participação popular nas eleições.
 - montagem de modernas instituições – autonomia estadual, voto universal – sobre estruturas arcaicas, baseadas na grande propriedade rural e nos interesses particulares.
 - instituição da Comissão Verificadora de Poderes que possuía autonomia para determinar quem deveria ser diplomado deputado – reconhecendo os vitoriosos nas eleições.
 - predominância do poder federal sobre o estadual, que possibilitava ao governo manipular a população local e garantir à oligarquia a elaboração das leis.
35. (UFMG) Leia o texto.

“Quando veio a revolução de 24, disparavam os canhões nas travessas da rua da Moóca. Lembro que todos os vizinhos rodeavam o Tenente Cabanas, que era muito destemido, levavam comida para os soldados, ou iam levar seu abraço. Nós víamos os petardos atravessarem as ruas; nas igrejas do Cambuci os soldados do governo acamparam e disparavam. (...)”

Os aviadores do governo tinham ordem de jogar bombas no Brás; diziam que a italianada estava a favor da revolução.”

(“Lembranças do Sr. Ariosto”. In BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – Lembrança de velhos*. São Paulo, T. A. Queiróz, 1979. p. 144.)

As lembranças relatadas no texto referem-se à

- Insurreição Armada dos Aliancistas contra Júlio Prestes.
- Rebelião tenentista chefiada por Miguel Costa e Isidoro.
- Revolta de “18 do Forte” de Copacabana.
- Revolução Constitucionalista de São Paulo.
- Revolução Federalista do Rio Grande do Sul.

36. (FGV-SP) Qual foi a maneira como as oligarquias da República Velha se valeram da "Política dos Governadores" para se manter no poder e garantir o controle pelo governo federal?
- os governadores dos estados apoiavam inúmeras emendas à Constituição Federal para garantir a centralização do poder na União;
 - através da Comissão de Verificação de Poderes, que controlava os resultados das eleições, garantia-se a representação parlamentar dos governadores alinhados com o governo federal;
 - o governo federal favorecia menos os estados cujos governadores não se alinhassem com a sua política, como quando financiou em São Paulo a valorização do café através do Convênio de Taubaté;
 - o poder da União só se interessava pelo apoio dos grandes estados, daí a pequena importância dos governadores nordestinos no sistema de poder da República Velha;
 - os governadores indicavam os ministros de Estados e os deputados federais, mediante apoio à política do governo central.

37. (PUC-SP) "É particularmente no Oeste da província de São Paulo — o Oeste de 1840, não o de 1940 — que os cafezais adquirem seu caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais no modelo clássico da lavoura canavieira e do 'engenho' de açúcar."

(HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987. p. 129.)

De acordo com o autor:

- o caráter próprio dos cafezais do Oeste de 1840 pode ser identificado, por exemplo, pela utilização de mão-de-obra predominantemente escrava, ao contrário da mão-de-obra assalariada utilizada nos engenhos.
 - a diferenciação entre o Oeste de 1840 e o Oeste de 1940 refere-se ao fato de o primeiro ser uma região de produção cafeeira e o segundo, uma região de concentração de engenhos de açúcar.
 - o modelo clássico da lavoura canavieira e do 'engenho' de açúcar significa, em geral, um apego grande do senhor de engenho à rotina rural, ao contrário da maior abertura dos cafezais do Oeste de 1840 à influência urbana.
 - a diferenciação entre o caráter próprio dos cafezais do Oeste de 1840 e o modelo clássico da lavoura canavieira explica-se, entre outros fatores, pela venda do produto dos primeiros no mercado interno e da segunda no mercado externo.
 - as formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais contrapõem-se ao caráter próprio dos cafezais do Oeste de 1840, pois as primeiras acompanharam práticas de mandonismo político local e o segundo trouxe práticas políticas democráticas.
38. (PUC-SP) "No período de 1928 existiam em São Paulo pelo menos três propostas de revelação vindas de agrupamentos políticos diferentes: o Partido Democrático, os 'tenentes' e o Bloco Operário e Camponeses."

(DECCA, E. de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 81.)

O trecho acima aponta algumas das tensões presentes no Brasil do final da década de 1920. A presença de tais propostas revolucionárias

- a) demonstra a revolta popular contra a política do café-com-leite e a preparação de um levante constitucionalista, que viria a ocorrer anos depois em São Paulo.
- b) revela o projeto político golpista resultante da atuação, no Sul do Brasil, pouco tempo antes, da Coluna Prestes-Miguel Costa.
- c) demonstra a impossibilidade de estabelecimento de um projeto comum entre os militares e civis que haviam controlado, até então, a República da Espada.
- d) revela o projeto liberal-socialista que, uma década depois, seria expresso no Estado Novo.
- e) demonstra a insatisfação político-institucional frente ao longo controle político do Estado brasileiro pelos cafeicultores paulistas organizados no PRP.

A Decadência

Oligárquica –

Ditadura e

Democracia



Laurení Fochetto

U N I D A D E

IV

A ERA VARGAS (1930-45)

O governo provisório (1930-34)

A vitória da Revolução de 1930 foi responsável por mudanças consideráveis no panorama político brasileiro. O novo governo, encabeçado por Getúlio Vargas, surgiu de um movimento que aglutinou diversas forças sociais (oligarquias dissidentes, classes médias, setores da burguesia urbana) e instituições (notadamente o exército), reivindicando participação política em um cenário dominado exclusivamente pela oligarquia cafeeira.



Reprodução/AE

Povo comemora a vitória da revolução. O governo de Getúlio Dornelles Vargas (1883-1954) foi marcado pela modernização econômica e pelo conservadorismo político (em especial até 1945).

Trata-se de uma novidade na história do país, uma vez que, desde a independência, os governos sempre representaram uma única classe ou, ao menos, fração de classe. Assim, o Estado imperial brasileiro que emergiu das lutas do período regencial representava a aristocracia rural escravocrata, enquanto a república instalada em 1889 era liderada pelo grupo cafeeiro. No novo Estado, instalado em 1930, os grupos oligárquicos (inclusive os aparentemente derrotados cafeicultores) ainda teriam um papel muito importante a representar, na verdade, um papel decisivo. No entanto, esses grupos não estariam mais sozinhos, ou seja, não mais iriam exercer o poder de forma hegemônica. Pode-se falar de uma crise do Estado oligárquico brasileiro.

Já nos primeiros momentos do governo Vargas a crise se anunciava: diversos grupos disputavam o exercício do poder, mas nenhum tinha meios para fazê-lo de forma hegemônica; abria-se espaço para a intermediação política. É a partir daí que entendemos o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas: bastante habilidoso, soube se transformar no árbitro das forças em disputa, ou ainda, no único indivíduo capaz de manter coesa a aliança que havia se formado em 1930. Vargas, entretanto, não evitaria descartar este ou aquele grupo político quando as circunstâncias o exigissem.

A composição do novo governo já refletia a necessidade de satisfazer as diversas forças por trás do poder político: gaúchos e mineiros dominavam os ministérios, destacando-se as figuras de Osvaldo Aranha (Justiça, depois Fazenda), Assis Brasil (Agricultura), Lindolfo Collor (Trabalho), Afrânio de Melo Franco (Relações Exteriores) e Francisco Campos (Educação e Saúde). Políticos do PD (Partido Democrático) e da oligarquia paraibana também ocuparam cargos no governo recém-inaugurado. Entretanto, a força desse governo se encontrava nas lideranças tenentistas que Getúlio tentou manter ao seu lado a qualquer custo.

Líderes dos tenentes foram nomeados interventores, isto é, substitutos temporários e todo-poderosos dos governadores estaduais. João Alberto foi nomeado interventor em São Paulo, para desgosto da oligarquia cafeeira; Juracy Magalhães, na Bahia, e assim por diante. Juarez Távora, por sua vez, foi nomeado “inspetor-geral do Nordeste”, com poderes tão amplos que logo passou a ser chamado de “vice-rei do Norte”.

Na verdade, o tenentismo sempre padeceu de uma doença crônica: a pobreza ideológica. Combatia a república oligárquica em nome de umas poucas reformas. Uma vez derrubado o regime antigo e adotadas as reformas, pouco restava aos tenentes. Apesar da sua força no primeiro ano da revolução, seu destino já estava traçado e seu colapso como movimento organizado era inevitável. A única alternativa para os tenentes era abraçar um programa mais amplo, como Prestes já havia feito ao se converter ao comunismo. Outros tenentes, por sua vez, iriam simpatizar com o fascismo, então em ascensão quase mundial. Formaram as Legiões Revolucionárias, buscando inclusive atrair os operários e os desempregados cada vez mais numerosos, uma vez que os efeitos da crise de 1929 se aprofundavam. Como partido, essa “ala direita” do tenentismo fundou o Clube 3 de Outubro.

“Quem são os tenentes? Que representam? Onde reside sua força? E por que Getúlio tanto se interessa em obter seu apoio, fazer-lhes tantas concessões? Os tenentes, com farda ou sem ela, representam duas grandes forças reunidas: a militar e a demagógica. Militarmente, eles dominam o exército, pela sua proximidade com a tropa, podendo a qualquer momento levantá-la. Podem fazê-lo mais facilmente que os generais. Demagógicamente, alegam ser os representantes exclusivos do ‘espírito revolucionário de 1922, 24 e 30’.”

O clube 3 de Outubro é seu Partido. Nasce de uma reunião na casa do ministro Afrânio de Melo Franco. É seu primeiro presidente o general Góis Monteiro. O clube 3 de Outubro é o principal sustentáculo do governo revolucionário. Por volta do fim de 31 o governo já está cambaleando e perdeu a confiança do povo. Os principais e angustiantes problemas, entre os quais o desemprego, permanecem onde estavam: continuam problemas à espera de solução. Como obter o apoio das massas? Fazendo concessões aos tenentes. E o que querem os tenentes? Querem o fascismo, o governo forte, a luta de morte contra o comunismo e as veleidades revolucionárias das massas.

Diz João Neves da Fontoura: 'Aqui no centro (refere-se ao Rio), Vargas admitia as manobras do clube 3 de Outubro, no qual havia gente de todos os feitios, ali predominando o bota-abaixo, a demagogia, os laivos indefiníveis entre o fascismo e o comunismo consciente ou inconsciente'.

Essa aparente mistura de fascistas e comunistas, a que se refere mal avisadamente João Neves, nada mais era que a demonstração de um espírito exaltado e inconseqüente das classes médias que não sabiam o que queriam nem para onde iam, mas que desejavam antes de tudo o poder incontrolado e a destruição dos carcomidos, dos comunistas e dos prestistas, dos quais tinham medo."

(BASBAUM, Luício. *História sincera da república*. 3. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1968. pp. 19-20.)



Os tenentes, portanto, se dividiram entre a esquerda e a direita e, com o progressivo fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas, as duas facções acabaram entrando em colapso. Mais tarde, nada restaria aos últimos tenentes senão a submissão total ao novo presidente e sua incorporação ao aparelho burocrático do novo Estado getulista, ainda em gestação no início da década de 30.

Ao mesmo tempo, Vargas buscou uma aproximação dos setores populares urbanos. No momento da construção do governo revolucionário e durante seus primeiros anos no poder, Getúlio Vargas fez apelos às classes

trabalhadoras urbanas, acenando com a possibilidade de criar benefícios e até leis favoráveis a elas. Esboçava-se o **populismo**, que logo se tornaria característica dominante da Era Vargas.

Finalmente, Vargas demonstrou sua habilidade política ao se aproximar do grupo cafeicultor, por ele derrotado na Revolução de 30. Ficava claro que, por maior que fosse o apoio social ao novo governo, pouco poderia ser feito sem os cafeicultores, que ainda formavam o grupo econômico mais poderoso do país. E, devido à própria crise, o novo presidente encontrou os mecanismos para promover sua aproximação com os paulistas.

A defesa do setor cafeeiro e o estímulo à indústria

Com objetivos eminentemente políticos (isto é, visando ao apoio dos cafeicultores), Vargas se lançou em defesa da cafeicultura, fortemente abalada pela Grande Depressão mundial desde 1929. Para isso, buscou reeditar a velha **política de valorização do café**, agora sob rígido controle do governo central através do Conselho Nacional do Café (CNC), promovendo a compra e a estocagem do produto já a partir de fevereiro de 1931. Sabemos que tal prática estava esgotada, conforme crescia a produção mundial de café e, portanto, a concorrência com o Brasil. Conseqüentemente, a valorização do café, apesar de elevar ligeiramente os preços durante certo tempo, acabou por levar à formação de estoques imensos, para os quais não havia compradores externos. Em julho de 1931, o governo decidiu-se pela eliminação física dos estoques de café, ou seja, a queima dos excedentes invendáveis. Até 1944, enquanto durou essa política de compra e queima de café, foram destruídas mais de 78 milhões de sacas (14 milhões só em 1931).



No entanto, essa política de compra e queima de café trouxe conseqüências benéficas para a economia já a curto prazo. O comprometimento do governo com a manutenção da demanda de café ajudou a manter em funcionamento a economia brasileira, pois, graças à atividade cafeeira, fo-

ram sustentadas as atividades comercial e bancária, as ferrovias e até a pequena indústria nacional; todos esses setores, de alguma maneira, dependiam dos recursos gerados pela cafeicultura. Assim, após algum tempo, o país superou com relativa facilidade a Grande Depressão da década de 30.

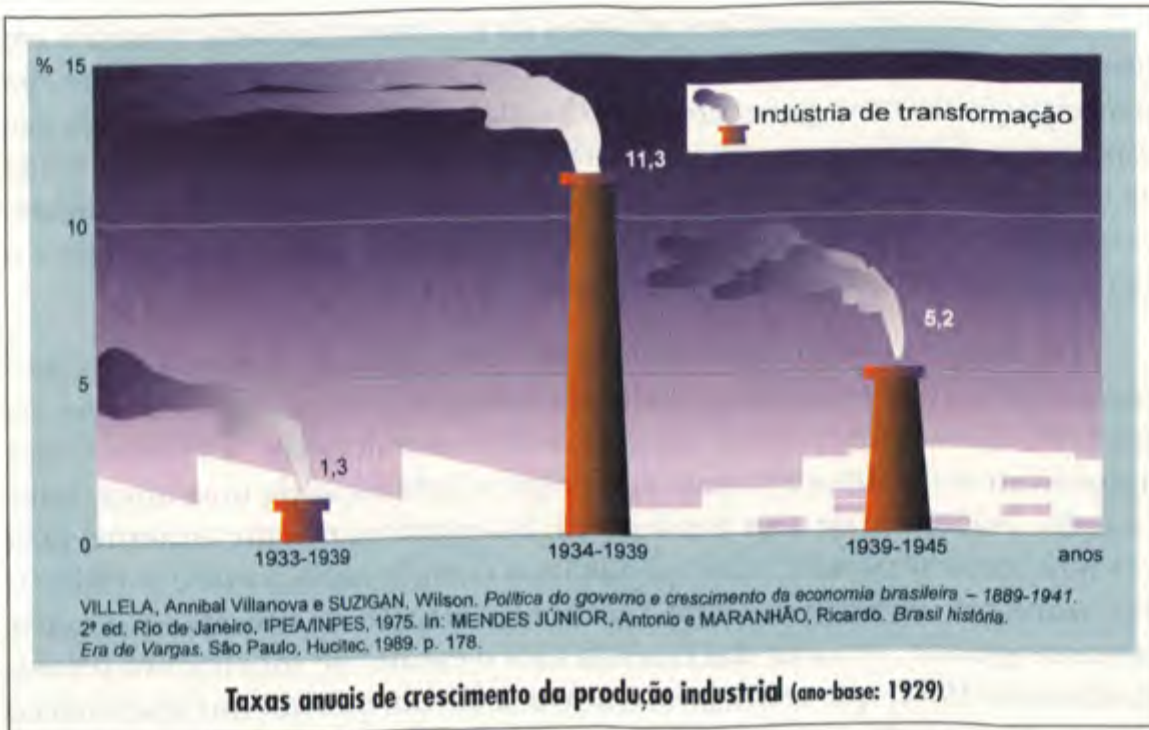
Além da cafeicultura, o setor que mais se beneficiou da política governamental foi o industrial. A economia brasileira retornou à atividade normal, enquanto grande parte do mundo ainda amargava a Depressão. Ao mesmo tempo, praticamente inexistia o ingresso de moeda estrangeira no Brasil, uma vez que o café, principal fonte de divisas, agora era vendido para o governo, que, obviamente, remunerava os cafeicultores com moeda nacional. Assim, inviabilizavam-se as importações. As emissões de papel-moeda ajudavam a desvalorizar o mil-réis, dificultando ainda mais as importações. Todos esses fatores encorajavam o desenvolvimento de uma produção industrial nacional. “Os consumidores agora procuravam fontes brasileiras para produtos que, anteriormente, compravam no exterior. Ao mesmo tempo, os investimentos, desviados para o setor de exportação, eram atraídos pelos lucros cada vez mais altos advindos da produção industrial” (Thomas Skidmore).

De fato, entre 1933 e 1939, a indústria brasileira apresentou um crescimento expressivo, principalmente nos setores menos sofisticados, como têxteis e processamento de alimentos. Nessas áreas, não apenas os investimentos necessários eram menores, como foi possível a utilização da capacidade ociosa da indústria. Como sabemos, já desde o final do século passado construía-se a base de uma indústria leve no Brasil. Essa indústria operava com capacidade ociosa desde pelo menos o final da Primeira Guerra Mundial, e foi justamente a utilização dessa capacidade que fez a produção industrial brasileira dar um salto, quase da noite para o dia, durante os anos 30.

“Foi realmente intenso o ritmo do desenvolvimento industrial a partir da crise de 1929. Do total de estabelecimentos existentes por ocasião do Censo Industrial de 1940, em número de 49 418, nada menos de 34 691 haviam sido fundados depois de 1930, sendo que 26 881 entre 1933 e a data do Censo. Não obstante o Censo Industrial de 1940 indicar que 56,4% dos estabelecimentos recenseados ocupavam menos de 5 pessoas é inegável a expansão industrial no período 1933-39. Mas, do ponto de vista dos índices e fatores de transformação – técnica, transporte, preços – os resultados não foram tão positivos. O aumento da produção não determinava a qualidade; ao contrário, prevaleciam as limitações estruturais que caracterizavam nossa indústria na década de 1920. A passagem fundamental da indústria de consumo para a indústria de base se fazia de modo extremamente lento e pouco sensível.”

(MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil história: Texto e consulta*. São Paulo, Hucitec, 1991. v. 4, pp. 172-3.)

Observe o gráfico a seguir com a evolução da produção industrial brasileira. O crescimento acelerado da década de 30 vai ser limitado a partir de 1939 pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, a expansão se manteve.



Podemos dizer que, a partir da expansão industrial da década de 30, a economia brasileira entrou em uma nova época, com a mudança do modelo econômico. Até então, o país seguia um modelo agrário-exportador, isto é, todos os recursos disponíveis voltavam-se para a produção de gêneros agrícolas para exportação e essa atividade subordinava as demais. A partir dos anos 30, cada vez mais consolidava-se um novo modelo, de industrialização por substituição de importações. Apesar do predomínio da indústria leve, logo novos setores iriam se desenvolver, inclusive com a participação decisiva do Estado.

A Revolução Constitucionalista de 1932

Ao proteger a cafeicultura, Getúlio Vargas procurou garantir o apoio dos fazendeiros paulistas a seu governo, ao mesmo tempo que estimulava o processo de industrialização. No entanto, a defesa do setor cafeeiro implicava alguns riscos políticos para o presidente: uma vez fortalecida, a oligarquia cafeeira paulista poderia tentar retomar o poder perdido em 1930.

O relacionamento político de Getúlio Vargas com São Paulo foi complicado desde o início do governo provisório. Como uma de suas primeiras medidas, Vargas nomeou interventor em São Paulo o tenente pernambucano João Alberto, o que desagradou bastante a elite paulista, que pedia um interventor civil do próprio estado. Demonstrando dificuldade em conciliar os interesses divergentes em jogo, o cargo passou rapidamente por várias mãos. Somente em março de 1932 encontrou-se um nome que pudesse agradar os paulistas, Pedro de Toledo, indicado pelas próprias elites. Ainda assim, a insatisfação crescia.

Por outro lado, os setores urbanos da sociedade paulista, reunidos em torno do Partido Democrático, romperam com Vargas, uma vez que sua participação no novo governo era reduzida, ou, pelo menos, menor do que esperavam. Simultaneamente, o Partido Republicano Paulista recompunha as suas forças. Juntos, o PD e o PRP formaram a **Frente Única Paulista**, exigindo a nomeação de um interventor civil e paulista para o estado e a imediata reconstitucionalização do país.

De fato, o governo, que deveria ser provisório, se eternizava. As promessas de Vargas referentes à redemocratização e convocação de uma Assembleia Constituinte eram vagas e pouco consideradas. A Frente Única aproveitou-se da situação e passou a exigir a elaboração de uma nova Constituição. Tratava-se de uma bandeira de luta particularmente atraente, uma vez que tornava possível não apenas uma curiosa aliança entre o PRP e o PD, inimigos de véspera, como também a atração de um apoio popular bastante grande. A partir daí entendemos o caráter do movimento revolucionário de 1932, que se iniciava: tratava-se de um movimento reacionário, uma vez que as forças que o lideraram (oligarquia cafeeira) pretendiam retornar ao poder; por outro lado, ao propor a redemocratização, o movimento ganhava um aspecto modernizador e liberalizante.

"... creio que a erupção liberal de 32 faz parte da originalidade e complexidade da formação social paulista: a convivência do trabalho escravo e do trabalho livre desde muito cedo, a inovação industrial, a imigração operária. Tudo que era inovador, tanto na área cultural quanto na organização industrial, acontecia em São Paulo. A sociedade paulista já era muito distinta do restante do país, principalmente da 'sociedade hierárquica' do Nordeste. A própria oligarquia paulista era muito menos escravagista que a oligarquia do Norte e Nordeste. Havia ainda bolsões hierárquicos, mas havia também um operariado pujante. Essa complexidade permitiu que 32 fosse ao mesmo tempo expressão da oligarquia e de expectativa democrática (...).

Acho temerário falar em unificação [de interesses], o projeto é muito mais contraditório. Prefiro dizer que há uma confluência contraditória entre vários projetos. Há, de um lado, o projeto dos setores oligárquicos que são revanchistas e que procuram se beneficiar do afanismo paulista. Mas há, por outro lado, o projeto dos setores médios: advogados, estudantes, profissionais liberais que estavam mais preocupados com a organização do Partido Democrático e tinham como bandeira o constitucionalismo. Se podemos falar de unificação, trata-se de uma unificação muito precária e altamente alegórica, não de uma unificação de princípios ou projetos."

(PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Constitucionalismo é maior herança". Entrevista in *O Estado de S. Paulo*, 9/7/1992. Caderno Cultura Especial, p. 6.)

Em maio de 1932, um grupo de manifestantes reunidos diante da sede da Legião Revolucionária em São Paulo foi disperso a bala, resultando na morte de quatro deles, de nomes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. A partir de então, organizou-se o movimento cívico **MMDC**, que iniciou os preparativos para a luta armada. No dia 9 de julho de 1932, São Paulo rompeu com o governo Vargas: tinha início a revolução.

Soldado paulista nas trincheiras, em Pouso Alegre.



Esperava-se o apoio de outros estados, notadamente do Rio Grande do Sul, cujo interventor, Flores da Cunha, já rompido com Vargas, havia prometido adesão. Enquanto isso, o general Bertoldo Klinger entrava em São Paulo chefiando algumas guarnições sublevadas do Mato Grosso, apoiando a revolução. Iniciou-se a organização de um exército constitucionalista, com o alistamento voluntário de dezenas de milhares de jovens, principalmente de classe média. A mobilização foi bastante grande no estado de São Paulo, mas significativa foi a não-adesão do operariado ao movimento.

No entanto, as fraquezas do exército constitucionalista mostraram-se insuperáveis: faltava tudo, principalmente armas e munições. As importações eram impraticáveis, uma vez que a marinha, fiel a Vargas, havia bloqueado os portos paulistas. A indústria de São Paulo mobilizou-se, tentando produzir o material bélico necessário dentro do estado; porém, ainda era cedo para que as frágeis fábricas locais pudessem cumprir tal tarefa, apesar de alguns esforços no mínimo criativos. Após três meses de combates às vezes intensos, as tropas leais ao governo federal acabaram forçando os paulistas à rendição.



Passeata no centro da cidade de São Paulo durante a Revolução Constitucionalista, em 1932.

A Constituição de 1934

A repressão de Vargas aos líderes paulistas, findado o movimento de 1932, surpreendeu por sua brandura, limitando-se a algumas prisões, deportações e cassação de mandatos (em julho de 1934 seria aprovada uma anistia geral). Na verdade, Vargas buscava uma composição com os paulistas derrotados: era impossível ignorar a elite paulista. Esta, por sua vez, partiu para o entendimento com o governo.

Percebendo a força do apelo constitucionalista, Vargas decidiu acelerar o processo de redemocratização, instituindo, em 1933, um Código Eleitoral que introduzia o voto secreto, o voto feminino e a justiça eleitoral, além dos deputados classistas, isto é, eleitos pelos sindicatos. Nessas condições, foram realizadas as eleições para a Assembléia Constituinte em maio de 1933, aprovando-se uma nova Constituição em julho do ano seguinte.



Foto do plenário da Constituinte. A Constituição de 1934 – de curta duração – trouxe inovações como a representação classista.

A nova Constituição pouco divergia da anterior, de 1891. “É uma Constituição de uma sociedade de proprietários visando ao seu domínio sobre os não-proprietários. Em suma, uma Constituição burguesa liberal que não toca no problema da terra porque é precisamente na posse dela que se baseia o seu domínio” (Leôncio Basbaum). São características da Constituição de 1934:

- manutenção dos princípios básicos da Carta anterior, ou seja, o Brasil continuava sendo uma república dentro dos princípios federativos, embora o grau de autonomia dos estados fosse reduzido;
- separação dos poderes, com independência do executivo, legislativo e judiciário; além da eleição direta de todos os membros dos dois primeiros. O Código Eleitoral criado para a eleição da Constituinte foi incorporado à Constituição, inclusive com as provisões referentes à representação classista (elementos eleitos pelos sindicatos), cuja bancada agora faria parte do Congresso;
- criação do Tribunal do Trabalho e legislação trabalhista, incluindo o direito à liberdade de organização sindical;
- possibilidade de nacionalização de empresas estrangeiras e do estabelecimento do monopólio estatal sobre determinadas indústrias;
- disposições transitórias determinando que o primeiro presidente da República seria eleito pelo voto indireto da Assembléia Constituinte.

No dia seguinte à promulgação da nova Carta, Getúlio Vargas foi eleito presidente constitucional do Brasil. Iniciava-se a sua segunda etapa de governo.

O governo constitucional (1934-37)

A radicalização ideológica

No início do seu governo constitucional, Vargas demonstrava a intenção de fazer o país voltar à normalidade, com a entrada em vigor da Constituição e uma clara definição dos limites do poder executivo. O presidente, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional para um mandato de quatro anos, sem direito a reeleição, continuava a se aproveitar da crise de hegemonia existente no país, ou seja, a incapacidade de um único grupo controlar o poder; tendo sido bastante hábil em conciliar ou neutralizar as diversas forças políticas ao compor o ministério.

Cristalizou-se, nesse período, uma situação que já vinha se anunciando desde as eleições para a Constituinte: o colapso do tenentismo como movimento organizado. Alguns poucos tenentes sobreviveram politicamente, mas já à sombra de Vargas. Como observamos anteriormente, as lideranças tenentistas que buscaram um caminho próprio acabaram por se unir a Prestes ou então originaram movimentos radicais de direita, fascistas. A radicalização foi uma característica do novo período, de resto, inédita num país onde os interesses econômicos e particulares sempre se sobrepujaram às idéias.

O fenômeno não é apenas brasileiro, mas mundial. A crise de 29 e a posterior Grande Depressão na economia sinalizaram para muitos o início do colapso do sistema capitalista. Dessa forma, as propostas socialistas pareceram ser bastante tentadoras, mesmo porque já existia um país socialista no mundo, a União Soviética. Esse país, ao colocar em prática a planificação econômica, permaneceu quase imune à crise de 29. Aliás, mesmo nos países capitalistas mais avançados, a solução para a crise passava por uma intervenção cada vez maior do Estado na economia. Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente Franklin Roosevelt adotou o intervencionismo estatal com o **New Deal**.



Na Europa, a extrema-direita se fortalecia: nazistas na Alemanha (foto) e fascistas na Itália.

O capitalismo entrou numa nova época e, nesse contexto, surgiram as propostas fascistas, que defendiam uma ampliação da atuação do Estado não apenas na área econômica, mas também controlando fortemente o conjunto da sociedade, o que era conseguido por meio de violentas ditaduras políticas. Assim, o fascismo italiano de Benito Mussolini e o nazismo alemão de Adolf Hitler, para ficarmos nos exemplos mais significativos, pareciam, aos olhos de quem viveu os anos 30, surgir como um “terceiro caminho” entre socialismo e capitalismo, muito embora fossem apenas sintomas de um capitalismo em crise e da falência de suas formas políticas liberais.

Integralistas e aliancistas

Em 1932, nasceu a **Ação Integralista Brasileira**, dando início ao fascismo no Brasil. Seus membros repudiavam a democracia liberal, propondo, em seu lugar, um governo autoritário, chefiado por um líder “inspirado”, que pudesse levar a nação ao progresso. Rejeitavam também o comunismo, reflexo da crença na desigualdade entre os homens.

O integralismo tinha um forte apelo nacionalista, tendo seu principal líder, o intelectual Plínio Salgado, participado da Semana de 22 e da criação do “verde-amarelismo”, movimento cultural de cunho nacionalista. Tal nacionalismo tendia para a xenofobia, quando não para o racismo assumido. Sua visão da sociedade partia de princípios militares, devendo esta ser organizada hierarquicamente e fundada na disciplina cega de cada um de seus membros.

O líder maior seria o próprio Plínio Salgado, o nosso “Führer” tropical (ou “Duce” de favela). Nas palavras de Plínio Salgado: “O Brasil vai para o Estado Integral, para a destruição de todos os partidos, para a unidade absoluta da Pátria, para a concepção cristã e totalitária da vida. O Brasil vai para uma nova fase de sua História, para a restauração dos valores intelectuais e morais da Nacionalidade, para a extinção das oligarquias, dos regionalismos, da hedionda política dos Estados. O Brasil será integralista. A marcha é fatal, é inexorável. Marcha da mocidade. Movimento glorioso de uma raça que se afirma.” (“Para onde vai o Brasil”?, citado em *História geral da civilização brasileira*.)

Como sempre acontecia nos movimentos fascistas, existia um forte apelo visual no integralismo, a partir das exhibições públicas de integrantes marchando disciplinadamente com seus uniformes, cores, bandeiras e hinos. O símbolo que identificava o movimento era o sigma, pálida cópia da suástica nazista, e seus membros saudavam-se com um pitoresco “Anauê!”, cumprimento tupi-guarani, reflexo distante do “Heil!” alemão.



Cartazes de propaganda integralista exibindo o apelo visual do movimento.

Em 1933, o movimento tornou-se público, com a realização de uma grande passeata em São Paulo. Logo o integralismo se expandiu por todo o Brasil, principalmente pelo Centro-Sul, região mais urbanizada e de forte presença imigrante européia, sobretudo italiana e alemã. A partir daí, percebe-se a base social do movimento, que, no seu auge, segundo estimativas dos próprios integralistas, chegou a ter 300 mil membros (embora uma estimativa mais realista nos leve à metade dessa cifra).

A rejeição ao fascismo, as desconfianças em relação ao futuro da democracia liberal brasileira sob Vargas e a intensa mobilização popular característica do Brasil da década de 30 levaram à criação de um movimento político de formas radicalmente opostas ao integralismo. Tratava-se da **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**, uma frente ampla de oposição ao fascismo e ao autoritarismo.

Da ANL participavam indivíduos de todas as categorias sociais e convicções políticas e filosóficas, tendo os comunistas à frente. Foi criada em março de 1935 e até julho do mesmo ano conseguiu atrair algo em torno de 400 mil membros, encaminhando-se rapidamente para um movimento político de massas como jamais visto na história do país, em que pesem as pretensões integralistas.

Suas propostas não se resumiam às do Partido Comunista, o que mostra o caráter de frente ampla do movimento. Seu programa baseava-se em:

- suspensão do pagamento da dívida externa e seu cancelamento unilateral;
- nacionalização das empresas estrangeiras;
- defesa das liberdades individuais;

- combate ao fascismo, com a criação de um governo popular;
- reforma agrária, com a garantia da manutenção da pequena e média propriedade.

Os aliancistas faziam um apelo aos “velhos” líderes tenentistas, chamando atenção para o erro que teria sido cometido quando de sua participação na Revolução de 30 e convocando-os para uma nova revolução. No dia 5 de julho de 1935 (aniversário da Revolta do Forte de Copacabana de 1922), Luís Carlos Prestes lançou seu primeiro manifesto público em apoio à ANL, no qual afirmava que Vargas estava mancomunado com os integralistas e pedia a adesão das Forças Armadas à Aliança. Insistia na tese da reforma agrária e finalizava com um apelo à “luta pela libertação nacional”, ou seja, a revolução imediata.

Ao examinarmos a atuação da ANL, devemos perceber que o movimento sempre foi ativo dentro das Forças Armadas. O próprio Prestes mais tarde diria: “... era muito mais fácil construir o partido [comunista] dentro dos quartéis do que nas fábricas. Pode parecer paradoxal, mas era assim. Isso porque, depois do movimento de 30, estabeleceu-se uma grande anarquia nas Forças Armadas. Mas havia uma falha: o trabalho não era feito no sentido de organizar os soldados para apoiar o movimento operário. Era um trabalho meramente agitativo” (MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. pp. 68-9.).

Ao mesmo tempo, os comícios da Aliança atraíam multidões, passando aos seus líderes a certeza da força do movimento. No PCB, cuja importância dentro da ANL era decisiva, amadurecia a idéia de revolução, um movimento que pudesse sair dos quartéis e ganhar as ruas. É nesse sentido que devemos entender o manifesto de Prestes e a idéia de que os soldados não iriam seguir o movimento operário, mas exatamente o contrário.



Sede da Aliança Nacional Libertadora no Rio de Janeiro, em 1935. A ANL mobilizou as massas urbanas. Não era, todavia, um partido revolucionário.

Usando como pretexto o apelo revolucionário contido no manifesto de julho e a palavra de ordem "Todo poder à ANL!", Vargas decretou a ilegalidade do movimento. A partir desse momento, a Aliança, clandestina, passou a ser totalmente controlada pelo PCB, que era a única força com capacidade e experiência no sentido de manter um movimento político na ilegalidade. Além disso, o decreto de Vargas estimulou a preparação da revolução, agora vista como única alternativa para o movimento. De Moscou, o Komintern, órgão criado para coordenar e patrocinar movimentos revolucionários socialistas e anticoloniais no mundo inteiro, apoiava a revolução, inclusive com o envio de dinheiro e agentes.

"Havia na época da Internacional Comunista um esforço quase patético dos brasileiros para se ajustarem ao ritmo da revolução soviética. Estranha confluência de dois desejos de revolução. Pelo lado da Terceira Internacional, um discurso que analisa a conjuntura política sob a perspectiva do desejo de que venham a ocorrer condições favoráveis à revolução (...).

O encontro entre os dois desejos se dá na profundidade da superfície de um espelho. As informações enviadas a Moscou pelos partidos comunistas eram recicladas a um alto grau de generalização e devolvidas aos próprios partidos sob a forma de diretrizes. Mas, a realidade construída nessas avaliações muitas vezes somente existia na cabeça dos comunistas (...).

Confundiu-se intencionalmente a insurreição revolucionária nas moldes da revolução bolchevique – matriz da tomada de poder preconizada, ao menos formalmente, pela Terceira Internacional – com ensaios fracassados de golpe de Estado. As revoltas se transfiguraram em revolução porque a revolução soviética irrompera de insurreição.

(...) Essa avaliação equivocada talvez ajude a explicar o engajamento de alguns dirigentes da Internacional Comunista com a revolta militar de 1935, engajamento este baseado em falsas expectativas, alimentadas por sua vez por informações dos próprios comunistas brasileiros (e, mais tarde, muito provavelmente, por informações de Luis Carlos Prestes), os quais por sua vez reproduziam os mesmos esquemas interpretativos do II Congresso da Internacional Comunista. O centro do movimento comunista mundial se entusiasmava com uma versão de segunda mão de suas próprias concepções."

(Trechos de PINHEIRO, Paulo Sérgio, Estratégias da ilusão. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 328-30.)

Em novembro de 1935 eclodiu a revolução, planejada para ser iniciada dentro dos quartéis. A falta de coordenação entre os diversos núcleos comunistas fez com que se iniciasse em dias diferentes, 23 em Natal e Recife e 27 no Rio de Janeiro. Em Pernambuco o golpe fracassou, embora no Rio Grande do Norte tenha durado um pouco mais, com a instalação de um governo revolucionário que se manteve por três dias. No entanto, a cartada decisiva foi jogada na capital federal, com a sublevação da Escola de Aviação no Campo dos Afonsos e do 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha. Após intensos combates, os rebeldes acabaram se rendendo. Fracassava assim a **Intentona Comunista**.



Iconographie

CARLOS PRESTES A FRENTE DA INSURREIÇÃO ARMADA NO RIO!



A MANHÃ 2ª EDIÇÃO

SOB O SEU COMMANDO LEVANTOU-SE, ESTA MADRUGADA, A GUARNIÇÃO DESTA CAPITAL

O MOVIMENTO ESTENDE-SE A TODO O TERRITÓRIO DO PAÍS

Em S. Paulo, o commando das forças revolucionárias foi assumido pelo general Miguel Costa

O AVISO DE PRESTES aos seus companheiros

Tropas governamentais no combate à Intentona Comunista e a manchete do jornal *A Manhã*, do dia 27 de novembro de 1935.

Em todo o episódio, a tão esperada adesão maciça não aconteceu, limitando-se a participação popular a algumas iniciativas isoladas. Na verdade, o movimento foi pretexto para que o governo desencadeasse violenta repressão a todos os participantes e simpatizantes do comunismo, bem como àqueles apenas suspeitos de simpatizar ou aos inimigos do regime.

As prisões, arbitrárias, se multiplicaram. Os atos de violência das forças policiais se intensificaram. Vargas propôs, e o Congresso, assustado, aprovou, a decretação do estado de sítio, seguido do estado de guerra, válido em todo o território nacional até 1937. O Tribunal de Segurança Nacional e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo foram dois outros órgãos criados no período. O legislativo perdeu autonomia e as forças policiais ganharam poder. Assim, fortalecia-se o poder do presidente, fazendo com que, na prática, a democracia liberal e o regime constitucional deixassem de existir.

O golpe do Estado Novo

A Constituição de 1934, apesar de desrespeitada com as medidas governamentais adotadas após a frustrada tentativa de revolução comunista, ainda previa a realização de **eleições** para a sucessão de Vargas em 1937. De fato, iniciou-se a disputa presidencial, embora a situação do país não fosse a mais propícia para campanhas festivas ou grandes comícios, devido ao clima repressivo. De qualquer maneira, surgiram duas fortes candidaturas: a do paulista **Armando de Salles Oliveira** e a do paraibano **José Américo de Almeida**. O primeiro, cuja candidatura fora lançada por setores do Partido Democrático (PD), representava uma oposição liberal ao centralismo de

Vargas. O segundo parecia ser o candidato oficial do governo à sucessão. Um terceiro candidato à sucessão presidencial foi Plínio Salgado, da Ação Integralista, porém seu nome contava com forte rejeição do eleitorado.

A situação ficava mais confusa quando se percebia a indefinição de Vargas no sentido de apoiar este ou aquele candidato. Na verdade, o presidente, apesar de parecer colaborar com a campanha presidencial, não descartava a possibilidade de se manter no poder, contando com o apoio de certos setores da sociedade, a quem interessava mais a estabilidade que a normalidade constitucional.

Um golpe, então, foi planejado. As pretensões continuistas de Vargas se somaram aos interesses do exército, que, nessa época, era totalmente controlado pelo general Góis Monteiro. Nacionalista, anticomunista (ainda mais após os verdadeiros “expurgos” que se seguiram à Intentona de 1935) e, obviamente, preocupada com questões relativas à segurança nacional, a alta cúpula militar foi lentamente sendo atraída para uma solução autoritária para a crise política brasileira. A idéia de uma ditadura Vargas fundada na atuação e influência do exército poderia garantir a manutenção de vigorosas políticas de combate às esquerdas.

Além disso, um governo forte poderia implantar no país a indústria pesada que tanto fazia falta e, na visão dos militares, fundamental para garantir a segurança nacional, ainda mais numa época de acentuada tensão internacional, como ocorria às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Supondo o desinteresse de países estrangeiros em implantar essa indústria, era necessário utilizar capital nacional, que, por ser escasso, só seria mobilizado por meio da atuação do Estado. Nascia, assim, um modelo de desenvolvimento industrial estatizante e ligado às Forças Armadas.

A concretização do golpe foi possível graças ao apoio dos governadores: o deputado Negrão de Lima percorreu os estados, insinuando que uma consequência do eventual golpe seria a manutenção dos governadores no poder; seduzindo-os assim. Ao mesmo tempo, planejava-se que o golpe seria dado em nome do combate ao comunismo, o que garantiria o apoio da classe média e até dos integralistas.



As pretensões continuistas de Vargas: na charge, ele espalha cascas de bananas na frente do Catete para dificultar o acesso dos candidatos à sua sucessão.

No dia 30 de setembro de 1937, o governo divulgou a existência de um plano comunista para assumir o poder no Brasil, o **Plano Cohen**. Falso do princípio ao fim, havia sido redigido por um oficial do exército, o capitão Olympio de Mourão Filho, integralista. O nome Cohen foi escolhido, segundo o capitão Mourão, numa referência ao líder comunista húngaro Bella Kuhn. O plano serviu de pretexto para o golpe: a 10 de novembro, Vargas ordenou o fechamento do Congresso, extinção dos partidos políticos, suspensão da campanha presidencial e da Constituição de 1934. Estava instalada a ditadura do Estado Novo.

O Estado Novo (1937-45)

Implantação da ditadura

De imediato, a Constituição de 1934 foi abandonada, tendo sido criada no seu lugar uma nova Carta, a de 37. Aqui observamos uma característica típica dos regimes autoritários brasileiros no século XX: criados a partir de atos de força, buscam justificar-se e ganhar uma aparência de legalidade através da outorga de uma Constituição. Redigida às pressas por Francisco Campos, foi parcialmente inspirada nas constituições fascistas da Itália e Polônia, daí o seu apelido de Polaca (palavra depreciativa, utilizada, na época, para vulgarmente designar prostitutas). Eram características da Constituição de 1937:

- centralização política, com o fortalecimento do poder do presidente;
- extinção do legislativo, cujas funções passariam a ser exercidas pelo executivo;
- subordinação do judiciário ao executivo;
- indicação dos “interventores” (governadores) dos estados pelo presidente;
- legislação trabalhista.

A despeito de sua inspiração, deve-se tomar o cuidado de não considerar o Estado Novo um regime fascista. A Vargas faltava um partido político, fundamental no regime fascista para promover a identificação de interesses do Estado e do povo. Além disso, a ditadura varguista, por mais violenta que tenha sido, não se assemelhou aos excessos totalitários do fascismo europeu; e aqui não estamos pensando apenas no número de vítimas, mas na própria composição do aparelho repressivo governamental. Finalmente, faltava a Vargas o compromisso histórico presente nos movimentos fascistas europeus, no sentido de identificar o líder com um certo papel a ser desempenhado dentro de uma visão de história, por mais deformada que fosse.

É de chamar a atenção a relativa tranqüilidade com que o país recebeu o golpe: a oposição foi mínima, senão inexistente. Isso se deveu em grande parte ao apelo anticomunista do plano Cohen e da suposta necessidade de defender o país dos perigos da “infiltração comunista”, o que só seria possível com um governo forte. Anos e anos de propaganda oficial anticomunista rendiam agora seus frutos. Ao mesmo tempo, as principais lideranças políticas do país, aquelas que eventualmente poderiam fazer uma oposição de cunho liberal a Vargas, se viam presas a compromissos com o novo regime: os interventores nomeados nos estados eram quase todos governadores em 1937 e agora iriam se eternizar no poder, pelo menos enquanto durasse a ditadura. Pode-se falar inclusive em uma nova “política dos governadores”, com compromissos pessoais entre as lideranças estaduais e o governo federal. Quanto ao crescente operariado urbano, a oposição foi nula: refém do populismo varguista e privado de suas principais lideranças de esquerda desde 1935, pouco lhe restava senão aceitar passivamente o novo regime.



Curiosamente, a mais séria tentativa de derrubar o Estado Novo partiu de um grupo simpatizante de medidas autoritárias e fascistas. Em maio de 1938, ocorreu a **Intentona Integralista**. Os integralistas haviam aplaudido o golpe de 37, que, afinal, havia sido feito em nome do combate ao comunismo. O próprio Vargas foi bastante tolerante, permitindo a sobrevivência do grupo, ao contrário de outras agremiações políticas; no entanto, não havia mais ligações com os “camisas-verdes”. Mantidos à margem do governo, tentaram, sem sucesso, assaltar o Palácio Guanabara e derrubar Vargas. Porém, mal organizados, fracassaram. Seguiu-se o exílio de Plínio Salgado e o desaparecimento do movimento integralista.

O fortalecimento do poder do Estado

Dentre os diversos órgãos criados por Vargas para consolidar a ditadura, destaca-se o DIP, **Departamento de Imprensa e Propaganda**. Tinha como objetivo fazer a propaganda dos atos do governo, buscando sempre exaltar a figura do presidente e, de alguma maneira, aproximá-lo das massas. “Não é preciso contato físico (entre o líder e a massa) para que haja multidão. É possível hoje (...) transformar a tranqüila opinião pública do século passado em um estado de delírio ou alucinação coletiva, mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio de emoções, tornadas possíveis precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação.” (Francisco Campos, citado em *Nosso século*. São Paulo, Abril Cultural, 1985. v. 6, p. 65.)

Assim, o DIP procurava controlar os meios de comunicação de massa, além de realizar violenta censura e promover eventos culturais que valorizassem a figura de Vargas, identificando-o como legítimo representante dos interesses nacionais.



Cartazes do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, poderosa arma nas mãos de Vargas.

Outro mecanismo de fortalecimento do poder do Estado foi a criação do DASP, **Departamento Administrativo do Serviço Público**. O Estado brasileiro crescia e suas atribuições aumentavam, inclusive com uma intervenção e controle cada vez maior na economia. Tal situação levava ao “inchaço” do serviço público, a uma crescente burocratização. O DASP tinha a função de coordenar e controlar a atuação dos órgãos públicos, aumentando sua eficiência.

Na verdade, o serviço público brasileiro passava por uma verdadeira revolução. Tradicional reduto de nepotismo, favorecimentos e privilégios de toda ordem, a velha burocracia tinha como sua primeira função apoiar

o governante e ser-lhe fiel. Com Vargas e o DASP, o critério da eficiência passou a ser adotado e, se por um lado os velhos vícios continuariam existindo, por outro, ocorreu de fato uma transformação qualitativa na burocracia brasileira, além da meramente quantitativa.

Paralelamente, as forças policiais se fortaleceram, principalmente a Polícia Especial, cujo chefe, **Filinto Müller**, era conhecido por sua truculência. A violência da polícia já havia se destacado quando da repressão à Intentona Comunista, de 1935. Prestes havia sido preso naquele ano e iria amargar dez anos de prisão, em regime solitário. Menos sorte tiveram seus companheiros, torturados e muitas vezes brutalmente assassinados com requintes de sadismo, como os dirigentes Victor A. Baron (assassinado pela polícia) e Arthur Ewert (enlouquecido pelas torturas sofridas na prisão).

O caso mais conhecido foi o de Olga Benario, mulher de Prestes, alemã de nascimento e agente soviética no Brasil: presa junto com o marido, grávida, foi deportada para a Alemanha nazista, onde foi confinada em um campo de concentração. Poucos anos depois da prisão, foi assassinada na câmara de gás do campo de Ravensbrück. Durante todo o Estado Novo a Polícia Especial exerceu suas arbitrariedades, chegando-se ao ponto da institucionalização da tortura no país.

No entanto, o principal instrumento de fortalecimento do poder do Estado foi a aproximação de Vargas dos trabalhadores urbanos, configurando a prática do **populismo**. Tais trabalhadores diferenciavam-se em muito dos primeiros operários brasileiros do início do século. Estes eram, em grande parte, imigrantes, enquanto, a partir dos anos 30, o contínuo processo de êxodo rural criara um novo operariado nas grandes cidades do Brasil. Quanto ao populismo, trata-se de uma política de manipulação do proletariado urbano, na qual um líder carismático assume as reivindicações dos trabalhadores e acaba por satisfazê-las, dentro de certos limites impostos pela burguesia nacional.

O líder, no caso brasileiro, era Getúlio Vargas, que, além da atração pessoal que exercia, tinha uma imagem pública solidamente construída pelo DIP. A satisfação das reivindicações populares, por meio de uma legislação trabalhista cada vez mais completa, por um lado aproximava o presidente das massas, mas por outro acabava por desmobilizá-las. Não parecia ser necessária uma organização sindical, uma vez que Vargas atendia às reivindica-



Olga Benario foi presa nas investigações que se seguiram à Intentona Comunista de 1935 e deportada para a Alemanha nazista.

ções mais imediatas dos trabalhadores. Aliás, o próprio Vargas ajudou a desmobilizar os trabalhadores com sua política sindical, que atrelava fortemente os sindicatos ao Estado, sendo os líderes sindicais meros funcionários estatais, e as sedes dos sindicatos, locais de exercício da propaganda oficial do governo. Era o aprimoramento, a sofisticação modernizadora do paternalismo de cima com a sujeição agradecida e amorfa dos de baixo, o esvaziamento da atuação política popular conforme inaugurara Floriano Peixoto e que agora se institucionalizava.



Cartaz do DIP exaltando Vargas no 1º de maio, Dia do Trabalho.

No populismo, frente a uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, firma-se a imagem de unidade e identificação social com o Estado, ocultando desigualdades e dominação social. O Estado é personificado no chefe político, o salvador da nação, quase um messias governante, e Vargas aparece como um "pai" (o *despotes* grego) que trata a todos os brasileiros como seus filhos menores.

Tradicionalmente, no dia 1º de maio, Vargas fazia um discurso exaltando os trabalhadores e anunciando uma nova concessão popular. Assim, foram introduzidos no Brasil o **salário mínimo**, a **semana de trabalho de 44 horas**, a **Consolidação das Leis do Trabalho**, a **carteira profissional**, as **férias remuneradas**, etc. Entretanto, deve-se perceber que a adoção do populismo no Brasil teve importância fundamental no sentido de viabilizar o próprio processo de industrialização. Um pro-

cesso como o que o Brasil estava passando desde o início dos anos 30 levava inevitavelmente a uma tensão social envolvendo a burguesia industrial e o proletariado urbano.

As saídas para tal conflito se encontravam na distribuição de renda (atenuando as tensões sociais) ou em uma revolução socialista (fruto de tensões crescentes). O populismo criava uma terceira via, com o Estado obrigando a transferência de recursos da burguesia para o proletariado, embora num nível bastante limitado. Assim, o Estado, através do seu chefe carismático, administrava a tensão social falando em nome do povo, diminuindo seu potencial revolucionário e, portanto, indiretamente, agindo em benefício da burguesia.

Existem limitações ao populismo e o modelo, apesar de sobreviver a Vargas – a ponto de caracterizar a futura democracia liberal brasileira –, fatalmente entraria em colapso um dia.

A intervenção do Estado na economia

O Estado Novo, ao centralizar os poderes, criou condições para que se iniciasse o trabalho de coordenação e planejamento econômico, com ênfase no prosseguimento da industrialização por substituição de importações. Uma planificação total da economia nos moldes soviéticos estava fora de questão, uma vez que o princípio da propriedade privada jamais fora questionado pelo regime. As estatais, que logo seriam fundadas, representavam um complemento ao setor privado, como veremos.

"Inegavelmente a visão da indústria como alternativa para o desenvolvimento ganhou corpo ao longo dos anos 1930-40. Esboçava-se um 'projeto' de industrialização pesada que, a despeito de limitada e inconclusa, foi a tônica de organização do próprio Estado. Entre 1930 e 1945 o Estado brasileiro avançou seu processo de constituição enquanto nacional e capitalista, inscrevendo na materialidade de sua assinatura – pela multiplicação de órgãos e instituições – os diversos interesses sociais em jogo, metamorfoseados em 'interesses nacionais'.

Um novo estilo de canalização da demanda estava em gestação, facilitado pela centralização do poder e atenuado pela ditadura estado-novista de 1937, que neutralizaria os regionalismos políticos, alterando as práticas de concessão de recursos e benefícios (...).

O avanço do aparelho econômico do Estado foi concomitante à reformulação de suas próprias práticas econômicas, cujo sentido último consistia em destruir as regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava tradicionalmente para a atividade agroexportadora, criando condições institucionais para expandir as atividades ligadas ao mercado interno. Tratava-se (...) de introduzir um novo modo de acumular baseado numa realização interna crescente da produção."

(MENDONÇA, Sônia Regina de. "As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização". In LINHARES, Maria Yedda. *Obra citada*, pp. 244-5.)

A ação do Estado era executada através dos inúmeros órgãos criados tanto para auxiliar setores específicos quanto para coordenar o conjunto da economia e estabelecer diretrizes de política econômica. Esses órgãos promoviam a expansão de setores tradicionais e fomentavam novas atividades, viabilizando inclusive a instalação de empresas estatais. No primeiro caso, destacam-se os institutos, como os **do Açúcar e Alcool, do Chá e do Mate** e até **do Sal**, que se juntaram ao já existente **Instituto do Café**, trabalhando com grupos oligárquicos regionais e estimulando seu desenvolvimento. Quanto aos órgãos de coordenação macroeconômicos ou seus auxiliares para a elaboração do planejamento econômico e sua execução, chamam-nos atenção:

- Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (1937);
- Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937);
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938);
- Conselho Nacional do Petróleo (1938);
- Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939);

- Carteira de Exportação e Importação (1941);
- Coordenação da Mobilização Econômica (1942);
- Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial (1944);
- Comissão de Planejamento Econômico (1944).



Durante a Era Vargas, a intervenção do Estado na economia foi fundamental para promover e coordenar o crescimento econômico. Acima, Vargas em cerimônia patrocinada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Já as empresas estatais concentraram-se no setor pesado, isto é, justamente onde a jovem burguesia nacional não tinha interesse ou condições de investir. De fato, a indústria pesada, por demandar grandes investimentos e só proporcionar retorno a longo prazo, parecia estar além das capacidades do empresariado nacional. As maiores estatais se encontravam nos setores de:

- siderurgia (**Companhia Siderúrgica Nacional**, em Volta Redonda, 1940);
- mineração (**Companhia Vale do Rio Doce**, 1942);
- mecânica pesada (**Fábrica Nacional de Motores**, 1943);
- química (**Fábrica Nacional de Alcalis**, 1943);
- hidrelétrica (**Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco**, 1945).

A Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, trouxe alguns efeitos benéficos para a economia, como o aumento no preço dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil; porém, por outro lado, as dificuldades de importação de máquinas, equipamentos e até de matérias-primas acabou por levar a uma pequena desaceleração da produção industrial. Em todo caso, o período do Estado Novo viu a consolidação do processo industrial no país. Assim, percebemos que a industrialização brasileira se deu em meio a um regime autoritário, o que nos permite caracterizar a Era Vargas como um período de modernização conservadora.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

Entre 1939 e 1945 travou-se a Segunda Guerra Mundial, envolvendo, de um lado, os Aliados (Inglaterra, França, ex-União Soviética e Estados Unidos) e, do outro, os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Ao contrário da Primeira, a Segunda Guerra foi realmente mundial, envolvendo combates em todos os continentes e mares do planeta, embora concentrando-se em certas áreas. Daí a importância estratégica do Brasil, com o seu vasto litoral atlântico e com o litoral nordeste projetando-se em direção à África.

A posição de Vargas perante a guerra foi de indefinição, ora pendendo para um lado, ora para outro. Na verdade, essa indefinição acompanhava as tendências de seus auxiliares mais próximos no início da guerra: Filinto Müller, chefe de polícia, Lourival Fontes, do DIP, Francisco Campos, ministro da Justiça, e o próprio general Dutra, chefe do Estado Maior do exército, inclinavam-se para o Eixo; do outro lado, Osvaldo Aranha, ministro do Exterior e ex-embaixador em Washington, defendia o alinhamento com os Estados Unidos.

No dia 11 de junho de 1940, em meio às espetaculares vitórias da Alemanha na Europa, que incluíram a ocupação e a rendição da França, Vargas pronunciou um discurso violento, saudando o sucesso nazista. Temerosos, os Estados Unidos iniciaram a partir desse momento uma tentativa de aproximação cada vez maior com o Brasil. Já em setembro, o governo norte-americano autorizou um empréstimo de 20 milhões de dólares com o objetivo de iniciar a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda. Tal decisão, por sua vez, forçou uma definição do Brasil em relação à guerra, agora favorável aos Estados Unidos.



Rio de Janeiro, 1942. O presidente Vargas, reunido com seus ministros, assina a declaração de guerra contra os países do Eixo.

Na verdade, os Estados Unidos só entraram na guerra em dezembro de 1941, mas sua participação era considerada inevitável. Portanto, um dos objetivos da diplomacia norte-americana, nos anos que precederam a entrada oficial do país na guerra, foi garantir o apoio de todo o bloco americano aos Aliados. No caso do Brasil, esse apoio foi conseguido com a siderúrgica. Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo e, em agosto, declarou guerra. A declaração foi facilitada pelo afundamento de diversos navios brasileiros por submarinos alemães, que tinham relativa liberdade de ação por todo o Atlântico. Imediatamente após a declaração de guerra, iniciou-se a preparação de um contingente militar para ser enviado para a guerra, a **Força Expedicionária Brasileira** (FEB). Não é exagero dizer que Vargas trocou uma participação mais ativa do Brasil na guerra pela usina de Volta Redonda.

A FEB era formada por uma divisão de infantaria reforçada, de aproximadamente 25 mil homens, e foi colocada à disposição do Alto Comando Aliado juntamente com elementos da FAB, Força Aérea Brasileira. Entre julho de 1944 e o final da guerra, a FEB e a FAB participaram da Campanha da Itália, como parte integrante do 5º exército norte-americano.

A Itália, principalmente a partir de 1944, não era certamente o teatro de guerra mais importante da Europa, e os brasileiros enfrentaram tropas alemãs de segunda linha, mal-equipadas e desabastecidas. No entanto, tratava-se de uma guerra européia e, pela primeira vez, uma tropa latino-americana combatia num conflito tão intenso. Seu desempenho nessas condições foi bastante satisfatório.



Comando da FEB na Itália: à esquerda, general Mascarenhas de Moraes; o terceiro (de binóculo) é o general Eurico Gaspar Dutra.

A participação do Brasil na guerra ao lado dos Aliados criou uma situação insólita: combatia-se a ditadura fascista na Europa enquanto, no Brasil, mantinha-se um regime ditatorial inspirado nesse mesmo fascismo. Lembremos ainda que, em 1945, Vargas completaria seu 15º ano no poder e, por mais que o seu governo representasse um sucesso do ponto de vista econômico, um certo desgaste era inevitável.

Em 1943, circulou clandestinamente o **Manifesto dos Mineiros**, documento redigido por intelectuais que pedia o fim da ditadura e a redemocratização do país. Em janeiro de 1945, o **Primeiro Congresso Nacional de Escritores** repetiu o apelo dos mineiros.

Todas essas declarações foram censuradas pelo DIP até que, em fevereiro, o jornal *Folha Carioca* publicou uma entrevista com o todo-poderoso general Góis Monteiro – por muitos considerado a “eminência parda” do Estado Novo –, na qual defendia a realização de eleições. Essa entrevista surpreendeu o país, uma vez que não foi censurada pelo DIP. Vargas começava a sinalizar em direção ao abrandamento da ditadura: em 28 de fevereiro, decretou uma emenda constitucional regulamentando a criação de partidos políticos e marcando eleições gerais para o final de 1945.

Na verdade, Vargas percebeu que a redemocratização era inevitável, e o iminente final da guerra, com o retorno da FEB, só iria acelerar o processo. Muitos acreditavam que a volta dos “pracinhas” facilitaria um golpe para depor Vargas: após derrotar a ditadura na Europa, a FEB completaria seu trabalho fazendo o mesmo no Brasil. Vargas antecipou-se, desencadeando ele mesmo o processo de redemocratização. Suas pretensões continuístas eram óbvias: ao democratizar o Brasil, Vargas surgiria como grande defensor do sistema democrático, tendo inclusive lutado contra a ditadura na Europa.

Além disso, Vargas marcou **eleições** a serem realizadas num prazo muito curto, impossibilitando que uma eventual oposição se organizasse seriamente ou pudesse ser um obstáculo às suas pretensões, e iniciou a organização de dois partidos políticos para o apoiarem: o PTB, **Partido Trabalhista Brasileiro**, criado a partir dos sindicatos controlados por Vargas; e o PSD, **Partido Social Democrata**, formado a partir do apoio dos interventores nos estados e da burocracia estatal favorecida ao longo do Estado Novo. Enquanto isso, a oposição recém-nascida organizava a UDN, **União Democrática Nacional**, de cunho liberal. Ao mesmo tempo, voltava à legalidade o PCB, **Partido Comunista Brasileiro**, inclusive com a libertação de Luís Carlos Prestes.

O presidente, ao mesmo tempo que redemocratizava o Brasil, cuidava também de organizar o **movimento queremista**, em cujos comícios repetia-se o lema: “Queremos Getúlio!”, provando o seu interesse no continuísmo.

A adesão ao “queremismo” foi bastante grande, envolvendo inclusive a participação ativa do Partido Comunista, que, apesar dos anos de ilegalidade, surpreendentemente ainda contava com muitos simpatizantes.

Mais surpreendente ainda era o apoio de Prestes e do PCB a Vargas, apesar da violência com que o ditador tratou o partido e seus membros desde 1935. Na verdade, o PCB seguia orientações de Moscou: a União Soviética ainda estava ao lado das democracias liberais capitalistas na luta contra o fascismo e, portanto, recomendava aos Partidos Comunistas do mundo inteiro que apoiassem qualquer liderança comprometida com o

combate ao fascismo, como era o caso de Vargas no Brasil. Este, por sua vez, interessava-se em qualquer tipo de apoio ao seu continuísmo.

Temendo uma guinada à esquerda por parte de Vargas, o exército, em outubro de 1945, através de seus comandantes, Góis Monteiro e Dutra, acabou por desencadear um golpe, derubando o presidente e garantindo a realização de eleições sem a participação de Vargas. Encerrava-se o Estado Novo.



“Algumas palavras restam ser ditas sobre o golpe de 29 de outubro. Na conjuntura de 1945/46 onde a sobredeterminação fundamental era a luta democracia versus fascismo, um ditador que procurava se manter no poder, aproximando-se das massas populares, foi alijado deste por uma coligação de forças conservadoras que, contando com o apoio de Adolfo Berle, embaixador norte-americano no Brasil, fizeram do Exército, com o beneplácito de suas principais lideranças, o instrumento de concretização de seus objetivos. Os líderes do evento, Góis e Dutra especialmente, eram homens identificados com a reação e sustentáculos do Estado Novo, sendo difícil supor que tivessem mudado sua perspectiva apesar da euforia democrática pela qual passava o Brasil. Enfim, foi um golpe conservador voltado não só contra Vargas mas, especialmente, contra as massas populares que o apoiavam.”

(FARIA, Antonio A. da Costa & BARROS, Edgar Luiz de. “A queda de Vargas e a Constituinte”. In MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil história*. São Paulo, Hucitac, v. 4, p. 206.)

Questões

1. Comente a seguinte frase: "É fácil saber quem foi derrotado pela Revolução de 1930. Difícil mesmo é identificar os vencedores".
2. O que aconteceu com os tenentes e o tenentismo após o sucesso da Revolução de 1930?
3. De que forma a política de defesa do setor cafeeiro acabou por estimular o processo de industrialização no Brasil?
4. A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um movimento modernizador ou reacionário? Discuta a questão.
5. Caracterize a Constituição brasileira de 1934, comparando-a com a de 1891.
6. Comente a afirmação: "A partir de 1930, o Brasil passava a viver uma crise de hegemonia, que acabou resultando no fortalecimento pessoal de Getúlio Vargas".
7. Identifique e caracterize as agremiações políticas antagônicas de esquerda e direita no Brasil de meados da década de 1930.
8. Quais as principais consequências da fracassada Intentona Comunista, de 1935?
9. Por que o exército brasileiro era favorável à ideia de estabelecimento de uma ditadura no Brasil em 1937?
10. "Entre 1930 e 34, Getúlio Vargas foi o presidente provisório do Brasil, portanto um ditador consentido. Entre 34 e 37 foi o presidente constitucional, embora o período possa ser considerado de ditadura 'disfarçada'." O que significa essa afirmação?
11. Como se explica a quase inexistente reação ao golpe do Estado Novo em 1937?
12. Caracterize o populismo criado por Vargas no Brasil do Estado Novo.
13. Identifique alguns instrumentos usados por Vargas para fortalecer o poder do Estado a partir de 1937.
14. "As Constituições são como as mulheres: só são férteis depois de violadas." Esta frase foi atribuída a Getúlio Vargas em 1937. Explique o seu significado.
15. Como se dava a intervenção do Estado na economia durante o Estado Novo?
16. De que maneira a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial acabou por inviabilizar a manutenção da ditadura Vargas?
17. Qual a posição dos comunistas diante da redemocratização do país iniciada por Vargas no início de 1945?

O REGIME LIBERAL POPULISTA (1945-64)

A instalação do Novo Regime

As eleições de 1945 marcaram o fim do Estado Novo e da ditadura varguista no Brasil. Foram escolhidos um novo presidente e deputados constituintes.

Os candidatos que concorreram à presidência foram o general **Eurico Gaspar Dutra**, pela coligação PSD/PTB, o brigadeiro **Eduardo Gomes**, pela UDN, e **Yedo Fiúza**, do PCB. Era praticamente impossível a vitória de outro candidato que não Dutra, uma vez que era amparado pelas “máquinas” do PSD e PTB. Militar, ligado ao regime Vargas e pregando a conciliação nacional num momento de transição, Dutra seria o presidente do Brasil pelos próximos 5 anos. De surpreendente nas eleições só mesmo os mais de 500 mil votos dados aos comunistas, tornando possível a eleição de uma bancada de 15 membros na Constituinte, incluindo um senador, Luís Carlos Prestes.



Em 1946 foi promulgada a nova Constituição brasileira, a quinta na história do país. Retomava os princípios federativos da Carta de 1891 e os liberais da de 1934. No conjunto, era a mais democrática que tivéramos até então, definindo o voto como secreto e universal, além da existência de três poderes, com a

devida importância destinada ao legislativo. No entanto, apresentava algumas limitações. Aos analfabetos negava-se o direito de voto, restringindo-se a cidadania; limitava-se o direito de greve e a própria organização sindical ainda mantinha resquícios do corporativismo do Estado Novo. Finalmente, tornava inviável a realização da reforma agrária ao prever indenizações prévias em dinheiro no caso de desapropriações. De qualquer maneira, e apesar de algumas restrições, restabelecia-se o voto livre no Brasil, e o país se transformava numa república liberal.

Uma característica bastante forte do período que se iniciava foi a permanência do populismo, agora transformado em prática política corriqueira. Para conquistar o voto das massas, principalmente urbanas, os políticos empenhavam-se em valorizar aspectos emocionais em seus apelos ao eleitorado urbano.

Finalmente, o período democrático que ora se iniciava foi marcado pela Guerra Fria, ou seja, pelas disputas entre Estados Unidos e União Soviética por áreas de influência e, portanto, pela hegemonia no mundo.

O governo de Dutra (1946-51)

O governo do presidente Dutra foi marcado por relativa tranquilidade política, uma vez que a aliança PSD/PTB garantiu sua vitória com aproximadamente 55% dos votos. A partir de 1947, foi consolidada uma aliança PSD/UDN, que seria a base de sustentação do presidente no Congresso (em 1947, 264 dos 320 deputados pertenciam a um dos dois partidos).

A política econômica do novo governo foi marcada por estrito **liberalismo**, isto é, pelo princípio da não-intervenção do Estado na economia. Nas palavras do ministro da Fazenda Correia e Castro, “o retorno às normas do livre comércio (...) criaria um clima de confiança propiciadora do aumento da produção”. Por retorno ao livre comércio entende-se a abertura do país às importações. A Segunda Guerra Mundial havia gerado uma diminuição das importações brasileiras e agora, com o fim da guerra e a desmobilização militar mundial, a indústria, principalmente a norte-americana, voltava a produzir bens de consumo em larga escala e buscava mercado para esses produtos.



Durante o governo de Dutra, o Brasil foi invadido por uma enxurrada de produtos supérfluos, importados dos Estados Unidos.

O Brasil se alinharia ao liberalismo econômico e passaria a receber um grande volume de importações norte-americanas. Mesmo porque, no plano ideológico, o Brasil se alinhava às democracias liberais capitalistas do Ocidente, e uma "aproximação" econômica era, não só desejada, como exigida, devido aos vínculos de boa parte de nossas elites econômicas com o capitalismo mundial.

"Os anos compreendidos entre o fim do Estado Novo (1945) e o segundo governo de Vargas (1951) representaram um interrogatório das tendências estatizantes até então vigentes no campo da política econômica, em nome da euforia 'democratizante' que se opunha a todos os vestígios de autoritarismos. Foi aí que se rearticularam as forças conservadoras partidárias do fortalecimento da industrialização pesada e da reintegração do país ao 'livre comércio' internacional. Durante a gestão Lacerda, embora não se tenha concretizado o desmantelamento da capacidade intervencionista do Estado, procedeu-se a uma tentativa paralisada da tendência centralizadora dos comandos econômicos. Isto foi particularmente verdadeiro no tocante à ineficiência do esforço de implantação das indústrias como um bloco complementar de investimentos no setor de bens de produção e infra-estrutura.

Diferentemente do que ocorrera até o momento, as empresas públicas deixaram de ser contempladas como núcleo estratégico dos planos econômicos governamentais, passando a ocupar a cena a discussão sobre as possibilidades de associação com capitais privados estrangeiros."

(MATTOS, Sônia Regina de. "As bases do desenvolvimento capitalista dependente". In LINHARES, Mario Yedda. Obra citada, p. 249.)

O resultado da adoção de tal política logo se evidenciou nas nossas reservas em moeda estrangeira, pacientemente acumuladas durante os anos da guerra. As reservas quase desapareceram, usadas, na maior parte dos casos, para financiar importações de produtos supérfluos ou de mercadorias que já eram produzidas no Brasil. A indústria sentiu o choque e o seu ritmo de crescimento diminuiu sensivelmente. A própria dívida externa, que havia apresentado uma redução bastante grande durante a guerra, voltou a crescer. Finalmente, a balança de pagamentos se apresentava comprometida.

A partir de 1947, o governo mudou suas diretrizes econômicas, abandonando o liberalismo e incorporando um tímido **intervencionismo**. O controle do câmbio e a regulamentação das importações (dificultando a entrada de supérfluos e patrocinando a compra das máquinas e equipamentos fundamentais para a indústria) passaram a estimular a economia brasileira, que apresentou mais uma vez crescimento acelerado.

Junto com a crescente produção industrial voltada para o mercado interno, o café apresentou súbita valorização em 1949, fazendo com que o país, já no ano seguinte, apresentasse um saldo favorável na balança comercial da ordem de 100 milhões de dólares, o primeiro saldo positivo desde 1947. O ponto mais alto desse tímido intervencionismo foi o **plano SALTE**, apresentado em maio de 47, o qual nada mais foi do que uma tentativa de

coordenar os gastos do governo (especialmente nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia) e, embora jamais tivesse sido inteiramente adotado, demonstrava a nova orientação. De qualquer maneira, apesar de a economia brasileira ter crescido em média 6% ao ano no governo Dutra, o desperdício das reservas cambiais e a expansão da dívida externa não permitem considerá-lo um sucesso econômico.

No plano da política interna, o conservadorismo foi a tônica. A força demonstrada pelo Partido Comunista nas eleições de 1945 assustava as elites, e Dutra, representando-as, logo reagiu. Em maio de 1947, o registro do PCB foi cassado e o partido mais uma vez retornou à ilegalidade sob o pretexto de não ser brasileiro, mas apenas representar a União Soviética. Uma entrevista na qual Prestes afirmava – numa frase infeliz – que apoiaria os soviéticos no caso de guerra contra o Brasil só serviu para justificar o fechamento do partido.

Além disso, no mesmo dia da decretação da ilegalidade, Dutra iniciou as intervenções nos sindicatos, chegando ao final do seu governo com cerca de 200 sindicatos sob intervenção.

Em 1950, iniciou-se a campanha eleitoral para a sucessão de Dutra. A falta de nomes de expressão nacional foi um problema enfrentado por todos os partidos como já havia ocorrido em 1945. O país havia ficado durante 15 anos sob a ditadura de Getúlio Vargas, que não apenas combatiera o surgimento de novas lideranças políticas, como também fizera maciça propaganda de si mesmo e de seu governo. Assim, os candidatos nas eleições de 1945 eram militares (Dutra e Eduardo Gomes, este proveniente do velho tenentismo) ou simplesmente desconhecidos (**Yedo Fiúza**). Em 1950, o problema era o mesmo: cinco anos de regime liberal não tinham sido suficientes para gerar novas lideranças nacionais. Assim, o PSD, seguindo orientação do próprio presidente Dutra, lançou a candidatura do mineiro **Cristiano Machado**, quase um desconhecido fora de seu estado. A UDN, sem muitas opções, resolveu insistir com **Eduardo Gomes**.

Enquanto isso, Getúlio Vargas planejava seu retorno. Eleito senador em 1945, Vargas poucas vezes foi ao Congresso, preferindo permanecer em seu retiro em São Borja, no Rio Grande do Sul, onde recebia políticos de todo o país e fazia suas articulações. Anunciou sua candidatura à presidência da República pelo PTB e logo começou a receber manifestações de simpatia e apoio. Habilmente buscou fortalecer sua candidatura aproximando-se de setores do PSD, oferecendo cargos no seu futuro governo a alguns líderes do partido. A estratégia era clara: através do PTB, Vargas, o eterno populista, falava às massas urbanas e buscava seu voto; através dos “caciques” do PSD, Vargas mobilizava a forte máquina do partido nas áreas rurais ou menos urbanizadas.



Arquivo Última Hora/AF

Paternalista, autoritário, corpulento, bem-humorado, Ademar de Barros foi um líder populista para quem seus seguidores cunharam o famoso slogan "rouba mas faz".

Restava uma incógnita: **Ademar de Barros** e o seu PSP (Partido Social Progressista). O político paulista, de forte caráter populista, era praticamente imbatível em seu estado e preparava-se para o lançamento de seu nome em nível nacional nas eleições para presidente. Vargas aproximou-se de Ademar pedindo seu apoio; em troca, Vargas o apoiaria nas eleições presidenciais de 1955. O acordo foi selado e Vargas partiu para as eleições sustentado por um forte esquema político.

As eleições deram a vitória a Vargas com 48% dos votos, seguido de Eduardo Gomes (29%) e de Cristiano Machado, que, abandonado por grande parte do PSD, obteve apenas 21%. Vargas voltara e, no carnaval de 1951, dançava-se ao som de uma marchinha que dizia: "Bota o retrato do velho outra vez/ Bota no mesmo lugar/O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar...".

Liberalismo x nacionalismo: projetos para o desenvolvimento do país

Durante o governo Dutra, iniciou-se o debate sobre as estratégias de desenvolvimento econômico a serem adotadas no Brasil. O processo de industrialização estava em andamento e o futuro do país parecia irremediavelmente ligado à indústria: a concepção segundo a qual o destino do Brasil era exclusivamente agrícola já havia sido superada. A questão que se colocava agora era qual a melhor forma de se alcançar esse desenvolvimento e, nesse sentido, dois projetos se opunham no início dos anos 50: o liberalismo e o nacionalismo.

O **liberalismo** escorava-se na aceitação do capital estrangeiro. Imaginava-se que um país como o Brasil, que contava com escassas reservas de capital, devido ao recente desenvolvimento industrial, não teria condições de promover o desenvolvimento por conta própria, sendo necessário recorrer ao capital internacional. Como este estava disponível em grande volume, sobretudo nos Estados Unidos, mas logo também na Europa e Japão, garantir-se-ia um desenvolvimento acelerado.

A penetração do capital estrangeiro seria feita através de empréstimos ou da aplicação direta por meio de empresas multinacionais, nesse caso, com a necessária transferência de tecnologia. O aumento da dívida externa

era considerado um problema secundário, uma vez que a manutenção de elevados índices de crescimento econômico acabaria por torná-la insignificante. Já a remessa de lucros para o exterior era tida como vantajosa, uma vez que serviria para atrair cada vez mais investimentos (portanto, mais riqueza e empregos) para um país tão “lucrativo” como o Brasil.

Quanto à política interna, o liberalismo defendia a idéia de que o governo deveria buscar a estabilidade econômica, a qual só seria obtida através da adoção de medidas monetaristas, para melhor adequar o Brasil aos padrões do comércio internacional.

O **projeto nacionalista**, ao contrário, inspirando-se nos princípios da CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, rejeitava a abertura da economia ao capital estrangeiro por considerá-lo sujeito a limitações. Jamais um país do centro da economia mundial capitalista aceitaria transferir recursos para um país periférico, como o Brasil, a ponto de transformá-lo em um concorrente. Assim, do ponto de vista do capital internacional, existiriam sérias restrições aos investimentos. Além disso, o endividamento externo era desaconselhável, e acreditar que as multinacionais transfeririam tecnologia de ponta para o país seria ingenuidade.

A alternativa defendida pelos nacionalistas era recorrer ao capital nacional para promover o desenvolvimento econômico autônomo do país. Uma vez que esse capital realmente não existia em grande volume em mãos da iniciativa privada – e esta também pouco interesse tinha nesse tipo de investimento –, abria-se espaço para a atuação do Estado, que apresentava condições de mobilizá-lo. Finalmente, os nacionalistas acreditavam que um desenvolvimento feito de forma independente e com participação do Estado garantiria a independência econômica do país e a possibilidade de adotar medidas de caráter social, isto é, o combate às desigualdades.



A campanha “O petróleo é nosso” era parte do projeto nacionalista em oposição ao liberalismo econômico.

Ao esquematizarmos as propostas liberais e nacionalistas, algumas simplificações inevitáveis foram feitas, uma vez que os partidários das duas ideologias às vezes tinham propostas que se aproximavam, por exemplo, quando um liberal defendia a participação do Estado em certos setores, considerados estratégicos para a economia nacional. Assim, não se deve assumir uma eventual divisão do Brasil em torno dessas duas propostas de forma exageradamente rígida, muito embora o vocabulário e os argumentos de liberais e nacionalistas dominassem a cena política brasileira durante muito tempo.

A situação internacional, com o acirramento da Guerra Fria, só iria intensificar o debate, uma vez que assumir uma postura nacionalista podia ser considerado adesão ao estatismo comunista. Em contrapartida, os nacionalistas chamavam os liberais de “entreguistas”. Com certeza, entreguistas e comunistas existiam respectivamente entre liberais e nacionalistas (e a posição do PCB, ainda que na ilegalidade, era favorável ao nacionalismo); entretanto, tais expressões eram usadas como acusações, nem sempre com fundamento.



Foto de Gervásio Batista, reprodução Revista Manchete.

Reunião de líderes do PTB em São Borja (1959), tendo ao centro João Goulart e, à direita, Leonel Brizola.

Quanto aos partidos políticos, o PTB fez sua opção pelo nacionalismo, mesmo porque suas propostas se aproximavam do populismo de Vargas e de sua própria prática de governo entre 1930 e 1945, quando criou as leis trabalhistas e empresas estatais. O PTB passou a contar assim com um apoio cada vez maior das massas urbanas e, durante toda a década de 50 e início da de 60, o partido apresentou um crescimento bastante grande, a ponto de ser considerado o mais forte do país às vésperas do golpe de 1964.

A UDN, por sua vez, optou pelo liberalismo, em que pesem algumas vozes dissonantes dentro do partido. No entanto, em termos eleitorais, o partido não tinha grande força nacional. Seu eleitorado restringia-se quase sempre a setores médios urbanos, com apoio da elite, inclusive agrária.

No PSD, o maior de todos os partidos, a indefinição era a norma. Seus líderes estavam dispostos a aceitar qualquer proposta, desde que os levasse ao poder e os mantivesse nele. Era o partido da “máquina”, dos caciques, chefões políticos espalhados por todo o Brasil, que controlavam os últimos (e não poucos) currais eleitorais. No entanto, por ter uma liderança proveniente da elite socioeconômica do país, evitavam qualquer radicalização do projeto nacionalista, principalmente no tocante às preocupações sociais.

Uma posição especial no antagonismo liberalismo-nacionalismo era a do exército, onde um grupo de oficiais ligados à recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG, 1949) rejeitava o nacionalismo. De acordo com esse grupo, liderado pelo então major Golbery do Couto e Silva, em um mundo marcado pela bipolarização entre Estados Unidos-União Soviética, não existiam mais fronteiras nacionais, mas sim “ideológicas”. O Brasil deveria assumir seu papel no bloco ocidental-capitalista e, com ele, aceitar todas as decorrências econômicas desse alinhamento.



A Escola Superior de Guerra (ESG) foi um dos centros de irradiação do “golpismo”.

Por outro lado, o nacionalismo econômico era visto por alguns oficiais como uma necessidade, e essa postura tinha longa tradição dentro das Forças Armadas, desde o velho florianismo, passando pelos tenentes das décadas de 20 e 30. Sendo assim, as Forças Armadas apresentavam-se aparentemente divididas. Entretanto, em nome da unidade da instituição, o corpo de oficiais estava quase sempre disposto a seguir a orientação dos comandantes, desprezando, às vezes, convicções pessoais.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54)

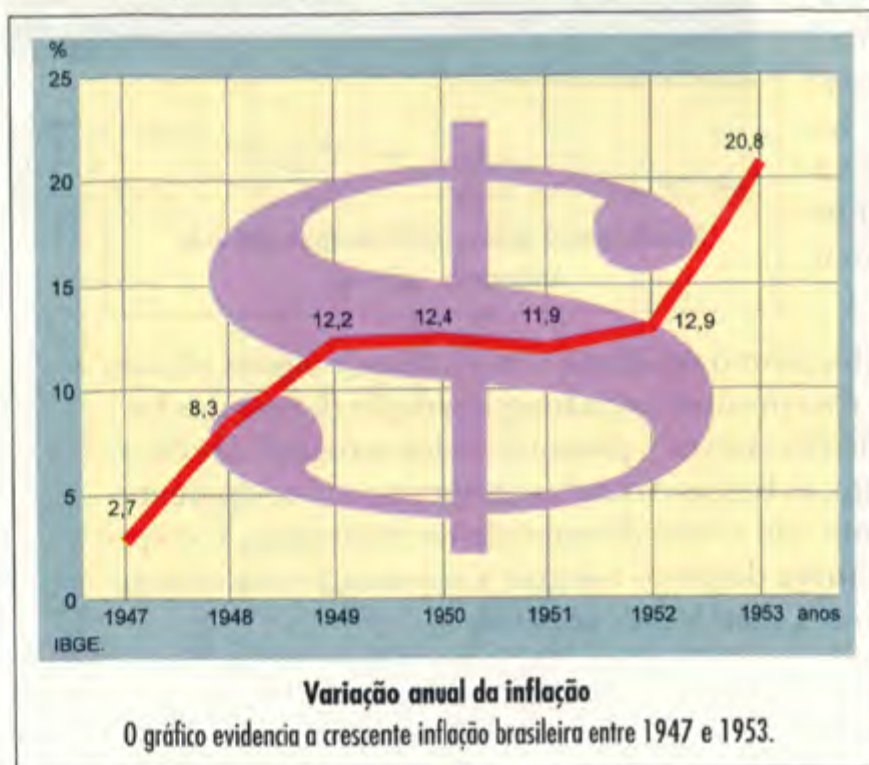
A posse de Vargas, em janeiro de 1951, significou a ascensão de um presidente comprometido com o nacionalismo. Por outro lado, os compromissos de campanha assumidos com o PSD forçaram o novo presidente a manter uma presença bastante grande de membros desse partido no poder, o que levaria a um certo descontrole dos atos do governo. A tentativa de Vargas de agradar a todos, ampliando sua base de sustentação, transparece em sua mensagem ao Congresso em 1951, quando afirmou que iria “facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez que não firam os interesses políticos fundamentais do nosso país”. Ao mesmo tempo, falava às massas em tons nacionalistas.

Em maio de 1952, as disputas no interior do exército tornaram-se públicas, quando das eleições para a presidência do influente Clube Militar, entidade que reunia oficiais da ativa e reserva. O general Estillac Leal, nacionalista, pró-Vargas, foi derrotado por Alcides Etchegoyen, mais anticomunista que liberal, que contava com o apoio do também general Ciro do Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra de Vargas. Portanto, se o presidente levasse adiante seu projeto nacionalista, encontraria oposição no meio militar.

E Getúlio levou adiante o projeto nacionalista. Desde 1951, Vargas trabalhava na criação da **Petrobrás**, uma empresa estatal que passaria a ter o monopólio da prospecção e refino de petróleo no Brasil. Após intensa campanha, que mobilizou amplos setores da população e da imprensa, a

Petrobrás foi finalmente criada por um decreto de 1953.

Da mesma forma, Vargas planejava a criação da **Eletrobrás**, com os mesmos objetivos, embora no setor de geração e distribuição de energia elétrica. Além disso, Vargas propôs, no início de 1954 – para desagrado do empresariado –, um reajuste de 100% no salário mínimo, com o objetivo de repor as perdas perante a crescente inflação.



Buscando ampliar o seu apoio popular, Getúlio nomeou ministro do Trabalho, em junho de 1953, o jovem petebista gaúcho **João “Jango” Goulart**.

“... [Jango] era uma figura suspeita para a classe média. Por parecer o primeiro passo de uma nova campanha para cortejar o proletariado, a sua nomeação alarmou os industriais, os eleitores da classe média e os militares com inclinações conservadoras (...). Aos olhos desses antigetulistas, Goulart era um ‘agitador demagógico’ que, para proveito pessoal, organizaria uma falanga proletária capaz de derrubar a ordem social vigente. Portanto, o problema de Vargas era que quaisquer atitudes no sentido de mobilizar a classe operária poderiam levar ao pânico a opinião do centro e jogaria a favor da oposição de extrema direita (...).”

Jango tornou-se assim o alvo de todos os receios da classe média, temerosa da possibilidade de perder seu status e vantagens econômicas numa sociedade em vias de industrialização mas desgovernada pela inflação.”

(Trechos de SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, 10. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. pp. 149 e 159.)

Em 1953, a onda de greves alarmou as forças conservadoras e, quando o ministro João Goulart passou a defender o reajuste de 100% proposto para o salário mínimo, os militares exigiram sua demissão através do Manifesto dos Coronéis, organizado e liderado pelo coronel Bizarria Mamede, da Escola Superior de Guerra. Vargas cedeu, mas não acalmou a oposição, que, nessa época, tinha como centro a UDN e seu líder, **Carlos Lacerda**.

Bastante culto e irônico, além de brilhante orador, de seu jornal *Tribuna da Imprensa* Lacerda lançava farpas contra o presidente e criticava o governo de maneira geral: denunciava a “esquerdização” do Brasil e a corrupção no executivo.

No dia 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda foi ferido em um atentado que acabou culminando com a morte de seu guarda-costas, Rubens Florentino Vaz, major da Força Aérea. As investigações que se seguiram levaram a **Gregório Fortunato**, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas e mandante do crime. O envolvimento de Fortunato, por sua vez, incriminava Vargas, por muitos considerado o verdadeiro mentor do atentado.

O atentado contra Carlos Lacerda desencadeou um processo que culminou com o suicídio de Vargas.



As oposições se articularam, principalmente dentro das Forças Armadas, exigindo a renúncia do presidente. Duas frases atribuídas a Vargas demonstram bem a sua posição perante os acontecimentos: “Esta bala não foi dirigida a Lacerda, mas a mim”; e, conforme a apuração do atentado evoluía e o envolvimento de seu comandante de guarda era provado, disse: “Tenho a impressão de me encontrar sobre um mar de lama”. Carlos Lacerda, por seu lado, retrucava: “Não podemos sequer dizer que chegamos à beira do precipício, porque até este foi roubado...”.

Pressionado, vendo desaparecer todo o apoio político de que dispunha e perante a iminência de um golpe, Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração nas primeiras horas da manhã de 24 de agosto de 1954. Seu ato provocou violenta comoção popular, principalmente quando da divulgação de sua carta-testamento, encontrada ao lado do corpo. Desolado, o povo, que parecia ser a única força ainda a apoiar Vargas, saiu às ruas e rapidamente passou da incredulidade à revolta: durante todo o dia 24, tudo aquilo que lembrava oposição a Vargas foi atacado, desde sede de jornais até o próprio prédio do ministério da Aeronáutica no Rio de Janeiro. A intensa reação popular impediu que forças conservadoras assumissem o poder, abortando qualquer golpe em preparação. O vice-presidente **Café Filho** assumiu a presidência.



Manifestação popular por ocasião da morte de Vargas.

Pode-se imaginar ainda uma alternativa para que Vargas evitasse o suicídio: um apelo ao povo. Por mais que o presidente estivesse acuado em agosto de 1954, sempre contou com o apoio das massas urbanas, e os episódios que ocorreram logo após a divulgação do suicídio são prova disso. No entanto, essa alternativa desencadearia um confronto, talvez uma revolução, e isto era inconcebível para Vargas, que sempre foi um líder reformador populista, jamais um líder revolucionário popular. Seu compromisso sempre foi junto às elites, por mais que apelasse para o povo em seu discurso ou que lhe fizesse concessões. Assim, a radicalização não era uma alternativa e o populismo demonstrou claramente seus limites, como viria a demonstrar novamente em futuro próximo.

"Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo condenaram-me novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios do domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Valtei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional da potencialização de nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstacolada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

(...)

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. (...) Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história."

(Trechos do carta-testamento de Getúlio Vargas, reproduzida em DEL PRIORE, Mary & outros. *Documentos da história do Brasil: De Cabral aos anos 90*. São Paulo, Scipione, 1997, pp. 98-9.)

O governo de Café Filho (1954-55)

O curto governo de Café Filho foi marcado por uma retomada dos princípios econômicos que haviam sido parcialmente abandonados por Vargas. Seu ministro da Fazenda foi Eugênio Gudin, auxiliado na Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito, embrião do Banco Central) por Otávio Gouveia de Bulhões, ambos defensores de práticas liberais. Buscaram combater a crescente inflação com medidas ortodoxas, isto é, monetaristas, levando inevitavelmente à recessão e a uma aguda crise bancária.

No início de 1955 foi publicada a instrução nº 113 da Sumoc, que concedia facilidades para empresas estrangeiras importarem máquinas e equipamentos de suas matrizes. A medida tinha como intenção estimular a atividade industrial e efetivamente o fez, mas acabou servindo também

para que essas empresas comprassem material obsoleto superfaturado, aumentando assim a remessa de lucros para o exterior, de modo, em princípio, ilegal, embora tolerado pelas autoridades.

No entanto, o grande assunto do governo de Café Filho foi a sucessão presidencial, realizada sob o impacto da morte de Vargas. O primeiro a lançar sua candidatura oficialmente foi **Juscelino Kubitschek**, governador de Minas Gerais e representante de uma nova geração de políticos, ainda que criado dentro da máquina partidária do PSD de Minas.

Já o PTB tinha como candidato natural **João Goulart**, embora enfrentasse violenta oposição de setores mais conservadores, como as Forças Armadas. Assim, o partido procurou estabelecer uma aliança com uma força de “centro”, e Juscelino parecia um aliado natural, mesmo porque, do ponto de vista do PSD, Jango oferecia a possibilidade de atrair o voto do eleitorado urbano. Os dois partidos formaram uma aliança aparentemente imbatível, com Juscelino candidato a presidente e Jango a vice. Nas palavras de Abelardo Jurema: “... o PSD, sem o PTB, irá para a reação, e o PTB, sem o PSD, irá para a revolução”; com a aliança, os extremismos pareciam estar sob controle.

A UDN lançou como candidato mais uma vez um militar ligado às velhas lutas tenentistas, **Juarez Távora**, agora general e ligado à ESG. Um quarto candidato foi **Ademar de Barros**, que ambicionava a presidência desde o acordo firmado com Vargas em 1950; muito embora suas possibilidades reais de vitória fossem reduzidas.



Folha Imagem

Manifestantes favoráveis à candidatura de Juarez Távora na campanha presidencial de 1955.

A campanha foi polarizada por Juscelino e Juarez. O primeiro insistia em um discurso desenvolvimentista, afirmando que deveriam ser utilizados todos os recursos, tanto públicos quanto privados, para promover a rápida industrialização do país. Contrariamente, Juarez fazia um apelo à moralização do regime, indo pouco além disso. Seu grande articulador e propagandista era Carlos Lacerda, que não poupava críticas a Juscelino, chamando-o “articulador da canalhice nacional”. Na verdade, os udenistas,

com Lacerda à frente, percebiam a inevitabilidade de uma vitória de Juscelino-Jango e muitos pensavam em golpe. Tendo perdido a oportunidade de assumir o poder quando do suicídio de Vargas, apelavam agora para as Forças Armadas, no sentido de evitar a posse de Juscelino, candidato de uma chapa aparentemente muito à esquerda.

O resultado das eleições realizadas no dia 3 de outubro de 1955 indicou a vitória de Juscelino com 36% dos votos, apenas uma pequena vantagem sobre os surpreendentes 30% de Juarez e 26% de Ademar. Curiosamente, João Goulart conseguiu obter maior votação que Juscelino, uma vez que os votos para presidente e vice eram separados: cerca de 3,5 milhões de eleitores optaram por Jango e 3 milhões, por Juscelino.

Demarcando as fronteiras liberais quanto à democracia, Lacerda pregava abertamente um golpe militar para que o país não fosse entregue a “comunistas” e “corruptos”, por ele identificados com a chapa Juscelino-Jango. Não aceitava o resultado das eleições, argumentando que o novo presidente não havia sido eleito com a maioria absoluta dos votos; aliás, um argumento que já havia sido utilizado quando da vitória de Vargas, embora sem significado legal. Em seguida, a *Tribuna da Imprensa* publicou um documento falso, a Carta Brandi, tentando provar o envolvimento de Jango com a importação ilegal de armas para equipar milícias operárias, aumentando assim a tensão política no país.

No dia 1º de novembro, em cerimônia fúnebre pela morte do general Canrobert Pereira, o coronel Bizarria Mamede, da Escola Superior de Guerra, pronunciou violento discurso contra os candidatos eleitos. O general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra e, portanto, comandante do exército, decidiu punir o coronel Mamede por pronunciamento tão infeliz e provocador. No entanto, tal punição teria que partir do presidente da República, uma vez que a ESG estava diretamente subordinada a ele. Dois dias depois, porém, o presidente Café Filho afastava-se da presidência, vítima de ataque cardíaco, sendo substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Este era do PSD, porém de uma ala conservadora que se opunha a Juscelino e se aproximava da UDN e dos golpistas. Procurado por Lott, Carlos Luz negou-se a punir Mamede, desprestigiando assim o ministro da Guerra e forçando seu pedido de demissão.

A essa altura, não havia mais dúvida: um golpe estava em andamento. Tudo parecia ter sido preparado para provocar o afastamento de Lott, uma vez que ele havia se pronunciado diversas vezes em favor do respeito à legalidade e em defesa da posse dos candidatos eleitos, fossem quais fossem. Forçando-se a demissão de Lott, um novo ministro seria nomeado por Carlos Luz, e o golpe seria inevitável.

Mas Lott acabou-se antecipando aos golpistas. Na noite de 10 de novembro, enquanto redigia seu pedido formal de demissão, o ministro foi alertado por diversos comandantes militares a respeito das conseqüências



Arquivo Nacional/Agência Nacional.

Juscelino (à esquerda) no dia da posse, acompanhado de Nereu Ramos e do vice-presidente João Goulart (à direita).

desastrosas de seu afastamento. Percebendo que havia sido usado, Lott voltou atrás e, com a autoridade de ministro que ainda lhe restava, ordenou ele mesmo um golpe para o dia seguinte. Tratava-se de um contra-golpe preventivo, um golpe para evitar o golpe. Com as tropas nas ruas, o ministro assumiu o poder, afastou Carlos Luz da presidência e impediu o retorno de Café Filho, subitamente curado do mal cardíaco a respeito do qual agora levantavam-se suspeitas. A presidência da República foi então entregue ao presidente do Senado, Nereu Ramos, o qual governou até a posse de Juscelino e Jango em 31 de janeiro de 1956.

Os golpistas ainda tentaram reagir. Lacerda, Mamede e o próprio Carlos Luz fugiram a bordo do cruzador Tamandaré e rumaram para São Paulo, onde pretendiam buscar apoio. Chegaram a trocar tiros com baterias costeiras no Rio de Janeiro, mas a iniciativa não deu em nada. Fracassou a segunda tentativa de golpe sob influência da UDN e da ESG.

O desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (1956-61)

O governo de Juscelino costuma ser lembrado como o período que aliou tranqüilidade política e prosperidade econômica. De fato, se comparado a outras épocas, os anos JK, como ficou conhecido o período de governo de Juscelino, apresentaram essas características. Escolhido em eleições relativamente limpas, assumiu o mandato no dia previsto e cumpriu-o até o fim, passando o cargo ao sucessor eleito de acordo com as mesmas regras. Quanto ao crescimento econômico, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro cresceu em média 7% ao ano, enquanto a taxa *per capita* aumentou num ritmo quatro vezes maior que no restante da América Latina. Os números relativos ao valor da produção industrial são impressionantes, revelando um crescimento de 80% no período (100% no caso da indústria do aço, 125% na indústria mecânica, 380% em eletricidade e comunicações e nada menos que 600% nos transportes). Tal situação reflete as prioridades do governo Juscelino no desenvolvimento econômico-industrial do país.

Do ponto de vista político, a aliança PSD/PTB funcionou no sentido de garantir uma base de apoio no legislativo (em 1956, 170 dos 320 deputados pertenciam a um dos dois partidos; em 1958, 180 deputados). No que se refere às Forças Armadas, nenhuma oposição era aguardada, uma vez que Juscelino nomeou para ministro da Guerra o prestigiado general Lott, que, como sabemos, tinha uma posição legalista. A marinha de guerra foi reequipada, com a aquisição do porta-aviões Minas Gerais, e a Força Aérea sozinha não poderia ter pretensões políticas mais sérias. Ainda assim, as duas únicas rebeliões militares do período partiram da Aeronáutica: as revoltas de Jacareacanga e Aragarças, meras “quarteladas” de oficiais conservadores assustados com as supostas tendências esquerdizantes de Juscelino. Em última análise, as revoltas só serviram para o presidente demonstrar sua habilidade política, anistiando todos os rebeldes.

A UDN, portanto, ficou praticamente sozinha na oposição. Com sua relativamente pequena bancada no Congresso, reduzida à função de protestar, passou a ser conhecida por “banda de música”, devido ao “barulho” que fazia. À frente da bancada, estava Carlos Lacerda, agora deputado federal.

Pelas palavras ao lado já se percebem os limites do “nacionalismo” de Juscelino. Ao prometer rentabilidade aos que se dispusessem a cooperar com seu projeto econômico, JK faz um apelo explícito ao capital estrangeiro, que, de fato, começou a ingressar no país num ritmo jamais visto. Desde o capital de risco, isto é, de empresas que se instalaram no Brasil, até os empréstimos particulares e públicos, o capital estrangeiro começou a alimentar o sonho do “Brasil potência”. Acompanhado por um discurso nacionalista extremamente convincente, criava-se um novo modelo de desenvolvimento para o país, agora em íntima associação com o capital internacional.

A indústria desenvolveu-se a passos largos, como observamos nos números citados anteriormente, e novos produtos começaram a ser fabricados no Brasil: se, nos anos 30, desenvolveu-se a indústria leve, de bens de consumo não-duráveis (têxteis, alimentos) quase sempre em mãos privadas, e, nos anos 40, a indústria pesada, de base (aço, mecânica), em mãos do governo, durante o governo de Juscelino nasceu e fortaleceu-se a indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos), quase sempre em mãos

“Garantindo a tranquilidade política, Juscelino partiu para o seu programa econômico, que tinha como slogan ‘50 anos em 5’, isto é, cinquenta anos de progresso em cinco de governo. Para viabilizá-lo, Juscelino colocou em prática o nacionalismo-desenvolvimentista, ou seja, uma tentativa de promover o desenvolvimento a partir de interesses exclusivamente nacionais. Nas palavras de Juscelino: ‘Convém que se compreenda, de uma vez para sempre, que o desenvolvimento do Brasil não é uma pretensão ambiciosa, um desvario, um delírio expansionista, mas uma necessidade vital. Desenvolver, para nós, é sobreviver, gravam bem os que estão em condições de colaborar conosco, que não necessitamos apenas de conselhos... mas de cooperação dinâmica, e que essa cooperação é altamente rentável a quem se dispuser a ajudar-nos.’”

(FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, 3. ed. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 1995. t. III, v. 4, p. 91.)

de empresas multinacionais. Assim, o modelo de industrialização por substituição de importações se consolidava. Por volta de 1960, os principais produtos importados pelo Brasil não eram industrializados (petróleo e trigo).



Outra novidade era a intensa participação do Estado na economia, trabalhando em íntimo contato com o capital estrangeiro. A coordenação global do desenvolvimento era feita a partir do **plano de Metas**, que definiu os principais objetivos a serem atingidos, agrupados em cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação. Os dois primeiros foram privilegiados, recebendo perto de 70% da dotação orçamentária original do plano. Quanto à educação e alimentação, áreas de maior alcance social, é sintomático observar que as metas não foram alcançadas; no entanto, a hábil propaganda oficial exaltava a tal ponto o sucesso em outras áreas que isso passou quase despercebido.

Vale a pena destacar também que o plano concentrava-se no estabelecimento de metas puramente físicas, visíveis, praticamente ignorando questões monetárias, fiscais e ligadas às relações econômicas internacionais. Além disso, atingir metas físicas tinha grande efeito de propaganda, ajudando a moldar a imagem do presidente como grande realizador. Ainda nesse contexto, existia uma meta-símbolo, que não foi propriamente incluída no plano, mas concentrou recursos e energia do governo: a **construção de Brasília**.

Por trás da persistente temática desenvolvimentista do governo JK, enfatizando o crescimento econômico, a prosperidade e a superação do atraso, firmava-se a ideologia progressista, segundo a qual suas vantagens seriam de todos os brasileiros, sem se questionar como e quanto para cada um dos diferenciados grupos sociais existentes no Brasil. Mais que isso, cimenta-

va-se a simbiose do ideal desenvolvimentista com progresso, modernização, articulando os interesses da burguesia nacional com a dinâmica internacional capitalista.

A dívida externa brasileira cresceu enormemente durante os anos JK. Na verdade, de 2 bilhões de dólares em fins de 1955, passara para 2,7 bilhões em fins de 1960. O problema estava no fato de as exportações não haverem crescido da mesma maneira, com os preços do café, ainda a nossa principal fonte de divisas, registrando queda no final da década.



Arquivo Nacional/Carreio da Memória

A construção de Brasília destinava-se a promover a ocupação do interior do país.

"Mas o que causava preocupação não era tanto o nível da dívida externa, mas os termos em que o Brasil se estava endividando, crescentemente e a curto prazo: em fins de 1960, 70% do total da dívida externa brasileira deveria ser paga nos próximos três anos. (...) os dados do balanço de pagamentos mostram que, no último ano do governo Kubitschek, as amortizações (US\$ 417 milhões), pela primeira vez em seu governo, superam os novos financiamentos (US\$ 348 milhões), gerando um sério problema de liquidez que só seria resolvido, temporariamente, já na gestão do presidente Quadros."

(MALAN, Pedro. "Relações econômicas internacionais do Brasil". In FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 1995. t. III, v. 4, p. 84.)

Uma das formas que Juscelino tinha para administrar o problema da dívida externa e, portanto, da falta de recursos no país, era a realização de novos empréstimos no exterior. Mas, no final do seu governo, esse capital começava a escassear ou pelo menos não existia no volume necessário. Em 1958, o governo lançou um plano de estabilização da economia, que incluía o combate à sempre crescente inflação. O plano previa um empréstimo norte-americano de 300 milhões de dólares, mas o governo dos Estados Unidos condicionou a liberação dessa soma à aprovação do FMI, Fundo Monetário Internacional.

"Criado em 1946 como agência especializada da ONU, o FMI é constituído por um conjunto de Estados-membros que contribuem com uma cota correspondente ao seu potencial econômico. Seus objetivos expressos são promover a cooperação monetária internacional, a expansão do comércio e a estabilidade cambial; prestar assistência provisória aos Estados-

membros em dificuldades em seu balanço de pagamentos. Em si mesmo, o FMI não dispõe de grandes recursos, mas tem papel fundamental como auditor que dá sinal verde ou vermelho aos credores públicos e privados no tratamento com os países devedores. O sinal verde significa a possibilidade de que grandes bancos americanos, europeus e japoneses, assim como seus governos, concedam a um determinado devedor novos créditos, novos prazos para pagamento dos juros e do principal, financiamento para exportações e importações etc.

A visão do FMI em matéria de política financeira foi rigidamente ortodoxa até que a realidade dos fatos obrigou-o, em anos mais recentes, a ser mais flexível na terapia indicada para os países em crise. De um modo geral, essa terapia visa a obter o equilíbrio nas contas externas de um país, estimulando as exportações através da liberalização do câmbio (...). Ao mesmo tempo, trata de pôr fim ao déficit público através do corte de gastos e/ou aumento da receita do Estado. Essas medidas provocam recessão e desemprego, consequências negativas que o FMI não considera seu objetivo, mas males necessários e temporários para um país alcançar o equilíbrio financeiro e retomar o seu crescimento."

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp/FDE, 1994. p. 434.)

Os nacionalistas, com o PTB à frente, rejeitavam o plano de estabilização econômica por conter elementos constantes do receituário habitual do FMI. Recessão e desemprego, diziam os nacionalistas, deveriam ser evitados a qualquer custo e tal posição ameaçava seriamente a aliança que apoiava Juscelino. Em agosto de 1959, JK rompeu drasticamente com o FMI, demitindo o ministro da Fazenda Lucas Lopes e o diretor do recém-criado (1952) BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Roberto Campos; ambos acusados de entreguismo e submissão ao capital internacional. A medida teve caráter quase simbólico, uma vez que o governo de Juscelino já estava se encerrando e o próximo presidente poderia reatar com o FMI sem maiores problemas. No entanto, serviu às finalidades políticas de Juscelino, que, mais uma vez, aparecia como o grande defensor dos interesses nacionais.

"A estratégia de Kubitschek merece o rótulo de 'nacionalismo desenvolvimentista' e não simplesmente 'desenvolvimentismo', tal a fórmula pela qual foi apresentada ao povo brasileiro. Reforçando os propósitos e as ações do governo havia um apelo ao senso de nacionalismo. Era o 'destino' do Brasil tomar o 'caminho do desenvolvimento'. A solução para o subdesenvolvimento nacional, com todas as suas injustiças sociais e tensões políticas, devia ser a industrialização urgente.

O sucesso da política econômica de Kubitschek foi o resultado direto de seu sucesso no sentido de manter a estabilidade política. Ele foi capaz de manter isso apenas por um tour de force político. O segredo residia na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos. Este estilo político não envolvia mudanças fundamentais. Pelo contrário, Kubitschek se utilizava do próprio sistema a fim de ganhar apoio — ou, em muitas casos, 'ojeitando' a oposição — para seus programas. Isto significava capitalizar as alianças getulistas sem o autoritarismo ou o populismo dos quais Vargas lançou mão em vários estágios de sua carreira.

A essência do estilo de Kubitschek era a improvisação. O entusiasmo, a sua principal arma, refletia uma confiança contagiante no futuro do Brasil como grande potência. Sua estratégia básica era pressionar pela rápida industrialização, tentando convencer cada grupo do poder que teriam alguma coisa a ganhar ou, então, nada a perder. Isto requeria um delicado equilíbrio político."

(SKIDMORE, Thomas. Obra citada, pp. 207-8.)

Em 1960 realizaram-se eleições para a sucessão de Juscelino. O PSD e o PTB repetiram a aliança vitoriosa de 1955 e que foi um sucesso durante os cinco anos de Juscelino. O general **Lott** foi o candidato, tendo como vice mais uma vez João Goulart. O PSP, Partido Social Progressista, lançou a candidatura de **Ademar de Barros**, que, novamente seria figurante, embora sua penetração junto ao importante eleitorado paulista fosse significativa. A UDN, por sua vez, apoiou o então governador de São Paulo, **Jânio Quadros**, político independente, com vínculos partidários inconstantes e ambicionando a presidência. O partido o apoiou, mesmo porque, nas palavras de Lacerda, "o Jânio ganharia de qualquer maneira – ou ganhava conosco, ou ganhava com o PTB...".



O fenômeno Jânio Quadros representava uma candidatura imbatível em 1960 criando uma forte coligação de partidos.

O resultado das eleições apontou a vitória de Jânio Quadros com 48% dos votos, representando quase 6 milhões de eleitores, ou seja, a maior votação absoluta que um político havia conseguido no Brasil até então. Lott obteve 32% dos votos e Ademar, os esperados 20%. Jango mais uma vez surpreendeu, conseguindo mais votos para vice-presidente que qualquer outro candidato. Aliás, durante a campanha eleitoral, o próprio Jânio fez vistas grossas aos comitês "Jan-Jan", que propunham justamente o voto em Jânio e Jango, por saber que essa posição lhe traria votos do PTB. No início de 1961, Jânio Quadros foi o primeiro presidente da República a ser empossado em Brasília, tendo como vice o candidato da outra chapa, João Goulart; em um arranjo que a curiosa lei eleitoral permitia.

O governo de Jânio Quadros (1961)

Jânio Quadros foi um político de carreira meteórica. Eleito vereador na cidade de São Paulo em 1947, deputado estadual em 1950, prefeito em 1953, governador do estado em 1954, derrotando o poderoso Ademar de Barros, e deputado federal em 1958. Sem jamais se comprometer com nenhum partido e poucas vezes cumprindo um mandato até o seu final, Jânio despontava em 1960 como um candidato imbatível à presidência da República e, não causando surpresas, acabou sendo eleito.

Qual teria sido o segredo do seu espetacular sucesso? Jânio criou um novo jeito de fazer política no Brasil, não sendo exagero dizer que fez escola, como as eleições futuras, a partir de 1989, viriam provar. Rompeu com uma certa tradição populista (getulista, até) de líder político que apenas falava às massas: Jânio propunha a identificação com elas.

Podemos dizer que o sucesso ou o fracasso de um político dependem em maior ou menor escala de sua imagem e de seu conteúdo, este por sua vez percebido através da filiação partidária e do discurso público. Jânio soube trabalhar sua imagem melhor do que nenhum outro político da época, a imagem de um homem simples, de classe média, disposto a enfrentar os poderosos na luta pela moralização.

Assumiu a imagem do “intérprete da vontade do povo”, de “um governo que representa a nação”, guiado pelos “superiores interesses da comunidade”, segundo seus discursos. Era o “tostão contra o milhão”, como dizia sua campanha ao governo do estado de São Paulo em 1954. Adotava como símbolo a vassoura, com a qual supostamente varreria a corrupção da cidade, mais tarde do estado e finalmente do país. Suas aparições públicas eram cuidadosamente preparadas, para que todos pudessem ver de perto seus hábitos simples, seus sanduíches de mortadela, sua caspa ostensiva e seus ternos sempre amassados e mal-cortados: Jânio parecia ser o homem do povo que acabara de descer do ônibus.

Quanto ao seu conteúdo, Jânio jamais estabeleceu vínculos sólidos com qualquer partido, tornando impossível uma definição ideológica. Nem nacionalista, nem liberal. Em 1960, Jânio não “era” da UDN, mas apenas “estava” no partido. Em termos vagos, propunha a moralização e o combate à corrupção, embora sem detalhar os meios para fazê-lo. Nos discursos, primava pela beleza formal e falta de conteúdo. Professor de língua portuguesa antes de ingressar na política, caprichava no vocabulário, não sendo necessariamente compreendido pelas audiências (“Não creio nos desmaios da autoridade! Não creio no pensamento coarctado! Não creio na providência das espórtulas constrangedoras...!”), dizia em discurso). Seu gesticular espalhafatoso, olhar vidrado e curiosa pronúncia encantavam as platéias e mascaravam a sua total falta de conteúdo. Enfim, nas palavras de Afonso Arinos, “Jânio foi a UDN de porre”.

Talvez Jânio tenha sido o primeiro político verdadeiramente moderno na história do Brasil, uma vez que foi o primeiro a descobrir que, numa era de meios de comunicação de massa e voto universal, a imagem deveria preceder o conteúdo. Ignorando-o, concentrou todo seu esforço no sentido de aperfeiçoar a imagem; foi um político da era da televisão. Percebeu que a imagem, em duas dimensões, poderia ser manipulada, aperfeiçoada ao seu bel-prazer e de acordo com o gosto do público, independentemente de qualquer tipo de profundidade.



Jânio Quadros falando ao povo.

Mesmo procurando não se definir como socialista ou capitalista, o janismo achava-se profundamente comprometido com o desenvolvimento e, assim, empenhado em superar o quadro dependente do subdesenvolvimento com a maior dinamização capitalista. O discurso mais uma vez não refletia o real, pelo menos em sua profundidade substantiva.

Os seis milhões de votos que recebeu cercaram a sua administração de grande expectativa, que logo se transformou em decepção quando da formação do governo. Nomeou um ministério com figuras inexpressivas, temeroso de que algum ministro tivesse uma imagem mais forte que a sua. Em seguida, passou a se concentrar em assuntos menores, como a proibição de brigas de galo, uso de lança-perfume e utilização de biquínis nas praias. Tratava-se de mascarar sua falta de projeto com medidas altamente polêmicas, sem importância real para o país.

Enquanto isso, a situação econômica do país se complicava, com a dívida externa começando a escapar do controle, a inflação subindo e a economia não mais crescendo no ritmo acelerado da época de Juscelino. O presidente colocou em prática uma política de combate à inflação, gerando recessão e, obviamente, descontentamento generalizado. Ao mesmo tempo, promoveu um corte nos gastos do governo, retirando os subsídios à importação de trigo e petróleo, o que ocasionou imediatamente um aumento no preço do pão e dos combustíveis. Tais medidas fizeram diminuir a sua popularidade. De sucesso, apenas a renegociação da dívida externa, sob as bênçãos do FMI. No entanto, todas as medidas econômicas foram tomadas pensando-se em resolver problemas imediatos, sem nenhum planejamento a longo prazo; e nisso seu governo contrastava fortemente com o de Juscelino.

Ao mesmo tempo, Jânio chocava-se com o Congresso: o seu não-comprometimento com nenhum partido político agora se fazia sentir. Rompeu com a UDN poucos meses após assumir e seu relacionamento com o

legislativo passou a depender de longas negociações, às quais o presidente não estava acostumado. Seu estilo era autoritário e se exercia através dos famosos “bilhetinhos”, ordens explícitas e manuscritas transmitidas aos ministros e outros membros do executivo, quase sempre passando por cima do Congresso e evitando qualquer tipo de negociação.

Iconographia



A política externa independente de Jânio Quadros: aproximação (ainda que de fachada) com o bloco socialista. Na foto, Jânio recebe o dirigente cubano Fidel Castro em 1961.

Como quase todo presidente que fracassa em política interna, Jânio buscou desviar a atenção para a **política externa**. Fez disso sua principal tentativa de se aproximar dos grupos nacionalistas ou de esquerda, lançando a política externa independente. Tratava-se basicamente de fugir do alinhamento automático e, como conseqüência, buscar uma aproximação com o bloco socialista. Iniciou conversações para restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética, enviou o vice-presidente João Goulart em missão oficial à China comunista e condenou a agressiva política norte-americana em relação à Cuba de Fidel Castro. Chegou até a convidar o líder revolucionário de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, para uma visita ao Brasil. Guevara foi recebido com honras de chefe de Estado e condecorado com a ordem do Cruzeiro do Sul, a mais importante medalha nacional, para profunda insatisfação dos anti-comunistas e das Forças Armadas.

Então, a 25 de agosto de 1961, Jânio subitamente renunciou. Sem maiores explicações e surpreendendo o país, o presidente enviou uma carta de renúncia ao Congresso, falando de “forças terríveis” que se levantavam contra ele, sem explicar quais seriam essas forças, e, logo em seguida, partiu para o exterior. Imagina-se que Jânio tenha tentado um golpe. Recebendo críticas de todos os lados e oposição cerrada no Congresso, sem qualquer apoio, o presidente pode ter pensado que o legislativo e, principalmente, as Forças Armadas jamais aceitariam a posse do vice, João Goulart, associado sempre aos setores de esquerda. Talvez Jânio imaginasse que os seis milhões de eleitores fossem implorar pela sua permanência na presidência. Assim, nos braços do povo, com apoio das Forças Armadas e do legislativo, Jânio retornaria ao poder, fortalecido. De qualquer maneira, o suposto golpe não funcionou, o Congresso aceitou calmamente o pedido de renúncia.

O governo de João Goulart (1961-64)

Como era de se esperar dentro das circunstâncias, as Forças Armadas vetaram a posse de João Goulart. Os ministros militares, tendo o general Odílio Denys à frente, diziam que a volta de Jango – em missão oficial à China – e sua posse na presidência seriam altamente inconvenientes por motivos de “segurança nacional”. Nesse sentido, valendo-se do presidente interino, o deputado **Ranieri Mazzilli**, os ministros militares solicitaram ao Congresso que aprovassem a manutenção de Mazzilli no cargo até que se realizassem novas eleições presidenciais. O Congresso rejeitou o pedido, desencadeando assim uma grave crise política.

No dia 30 de agosto, os ministros militares lançaram um manifesto à nação, no qual insistiam na “inconveniência” da posse de Jango, tido como agitador e comprometido com interesses comunistas; além de preverem para o país uma época de “agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã”.

As Forças Armadas, entretanto, estavam divididas. Muitos oficiais defendiam o respeito à legalidade e, portanto, a posse de Jango. Dentre esses destacava-se o ainda prestigiado general Lott, que logo tornou pública sua posição. A situação complicou-se com a tomada de posição do general Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército, no Rio Grande do Sul, tradicionalmente a mais bem armada das quatro subdivisões do exército brasileiro. O governador do Rio Grande do Sul, **Leonel Brizola**, do PTB, cunhado de Goulart e seu provável herdeiro político, passou a defender radicalmente a posse, ameaçando inclusive com a luta armada para fazer valer o respeito à Constituição. Do Sul, Brizola organizou a Voz da Legalidade, uma rede de rádio criada para conseguir apoio a Jango em todo o Brasil.

Com o país dividido e quase à beira da guerra civil, o Congresso acabou encontrando uma solução: a implantação do **parlamentarismo**. Assim, a 2 de setembro de 1961 foi aprovada uma emenda constitucional que instituía o sistema no Brasil. Jango poderia assumir a presidência, embora o governo de fato fosse para as mãos de um primeiro-ministro. Foi a etapa parlamentarista de seu governo.

“A crise de 25 de agosto a 5 de setembro trouxe à baila vários aspectos do drama político brasileiro. Primeiramente, ficou claro que a vitória eleitoral de Jânio Jete havia dado um poder mais aparente do que real (...). Jânio não pôde fazer com que o peso de seu apoio popular o defendesse num contexto nacional, a menos que o tivesse, de alguma forma, organizado. Numa palavra, ele necessitava um partido, ou movimento, de bases amplas para apoiá-lo no que se destinava a ser uma fase de grave luta política (...).”

Em segundo lugar, a crise da sucessão demonstrou que nos momentos em que o processo político civil é abalado, a opinião dos militares se torna decisiva. Se os militares estivessem unidos contra a sucessão de Jango, é provável que nunca tivesse assumido a presidência.

Em terceiro lugar, os militares moderados [legalistas] refletiam a opinião de grande número de civis empenhados na continuidade da Constituição, os quais recuavam à idéia de renunciar a um político popularmente eleito, em virtude de suas opiniões serem 'consideradas' inaceitáveis (...).

Em quarto lugar, era claro que os problemas deixados pelo governo Juscelino exigiam um governo forte e uma razoável porção de consentimento público – para que fossem resolvidos. Mas... poderia um presidente sob 'experiência' manter o equilíbrio político necessário e atacar com vigor a variedade de problemas que o Brasil enfrentava em setembro de 1961?

Finalmente, as 'forças populares' que apoiaram vigorosamente a posse de Jango poderiam ter tirado conclusões falsas da crise de agosto/setembro. Se julgassem haver influido para evitar o veto dos ministros militares à posse de Jango, estavam enganadas. Jango tornou-se presidente, não em virtude da pressão da esquerda, mas, sim, graças à divisão entre os militares, combinada com uma ampla base de opinião do centro, ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional."

(SKIDMORE, Thomas. Obra citada, pp. 261-2.)



O impedimento da posse de João Goulart em 1961, como presidente constitucional, representou um golpe. Na foto, Jango em Montevideu antes da volta ao Brasil.

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, portanto, o Brasil viveu sob um frágil regime parlamentar. A situação política continuava tensa e os gabinetes ministeriais sucediam-se velozmente. Em 16 meses de parlamentarismo, o país teve três primeiros-ministros: Tancredo Neves, do PSD, Brochado da Rocha, do mesmo partido, e Hermes Lima, do PSB, Partido Socialista Brasileiro. Nestes termos, tornando-se impossível qualquer tipo de continuidade administrativa, os problemas econômicos se aprofundavam.

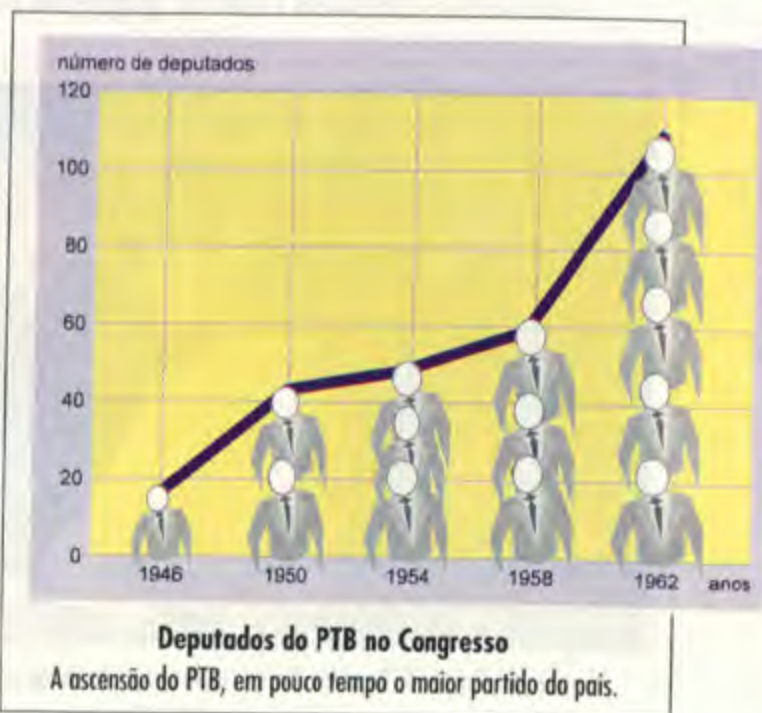
A emenda constitucional que havia introduzido o parlamentarismo dizia que o sistema seria colocado em prática em caráter experimental, devendo ser realizado um plebiscito em 1965, convenientemente no final do man-

dato de Jango como presidente, para confirmar ou não sua adoção. No entanto, o fracasso do sistema era visível e o plebiscito acabou sendo antecipado. Após intensa campanha, os eleitores se manifestaram favoráveis ao retorno do presidencialismo, com mais de nove milhões de votos, contra os dois milhões de favoráveis à manutenção do parlamentarismo. Iniciava-se a **etapa presidencialista** do governo Goulart.

Jango nomeou um ministério de notáveis, no qual se destacaram San Tiago Dantas na Fazenda e Celso Furtado, ministro extraordinário para a Reforma Administrativa. Juntos, lançaram o **plano Trienal**, uma tentativa de, ao mesmo tempo, combater a inflação e lançar as bases para a retomada do crescimento econômico em níveis semelhantes àqueles obtidos na época de Juscelino. O plano deveria ser acompanhado de reformas estruturais mais profundas, chamadas por Jango de **reformas de base**, que incluíam quatro categorias: agrária, tributária, financeira e administrativa. Se adotadas, as reformas de base representariam a mais séria tentativa de se promover a distribuição de renda já feita no país. Goulart, populista, enfatizava a primeira categoria, às vezes em termos radicais (“através do derramamento de sangue!”), conforme o público ouvinte.

No entanto, o plano apresentava certos obstáculos insuperáveis. O apoio estrangeiro (entenda-se norte-americano), fundamental para a renegociação da dívida externa, e o ingresso de capitais que financiassem o desenvolvimento eram improváveis, devido ao caráter esquerdizante do novo governo e do tom nacionalista que Jango imprimia a seus discursos, muitas vezes violentamente antiamericanos. Quanto ao combate à inflação, dependia de medidas francamente impopulares, que o presidente não parecia muito disposto a aceitar. Por volta de junho de 1965, o plano já havia fracassado e o governo perdia o controle da economia.

A situação política se agravava, com os partidos se dividindo em facções e contrafacções. O PTB, apesar de seu crescimento excepcional nos últimos anos, não conseguia controlar sozinho o Congresso. Lá, as forças que apoiavam Jango agruparam-se na Frente Parlamentar Nacionalista, enquanto seus opositores reuniam-se na Ação Democrática Parlamentar. Fora do legislativo, a mobilização política era bastante grande. A UNE, União Nacional dos Estudantes, mobilizava as universidades em torno de propostas de transformação social, assim como setores da Igreja católica.



No Nordeste, Francisco Julião liderava as Ligas Camponesas, organizando os trabalhadores rurais em torno de propostas da reforma agrária, tão defendida pelo presidente Goulart. Ao mesmo tempo, os sindicatos fortaleciam-se, não apenas em defesa das reformas de base, mas também para organizar greves em protesto pelo aumento do custo de vida e por reivindicações salariais (em 1958 ocorreram 31 greves, em 1963 foram registradas 172). Sua organização nacional era a CGT, Comando Geral dos Trabalhadores.

Em poucos momentos na história do Brasil viu-se uma mobilização política tão intensa. O programa das reformas de base era discutido nas ruas, nas escolas, nas fábricas, no campo. Pode-se até dizer que, nesse período tão agitado, o país esteve próximo de uma verdadeira democracia, no sentido mesmo que os antigos gregos davam a essa forma de governo, ou seja, um governo do povo que deve ser exercido pelo povo a partir da discussão livre em praça pública; e não apenas um mecanismo de delegação de poderes.

No dia 13 de março de 1964, Jango compareceu ao **comício da Central do Brasil**, no Rio de Janeiro, falando para aproximadamente 150 mil pessoas. Nesse comício, radicalizou sua promessa de reforma agrária e antecipou a futura “reforma urbana” (que assustou os proprietários de imóveis residenciais nas cidades), além de prometer mudar os impostos, taxando os mais ricos. Assustou a tal ponto a classe média, as elites e as Forças Armadas, que acabou acelerando a conspiração que visava derrubá-lo. O golpe se articulava a partir da ESG e tinha como líder o chefe do estado-maior do exército, general **Castello Branco**. Contava também com o apoio tácito do governo norte-americano, que, inclusive, havia mandado um representante, o coronel Vernon Walters, antigo oficial de ligação junto à FEB na Itália, para facilitar os contatos com os golpistas nas Forças Armadas.



Comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro, quando Jango usou palavras duras para defender as reformas de base.

Ainda em março de 1964, quase 500 mil pessoas desfilaram em São Paulo, na **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, uma espécie de resposta conservadora ao comício da Central, mostrando aos golpistas que existia uma base social de apoio ao movimento. Em seguida, iniciou-se a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro, que acabou servindo como causa imediata do golpe: a disciplina nas Forças Armadas estava em jogo, alguns marinheiros não mais obedeciam a seus comandantes. Na noite de 31 de março, em meio a muitas incertezas no corpo de oficiais, o general Olympio de Mourão Filho (aliás, o mesmo que, em 1937, inventou o plano Cohen) sublevou a guarnição de Juiz de Fora e iniciou a marcha para o Rio de Janeiro, onde se encontrava o presidente e onde, supostamente, existia um forte contingente militar em seu apoio. Começava o golpe.

Em 48 horas, o movimento foi vitorioso em todo o Brasil. Praticamente todas as unidades militares aderiram ao golpe. Os governadores dos principais estados também o apoiaram: Ademar de Barros, em São Paulo, Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, e Magalhães Pinto, em Minas Gerais. Jango foi para Brasília e, de lá, para o Rio Grande do Sul, onde Brizola tentava organizar a resistência. Jango renunciou a qualquer tentativa de resistir. A CGT havia marcado uma greve geral para o dia 30, que, no entanto, havia fracassado. No dia do golpe, os principais líderes sindicais haviam sido detidos, dificultando qualquer mobilização mais ampla. As semelhanças com o episódio do suicídio de Vargas são significativas. Mais uma vez um líder populista ficou “sozinho” ao lado do povo contra forças conservadoras, tendo à frente as Forças Armadas. E, mais uma vez, o líder rejeitou a hipótese de luta armada.

Tropas nas ruas do Rio de Janeiro em 1º de abril de 1964: o golpe triunfou.



Reprodução, A.J.B.

O episódio todo nos demonstra o colapso do populismo no Brasil, bem como seus limites. Como vimos no capítulo anterior, o populismo consistia em uma política em que o Estado, pela figura de um líder carismático, agia como intermediário entre a burguesia e o proletariado urbano, “forçando”

essa mesma burguesia a realizar concessões (através de uma política trabalhista) enquanto mantinha o proletariado sob controle. Vimos também que tal política viabilizou a industrialização do país, servindo inclusive para desmobilizar os trabalhadores e submetê-los à tutela do Estado, que, agindo assim, defendia os interesses da burguesia.

No entanto, o prosseguimento do processo de industrialização levou à expansão cada vez maior do proletariado urbano e ao surgimento de novas reivindicações: agora, não era mais o caso de criar uma simples lei trabalhista, mas de promover uma distribuição de renda global. Os trabalhadores acabaram se voltando para o Estado, a quem estavam atrelados, e de lá veio o projeto de distribuição de renda: as reformas de base. Nesse momento, o Estado deixou de atender aos interesses das elites, ou seja, o populismo deixou de ser um instrumento usado em benefício da burguesia. Nada mais justo do que essa mesma elite promovesse, então, a desmontagem do velho Estado populista (e de seu arcabouço jurídico-político) e a criação de um novo. Tal é o caráter do novo regime que surgiu em abril de 1964.

Questões

1. Caracterize a Constituição brasileira promulgada em 1946.
2. Quais os principais elementos da política econômica adotada por Dutra em seu governo?
3. Indique as principais características dos projetos liberal e nacionalista no Brasil dos anos 50.
4. Estabeleça o perfil social e político dos principais partidos no período entre 1945 e 64.
5. O que levou o presidente Vargas ao suicídio em 1954?
6. O que foi o "contragolpe preventivo" do general Lott em 1955?
7. Caracterize o nacionalismo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Quais os limites desse projeto?
8. Quais as estratégias adotadas por Jânio Quadros a fim de conseguir um sucesso meteórico em sua carreira política?
9. Faça um comentário discutindo a seguinte afirmação: "Para bem ou para mal, foi Jânio Quadros quem deu início ao processo que desembocou no golpe militar de 1964 e, portanto, nas práticas políticas e econômicas que caracterizaram o período e cujos efeitos sentimos até hoje".
10. Como se explica a introdução do parlamentarismo no Brasil em 1961? Compare com o parlamentarismo brasileiro do Segundo Reinado (entre 1847 e 1889).
11. Quais os principais projetos de João Goulart durante o período presidencialista?
12. Qual a posição do governo norte-americano face ao golpe de 1964?

OS ANOS DE CHUMBO (1964-85)

Liberdade sem democracia (1964-68)

O regime militar instalado em 1964 surgiu a partir de um golpe de força, isso é inegável, mas desde o início seus líderes insistiram em acentuar o seu caráter temporário. O novo regime, no entanto, estendeu-se por 21 anos e teve os seguintes presidentes, todos generais do exército: **Humberto de Alencar Castello Branco** (1964-1967), **Artur da Costa e Silva** (1967-1969), **Emílio Garrastazu Medici** (1969-1974), **Ernesto Geisel** (1974-1979) e **João Batista Figueiredo** (1979-1985).

No entanto, imediatamente após o golpe, ainda predominava a idéia de que a intervenção militar na política seria breve. Assim, no dia 9 de abril de 1964, a Junta Militar que assumiu o poder através do golpe outorgou o **Ato Institucional nº 1** (AI-1), que decretava:

- realização de eleições indiretas para presidente da República num prazo de dois dias a partir de sua publicação e de eleições diretas em outubro de 1965;
- fortalecimento dos poderes do presidente, que poderia apresentar emendas constitucionais ao Congresso e aprová-las por maioria simples, além de poder também suspender temporariamente os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, em nome de “interesses nacionais”. O presidente tinha ainda a prerrogativa de decretar estado de sítio sem a autorização do Congresso;
- suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos.

A estratégia dos militares era clara: impor ao Congresso um candidato militar que, uma vez nomeado presidente, pudesse realizar a “limpeza” tão desejada por forças conservadoras (o que afetaria basicamente a esquerda)

e devolvesse o poder aos civis num prazo de pouco mais de um ano. A Constituição de 1946 foi mantida em termos, pois foi modificada e estava sujeita a alterações cada vez maiores; a imprensa permaneceu relativamente livre e os tribunais, funcionando. Em 1965, estavam previstas também eleições para governadores dos estados, que se realizaram normalmente.



Esse quadro nos permite afirmar que, apesar do golpe, manteve-se um clima de liberdade no país. Já observamos a existência de uma democracia no início da década de 60, através da livre expressão da opinião popular em praça pública – prática que fazia da democracia algo muito mais participativo do que

meramente depositar votos em urnas. Esse clima ainda continuou durante os primeiros anos após 1964, apesar do autoritarismo cada vez maior do executivo e de uma base legal bem pouco democrática, fundada em atos institucionais. No entanto, lembremos que a democracia liberal brasileira de 1946 a 1964 também teve seus momentos autoritários, como quando da cassação do PCB em 1947; além de ter contado com uma Constituição que rejeitava, por exemplo, o voto aos analfabetos e a democratização da propriedade fundiária.

O presidente nomeado pelo Congresso foi o marechal Castello Branco, com o apoio dos governadores dos estados participantes do golpe (Carlos Lacerda – Guanabara –, Ademar de Barros – São Paulo – e Magalhães Pinto – Minas Gerais). Veterano da FEB na campanha da Itália, ligou-se à Escola Superior de Guerra e era bastante respeitado entre os oficiais do exército por seus dotes intelectuais. Castello Branco, ao assumir a presidência, disse que cumpriria as promessas realizadas pelos militares: “limpeza” e eleições em 1965.

A “limpeza” começou já nas primeiras horas após o sucesso do golpe e foi particularmente intensa durante o período de “vazio político”, que se caracterizou até sua posse como presidente. Em dez dias, chefes militares locais agiram com quase total liberdade, investigando e prendendo sumariamente líderes políticos de esquerda, além de jornalistas, estudantes, intelectuais ou simplesmente pessoas consideradas “subversivas”.

Os membros do PTB foram as vítimas preferidas da violência das Forças Armadas e da polícia: efetuaram-se entre 10 mil e 50 mil prisões no período; e, se alguns detidos foram liberados logo em seguida, outros foram agredidos e torturados em dependências oficiais. A violência foi particularmente intensa nos estados do Nordeste, região sob jurisdição do Quarto Exército.

Ao assumir a presidência, porém, Castello Branco procurou apurar as denúncias de violência e dar um basta à tortura, no que obteve sucesso. Em vez da tortura, o presidente preferiu cassar mandatos e suspender direitos, os quais atingiram 441 pessoas em dois meses – um número modesto diante da violência dos primeiros dias.



À esquerda, Castello Branco, presidente da República entre 1964 e 1967; à direita, Costa e Silva, que seria presidente entre 1967 e 1969. Eles caminhavam em direções diferentes...

A política econômica do governo Castello Branco foi entregue aos ministros Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, e Roberto Campos, do Planejamento. Juntos elaboraram o **PAEG**, Plano de Ação Econômica do Governo, uma tentativa de estabilizar a economia brasileira e lançar as bases para a retomada do crescimento econômico.

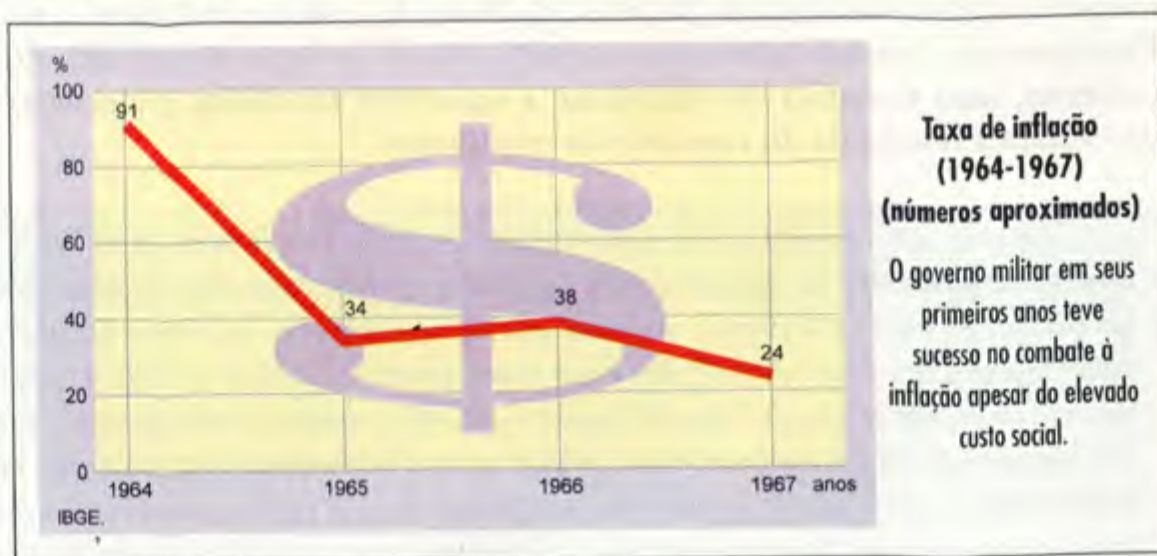
“Como muitas outras diagnósticos da economia brasileira nos primeiros anos da década de 60, este [o PAEG] identificava na inflação acelerada o principal obstáculo a um sadio desenvolvimento econômico. Os autores afirmavam que a inflação era causada principalmente pelo excesso de demanda, que, por sua vez, tinha as seguintes causas: déficits do setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos de salário. Quando a base monetária era ampliada para atender à demanda, estimulava um ‘crônico e violento processo inflacionário’. O resultado era um monte de distorções econômicas: bruscas oscilações nas taxas de salários reais, desorganização do mercado de crédito, distorção do mercado de trocas externas e incentivo ao uso de capital para manipular inventários e especular com moedas estrangeiras. O caos resultante excluía a possibilidade de investimentos a longo prazo de que o Brasil tanto necessitava.”

(SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*, 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 69-70.)

O plano previa, em primeiro lugar, o combate ao déficit público: proibiu-se, aos governos estaduais, a emissão de títulos sem prévia autorização do governo federal; buscou-se combater os gastos excessivos das empresas estatais, tornando-as rentáveis, o que determinou um aumento nos preços dos produtos e serviços oferecidos por essas empresas (petróleo, energia). Isto, somado ao aumento no preço do trigo importado provocado pela adoção de um câmbio realista, causou uma elevação do custo de vida. Em seguida, aumentaram-se os impostos, obtendo-se, assim, um equilíbrio entre a receita e as despesas do governo.

O objetivo seguinte era normalizar o crédito. As elevadas taxas de inflação inviabilizavam a existência de crédito de longo prazo, uma vez que o valor das parcelas da dívida tendiam a ser corroídos pela inflação, gerando prejuízos para o credor. Assim, a partir de julho de 1964, foi implantada a indexação da economia brasileira, com a criação de um índice (a ORTN, Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional) atualizado mensalmente de acordo com a variação dos preços. Todos os contratos e prestações logo seriam atualizados pelo índice, tornando possível a chamada **correção monetária**.

Finalmente, a equipe econômica do governo tratou de promover uma política salarial baseada no arrocho. Os salários do setor público foram diminuídos e os do setor privado, deixados à livre negociação entre patrões e empregados, cabendo aos tribunais do trabalho a resolução de conflitos. Na verdade, a fórmula da livre negociação era um embuste: não apenas os tribunais contavam com juízes nomeados pelo governo e, portanto, obedientes a ele na sua política de arrocho salarial, mas também por estar enfraquecido o movimento sindical, seja pela prisão dos principais líderes, seja pelas constantes intervenções, previstas na legislação existente antes de 1964 e mantida pelo novo governo.



Os resultados foram satisfatórios, observando-se a queda da inflação (veja gráfico) e a estabilização econômica, que abriram caminho para um grande surto de crescimento. No entanto, o preço pago foi elevado, princi-

palmente pelos sacrifícios impostos aos trabalhadores. A existência de um regime forte, autoritário, tornou possível a adoção de certas medidas francamente impopulares, como de resto foi impopular o conjunto da nova política econômica. Outro resultado da política adotada pela dupla Bulhões-Campos foi o retorno dos investimentos estrangeiros, tendo à frente o governo dos Estados Unidos, que aliás aplaudia e apoiava o governo militar brasileiro, através de suas agências especializadas, como por exemplo a USAID, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

Entretanto, a situação política do país se deteriorava. Lacerda, que havia apoiado o golpe, agora se levantava contra a política econômica do governo. Os políticos ligados ao regime militar iam conhecendo sucessivas derrotas eleitorais, como em 1965 na eleição para prefeito de São Paulo (com a vitória de Faria Lima, apoiado por Jânio Quadros) e para governadores dos estados (vitórias de Negrão de Lima, na Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas Gerais; ambos ligados a Juscelino Kubitschek). Tudo isso foi provocando um “endurecimento” do regime, as medidas autoritárias se multiplicaram e o retorno dos militares aos quartéis foi adiado para um futuro cada vez mais remoto. Ao mesmo tempo, a linha dura, representada pelo ministro da Guerra, Costa e Silva, ganhava mais espaço no governo.

*Não se deve imaginar que os militares no poder constituíam uma força homogênea, pelo contrário: dentro das Forças Armadas existiam diversas facções, com projetos políticos distintos. As principais facções eram o grupo castelista e a linha dura. O grupo castelista, em torno do presidente Castello Branco, era formado por oficiais mais intelectualizados, ligados à ESG, e incluindo os generais Golbery do Couto e Silva e os irmãos Geisel, Ernesto e Orlando. Pretendiam seguir à risca o projeto original dos militares, isto é, golpe – “limpeza” – e retorno aos quartéis num curto espaço de tempo. Qualquer ato de violência e desrespeito aos princípios democráticos era visto apenas como meios para se obter o saneamento do país e atingir o retorno à normalidade. Já a linha dura enfatizava a necessidade de se combater o comunismo e a corrupção, e isso não seria possível através de uma intervenção limitada e temporária no jogo político. Seus integrantes eram quase sempre oficiais *troupiers*, isto é, mais ligados ao trabalho cotidiano na caserna, junto à tropa, e pouco afeitos às atividades intelectuais. Incluíam o ministro Costa e Silva e os generais Adyr Figueira de Castro, Sylvio Frota, Ednardo D’Ávila Mello e o brigadeiro João Paulo Burnier, dentre outros.*

O relacionamento entre as duas facções e a ascensão da linha dura são assuntos pouco explorados pela historiografia. Finalmente, deve-se lembrar que os oficiais das Forças Armadas, em nome da unidade da instituição, sempre buscam algum tipo de compromisso, isto é, era pouco provável que as duas facções se enfrentassem abertamente; buscando-se, ao invés disso, o entendimento em torno de um dos dois projetos.

Em julho de 1964, foi aprovada emenda constitucional prorrogando o mandato de Castello Branco até março de 1967. Em outubro do ano seguinte, foi decretado o AI-2, uma grande vitória da linha dura. O ato previa o fortalecimento ainda maior do executivo, inclusive dando ao presidente o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, Assembléias Estaduais e Câmaras de Vereadores; além disso, as eleições para presidente da República passaram a ser indiretas, isto é, realizadas pelo Congresso, e os partidos

políticos tradicionais foram extintos, sendo criados em seu lugar a **ARENA** (Aliança Renovadora Nacional) e o **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro seria formado por políticos que apoiavam o governo militar, enquanto o segundo correspondia a uma oposição consentida. Não deve causar surpresa observar que a ARENA foi formada por políticos provenientes em primeiro lugar da UDN, em seguida do PSD; enquanto o MDB continha membros do extinto PTB e uns poucos do PSD.

Em fevereiro de 1966, o governo baixou o AI-3, estendendo as eleições indiretas para governador e para os municípios considerados de “segurança nacional”, incluindo todas as capitais de estados. A liberdade era cada vez menor e o jogo político eleitoral ganhava cada vez mais aspecto de farsa. Nas eleições legislativas daquele ano, a ARENA obteve 64% dos votos válidos, e o MDB, 36%. No entanto, nada menos que 20% dos votos foram considerados não-válidos, isto é, brancos e nulos. O Congresso eleito em 1966 foi uma farsa, uma vez que muitos parlamentares da oposição foram cassados e a casa foi fechada em outubro, só sendo reaberta, pelo AI-4 de 1967, para aprovar a nova Constituição.

Resultado-Surpresa Das Eleições
ARENA VENCE

2ª Edição
Cr\$ 120

Última Hora
SÃO PAULO

ANO 27 — 3ª Feix, 17 de Novembro de 1966 — Nr. 4.351

PSDB realizou campanha ativa, a ARENA pôde ser a grande beneficiária das eleições em todo o país. A oposição, em São Paulo, contou com 12 horas e o primeiro voto foi para o MDB, mas a gestora Carolina Piza levou a vitória, graças aos 20% de votos não válidos e à sua estratégia conservadora. O trabalho de operação, porém, foi realizado através de um grupo de trabalho que, por meio de uma comissão de trabalho em conjunto, pôde obter resultados tão positivos. (Aparece na página 10 do jornal, 18/11/66, NOTICIAS Na 1ª e 2ª PÁG.)

Arena versus MDB: o jogo partidário era uma farsa e os atos institucionais atropelavam o legislativo.

A nova Carta constitucional, sexta brasileira e quinta republicana, teve vida curta. Incorporou uma série de princípios presentes nos atos institucionais impostos até o momento, mas logo seria ultrapassada por novos atos do governo militar. Castello Branco ia sendo gradativamente envolvido pela linha dura. No início de 1967, o general Costa e Silva foi escolhido presidente da República.

Qualquer tentativa de oposição esbarrava em sérias dificuldades. Dentro do legislativo, isto é, utilizando os meios legais que aparentemente os militares toleravam, a atuação dos parlamentares era constantemente barrada, seja através das cassações, que voltaram a se multiplicar após o AI-2, seja através do fechamento puro e simples do Congresso, conforme decretado pelo presidente. Dessa forma, o MDB era um partido que não tinha as míni-

mas condições de exercer uma oposição real ao governo. As principais lideranças políticas do país buscaram articular um movimento de oposição que não estivesse necessariamente ligado a partidos políticos e que pudesse superar as velhas disputas anteriores a 1964, tudo em nome de um retorno à democracia.

Carlos Lacerda, que pretendia se candidatar a presidente nas eleições previstas para 1965, mais tarde canceladas, e que apoiara o golpe, viu suas pretensões frustradas com o progressivo endurecimento do regime. Buscou uma aproximação com Juscelino Kubitschek, que aliás também pretendia concorrer às canceladas eleições presidenciais daquele ano, e com João Goulart, então exilado no Uruguai. Juntos formaram a **Frente Ampla**, de oposição. No entanto, a atividade da Frente foi diminuída pela perseguição a seus principais líderes no Brasil. Tanto Lacerda quanto Juscelino tiveram seus direitos políticos cassados e acabaram sendo exilados.



Juscelino, Jango e Lacerda integraram a frustrada Frente Ampla, cujo único mérito foi reunir inimigos de véspera na defesa da democracia liberal. Na foto, a partir da esquerda, Renato Archer, João Goulart e Carlos Lacerda encontram-se em Montevideú, em 1967.

Sem uma alternativa institucional, a oposição começou a ser feita nas ruas, através da mobilização popular, principalmente dos estudantes, trabalhadores e artistas. O papel dos estudantes na política brasileira dos anos 60 sempre foi bastante intenso. Já desde o governo Goulart, os estudantes se mobilizavam através de associações como a **UNE** (União Nacional dos Estudantes), insistindo nas reformas de base e apoiando qualquer guinada à esquerda de Jango. A partir de 1964, tornaram-se vítimas da repressão e, principalmente durante o governo de Costa e Silva (1967-1969), reagiram intensamente.

Curiosamente, a causa imediata de muitas das manifestações estudantis do ano de 1968 estava ligada a problemas específicos da educação, e não necessariamente políticos. Por exemplo, em março daquele ano foi feita

uma manifestação diante do **Calabouço**, um restaurante ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, por melhor qualidade da alimentação e preços mais baixos. A polícia foi chamada e o resultado da intervenção policial foi a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Seu velório, enterro e missa foram acompanhados por milhares de estudantes, seguidos de tensão e novos choques com a polícia.

Multiplicaram-se as manifestações e passeatas organizadas por todas as universidades brasileiras, com as reivindicações estudantis servindo de pretexto para manifestações contra o governo. A violência da polícia, e mesmo do exército, contra tais demonstrações de insatisfação fez com que setores da classe média e também da Igreja se solidarizassem com os estudantes, engrossando o número daqueles que, nas ruas, protestavam contra o regime. O ponto mais alto desse movimento foi a **passeata dos cem mil**, no Rio de Janeiro, em junho de 1968. Por outro lado, o congresso da UNE realizado clandestinamente (uma vez que a associação havia sido declarada ilegal), em Ibiúna, em outubro daquele ano, acabou sendo descoberto pela polícia, que invadiu e prendeu nada menos que 1 240 dos principais líderes estudantis do país, enfraquecendo o movimento.

Alberto Ferreira/AJB



Repressão a manifestação estudantil no Rio de Janeiro em 1968 e estudantes presos no encontro da UNE em Ibiúna deixando a Casa de Detenção, em São Paulo, com destino aos estados de origem.



Quanto aos trabalhadores, o ano de 1968 assistiu a duas greves bastante agressivas, em Osasco e Contagem, nas periferias de São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente. As reivindicações trabalhistas se misturavam com a oposição ao regime e, nos dois casos, a repressão governamental foi violenta.

Os artistas também se mobilizaram em oposição ao regime, utilizando as armas de que dispunham, a principal delas, o apelo junto às suas platéias. A cultura brasileira passava por grande agitação desde o início da década, acompanhando, aliás, tendências mundiais e buscando um engajamento político. As origens da agitação podem ser buscadas nos **CPCs**, Centros Populares de Cultura, criados por estudantes no início da década e que procuravam aproximar a arte das massas.

O teatro se encontrava à frente do movimento, destacando-se os grupos **Arena** e **Oficina**, com Augusto Boal e José

Celso Martinez Correa como líderes. No cinema, surgiu um movimento chamado **Cinema Novo**, afastando-se dos padrões norte-americanos e discutindo problemas sociais e culturais brasileiros. Seu principal representante foi o diretor Glauber Rocha. Na música, as canções de protesto encontraram palco nos grandes festivais, organizados pela TV Record a partir de 1965, onde também nasceu a Tropicália, tentativa de retomar os princípios antropofágicos de Oswald de Andrade e do movimento modernista de 1922. Toda essa atividade intelectual estava mesclada de política e os principais artistas acabaram sendo presos e exilados.

Enquanto isso, um pequeno grupo de opositores do regime, percebendo que qualquer tipo de oposição pacífica ao governo estava destinado a desencadear uma repressão desproporcionalmente violenta, resolveu partir para a luta armada.



Capa de *Tropicália ou Panis et circenses*, disco-manifesto do movimento.

"No Brasil, a organização tradicional de esquerda – o PCB – apunha-se à luta armada. Em 1967, um grupo liderado pelo veterano comunista Carlos Marighella rompeu com o partido e formou a Aliança de Libertação Nacional (ALN). A AP [Ação Popular] já optara pela luta armada e novos grupos foram surgindo, entre eles o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), esta última com forte presença de militares de esquerda.

Os grupos de luta armada começaram suas primeiras ações em 1968. Uma bomba foi colocada no consulado americano em São Paulo; surgiram também as 'expropriações', ou seja, assaltos para reunir fundos. A ALN realizou um assalto espetacular a um trem pagador em Jundiaí.

Todos esses fatos eram suficientes para reforçar a linha dura na sua certeza de que a revolução estava se perdendo e era preciso criar novos instrumentos para acabar com os subversivos."

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. p. 479.)

Dentro da crescente espiral de violência que o país vivia, em dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva decretou o **AI-5**, o mais violento de todos os atos institucionais até então outorgados. Previa, entre outras coisas:

- fechamento do legislativo pelo presidente da República, que, nos períodos de recesso, poderia legislar em seu lugar;
- suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais, incluindo a do *habeas-corpus*;
- intervenção federal em estados e municípios;
- a possibilidade de o presidente decretar o estado de sítio sem autorização do Congresso.



Reprodução AE.

Repressão policial a uma manifestação de rua: cena típica dos anos do regime militar.

Enquanto os demais atos institucionais foram redigidos prevendo-se um prazo de validade, o AI-5 tinha um caráter permanente, só tendo sido revogado 11 anos depois. Assim, a aparência democrática do regime ruía de uma vez por todas: o Brasil mergulhava na ditadura total. A violência só tendia a aumentar. Nas palavras do historiador Boris Fausto: "Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 consistiu no fato de que reforçou a tese dos grupos de luta armada. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e se reformar. Pelo contrário, seguia cada vez mais o curso de uma ditadura brutal".

A ditadura total (1968-77)

Logo após decretar o AI-5, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral. O vice-presidente, um civil chamado Pedro Aleixo, foi proibido de assumir pelos ministros militares, que acabaram por indicar um novo presidente, o general **Emílio Garrastazu Medici**, cujo governo iria de 1969 a 1974. Por muitos considerado um meio-termo entre o grupo castelista e a linha dura, Medici acabou governando o país com grande violência, tendo a repressão e a tortura atingido extremos durante o seu mandato, além da censura aos meios de comunicação. O pretexto era a intensificação da luta armada contra o regime.

A **luta armada** contra o regime militar assumiu a forma da guerra de guerrilhas e inspirou-se na vitoriosa guerrilha cubana de Fidel Castro, que assumira o poder em 1959, e na guerra de guerrilhas no Vietnã, então em pleno andamento. Os dois movimentos guerrilheiros tinham como seus modelos teóricos respectivamente as obras de Che Guevara e Mao Tsé-tung, que, aliás, também havia comandado uma guerrilha vencedora na China, em 1949. As propostas de Guevara incluíam a criação de focos revolucionários, ou seja, grupos militares muito bem treinados, que, operando de uma ou mais bases em pontos remotos do país, poderiam desestabilizar o governo e criar condições para a sua substituição forçada por um regime revolucionário. Já Mao Tsé-tung enfatizava a necessidade de se organizar uma base camponesa que pudesse apoiar a guerrilha, daí o trabalho do guerrilheiro ser não apenas militar, mas também social.

Três focos guerrilheiros acabaram sendo criados no Brasil: na serra do Caparaó, em Minas Gerais, no vale do Ribeira, em São Paulo, e no Araguaia, no estado do Pará. O primeiro deles foi derrotado pela rápida intervenção das forças governamentais. O segundo, chefiado pelo capitão **Carlos Lamarca**, oficial dissidente do exército, resistiu por mais tempo. Apesar de a guerrilha ter sido também rapidamente reprimida no local, Lamarca conseguiu fugir e só foi morto no sertão da Bahia em 1971, após violenta perseguição.

O movimento que envolveu mais pessoas e durou mais foi o do Araguaia, talvez porque seus participantes, ligados ao PC do B, dissidência do PCB, conseguiram obter apoio da população local, segundo as propostas de Mao Tsé-tung, ou então talvez apenas pelo fato de o foco guerrilheiro ter se encontrado em plena floresta Amazônica, em região de difícil acesso. Daí a grande contradição da guerrilha do Araguaia: localizada em local remoto, tinha garantida a sua sobrevivência; no entanto, sua atuação permanecia ignorada nos grandes centros urbanos, tornando inviável a desestabilização do regime nessas condições. O foco guerrilheiro só foi descoberto pelo exército em 1972 e destruído em 1975, na maior operação militar organizada pelo exército brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, o fracasso da guerrilha no campo foi acompanhado pelo inesperado sucesso da guerrilha urbana, uma experiência quase sem precedentes no mundo até então. Seu principal organizador e também teórico foi **Carlos Marighella**, líder da Aliança de Libertação Nacional, a ALN. Operando na região das grandes capitais, notadamente São Paulo, a guerrilha urbana tinha mais condições de desestabilizar o regime que os fracassados focos rurais. Na verdade, isso era um reflexo da própria formação social brasileira: nos anos 60, o Brasil estava deixando rapidamente de ser um país rural como Cuba, China e Vietnã; a urbanização era intensa, e buscar um modelo de luta armada baseado na experiência desses países era um contra-senso.

Ao enfrentar a guerrilha rural, o exército contava basicamente com meios tradicionais, isto é, unidades militares convencionais, pára-quedistas, helicópteros, etc. No entanto, tais meios eram inúteis para a repressão à guerrilha urbana (afinal, um tanque de guerra estacionado numa esquina pouco pode fazer para enfrentar um seqüestro, um atentado à bomba ou um roubo a banco).

Contra a fluidez da guerrilha urbana, a arma encontrada pelas Forças Armadas foi a informação, cuja obtenção era fundamental para organizar com sucesso as operações de contraguerrilha. Daí o crescimento em importância dos **órgãos de informação** das Forças Armadas, como o CIEEx (Centro de Informação do Exército), Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e Cisa (Centro de Informação Social do Exército), além do próprio SNI, Serviço Nacional de Informações, subordinado diretamente à presidência da República. Ao mesmo tempo, cada região militar contava com um CODI, Comando de Operações de Defesa Interna, que controlava a atuação das tropas dos DOIs, Destacamentos de Operações Internas.



Braz Bezerra/AJB.

A guerrilha jamais esteve próxima de tomar o poder no Brasil nos anos 60 e 70. Entretanto, a repressão à luta armada foi brutal. Na foto, Carlos Marighella, líder da ALN.

Visando coordenar o trabalho dos diversos grupos, surgiu, no início de 1969, a **Oban**, Operação Bandeirantes, subordinando oficiais dos órgãos de informação do exército e contingentes das polícias militares. Era comandada pelo delegado da polícia civil Sérgio Paranhos Fleury, até então ligado aos “esquadrões da morte” no combate aos criminosos comuns; e contava com mecanismos próprios de financiamento, ou seja, doações nem sempre espontâneas de industriais e homens de negócios assustados com a agitação de esquerda. A repressão teve sucesso, com Fleury comandando pessoalmente a emboscada que resultou na morte de Marighella nas ruas de São Paulo em novembro de 1969.

Uma vez que o combate à guerrilha urbana deveria ser feito com a obtenção de informações, abriu-se caminho para a **tortura**. Realizada em larga escala no período, transformou nomes como Fleury e siglas como DOI-CODI em sinônimos de violência contra o indivíduo desarmado. Escoradas na doutrina da “segurança nacional”, segundo a qual os militares estavam encarregados da defesa contra ameaças internas, as Forças Armadas e policiais moveram verdadeira guerra contra os opositores do regime, guerra na qual todas as armas – inclusive a tortura – eram justificadas. Era a guerra suja. No final do governo Medici, a guerrilha já havia sido praticamente esmagada, tanto no campo quanto nas cidades, com exceção dos últimos núcleos no Araguaia.

Os bastidores do “milagre” brasileiro

Na área econômica, o governo Medici foi responsável pelo advento do chamado “milagre” econômico brasileiro: crescimento da economia do país em ritmo bastante acelerado. O principal ideólogo do “milagre” foi o economista Antonio Delfim Netto, ministro da Fazenda desde o governo Costa e Silva. O milagre deveu-se ao ingresso maciço de capital estrangeiro, como se verificava no Brasil desde o final dos anos 60.

Na verdade, um país como o Brasil tende normalmente a atrair investimentos estrangeiros, dada a amplitude de seu mercado consumidor e, portanto, a possibilidade de obtenção de lucros fabulosos. No entanto, o capital estrangeiro só seria investido se os bancos e empresas estrangeiras considerassem o país seguro, isto é, com um governo comprometido em respeitar a economia de mercado e com uma baixa taxa de inflação. Ora, no início da década de 60, os sucessivos traumas políticos provocados pelo governo de Jânio Quadros, a implantação do parlamentarismo e o agitado governo “esquerdista” de João Goulart haviam feito a inflação escapar de qualquer controle e provocado o afastamento do capital estrangeiro.

A **estabilidade política** dos governos militares, firmemente comprometidos com o combate às esquerdas, e o plano de estabilização econômica da dupla Roberto Campos e Otávio Bulhões durante o governo de Castello

Branco haviam colaborado para tornar o Brasil mais uma vez atraente – e seguro – para o capital estrangeiro. As baixas taxas de juros praticadas no mercado internacional no início dos anos 70 e o aval do governo norte-americano ao regime militar contribuíram para tornar possível a instrumentalização do “milagre”.

Chegando em grande volume, o capital estrangeiro era repartido entre as empresas privadas brasileiras, as empresas privadas estrangeiras (multinacionais) e as empresas estatais, com cada setor se especializando num ramo da atividade industrial. Assim, as empresas privadas brasileiras se concentraram no setor chamado *labour intensive*, isto é, indústrias que apresentam fraca demanda de capital e forte demanda de mão-de-obra (têxtil, processamento de alimentos). As empresas multinacionais, por sua vez, direcionaram suas atividades para os setores de *capital intensive*, de forte demanda de capital e relativamente fraca demanda de mão-de-obra (automobilística, eletrodomésticos, máquinas). Finalmente, as empresas estatais voltaram-se para os setores ligados à “segurança nacional”, envolvendo a indústria pesada, geração de energia, telecomunicações e até a indústria bélica. O modelo como um todo se assemelhava muito àquele implantado por Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961, com a diferença que o Estado passava a ter um papel empreendedor muito maior do que outrora.

Veja, 21/3/1973.

o que é bom para o Brasil é bom para o mundo.

Exportamos pneus e cabos elétricos para 43 países.

PIRELLI

Veja, 21/3/1973.

Shell Super continua novo milhares de quilômetros após a hora da troca

Shell Super

Se você tem felicidade esta é uma criança feliz

NINHO

Após por paz está um crescimento... (Luzia Nóbrega)

As multinacionais, a forma mais visível do capital estrangeiro, constituíram uma das alavancas do “milagre” brasileiro.

Para viabilizar o crescimento acelerado da produção industrial brasileira, era necessário ampliar o **mercado consumidor**, o que foi conseguido de duas formas. Em primeiro lugar, promovendo-se o avanço rumo ao mercado externo. Pela primeira vez, a produção industrial brasileira passava a encontrar um mercado consumidor significativo no exterior, não apenas em países do Terceiro Mundo, mas também na Europa e Estados Unidos.

Entretanto, esse avanço estava mais ligado a interesses estrangeiros do que a qualquer projeto nacional. De fato, a partir da década de 70, diversas empresas multinacionais transferiram suas linhas de montagem para países como o Brasil, que contava com grandes depósitos de matéria-prima (ferro), uma indústria de base capaz de transformar essa matéria-prima (siderúrgicas) e mão-de-obra abundante e barata.

Assim, era muito mais lucrativo para essas empresas produzirem, por exemplo, automóveis no Brasil e venderem para seus países de origem. Mesmo porque a equipe econômica do governo trabalhava no sentido de manter baixos os salários (portanto, os custos de produção). Qualquer reivindicação trabalhista por melhores salários era reprimida com violência. Observe-se como o modelo econômico brasileiro estava intimamente ligado ao modelo político, ou, mais ainda, pedia uma estrutura política autoritária.

Em segundo lugar, a ampliação do mercado consumidor foi conseguida com o aumento do consumo interno, e aqui encontramos uma das peculiaridades do "milagre": enquanto se promovia o achatamento salarial dos trabalhadores mais humildes, buscava-se a expansão do poder de compra dos trabalhadores mais especializados, basicamente, da classe média. Os salários dos "colarinhos brancos" e os ganhos dos profissionais liberais da classe média subiram consideravelmente, bem como as facilidades de crédito.

Nesse momento, a classe média brasileira foi ao paraíso, conseguindo atingir seus objetivos mais imediatos, isto é, o consumo. Nas grandes cidades do Brasil criou-se inclusive um modo de vida de classe média: a casa própria, cheia de eletrodomésticos, o segundo automóvel da família (o primeiro havia sido adquirido provavelmente na época de Juscelino), o apartamento na praia ou sítio no campo, filhos estudando em escolas particulares e, através dos cursinhos pré-vestibulares, garantindo seu ingresso no ensino superior gratuito e conseguindo, através do diploma universitário, a perpetuação da ascensão social.

Não é de admirar que a classe média tenha se tornado indiferente em relação aos excessos do regime militar: os generais compraram o apoio da classe média. Não raramente, a propaganda da ideologia progressista conseguia a cooptação de amplos setores populares, à exceção dos mais politizados e organizados, ainda que de forma marginal, uma vez que as liberdades políticas eram viçadas e dirigidas.

Portáteis GE fazem sua mulher durar muito mais.

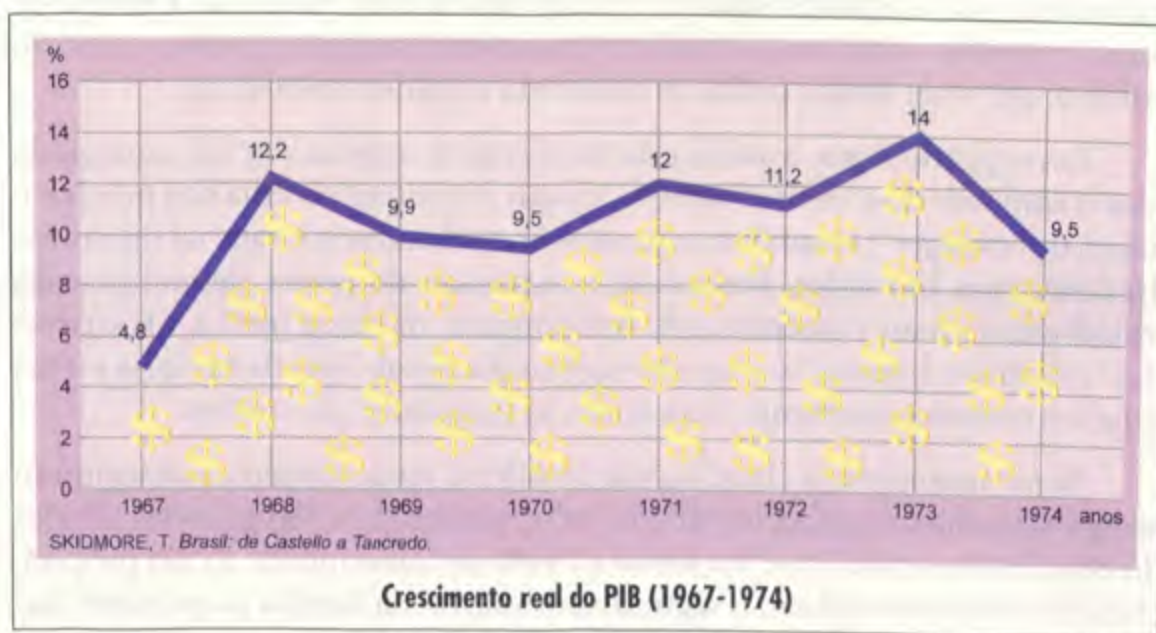
Estamos do lado dele.

Revista Manchete, 11/3/1972.

O apelo ao consumo: era o "milagre" alcançando a classe média.

A economia brasileira se internacionalizava, em plena associação com o capital estrangeiro. O Estado brasileiro agora mudava de função: durante os anos do populismo, seu principal papel era intermediar as relações entre a burguesia nacional e os trabalhadores. Agora, as relações com os trabalhadores voltavam a ser “caso de polícia”, como se dizia durante a República Velha; e o principal papel do Estado estava em intermediar as relações entre a burguesia nacional e a estrangeira.

A expansão econômica foi realmente espetacular, com a taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) se mantendo elevada a cada ano, como se observa no gráfico abaixo.



Tal crescimento econômico era efetivamente bastante acelerado e o governo não demorou em tirar proveito disso. Surgia o mito do **Brasil potência**, alimentado pelos *slogans* divulgados pela propaganda oficial (“Ninguém mais segura este país”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Pra frente Brasil”, “Até 1964 o Brasil era o país do futuro: agora o futuro chegou”). A própria conquista do tricampeonato mundial de futebol no México, em 1970, colaborou para criar um clima de otimismo, quase euforia, e reforçar a imagem do país que dá certo junto aos porta-vozes do discurso oficial.

Os governos lançaram-se ainda à concretização de grandes projetos de engenharia civil, as **obras faraônicas**, símbolos do Brasil potência (a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu); obras de interesse questionável, mas ótimas para a propaganda.

No entanto, o “milagre” ocultava alguns problemas bastante sérios. A dependência em relação ao capital estrangeiro era bastante grande e a dívida externa crescia em proporções alarmantes. Porém, a manutenção de baixas taxas de juros no mercado internacional e a expansão acelerada do PIB faziam com que o problema fosse minimizado. Foi atribuída a Delfim Netto a frase segundo a qual “dívida não foi feita para ser paga, mas para ser

rolada”. Além disso, já observamos os elevados custos sociais das novas diretrizes econômicas do governo, principalmente com o arrocho salarial atingindo vastos setores da população mais pobre. Na verdade, o “milagre” gerou uma acentuada desigualdade da distribuição de renda.

“A política econômica de Delfim tinha o propósito de fazer crescer o bolo para só depois pensar em distribuí-lo. Alegava-se que antes do crescimento pouco ou quase nada havia para distribuir. Privilegiou-se assim a acumulação de capitais através das facilidades já apontadas e da criação de um índice pródigo de aumento de salários em nível que subestimava a inflação. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média. Os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos, enquanto os empregos em áreas como administração de empresas e publicidade valorizaram-se ao máximo. Tudo isso resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores. Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caiu para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebiam menos de um salário mínimo e 22,8%, entre um e dois salários. O impacto social da concentração de renda foi entretanto atenuado. A expansão das oportunidades de emprego permitiu que o número de pessoas que trabalhavam, por família urbana, aumentasse bastante. Por outras palavras, ganhava-se individualmente menos mas a redução era compensada pelo acesso ao trabalho de um número maior de membros de uma determinada família.”

(FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, op. cit. p. 487.)

A luta pela abertura do regime

Em março de 1974, encerrou-se o mandato de Medici, o qual foi substituído pelo general **Ernesto Geisel**. A ascensão de Geisel marcou o retorno do grupo castelista ao poder, embora o próprio Castello Branco já houvesse falecido (em misterioso acidente aéreo, em julho de 1967). Seu principal projeto de governo foi realizar a “abertura política”, isto é, nas palavras do próprio presidente, o “lento, gradual e seguro” processo de redemocratização do país. Nessa tarefa ele seria auxiliado pelo general Golbery do Couto e Silva, braço direito do novo presidente.

A **abertura política** foi provocada por diversos fatores, o principal deles o fato de que a entrega do poder aos civis fazia parte do projeto original do grupo castelista em 1964. A seqüência golpe-“limpeza”-retorno aos quartéis seria finalmente concluída, embora com alguns anos de atraso. Além disso, o regime passava por um processo natural de desgaste; afinal, em 1974 completou-se o décimo ano seguido de governo militar; fazendo com que mesmo setores beneficiados pelo regime sentissem uma certa insatisfação, como ficou demonstrado nas eleições legislativas de 1974. Nesse ano, o MDB, apesar de todas as dificuldades, acabou vencendo a ARENA nas grandes cidades: das 90 cidades do país com mais de 100 mil habitantes, o MDB venceu em 79; no caso das eleições para senador, o MDB conseguiu 59% dos votos válidos em todo o Brasil.



Outro fator que explica o desencadeamento da abertura foi o progressivo esgotamento do “milagre” econômico. Era impossível manter taxas de crescimento do PIB acima de 10% ao ano eternamente, e o regime, que em grande parte se justificava pelo sucesso na área econômica, logo se veria em apuros. Aliás, alguns problemas já se anunciavam, como a primeira grande crise do petróleo em 1973, quando o país, dependente das importações de combustíveis, viu seriamente comprometido seu balanço de pagamentos.

Finalmente, o esmagamento da oposição mais radical ao regime, por meio da violenta guerra suja, fez com que a redemocratização parecesse uma alternativa não mais ameaçadora aos olhos de muitos militares.

No entanto, o processo de abertura política apresentava duas grandes limitações. Em primeiro lugar, os militares estavam pouco propensos a entregar o poder para a oposição. Um governo civil seria tolerado e era até inevitável que surgisse, mas desde que mantivesse inalteradas certas diretrizes, incluindo o prosseguimento da política econômica vigente nas suas linhas mais gerais, isto é, na associação com o capital estrangeiro. Em segundo lugar, em momento algum os militares iriam tolerar uma apuração efetiva das violências e excessos cometidos durante a guerra suja, vista por eles como uma guerra de fato e, portanto, justificando inúmeros atos normalmente considerados ilegais (quando não francamente criminosos).

Uma das principais iniciativas de Geisel, no sentido de consolidar a abertura política, foi a desmontagem do aparelho repressivo. Durante o combate aos opositores do regime, os órgãos de informação e segurança haviam crescido desmesuradamente em seu contingente e no poder que tinham em mãos: se, por um lado, os generais decidiam as estratégias a se-

rem adotadas no combate à “subversão”, por outro, o trabalho sujo era operacionalizado por escalões mais baixos, que se fortaleceram no processo. Eram heróis aos olhos militares, uma vez que estavam vencendo uma guerra, e tinham uma série de privilégios, como por exemplo o acesso a fontes de renda privadas, caso da Oban. Esses setores não aceitariam a desmontagem do aparelho repressivo e, muitas vezes, encontravam apoio junto à alta oficialidade mais radical, ligada à linha dura. Geisel moveu uma verdadeira batalha contra esses setores, vistos como principal obstáculo à redemocratização.

Em outubro de 1975, o jornalista **Wladimir Herzog** foi chamado para prestar depoimento junto ao DOI-CODI de São Paulo. Acabou morrendo num dos quartéis do exército. Em janeiro de 1976, em circunstâncias semelhantes, o operário **Manoel Fiel Filho** morreu durante interrogatório. Nos dois casos, o comando do Segundo Exército em São Paulo divulgou a versão de suicídio, sem convencer a opinião pública.

Tais episódios talvez passassem despercebidos alguns anos antes, mas o fim da censura à imprensa desde o início de 1975, a decisiva atuação da Igreja na denúncia dos crimes e a posição de Geisel contra o prosseguimento das práticas de tortura pelo exército acabaram criando um clima de duplo confronto: da sociedade civil contra o governo e do presidente contra a linha dura representada pelo general Ednardo D’Ávila Melo, responsável pelas mortes. Numa atitude firme, dentro dos padrões das Forças Armadas, Geisel demitiu-o do comando do Segundo Exército.

Porém, o principal choque envolvendo Geisel e a linha dura que se opunha à abertura ocorreu quando das primeiras discussões em torno da sucessão presidencial, em 1977. O general **Sylvio Frota**, ministro do Exército, tentou articular sua candidatura, contra os desejos do presidente, que acabou por demiti-lo. O ministro ainda tentou um golpe: enviou a todos os quartéis do país um violento manifesto, acusando Geisel de favorecer a infiltração comunista nos altos escalões governamentais e, em seguida, convocou uma reunião do alto comando do exército, chamando para Brasília os principais comandantes militares do país. O objetivo era “discutir a situação”, fórmula elegante de dizer “preparar um golpe”.



Wladimir Herzog: seu “suicídio” trouxe à tona um dos aspectos decisivos da abertura — o combate à linha dura.

"Com suas atitudes desassombradas, Geisel demonstrara ter acumulado mais poder pessoal do que qualquer dos seus antecessores, sendo prova disso a decisão de demitir o ministro de Exército sem consultar o Alto Comando. Os presidentes militares anteriores experimentaram todos uma perda de poder dentro do Exército, quando assumiram o governo. Geisel não apenas reteve esse poder, mas o aumentou com as demissões e/ou renúncias do comandante do Segundo Exército, general Ednardo, do ministro Frota e [posteriormente] do general Hugo Abreu. O presidente estava usando agora o seu poder aumentado dentro do Exército para promover a liberalização."

(SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*, p. 388.)

No entanto, Geisel se antecipou a Frota: sabendo, por meio do SNI, de todos os movimentos do ministro demissionário, o presidente ordenou o deslocamento de tropas para o aeroporto de Brasília, sob o comando do prestigiado general Hugo Abreu, vencedor da guerrilha do Araguaia. À medida que os comandantes militares che-

gavam à capital federal, eram colocados diante de duas opções: dirigir-se ao Ministério do Exército, para conspirar junto com Frota, ou ao Palácio do Planalto, para reafirmar fidelidade a Geisel. Todos ficaram com o presidente, e Frota, sozinho, viu-se impossibilitado de concretizar o golpe.

O fracasso do golpe do general Frota e seu posterior afastamento do governo representaram a maior vitória do governo Geisel perante a linha dura. A partir de outubro de 1977, parecia claro que a abertura era irreversível e a linha dura estava derrotada.

A abertura (1977-85)

Como vimos, a censura à imprensa vinha desaparecendo desde 1975; em 1978, Geisel anistiou os exilados políticos, que agora poderiam voltar ao Brasil (incluindo Leonel Brizola e o velho Luís Carlos Prestes); a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico do autoritarismo do regime, foi modificada e abrandada e, em 1979, o AI-5 foi revogado. Junto com essas medidas liberalizantes, o governo tratava de elaborar o cronograma da abertura, que previa a eleição indireta de um sucessor militar para Geisel, seguido de um sucessor civil, porém ligado aos militares e, finalmente, eleições diretas para presidente da República, a serem realizadas somente por volta de 1989. Tal cronograma, bastante lento, desagradava as oposições. De qualquer forma, existia um processo eleitoral em andamento.

Os dois próximos presidentes seriam eleitos pelo voto indireto do Colégio Eleitoral, a ser formado por deputados, senadores e representantes das Assembléias Legislativas estaduais. A partir de abril de 1977, o governo começou a mudar a legislação eleitoral, pretendendo garantir a maioria no Colégio Eleitoral nos próximos anos. Naquele mês, foi lançado o **pacote de abril**, que estabeleceu a nomeação de senadores "biônicos" para o

Congresso (no caso, 1/3 do Senado seria composto por políticos nomeados diretamente pelo governo e não eleitos pelo voto popular). Além disso, mudaram-se as regras da representação proporcional de deputados no Congresso, favorecendo as bancadas dos estados nordestinos, onde a ARENA conseguia vitórias eleitorais através de meios que nada ficavam a dever às tradicionais práticas coronelistas da República Velha. Assim, chegávamos a uma situação na qual o MDB poderia ter mais votos, mas eleger menos congressistas.

Nas eleições legislativas de 1978, fundamentais para a definição do Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor de Geisel, MDB e ARENA praticamente empataram em número de votos, mas o partido do governo conseguiu obter maioria nas duas casas do Congresso, além do controle sobre o Colégio Eleitoral, que acabou por eleger o sucessor de Geisel, o também general **João Batista Figueiredo**.

Figueiredo assumiu a presidência em janeiro de 1979 e, graças a uma reforma constitucional que ampliou o mandato presidencial para seis anos, governou até 1985. Seu objetivo era dar prosseguimento ao processo de abertura política e, para isso, contava com a colaboração do onipotente general **Golbery do Couto e Silva**, considerado por muitos a “eminência parda” do novo governo, pelo menos em seu início. No entanto, o processo de abertura política seria influenciado por uma intensa crise econômica na década de 80.

A crise tem suas origens na própria estrutura do modelo econômico vigente, fortemente dependente do capital externo. A segunda crise do petróleo, em 1979, provocou novo desequilíbrio nas contas externas brasileiras e, principalmente, uma diminuição no fluxo de capital estrangeiro para o Brasil. A moratória decretada pelo México, em 1982, assustou os bancos internacionais, que passaram a temer o mesmo comportamento por parte do Brasil (cuja dívida, aliás, era maior do que a mexicana) e cancelaram novos empréstimos. Só esses dados já seriam suficientes para explicar a recessão econômica que começou a se esboçar na época. No entanto, a brusca elevação dos juros no mercado internacional (de 8% em 1978 para 17% em 1981) também ajudou a comprometer a estabilidade da economia brasileira, agora impossibilitada de gerar recursos para “rolar” a **dívida externa**: não era possível sequer efetuar o pagamento dos juros.



Presidente Geisel: a abertura em andamento.



Da inflação crônica, o Brasil avançava rapidamente para a hiperinflação.

Finalmente, a **inflação**, que já vinha crescendo desde a época do “milagre”, escapou de qualquer controle, inclusive sendo alimentada pelo mecanismo da correção monetária. À falta de recursos externos, emitia-se dinheiro internamente, ativando o crescimento da inflação. Assim, já no início da década de 80, o Brasil passava a viver uma situação marcada pela “estagnação”, isto é, estagnação econômica junto com inflação.

O pensamento econômico tradicional aceita a idéia segundo a qual o cres-

cimento da economia é quase inevitavelmente acompanhado pela inflação, enquanto a estagnação econômica acaba por provocar uma queda nos preços. E, de fato, diversas vezes na história do Brasil observamos governos que buscaram combater a inflação promovendo a recessão e quase sempre obtendo sucesso, embora causando um pesado custo social.

No entanto, a situação vivida no Brasil era nova: o péssimo perfil de distribuição de renda fazia com que tais princípios econômicos fossem invalidados. Assim, quando o governo adotou uma política recessiva, o resultado acabou sendo o aumento das taxas de inflação. Explica-se: protegidas pela correção monetária, as classes mais endinheiradas simplesmente ignoravam a inflação (se a taxa de inflação era de 20% ao mês e as aplicações bancárias também rendiam 20%, a inflação para os titulares dessas aplicações era zero). Já os setores mais humildes não tinham como se proteger das elevadas taxas de inflação.

Quanto ao comércio e à indústria, percebendo claramente que os pobres não tinham dinheiro e os ricos mantinham seus ganhos, especializaram-se no atendimento a esta fatia do mercado, aumentando os preços e

passando a ganhar com a venda de poucos produtos para poucas pessoas a preços altos, em vez de muitos produtos a preços razoáveis para muitas pessoas. Em outras palavras, tratava-se de compensar no preço unitário os prejuízos decorrentes da queda no volume das vendas.

Além disso, durante o governo Geisel haviam-se aprofundado as distorções da economia brasileira. O intervencionismo estatal atingiu o seu auge, bem como a política das obras faraônicas. A combinação empresas estatais/autoritarismo político mostrou-se catastrófica, na medida em que, muitas vezes, os vastos recursos dirigidos a essas empresas acabavam em mãos de particulares, não existindo qualquer controle da sociedade civil sobre o setor público. Um exemplo foi a assinatura do acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, em 1975, que resultou na construção das caríssimas e ineficientes usinas de Angra dos Reis.

Assim, as empresas estatais começavam a combinar os excessivos gastos com pessoal e ineficiência econômica, gerando, mais tarde, o mito de que a empresa estatal é pouco eficiente na sua essência e precisa ser privatizada, idéia muito difundida nos anos 90. Certamente, os custos públicos eram atendidos com emissões, empréstimos – letras do tesouro – bem remunerados, favorecendo instituições financeiras que ganhavam com o processo.

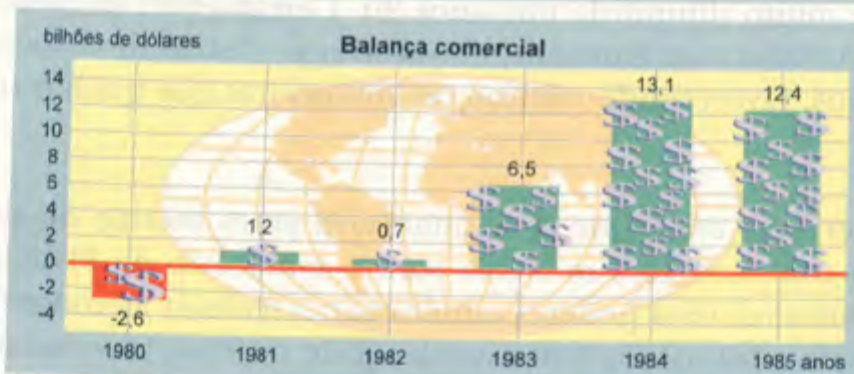
Para combater uma crise, que já se anunciava antes mesmo de sua posse, Figueiredo convocou Delfim Netto para o ministério do Planejamento, que mais uma vez teria poderes amplos para conduzir a economia do país. Após rápida e fracassada tentativa de ajuste interno, buscou estimular as exportações, concedendo incentivos fiscais e, principalmente, desvalorizando a moeda. O objetivo era conseguir os dólares necessários para manter em dia o pagamento dos juros da dívida externa.

A política de estímulo às exportações foi um sucesso. A partir de meados da década de 80, o Brasil começou a ter saldos excepcionalmente favoráveis em sua balança comercial, algo em torno de 1 bilhão de dólares por mês, chegando ao ponto de obter o terceiro maior saldo mundial, atrás apenas do Japão e da Alemanha Ocidental (embora o saldo japonês, por exemplo, chegasse a ser quase dez vezes maior que o brasileiro). No entanto, esse grande volume de dólares que ingressava anualmente no país ficava nas mãos do governo, que o remetia para o exterior como parte do pagamento da dívida, enquanto os exportadores recebiam apenas o equivalente em cruzeiros. As grandes emissões de cruzeiros para o pagamento dos exportadores acabavam por acelerar a inflação. Dessa forma, os compromissos internacionais eram mantidos, os bancos estrangeiros continuavam lucrando e a sociedade brasileira pagava a conta.



Indicadores econômicos (1980-1985)

O final do regime militar: crise da dívida, inflação e superávits comerciais.



A crise econômica afetou a abertura. Crescia rapidamente a insatisfação com o regime militar, considerado o responsável pelo fracasso econômico. Um grande movimento de insatisfação surgiu entre os trabalhadores mais organizados, os operários da indústria automobilística e metalúrgica, por exemplo. Foi justamente nestes setores que ocorreram grandes greves em 1978 e 1979, responsáveis pelo surgimento de novas lideranças sindicais desvinculadas do velho esquema do trabalhismo e dos partidos políticos existentes. Dentre essas lideranças destacava-se a de **Luís Inácio da Silva**, o Lula, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, hábil negociador e comprometido basicamente com os interesses dos trabalhadores de seu sindicato.

Dando prosseguimento à abertura, o Congresso aprovou a **Lei da Anistia**, perdoadando todos os presos ou exilados acusados de crimes políticos. A lei, no entanto, não incluía aqueles considerados culpados por atos terroristas e luta armada contra o governo, embora perdoasse todos os militares que haviam cometido violências na repressão, violência considerada meramente um crime “conexo” ao crime político, portanto passível de perdão.

Por outro lado, a linha dura dava os seus últimos sinais de vida. Afastada a possibilidade da eternização do regime autoritário, os grupos mais reacionários dentro das Forças Armadas apelaram para o terrorismo, numa série de atentados à bomba e seqüestros sem conseqüências mais sérias no que se refere à interrupção do processo da abertura. Em abril de 1981, explodiram duas bombas no **Riocentro**, centro de convenções da capital carioca, onde se realizava um grande festival de música. Uma das bombas atingiu a central de energia, enquanto a outra explodiu acidentalmente no carro que a transportava, matando um sargento e ferindo gravemente um oficial do exército. O atentado fracassado causou um verdadeiro escândalo, que só foi superado por aquele provocado pela não-apuração do episódio. De qualquer maneira, o episódio marcou o fim do embate entre a linha dura e a abertura.

A partir do final de 1979, iniciou-se a organização de novos partidos políticos no lugar da ARENA e do MDB, tendo em vista principalmente as eleições diretas para governadores dos estados, as primeiras realizadas no país desde 1965. O MDB vinha registrando um grande crescimento junto à opinião pública e se transformou em grande frente de oposição contra o governo, atraindo políticos de diversas correntes. Seu líder, **Ulysses Guimarães**, ganhava prestígio como principal voz da oposição no país.



José Carlos Brasil/AJB

Ulysses Guimarães, principal líder do MDB e, portanto, da oposição, no período final do regime militar.

A reforma partidária foi proposta com o objetivo de enfraquecer o MDB para as eleições de 82, uma vez que a ARENA, partido de apoio ao governo, automaticamente se transformou no PDS (Partido Democrático Social, uma sigla vazia de conteúdo ideológico ou programático); enquanto se esperava que o MDB fosse se fragmentar em vários pequenos partidos representando suas várias correntes. Ulysses habilmente trabalhou no sentido de manter o caráter de frente de oposição do seu novo partido, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e teve razoável sucesso nesse sentido. Outros partidos que surgiram com a reforma foram o incipiente PTB, pálida lembrança do velho partido populista dos anos 50 e 60; o PDT (Partido Democrático Trabalhista), em torno da figura de Leonel Brizola; e o PT (Partido dos Trabalhadores), organizado em torno das novas lideranças sindicais surgidas nas greves de 1978-79, principalmente da de Lula.

As eleições ocorreram pacificamente no dia 15 de novembro de 1982. A oposição, com o PMDB à frente, conseguiu a maioria dos votos, elegendo inclusive os governadores dos principais estados: Franco Montoro e Tancredo Neves, do PMDB, respectivamente em São Paulo e Minas Gerais; Leonel

Brizola, do PDT, no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, foram realizadas eleições legislativas, e o PDS, escorado nas pouco representativas leis eleitorais vigentes, conseguiu 235 das 480 cadeiras da Câmara dos Deputados.



Eleições de 1982 no Rio de Janeiro. Após 17 anos, os brasileiros voltavam a eleger diretamente os governadores de estado.

Durante o ano de 1983, o PT, de fraco desempenho nas eleições do ano anterior, procurou liderar uma campanha pela realização de eleições diretas para a presidência da República, na sucessão de Figueiredo. Tal medida passava por uma reforma constitucional, e o PT acreditava que, através da mobilização popular, o Congresso (ou seja, o PDS) pudesse se sensibilizar e aprovar a medida pelos dois terços de votos necessários. A campanha pelas **Diretas Já!** começou timidamente, mas logo ganhou o apoio do PMDB e PDT e, em pouco tempo, verdadeiras multidões tomaram as ruas das cidades em comícios monstruosos, numa mobilização popular rara na história do país.

No entanto, a emenda das eleições diretas para presidente da República acabou não sendo aprovada pelo Congresso, apesar da mobilização da oposição e do voto favorável de mais de 50 deputados do PDS. "A campanha das 'diretas já!' expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos em exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar" (Boris Fausto). Assim, a frustração em todo o país foi imensa.

A próxima luta das oposições foi no Colégio Eleitoral, que escolheria um novo presidente. A união das oposições durante o movimento pelas Diretas Já! fez surgir a possibilidade de uma vitória nas eleições indiretas para presidente. O PDS, por sua vez, apresentava-se dividido: em 1984, a escolha



Manifestação pelas eleições diretas presidenciais na praça da Sé, em São Paulo, 1984.

do candidato para a presidência não mais estava nas mãos dos militares, tendo estes passado a incumbência para o partido do governo. Um candidato despontava, era **Mário Andreazza**, nome que contava inclusive com a simpatia dos militares. No entanto, o ex-prefeito da cidade de São Paulo e ex-governador do estado, **Paulo Maluf**, do PDS, também tinha pretensões na disputa presidencial. Através de inúmeras concessões e promessas de campanha, ele acabou conseguindo o apoio da maioria dos políticos do PDS, sendo indicado como candidato oficial do partido na convenção de agosto de 1984.

Maluf era um político que, apesar de conservador e tendo construído uma carreira política à sombra dos militares, descontentava a “velha guarda” do PDS. Esse grupo, que tinha à frente nomes como José Sarney, Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel, vinha se mobilizando no apoio ao regime militar, com seus líderes desempenhando um papel decisivo, por exemplo, no fracasso das Diretas Já! no Congresso. Além disso, o grupo sempre se beneficiara do regime, fornecendo seus quadros políticos e administrativos e até obtendo vantagens pessoais. Agora, a velha guarda se encontrava diante da possibilidade de não mais fazer parte das estruturas do poder, uma vez que Maluf sempre agia por conta própria.

Em face dessa situação, formou-se uma dissidência dentro do PDS, a Frente Liberal, que mais tarde daria origem ao PFL, Partido da Frente Liberal. A Frente buscou aproximar-se do PMDB, que lançou a candidatura do moderado político mineiro **Tancredo Neves** à presidência da República. Estabeleceu-se uma aliança entre os dois agrupamentos políticos, de onde nasceu a chapa Tancredo-Sarney, candidatos à presidência e à vice.

No dia 15 de janeiro de 1985, reuniu-se o Colégio Eleitoral para escolher o novo presidente do Brasil. De um total de 480 votos, o PMDB garantiu 275, mais 166 da dissidência do PDS, a Frente Liberal. Foi o suficiente para eleger Tancredo Neves presidente da República.



Gilido Lima/AJB

A ascensão de Tancredo Neves à presidência da República foi recebida com grande expectativa pela população.

Portanto, com uma complicada manobra política, a oposição havia conseguido assumir o poder, ainda que se valendo de uma chapa bastante conservadora e com o apoio de políticos que antes haviam participado do regime militar. De qualquer maneira, os 21 anos de governo militar haviam se encerrado, e uma nova época se iniciava no país.

Questões

1. Quais os objetivos declarados das Forças Armadas ao darem o golpe de 1964?
2. O que foi a indexação da economia brasileira, implantada em 1964?
3. Identifique os principais objetivos do grupo castelista e da linha dura do exército durante os primeiros anos do regime militar.
4. Caracterize o Ato Institucional nº 5.
5. Como se desenvolveu a guerra de guerrilhas no Brasil durante o regime militar?
6. Quais as principais medidas do governo que tornaram possível o assim chamado “milagre” econômico brasileiro do início dos anos 70?
7. Comente a seguinte frase: “A concretização do milagre econômico brasileiro implicava a existência de algum tipo de governo autoritário ou ditatorial”.
8. Quais os fatores que levaram ao desencadeamento do processo de abertura política a partir do governo Geisel?
9. O que é “estagflação”? Como esse fenômeno surgiu no Brasil?
10. De que forma a crise econômica dos anos 80 afetou a abertura política?
11. O que foi o movimento “Diretas Já!”?

O BRASIL ATUAL

a redemocratização de 1985 manteve a tradicional marca histórica brasileira de se fazer a instalação de uma nova ordem política sem que fossem destronadas as elites da véspera. Foi assim na independência política de 1822, na instalação do regime republicano de 1889, na Revolução de 1930, na democratização de 1945 e, novamente, em 1985. Esse padrão incluía uma significativa mudança política sem que ocorresse a ascensão de uma nova classe social ao poder. Pelo contrário, as novas forças emergentes compunham-se com os interesses dos velhos grupos que antes exerciam direta ou indiretamente o comando nacional.

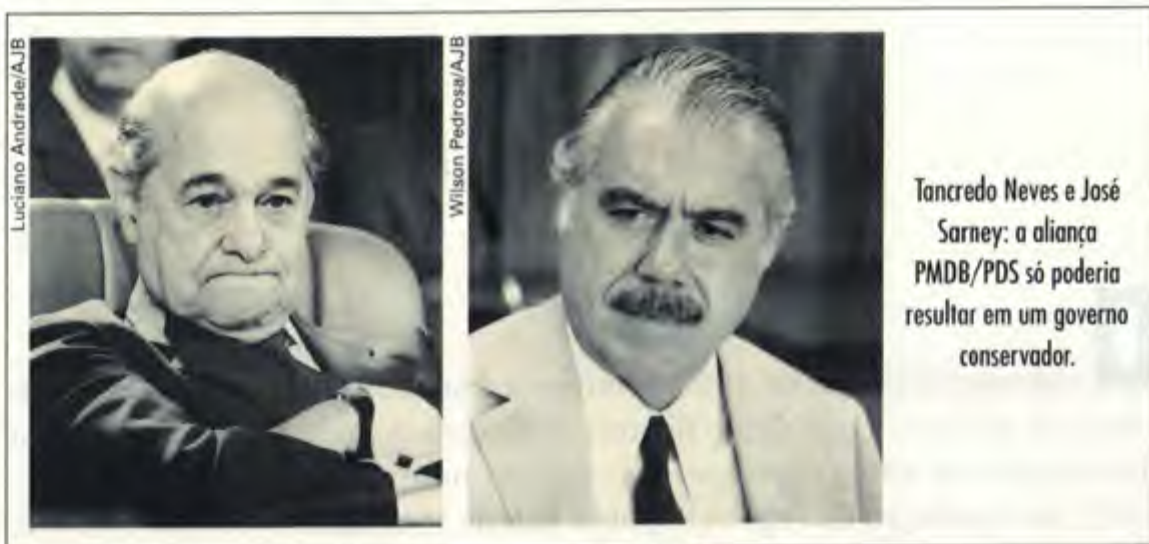
O fim dos anos de chumbo progressivamente marcou a subordinação das novas forças à tutela dos que já eram íntimos do governo, espalhando paternalismo e sujeição. Assim, os setores que ascendiam não tiveram impulso suficiente para promover uma remodelação profunda e completa da estrutura política brasileira.

O governo de José Sarney (1985-90)

O governo de José Sarney iniciou-se numa fase de intensa ebulição social, envolvendo desde os excluídos e marginalizados até os mais bem sucedidos econômica e socialmente. A variedade dos anseios, com seus diversos “projetos” nacionais, teve de seguir ritmos políticos ligados às peculiaridades brasileiras e ao quadro internacional de um capitalismo em rápida globalização.

A instalação do novo governo

Os primeiros passos no sentido da redemocratização tinham sido dados com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985. Contudo, na véspera da posse, 14 de março de 1985, Tancredo, com 75 anos de idade, foi internado às pressas no Hospital de Base de Brasília, cabendo ao seu vice, José Sarney, assumir interinamente a presidência da República, em meio à perplexidade nacional.



Operado de diverticulite, Tancredo contraiu uma infecção hospitalar que logo se agravou, forçando sua transferência para o melhor equipado Instituto do Coração em São Paulo, onde, após sete cirurgias, acabou por falecer no dia 21 de abril, vítima de infecção generalizada. O cortejo fúnebre em São Paulo, do hospital até o aeroporto de Congonhas, de onde seguiria para Minas Gerais, seu estado natal, foi acompanhado por cerca de um milhão de pessoas, numa clara demonstração das esperanças que o povo depositava no novo presidente e no governo democrático que se instalava.

À conjuntura política nebulosa e esperançosa, acrescentava-se a deterioração do quadro econômico nacional. Viviam-se o auge da “crise da dívida externa”, e as medidas tomadas pelo último governo militar tinham elevado a inflação para 223% em 1984, com tendência a escapar de qualquer controle.

A redemocratização havia feito surgir, em meio à população, a idéia de que todos os males do país se deviam exclusivamente à má administração da economia por parte dos últimos governos militares, sentimento reforçado pelos intelectuais e imprensa, os chamados formadores de opinião. A própria oposição partidária, composta pelo PMDB, PDT e PT, contribuiu para difundir essa idéia, que, por mais que tivesse algo de verdadeiro, levava à crença simplista de que um governo civil e democrático iria colocar o país nos eixos apenas por ser civil e democrático. Daí as altas esperanças depositadas no governo de Tancredo.

Entretanto, a dimensão dos problemas a serem enfrentados exigia muito mais que apenas um novo regime político, pois estes decorriam, sobretudo, da longa trajetória histórica nacional, fundada nas práticas paternalistas e tuteladoras do poder instituído. Assim, a instalação do governo de José Sarney fez emergir de forma cristalina as amarras do regime, irradiando frustração para muitos, uma vez que o presidente era um político do regime anterior que havia apoiado e participado dos governos militares (dentro da ARENA), só tendo mudado de posição nas eleições indiretas de 1984.

Proveniente do Maranhão, ligado a redutos de políticos tradicionais nordestinos, José Sarney teria a difícil tarefa de governar um país em aguda crise econômica, vítima de péssima distribuição de renda, intensificada pela crise, e tendo de enfrentar os desafios da inserção numa economia cada vez mais globalizada. Tudo isso sem quebrar os privilégios tradicionais dos grupos estaduais que o cercavam, destacando-se o PFL

(Partido da Frente Liberal), capitaneado por Antonio Carlos Magalhães e a aliança com o PMDB, do qual Sarney agora fazia parte. Como já era tradição histórica, tal empresa carecia das articulações e comprometimentos políticos com forças realmente dispostas a grandes transformações.



Apesar do clima de esperanças, mistificação e frustração, durante cinco anos Sarney permaneceu no poder e, respeitando a transição sem quebra de estruturas, confirmou o forte domínio das velhas oligarquias.

O Brasil e a globalização capitalista

No Brasil, o projeto modernizador, implementado há várias décadas, centrava-se na busca da industrialização e na diversificação produtiva, com raízes numa política de “substituição de importações”. A idéia modernizadora nunca perdeu um viés nacionalista, de soberania nacional, alimentando diversas políticas, variando das propostas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, órgão regional da ONU dirigido para a modernização latino-americana) até suas adaptações encontradas no projeto desenvolvimentista do governo Kubitschek e, mais tarde, da ditadura militar.

Com sede em Santiago do Chile, a **CEPAL** (Comissão Econômica para a América Latina) é um órgão regional ligado ao Conselho Econômico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas) e tem por objetivo o desenvolvimento da América Latina. Já em sua fundação, em 1948, firmou a ideia de "união aduaneira" da América do Sul, visando, através da integração regional, acelerar a industrialização dos países latino-americanos, bem como diversificar sua estrutura produtiva.

Foi um pólo teórico importante no incentivo à criação de organismos econômicos regionais, como a ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comércio) em 1960, a ALADI (Associação Latino-americana de Integração) em 1980 e o Mercosul. Com seu viés keynesiano, os estudos cepalinos ressaltaram a necessidade de profundas mudanças na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, envolvendo o protecionismo, medidas de distribuição da renda e reforma agrária, chocando-se com as posições monetaristas dos neoliberais dos anos 80 e 90.

Todas as propostas de modernização até os anos 80, em que pese a maior ou menor aceitação dos capitais e empresas internacionais atuando em território brasileiro, pretendiam reservar apenas algumas áreas, definidas como estratégicas, à exploração exclusiva de empresas nacionais ou estatais. As elites empresariais, que comandavam a política brasileira, forjaram um ideário de envolvimento de vários outros setores da sociedade nesse projeto modernizador, atitude típica em países em desenvolvimento, ou seja, de capitalismo periférico. Era na retórica do projeto de potência emergente internacional que se buscava justificar a unidade da sociedade, chegando mesmo a aproveitar-se da divisão da Guerra Fria para conseguir algumas possíveis vantagens imediatas no capitalismo internacional.

As grandes corporações internacionais (multinacionais) vinham se instalando no país desde os anos 60, garantindo e reforçando a ligação entre o capitalismo nacional e o internacional. Progressivamente, foram crescendo os comprometimentos entre setores nacionais e internacionais, desde vínculos tecnológicos, passando pelos intercâmbios comerciais e de capitais, até aqueles mais amplos de política nacional. No final dos anos 80, porém, a produção nacional que substituíra as importações, com ou sem a participação dos grandes conglomerados capitalistas internacionais, passou a apresentar seus limites, esgotando-se rapidamente. Um de seus lados críticos mais transparentes, por exemplo, era a crescente queda de produtividade brasileira. Segundo a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), de 1986 a 1990, a taxa de crescimento da produtividade do trabalho – produção por horas trabalhadas – foi decrescente, uma situação oposta à da dinâmica internacional capitalista.

Um mercado externo cada vez mais competitivo, exigente de elevada produtividade e custos de produção decrescentes, pressionava o modelo nacional e suas elevadas tarifas protecionistas, que, se de um lado, preservavam as elites empresariais da concorrência dos produtos estrangeiros, de outro, aprofundavam a distância tecnológica e a competência em disputar mercados e garantir algum desenvolvimento.



Além disso, com a produtividade em queda e a escassez de recursos, sobravam ao governo nacional obrigações e custos crescentes, bancados por endividamento externo – enquanto houve crédito internacional – ou pela inflacionária emissão de moeda dos anos 80, agravando a desorganização produtiva, as desigualdades sociais e as incertezas. Além da carência de capitais nacionais próprios, a instabilidade crescente e a desorganização econômica afugentavam investidores e debilitavam a credibilidade externa.

O distanciamento entre o modelo desenvolvimentista brasileiro e a vanguarda capitalista mundial devia-se, principalmente, a profundas e importantes transformações internacionais, relacionadas à dinamização capitalista da globalização e alterações geopolíticas.

No âmbito econômico, as áreas capitalistas mais avançadas desenvolviam sofisticadas tecnologias (microeletrônica, biotecnologia, química fina) iniciadas ainda nos anos 50 e 60, num processo que alguns denominaram Terceira Revolução Industrial. A nova dinâmica produtiva e tecnológica exigia imensos investimentos, que somente as grandes corporações empresariais dos centros dinâmicos capitalistas poderiam bancar.

Consolidava-se o predomínio dos grandes conglomerados empresariais, as multinacionais, buscando retornos crescentes aos seus gigantescos investimentos, alcançando, no início dos anos 90, o controle de mais de 2/3 do comércio internacional mundial.

Essa dinâmica capitalista exigia a crescente ampliação de mercados e o fim das barreiras protecionistas, estimulando as associações regionais de livre comércio, os blocos econômicos, o que de fato aconteceu no início dos anos 90. Dentre dezenas que surgiram, destacaram-se: o Nafta (North

American Free Trade Agreement – Acordo Norte-americano de Livre Comércio), a UE (União Européia), o bloco do Pacífico e ainda o Mercosul na América Latina. Simultaneamente, ganharam impulso a ideologia contrária ao Estado intervencionista e seu protecionismo com a defesa intransigente do “Estado mínimo”, subordinado à economia de mercado e capaz de atrair investimentos internacionais. Nascia assim o **neoliberalismo**.

O avanço do processo de globalização punha em xeque o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil: numa época de capitalismo globalizado, continuar apegado a um modelo protecionista, nacional desenvolvimentista, era ficar excluído das grandes rotas dos capitais internacionais, da dinamização tecnológica e produtiva internacional. Além disso, insistir em um modelo ultrapassado na dinâmica capitalista mundial certamente seria impulsionar as pressões e as exigências sociais internas, que há muito esse modelo não dava provas de possuir condições de enfrentar de forma minimamente satisfatória.

“A crescente força privada e a crise do Estado intervencionista deram impulso, por sua vez, às pregações neoliberais, cujos principais defensores são o austriaco Friedrich Hayek, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1974, com suas ideias anti-Keynesianas, seguidas pelos norte-americanos Milton Friedman, Prêmio Nobel de Economia em 1976, e Robert Lucas, Prêmio Nobel de Economia em 1995, entre outros. Na política, as condições favoráveis ao neoliberalismo se afirmaram com os governos conservadores de Margareth Thatcher, a partir de 1979 no Reino Unido, Ronald Reagan, a partir de 1980 nos Estados Unidos, e Helmut Kohl, a partir de 1982 na Alemanha, irradiando-se, em seguida, por todo o mundo.”

(VICENTINO, Cláudio. *História geral*. São Paulo, Scipione, 1997, p. 464.)

Para completar o quadro, ocorria ainda o declínio do bloco socialista no final dos anos 80 e seu conseqüente colapso em 1991, quando se enterrou o mundo da Guerra Fria. Terminava, assim, uma época em que as nações conseguiam algumas vantagens ao jogar com a diplomacia internacional bipolarizada.



Queda do Muro de Berlim: o mundo mudava, a esquerda perdia o seu rumo. Os reflexos no Brasil foram significativos.

A era da globalização capitalista exigia integração e adaptação da produção nacional aos padrões mundiais, ao projeto de acomodação neoliberal, chamado por alguns de “Consenso de Washington”. Esse acabou se convertendo no grande projeto dos governos da Nova República, expressão da hegemonia das elites incrustadas no poder no fim do século XX.

Evolução econômica

Os primeiros meses do governo Sarney foram marcados por um certo imobilismo, decorrente, em primeiro lugar, da longa agonia de Tancredo Neves, e seguido da inevitável inadequação do ministério que fora montado por Tancredo ao novo presidente. Nesses primeiros momentos, destacou-se a figura de **Ulysses Guimarães**, presidente do PMDB e “eminência parda” do novo regime, pelo menos em seu início. Ficou claro que a aliança PMDB/PFL seria mantida, e o partido de Ulysses Guimarães teria maior peso no novo governo, cabendo-lhe, por exemplo, os ministérios da área econômica.

Em agosto de 1985, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, ligado à velha equipe econômica dos governos militares e indicado por Tancredo para o cargo antes da posse, demitiu-se, abrindo caminho para a nomeação de um ministro do PMDB. A escolha recaiu sobre Dílson Funaro, que logo se cercou de uma equipe de economistas proveniente da Universidade de Campinas (SP) e da PUC do Rio de Janeiro, todos críticos do modelo econômico adotado nos últimos anos. Preparou-se um plano de combate à inflação que ficou conhecido como **plano Cruzado**, divulgado e implantado de surpresa no dia 1º de março de 1986.

O plano consistia em uma tentativa de combater a inflação sem comprometer o crescimento econômico, rompendo assim com as práticas ortodoxas tradicionalmente adotadas no Brasil desde o início do século, que, como sabemos, defendiam o combate à inflação aliado à recessão.

Já o plano Cruzado partia do pressuposto de que implantar a recessão para combater a inflação era um equívoco, dadas as desigualdades sociais e o estado de miséria em que vivia grande parte da população brasileira. Acrescentem-se ainda as próprias peculiaridades da economia brasileira, na qual, devido ao longo período inflacionário, o aumento dos preços havia ganho um impulso “inercial”, isto é, os agentes econômicos responsáveis pela definição dos preços (industriais, comerciantes) tinham o hábito de remarcar os preços para cima sem que houvesse razões contábeis para isso. Dada a alta generalizada dos preços, um reajuste podia não ter motivos claros hoje, mas amanhã teria. Contra isso foram adotadas medidas heterodoxas que incluíam:

- congelamento de preços pelo período de um ano, com o objetivo de combater a inflação inercial;
- congelamento de salários;

- implantação de uma nova moeda, o **cruzado**, que teria o valor do cruzeiro menos três zeros;
- fim da correção monetária e criação de dificuldades para a realização de operações financeiras.

Esperava-se que, num intervalo de 12 meses, a população se “acostumasse” com preços estabilizados e a inexistência da correção monetária fizesse com que o impulso inflacionário diminuísse ou até desaparecesse, estancando o fator inercial.

Os primeiros resultados foram espetaculares. Os preços, congelados, efetivamente se mantiveram inalterados, e um apelo do presidente da República para que a própria população se envolvesse no plano, fiscalizando o congelamento e denunciando os infratores, provocou resultados inesperados. A adesão foi maciça. Em todo o Brasil, donas de casa, munidas com tabelas de preços da Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços, órgão do governo), eram protagonistas de verdadeiras cenas de histeria coletiva quando um gerente de supermercado ou estabelecimento comercial era surpreendido remarcando os preços, muitas vezes diante das câmeras de televisão. Logo eram vistos broches e adesivos com a inscrição “Sou fiscal do Sarney” no peito de milhares de brasileiros, numa mobilização inédita e que começava a render dividendos políticos para o presidente.



Marco Antonio Cavalcante, A.J.B.

O plano Cruzado ganhou a opinião pública e fortaleceu o comando político de Sarney, viabilizando seu sucesso eleitoral em 1986.

Ao mesmo tempo, esperava-se um deslocamento do capital imobilizado em aplicações financeiras para o setor produtivo da economia, enquanto os salários se valorizavam, passando a ter efetivo poder de compra. Pode-se falar inclusive de uma modesta distribuição de renda, se observarmos que o consumo de certos produtos básicos cresceu inesperadamente nos primeiros meses do congelamento.

De fato, o plano Cruzado trouxe, por exemplo, um rápido aumento no consumo de remédios e produtos farmacêuticos em geral: a população brasileira mais pobre, embora doente, nunca tivera dinheiro para comprar remédios. Agora um pouco de dinheiro estava disponível. Outro exemplo significativo encontrava-se no consumo de colchões, que apresentou rápido crescimento nas grandes cidades. Pensando-se nas favelas, onde muitas vezes pessoas amontoam-se nas mesmas camas, pode-se facilmente imaginar o que ocorreu. Também o consumo de carne disparou: o brasileiro voltou a consumir proteínas...

Entretanto, essa situação favorável não iria durar muito: em pouco menos de seis meses o sonho acabaria. A imensa transferência para o consumo de recursos antes aplicados em caderneta de poupança, por exemplo, iria causar um desequilíbrio no plano.

O consumo reprimido era grande, como de resto tende a ser em um país pobre (os exemplos que citamos acima – remédios, colchões, alimentos – são significativos, aos quais acrescentamos o consumo reprimido da classe média – automóveis, eletrodomésticos, etc.), e passou a crescer desmedidamente. No entanto, os preços congelados desestimulavam os produtores a continuar abastecendo o mercado. O caso da carne foi dramático, pois o preço do boi gordo permaneceu congelado em baixa enquanto o consumo disparava. Em pouco tempo faltou carne nos açougues.



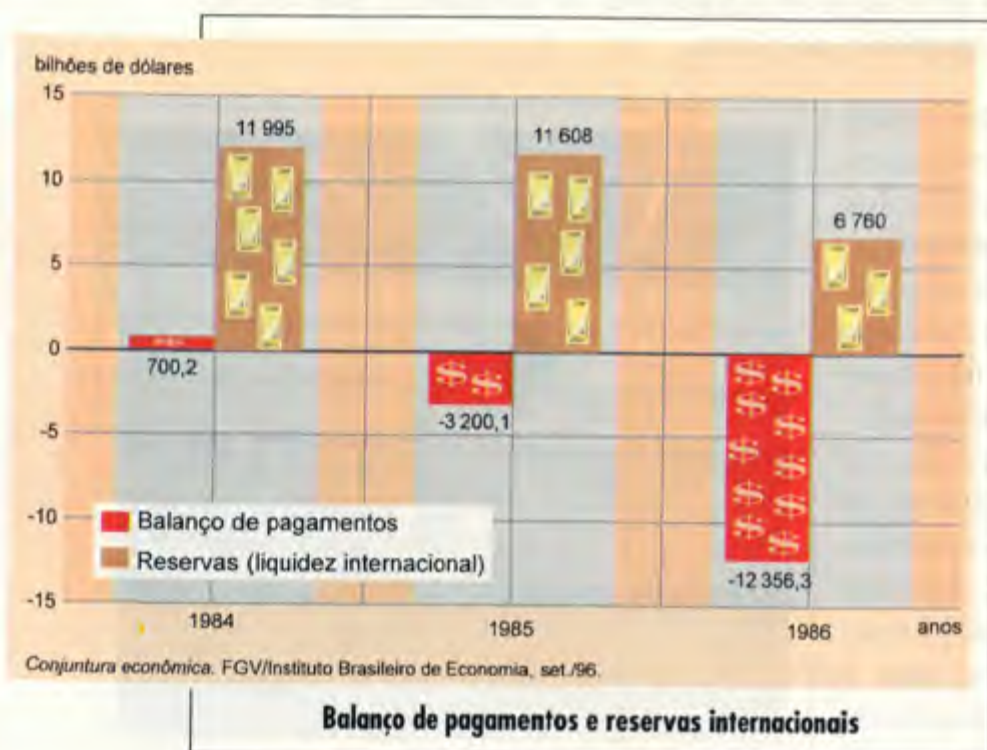
O desabastecimento foi uma das conseqüências do congelamento de preços durante o Plano Cruzado.

O desabastecimento passou a ser generalizado no país. Além disso, surgiu o ágio, apontado como o grande inimigo do plano do governo: compravam-se as mercadorias pelo preço congelado acrescido de uma diferença, o que representava, na prática, o retorno da inflação.

No entanto, o pior ainda estava por vir. Quando os primeiros sinais de desequilíbrio começaram a surgir, o governo manteve rígido o congelamento de preços, quando poderia ter optado por flexibilizá-lo. Mesmo que tivesse sido essa a intenção de parte da equipe de governo, o presidente, de olho nos dividendos políticos do plano e nas eleições para a Constituinte marcadas para novembro de 1986, resolveu insistir no congelamento. Passou-se a medidas de impacto na mídia, agredindo empresários, considerados “criminosos” por conspirarem contra a economia popular e por tentarem aumentar

abusivamente os preços; unidades do exército foram mobilizadas, por exemplo, a vasculhar os pastos para confiscar os bois que não eram vendidos devido ao baixo preço congelado. Ao mesmo tempo, autorizavam-se as importações para suprir o mercado de produtos essenciais, que começavam a escassear.

As importações acrescentavam um novo item negativo à economia nacional. Elas comprometiam a balança comercial, único ponto positivo da economia brasileira na primeira metade dos anos 80. O saldo da balança comercial, que alcançara superávits de 12 bilhões de dólares por ano em 1984, em 1986 caiu para 8,3 milhões, incompatíveis com as obrigações internacionais do país, uma vez que a crise da dívida ainda existia.



Assim, o balanço de pagamentos do país (balança comercial + serviços + movimento de capitais) voltava a ser fortemente negativo, após anos de esforços. Ao mesmo tempo, as reservas internacionais do país começavam a desaparecer. O Brasil se encaminhava para a moratória, a impossibilidade de manter o pagamento dos juros da dívida externa. Observe o gráfico ao lado.

Em novembro de 1986, ocorreram eleições para a Assembléia Constituinte, seguidas imediatamente de medidas de ajuste econômico (plano Cruzado II), com o descongelamento dos preços. Era tarde demais: após nove meses “engessados”, os preços agora disparavam. A inflação escapava de qualquer controle, até atingir a taxa anual de 365% em 1987, crescendo nos meses e anos seguintes. Em fevereiro de 1987, o Brasil declarava-se em “moratória técnica”, para usarmos a infeliz expressão criada pelo governo: não mais tínhamos condições técnicas (isto é, dinheiro) para pagar a dívida. Desde o início da década de 80, o Brasil havia cumprido seus compromissos internacionais, ao contrário de países como o México e a Argentina, ambos em moratória desde 1982.

O governo Sarney ainda buscava reajustar a economia com outros planos (Bresser, em 1987; Verão, em 1989), porém sem obter efeitos maiores do que a queda das taxas de inflação de um mês para o outro, seguida

de rápida retomada dos preços nos meses seguintes. E, pior ainda, a expectativa de novos congelamentos fazia com que os empresários aumentassem ainda mais os preços, como forma de defesa. O descontrole econômico marcaria o final do governo Sarney, com a inflação atingindo 933% em 1988 e espantosos 1764% em 1989.

Os gastos excessivos do governo, comprometido com os privilégios de uma elite política anacrônica, só pioravam a situação. Uma comissão parlamentar de inquérito, instaurada em 1988 pelo Senado, fazia acusações ao governo de favorecer grupos privados para a prestação de serviços junto ao governo federal, além de administrar recursos públicos de forma a beneficiar interesses particulares. Pressões do PFL e PMDB forçaram o arquivamento do processo. Foi nessa época, junho de 1988, que um grupo formado pelos assim chamados “históricos” do PMDB (Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, Mário Covas, José Serra e Pimenta da Veiga, entre outros), romperam com o PMDB e fundaram um novo partido, o **PSDB** (Partido Social Democrático Brasileiro).

Evolução política

A presidência de José Sarney iniciou-se com a forte presença do PMDB no governo, muito embora o fracasso do plano Cruzado, o surgimento do PSDB e o próprio desenrolar dos trabalhos da Constituinte gerassem um afastamento cada vez maior entre o PMDB e o PFL. De fato, no final de seu mandato, Sarney cercou-se basicamente de pefelistas.

O grande evento político do período foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, eleita em 1986. Como vimos, Sarney retardou ao máximo qualquer mudança no plano Cruzado, tendo em vista manter sua popularidade e o prestígio do governo. Assim, nas eleições de novembro, a aliança PMDB/PFL conseguiu espetacular vitória, garantindo a maioria das cadeiras na Constituinte e todos os governos estaduais.

Durante um ano e meio debateu-se e votou-se a nova Carta constitucional brasileira, finalmente promulgada em outubro de 1988. São características da **Constituição de 1988**:

- democracia liberal com separação dos três poderes e eleição direta para todos os cargos do executivo e legislativo, prevendo-se a realização de dois turnos nas eleições dos cargos executivos mais importantes (presidente da República, governadores de estado e prefeitos dos municípios com mais de 200 mil habitantes);
- voto obrigatório para pessoas entre 18 e 70 anos; facultativo a analfabetos, jovens entre 16 e 18 anos e pessoas com mais de 70;
- fim da censura prévia, garantia do direito de greve, liberdade sindical;

- nacionalismo econômico, reservando-se uma série de atividades às empresas nacionais;
- intervenção do Estado na economia, atribuindo-se a ele uma série de funções reguladoras e gerenciadoras;
- amplo assistencialismo social, garantindo-se os direitos trabalhistas;
- descentralização administrativa e financeira, afetando estados e municípios.

Previa ainda uma revisão constitucional cinco anos após a promulgação, a qual incluiria a realização de um plebiscito sobre a forma de governo a ser adotada no Brasil, ou seja, a continuação do presidencialismo, previsto na Constituição, ou a introdução do parlamentarismo. Além disso, preservava a função das Forças Armadas como responsáveis pela defesa da ordem interna e contra a agressão externa, numa formulação obscura, que, em última análise, poderia justificar uma nova intervenção dos militares na política.



A Constituição de 1988 pretendia resgatar a plenitude democrática brasileira e encaminhar a solução da "dívida social", a superação do enorme fosso entre a elite e a imensa massa de excluídos nacionais, por meio do assistencialismo e garantias trabalhistas. Na foto, promulgação da nova constituição.

A Constituição de 1988 chama a atenção pelo seu tamanho exagerado e detalhismo excessivo, chegando a definir, por exemplo, a taxa de juros a ser praticada no país, uma determinação nunca obedecida. Além disso, apresenta grave contradição: por um lado, ampliava as conquistas sociais dos trabalhadores (com a prática do assistencialismo) e, por outro, retirava do governo central os meios para satisfazê-las (com a descentralização financeira). Ficava, ainda, na contramão do que acontecia no plano internacional, ampliando a atuação do Estado nos âmbitos econômico e social, quando a

regra neoliberal impunha o contrário. Assim, caminhava-se para uma situação na qual o Estado ou descumpriria suas funções constitucionais ou viveria falido.

A Constituinte aprovou também o mandato presidencial de cinco anos, uma das propostas mais perseguidas pela equipe governamental; na verdade, seu grande projeto após o fracasso do Cruzado. Para conseguir sua aprovação, o presidente favoreceu e garantiu privilégios aos parlamentares, principalmente por meio das concessões de emissoras de rádio e televisão.

A sucessão presidencial

No final do governo Sarney, seriam realizadas as primeiras eleições diretas para a presidência desde 1960, e a esquerda surgia com considerável potencial de vitória. Para as forças conservadoras continuarem atuantes no governo, as chances reais de uma vitória de **Luís Inácio Lula da Silva**, do PT, ou **Leonel Brizola**, do PDT, em 1989, eram uma ameaça a ser contida a qualquer preço.

Ulysses Guimarães, consagrado no movimento das Diretas Já!, saiu candidato pelo PMDB, mas pagou o preço de sua participação no governo Sarney. Paulo Maluf, ainda sem projeção nacional e recuperando-se do fiasco da campanha indireta de 1985, não representava uma candidatura viável. No recém-criado PSDB, foi lançado o nome de Mário Covas, que foi prejudicado pela ausência de uma estrutura partidária nacional, além de seu passado peemedebista.

Além desses, nada menos que 15 outros candidatos a presidente se apresentaram, em sua maioria politicamente inexpressivos, buscando apenas um espaço nos meios de comunicação. Até o conhecido apresentador de televisão Silvio Santos chegou a articular sua candidatura, abandonando-a logo em seguida. A situação refletia o quadro de desorientação da sociedade brasileira em meio a uma das maiores crises pelas quais o país já havia passado.

Nesse contexto, surgiu a candidatura de **Fernando Collor de Mello**. Contava com o apoio de consideráveis setores conservadores, assustados com a possibilidade de um governo de esquerda e diante da ausência de um candidato que pudesse proteger seus interesses. Num momento de profunda desconfiança em relação à política e quase hostilidade contra os políticos em geral, Collor lançou-se como um candidato “apolítico”. Denunciava a corrupção, apresentando-se como “caçador dos marajás”, que se fartavam do dinheiro público. Dizia representar o povo humilde e sofrido do Brasil, os “descamisados”, e o fato de ser jovem, de estilo agressivo e virtualmente desconhecido no país – portanto supostamente desvinculado dos tradicionais esquemas de poder – contribuiu para engrossar sua candidatura.



A encarnação política da farsa: forma, conteúdo e objetivo dos discursos de Collor contavam com amplo respaldo da mídia televisiva.

Na verdade, seu discurso era uma farsa, na medida em que contava com o apoio (ainda que disfarçado) de diversas figuras participantes do governo Sarney, como Antonio Carlos Magalhães, e ligadas àquilo que de mais arcaico existia na política brasileira. Enquanto isso, Collor ganhava um espaço cada vez maior na imprensa, com alguns veículos aderindo abertamente à sua campanha, como foi o caso das Organizações Globo. O partido de Collor, criado exclusivamente para apoiar sua candidatura, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional – observe-se o apelo por trás do nome “reconstrução”, de resto, sem maior significado político-histórico), passava a receber imensas doações de empresários interessados na vitória do conservadorismo.

As semelhanças entre os estilos de Jânio Quadros e Fernando Collor são significativas. Ambos reconheceram o poder da imprensa, principalmente o poder da imagem, e souberam moldar as suas imagens exatamente de acordo com as expectativas populares. Com Collor, não existiam projetos, apenas *slogans*. A campanha resumia-se a aparições breves, discursos inflamados e exibição de gesticulação agressiva, tudo isso cercado de grande expectativa criada pela televisão. Durante todo o período que antecedeu o primeiro turno das eleições, Collor evitou o debate, recusando-se ao enfrentamento público com os demais candidatos. Personificava uma das sínteses das continuadas esperanças populares em encontrar aquele que seria o “salvador da pátria”, herança do longo passado oligárquico e vícios paternalistas.



Resultado das eleições presidenciais de 1989.

No dia 15 de novembro de 1989, realizou-se o 1º turno das eleições, cujos resultados (aproximados) estão apresentados no gráfico ao lado.

Já no segundo turno, um mês depois, Collor e Lula se enfrentaram. O resultado foi de 42,75% de votos para Collor e 37,86% para Lula (com um número bastante expressivo de votos em branco, nulos e abstenções). Iniciava-se a chamada Era Collor.

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-92)

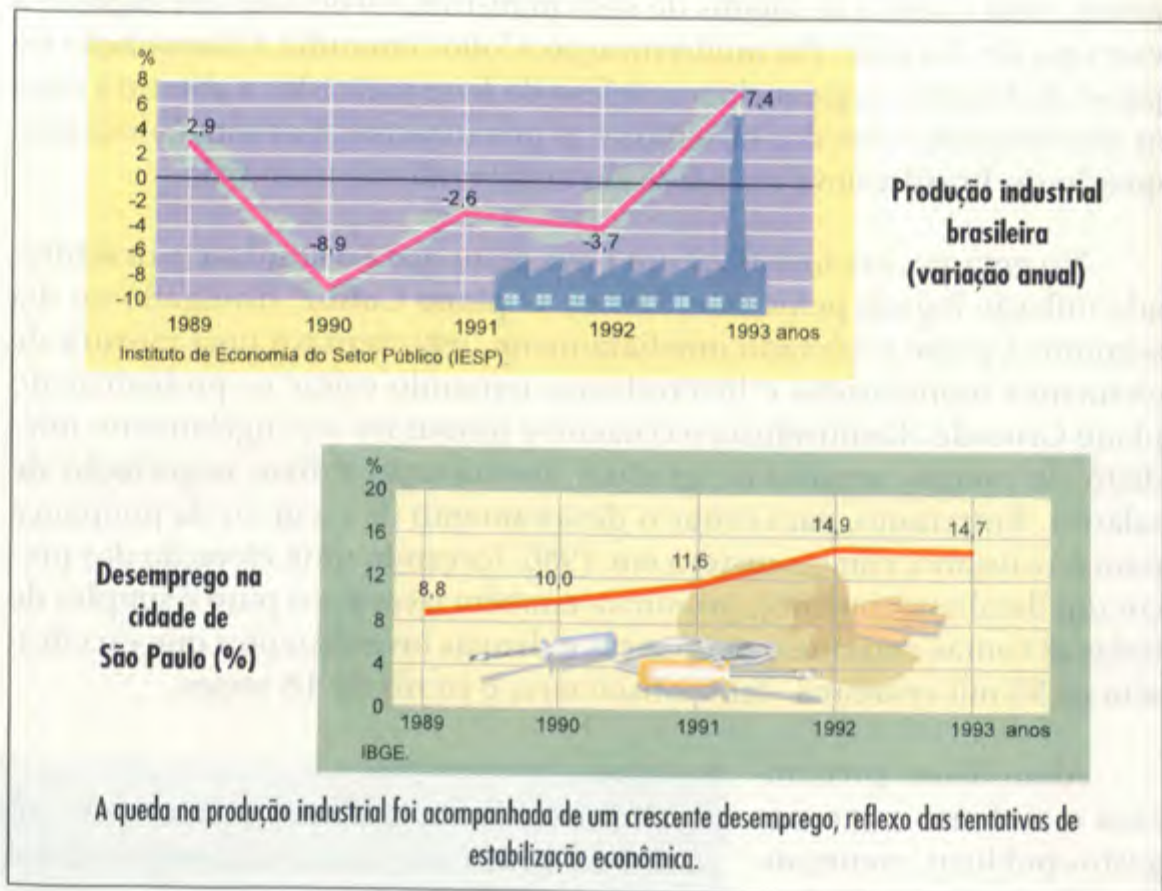
Uma das palavras mais utilizadas por Collor desde a campanha eleitoral era “moderno”. Prometia modernizar o Brasil, e sua própria figura jovem, bem como a de alguns de seus ministros, forneciam um suporte a esse tipo de discurso. Por modernização, Collor entendia a diminuição do papel do Estado, o que incluía a defesa do livre mercado, a abertura para as importações, o fim dos subsídios e as privatizações. Em suma, uma adequação do Brasil à nova realidade do neoliberalismo mundial.

No entanto, era inevitável um novo plano para o combate à desenfreada inflação legada pelos anos Sarney. O **plano Collor**, divulgado no dia seguinte à posse e adotado imediatamente, representava uma mistura de elementos monetaristas e heterodoxos, tentando evitar os problemas do plano Cruzado. Reintroduzia o cruzeiro e instaurava o congelamento imediato de preços, seguido de gradual liberalização e livre negociação de salários. Entretanto, para evitar o deslocamento de recursos da poupança para o consumo, como ocorrera em 1986, forçando uma elevação dos preços (ou desabastecimento), promovia também o confisco puro e simples de todas as contas correntes, poupanças e demais investimentos que excedessem os 50 mil cruzeiros. Tal confisco teria o prazo de 18 meses.

Além disso, preconizava o violento corte nos gastos públicos, começando pela demissão de funcionários do governo, e o aumento generalizado de impostos. Anunciaram-se as privatizações, bem como a diminuição dos impostos de importação, estimulando, portanto, as compras no exterior. Com isso, o plano pretendia tornar a economia brasileira mais eficiente, com um Estado mais “enxuto” e um setor privado (industrial) buscando adequação à concorrência com os produtos estrangeiros. Pretendia também a entrada de um grande volume de produtos importados a preços baixos, uma vez que seus impostos sofreram cortes, forçando uma queda na inflação.

Surpreende a relativa passividade da população perante o confisco de seu dinheiro, em muitos casos poupanças pacientemente guardadas durante uma vida. O plano provocou a frustração de inúmeros projetos individuais (compra de casa própria, troca de automóvel, ou mesmo a realização de cirurgias) e até a franca diminuição do padrão de vida, no caso de pessoas idosas receptoras de uma aposentadoria irrisória e que dependiam do dinheiro guardado para sobreviver. Entretanto, a inflação havia chegado a tal ponto (taxa anual de 4 853% entre março de 1989 e março de 1990) que as pessoas pareciam tolerar qualquer humilhação para enfrentá-la. O país entregava-se cegamente nas mãos da equipe econômica do governo, chefiada pela ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello. Falava-se mal do plano, mas torcia-se desesperadamente para o seu sucesso. Por outro lado, um eventual fracasso poderia causar efeitos políticos danosos ao presidente, como aliás acabou acontecendo.

Os resultados foram, durante algum tempo, os esperados. A inflação efetivamente caiu e não houve nenhuma explosão de consumo que pudesse pôr em risco o plano; no entanto, o país mergulhou em profunda recessão. O nível de atividade industrial despencou com a concorrência estrangeira, só agravando o quadro social. As demissões se multiplicaram num nível alarmante; essa tendência seria mantida nos próximos anos.



O impeachment de Collor

No final do ano de 1990, a inflação voltou a subir. O plano, como todos os outros, teve efeito temporário. Em janeiro de 1991, foi lançado o plano Collor II, uma tentativa de reforçar o sempre frustrado combate à inflação. Tentou-se novamente congelar preços e salários, elevaram-se brutalmente as taxas de juros com o objetivo de estimular a poupança e desestimular novos negócios, mantendo o nível de atividade econômica baixo; tudo isso visando forçar a queda dos preços.

Mas, nessa época, o país começava a ter outras preocupações. O des-caso do governo com o dinheiro público, manifestado pela concessão de benefícios a grupos privados e ao próprio presidente da República, começava a ficar claro. Em outubro de 1991, foram feitas denúncias segundo as quais **Paulo César Farias**, amigo pessoal de Collor e tesoureiro da campanha presidencial, estaria pressionando presidentes de estatais (no caso,

a Petrobrás) para a realização de negócios contrários aos interesses da empresa, mas favoráveis a grupos particulares. A partir de então, a vida e os negócios de PC Farias foram investigados, principalmente pela imprensa. Numa edição de maio de 1992, a revista *Veja* trouxe surpreendentes declarações de Pedro Collor, irmão do presidente, segundo as quais o próprio Fernando Collor seria o beneficiário de operações financeiras obscuras coordenadas por PC.

Em junho de 1992, o Congresso Nacional instalou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), que logo apurou o funcionamento do chamado “esquema PC”, com o empresário comandando um mecanismo através do qual outros homens de negócios forneciam dinheiro em troca de favores governamentais. O dinheiro assim obtido era enviado para o exterior em dólares e depositado em paraísos fiscais, isto é, países onde se facilitam operações bancárias sem o pagamento de impostos ou identificação segura dos correntistas. Daí os valores retornavam para o Brasil e eram depositados em contas fantasmas, abertas por pessoas com nomes fictícios, que dirigiam o dinheiro para as contas pessoais de membros do governo, incluindo parlamentares e a própria família Collor, além de PC Farias.



Abril Imagens

Eriberto França, motorista de Collor, confirmou que as despesas particulares do presidente eram pagas por PC Farias.

A partir de então, começou a desmoronar o governo Collor. O presidente pregava austeridade, cortava os gastos do governo, arrochava salários e ampliava a massa de desempregados. Enquanto isso, vivia luxuosamente de dinheiro sujo, conforme as denúncias e as investigações provavam. O “caçador de marajás” revelava-se o maior de todos eles. A sociedade brasileira passou a se mobilizar, começando a movimentação rumo ao *impeachment*, ou seja, o afastamento legal do presidente. PC Farias fugiu do país, logo após ser decretada sua prisão (só seria preso em novembro de 1993, após ter sido identificado, detido e deportado da Tailândia; morreu assassinado em 1996, tendo cumprido curta pena na cadeia). Quanto a Collor, iludido pelos milhões de votos obtidos nas eleições de 1989 e vítima do mito que ele mesmo havia criado, ignorava a crescente mobilização popular. No dia 16 de setembro, Collor havia convocado uma manifestação em seu apoio, pedindo às pessoas que saíssem às ruas vestidas com verde e amarelo. De fato, naquele domingo, milhões saíram às ruas. De preto, pedindo o *impeachment*.

Um aspecto da mobilização popular de 1992 foi o retorno dos estudantes às ruas, agora chamados de “cara-pintadas”, remontando a uma gloriosa tradição de lutas travadas contra o regime militar nos anos 60 e 70. UNE (União Nacional dos Estudantes) e UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) saíram às ruas à frente das passeatas e comícios. No entanto, parte dessa mobilização deveu-se à transmissão da minissérie *Anos Rebeldes* pela rede Globo de televisão, que tratava justamente do regime militar, enfatizando o papel dos jovens na resistência à ditadura. Uma prova da influência da TV nas manifestações de 1992 estava no fato de que as músicas cantadas pelos estudantes nas ruas eram as mesmas dos anos 60, incluídas na trilha sonora da série. De fato, pouco após o final da minissérie e o afastamento do presidente, o movimento estudantil retornou ao imobilismo em que vinha desde a década anterior...

No dia 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados decidiu pelo afastamento do presidente Collor por 441 votos contra 38. Assumiu a presidência, logo em seguida, o vice Itamar Franco.

A integração neoliberal

Em meio à turbulência política e seu desfecho com o *impeachment*, o governo Collor intensificou a implementação de medidas para a quebra das estruturas protecionistas, sob o véu da busca da “modernidade” e de integração ao mercado mundial. Era o início da abertura econômica e comercial, tomando o lugar do tradicional modelo substitutivo das importações. Privatizações, demissões de servidores públicos, enxugamento do aparelho de Estado, com venda de mansões, residências e carros oficiais, bem como a redução do número de ministérios foram a tônica nacional só acobertada pelas explosões dos acontecimentos políticos.

Em que pese a confusão político-ideológica do governo Collor, fica patente o seu papel na implementação de um novo modelo econômico ao país, desejado por várias das mais importantes vanguardas político-econômicas da redemocratização brasileira. A ironia do processo é o seu caráter incestuoso: a “modernidade” brasileira começava a acontecer com o que havia de mais conservador no país, com protagonistas que praticavam o que a “modernidade” mais condenava e precisava extinguir.

“Pretender negar que Fernando Collor teve importante papel na definição da agenda dos anos 90 é pura infantilidade. Lambro, a propósito, o que escreveu Dellim Netto na Folha de S.Paulo seis dias após a posse do então jovem presidente (21/3/90): ‘O discurso do presidente Collor no Congresso, no dia 15/3, é uma peça extraordinária do ponto de vista econômico. Ao ouvi-lo, tivemos a impressão de estar em Freiburg ao tempo de Walter Eucken. Nunca antes um político brasileiro, na Presidência, expressou uma crença tão forte na economia social de mercado, o regime que produziu a moderna Alemanha Ocidental’. Caso Dellim Netto não seja a referência apropriada, cito César Maia, então alinhado com a esquerda, em artigo publicado na mesma Folha de S.Paulo do 6 de abril daquele ano: ‘Como é possível que um governo de extração conservadora adote medidas fiscais e monetárias que há tantos anos os democratas vinham

apregoando?'. Ou o socialista Saturnino Braga, no Jornal do Brasil de 24 de abril: 'A essência do plano (Collor) é a redistribuição da renda nacional. O socialismo não morreu no mundo, com a perestroika, nem vai morrer no Brasil, com o sucesso deste plano, que é, na sua essência, uma revolução social-democrata'. Ou ainda, para concluir, o consagrado Márcio Moreira Alves, no Jornal do Brasil de 20 de março de 1990: 'Nunca desde a Lei Áurea, as haveres da classe dominante brasileira sofreram golpe como o Plano Antiinflação... Esperemos que as forças progressistas no Congresso tenham suficiente lucidez para se despirem de preconceitos, apoiando (a proposta do governo)'. Ou seja, o clima inicial é uma questão de fato que se pode resolver recorrendo a fontes apropriadas. A outra questão – se a abertura comercial e as reformas econômicas em curso são boas ou más – seguramente merece ser discutida nos seus próprios termos."

(LAMOUNIER, Bolívar. "Ainda a segunda revolução brasileira". In *Gazeta Mercantil*, 2/10/96, p. A2.)

O governo de Itamar Franco (1992-95)

Algumas considerações iniciais devem ser feitas sobre o governo de Itamar Franco antes mesmo da sua posse. Sua imagem pacata, tranqüila, quando não positivamente sonolenta, representava um contraste bastante forte com os extremos de Collor. Assim, o repúdio a Collor em pouco tempo transformou-se em simpatia a Itamar. Formou-se quase uma coalizão de todos os partidos políticos em torno do novo presidente, com destaque para o PSDB, cujos membros passaram a ter grande influência no governo.



Itamar Franco empossando ministros. Ao assumir a presidência no lugar de Collor, Itamar foi cercado pelo apoio do PSDB, que logo se apossou da área econômica do governo.

A normalização econômica

Além do respaldo político obtido pelo governo, a situação econômica do país dava alguns sinais de melhora. Não no que se refere à inflação – que continuava escapando do controle – mas principalmente na questão da dívida externa. O Brasil foi o último dos grandes países da América Latina a decretar moratória, ou seja, fomos precedidos pelo México e Argentina. Assim, as dificuldades pelas quais esses dois países passaram serviram para abrir caminho para uma moratória bem menos traumática por parte do Brasil.

Desde o governo Figueiredo renegociava-se a dívida externa, com prazos mais longos sendo definidos junto aos bancos credores. No entanto, um grande alívio nas contas externas do país ocorreu a partir de 1989, quando os Estados Unidos passaram a defender (e a bancar) o processo de securitização da dívida externa, que consistia na emissão de títulos da dívida de países devedores, negociados normalmente no mercado internacional como outros papéis, com garantia do Tesouro norte-americano. Esse processo atingiu sua maturidade em 1994, durante o governo Itamar. Finalmente, a progressiva queda das taxas de juros no mercado internacional fazia com que as transferências de capital do Brasil para os bancos credores diminuísse sensivelmente.

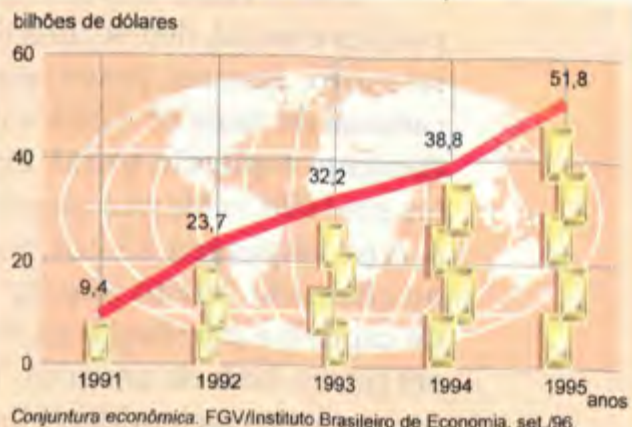
A economia voltou a crescer, atingindo, em 1994, uma taxa de quase 5%, o melhor resultado desde o início dos anos 80, excetuando-se 1986, o ano do plano Cruzado.

No dia 28 de fevereiro de 1994, o governo lançou o **plano Real**, em mais uma tentativa de combater a inflação. O plano, colocado em prática por uma equipe ligada ao PSDB, tendo à frente o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, criava o real, uma nova moeda. Seria uma moeda forte e para isso contava com o fim da indexação, ou seja, o fim do repasse automático da inflação de um mês para os salários, prestações, aluguéis e contratos em geral do mês seguinte. Além disso, a nova moeda estava vinculada ao dólar. De fato, o plano previa que a emissão de novos reais seria possível somente se existisse um volume equivalente de dólares nos cofres do Banco Central.

Ao mesmo tempo, mantinha-se o câmbio elevado, com uma paridade nominal do dólar em relação ao real, isto é, um dólar equivalia a 90 centavos de real, taxa que lentamente subiu para 1/1. A manutenção de uma taxa de câmbio equilibrada era garantida pelo Banco Central: quando a demanda por dólares crescesse no país, ameaçando desvalorizar o real, o BC interviria no mercado de câmbio, vendendo grande quantidade de dólares e forçando uma queda em seu valor. Portanto, o funcionamento do plano dependia da existência de uma grande reserva de dólares nas mãos do governo, o que acontecia desde o início do plano, devido aos saldos favoráveis da balança comercial e ao abrandamento da crise da dívida. Observe os dados dos gráficos a seguir.



Balança comercial



Reservas internacionais

Perceba que, apesar da queda provocada pelo aumento das importações durante o plano Collor, a balança comercial ainda conseguia obter saldos favoráveis. De qualquer maneira, o plano Real apresentou êxito imediato e a vinculação da nova moeda ao dólar provou ser um sucesso. No entanto, o prosseguimento do plano dependia da manutenção das reservas em dólar e isso somente seria possível através da permanência de elevadas taxas de juros no país. Dessa forma, o capital internacional, circulando cada vez mais rapidamente e livre de obstáculos no contexto da globalização econômica, seria atraído para o país, como de fato ocorreu.

"Acrésceto-se, agora, que o capital internacional em circulação é gigantesco e em crescimento, contando, ainda, com uma parte expressiva destinada aos investimentos não-produtivos, isto é, especulativos, um capital persaguidor de oportunidades locais, que, uma vez obtido o ganho, procura logo outras chances de rápida lucratividade.

Tal investimento especulativo, conhecido como hot-money, é estimado por alguns especialistas em cerca de 13 trilhões de dólares por dia (1995), circulando pela economia mundial em busca de rendimentos e fugindo de crises e perdas. É responsável, às vezes, pela criação de ambientes propícios ao reerguimento econômico de certas regiões e, em outras, por colapsos."

(VICENTINO, Cláudia. *História geral*. São Paulo, Scipione, 1997, p. 469.)

A especulação financeira cresceu enormemente e muitos passaram a considerar esse elemento o elo mais frágil do plano. A crise mexicana de dezembro de 1994, quando a desvalorização da moeda local provocou um súbito afastamento do capital especulativo internacional, levando o país quase à ruína, provou os riscos de tais políticas. Os sucessivos êxitos nos índices econômicos do começo dos anos 90, culminando com a integração do país ao Nafta, bloco econômico da América do Norte, tinham feito do México uma referência quase obrigatória para boa parte dos economistas quando o assunto era modernização de uma economia emergente.

Com a crise, decorrente das limitações de sua estrutura econômica, política e social, deu-se uma forte retomada inflacionária e aprofundamento recessivo, que em pouco mais de um ano produziu uma desvalorização cambial de mais de 120% e uma queda do PIB de 9%, agravando profundamente a questão social. Com uma população de 95 milhões de habitantes em 1996, o México passou a ter uma renda *per capita* inferior à de 1980. A crise respingou efeitos por várias outras economias latino-americanas, no chamado “efeito tequila”, sendo a Argentina a mais afetada pela fuga de capitais e ampliação da recessão de sua economia (queda de 9% do PIB em pouco mais de um ano). Também o Brasil viveu efeitos da crise mexicana, expressos na lentidão e limitação dos investimentos internacionais, além de servir de exemplo de risco aos capitais especulativos.

Por outro lado, o plano Real promovia uma nova rodada de abertura da economia às importações, ainda de acordo com os princípios do neoliberalismo do final dos anos 80. O governo defendia a abertura econômica como forma de baixar a inflação e aumentar a eficiência da indústria local. Tais objetivos foram efetivamente implementados, mas a um preço bastante elevado.

As falências começaram a se multiplicar e o desemprego aumentou. Paralelamente, a manutenção de elevadas taxas de juros no país inviabilizava a sobrevivência de empresas em dificuldades, acelerando ainda mais o processo de falências e desemprego. A situação recessiva forçava uma queda ainda maior da inflação, que o governo alardeava como prova do sucesso espetacular do plano.

“Dos sete planos editados nos últimos oito anos, o Real foi o primeiro sem choques, pacotes ou quebra de contratos. A morte do cruzeiro real foi anunciada com 52 dias de antecedência. Embora a estabilização dependa ainda de reformas estruturais, a inflação caiu e o astrol do país subiu.

(...)

O brasileiro foi às compras. A redução da inflação deixou mais dinheiro, moeda forte, nas mãos dos consumidores de baixa renda. Antes do plano, sem condições de se defender em aplicações nos bancos, os ‘sem conta’ assistiam seu dinheiro esfarelar-se ao longo do mês. Resultado: no primeiro trimestre do Real, a atividade econômica cresceu 8%, as vendas da indústria subiram 12,1% e as vendas do varejo se elevaram em 14,9%, índices que o país não via desde 1980.

A arma do Real são os importados. Para restringir aumentos de preços internos, o governo reduziu, de 20% para 14%, as alíquotas de imposto da maioria dos importados. Carros estrangeiros tiveram o imposto reduzido de 35% para 25%. (...)

Com medo da explosão de consumo, o governo elevou os juros como nunca, através de recolhimentos compulsórios que encarecem o dinheiro, para o consumidor, à taxa de até 280% reais ao ano — recorde mundial. Somando os compulsórios que criou, o governo juntou em seus cofres R\$ 41,9 bi, o equivalente ao faturamento anual da indústria automobilística.”

(Revista da Folha, nº 140, 25/12/1994, p. 15.)

A sucessão política

Os aspectos positivos do plano (queda da inflação) foram sentidos de imediato, enquanto o lado negativo (falências, desemprego) só viria a ser percebido a médio prazo. O ministro **Fernando Henrique Cardoso** transformou-se subitamente em personagem bastante popular, abrindo caminho para sua candidatura nas eleições presidenciais de 1994.



Helcio Toth, A.J.B.

A campanha presidencial de 1994 polarizou-se em torno de Fernando Henrique, respaldado pelo sucesso do plano Real, e Lula.

Para concorrer às eleições, Fernando Henrique compôs uma frente de partidos, destacando-se o PFL, com Marco Maciel, que ocupava o lugar na chapa como vice-presidente. Essa aliança vinculava o PSDB às oligarquias do Nordeste e a antigos colaboradores do regime militar.

O principal concorrente de Fernando Henrique Cardoso era o candidato **Luís Inácio Lula da Silva**, pelo PT, o qual chegou a deter 42% das intenções de voto em maio de 1994, época em que FHC possuía apenas 16%, segundo as pesquisas de intenção de voto. Outros candidatos eram Enéas Carneiro (PRONA), Orestes Quéricia (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Esperidião Amin (PPR).

Com o sucesso econômico do plano e o respaldo político generalizado, nas eleições de 3 de outubro Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil com maioria absoluta em um único turno, obtendo quase 55% dos votos válidos, enquanto seu principal concorrente, Lula, atingiu pouco mais de 27% do eleitorado.



Eduardo Teixeira, AJB.

A posse de Fernando Henrique Cardoso na Presidência (1/1/1995) significou o prosseguimento do plano Real.

"Três demônios aproveitaram-se da crise dos anos 80 para alojar-se profundamente no subconsciente dos brasileiros.

O primeiro foi a crescente sensação de impotência no combate à inflação, fruto de sucessivos fracassos.

O segundo foi nossa alegada incapacidade de formular um 'projeto nacional' – um novo modelo de desenvolvimento.

O terceiro, filho dos dois anteriores, foi a suposição generalizada de que teríamos de passar por um processo sucessório presidencial fortemente polarizado em 1994 e sofrer por um bom tempo as conseqüências desse antagonismo, para só depois retomarmos o caminho da efetiva recuperação e governabilidade.

(...)

Nem é preciso dizer que os três demônios trabalhavam em conjunto. Sem estabilidade monetária, a discussão sobre um novo 'projeto nacional' mal ultrapassava os limites da lamúria; a poucos meses de um processo sucessório antevisto como traumático, parecia impossível conferir credibilidade a qualquer plano de controle da inflação, e aí o círculo se fechava, reforçando sombrios prognósticos de tensão social e até de possível instabilidade política. (...)

Não é preciso recapitular toda a história para vermos que os três demônios foram golpeados de uma só vez pelo Plano Real, ou mais exatamente, pelo processo que começou com a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda e culminou em sua eleição para a Presidência da República, já no primeiro turno. (...)

As mudanças políticas e psicológicas impulsionadas pelo Real já nos permitem afirmar que um novo 'projeto nacional' está ganhando forma, bem diante dos nossos olhos. Para que ele assuma sua forma definitiva, faz-se mister corrigir a espinha dorsal econômica do País, ainda vergada pelas disfunções do modelo que vínhamos seguindo há cerca de 60 anos – ou seja, desde a chamada 'era Vargas'."

(LAMOUNIER, Bolívar. "O real e a sociedade". <http://www.brasil.emb.nw.dc.us/real3.htm> de 10/2/1996, p. 1 e 2.)

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-)

Em 1º de janeiro de 1995, Itamar Franco passou a faixa presidencial ao seu sucessor Fernando Henrique, que em seu discurso de posse destacou a importância de se atacarem as injustiças sociais, de “varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria”. A tônica da questão social se mostrava como uma resposta à priorização da economia de mercado, então em plena voga com a globalização capitalista e o neoliberalismo.

A composição governamental

O sucesso eleitoral de FHC decorreu em grande parte da composição com os grupos políticos que há muito participavam do governo, tolhendo medidas mais profundas de transformação social e até mesmo comprometendo a fidelidade a princípios sociais verdadeiramente transformadores. Mesmo assim, o governo FHC nunca deixou de se apegar a um discurso que ora descartava os críticos do neoliberalismo ora desprezava os grupos arcaicos do poder nacional.

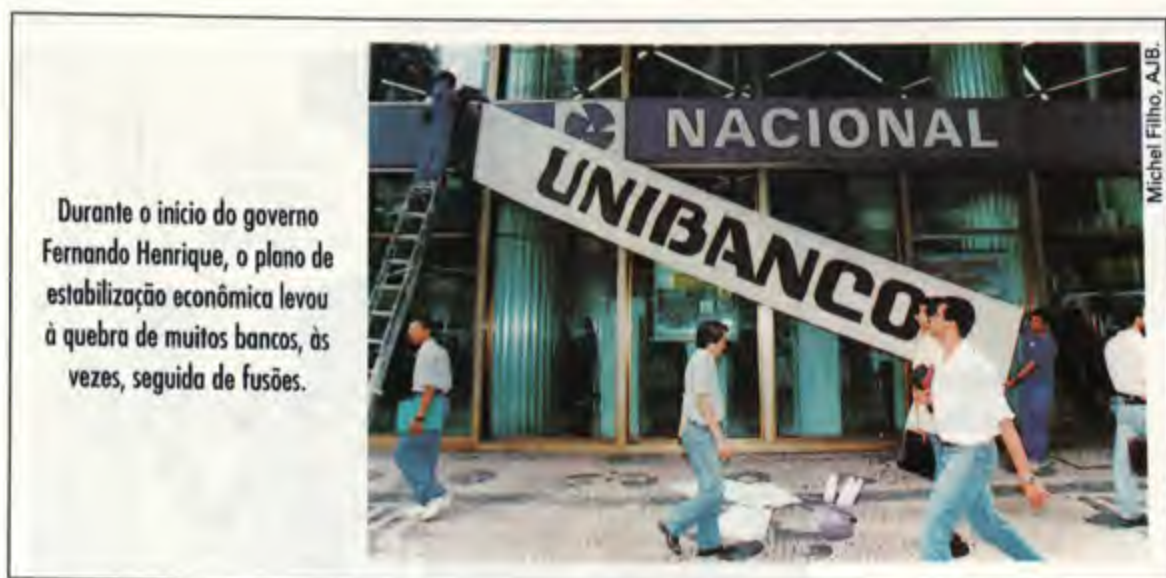


A conquista da estabilidade econômica nacional, depois de tanto tempo na fronteira do completo descontrole inflacionário, assegurou ao novo governo suficiente respaldo popular. Porém, ficou a incógnita sobre até quando tal apoio se sustentaria e o que poderia desfechar uma inversão de expectativas.

Foi o PFL, ainda sob a liderança de Antonio Carlos Magalhães, que passou a sustentar o governo FHC, contando também com o apoio de antigas lideranças nos diversos estados da federação. ACM, às vezes chamado de “Toninho Malvadeza”, tinha seu principal reduto na Bahia, onde controlava os principais meios de comunicação, conseguindo ser, senão o primeiro, pelo menos o mais ativo elemento nas eleições regionais.

Numa época de remodelações nas estruturas públicas, cujos custos estavam muito além das capacidades de arrecadação, muitas das medidas federais tiveram de descartar o cunho original de progressiva racionalização. Tiveram de reformular-se para responder aos interesses dos poderes regionais, como foi o caso do colapso de diversas instituições financeiras estaduais. Neste caso, a concessão federal devia-se tanto a governos de partidos coligados, a exemplo do PFL, como ao próprio PSDB, em São Paulo, que enfrentou o caso Banespa (Banco do Estado de São Paulo).

Da mesma forma, muitos dos custos de falências de empresas ou instituições privadas com forte impacto social acabaram assumidos por políticas federais, a exemplo da criação do Proer (Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro), que cobriu a quebra dos bancos Econômico e Nacional.



Os limites das ações remodeladoras da estrutura brasileira por parte de FHC, seja no plano econômico, seja no político – como a implementação de uma reforma fiscal e administrativa – ou no social, sempre esbarra-ram na origem da constituição do governo FHC, isto é, na composição com diversos dos grupos mais representativos das velhas elites.

No cômputo das diversas medidas do governo FHC, mesmo considerando as de cunho social, acabou predominando o avanço na maior integração capitalista internacional, o que serviu de munição aos opositores, que rotulavam o governo de comprometido ao “Consenso de Washington”.

O Brasil e a aceleração do processo de globalização

Uma das ações governamentais mais transparentes no sentido da adequação do Brasil às transformações mundiais capitalistas foi sua integração a um mercado regional formado pelos países do Cone Sul americano. A 1^o de janeiro de 1995, data do início do governo FHC, removeram-se, simbolicamente, as barreiras alfandegárias entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, nascendo daí o **Mercosul**. Essa medida acha-se atrelada às dinâmicas globalizantes da economia.

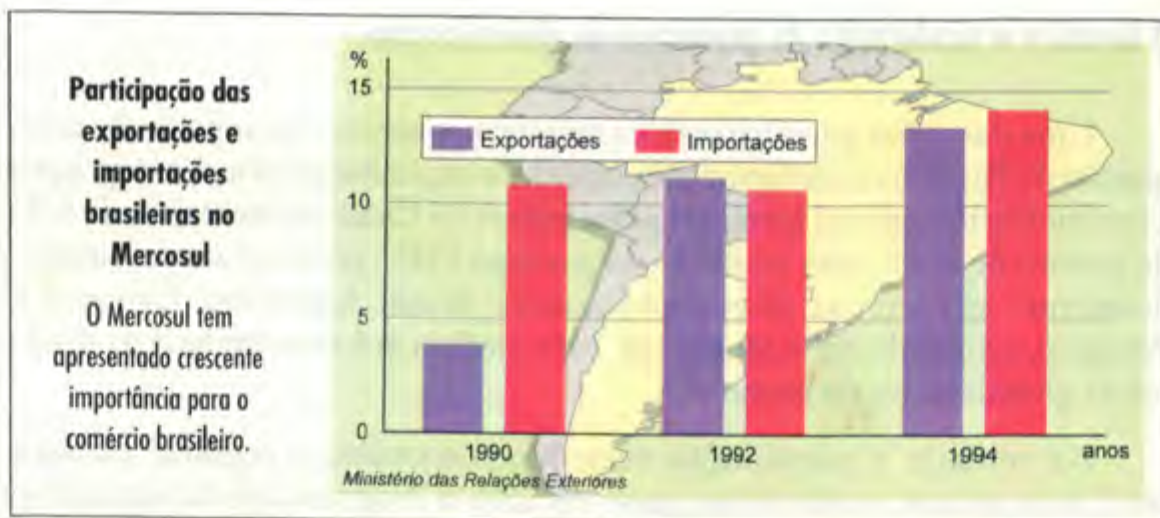
Na verdade, a constituição desse bloco econômico regional passara por várias etapas, tendo como passo decisivo o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), assinado em julho de 1986, em Buenos Aires, pelos presidentes Sarney e Alfonsín. Pouco depois, em 1988, Brasil e Argentina assinaram o tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, para estabelecer um espaço comum num prazo máximo de dez anos, sancionado pelos congressos dos dois países no ano seguinte.

Em 1990, já sob os governos dos presidentes Collor e Menem, enquanto avançavam as negociações entre Brasil e Argentina, Uruguai e Paraguai integraram o processo de montagem do espaço econômico comum, culminando na assinatura do tratado de Assunção em março de 1991, para a constituição do Mercado Comum do Sul, o Mercosul. Os progressivos acordos integracionistas completaram-se com as decisões da Cúpula de Ouro Preto, de dezembro de 1994, passando a pleno funcionamento comercial com uma união aduaneira a partir de 1^o de janeiro de 1995.

A sua constituição como bloco econômico representa um peso importante no cenário mundial, sendo composto por cerca de 200 milhões de habitantes e com um PIB global estimado em aproximadamente um trilhão de dólares. Além disso, o Mercosul responde por aproximadamente 50% da produção industrial da América Latina e 35% do comércio exterior da região.



Ao mesmo tempo em que responde à integração de mercados segundo as exigências internacionais, o Mercosul não deixa de defender as elites empresariais regionais.



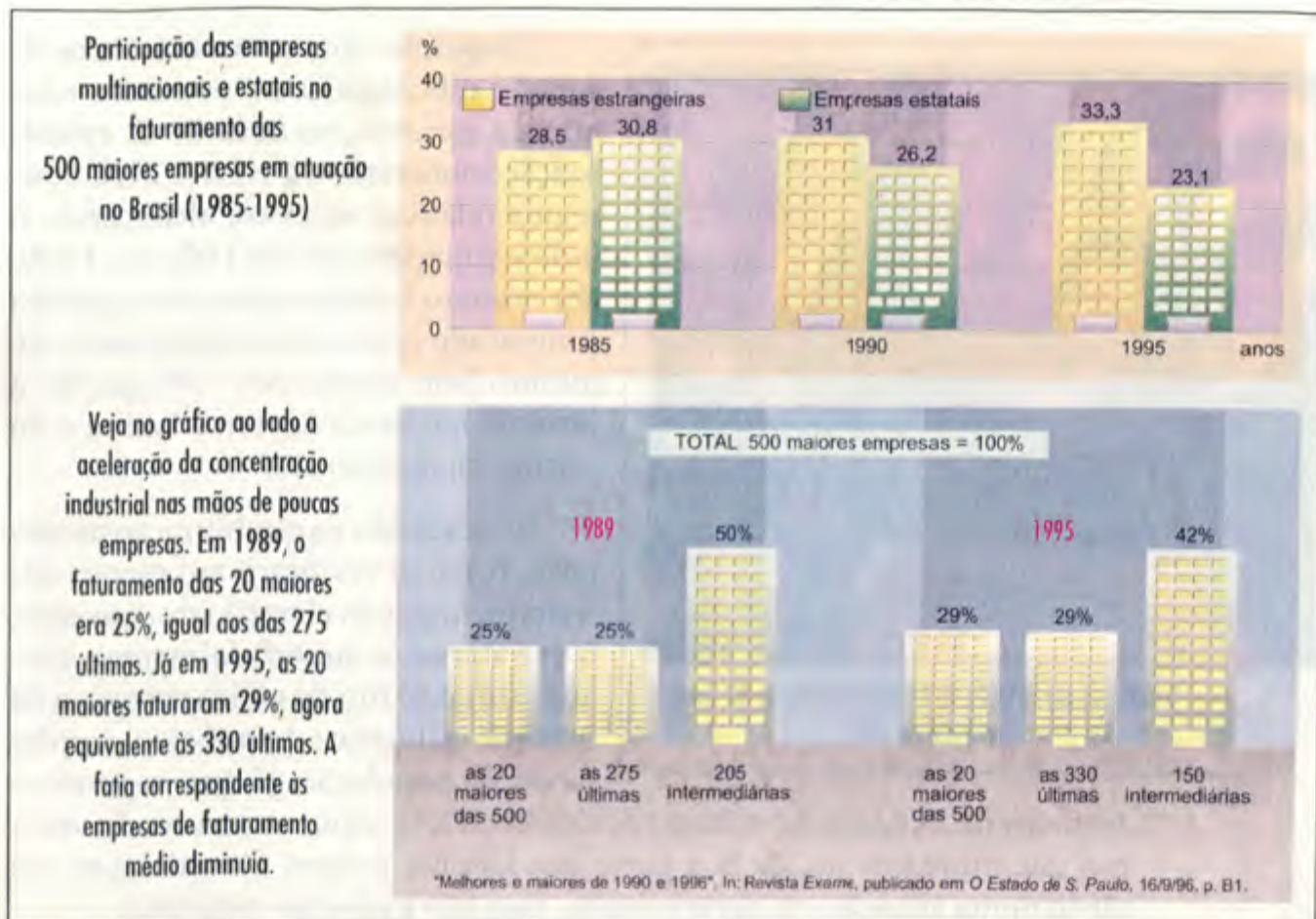
O fluxo de comércio entre os sócios fundadores do Mercosul passou de 4 bilhões de dólares em 1990, para 15 bilhões de dólares em 1995. Mesmo tendo uma dimensão bem inferior à dos maiores blocos econômicos mundiais (Nafta, UE e bloco asiático), o Mercosul possibilitou programar novas adesões de países latino-americanos, constituindo uma estratégia de fortalecimento regional e conquista de condições mais propícias com vistas a uma futura integração com outros blocos, especialmente com o Nafta. Quanto a este último, o governo norte-americano programava a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) a ser implementada até 2005, enquanto o governo brasileiro insistia na tese de “a partir de 2005”, ou seja, dando maior tempo para a consolidação e ampliação do Mercosul.

Acelerando a integração ao capitalismo global, o governo FHC favoreceu o fluxo de capitais das multinacionais, transformando o país no principal mercado de investimentos estrangeiros da América Latina. Somente em 1995, o Brasil foi o 6º receptor de investimentos diretos dos Estados Unidos, com 4,596 bilhões de dólares, ficando atrás apenas de países ricos, como Reino Unido, Suécia, Países Baixos, França e Austrália. Se considerarmos apenas tais investimentos no segmento industrial, o Brasil passou para o segundo lugar dos investimentos norte-americanos em 1995, com um total de 3,939 bilhões de dólares, superado apenas pela Suécia.

Dentro dessa linha de ação, continuava ocorrendo no país a eliminação progressiva das medidas comerciais protecionistas, com a redução da tarifa média alfandegária e a tarifa máxima caindo de 105% para 32% no início de 1996.

A dinâmica globalizante da economia, com progressiva instalação das maiores transnacionais do planeta (das 500 maiores do mundo, 382 tinham atuação no Brasil em 1996), foi acompanhada também pela aceleração das fusões e aquisições. A concentração de riquezas intensificou-se, chegando a representar cerca de 1/3 das operações em toda a América Latina, um volume recorde local e latino-americano em 1995. Em 1996, o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, reforçando a política

nacional favorável aos investidores estrangeiros, divulgava o ingresso de capitais no primeiro semestre do ano da ordem de 15,767 bilhões de dólares, cifra que atingiu, ao final do ano, o montante de 47,358 bilhões de dólares. Neste processo, o capital estrangeiro comprou mais de 50% das companhias brasileiras negociadas naquele ano (369), com crescimento de 14% em relação a 1995 e 48% em relação a 1994, confirmando a aceleração da desnacionalização econômica.



Porém, entre os números da economia brasileira sobressaíram, em 1996, os seguidos déficits mensais na balança comercial, alcançando o recorde da história brasileira de 5,5 bilhões para todo aquele ano. Os déficits eram, em parte, compensados por elevadas reservas nas mãos do Banco Central, algo próximo a 60 bilhões de dólares, e também por recursos internacionais que continuavam a entrar em grande quantidade no país.

À preocupação com os continuados déficits comerciais somava-se o aumento da dívida externa brasileira, a qual saltara dos 115 bilhões de dólares em 1989 para 159 bilhões de dólares em 1995. Os custos da dívida, mesmo em face do alongamento dos prazos e outras adequações, chegaram a representar uma verdadeira sangria nas finanças nacionais, devida ao pagamento dos juros, entre 1990 e julho de 1996, de um total de 50 bilhões de dólares. Só em 1997, estava previsto o envio de 17,5 bilhões de dólares ao exterior para amortização da dívida.

Mesmo os projetos de reformulação fiscal e administrativa, visando diminuir gastos governamentais, bem como programas de intensificação das privatizações a partir de 1997, não pareciam ser suficientes para garantir a normalidade econômica do país. Foi nesse quadro que ganharam impulso os programas de privatização na área das telecomunicações, eletricidade e exploração de minérios, como a da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além dos programas de demissão voluntária de funcionários públicos federais.



O leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, no início de 1997.

Enquanto apareciam inúmeros sinais de dificuldades na estrutura econômica nacional, na questão da estabilização monetária o governo FHC conseguiu relativos sucessos, alcançando o índice inflacionário de 10% em 1996, um número bastante pequeno quando comparado com os anos anteriores e até mesmo bem abaixo dos 19% que foi a inflação média da América Latina e do Caribe no mesmo ano.

O resultado na estabilização monetária, como se verificara em planos anteriores, implicou elevação do consumo, o que abrandou superficialmente a situação social. O fim do efeito corrosivo da inflação galopante beneficiou amplas faixas da população, já que, segundo o

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aumentou a renda, mesmo que timidamente, de boa parte das famílias pobres. Constituiu-se um alívio numa situação em agravamento, mas não a solução estrutural.

Ainda em 1996, as preocupações do executivo envolviam a questão de emendas constitucionais, principalmente no que se referia à possibilidade de o presidente da República se reeleger. Os partidos aliados a FHC queriam que tal medida se estendesse a todos os cargos do executivo (estaduais e municipais) e incluísse a possibilidade de reeleição também dos governantes em exercício. Justificavam a possibilidade da reeleição de FHC como indispensável para evitar um acirramento nas disputas sucessórias presidenciais de 1998 e para manter o fluxo de investimentos internacionais. Em janeiro de 1997, após inúmeras negociações, o Congresso aprovou a emenda constitucional garantindo a reeleição.

Uma das características do período vinha sendo a supremacia do executivo – tendo o presidente como figura central –, especialmente em relação ao legislativo. Esse desvio ficou patente no uso crescente das medidas provisórias (MPs), instrumento criado na Constituição de 1988.

Assumindo o poder de legislar com suas MPs para todos os casos de relevância e urgência, o executivo passou a lançar sucessivas decisões, editando e reeditando as MPs, tirando mais e mais a função que seria própria do legislativo. Em dois anos de governo, FHC baixou 1 002 edições e reedições de MPs, mais da metade das 1 815 emitidas desde 1988. (Ressaltando a situação de crise por que passou o país com seus planos e ajustes sucessivos entre 1988 e 1997, mais da metade era sobre assuntos econômicos.)

Sempre uma ameaça à normalidade política nacional e às atribuições dos três poderes do país, surgiram muitas vozes críticas às “enxurradas de MPs”, propondo mecanismos constitucionais de regulamentação e limitação nas edições e reedições das MPs.

Afora as incertezas econômicas e políticas, mantinha-se o tradicional quadro social com pouquíssimas melhoras localizadas. Quase a metade da população brasileira compõe-se de pobres, com uma parcela bastante significativa vivendo na indigência completa. Continuavam a persistir os indicadores de um *apartheid* social, expresso nos níveis de renda, de instrução, de propriedade e de emprego, fazendo do Brasil um dos países com pior distribuição de renda do mundo (10% dos mais ricos detêm 48% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres possuem apenas 1,1% da renda nacional).

Mantinha-se um Brasil como “uma casa grande e senzala que virou a 9ª potência mundial”, cabendo aos cerca de cinco milhões de brasileiros privilegiados, o controle da casa grande, e aos demais, a senzala, nas palavras do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.



Na transição para o século XXI, com a aceleração da concentração de riquezas e da exclusão social no mundo todo (são 70 mil novos pobres a cada dia ou 47 pessoas a cada minuto cruzando a linha da pobreza, ou seja,

com ganhos inferiores a 370 dólares ao ano, segundo dados da FAO – Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas – e do Banco Mundial), somente a organização social e a atuação política podem criar espaços para a ampliação da cidadania, o aprimoramento educacional e a mobilização de trabalhadores e excluídos visando a um verdadeiro enfrentamento e resolução das grandes questões sociais nacionais e mundiais.

Em termos de organização social, tem-se destacado desde a década de 80 a atuação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Trata-se de um reflexo da grave crise fundiária do país, por sua vez gerada pela intensificação do processo de concentração de terra. O MST promove a ocupação de terras devolutas ou latifúndios improdutivos, tentando agilizar o mecanismo formal de reforma agrária, tantas vezes prometido pelo governo. Quanto aos latifundiários e especuladores, passaram a se organizar em torno da UDR (União Democrática Ruralista), algumas vezes com a montagem de verdadeiras milícias armadas para proteger suas propriedades, fazendo crescer a tensão no campo.

“Muita gente tem dificuldade de entender o MST. Somos um movimento de massas, oriundo da luta pela terra. Temos um caráter sindical, já que a briga pela terra ou pela crédito rural é corporativa. Mas também somos um movimento popular amplo, porque nossas reivindicações não se esgotam na terra. Depois de conseguí-la, é preciso lutar por estradas, escola, saúde... E somos ainda um movimento político que briga contra o Estado e o latifúndio. Quem diz que estamos invadindo sua área de ação política o faz por ignorância ou ciúmeira.

Mesma realizada nos marcos do capitalismo, a alteração da estrutura da propriedade rural traria grandes mudanças sociais. Nos aproximaria de um regime mais democrático, popular. Para o MST, a reforma agrária seria um acúmulo de forças para coisas maiores, como a mudança no eixo da economia, rumo ao mercado interno. A burguesia costuma dizer que o mercado brasileiro está abastecido. Ora, está porque o povo não come. No momento em que a população tiver maior poder aquisitivo, atingindo, digamos, o consumo alimentar dos argentinos, haverá necessidade de uma produção muito maior.”

(STEDILE, João Pedro. In *Atenção*, ano 2, n. 6, 1996, pp. 8-11.)

No início do governo de Fernando Henrique ocorreram sérios conflitos com dezenas de vítimas, levando o governo a acelerar o processo de desapropriação de terras improdutivas, sem entretanto conseguir uma solução definitiva para o problema.

A exclusão social brasileira, patente nos números crescentes de desempregados, na concentração fundiária e empresarial, nos baixos ganhos marginais do campo e da cidade, no dia-a-dia da violência urbana, nos escândalos da corrupção e descontrole público, na desfaçatez educacional e cultural e tantas outras mazelas construídas passo a passo ao longo de séculos, e acelerada nas últimas décadas, só tem favorecido alguns poucos em detrimento da grande maioria.



Sergio Amaral, AJB.

Manifestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MST representa o mais importante movimento popular surgido no Brasil nos anos 90.

O conhecimento histórico da nossa realidade viabiliza o olhar fundo no olho da tragédia em que estamos todos envolvidos e, mais do que isto, nos dá a consciência de que é possível e indispensável superá-la, através da organização, da atuação e práticas para a invenção de um futuro melhor para todos os brasileiros.

Questões

1. Em que consistia o projeto neoliberal que o presidente Fernando Collor de Mello defendeu no início de seu mandato presidencial?
2. Caracterize o projeto econômico brasileiro do início dos anos 80 e discuta sua inadequação às demandas do neoliberalismo.
3. O que foi o plano Cruzado? Quais os seus princípios e seus resultados mais significativos, tanto no âmbito econômico quanto no político?
4. Caracterize a Constituição de 1988.
5. Em que contexto surgiu o nome de Fernando Collor para candidato à presidência da República em 1989?
6. Caracterize o plano Collor. Quais foram seus efeitos mais importantes?
7. Por que o presidente Collor foi afastado da presidência da República em 1992?
8. Caracterize o governo de Itamar Franco.
9. Qual a razão do sucesso de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994?
10. Indique os principais problemas do Brasil de hoje.

UNIDADE IV — A DECADÊNCIA OLIGÁRQUICA — DITADURA E DEMOCRACIA

ATIVIDADES EM HISTÓRIA

1. Trabalho sobre a Era Vargas

Parte 1

Pergunte a familiares, vizinhos e conhecidos sobre a pessoa e o governo de Getúlio Vargas. É importante que as opiniões, tanto as favoráveis quanto as desfavoráveis, sejam justificadas pelos entrevistados. Seria bastante interessante que as entrevistas fossem gravadas em fitas cassete para classificação e possível apresentação posterior a outros colegas de sala de aula. O fecho desta parte do trabalho deverá trazer uma conclusão, considerando as opiniões colhidas e o que foi estudado no capítulo 12.

Parte 2

Obtenha, junto aos entrevistados, bibliotecas, etc., músicas, figuras, objetos, vídeos referentes à Era Vargas. Cada um dos elementos conseguidos para o trabalho de resgate da memória da Era Vargas deverá ser acompanhado de um texto explicativo do seu conteúdo, finalidade e contexto em que foi produzido.

Parte 3

Apresentação em sala de aula.

2. Leitura e interpretação histórica do livro *Olga*, de Fernando Morais. Após a leitura, o trabalho consiste em apresentar o contexto político que gerou a tragédia dessa personagem da história brasileira, respondendo fundamentalmente às seguintes questões:

- Qual o crime cometido por Olga Benário Prestes e que resultou em sua perseguição pelo governo brasileiro?
- Qual a relação do governante brasileiro da época com Luís Carlos Prestes, quando do recebimento da última carta escrita por Olga a seu marido?
- Explique os vínculos do governo brasileiro com o regime que executou Olga. Destaque também quais os crimes cometidos por ela perante esse regime.
- Indique os partidos políticos brasileiros mais importantes citados no livro, caracterizando-os.
- Dê a sua opinião pessoal sobre todo o episódio.

3. Trabalho interdisciplinar de história e educação física

Parte 1

Indique o ano das copas mundiais de futebol vencidas pelo Brasil, caracterizando a situação (econômica e política) do país em cada uma delas.

Parte 2

Obtenha material relativo aos períodos e alusivos às conquistas (figuras, gravações musicais ou narrativas, depoimentos, vídeos, etc.) para exposição em sala de aula.

Parte 3

Consulte os professores de literatura e educação física para obter indicações de livros que tratem do futebol.

Parte 4

Apresentação do trabalho, incluindo uma conclusão com a opinião pessoal do aluno.

4. Trabalho sobre história e cinema

Assista ao filme *Pra frente Brasil* (1983, direção de Roberto Farias) e responda às seguintes questões:

- Qual era o quadro econômico brasileiro da época retratada no filme?
- Qual era a situação política do país e o quadro internacional da época?
- Quais os grupos sociais que foram favorecidos naquela ordem política brasileira?
- Escolha um outro desfecho para o filme, considerando outras alternativas históricas.

5. Trabalho sobre economia contemporânea

Faça um painel sobre a situação econômica e social de seu município, tendo em vista a globalização econômica e suas demandas. Destaque:

- A presença de produtos importados à venda. Em que setores (alimentos, automóveis, vestuário, eletroeletrônicos) essa presença é mais visível?
- Em sua casa existem produtos importados? Por que o similar nacional não é preferido (preço, qualidade, etc.)?
- Quais as atividades econômicas em ascensão e decadência? Há relação entre a decadência ou ascensão de um setor com a globalização mundial ou os avanços tecnológicos?
- Procure obter dados relativos a desemprego e falências nos últimos meses ou anos em seu município. Existe algum projeto do governo (municipal, estadual ou federal) em andamento para enfrentar o problema?
- Qual o orçamento da prefeitura e como ele se distribui (gastos sociais, obras, etc.) na atualidade? Como tem sido a evolução desse orçamento nos últimos anos?
- Levante dados sobre a violência em seu município (homicídios, furtos, assaltos, etc.). Essa violência tem aumentado ou diminuído?
- Qual a situação da educação? Levante dados quantitativos em relação ao número de estabelecimentos, alunos, professores. Existem diferenças qualitativas entre ensino público e privado?
- Como se explica a situação atual pesquisada e, na sua opinião, quais as perspectivas para o futuro?

EXERCÍCIOS DE VESTIBULARES

1. (Cesgranrio) A Revolução de 1930 marcou um reordenamento da ação do Estado no domínio econômico e social, como se observa na(o):
 - a) intervenção direta do Estado em determinados setores produtivos, como a mineração e a siderurgia.
 - b) transferência das funções ligadas ao crédito agrícola e às exportações do Banco do Brasil para os bancos estaduais.
 - c) abertura do país a empresas estrangeiras nos setores de infra-estrutura e indústria de base, considerados pontos de estrangulamento do processo de desenvolvimento.
 - d) abandono dos setores agrícolas tradicionais, que deixaram de contar com qualquer apoio do governo.
 - e) estabelecimento do princípio da livre negociação entre patrões e empregados, desaparecendo o papel de árbitro desempenhado pelo Estado.

2. (U.E. Londrina-PR) O populismo no Brasil, do ponto de vista da camada dirigente, pode ser caracterizado como
 - a) o estabelecimento de alianças entre os operários e camponeses no plano de representação política urbana e rural.
 - b) a forma assumida pelo Estado para dar conta dos anseios populares e, simultaneamente, elaborar mecanismos de seu controle.
 - c) uma política de clientelismo em que o coronel monopoliza a liderança política regional.
 - d) um movimento de representatividade das elites intelectuais locais.
 - e) o compadrismo entre os partidos políticos que buscavam estabelecer coligações.

3. (U.E. Londrina-PR) Em sua fase inicial, associada à substituição das importações, a industrialização brasileira ressentiu-se principalmente
 - a) da falta de iniciativa estatal, uma vez que o Estado tinha interesse em manter a agroexportação do café.
 - b) das dificuldades provocadas pela Grande Guerra que impossibilitavam a produção de bens, antes importados.
 - c) da conjuntura internacional desfavorável, pois as grandes potências econômicas procuravam manter o monopólio industrial.
 - d) da ausência de uma integração em nível de América Latina.
 - e) da falta de integração do território, reflexo de uma organização espacial ligada à exportação de bens primários.

4. (Fuvest-SP) No Brasil, a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – foi criada pelo Decreto 5 452, de 1943 em meio ao governo de Getúlio Vargas, para reunir e sistematizar as leis trabalhistas existentes no país. Tais leis representaram a
 - a) conquista evidente do movimento operário sindical e partidariamente organizado desde 1917, defensor de projetos socialistas e responsável pela ascensão de Vargas ao poder.

- b) participação do Estado como árbitro na mediação das relações entre patrões e trabalhadores de 1930 em diante, permitindo a Vargas propor a racionalização e a despolitização das reivindicações trabalhistas.
 - c) inspiração notadamente fascista, que orientou o Estado Novo desde sua implantação em 1937, desviando Vargas das intenções nacionalistas presentes no início de seu governo.
 - d) atuação controladora do Estado brasileiro sobre os sindicatos e as associações de trabalhadores permitindo a Vargas criar, a partir de 1934, o primeiro partido político de massas da história brasileira pós-1945.
 - e) pressão norte-americana, que se tornou mais clara após 1945, para que Vargas controlasse os grupos anárquicos e socialistas presentes nos movimentos operário e camponês.
5. (Fuvest-SP) "(...) é fenômeno das regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização. Estabelece suas raízes mais fortes em São Paulo, região de mais intenso desenvolvimento industrial no país (...) é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa. (...) A massa se volta para o Estado e espera dele o sol ou a chuva, ou seja, entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes."
- Este texto de F. Weffort
- a) faz considerações sobre o coronelismo no Brasil.
 - b) caracteriza a política brasileira pós-64.
 - c) descreve uma forma de dominação política que emergiu com a revolução constitucionalista de 1932.
 - d) caracteriza a forma de poder oligárquico na República Velha.
 - e) trata do populismo no Brasil.
6. (UFMG) Todas as alternativas apresentam obstáculos enfrentados pelo Brasil no início de seu processo de industrialização, **exceto**
- a) A presença de uma mentalidade escravocrata que dificultava o desenvolvimento da técnica.
 - b) A inexistência de matéria-prima suficiente para a produção industrial.
 - c) A precariedade das estradas e dos meios de transporte de mercadorias.
 - d) O ritmo lento das transformações sociais e a pouca diversificação da atividade econômica.
7. (Fac. Med. Marília-SP) De profundos reflexos no desenvolvimento da história política do Brasil, existe um episódio conhecido pelo nome de Plano Cohen que consiste:
- a) na coligação de forças imperialistas que visavam impedir a proclamação da República, nos fins do século XIX.
 - b) num documento forjado, denunciando uma fantasiosa implantação do comunismo no Brasil, a fim de justificar um golpe de Estado para o continuismo de Getúlio Vargas no poder.
 - c) no conjunto de propostas feitas pelos generais recém-chegados da Europa, ao fim da Segunda Guerra Mundial, para a volta do Estado democrático no Brasil, dominado pela ditadura Vargas.
 - d) nas transformações administrativas necessárias à interiorização da capital federal para Brasília.
 - e) em algo totalmente diferente do que foi escrito anteriormente.

8. (UFMG) Leia a notícia.



CARLOS PRESTES

A FRENTE DA INSURREIÇÃO ARMADA NO RIO!

A Manhã 2ª EDIÇÃO

SOB O SEU COMMANDO LEVANTOU-SE, ESTA MADRUGADA, A GUARNIÇÃO DESTA CAPITAL

Foto de Sérgio Buarque de Holanda. Reprodução de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

Fonte: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

A notícia, publicada no jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, refere-se

- a) à constituição da Coluna Prestes em 1926.
- b) à deposição de Washington Luís em 1930.
- c) ao levante comunista de 1935.
- d) ao movimento tenentista de 1922.
- e) ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

9. (UFMG) "Já não somos um país exclusivamente agrário. Não vamos continuar esmagados pelo peso das compras de produtos industriais no exterior! Ferro, carvão e petróleo são a base da emancipação econômica de qualquer país. Produziremos tudo isso e muito mais."

(Getúlio Vargas.)

Assinale a alternativa que define esse projeto desenvolvido no Brasil e em vários outros países.

- a) Desigualdades de origem geográficas e históricas que levaram, muitas vezes, os países menos favorecidos a proteger suas economias e a adotar o modelo de substituição de importações.
- b) Estratégia utilizada pelas burguesias nacionais, em ascensão nos países periféricos, para viabilizar a tomada do poder político e a conseqüente queda das oligarquias latifundiárias.
- c) Necessidade de superar o passado agroexportador a qual culminou com a elevação do parque industrial de algumas economias do Terceiro Mundo aos padrões dos países centrais do sistema capitalista.
- d) Solução encontrada pelos países em desenvolvimento para impedir que a expansão do imperialismo atingisse suas atividades econômicas e implantasse a divisão internacional do trabalho em moldes ainda coloniais.

10. (UFMG) A organização corporativa no Brasil constituiu o instrumento político pelo qual a teoria da racionalização industrial adentra o mundo das relações do trabalho.

Todas as alternativas contêm afirmações corretas sobre a organização corporativa, **exceto**

- a) A presença de técnicos e especialistas "científicos" nos conselhos técnicos do Estado conferia às decisões desse a chancela da neutralidade e eficiência.
- b) A transformação dos sindicatos pelo corporativismo acirrou os antagonismos de classe, fortaleceu os conflitos sociais e reduziu os dispositivos disciplinares sobre os trabalhadores.
- c) O Estado instalou uma complexa rede burocratizada de departamentos, seções e serviços especializados para exercer efetivo controle sobre a sociedade.
- d) O Ministério do Trabalho foi a espinha dorsal da estrutura corporativa que visava a realizar a comunhão entre o Estado e a nação.
- e) O objetivo do corporativismo era resolver os conflitos localizados no mundo da fábrica, transferindo-os para a esfera pública.

11. (Cesgranrio) O regime político conhecido como Estado Novo implantado por golpe do próprio presidente Getúlio Vargas, em 1937, pode ser associado à(ao):

- a) radicalização política do período representada pela Aliança Nacional Libertadora, de orientação comunista, e pela Ação Integralista Brasileira, de orientação fascista.
- b) modernização econômica do país e seu conflito com as principais potências capitalistas do mundo, que tentavam lhe barrar o desenvolvimento.
- c) ascensão dos militares à direção dos principais órgãos públicos, porque já se delineava o quadro da Segunda Guerra Mundial.
- d) democratização da sociedade brasileira em decorrência da ascensão de novos grupos sociais como os operários.
- e) retorno das oligarquias agrárias ao poder, restaurando-se a Federação nos mesmos moldes da República Velha.

12. (Fuvest-SP) A política cultural do Estado Novo com relação aos intelectuais caracterizou-se:

- a) pela repressão indiscriminada, por serem os intelectuais considerados adversários de regimes ditatoriais.
- b) por um clima de ampla liberdade, pois o governo cortejava os intelectuais para obter apoio ao seu projeto nacional.
- c) pela indiferença, pois os intelectuais não tinham expressão e o governo se baseava nas forças militares.
- d) pelo desinteresse com relação aos intelectuais, pois o governo se apoiava nos trabalhadores sindicalizados.
- e) por uma política seletiva através da qual só os adversários frontais do regime foram reprimidos.

13. (FGV-SP) "O presidente deseja fortemente continuar em bons termos com a Alemanha. Se o presidente se vê agora forçado a fazer concessões aos Estados Unidos da América em muitos casos, isso não significa qualquer mudança fundamental em sua política. Está tentando manter a situação de forma

tão elástica quanto possível a fim de não dar aos americanos motivos para uma intervenção ilegal na soberania brasileira."

Este relatório enviado pelo embaixador alemão a Berlim reflete a:

- a) política externa de independência que o presidente Jânio Quadros procurou efetivar em seu curto governo.
- b) pressão norte-americana visando impedir a assinatura do acordo nuclear entre Brasil, França e Alemanha.
- c) duplicidade da política externa de Vargas durante boa parte do Estado Novo.
- d) política externa denominada "pragmatismo responsável", executada durante o governo Geisel.
- e) política externa do governo João Goulart, quando se procurou romper com a subordinação aos norte-americanos.

14. (UFMG) Leia o texto:

"Os deputados das profissões serão eleitos na forma da lei ordinária, por sufrágio indireto das associações profissionais, compreendidas para este efeito, com os quatro grupos afins respectivos, nas quatro divisões seguintes: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais e funcionários públicos."

(BRASIL. Constituição de 1934.)

A partir desse texto, pode-se afirmar que a Constituição brasileira de 1934 inspirou-se no

- a) anarquismo.
- b) comunismo.
- c) corporativismo.
- d) sindicalismo.
- e) socialismo.

15. (PUC-SP) "A campanha presidencial, de que tivemos, apenas, um tímido ensaio, não podia, assim, encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinteresse, a Nação pronunciou julgamento irrecorrível sobre os artificios e as manobras a que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. (...) Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do Governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários. (...) A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio-termo ou contemporização."

(Fala de Getúlio Vargas, lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o Brasil, na noite de 10 de novembro de 1937.)

Tendo em vista o discurso do presidente:

- a) identifique o momento histórico a que ele se refere;
- b) apresente e analise as idéias básicas da proposta de Vargas para o Brasil nesse momento.

16. (Cesgranrio) Assinale a opção que apresenta uma característica do quadro partidário brasileiro, entre 1945 e 1964.
- a) Todos os partidos surgidos ao final do Estado Novo representavam as forças de oposição à ditadura.
 - b) A UDN (União Democrática Nacional), principal força de oposição a Getúlio Vargas, foi a grande vencedora nas eleições nacionais do período.
 - c) A permanente e radical oposição entre PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) pode ser associada à oposição rural–urbano.
 - d) Os maiores partidos políticos (PSD, UDN e PTB) eram organizações criadas a partir de cúpulas tendo limitadas bases populares.
 - e) Os partidos do período eram instituições fortemente marcadas por práticas democráticas e rigor doutrinário.

17. (U.E. Londrina-PR) "... criou em 1945 um partido social-democrata que, como todos sabemos, se consolidou como o mais importante partido agrário do país. (...) criou também um partido trabalhista, e há quem diga que buscou inspirar-se no Labour Party..."

O texto permite associar

- a) Jânio Quadros ao PDS e ao PSB.
 - b) Eurico Gaspar Dutra ao PCB e ao PFL.
 - c) Juscelino Kubitschek ao PRM e ao PDT.
 - d) Getúlio Vargas ao PSD e ao PTB.
 - e) João Batista Figueiredo ao MDB e ao PRN.
18. (Fuvest-SP) Em 1947, o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade no Brasil. Essa decisão se explica basicamente
- a) pela bipartição do mundo em blocos antagônicos, consequência da Guerra Fria.
 - b) pela linha insurrecional dos comunistas que pretendiam iniciar uma revolução a curto prazo.
 - c) por ser o Partido Comunista frágil e destituído de expressão social.
 - d) por um acordo partidário firmado pela UDN, o PDS e o PTB.
 - e) pelo desejo de acalmar as Forças Armadas que ameaçavam interromper o jogo democrático.

19. (UFMG) No Nordeste do Brasil, desde 1955, a luta pela terra assumiu a importância de luta política. Nesse ano surgiu, no município de Vitória de Santo Antão, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores, mais tarde denominada Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas constituíram, sob a liderança de Francisco Julião, o centro de mobilização popular no campo.

Buscando solucionar o problema agrário, o governo João Goulart tomou, a partir de 1963, algumas medidas concretas.

- 1) Apresente uma das medidas adotadas pelo governo João Goulart que visava amenizar o problema agrário no Brasil.
- 2) Cite duas dificuldades encontradas pelo governo na implantação dessas medidas.
- 3) Apresente a posição das Ligas Camponesas quanto às medidas adotadas pelo governo João Goulart para resolver o problema agrário no Brasil.

20. (Cesgranrio) A eleição, em 1950, de Getúlio Vargas para um novo mandato presidencial apresentou um dos momentos mais representativos do chamado "Estado populista", porque Vargas:
- fora eleito com o apoio do grande capital conservador, interessado em conter o avanço das camadas populares e a entrada de capital estrangeiro.
 - inverteu a política econômica que vinha sendo seguida pelo governo Dutra, liberando as importações e a remessa de lucros pelas empresas estrangeiras.
 - buscava apoio das massas populares para os seus programas econômicos, através das suas ligações com o movimento trabalhista.
 - esvaziou, em definitivo, o partido que lhe fazia oposição desde o Estado Novo, ao derrotar o candidato da UDN.
 - foi beneficiário do clima de conciliação nacional, reunindo todas as forças políticas, aterrorizadas pela Guerra Fria.
21. (PUC-SP) Em 1961, Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente da República. Analise a crise política desencadeada por essa renúncia e a "saída parlamentarista" encontrada.
22. (FGV-SP) "No plano da política partidária, o acordo entre o PSD e PTB garantiu o apoio aos principais projetos do governo Juscelino Kubitschek no Congresso."
- O traço comum que aproximava os dois partidos era:
- A preocupação dominante com a sorte das camadas médias urbanas, articuladas em torno dos sindicatos de serviços e de funcionários autônomos.
 - O getulismo do PSD (setores dominantes no campo, a burocracia governamental e setores da burocracia industrial e comercial) e o getulismo do PTB (burocracia sindical e do Ministério do Trabalho, a burguesia industrial nacionalista e a maioria dos trabalhadores urbanos organizados).
 - O autoritarismo esclarecido do PTB (organizando as massas urbanas dos pequenos e médios centros do país) e o despotismo do PSD (criando as condições básicas para a sobrevivência de pequenos sindicatos).
 - A atuação junto aos setores despossuídos (os chamados "marmiteiros") das grandes metrópoles, que sempre atuaram no sentido de alcançar uma melhor situação de vida.
 - A defesa incondicional da instrução 113 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), que, ao propiciar uma fuga de capitais estrangeiros do país, permitia que o capital industrial nacional encontrasse condições para a sua ampliação.
23. (PUC-SP) O governo JK (1956-1960) – com o *slogan* "50 anos em 5" – adotou estratégias e políticas que tinham como objetivo central expandir a economia brasileira. Considerando seu aprendizado sobre esse período de nossa história, indique e comente duas características do processo de desenvolvimento econômico naquele período.
24. (Cesgranrio) A renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, pode ser associada a conjuntos de problemas, dentre os quais se destaca a(o):
- resistência do presidente em adotar uma forma autoritária de governo, defendida pela oposição e pelos militares.

- b) reação dos setores conservadores contra a política externa independente, principalmente após a condecoração do líder revolucionário cubano Che Guevara.
- c) crescente oposição popular, liderada pelo PTB, contrária ao controle da UDN e, em especial, à ascensão de Carlos Lacerda no governo.
- d) rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o lançamento de uma política de integração americana, a OPA (Operação Pan-Americana), em contraponto à Aliança para o Progresso.
- e) apoio de Jânio Quadros ao projeto do vice-presidente João Goulart de conferir aos sindicatos crescente papel no governo.

25. (U.E. Londrina-PR) A base do programa administrativo do governo de Juscelino Kubitschek era constituída pelo trinômio:

- a) estradas, energia e transportes.
- b) comércio, educação e privatização.
- c) indústria, exportação e importação.
- d) agricultura, pecuária e reforma agrária.
- e) saúde, estabilidade monetária e habitação.

26. (UFMG) Leia o texto:

“... Espero que nestas circunstâncias V. Ex^ª sentirá que o seu país deseja unir-se ao nosso, expressando os seus sentimentos ultrajados frente a este comportamento cubano e soviético e que V. Ex^ª achará por bem expressar publicamente os sentimentos do seu povo.”

“Quero convidar V. Ex^ª para que suas autoridades militares possam conversar com os meus militares sobre a possibilidade de participação em alguma base apropriada com os Estados Unidos e outras forças do Hemisfério em qualquer ação militar que se torne necessária pelo desenvolvimento da situação em Cuba...”

(Do arquivo pessoal de João Goulart, citado por Moniz Bandeira.)

Esse é um trecho de uma carta pessoal enviada por John Kennedy, presidente dos Estados Unidos, a João Goulart, presidente do Brasil, no início da década de 60.

Os termos dessa carta podem ser associados

- a) à crítica à política externa independente adotada pelo Brasil, desde o governo Jânio Quadros, a qual identificava o país com os governos não-alinhados.
- b) à pressão sobre o governo brasileiro para que fossem adotadas medidas drásticas contra o crescimento das idéias comunistas no país.
- c) à sugestão para o governo brasileiro apoiar o programa **Aliança para o Progresso** que fornecia recursos aos estados e municípios brasileiros.
- d) ao estímulo às ações da Escola Superior de Guerra (ESG) que baseava suas ações no binômio **desenvolvimento e segurança**.
- e) ao incentivo aos investimentos privados, à livre concorrência e à abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro.

27. (Fuvest-SP)

- I) "A orientação fundamental do governo resume-se no propósito de fortalecer a economia nacional. Esta diretriz condiciona a posição do Brasil no panorama internacional, que se tem pautado em intuítos pacíficos e amistosos em relação aos outros países. Sem sacrifícios desses intuítos, temos procurado libertar o país de influências incompatíveis com os seus interesses, único modo de progredir realmente, porque, enquanto dependentes, estaremos sempre sujeitos a retrocessos."

(Getúlio Vargas, Mensagem ao Congresso Nacional, 1954.)

- II) "Ainda no que toca à política geral, outra medida a que o governo atribui grande importância refere-se à atração dos empresários estrangeiros que, com sua técnica e seu capital, poderão prestar valiosa ajuda na construção do nosso parque industrial. (...) Fato de grande importância ocorrido em 1956 foi o renascimento do interesse dos capitalistas estrangeiros pelo desenvolvimento industrial do país. Esse renascimento deve-se principalmente ao clima de confiança que o novo governo conseguiu estabelecer no exterior."

(Juscelino Kubitschek, Mensagem ao Congresso Nacional, 1957.)

Essas duas mensagens ao Congresso Nacional revelam que os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek não tinham o mesmo ponto de vista sobre a questão da participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

Como as diferentes visões sobre este tema são apresentadas nessas mensagens?

28. (UFMG) As Reformas de Base, propostas no governo João Goulart, não tiveram um sentido revolucionário, correspondendo, na verdade, às necessidades da consolidação do capitalismo industrial.

Todas as alternativas contêm objetivos das Reformas de Base, **exceto**

- a) A ampliação do mercado interno para os bens manufaturados.
- b) A criação de novas condições institucionais.
- c) A estatização do sistema bancário.
- d) O aumento da produção agrícola.
- e) O controle dos conflitos sociais através da redistribuição de terras.

29. (UFMG) Leia o texto:

"O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) foi fundado no final de 1961, por empresários e militares do eixo Rio-São Paulo, que, unidos em torno do projeto de readequação e reformulação do Estado nos moldes ambicionados pelo setor multinacional-associado, procuraram estimular em todo o país uma 'reação empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política brasileira'."

(STARLING, Heloisa Maria Murguel. *Os senhores das Gerais*. Petrópolis, Vozes, 1986. p. 46.)

Todas as alternativas contêm afirmações corretas sobre o papel do IPES, **exceto**

- a) A derrubada do governo do presidente João Goulart foi um dos principais alvos estratégicos do IPES nos anos 60 por temor da formação de uma república sindicalista.

- b) A desarticulação das forças sociais do bloco nacional-populista foi fruto de uma sofisticada campanha político-ideológica desenvolvida pelo IPES entre 1961 e 1964.
- c) A setorização do IPES, expandindo agências e similares para outros estados, como o de Minas Gerais, visava a uma ação política em âmbito nacional.
- d) O comando político efetivo do aparelho de Estado não estava incluído nos planos do IPES, que visava somente ao dismantelamento dos grupos de esquerda no país.
- e) O IPES empreendeu uma articulação para fundir as forças e os grupos de oposição, do que resultou uma mobilização conservadora da sociedade civil.

30. (UFMG) O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) esteve no centro da crise que resultou no golpe político-militar de 1964.

Todas as alternativas apresentam afirmações corretas sobre o PTB, **exceto**

- a) Alguns setores do PTB, após o suicídio de Vargas, conseguiram uma grande autonomia e defenderam a formação de uma frente popular, a Frente Parlamentar Nacionalista, para neutralizar a ala de centro do partido.
- b) O fortalecimento da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) junto às classes trabalhadoras urbanas deslocou o PTB de sua posição hegemônica e rompeu o equilíbrio político da década de 60.
- c) O partido surgiu como instrumento da manipulação do governo Vargas e buscou, em especial, conter o avanço do Partido Comunista Brasileiro no controle da classe trabalhadora.
- d) O PTB manteve uma coligação eleitoral histórica com o PSD (Partido Social Democrático), que tinha sua base política no campo e era sustentado pelo localismo e coronelismo.
- e) O PTB tinha características marcadamente nacionalistas, defendia uma política estatizante em relação à economia e apresentava feição reformista.

31. (Cesgranrio) O desenvolvimento foi um dos elementos de maior importância nos debates políticos e intelectuais ocorridos no Brasil, a partir da década de 40, sendo também a preocupação das políticas governamentais do período.

Assinale a opção que **não** expressa uma política governamental do período.

- a) O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) imprimiu um caráter nacional ao desenvolvimentismo com restrições ao capital estrangeiro e criação de empresas estatais.
- b) Os "50 anos em 5", *slogan* do programa de Metas de JK, caracterizado por um rápido crescimento industrial, foi facilitado pela atração de capitais estrangeiros.
- c) A política desenvolvimentista, em todas as suas etapas, foi acompanhada por crescente interferência do Estado no domínio econômico através da formulação de planos, criação de agências de financiamento e de empresas estatais.
- d) A abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a partir do Estado Novo, com a participação dos Estados Unidos no desenvolvimento da siderurgia, foi o principal fator de estímulo ao desenvolvimento brasileiro.
- e) As empresas estatais de grande porte criadas no período, como a Vale do Rio Doce, a Petrobrás e a Eletrobrás, colocavam sob o controle do governo setores de base considerados estratégicos, que exigiam vultosos investimentos.

32. (Cesgranrio) O golpe que derrubou o presidente João Goulart, em 1964, representou a culminância de uma crise iniciada no final da década anterior. Assinale a opção que **não** apresenta um elemento dessa crise.
- a) O apoio da maioria conservadora do Congresso Nacional ao programa de Reformas de Base.
 - b) As resistências à posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros.
 - c) O agravamento do quadro econômico com a ascensão da inflação.
 - d) A politização crescente de vários movimentos sociais, como as Ligas Camponesas.
 - e) Os movimentos de indisciplina militar de marinheiros e sargentos.

33. (UnB-DF) Em relação ao processo político-partidário brasileiro, entre o final do ciclo autoritário comandado por Getúlio Vargas e o golpe de 1964, julgue os itens seguintes.

- (0) Na primeira eleição presidencial do período, os três principais partidos apresentaram-se distribuídos em dois campos: na aliança PSD-PTB e na UDN.
- (1) A UDN constituiu-se como um partido de massas, por apresentar um vínculo entre Getúlio Vargas e as teses da democracia de caráter nacionalista.
- (2) A política financeira desenvolvida por Jânio Quadros em 1961 levou à forte aproximação do seu governo com as esquerdas.
- (3) O plebiscito de 6 de janeiro de 1963 resultou em votação expressiva contra o presidencialismo, que tinha mostrado os seus limites desde a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República.

34. (Vunesp) Leia os seguintes versos:

Sobre a cabeça os aviões
sob os meus pés os caminhões
aponta contra os chapadões
meu nariz

Eu organizo o movimento
eu oriento o carnaval
eu imagino o monumento
no planalto central
do país.

Esses são versos iniciais da canção de Caetano Veloso que constituiu a matriz estética de um movimento musical do final da década de 60, de curta duração, em que, segundo estudiosos, "a preocupação política foi deslocada da área da revolução social para o eixo da rebeldia, da intervenção localizada, da política concebida enquanto problemática cotidiana, ligada à vida, ao corpo, ao desejo, à cultura em sentido amplo".

(Heloisa Buarque de Holanda e Marcos A. Gonçalves. *Cultura e participação nos anos 60.*)

Esse movimento musical é conhecido como

- a) Bossa Nova.
- b) Concretismo.
- c) Primitivismo.
- d) Antropofagia.
- e) Tropicalismo.

35. (Vunesp) Foram características do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961):
- a) Plano de Metas, apoio da UDN, oposição frontal dos comunistas e abertura ao capital estrangeiro.
 - b) Plano de Metas, desenvolvimento industrial, apoio da aliança PSD-PTB e oposição da UDN.
 - c) Plano de Metas, apoio da aliança PSD-PTB, restrição à presença do capital estrangeiro e apoio dos comunistas.
 - d) Plano de Metas, instabilidade política, marcante presença do Estado na economia e oposição da aliança PSD-PTB.
 - e) Plano de Metas, apoio dos comunistas, instabilidade política e restrição à presença do Estado na economia.

36. (FGV-SP) "Uma idéia na cabeça e uma câmera na mão" é uma palavra de ordem formulada por:
- a) Glauber Rocha;
 - b) Roberto Rossellini;
 - c) Charles Chaplin;
 - d) Nelson Pereira dos Santos;
 - e) Federico Fellini.

37. (FGV-SP) Quais os partidos políticos que dominaram a vida parlamentar brasileira durante o período democrático de 1946 a 1964:
- a) PTB, UDN e PCB;
 - b) PL, UDN e PSD;
 - c) PDS, MDB e PCB;
 - d) PSB, UDN e PTB;
 - e) PSD, UDN e PTB.

38. (PUC-SP) O trecho abaixo pertence ao roteiro do filme *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969), de Glauber Rocha — um dos representantes do Cinema Novo no Brasil.

"Os beatos e os cangaceiros entram em Jardim das Piranhas cantando e dançando, envolvendo o Padre no meio da praça. O Padre assustado. O Professor às gargalhadas, bêbado. O Coronel Horácio, Batista, Laura, Matos e Antonio das Mortes aparecem na praça. Silêncio. Beatos, cangaceiros e o povo da vila sentados no chão, formando um círculo. No centro, Antonio das Mortes e Coirana andam também em círculo, encarando-se."

A partir da análise desse fragmento, pode-se depreender algumas características desse Cinema Novo, tais como:

- a) a opção de apresentar, tragicamente, a condição terceiro-mundista, através de uma linguagem renovada, combinando uma reviravolta estética e temática.
- b) a ausência de preocupações ideológicas, por parte dos diretores que visavam, primordialmente, ao requinte estético em seus filmes.
- c) o entrosamento perfeito entre os ideais da indústria cinematográfica brasileira e o potencial criativo dos autores.
- d) o objetivo de traduzir para o povo a chamada "política desenvolvimentista", valendo-se, para isso, da narrativa clássica hollywoodiana.
- e) a busca do êxito comercial com o emprego da fórmula que a chanchada havia devolvido: tocar a consciência popular através da caricaturização do cotidiano.

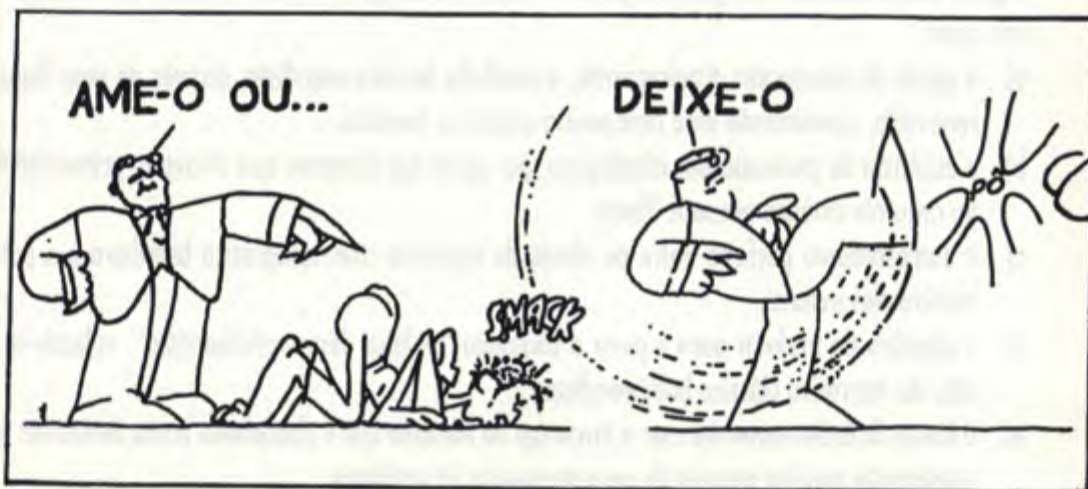
39. (UFMG) O golpe político-militar de 1964 acarretou transformações na economia brasileira originadas das mudanças nas relações de trabalho, das novas necessidades do desenvolvimento capitalista no país e das mudanças na conjuntura internacional.

Todas as alternativas apresentam indicadores corretos das transformações na economia brasileira pós-64, **exceto**

- a) A abertura do país às empresas multinacionais a partir da abolição das restrições à remessa de lucros para o exterior.
 - b) A adoção de uma nova política salarial e a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) substituindo o sistema de estabilidade no emprego.
 - c) A consolidação do setor industrial nacional através da elevação dos salários urbanos e do aumento da oferta e do consumo de bens não-duráveis.
 - d) A elevação do volume de impostos e a conseqüente falência de um grande número de pequenas e médias empresas.
 - e) A expansão da indústria petroquímica, siderúrgica e do alumínio, realizada sob o patrocínio do Estado, com a participação dos conglomerados nacionais e estrangeiros.
40. (UFRS) Considere o modelo econômico brasileiro e suas características intensificadas a partir de 1964:
- I) Internacionalização da economia brasileira.
 - II) Maior presença das multinacionais no sistema produtivo local.
 - III) Exportação de bens manufaturados baratos e importação de equipamento e tecnologia.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
 - b) Apenas II.
 - c) Apenas III.
 - d) Apenas I e II.
 - e) I, II e III.
41. (UFRS) Considere a charge abaixo sobre a propaganda governamental no Brasil.



A charge da página anterior está relacionada com

- a) os "50 anos em 5" do governo JK.
- b) a austeridade do governo Jânio Quadros.
- c) a linha dura do governo Costa e Silva.
- d) o ufanismo do governo Medici.
- e) o pacote de Abril do governo Geisel.

42. (Fuvest-SP) A vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970

- a) não teve qualquer repercussão no campo político, por se tratar de um acontecimento estritamente esportivo.
- b) alentou o trabalho das oposições que deram destaque à capacidade do povo brasileiro de realizar grandes proezas.
- c) propiciou uma operação de propaganda do governo de Medici, tentando associar a conquista ao regime autoritário.
- d) favoreceu o projeto de abertura do general Geisel, ao criar um clima de otimismo pelas realizações do governo.
- e) alcançou repercussão muito limitada, pois os meios de comunicação não tinham a eficácia que têm hoje.

43. (FGV-SP)

I	Ato Institucional número 5 (AI-5)	1	governo Geisel (1974-1979)
II	PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo)	2	governo Figueiredo (1979-1985)
III	"milagre brasileiro"	3	governo Costa e Silva (1967-1969)
IV	pacote de Abril	4	governo Castello Branco (1964-1967)
V	Lei de Anistia	5	governo Medici

Associe corretamente, numa única alternativa, as duas colunas acima:

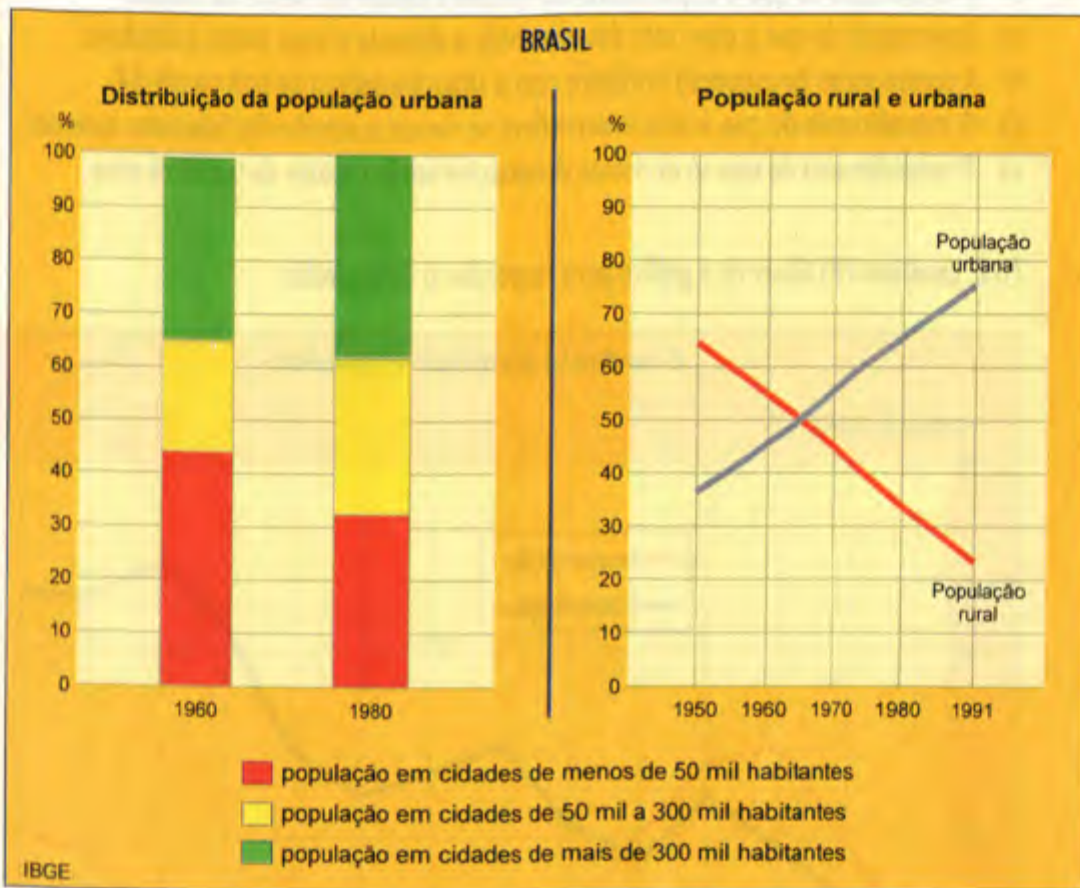
- a) I-1, II-2, III-3, IV-4, V-5
- b) I-2, II-3, III-4, IV-5, V-1
- c) I-3, II-4, III-5, IV-1, V-2
- d) I-4, II-5, III-1, IV-2, V-3
- e) I-5, II-1, III-2, IV-3, V-4

44. (Fuvest/GV-SP) A prisão e a morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, a bomba no show de primeiro de maio no Riocentro, a carta-bomba enviada à Ordem dos Advogados do Brasil, episódios ocorridos nos governos dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo revelam:

- a) O recrudescimento da guerrilha urbana de esquerda no Brasil.
- b) São episódios isolados uns dos outros, sem nenhuma inter-relação.
- c) A luta entre duas facções militares, uma de extrema direita e outra de extrema esquerda, esta chefiada pelo capitão Carlos Lamarca.
- d) Uma política deliberada dos generais-presidentes de perseguição aos jornalistas, operários, artistas e advogados.
- e) Uma tentativa da chamada linha dura militar para desestabilizar o processo de abertura política.

45. (UFMG) A reforma partidária, que implantou o pluripartidarismo no Brasil, no governo Figueiredo, tinha por objetivo:
- consolidar os resultados das eleições de 1974 que deram ampla vitória ao partido do governo, o PDS.
 - levar os liberais, concentrados no PP, para engrossar as fileiras do PRS e fortalecer o apoio ao governo.
 - quebrar o monopólio que o MDB exercia na oposição fragmentando-o em inúmeros partidos e evitando a sua ascensão ao poder.
 - revigorar o PDT para que pudesse enfrentar o PT nas eleições majoritárias.
 - utilizar os antigos militantes da UDN nos quadros da ARENA para que, fundindo-se como PDS, vencesse as eleições para governadores.
46. (Fuvest-SP) Sobre o fim do período militar no Brasil (1964-1985), pode-se afirmar que ocorreu de forma
- conflituosa, resultando em um rompimento entre as Forças Armadas e os partidos políticos.
 - abrupta e inesperada, como na Argentina do general Galtieri.
 - negociada, como no Chile, entre o ditador e os partidos na ilegalidade.
 - lenta e gradual, como desejavam setores das Forças Armadas.
 - sigilosa, entre o presidente Geisel e Tancredo Neves, à revelia do exército e dos partidos.
47. (Cesgranrio) A instalação de um regime militar no Brasil, após 1964, interferiu no processo de produção cultural, como pode ser exemplificado pelo(a):
- Cinema Novo, que foi apoiado pelo regime militar, através de uma agência de fomento – a Embrafilme.
 - Tropicalismo, que marcou a desenraização da cultura brasileira, com a introdução de ritmos estrangeiros no Brasil.
 - apoio dos militares às principais formas de expressão cultural do período, com os festivais de música e os movimentos estudantis, com o intuito de popularizar o regime.
 - reflexo na criação cultural da crise brasileira e da busca de alternativa para o país.
 - característica de retorno ao passado, que marcou a produção cultural no período 1964-1968.
48. (Cesgranrio) O processo de redemocratização brasileiro, no final da década de 1970, combinou pressões da sociedade civil e a estratégia de distensão/abertura do próprio regime militar, como pode ser observado na(no):
- vitória do movimento popular das "Diretas-Já!", permitindo eleições gerais diretas em 1982.
 - concessão de anistia "ampla, geral e irrestrita", por lei de iniciativa do governo, mas que excluía as principais lideranças ligadas ao governo derrubado em 1964.
 - total autonomia do movimento sindical, forçada pelas greves do ABCD paulista.
 - revogação dos atos institucionais, por iniciativa do governo, após negociação com setores representativos da sociedade civil.
 - pacote de Abril de 1977, que transformou o Congresso Nacional em Assembléia Constituinte.

49. (U.E. Londrina-PR) Para responder a esta questão, utilize os gráficos apresentados abaixo.



A comparação entre os gráficos permite afirmar que

- o processo de urbanização é recente e foi essencialmente concentrador, gerando grandes cidades brasileiras.
- o significativo aumento da população urbana resultou na formação de distintos mercados de trabalho, que ampliaram a qualidade de vida nas pequenas e médias cidades brasileiras.
- o gradual aumento da população urbana significou uma redistribuição do poder econômico, sobretudo entre as grandes e médias cidades brasileiras.
- o ritmo de urbanização das últimas décadas foi o responsável pela formação de uma homogênea malha urbana no país.
- a instituição das áreas metropolitanas, no Brasil, é fato recente e resultou da desconcentração industrial.

50. (UFMG) Leia o texto:

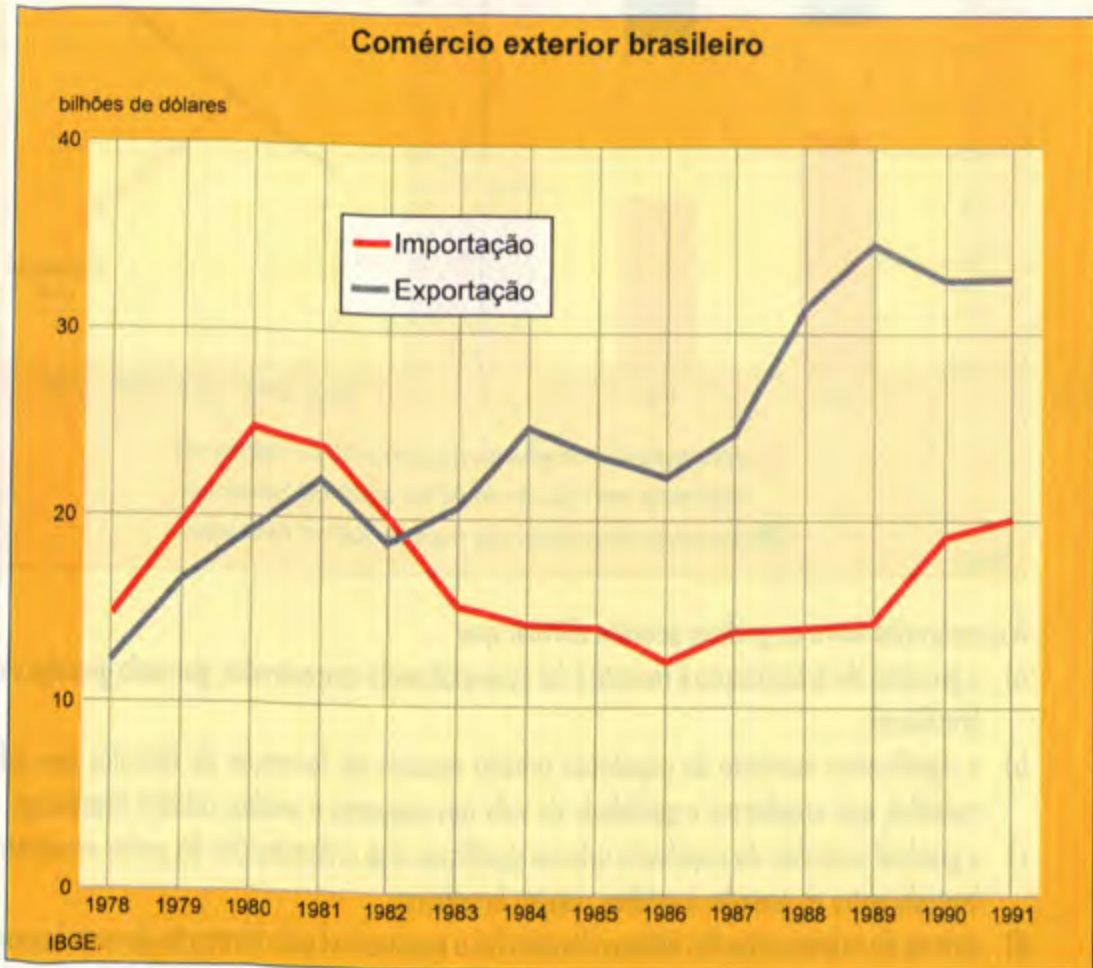
"A situação brasileira apresenta assim perspectiva de agravamento das principais contradições entre o povo e o governo, entre a esmagadora maioria da nação e o imperialismo norte-americano, tendendo a adquirir caráter mais agudo. Qualquer das saídas presentemente tentadas pelas classes dominantes não amainará as divergências entre os grupos políticos em choque e muito menos o descontentamento e a luta popular. Os imperialistas ianques, aliados à reação interna, se esforçarão para consolidar o que obtiveram a 1º de abril e intensificarão sua atividade neocolonialista no Brasil."

(Extrato de documento do Partido Comunista do Brasil, 1966.)

Todas as afirmativas traduzem corretamente as idéias contidas no texto, **exceto**

- a) A constatação de que o imperialismo americano é aliado das forças da reação.
- b) A percepção de que o povo está desencantado e disposto a lutar contra a ditadura.
- c) A preocupação da esquerda brasileira com a situação política do país no pós-64.
- d) O entendimento de que à crise interna deve-se somar a pressão dos interesses externos.
- e) O entendimento de que só as classes dominantes serão capazes de pôr fim à crise.

51. (U.E. Londrina-PR) Observe o gráfico para responder a esta questão.



A análise do gráfico e seus conhecimentos sobre a realidade econômica brasileira permitem afirmar que

- a) os déficits registrados até 1982 são resultantes do antigo modelo econômico que priorizava as importações de produtos industrializados em detrimento da produção nacional.
- b) os superávits registrados, a partir da década de 80, têm sido obtidos à custa de desestímulo às importações e do favorecimento, sobretudo fiscal, às exportações.
- c) os déficits registrados, na década de 70, correspondem à fase de deterioração dos preços dos produtos primários no comércio internacional, hoje, superada.
- d) os superávits registrados, a partir de 80, foram acompanhados de uma paralela recuperação econômica do país.
- e) os superávits registrados, a partir de 80, correspondem ao período de fortalecimento das relações comerciais do Brasil com os Tigres Asiáticos.

52. (Mogi-SP) Assinale a alternativa certa:

- a) A crise energética da década de 70 não afetou o Brasil com intensidade maior em razão da produção maciça de eletricidade, como também porque o petróleo descoberto na época foi suficiente para cobrir a maior parte de consumo dos derivados do produto.
- b) A abertura política iniciada no governo Geisel permitiu que se evidenciassem problemas graves no campo social, o que foi demonstrado pelas inúmeras greves de caráter reivindicatório salarial ocorridas a partir daquele evento.
- c) O governo Figueiredo, dando seqüência à abertura iniciada na gestão presidencial anterior, estabeleceu eleições diretas para preenchimento de todos os cargos do poder executivo a partir de 1982.
- d) A censura à imprensa foi totalmente abolida a partir do início do governo do general Emílio Garrastazu Médici.
- e) A extinção do AI-5 colaborou para que a democracia plena fosse adiada indeterminadamente no Brasil.

53. (UFMG) Observe a figura.



Sobre a evolução da taxa de inflação brasileira, expressa nessa figura, é **correto** afirmar-se que

- a) a taxa de inflação apresentou uma tendência à estabilidade no período conhecido como "milagre brasileiro".
- b) as medidas adotadas pelo Plano de Ação Econômica (PAEG) foram ineficazes no controle temporário da inflação no Brasil.
- c) o plano de Metas, adotado no governo Jânio Quadros, foi responsável pela estabilização do processo inflacionário brasileiro.
- d) os governos militares tiveram resultados satisfatórios, a longo prazo, no controle da espiral inflacionária no Brasil.
- e) os períodos autoritários no Brasil apresentaram índices inflacionários superiores às conjunturas consideradas democráticas.

54. (UFRS) Em 25 de abril de 1984 a Emenda Constitucional das "Diretas-Já!", relativa à eleição direta para presidente e vice-presidente da República, foi
- aprovada pela Câmara dos Deputados, obrigando o governo Figueiredo a controlar os grupos militares de extrema direita.
 - rejeitada pela Câmara dos Deputados, levando à posterior formação da Aliança Democrática e à candidatura de Tancredo Neves.
 - aprovada pela Câmara dos Deputados, permitindo ao governo o estabelecimento de medidas de emergência nos estados.
 - rejeitada pela Câmara dos Deputados, propiciando forte reação da classe trabalhadora, que se decide pela fundação do Partido dos Trabalhadores.
 - aprovada pela Câmara dos Deputados, articulando-se a anistia geral e a extinção do bipartidarismo.
55. (UFMG) "Hélio Silva, que antes de se tornar monge beneditino foi um repórter minucioso da história do Brasil, registrou que desaparecimento de presos políticos só existiu durante o regime militar de 1964."

(Jornal do Brasil, 23 de julho de 1995.)

Com base nessa afirmação

- Cite um outro momento ou episódio da história do Brasil republicano, anterior ao mencionado, que tenha produzido a figura do preso político e indique um dos motivos da sua prisão.
 - Considerando o contexto político que levou ao desaparecimento de militantes da oposição ao regime militar pós-64, cite 2 (dois) argumentos apresentados como justificativas para a ocorrência de tal fato.
 - No final da década de 70, o movimento de oposição ao governo militar conquistou uma vitória importante, relacionada com a questão dos presos políticos. Indique essa vitória e cite as limitações denunciadas pelo movimento social que a reivindicava.
56. (Fuvest-SP) Em seu discurso, ao lançar o plano econômico, o presidente descreveu a inflação como "o inimigo público número um". O plano obteve imediato apoio da população e, da noite para o dia, o presidente e o ministro Funaro se tornaram heróis nacionais. O povo entrava nos supermercados, verificava os preços e denunciava os gerentes quando notava que algum produto havia sido marcado irregularmente.
- O texto acima refere-se ao plano
- Verão.
 - Cruzado.
 - Collor.
 - Bresser.
 - Campos-Bulhões.
57. (Fuvest-SP) As eleições presidenciais brasileiras, ocorridas neste ano [1994], envolveram oito candidatos, concorrendo por partidos ou alianças diversas. Alguns dos candidatos fizeram, em suas campanhas, referências a episódios ou a personagens da história política brasileira do século XX. Entre tais referências pode-se mencionar a lembrança do

- a) nascimento de vários partidos entre 1979 e 1982, momento da “reforma partidária”, quando surgiram, entre outros, o PMDB de Orestes Quécia e o PRN de Carlos Gomes.
- b) golpe militar de 1964, defendido àquela época pelo PFL e pelo PSC, que instalou no poder o almirante Fortuna, presidenciável nas últimas eleições.
- c) desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, que governou de 1956 a 1961, e que fez aparecer a proposta social-democrata, defendida por Esperidião Amin e por Enéas Carneiro.
- d) *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, ocorrido em 1992, e que contou com a participação favorável, entre outros, de Luís Inácio Lula da Silva e de Fernando Henrique Cardoso.
- e) período presidencial de Getúlio Vargas entre 1951 e 1954, quando se formaram os atuais partidos políticos de esquerda – PT e PTB – e quando surgiu a liderança política de Leonel Brizola.

58. (FGV-SP) Dos fatos abaixo, qual **não** teve relação com o movimento das “Diretas-Já!” de 1984:

- a) a eleição direta de José Sarney para a presidência da República;
- b) a mobilização política da juventude de classe média, que se repetiria com os “caras-pintadas” anti-Collor alguns anos depois;
- c) o fortalecimento da candidatura de Tancredo Neves a presidente, ainda que escolhido indiretamente;
- d) a transformação de uma parte dos políticos que apoiavam a ditadura militar em membros da Frente Liberal, pela cisão dentro do PDS;
- e) a ampliação da participação político-partidária, inclusive com a formação de partidos novos e o enfraquecimento do regime militar.

59. (Fuvest-SP) O Brasil recuperou-se de forma relativamente rápida dos efeitos da crise de 1929 porque

- a) o governo de Getúlio Vargas promoveu medidas de incentivo econômico, com empréstimos obtidos no exterior.
- b) o país, não tendo uma economia capitalista desenvolvida, ficou menos sujeito aos efeitos da crise.
- c) houve redução do consumo de bens e, com isso, foi possível equilibrar as finanças públicas.
- d) acordos internacionais, fixando um preço mínimo para o café, facilitaram a retomada da economia.
- e) um efeito combinado positivo resultou da diversificação das exportações e do crescimento industrial.

60. (UFMG) A partir do governo Sarney, foram adotados vários planos econômicos que tentaram controlar o aumento desenfreado da inflação brasileira. Alguns desses planos apresentavam características heterodoxas, tais como congelamento de preços, confisco da poupança, tentativa de regulação do mercado através de medidas provisórias do executivo.

A alternativa que apresenta o plano econômico adotado no Brasil, pós-1985, de características heterodoxas é

- a) plano Cruzado.
- b) Plano de Ação Econômica (PAEG).
- c) plano de Metas.
- d) plano SALTE.
- e) plano Verão.

61. (Cesgranrio) A economia brasileira, desde o final da década de 1970, apresenta índices de inflação alta, redução do crescimento econômico e dificuldades com endividamento externo e interno que caracterizam os anos 80 como a chamada "década perdida".

Assinale a opção que expressa corretamente uma característica do período.

- a) Os planos de estabilização (Cruzado, Bresser, etc.) eliminaram momentaneamente a inflação, mas seus resultados foram de curta duração.
- b) A elevação da inflação brasileira está ligada à diminuição da produção de alimentos, decorrente do direcionamento da produção agrícola para o mercado externo.
- c) O crescente endividamento brasileiro no exterior não repercutiu na economia interna, porque foi compensado pelos investimentos estrangeiros no país.
- d) A Constituição de 1988 agravou a crise brasileira, ao reduzir a carga de impostos e limitar os benefícios trabalhistas e previdenciários.
- e) A crise levou o governo a aumentar sua participação na economia, criando estatais ou assumindo empresas privadas, com o objetivo de manter os níveis de crescimento.

62. (UFMG) Observe o cartoon.



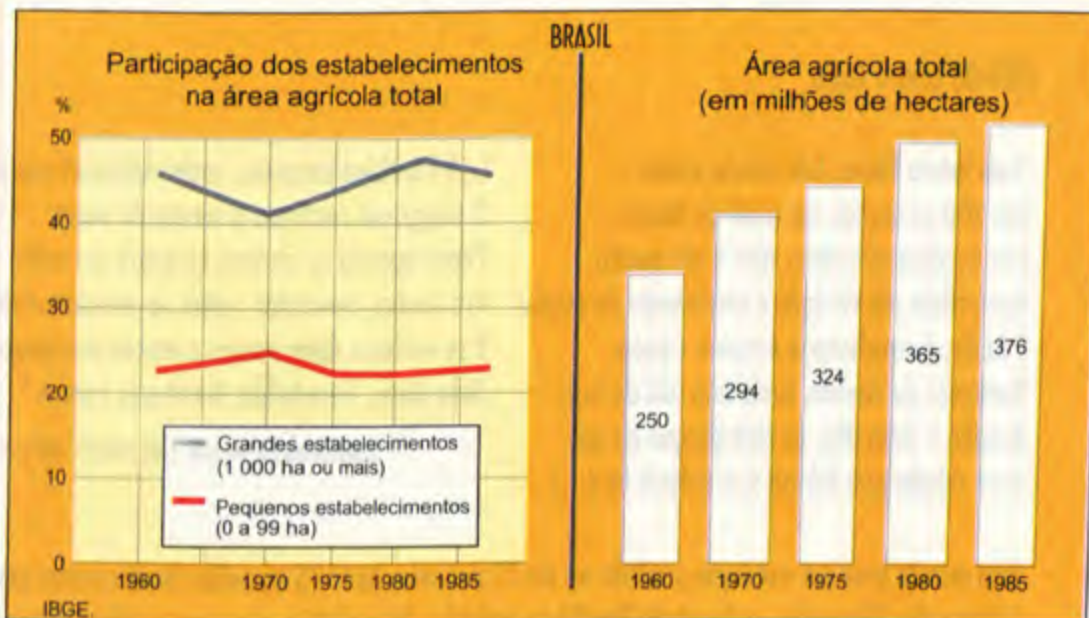
Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta desse cartoon.

- a) A abolição da escravidão e a implementação das leis trabalhistas representaram respostas positivas aos anseios dos trabalhadores.
 - b) A Constituição de 1988 iniciou o movimento de contenção das demandas da classe trabalhadora.
 - c) A intervenção do Estado nas relações de trabalho tem efeitos negativos para os trabalhadores.
 - d) A livre negociação é um avanço no processo de liberalização econômica em curso no Brasil.
63. (UFMG) No ano de 1993, a imprensa denunciou que setores da sociedade apoiavam a "fujimorização" como alternativa para a situação brasileira.

Isso significava

- a) a adoção de uma ampla reforma ministerial, para resolver o imobilismo político do Governo Federal e aumentar seu apoio junto ao Congresso Nacional.
- b) a aplicação de um plano econômico com a dolarização da economia, a exemplo do que ocorreu na Argentina, como saída emergencial para a deteriorização do padrão de vida.
- c) a entrada maciça de capital japonês, como solução para o rápido agravamento da crise econômica e modernização do parque industrial.
- d) a fragmentação do território nacional levada a cabo por movimentos separatistas, como a da "República dos Pampas", em resposta à desigualdade social brasileira.
- e) a implantação de um modelo autoritário, por meio de um golpe de Estado com o apoio do exército, para viabilizar uma reforma econômica.

64. (U.E. Londrina-PR) Para responder à questão, considere os gráficos e as afirmações abaixo.



- I) Na década de 60, com a ocupação agrícola dos atuais estados de Goiás e de Mato Grosso do Sul, os pequenos estabelecimentos aumentaram a sua participação.
- II) A modernização da agricultura brasileira, a partir da década de 80, tem ampliado a participação dos pequenos estabelecimentos.
- III) A expansão das fronteiras agrícolas está geralmente associada, na atualidade, à implantação de grandes projetos agropecuários ou madeireiros instalados em grandes estabelecimentos.
- IV) As figuras do posseiro e do peão de trecho, mais comuns a partir da década de 70, promoveram uma desconcentração fundiária.
- V) Os ciclos de desconcentração e reconcentração da estrutura fundiária estão marcados pela estabilização da área agrícola ocupada.

A observação dos gráficos e seus conhecimentos sobre a estrutura fundiária brasileira permitem afirmar que estão corretas apenas

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) III e V
- e) IV e V

65. (UFMG) A campanha *O petróleo é nosso* resultou na criação da Petrobrás pela lei nº 2 003, de 1953. Recentemente, foi discutida no Brasil a proposta governamental de flexibilização do monopólio do petróleo. Essa proposta, aprovada pelo Congresso Nacional, desagradou a inúmeros setores da sociedade brasileira.

- 1) Cite o princípio fundamental que norteou a implantação do monopólio na década de 50.
- 2) Explique o contexto político da campanha *O petróleo é nosso*.
- 3) A oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso tem criticado os princípios que teriam influenciado a proposta de flexibilização do monopólio do petróleo e a sua aprovação.
Denomine os princípios econômicos que, segundo a oposição, teriam influenciado, decisivamente, a proposta e a aprovação de flexibilização do monopólio do petróleo.
- 4) Apresente 4 (quatro) medidas defendidas pelo atual governo as quais a oposição afirma estarem também influenciadas por esses mesmos princípios.

66. (UFMG) Leia o texto:

"Luís Inácio falou, Luís Inácio avisou
São 300 picaretas com anel de doutor
Eles ficaram ofendidos com a afirmação
Que reflete na verdade o sentimento da nação
É lobby, é conchavo, é propina e jeton
Variações do mesmo tema sem sair do tom
Brasília é uma ilha, eu falo porque eu sei
Uma cidade que fabrica sua própria lei (...)

(...) Parabéns coronéis, vocês venceram outra vez
O Congresso continua a serviço de vocês
Papai quando eu crescer, eu quero ser anão
Pra roubar, renunciar, voltar na próxima eleição
E se eu fosse dizer nomes a canção era pequena
João Alves, Genebaldo, Humberto Lucena."

(Paralamas do Sucesso. LUÍS INÁCIO: 300 picaretas.)

Essa música teve sua execução proibida no dia 23 de junho de 1995 a pedido do procurador-geral da Câmara dos Deputados, o deputado Bonifácio Andrada. Tal proibição provocou reações contrárias de diversos setores da sociedade brasileira, que se colocaram contra

- a) a atitude discriminatória em relação ao Partido dos Trabalhadores e a seu presidente.
- b) a tentativa de impedir que viesse a público a denúncia contra os deputados citados.
- c) o exercício do direito de oposição político-partidária, fundamento da ordem democrática e do Estado de Direito.
- d) o retorno da censura, em flagrante desrespeito à Constituição de 1988, que garante a liberdade de expressão.

67. (PUC-SP) Estado mínimo, reduzido em seu papel regulador e fiscalizador na economia de mercado, com a eliminação integral de funções produtivas.

Estes princípios, chamados de **neoliberalismo**, dominam o cenário político mundial.

A partir deles:

- a) identifique duas propostas de cunho neoliberal presentes na vida política brasileira recente;
- b) apresente argumentos a favor e contra tais propostas.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abelardo Jurema 388
abertura dos portos 157
Abreu e Lima 217
Ação Integralista Brasileira 358
acordo de Fontainebleau 156
acordo nuclear 427
Ademar de Barros 380, 388, 395, 396, 403, 406
Afonso Arinos 285
Afonso Pena (presidente) 290, 295, 296, 303, 306
Afrânio de Melo Franco 350
AICA (Associação de Livre Comércio das Américas) 460
Alcácer-Quibir (batalha) 81
Aleijadinho (ver Antônio Francisco Lisboa)
Alexandre de Gusmão 129, 130
Alexandre VI (papa) 58
Alfaiates (revolta dos) 151, 188
Aliança Liberal 327, 328, 329, 330, 332
Aljubarrota (batalha) 53
Alvará de 1785 142, 149
Alvarenga Peixoto (ver Inácio José de Alvarenga Peixoto)
Alves Branco (tarifa) 201, 215, 243
Américo Vespúcio 57
ameríndios 14, 17, 24, 31, 67
anarquismo 316
André João Antonil 106
Anita Malfatti 324
ANI (Aliança Nacional Libertadora) 359, 360, 361
anos de chumbo 433
Antigo Regime 139, 155, 167, 172
Antônio Carlos Magalhães 431
Antônio Conselheiro (ver Antônio Vicente Mendes Maciel)
Antônio Dellim Netto 417, 421, 427, 450
Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho) 135
Antônio Vicente Mendes Maciel (Antônio Conselheiro) 285
Aragarças (revolta) 391
Araguaia (ver guerrilha)
ARENA (Aliança Renovadora Nacional) 410, 422, 425, 429, 435
Armando de Salles Oliveira 362
Arraial
do Bom Jesus 117
do Tijuco 136
Artur Bernardes (presidente) 296, 311, 319, 321, 323, 325, 326, 327, 330
Artur da Costa e Silva, general (presidente) 405
aruques 25
asiento 108
Assembléia Constituinte 162, 169, 174, 270, 271, 272, 273, 354, 356, 442, 443
assembléias legislativas provinciais 183
Assis Brasil 320, 349
astecas 67
Ato Adicional de 1834 182, 183, 184, 185, 188
Ato da anarquia 185
Ato de Navegação 121
Ato institucionais 405, 406, 409, 410, 414, 415, 424
AI-1 405
AI-2 409, 410

AI-3 410
AI-4 410
AI-5 414, 415, 424
Auguste Comte 267
Augusto Boal 413
Aureliano Chaves 431
Aurora Fluminense (jornal) 176
Australopithecus 12, 13
Avis (dinastia de) 52, 53, 54, 81

B

bandeiras 127, 128
de apresamento 127, 129
de contrato 128
bantos 110
barão de Mauá (ver Irineu Evangelista de Souza)
Barata Ribeiro 275
Bartolomeu Bueno Filho 128
Bartolomeu Dias 56
beneplácito 257, 374
Benjamin Constant 171, 263, 268, 269
Bento Gonçalves 190
Bering (estreito de) 14, 15
Bernardo Pereira de Vasconcelos 182, 184, 185
Betinho (ver Herbert de Souza)
Bill Aberdeen 209, 243, 254
Bizarria Mamede 385, 389
blancos 245, 247
Bloco Operário e Camponês 316
Bloqueio Continental 156, 199
Borges de Fonseca 217
Borges de Medeiros 320, 330
Borgonha (dinastia de) 47, 48, 51, 52
Bragança (dinastia de) 83, 119, 138
Brochado da Rocha 401
Bula Intercoetera 58
burguesia 39, 40, 60, 64, 72, 139, 140, 157, 281, 312, 314, 315, 317, 327, 348, 367, 368, 370, 393, 404, 420, 464

C

Cabanagem 184, 187
Café Filho 386, 387, 388, 389, 390
cafeicultura 196, 209, 210, 254, 262, 265, 294, 313, 314, 326, 351, 352, 353
Calabar (ver Domingos Fernandes Calabar)
Câmaras dos Escabinos 119
câmara(s) municipal(is) 86, 87, 106, 146, 263
Campanha Civilista 307
Campina do Taborda (batalha) 121
Campos Sales (presidente) 274, 283, 284, 289, 290, 292, 293, 294, 296, 303, 304
Camudos (guerra de) 286, 288, 302, 311
Capão da Traição 146
capitães-do-mato 111
capitães-donatários 56, 71, 77
capitalismo industrial 137, 242
capitanias
da Coroa 142
hereditárias 56, 71, 76, 77, 84, 94
caraíbas 25
Caramuru 181
Carlos Lacerda 385, 386, 389, 391, 403, 406, 411
Carlos Lamarca 415
Carlos Luz 389, 390

Carlos Marighella 413, 416
Carneiro de Campos 170, 179, 249
Carta Outorgada de 1824 173, 182
cartas
de doação 48, 73
de foral 48
casas de fundição 135, 139, 147, 148
catequese 79, 127
Cavaleiros da Luz 151
Celso Furtado 401
Cenimar (Centro Nacional de Informações da Marinha) 416
CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) 381, 435, 436
Ceuta 53, 54
CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) 402, 404
Che Guevara (ver Ernesto "Che" Guevara)
Cícero Romão Batista (padre Cícero) 308
CIMI (Conselho Indigenista Missionário) 34
Cinema Novo 413
Cipriano Barata 152, 174, 181
clientelismo 305
CNC (Conselho Nacional do Café) 351
colégio eleitoral 425, 431
colonialismo 41, 139
colorados 245, 246, 247
Coluna Prestes 321, 322, 328
Comissão Verificadora de Poderes 304
Companhia
das Índias Ocidentais 116, 120
das Índias Orientais 116
de Jesus 43, 78, 141
conciliação 193, 213, 216, 376
Condado Portucalense 47
Conde de Assumar 147
Congresso de Viena 159, 167, 178
Conjuração dos Alfaiates 148, 151
Conselho
Real e Supremo das Índias 100
Ultramarino 83
Consenso de Washington 439, 458
Constituição
da Mandioca 170, 173
de 1824 170, 171, 173, 175, 178, 183
de 1891 271, 272, 302
de 1934 356, 362, 364
de 1946 406
de 1988 443, 444, 462
Contra-Reforma 43
Convenção de Itu 261
Convento de Taubaté 294, 295, 296
Cortes 49, 154, 159, 160, 161
GPC (Centro Popular de Cultura) 413
cristão(s)-novo(s) 68, 71, 73, 141
Cristiano Machado 379, 380
Cristóvão Colombo 12, 56
Cristóvão Jacques 69
cruzadas 37, 38, 102
CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) 370
Cumpra-se (decreto) 161
currais 124, 383
Custódio de Melo 274, 278, 279
CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) 462

D

D. Afonso Henriques 47, 48
D. Henrique, o Navegador (Infante D. Henrique) 55, 102

D. João VI 159, 160, 168, 177
D. José I 140, 141, 142
D. Manuel I 56
D. Marcos Teixeira 116
D. Maria I (a Viradeira ou a Louca) 143, 150, 156, 159
D. Pedro I 150, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 191, 208
D. Pedro II 113, 151, 165, 185, 186, 188, 193, 194, 207, 213, 214, 215, 218, 244, 247, 252, 253, 256, 263
D. Pero Fernandes Sardinha 78
DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) 366, 367
data 135
Davi Canabarro 190
Delfim Moreira (presidente) 311, 319
Deodoro da Fonseca, marechal (presidente) 260, 261, 262, 263, 264, 269, 272, 274, 277, 307
deputados classistas 356
derrama 136, 139, 142, 143, 148, 149, 150
despotismo esclarecido 140
dezembradas 251
Di Cavalcanti 324
Dia do Fico 161
Diário Novo (jornal) 217
Dilson Fumaro 439
Diogo Antônio Feijó (padre Feijó) 179, 180, 181, 182, 183, 184, 215
Diogo de Mendonça Furtado 116, 117
DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) 366, 367, 368, 371, 373
Diretas-já! 430, 431, 445
dízimo 37, 86, 88
DOI-CODI (Departamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) 417, 423
Domingos Fernandes Calabar 117, 118
domínio espanhol 113, 114, 116, 126, 127, 137
Dona Leopoldina 162
Dona Maria da Glória 177, 178
doutrina Monroe 167
Dragões da Cavalaria 147
drogas do sertão 113, 123, 127, 145, 187
Duarte Coelho 75, 76, 78, 79
Duarte da Costa 79, 80, 115
duque de Caxias (ver Luís Alves de Lima e Silva)

E
Eduardo Gomes, brigadeiro 320, 376, 379, 380
Eletrobrás 384, 387
Emílio Garrastazu Médici, general (presidente) 405, 415
Encilhamento 271
Engenho do Governador 70
engenhos
 reais 105
 trapiches 105
Eptácio Pessoa (presidente) 311, 319
Ernesto "Che" Guevara 415
Ernesto Geisel, general (presidente) 405, 421
escambo 32, 68, 102, 105, 122
Escola
 Militar da Praia Vermelha 259, 317
 Militar do Realengo 317, 318
 Superior de Guerra (ESG) 383, 385, 389, 406
Esperidião Amin 455
esquadrões da morte 417
Estácio de Sá 80

estado do Brasil 84
estado do Maranhão e Grão-Pará 84, 126
Estado mínimo 438
Estado Novo 362, 364, 365, 367, 369, 370, 373, 374, 376, 377, 378
estagnação 426
estâncias 129, 190
estrada de ferro Santos-Jundiaí 207, 208
Euclides da Cunha 287, 288, 302
Eugênio Gudin 387
Eurico Gaspar Dutra, general (presidente) 372, 376
Evaristo da Veiga 176, 182
expedições
 exploradoras 67
 guarda-costas 69

F
faiscação 134, 136
FEB (Força Expedicionária Brasileira) 372, 373, 403, 406
federalistas 278, 280
Feijó, padre (ver Diogo Antônio Feijó)
feitorias 45, 55, 67, 68, 85, 102
Felipe Camarão 120
Fernão Cortez 57
Fernão de Noronha 68, 71
feudalismo 11, 35, 37, 40, 46, 52, 53
Fidel Castro 398, 415
FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) 436
Filinto Müller 367
Filipe dos Santos 147
Flores da Cunha 320, 355
Florianópolis, marechal (presidente) 264, 273, 274, 278, 280, 283, 284, 307, 368
FMI (Fundo Monetário Internacional) 393, 394, 395, 398
forais 73
Forças Armadas 84, 169, 173, 259, 271, 317, 318, 331, 332, 360, 363, 383, 385, 388, 389, 391, 398, 399, 403, 404, 407, 409, 416, 417, 423, 429, 444
forros (ver negros forros)
forte de Copacabana 320, 360
França
 Antártica 61, 80, 115
 Equinocial 61, 115
Francisco Campos 330, 349, 364, 366, 371
Francisco de Lima e Silva 174, 179
Francisco Dornelles 439
Francisco Pereira Coutinho 75
Francisco Pizarro 57
Franco Montoro 430, 443
Frei Caneca (ver Joaquim do Amor Divino Rabelo)
Frente Ampla 411
Frente Liberal 431, 435
Frutuoso Rivera 246
Funai (Fundação Nacional do Índio) 33
fundings-loan 292, 298
Frente Única Paulista 354
futurismo 324, 325

G
garimpagem 134
genocídio 25, 31
Getúlio Vargas (presidente) 320, 327, 328, 331, 332, 348, 349, 350, 353, 357, 367, 379, 383, 385, 386, 387
Giuseppe Garibaldi 190
Glauber Rocha 413
globalização 433, 435, 437, 438, 453, 457, 459

Góis Monteiro, general 331, 350, 363, 373, 374
Golbery do Couto e Silva, general 409, 421, 425
golpe da Maioridade 186, 191, 213
Gomes Carneiro 279
Gonçalves Ledo 161
governo(s)-geral(is) 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 104, 114
Grande Depressão 326, 351, 352, 357
Gregório Fortunato 385
greve geral de 1917 316
Guararapes (batalha) 120
Guarda Nacional 180, 182, 186, 251
Guerra
 de Secessão 200, 254
 dos Cem Anos 39, 50
 dos Sete Anos 130
 Fria 377, 382, 436, 438
 Guaranítica 130, 141
guerrilha 415, 416, 417, 424
Guiana Francesa 116, 159, 196
Guimar Novais 324

H
Heitor Villa-Lobos 324
Henrique Dias 120
Herbert de Souza (Betinho) 463
Hermes da Fonseca, marechal (presidente) 290, 292, 301, 306, 307, 310, 320, 327
Hermeto Carneiro Leão (marquês de Paraná) 216
Holanda (ver República das Províncias Unidas dos Países Baixos)
homens bons 48, 49, 86, 87
Homo
 erectus 12, 13, 16, 17
 sapiens 12, 13, 14
Hugo Abreu 424, 425
humanismo 41
Humberto de Alencar Castello Branco, marechal (presidente) 405, 406, 407, 409, 410, 418, 421

I
Ibicaba, fazenda 210
Ignácio de Loyola 43, 78
Igreja 34, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 51, 58, 72, 141, 169, 173, 253, 257, 258, 262, 266, 269, 402, 412, 423
Iluminismo 139
imigração subvencionada 211
impeachment 448, 449, 450
Inácio José de Alvarenga Peixoto 135, 149
incas 67
Inconfidência Mineira 149
independência 3, 45, 48, 62, 99, 116, 140, 143, 144, 148, 151, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 176, 177, 178, 180, 182, 187, 191, 192, 199, 200, 208, 241, 246, 248, 265, 291, 332, 348, 356, 382, 433
Índias 55, 56, 57, 69, 100, 103, 107
índios 13, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 43, 68, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 93, 101, 107, 123, 127, 128, 130, 141, 145, 154, 187, 329
infante D. Henrique (ver D. Henrique, o Navegador)
inflação 271, 276, 284, 291, 292, 293, 296, 299, 384, 385, 388, 394, 397, 401, 402, 407, 408, 409, 417, 421, 426, 427, 428, 431, 434, 439, 441, 442, 443, 447, 448, 452, 454, 456, 462
Inquisição 43, 68, 72, 73, 75

Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro 185

integralismo 358, 359

Intendência das Minas 135

Intentona

Comunista 361, 362, 367

Integralista 365

Invincível Armada 116

Irineu Evangelista de Souza (barão/visconde de Mauá) 203

Israel Pinheiro 409

Itaipu (usina hidrelétrica) 420

Itamar Franco (presidente) 449, 450, 451, 457

J

Jacareacanga (revolta) 391

Jango Goulart (ver João Goulart)

Jânio Quadros (presidente) 395, 396, 397, 398, 409, 417, 446

Jean-Baptiste Debret 158

Jean-Jacques Rousseau 139, 267

Jês 25

resultas 25, 42, 43, 78, 79, 80, 107, 119, 127, 129, 130, 140, 141, 145

João Batista Figueiredo, general (presidente) 405, 425

João Cândido 301

João de Deus 152

João Fernando Vieira 120

João Goulart (Jango) (presidente) 384, 385, 388, 389, 390, 395, 396, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 411, 412, 417

João Paulo Burnier 409

João Pessoa 126, 327, 330

Joaquim do Amor Divino Rabelo (frei Caneca) 174, 175

Joaquim José da Silva Xavier

(Tiradentes) 149, 150, 151

Joaquim Murtinho 293, 294, 296, 299

Joaquim Silvério dos Reis 149, 150

José Américo de Almeida 362

José Bonifácio de Andrada e Silva 161

José Celso Martinez Correa 413

José Clemente Pereira 161

José de Oliveira Rolim (padre Rolim) 149

José Maria (beato) 301

José Sarney (presidente) 431, 433, 434, 435, 443

José Serra 443

José Urquiza 246

Juan Manuel Rosas 246

Juarez Távora 329, 331, 349, 388

Juízes de fora 49, 86, 87

Júlio de Castilhos 277, 278

Júlio Prestes 327, 330, 331

Juracy Magalhães 349

Jurujubas 181

Juscelino Kubitschek (presidente) 388, 390, 404, 409, 411, 418

K

Komintern 361

L

Lavras 134, 135

Legiões Revolucionárias 349

legislação trabalhista 315, 356, 364, 367

Lei

Áurea 256, 257, 451

Celerada 326

da Anistia 429

de Terras 212, 216

do Ventre Livre 254, 255

dos Sexagenários 255

Eusébio de Queirós 202, 209, 212,

216, 243

interpretativa 186

Regencial de 1831 242

Leonel Brizola 400, 424, 430, 445, 455

liberalismo 160, 165, 169, 180, 182, 378, 380, 381, 382, 383

Libero Badaró 176, 178

Ligas Camponesas 402

Lindolfo Collor 320, 349

Lord Cochrane 166, 174

Lucas Lopes 395

Luís Alves de Lima e Silva (barão/duque de Caxias) 189, 215, 251

Luís Carlos Prestes 322, 328, 360, 361, 373, 376, 424

Luís Gonzaga das Virgens 152

Luís Inácio Lula da Silva 445, 455

luta armada 354, 400, 404, 413, 414, 415, 416, 429

M

maçonaria 161, 258

Madeira de Melo 166

Magalhães Pinto 403, 406

Manifesto

ao Mundo 217

da Poesia Pau-Brasil 325

de maio de 1930 329

dos Mineiros 373

Republicano 261, 265

Manoel Fiel Filho 423

Manuel Bandeira 324

Manuel Beckman 145, 146

Manuel da Nóbrega, padre 78

Manuel de Carvalho Paes de Andrade 174

Manuel Faustino dos Santos Lira 152

Manuel Nunes Viana 146

Manuel Orbe 246

Mao Tsé-tung 415

maragatos 278, 283, 320

Marcha da Família com Deus pela Liberdade 403

Marco Maciel 431, 455

Mário Andreazza 431

Mário Covas 443, 445

Mário de Andrade 324

marquês de Olinda (ver Pedro de Araújo Lima)

marquês de Paraná (ver Hermeto Carneiro Leão)

marquês de Pombal 84, 140

Martim Afonso de Souza 69, 70, 75, 104

Martim Francisco de Andrada e Silva 166

Maurício de Nassau, príncipe 118

MDB (Movimento Democrático Brasileiro) 410, 411, 422, 425, 429

medidas provisórias 462

Mem de Sá 80, 81, 115

Mena Barreto 331

Menotti del Picchia 324

mercantilismo 40, 41

Mercosul 436, 438, 459, 460

Miguel Costa 321, 322, 331

Miguel Joaquim de Almeida e Castro (padre Miguelinho) 153

milagre econômico 417

ministério das capacidades 185

ministério dos marqueses 178

Missão Artística Francesa 158

missões 43, 80, 107, 127, 284

MMDC 354

Montesquieu, barão de 139, 171

MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) 413

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) 464, 465

Município Neutro do Rio de Janeiro 183

N

nacionalismo 276, 277, 358, 380, 382, 383, 391, 394, 443

Nafta (North American Free Trade Agreement/Acordo Norte-americano de Livre Comércio) 437, 453, 460

Napoleão Bonaparte 155, 159, 167, 199

Negrão de Lima 363, 409

negros forros 123, 134

neoliberalismo 438, 447, 454, 457

Nereu Ramos 390

Nicolau de Campos Vergueiro 210

Nicolau Durand Villegaignon 80, 115

Nilo Peçanha (presidente) 290, 306, 307, 319, 327

Nogueira Acioli 308

Noite das Garrafadas 178

O

O Caramuru (jornal) 181

O Observador Constitucional (jornal) 176

OBAN (Operação Bandeirante) 417, 423

Olga Benário 367

oligarquias dissidentes 182, 310, 330, 348

Olympio de Mourão Filho 364, 403

ONGs (organizações não-governamentais) 34

Orestes Quêrcia 455

Oswaldo Aranha 320, 330, 349, 371

Oswald de Andrade 324, 325, 413

Oswaldo Cruz 300

Otávio Gouveia de Bulhões 387, 407

P

pacote de abril 425

pacto colonial 98, 112, 137, 138, 148, 155, 157, 160, 163

pacto de Pedras Altas 320

padre Cícero (ver Cícero Romão Batista)

padre Miguelinho (ver Miguel Joaquim de Almeida e Castro)

padre Rolim (ver José de Oliveira Rolim)

padroado 257

Países Baixos (ver República das Províncias Unidas dos Países Baixos) Paleolítico 11, 13, 15, 19

Palmares, quilombo de 111, 112

Pandiá Calógeras 295

parlamentarismo 215, 240, 400, 401, 417, 444

Partido

Brasileiro 160, 161

Conservador 181, 184, 213, 214

Federalista 278

Liberal 181, 213, 214, 216, 218, 261

Liberal Exaltado 181, 182, 183

Moderado 181, 182, 183, 184

Republicano 216, 261, 306

Pascoal Moreira Cabral 128

paternalismo 275, 276, 433

Paulo César Farias (PC Farias) 448

Paulo Maluf 431, 445

Paz

de Haia 121

de Ponche Verde 190

de Westfália 116

PC do B (Partido Comunista do Brasil) 415

PCB (Partido Comunista Brasileiro) 316, 329, 360, 361, 373, 374, 376, 379, 382, 406, 413, 415

PD (Partido Democrático) 328, 349, 354, 362

PDS (Partido Democrático Social) 429, 430, 431, 434

PDT (Partido Democrático Trabalhista) 430, 434, 445, 455

Pedro Aleixo 415
 Pedro Álvares Cabral 56, 62, 66, 67
 Pedro Collor de Mello 449
 Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda) 249
 Pedro de Toledo 353
 Pedro Ivo 217
 Peste Negra 40, 50
 Petrobrás 384, 387, 448
 pica-paus 278
 Pimenta da Veiga 443
 Pinheiro Machado 306, 307, 308
 plano
 Bresser 442
 Cohen 364, 365, 403
 Cruzado 439, 440, 441, 442, 443, 445, 447, 452
 de Metas 392
 Real 452, 454, 455, 456
 Trienal 401
 Verão 442
plantation 104, 105, 196
 Plínio Salgado 325, 358, 363, 365
 PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) 429, 430, 431, 434, 435, 439, 443, 445, 455
 Política das Salvações 307, 310
 populismo 351, 365, 367, 368, 377, 382, 387, 395, 404, 420
 positivistas 268, 269, 270, 275, 277
 Prata (rio da) 6, 43, 59, 70, 107, 129, 159, 177, 200, 241, 245
 pré-capitalismo 38
 Primavera dos Povos 217
 Primeira Guerra Mundial 311, 313, 318, 352
 privatizações 447, 450, 462
 PRM (Partido Republicano Mineiro) 303, 306, 328
 PRN (Partido da Reconstrução Nacional) 446
 protestantismo 41, 65
 Província Cisplatina 159
 PRP (Partido Republicano Paulista) 265, 303, 328, 354
 Prudente de Moraes (presidente) 273, 274, 280, 281, 283, 284, 288, 290, 303
 PSD (Partido Social Democrata) 373, 376, 377, 379, 380, 382, 383, 388, 389, 391, 395, 401, 410
 PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) 443, 445, 451, 452, 455, 458
 PSP (Partido Social Progressista) 380, 395
 PT (Partido dos Trabalhadores) 430, 434, 445, 455
 PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) 373, 376, 377, 379, 380, 382, 388, 391, 394, 395, 396, 400, 401, 402, 407, 410, 429

Q

queremismo 374
 Questão do Acre 298
 quilombos 111, 112, 127, 286
 quinto 64, 68, 73, 135, 136, 148

R

Ranieri Mazzilli 399
 Rebelião dos Alfaiates (ver *Conjuração dos Alfaiates*)
 Reforma 42, 43
 reformas de base 401, 402, 404, 411
 regnengos 48
 Renascimento 41
 República
 Bahense 188
 da Espada 264, 280, 283

das Províncias Unidas dos Países Baixos (Holanda) 60, 61, 62, 83, 105, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121
 Juliana 190
 Rio-Grandense 190
 Velha 213, 266, 272, 281, 301, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 317, 319, 325, 328, 330, 332, 420, 425
 Restauração 119, 127
 Revolta
 da Armada 278, 279, 284
 da Vacina 300
 do Contestado 301
 Liberal de 1842 215
 Revolução
 Cearense 308
 Federalista 278, 279, 283, 288, 302
 Francesa 140, 148, 151, 155, 167, 266
 Gaúcha 320
 Industrial 139, 143, 155, 208, 242
 Neolítica 19
 Paulista de 1924 321
 Riocentro (atentado) 429
 Roberto Campos 407, 418
 Rodrigues Alves (presidente) 290, 296, 298, 299, 303, 319
 Rolim, padre (ver José de Oliveira Rolim)
 Romão Pinheiro 152
 Rubens Florentino Vaz, major 385
 Rui Barbosa 270, 271, 284, 307, 327

S

Sacramento (colônia) 129, 130, 131
 salário mínimo 368, 385, 387, 421
 salvação nacional 318
 sambaquis 19, 23
 San Tiago Dantas 401
 Santa Aliança 167
 Santo Ofício 43, 75
 São Paulo Railway 207
 São Raimundo Nonato (sítio arqueológico) 16, 17, 18, 21
 São Vicente (vila/capitania) 70, 75, 76, 79, 104, 123, 127, 138
 Segunda Revolução Industrial 296
 segurança nacional 363, 399, 410, 417, 418
 Sena Madureira 260
 senhor(es) de engenho 105, 106, 111, 112, 118, 119, 120, 127, 188, 218
 senhorios 48, 50, 51, 70
Sentinelas da Liberdade (jornal) 174
 senzala 3, 105, 463
 Sérgio Paranhos Fleury 417
 sesmarias 51, 70, 74, 78
 Sete Povos das Missões 129, 131
 Sílvio Santos 445
 sistema de parceria 210, 211
 sítio arqueológico 16, 18
 SNI (Serviço Nacional de Informação) 416, 424
 Solano López 247, 248, 249, 250, 252
 SPI (Serviço de Proteção ao Índio) 33
 sudaneses 110
 Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) 387, 388
 Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços) 440
 surrealismo 324, 325
 Sylvio Frota 409, 423

T

Tancredo Neves (presidente) 401, 430, 431, 432, 434, 439
 tapuias 25
 tarifa Alves Branco 201, 244
 Tarsila do Amaral 324
 Tasso Fragoso 331

Teixeira Lott, general 389
 teocentrismo 36, 41
 Teófilo Ottoni 215
 Terceira Revolução Industrial 437
Tijfis Pernambucano (jornal) 174
 Tiradentes (ver Joaquim José da Silva Xavier)
 Tomás Antônio Gonzaga 135, 149
 Tomé de Souza 77, 78, 79, 84
 tortura 109, 175, 367, 407, 415, 417, 423
 tráfico negreiro 61, 64, 104, 108, 116, 134, 136, 168, 192, 197, 200, 202, 208, 209, 210, 212, 215, 242, 243, 254, 256

Tratado

de Aliança e Amizade 158
 de Badajós 131
 de Comércio e Navegação 158
 de Madri 129, 131, 141
 de Methuen 114, 121, 137
 de Petrópolis 298
 de Santo Helefonso 130
 de Toledo 58
 de Tordesilhas 59, 60, 64, 65, 82, 102, 129

tratados de 1810 158, 200, 209, 241

Trégua

dos Dez Anos 119, 120
 dos Doze Anos 116

Tribuna da Imprensa (jornal) 385, 389

Tríplice Aliança 245, 249, 250, 253

tropa de linha 84, 85

Tropicália 413

tumbeiros (navios) 109, 242

tupi 25, 27, 30, 32, 146

tupi-guarani 24, 27, 358

TV Record 413

U

UDN (União Democrática Nacional) 373, 376, 377, 379, 382, 385, 388, 389, 390, 391, 395, 397, 398, 410

UDR (União Democrática Ruralista) 464

Ulysses Guimarães 429, 435, 439, 445

UNE (União Nacional dos Estudantes) 402, 411, 413, 450

UNI (União das Nações Indígenas) 34

União Européia 438

União Ibérica 81, 83, 114, 126

uti possidetis (princípio do) 129, 130

V

Visco da Gama 56, 62

Venceslau Brás (presidente) 311, 319

Vice-Reinado do Prata 246

Victor Brecheret 324

Virgílio de Melo Franco 330

visconde de Barbacena 150

visconde de Mauá (ver Irineu

Evangelista de Souza)

Voltaire 139

voto

 censitário 169

 de cabresto 305

 feminino 356

 secreto 317, 318, 328, 356

VPR (Vanguarda Popular

Revolucionária) 413

W

Washington Luís (presidente) 311, 325, 326, 327, 331

William Piso 118

Wladimir Herzog 423

Z

Zona da Mata 196

Zumbi 111

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Edgard Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo, Contexto, 1990.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 3. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1968.
- BELLO, José Maria. *História da República*. 6. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, 2 v.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 3. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BRANDI, Paulo. *Vargas, da vida para a história*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Afro-América: A escravidão no novo mundo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- CARNEIRO, Edison. *O quilombo de Palmares*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1988.
- CARONE, Edgar. *A primeira República (1889-1930)*. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- _____. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. *A formação das almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*. 26. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO, Celso (intr. e org.). *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- _____. *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- _____. *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa, Prelo, 1977.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3. ed. Porto Alegre, Globo, 1976.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 13. ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- _____. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp/FDE, 1994.
- FENELON, Dea Ribeiro (org.). *50 textos de história do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Edusp, 1965.
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987.
- HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. 11 v.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajетória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.
- LINHARES, Maria Yedda L. (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

- LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes*. Petrópolis, Vozes/Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.
- MAESTRI, Mario. *O escravismo no Brasil*. São Paulo, Atual, 1994.
- MAESTRI FILHO, Mario José. *O escravismo antigo*. Campinas, Unicamp, 1986.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras*. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- MENDES JR., Antônio, RONCARI, Luiz & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil história: Texto & consulta*. São Paulo, Hucitec, 1991. 4 v.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes*. Brasília, Horizonte, 1980.
- MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo, Siciliano, 1991 (1^o volume), 1994 (2^o volume).
- MORAIS, Denis de & VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
- MOURA, José Carlos Pires de. *História do Brasil*. São Paulo, Anglo, 1990-91.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- NOSSO SÉCULO. São Paulo, Abril Cultural, 1985. 10 v.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. 4. ed. São Paulo, Hucitec, 1996.
- NOVINSKY, Anita. *A inquisição*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 8. ed. São Paulo, Global, 1986.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1957.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- REIS, Fábio Wanderley. *Os partidos e o regime*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- REVISTA DA FOLHA, n. 140, 25/12/1994.
- REVISTA DA USP. São Paulo, Universidade de São Paulo (vários números).
- REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo, Universidade de São Paulo (vários números).
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1969.
- SCHWARZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- _____. *A Revolta da Vacina*. São Paulo, Scipione, 1993.
- SILVA, Marcos A. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. 10. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. *Brasil: de Castello a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1962.
- _____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- _____. *A história militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estados e partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais*. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo, Siciliano/Rio de Janeiro, FGV, 1995. 2 v.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 9. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1972.
- VICENTINO, Cláudio. *História geral*. São Paulo, Scipione, 1997.
- WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

007-29

▪ HISTÓRIA do BRASIL ▪
CLÁUDIO VICENTINO GIANPAOLO DORIGO



Conhecer nossa origem histórica para melhor compreender o presente e atuar nele talvez seja a forma mais estimulante – e responsável – de aprender história. E essa característica acentua-se ainda mais quando falamos do conhecimento histórico do Brasil e da nossa própria atuação nos rumos do país.

Nas palavras dos autores: “A reinvenção do futuro, de um Brasil que viabilize a convivência construtiva entre os grupos diferenciados da população, que incentive a solidariedade social, que eleja o homem como a meta central do desenvolvimento, tornou-se um imperativo contra a generalização da barbárie. Será a nossa crescente atuação, respaldada no conhecimento histórico, que poderá servir como fator acelerador desse processo”.

Passando das palavras à ação, os autores elaboraram esta obra, que, da exposição do conteúdo às atividades e exercícios, conflui para que o leitor reflita e discuta os problemas do Brasil de ontem e de hoje.

História do Brasil, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo:
uma obra coerente com o nosso tempo exigente
de informação e participação.



editora scipione

ISBN 85-262-3202-9



9 788526 232020